EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
PREGOEIRA (o): Lizandra Bertolini

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PARANAITA - MT, inscrita no CNPJ/MF n. 03.239.043/0001-12, com sede na Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78590-000, neste Município de Paranaíta/MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO interessada (s), por intermédio do (a) **PREGOEIRO (a),** designado (a) pelo Decreto Municipal nº. 006/2021, Sr. (a). Lizandra Bertolini, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** conforme descrito neste edital e seus anexos, sendo regido em obediência aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei Institui o Pregão), Decreto Federal nº 3555/00 (Regulamenta o Pregão Presencial), Lei Complementar Federal nº. 123/2006 (Estatuto das Micro e Pequenas Empresas), Decreto Federal nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços), Lei Municipal nº 420/2006 (Institui o Pregão no âmbito Municipal), Decreto Municipal nº. 153/2009 (Regulamenta o Pregão), Decreto Federal nº. 7.892 de 23/01/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços) alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018), Decreto Municipal nº. 259/2019-reeditado (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Paranaíta), Lei Complementar Municipal nº. 011/2009 (Institui o Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a MPEs), Decreto Municipal nº 388/2015 (Regulamenta o Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a MPEs), Decreto Municipal nº 119/2006 (Regulamenta as Aquisições de Bens e Contratações de Serviços e Locações Públicas) e suas alterações, Lei Municipal nº 1.138/2020 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Paranaíta e o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de MT, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), bem como demais normas vigentes que dispõe sob a aquisição pela Administração Pública e nos termos estabelecidos neste Edital.

1.1 Considerando os decretos Municipais que dispõe sobre o enfrentamento do coronavírus – COVID-19, fica permitida a realização das licitações públicas presenciais, desde que seja observadas as medidas de prevenção sanitárias e mantenham distanciamento de 1,5 m, Acima de 05 (cinco) pessoas, representante e/ou interessadas em participar ou assistir o certame, poderá ocorrer a alteração do local em decorrência do espaço, sendo proibido a participação de representantes que apresentem sinais e sintomas de gripe.

1.2. Local, dia e hora para recebimento da documentação, bem como, para encaminhamentos de esclarecimentos e congêneres:

Credenciamento:	**Das 13h00m às 13h30min do dia 18/03/2021**
Início da sessão pública:	**Dia 18/03/2021 às 13h30min horas**
Endereço: **PREFEITURA MUNICPAL DE PARANAÍTA** Rua Alceu Rossi s/ nº. - Centro Paranaíta/MT CEP: 78.590-000	

Sites:
Edital completo poderá ser obtido na Prefeitura e no site:
www.paranaita.mt.gov.br (link: "Licitações").

Meios para contato:
Tel/Fax: (66) 3563 2700/2723/2724
E-mail: licitacao2@hotmail.com/licitacao6@paranaita.mt.gov.br
Atendimento nos dias e horários: Segunda a Sexta-feira, das 07h00min às 11h00min horas (horário de Mato Grosso).

1.3. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues a (o) Pregoeira (o) até às **13h30min horas do dia 18 de Março de 2021**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada à Rua Alceu Rossi s/n, Centro – Paranaíta – MT, CEP 78.590-000;

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preço para futura e eventual contratação por prazo determinado de empresa especializada em Software de Gestão Pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação), com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em gestão do planejamento PPA/LDO/LOA e orçamento, gestão da contabilidade e tesouraria, geração de informação para prestação de contas, gestão de recursos humanos e folha de pagamento, holerite web, gestão da tributação municipal, portal do contribuinte, módulo redesim, gestão do ISSQN com emissão de NFS-E, simples nacional, módulo fiscalização tributária, gestão de compras e licitação, portal do fornecedor, gestão do patrimônio público, gestão de almoxarifado, gestão de frotas, gestão de abastecimentos, gestão de protocolo, gestão de agua e saneamento, portal da transparência, business intelligence, provimento de data center, tudo isso com pleno atendimento à Lei nº. 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, parte integrante deste edital;

3. DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. A presente aquisição foi solicitada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO, mediante o Termo de Referência nº 049/2021, o qual será a base para todo o procedimento licitatório;

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal (is) solicitante (s), em especial serão empenhadas nas seguintes rubricas orçamentárias:

05.001.04.122.0004.2009.3.3.90.40.01.00 – Sec. de Administração, Meio Ambiente e Mineração;

4.2. O (s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação somente quem apresentar a habilitação jurídica, regularidade

fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico/financeira, bem como objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado, conforme exigência prevista nas legislações mencionadas no preâmbulo;

5.2. Também só poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

5.3. Os documentos serão conferidos no ato da abertura do envelope nº 2 (envelope de documentos de habilitação);

5.4. São vedadas de participarem deste Pregão os interessados:
a) que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
b) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou, conforme o caso, pelo órgão em que praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
c) estrangeiras que não funcionem no País;
d) empresas que estejam suspensas pelo Município de participar em certames;
e) Empresas que estejam respondendo processos administrativos com a Prefeitura de Paranaíta;
f) Empresas que foram condenadas em processos administrativos com a Prefeitura de Paranaíta nos últimos 05 (cinco) anos;

5.5. A participação na presente licitação implica na integral aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos, além dos seguintes compromissos:
I - Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Pregoeira;
II - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de regularidade da habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, exigidas no item 12 deste edital;

5.6. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, nos termos disposto no § 3º do art. 41 da Lei n.º 8.666/1993;

6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n°. 123/2006, Lei Complementar Municipal nº. 011/2009 e Decreto Municipal nº 388/2015, deverão preencher e **apresentar no ato do Credenciamento a Declaração constante do Anexo XI** deste Edital, observando que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios destas Leis, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis;

6.2. Será assegurado as MPEs todos os benefícios advindos das leis vigentes dispostos no item 6.1, em especial a do critério de desempate, onde terá preferência de contratação, desde que o lance seja igual ou até 05 **% (cinco por cento)** superior ao lance final, oportunizando assim esta cobrir o último lance registrado;

6.2.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
I. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de

preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
II. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no percentual indicado no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no caput, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
IV. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.3. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n°. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; **6.3.2.** Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado**.**

6.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1. Qualquer pessoa poderá **solicitar esclarecimentos deste Edital** de Pregão, em até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a realização da sessão de abertura das propostas, devendo descrever com clareza o objeto de esclarecimento, que deverá ser protocolado preferencialmente através do *e-mail* **licitacao2@hotmail.com/licitacao6@paranaita.mt.gov.br** ou *in loco* no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, no endereço constante no preâmbulo e nota de rodapé abaixo, devidamente assinado e dirigido ao pregoeiro (a) do certame.

7.2. Qualquer pessoa poderá **impugnar este Edital** de Pregão, em até **02 (dois) dias úteis** antes da data designada para a realização da sessão de abertura das propostas, devendo descrever com clareza o objeto de esclarecimento, que deverá ser protocolado preferencialmente através do *e-mail* **licitacao2@hotmail.com/licitacao6@paranaita.mt.gov.br** ou *in loco* no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, no endereço constante no preâmbulo e nota de rodapé abaixo, devidamente assinado e dirigido ao pregoeiro (a) do certame. O Município através do pregoeiro (a) deverá responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;

7.3. O Município através do pregoeiro (a) deverá responder no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas sobre a impugnação ou pedido de esclarecimento interposto.

7.4. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

7.5. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação devem respeitar o horário final do expediente da Prefeitura Municipal de Paranaíta (das 07h00 as 11h00 horário de Mato Grosso) para protocolo físico e para protocolo virtual, conforme item 1.2.

7.6. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O **credenciamento será realizado das 13h00min às 13h30min horas do dia 18 de Março de 2021**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta – Situada à Rua Alceu Rossi s/ s/nº, Centro, Paranaíta – MT, CEP. 78.590.000;

8.2. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto o (a) Pregoeiro (a), quando solicitado, devendo apresentar a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente;

8.3. Documentos necessários para o Credenciamento da Empresa:
8.3.1 – Cópia Autenticada do Registro comercial, no caso de empresa individual ou;
8.3.2 – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual ou;
8.3.3 – Cópia Autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;
8.3.4 – Cópia Autenticada da Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
8.3.5 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
8.3.6 – **No caso da empresa se enquadrar como Micro Empresa ou Empresa de Pequena Porte,** para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar n°. 123/2006 e suas alterações, as licitantes deverão apresentar no momento do CREDENCIAMENTO DECLARAÇÃO, nos termos do ANEXO XI deste Edital;
8.3.6.1 - Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual e também a DECLARAÇÃO contida no Anexo XI deste Edital;

8.7. DA VISITA TÉCNICA:
8.7.1. O responsável técnico da licitante deverá visitar o local do serviço para a qual a licitante apresenta Proposta, objetivando ter pleno conhecimento das condições e da natureza do trabalho a ser executado, sendo necessário solicitar à Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT o Atestado de Visita, datada de até dois dias antes da data da abertura dos envelopes (conforme modelo – Anexo XVI);

8.4. A empresa que se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular (Minuta de Carta de Credenciamento - Anexo IV), neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, juntamente com uma cópia do ato de constituição da empresa;

8.5. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem o

representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações com a Administração Pública;

8.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante;

8.7. A falta ou incorreção dos documentos mencionados no item 8.3 não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção;

8.8. A empresa que apenas apresentar o envelope com a proposta e a habilitação, não estando presente seu representante, deverá apresentar além dos envelopes exigidos nos itens 9.1 deste edital, cópia autenticada do ato de constituição da empresa e em caso de a empresa for ME ou EPP, deve apresentar junto ao envelope de credenciamento, Declaração de Porte de Empresa declarando a sua situação de enquadramento na situação de Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do Anexo XI.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1. Os documentos deverão ser envelopados e entregues separadamente, contendo os seguintes dispositivos em cada um deles:
a) Envelope Credenciamento;
b) Envelope 01 – Proposta de Preços;
c) Envelope 02 – Documentos de Habilitação;

9.2. O envelope do credenciamento deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE: DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT
PREGÃO PRESENCIAL N º 029/2021 - ARP
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE

9.3. Os envelopes não abertos ficarão à disposição das licitantes para retirada no Departamento de Licitações do Município de Paranaíta/MT, pelo período de 15 (quinze) dias, contados do encerramento da licitação, após o referido período o Município de Paranaíta/MT reserva o direito de fragmentá-los.

9.4. O mesmo será aplicado para aos envelopes que chegarem após a realização do certame.

DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS DEMAIS ENVELOPES

9.5. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a), em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no item 1.2.

9.6. Declarada aberta a sessão pelo (a) Pregoeiro (a), o representante da empresa licitante apresentará **Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (Anexo VII)** e entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

9.7. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT
PREGÃO PRESENCIAL N º 029/2021 - ARP
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE

9.8. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA - MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021 - ARP
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE

9.9. Inicialmente, será aberto o Envelope 1 - Proposta de Preços - e, após, o Envelope 2- Documentos de Habilitação;

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa em papel timbrado do licitante, conforme o Formulário Padrão de Proposta (ANEXO III), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante;

10.2. Na Proposta de Preços deverão constar, sob pena de desclassificação:
10.2.1. Razão social da licitante, nº. do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº. da conta corrente, agência e respectivo Banco;

10.2.2. A não identificação na Proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

10.2.3. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

10.2.4. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

10.2.5. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, conforme for o caso, ao Pregoeiro é facultada a realização de diligências, e, não sendo alterados esses prazos, desclassificará a proposta da licitante.

10.3. A proposta de preço deve conter uma única cotação, com preços unitários e totais por item e valor total da proposta, com apenas duas casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

10.4. Os valores apresentados na proposta devem englobar todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do

objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais;

10.5. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexeqüível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais;

10.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

10.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.8. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta;

10.9. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

10.10. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

10.11. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeiro;

10.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas à Pregoeiro.

10.13. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:
10.13.1. que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;
10.13.2. omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
10.13.3. que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

10.14. A simples participação neste certame implica em:
10.14.1. plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;
10.14.2. comprometimento da empresa vencedora em fornecer os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

11.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital;

11.2. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

11.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 11.2, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

11.5. A (o) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

11.5.1. Será vedado, portanto, a oferta de lance com vista ao empate;

11.6. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita;

11.7. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante da licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de telefone celular e outros;

11.8. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;

11.9. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

11.10. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

11.10.1. Ocorrendo a hipótese acima e havendo empate na proposta escrita, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;

11.11. Declarada encerrada a etapa de lances serão classificadas as ofertas na ordem decrescente de valor, consubstanciado nos descontos oferecidos;

11.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados;

11.13. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, podendo, para tanto, requerer a análise da área demandante para dar mais segurança no processo de aprovação da proposta;

11.14. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado;

11.15. Se a oferta não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências;

11.16. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será declarada desclassificada pela (o) Pregoeiro (a);

11.17. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela (o) Pregoeira (o), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

11.18. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 25 deste Edital;

11.19. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

11.20. Havendo empate nas propostas apresentadas, será aplicado sorteio para classificação das propostas vencedoras nos termos da Lei 8.666/93, Art. 45, § 2º;

11.21. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, a (o) Pregoeira (o) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

11.22. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

11.23. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo lhe adjudicado o objeto do certame;

11.24. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a (o) pregoeira (o) examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

11.25. O (A) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

11.26. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito;

11.27. A Licitante (empresa) que desistir dos lances após confeccionada a devida Ata de Registro de Preço/Contrato Administrativo, ficará suspensa de participar de novas licitações, independente da modalidade com este Órgão Público pelo período de 01 (um) ano;

11.28. A Licitante que for declarada inabilitada ficará impedida de ofertar novos lances no decorrer do certame;

11.29. No caso em que a Licitante declarada inabilitada tiver ofertado proposta para os demais itens será sua proposta desclassificada;

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:
12.1.2. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;
12.1.3. Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista no subitem 12.1.3.4:
12.1.3.1. a não apresentação da documentação exigida para habilitação;
12.1.3.2. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;
12.1.3.3. a apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;
12.1.3.4. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pelo Pregoeiro ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;
12.1.3.5. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet;

12.2. As empresas deverão apresentar no Envelope nº 02 os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, em uma única via e páginas preferencialmente enumeradas:

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA:
1 – Cédula de Identidade e CPF dos Sócios e ou proprietário;
2 – Registro comercial, no caso de empresa individual ou;
3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;
4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
5 – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual atualizado, impresso com data não superior a 30 (trinta) dias da data do certame;

12.3. Os documentos relacionados no item 12.2.a não precisarão constar no envelope de n°. 02 "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

B) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
2 – Prova de inscrição de Contribuinte Estadual;
3 – Alvará de Localização e Funcionamento – emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante;
4 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
5 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
6 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

8 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
9 – Consulta Unificada - CEIS - CNEP - INIDONIOS TCU - CNIA E CNJ através de consulta feita no site **https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/**;
10 – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo – Anexo VIII);

b.1 - Serão aceitas como prova de regularidade fiscal para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas.

C) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
1 – Registro ou inscrição na Entidade Competente (junta comercial, sindicato, conselho ou associação comercial);
2 – Declaração de comprovação de desempenho das atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos (Atestado de Capacidade Técnica conforme modelo – Anexo V);
3 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666/93 (conforme modelo - Anexo VI);
4 – Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e prazo de fornecimento para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (conforme modelo – Anexo VII);

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando que a constituição do balanço patrimonial deve demonstrar o ativo, passivo e patrimônio liquido da interessada;
2 - O Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (Sede do Licitante);
2.1 – No caso do Balanço Patrimonial estiver contido no registro do Livro Diário, deverá anexar juntamente ao mesmo o Termo de abertura e Termo de encerramento do respectivo livro;
2.2. Em se tratando de Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do recibo de entrega do órgão competente e escrituração contábil digital, juntamente com termo de abertura e encerramento;
3 – O Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;
4 – Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;
5 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento ou da filial da empresa, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
6 – Certidão Simplificada Emitida pela Junta Comercial da sede do licitante comprovando a existência de capital social no valor igual ou superior a 2% da contratação, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
6.1 - Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual, o Capital Social poderá ser comprovado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

12.4. As certidões que não apresentarem data de validade, será considerada válida dentro de período de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão;

12.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia

autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo (a) Pregoeiro (a).

12.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado, ressalvado o disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e alterações c/c com a Lei Complementar Municipal nº. 011/2009.

13. DOS RECURSOS

13.1. Os recursos deverão ser manifestados, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pelo (a) Pregoeiro (a), devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata;

13.2. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão;

13.3. As razões de recurso deverão ser protocoladas, no prazo supra, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT ou através do endereço digital, ambos descritos no item 1.2 deste edital;

13.4. O (a) Pregoeiro (a) indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata;

13.5. As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso de tempo do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

13.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, podendo o (a) Pregoeiro (a) adjudicar o objeto à vencedora;

13.7. Preenchidas as condições da admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

13.7.1. O (a) Pregoeiro (a) aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;
13.7.2. Encerrados os prazos acima, o (a) Pregoeiro (a) irá analisar o recurso impetrado por escrito, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação deste Município, em dias úteis, no horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas;

13.10. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo quanto à disputa;

13.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, este adjudicará o objeto do Pregão Presencial ao vencedor e homologará o procedimento licitatório;

13.12. O resultado do certame será divulgado mediante publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT;

13.13. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente;

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A Adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo (a) Pregoeiro (a), ficará sujeita a homologação do Prefeito Municipal, autoridade máxima do Município de Paranaita/MT;

14.2. Após homologação do certame o licitante vencedor adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preço e contrato administrativo (se for o caso deste ultimo), vindo a decair do direito da execução do objeto dessa licitação em caso de não comparecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, ficando a partir de então o Município de Paranaíta/MT autorizado a convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, a adjudicar do objeto promitente a primeira colocada;

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O Município de Paranaita/MT convocará formalmente o licitante vencedor para no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

15.2. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata/contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes;

15.3. No caso de descumprimento (não assinatura), o Município de Paranaita/MT se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, podendo ainda promover negociação com esta, afim de adjudicar ao novo detentor;

15.4. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital;

15.5. A minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato Administrativo a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital;

15.6. A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, contada a partir da publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT;

15.7. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Paranaíta não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos itens objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que

permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata;

15.8. A Ata de Registro deverá ser assinada pelo representante legal da empresa vencedora, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

15.9. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 24 deste Edital.

16. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, de acordo com o Decreto 7.892/2013 de 23/01/2013.

16.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

16.2.1 A ADESÃO à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme Artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013 alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e/ou suas alterações.

16.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

16.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

16.3. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

16.4. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em ate noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

16.4.1 Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

16.5. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto na Lei 10.520/02 e Decreto 7.892 de 23/01/2013 e Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018.

16.6. O Município de Paranaíta/MT, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

16.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador deste Município, qual seja Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, com endereço digital no e-mail licitacao2@hotmail.com/licitacao6@paranaita.mt.gov.br ou no endereço Rua Alceu Rossi, s/ nº., Centro, CEP 78.590.000 – Paranaíta – MT e contato Fone 066-3563-2723/2724.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

17.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referencia deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

17.3. Os serviços ou material deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

17.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

17.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

17.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

17.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

17.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

17.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Paranaíta/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

17.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

17.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

17.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

17.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

17.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

17.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

17.16. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 25 deste Edital.

17.17. A CONTRATADA DEVERÁ AINDA:

O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.2.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.
6.2.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
6.2.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do Contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.
6.2.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos/serviços, fixando prazo para sua correção.
6.2.5. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução das mesmas.
6.2.6. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste Edital.
6.2.7. A CONTRATANTE coloca-se no direito de logo após a realização do Registro de Preços, proceder a contratação imediata de total ou parcial do objeto licitado.

6.3. A empresa Contratada/Adjudicatária fica obrigada ainda ao que se segue:

A presente licitação é composta por um lote único, composto por "quarenta e quatro itens" os quais são dispostos conforme o segmento técnico e apresentam relação direta entre si de forma a preservar o andamento dos trabalhos, evitando descompassos na contratação dos serviços por diferentes empresas, e garantindo a compatibilidade entre os itens, além de atenuar o custo administrativo de gerenciamento do processo.

A descrição detalhada, contendo as especificações e as quantidades dos serviços a serem contratados, está discriminada no Termo de Referência - anexo deste Instrumento Convocatório, e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas.
Os itens e quantidades constantes do anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela contração na sua totalidade.
Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.
Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.
Os Sistemas deverão funcionar de modo integrado, com número ilimitado de usuários.
Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém, a fiscalização da Prefeitura exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;
Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;
Prestar atendimento por telefone e acesso remoto;
Prestar atendimento “in loco” quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento.
Simultaneamente à entrega definitiva das Soluções informatizadas, os profissionais da contratada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema, responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento.
Havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante;
Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àqueles referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE;
Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
Comunicar à Administração, por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.
Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.
Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;
Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;
Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;
Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 26 deste Edital.

DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE ATENDIMENTO/SUPORTE TÉCNICO

Todo o atendimento deverá obedecer às normas da ITIL – Information Technology Infrastructure Library. A Contratada deve prestar, pelo período da execução do contrato e da implantação, os seguintes serviços de suporte ao usuário para solução de dúvidas ou de problemas e para adequação de configuração, correção de erros nos sistemas aplicativos e o suporte e o suporte oferecido pela contratada deve possuir os seguintes níveis de atendimento:

Helpdesk	Atendimento através de comunicação telefônica com serviço 0800, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada, escrita, áudio e vídeo via Internet\web, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, fóruns de discussão, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados, para esclarecimento de dúvidas operacionais, envolvendo procedimentos, processamentos, cálculos, emissão de relatórios, parametrização dos aplicativos, erros de programas, erros de banco de dados;
Serviço de Suporte Técnico	Nos casos não solucionados via Helpdesk deverá ser acionado o Setor de Suporte Avançado, que efetuará detalhadamente uma análise técnica, como checagem e auditoria no Banco de Dados, processamentos de Scripts (comandos específicos), correção de programas e envio de atualizações, se for o caso;
Atendimento "in loco":	Se ainda assim não for solucionado o problema, será gerada uma Ordem de Serviço para atendimento local, sem cobrança de custo adicional;

A Proponente deverá disponibilizar portal na internet\web de acesso da entidade, onde poderão ser solicitados os atendimentos de manutenção e consultoria técnica, bem como a solicitação de

melhorias nos softwares licitados.

A fim de assessorar o Gerenciamento, o Controle e a Total Segurança do serviço prestado à entidade e integridade das informações, o suporte deve, ainda, obedecer às seguintes diretrizes, no tocante as solicitações e ao atendimento:

Os Registros devem ser realizados através de ferramenta personalizada própria, na web, e disponibilizada pela contratada, evitando-se assim, a utilização de ferramenta de uso público comum.

Possibilitar o acompanhamento por meio de tecnologia e dispositivo mobile, (smartphone e tablet) acessada por meio de app (aplicativo), onde seja possível realizar solicitações de atendimento e acompanhar todos chamados realizados, visualizando seus status para tomadas de decisão e gestão.

Os custos referentes a essa ferramenta e serviços deverá é de responsabilidade da contratada.

Os registros das solicitações deverão ser realizados em horário comercial adotado pela contratada, através de canal específico na internet\web no portal\site da contratada.

Os registros das solicitações devem ser permitidos e configurados conforme a necessidade da entidade e individualizada por usuários de cada aplicativo contratado.

As solicitações realizadas devem permitir o acompanhamento através de protocolo específico, oriundo da abertura do chamado, permitindo o seu acompanhamento via internet\web, evidenciando a fase em que se encontra a transação de atendimento.

As solicitações devem ser possibilitadas de identificar se já foram ou não iniciados o seu processo de atendimento.

As solicitações atendidas devem possibilitar a notificação do usuário a cada fase de atendimento e\ou solucionada através de mensagens, sms, chat e e-mail.

As solicitações e atendimentos realizados deverão estar disponíveis na internet\web, mediante senha de acesso, para a entidade, para que a mesma possa fazer análise, gerar relatórios e identificar situações que a levem ao controle e tomada de decisão acerca de situações do seu interesse e com maior incidência.

Possibilitar a entidade identificar os setores e usuários com maior frequência de solicitação.

Possibilitar identificar na entidade a quantidade de solicitações atendidas e pendentes por períodos, bem como o prazo de execução.

Disponibilização de um canal de atendimento 0800, tendo em vista facilitar os atendimentos e não gerar gastos com telefonia à contratante.

DA INTEGRAÇÃO

As integrações abaixo listadas são imprescindíveis, e todas devem ser disponibilizadas nos softwares ofertados, buscando a Prefeitura Municipal de Nova Paranaíta a total compatibilidade, padronização e integração entre as diversas áreas, bem como outras conveniências relacionadas à busca da qualidade administrativa.

O software das áreas contábil, tesouraria, compras, licitação, almoxarifado, patrimônio, frotas, e recursos humanos, devem ser implantados de forma integrada, em única base de dados;

Ter conceito de Cadastro Único de Pessoas: credores e funcionários;

Ter conceito de Cadastro Único de tabelas para a gestão de compras e licitações: itens, produtos, serviços, grupos, solicitações (pedido de autorização de despesa);

Ter integração de tabelas padrão, como: leis, portarias, decretos e contratos; que podem ser utilizadas em vários softwares;

Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive vinculando ao empenho todos os itens e serviços contratados;

Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive mantendo vínculo entre as licitações e contratos;

Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Tributos, como:

Créditos a Receber (fase lançamento);

Receitas (fase arrecadação); tudo em conformidade com a NBCASP e o MCASP;
Cancelamentos (cancelamentos de guias);
Estornos de pagamentos;

Recurso integrado entre o Sistema Tributário e o Sistema de NFS-E (Nota Fiscal de Serviços – Eletrônica), possibilitando:

Cadastro Único de Contribuintes e Empresas;
Controle integrado de lançamentos;
Controle integrado de débitos, possibilitando ao Setor de Tributos a consulta de débitos conjunta (ISS, Alvará, IPTU, Dívida Ativa, entre outros);
Único controle de Dívida Ativa;
Certidão Negativa conjunta (ISS, IPTU, Alvará, Dívida Ativa, entre outros);

Recurso integrado que permita a Tesouraria consultar dados referentes a débitos junto a Fazenda Municipal de fornecedores / contribuintes, consultando on-line o banco de dados tributário;

Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, como:

Folha de Pagamento: gerando automático os empenhos, liquidações e pagamentos (OP);
Provisões: gerando automático as Provisões de Férias e Décimo Terceiro, conforme NBCASP;

Recurso integrado que permita o software de controle interno ler informações de outras áreas, tais como:

Compras: volume de compras por secretarias e tipos;
Licitações: volume de licitações por secretarias e tipos;
RH: número de funcionários e valores de folha;
Contabilidade: aplicação em Educação, Saúde, Folha, entre outras aplicações;
Contabilidade: receitas e despesas mensais;

Recurso integrado que permita o módulo de contratos realizar importações da área de licitações, como:

Credores e objetos licitados;
Lista de itens licitados e vinculados aos respectivos vencedores;
Dotações vinculadas aos processos licitatórios com os respectivos valores;

Recurso integrado que permita o módulo de convênios vincular aos convênios, de forma automática, os seguintes dados da contabilidade e tesouraria:

Receitas arrecadadas, oriundas do convênio;
Despesas empenhadas para o convênio;
Despesas liquidadas para o convênio;
Despesas pagas com recursos do convênio, inclusive com os respectivos dados financeiros de bancos e consignações;

Recursos integrados que permitam ao Setor de Controle de Frotas importar informações das Áreas de:

Patrimônio: manter cadastro único de Bens / Veículos;
Cadastro: manter cadastro único de Pessoas / Motoristas;
Almoxarifado: importar dados da saída de itens do almoxarifado vinculando aos respectivos veículos.
Gestão de Combustível: importar dados dos abastecimentos realizados, tais como: quantidade, motorista, tipo de combustível, odômetro, etc.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE (MÓDULOS):

PLANEJAMENTO (PPA/LDO/LOA) E ORÇAMENTO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

a)Texto;

b) Data;

c)Número inteiro;

d)Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;

Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;

Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:

Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequencias do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;

Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);

Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;

Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);

Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;

Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;

Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;

Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;

Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;

Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;

Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;

Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;

Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);

Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;

Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;

Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);

Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;

Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;

Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - ORÇAMENTO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o primeiro ano do PPA (Plano Plurianual);
Permitir parametrizar se o PPA será gerido ou não por programa temático;
Permitir parametrizar o mês para estimativa da receita;
Permitir parametrizar os percentuais para projeção de receita ao longo dos anos do PPA:
Primeiro ano;
Segundo ano;
Terceiro ano;
Quarto ano.

REQUISITOS DE CADASTROS - ORÇAMENTO

Fonte de pesquisa:
Permitir cadastrar a descrição e sigla de fontes de pesquisa.
Público alvo:
Permitir cadastrar a descrição de públicos alvo;
Permitir vincular o público alvo com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.
Base geográfica:
Permitir cadastrar bases geográficas e vinculá-las com seu respectivo endereço (endereço este da base de endereços da solução, ou seja, apenas consumir uma identificação geográfica já existente).
Permitir desvincular o endereço da base geográfica caso este registro não esteja sendo utilizada em alguma ação de governo.
Fator de risco:
Permitir cadastrar a descrição do fator de risco e apontar por flag se este risco é fiscal ou não.
Unidade de medida:
Permitir cadastrar unidade de medida com sua descrição, sigla e grandeza para ser utilizada nos programas de governo;
Permitir implementar controle de vigência nas unidades de medida;
Permitir vincular à unidade de medida códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.
Indicador:
Permitir cadastrar indicadores com a possibilidade de digitar seu código;
Permitir cadastrar indicadores com sua descrição, fonte de pesquisa, norma jurídica (lei), unidade de medida, forma de apuração e público alvo;
Permitir vincular o indicador com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.
Programa de governo:
Cadastro:
Permitir cadastrar programas de governo com a possibilidade de digitar seu código;
Permitir cadastrar programas de governo com sua descrição, o tipo de programa, sua natureza, os recursos utilizados, a base geográfica, a norma jurídica, detalhamento, data prevista de início e data prevista de finalização do programa;

Permitir controlar programas de governo por vigência (programas de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Indicadores:

Permitir vincular indicadores nos programas de governo ativando estes indicadores para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar o indicador, forma de apuração, unidade de medida, índice de referência e evolução do indicador.

Objetivos:

Permitir vincular objetivos nos programas de governo ativando estes objetivos para determinados Planos Plurianuais.

Permitir informar o código do objetivo vinculado ao programa de governo.

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, órgão e unidade responsável pelo objetivo, objetivo de desenvolvimento sustentável e objetivo do milênio.

Caso o PPA trabalhe com o modelo por programa temático permitir vincular:

Iniciativas:

Permitir informar o código e detalhamento da iniciativa.

Metas temáticas:

Permitir informar o código, descrição, órgão e unidade responsável e data de término da meta temática;

Permitir informar indicadores da meta temática com base geográfica, indicador, unidade de medida e valor.

Ação de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar ações de governo com a possiblidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar ações de governo com sua descrição, tipo da ação, tipo de execução, natureza da ação, norma jurídica (lei), base geográfica, sigla, detalhamento e objetivo;

Permitir controlar ações de governo por vigência (ações de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Produto:

Permitir vincular os produtos nas ações de governo ativando estes produtos para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, unidade de medida e valor;

Permitir vincular os produtos com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Fator de risco:

Permitir vincular fatores de risco, ação predecessora, peso e justificativa a ação de governo.

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de arvore recursiva;

Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;

Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento, desdobramento e detalhamento;

Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;

Permitir informar o nível de execução da natureza de despesa:
- Analítica;
- Nível PPA;
- Nível LDO;
- Nível LOA;
- Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;

Permitir controlar natureza de receita por vigência;

Permitir informar o nível de execução da natureza de receita:
- Analítica;
- Nível PPA;
- Nível LDO;
- Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.

Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;

Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:
- Nível PPA;
- Nível LDO;
- Nível LOA;
- Nível LOA execução.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – PPA (PLANO PLURIANUAL)

Permitir gerenciar informações do PPA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a PPA;

Permitir o acompanhamento da elaboração do PPA em tempo real:

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real por painel gráfico de resumo por parciais de receita x despesa dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo.

Permitir acesso rápido a relatórios do PPA por painel de relatórios;

Permitir controlar na fase de elaboração do PPA:

Permitir iniciar elaboração do PPA;

Permitir replicar dados de PPAs anteriores;

Permitir excluir elaboração do PPA e reiniciar;
Permitir previsão de arrecadação de receitas:
Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de receita;
Permitir em um único formulário o lançamento de todas as operações de receita:
Receita;
Dedução;
Restituição;
Isenção;
Anistia;
Compensação.
Permitir em um único formulário informar os valores da receita dos quatro (4) anos do PPA;
Calcular automaticamente a parcial da receita conforme lançamento (receita x deduções);
Permitir em um único formulário o detalhamento das fontes de recurso da receita;
Calcular automaticamente que as somatórias dos percentuais das fontes de recursos das receitas não sejam superiores a 100%;
Permitir carregar automaticamente as fontes de recurso das operações dedutoras da receita.
Permitir fixar despesas:
Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de despesa;
Permitir informar as metas físicas da despesa;
Permitir compor a funcional programática a partir de cada um de seus elementos;
Permitir em um único formulário informar os valores da despesa por fontes de recurso dos quatro (4) anos do PPA.
Permitir encerrar elaboração do PPA e gerar projeto de lei.
100.Permitir controlar na fase de projeto de lei do PPA:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no PPA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas no PPA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;

Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA.

Permitir controlar na fase de lei do PPA:

Permitir controle de exclusão da lei do PPA;

Permitir controle de alterações da lei da PPA:

Permitir elaborar lei de alteração com:

Receitas;

Despesas:

Ações de governo;

Programas de governo;

Metas físicas.

Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;

Permitir propor emendas ao projeto de lei:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:

Emenda foi criada e está em alteração;

Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;

Permitir alterar despesas por emenda;

Permitir alterar ações de governo por emenda;

Permitir alterar programas de governo por emenda;

Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;

Permitir controle de exclusão projeto de lei;

Permitir controle de rejeição projeto de lei;

Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA;

Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS)

Integração com o PPA através de todos os cadastros realizados;

Permitir gerenciar informações da LDO a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LDO;

Permitir o acompanhamento da elaboração da LDO em tempo real:

Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;

Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;

Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;

Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.

Permitir acesso rápido a relatórios do LDO por painel de relatórios;

Permitir controlar na fase de elaboração do LDO:

Permitir iniciar elaboração do LDO;

Permitir replicar dados de LDOs anteriores;

Permitir excluir elaboração do LDO e reiniciar;

Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
Permitir detalhar valores de despesas:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).
Permitir encerrar elaboração da LDO e gerar projeto de lei.
Permitir controlar na fase de projeto de lei do LDO:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LDO.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LDO antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LDO.
Permitir controlar na fase de lei da LDO:
Permitir controle de exclusão da lei do LDO;
Permitir controle de alterações da lei da LDO:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LDO;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

Exportação automática das informações para a LOA.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL)

Integração com o LDO através de todos os cadastros realizados;
Permitir gerenciar informações da LOA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LOA;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LOA em tempo real:

Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.

Permitir acesso rápido a relatórios do LOA por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LOA:

Permitir iniciar elaboração do LOA;
Permitir replicar dados de LOAs anteriores;
Permitir excluir elaboração do LOA e reiniciar;
Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:

Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).

Permitir detalhar valores de despesas:

Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LOA forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).

Permitir encerrar elaboração da LOA e gerar projeto de lei.

Permitir controlar na fase de projeto de lei do LOA:

Permitir controle de emendas:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LOA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LOA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LOA.
Permitir controlar na fase de lei da LOA:
Permitir controle de exclusão da lei do LOA;
Permitir controle de alterações da lei da LOA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LOA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – METAS E RISCOS FISCAIS

Permitir gerenciar informações de metas e riscos fiscais a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a metas e riscos fiscais;
Permitir iniciar o lançamento de metas e riscos fiscais;
Permitir informar dados e parâmetros para projeções de metas físicas:
- Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) real (crescimento % anual);
- Permitir lançar valor para taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual);
- Permitir lançar valor para câmbio (R$/US$ - Final do ano);
- Permitir lançar valor para inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação;
- Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) do Estado;
- Permitir lançar valor para dívida fiscal líquida;
- Permitir lançar valor para receita corrente líquida (RCL) executada no ano anterior;
- Permitir lançar valor para fator % de atualização da RCL para o ano logado;
- Permitir lançar valor para receitas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas);
- Permitir lançar valor para despesas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas).

Permitir lançar os valores de receitas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de receitas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de despesas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de despesas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de dívida pública (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de dívida pública prevista dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar valores de evolução do patrimônio líquido:
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Patrimônio/Capital;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Reservas;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Resultado acumulado.

Permitir lançar valores da DOCC (despesa obrigatória de caráter continuado);
- Permitir lançar valores de aumento permanente da receita;
- Permitir lançar valores de transferências constitucionais e de transferências do FUNDEB;
- Permitir lançar valores da redução permanente da despesa;
- Permitir lanças novas DOCC;
  - Permitir vincular qual despesa da LDO é referente à DOCC;
  - Permitir lançar compensações para a DOCC.
- Permitir informar notas e observações para cada tipo de valor da DOCC;
- Permitir calcular a margem bruta e líquida da expansão da DOCC.

Permitir lançar valores para renúncia de receita:
- Permitir indicar qual norma jurídica ampara a estimativa de renúncia de receita;
- Permitir indicar de qual Receita planejada na LDO está se estimando renunciar;
- Permitir detalhar os tributos que se estima renunciar;
- Permitir detalhar os beneficiários com a estimativa de renúncia;
- Permitir lançar compensações para a estimativa de renúncia.

Permitir lançar valores de compensações:
- Permitir cadastrar compensações que podem ser vinculadas às novas DOCC ou às estimativas de renúncia de receita;

Permitir definir um valor máximo que pode ser compensado;
Permitir visualizar todos os locais de consumo do saldo da compensação.

Permitir lançar estimativas de impacto:
Indicando a origem da estimativa (criação/expansão de despesas obrigatórias ou criação/expansão de ações de governo);
Indicando qual Ação de governo ou DOCC especificamente tiveram impacto;
Importando as estimativas de impacto diretamente do cadastro de Novas DOCC;
Indicando o arquivo com a autorização do ordenador da despesa.

Permitir lançar riscos fiscais:
Permitir lançar os tipos de riscos fiscais, indicando se é um passivo contingente ou não;
Permitir informar a estrutura orçamentária (órgão) que se visualiza o risco fiscal;
Permitir informar qual ação de governo está sujeita ao risco fiscal;
Permitir informar qual Receita planejada na LOA está sujeita ao risco fiscal;
Permitir informar as providências que serão adotadas caso o risco fiscal se concretize durante a execução do orçamento.

Permitir lançar situação financeira do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social);

Permitir lançar projeção atuarial do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social):
Permitir realizar o cadastro de reprojeções atuariais do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano previdenciário do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano financeiro do RPPS;

Permitir lançar valores de recursos de alienação de ativos;

Permitir excluir o lançamento de metas e riscos fiscais.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE COMISSÕES

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE LEIS

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:
Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.

Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.

Permitir controlar alterações da lei.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS

Relatórios do PPA:
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do PPA;
Possuir demonstrativo de receitas do PPA;
Possuir demonstrativo de despesas do PPA;
Possuir demonstrativo de programas, indicadores e ações do PPA.

Relatórios do LDO:
Possuir demonstrativo de equilíbrio das fontes da LDO;
Possuir Anexo 3 – Metas e Prioridades.

Relatórios da LOA:
Possuir anexos da lei 4.320/64:

Possuir anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
Possuir anexo 2 - Demonstração da natureza de despesa por órgão e unidade;
Possuir anexo 2 - Demonstração da receita por categoria econômica;
Possuir anexo 6 - Demonstração da despesa por programa de trabalho despesas por órgão e unidade;
Possuir anexo 7 - Demonstração de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas e fontes de recursos;
Possuir anexo 9 - Demonstração da despesa por órgãos e funções.
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do LOA;
Possuir demonstrativo de plano de aplicação dos fundos especiais;
Possuir demonstrativo de programa anual de trabalho do governo em termos de realizações;
Possuir demonstrativo de quadro das dotações por órgão do governo e da administração;
Possuir demonstrativo de quadro discriminativo da receita por fontes e respectivas legislações;
Possuir demonstrativo de sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.

CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;

Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;
Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.
Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.
Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).
Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;

Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - CONTABILIDADE

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir indicar na parametrização o plano de contas contábeis utilizado pelo cliente;
Permitir indicar na parametrização o tipo padrão de empenho utilizado pelo cliente (estimativo, global ou ordinário);
Permitir controlar na parametrização a liberação de execução orçamentária por exercício realizando diversas validações com objetivo de garantir que todas as estruturas padrões e rotinas contábeis estejam corretas antes de iniciar o exercício de trabalho:

A previsão da Receita orçamentária está completa e com o devido valor total para esse ano;
A programação financeira de cada receita orçamentária está completa e com os devidos valores distribuídos por mês;
A fixação da despesa orçamentária (Dotações) está completa e com o devido valor para este ano;
O Cronograma de desembolso da despesa de cada dotação orçamentária está completo e com os devidos valores distribuídos por mês;
A configuração do controle de cotas da despesa (caso a UG vá controlar), envolvendo as devidas dotações, está definida para este ano;
A configuração de numeração de empenhos e sequenciais da contabilidade está definida para este ano;
Existe um bloqueio de movimentação contábil com data igual ou menor que 01/01/ano logado.

Permitir controlar na parametrização as preferências de usuários com relação a funcionalidade de gerenciamento de empenhos:

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de empenhos após o salvamento de um empenho:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Abrir a tela para adicionar nova "Em liquidação" do empenho salvo;
Abrir a tela para adicionar nova "Liquidação" do empenho salvo;
Limpar a tela para lançar um novo empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de liquidações de empenhos após o salvamento de uma liquidação:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar uma nova liquidação para o mesmo empenho;
Voltar para tela de seleção de empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de pagamentos de empenhos após o salvamento de um pagamento:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar um novo pagamento para a mesma liquidação;
Voltar para tela de seleção de empenho para pagamento.

Parametrizações para LRF (Lei de responsabilidade fiscal)

REQUISITOS DE CADASTROS – CONTABILIDADE

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

Cadastrar os tipos de operações da receita orçamentária;

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.
Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;
Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:

Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Possuir o cadastro de fundos contábeis, os quais possam ser agrupadores de lançamentos de receitas, despesas, movimentos financeiros e patrimoniais exclusivos do respectivo fundo contábil, permitindo a extração de dados e emissão de relatórios exclusivos do fundo.

REQUISITOS DE ESTRUTURAS PADRÕES – CONTABILIDADE

Os planos de contas da receita, da despesa e contábil deverão ser aqueles definidos com base em exigências do Tribunal de Contas do Estado, não podendo haver tabelas de correlações entre outros planos com o do referido Estado, facilitando, assim, o entendimento e a operacionalização do sistema;

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;

Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento e desdobramento;

Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;

Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de despesa:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;

Permitir controlar natureza de receita por vigência;

Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de receita:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – ORÇAMENTO

Cadastrar a estrutura orçamentária por meio de estrutura de árvore recursiva, com controle de início e fim de vigência, permitindo informar o código do Órgão e tipo de órgão junto ao TCE;

Cadastrar as fontes de pesquisas;

Cadastrar os públicos alvos, permitindo informar o código do público alvo junto ao TCE;

Cadastrar as bases geográficas com vínculos de endereços;

Cadastrar os fatores de riscos;

Cadastrar as unidades de medidas;

Cadastrar os indicadores informando o código dos indicadores junto ao TCE;

Cadastrar os programas de governo com seus indicadores e objetivos, inclusive os programas do tipo temáticos;

Cadastrar as ações de governo com seus produtos e fatores de riscos;

Cadastrar as dotações orçamentárias, inclusive identificando-as por código reduzindo, fazendo a junção dos seguintes elementos:

Estrutura orçamentária;
Função e subfunção;
Programa e ação;
Natureza de despesa;
Fonte de recursos;
Esfera orçamentária;
Fundo, se for o caso;
Valor fixado.

Distribuir os valores da programação financeira da receita possibilitando calcular com base:

Divide valor previsto por doze meses;
Distribuir valor previsto a partir dos percentuais da rec. arrecadada em anos anteriores.

Gerar o cronograma de desembolso orçamentário possibilitando determinar o percentual de contingenciamento e calcular com base:

Divide valor fixado (menos a reserva) por doze meses;
Distribuir despesa a partir dos percentuais da receita arrecadada em anos anteriores;

Permitir fazer a configuração de controle de cotas da despesa possibilitando selecionar as dotações e calcular com base em valores:

Semestral;
Quadrimestral;
Trimestral;
Bimestral;
Mensal.

Permitir gerenciar antecipações e prorrogações de saldo de cotas orçamentárias.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Possuir controle de alterações orçamentárias que possam ser inseridas no software, simulados os valores, realizar a emissão de relatórios de impacto orçamentário para apreciação antes da efetivação das alterações simuladas, de forma que os valores somente influenciem efetivamente nos saldos orçamentários quando a alteração for aprovada.

Possibilitar o lançamento de trâmites, com valores e incremento das informações no projeto/simulação da alteração orçamentária, até que se decida cancelar ou aprovar/efetivar a mesma.

Permitir realizar alterações orçamentárias dos tipos:

Crédito suplementar de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 7 e 41;
Crédito especial de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Crédito extraordinário de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Remanejamento orçamentário de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transposição orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transferência orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;

Permitir realizar transferências/realocações de saldos entre fontes de recursos das dotações orçamentárias.

Permitir, sob parametrização opcional da entidade, a liberação de acréscimos orçamentários para posterior fechamento do decreto de alteração orçamentária, controlando os valores liberados para execução.

Permitir as devidas vinculações dos controles de origem do recurso do crédito, como Superávit financeiro, Excesso de arrecadação, Operação de crédito, Anulação de saldo de dotação, Reserva de contingência ou Recurso sem despesa oriundo de veto.

Controlar o equilíbrio dos valores entre os créditos e a respectiva origem do recurso do crédito.
Controlar lançamento de acréscimo de receita prevista referente a excesso de arrecadação.
Possibilitar o cancelamento do projeto/simulação de alteração orçamentária para que a mesma não influencie no orçamento em execução, possibilitando a realização das simulações sem prejuízo ao controle de saldos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – INICIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

Possuir controle de cadastros de vigência contínua, sem a necessidade de recadastro ou importação de cadastros de um exercício para o próximo, por exemplo contas bancárias, contas extra orçamentárias, ou quaisquer cadastros.
Possuir controle dos saldos das contas bancárias, caixa, contas extra orçamentárias entre outros saldos lineares de forma contínua, sem a necessidade de informar os saldos de um exercício no início do próximo.
Possuir controle de vigência da execução do PPA ao longo dos seus quatro anos de vigência, permitindo a geração da LDO e em seguida da LOA a partir dos dados do PPA cadastrado uma única vez.
Possuir rotinas automáticas de cálculo dos saldos atuais dos diversos tipos de controle que necessitam gerar lançamentos contábeis de abertura do exercício, como contas bancárias, contratos, convênios, saldos extra orçamentários, bens patrimoniais, estoque, etc.
Possuir verificação e alertas ao usuário quando da tentativa de liberar a execução orçamentária do exercício, para que todas as parametrizações necessárias estejam registradas no sistema para garantir seu funcionamento conforme os parâmetros definidos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Permitir cadastrar o tipo de operação da receita orçamentária informando seu respectivo tipo de dedução;
Permitir importar as receitas orçamentárias do Orçamento (LOA - Lei Orçamentária Anual) quando o cliente trabalhar com módulo de Orçamento Público da prestadora;
Permitir cadastrar receita orçamentária por exercício informando: natureza de receita, tipo de operações da receita, fontes de recurso e deduções previstas;
Permitir arrecadar manualmente receita orçamentária controlando: dados financeiros, fontes de recurso e descontos, baixando o crédito patrimonial de arrecadação quando controlado;
Permitir anular a arrecadação manual de receita orçamentária controlando: dados da anulação, fontes de recurso, dados financeiros e descontos anulados;
Possuir operação para a realização da importação das receitas junto à tributação municipal, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, realizando automaticamente os lançamentos de receita na contabilidade, realizando tratamento individualizado para reconhecimento e arrecadação da receita, importando valores de lançamentos, baixas por arrecadação, cancelamentos e inscrição em dívida ativa em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor público);
Possuir operação para a realização de importação dos valores referentes a atualização (juros, multas e correções) dos créditos do setor tributário, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, permitindo que o valor contábil seja sempre atualizado conforme as correções ocorridas na tributação e desta forma atendendo o regime de competência contábil e NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
Para a importação citada no item anterior deve ser possível realizar diariamente ou conforme a necessidade da entidade, sendo que ao gerar o movimento de um dia o sistema deverá calcular os valores anteriores que ainda não tenham sido importados e manter o débito atualizado;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Permitir pré-empenhar a despesa garantindo saldos de dotação e preenchimento automático de todos os dados da despesa, seja oriunda de compra, de pessoal, de dívida fundada ou de outras origens de despesa.

Permitir o controle de saldos eficiente de dotações considerando movimentos, alterações orçamentárias, reservas e controles de cotas da despesa.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de notas de empenho para casos em que o usuário tem vários empenhos a serem cadastrados.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de todas as etapas da despesa de notas de empenho, liquidação e pagamentos para casos em que o usuário tenha várias despesas a serem empenhadas, liquidadas e pagas sequencialmente.

Permitir a consulta completa de todo o histórico do empenho em seu cadastro, exibindo a lista dos registros de despesa em liquidação, das liquidações, dos pagamentos e os montantes das respectivas anulações.

Permitir toda a consulta histórica ao longo dos anos de cada etapa da despesa a partir da tela de cadastro de empenho, conforme citado acima, mesmo quando consultado um empenho antigo, em exercícios anteriores, referente a restos a pagar.

Permitir registrar os lançamentos de cada etapa da despesa a partir da aplicação de cadastro do empenho, sem a necessidade de acessar outras aplicações no menu da solução.

Permitir a inclusão de pagamentos a partir da liquidação do empenho, realizando de forma fácil e automática a vinculação entre as duas etapas da despesa.

Controlar os saldos de transição entre cada etapa da despesa, das contas financeiras e contas extra orçamentárias nas consignações e pagamentos.

Permitir a consulta simultânea dos lançamentos contábeis realizados ao concluir a inclusão de cada etapa da despesa.

Permitir a emissão dos documentos de nota de empenho, liquidação e pagamento a partir das respectivas telas de cadastros.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Permitir o cadastro de conta de depósito extraorçamentário onde é possível definir; o código da conta, descrição, tipo da conta, natureza do saldo, se permite saldo negativo, se permite consignação ou pagamento agregado, o credor preferencial, se é vinculada a fundo e sua vigência;

Permitir lançar movimento de depósito extraorçamentário controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extra, fonte de recurso, tipo do movimento financeiro (entrada ou saída), valor, descrição, credor e dados financeiros;

Permitir emitir o comprovante de pagamento de movimento de depósito extraorçamentário de forma individual ou em massa;

Permitir lançar nota de despesa extraorçamentária controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extraorçamentária, fonte de recurso, descrição e credor, selecionando retenções envolvidas para compor a nota de despesa extraorçamentária.

Permitir o pagamento da nota de despesa extraorçamentária, informando consignações ou pagamentos agregados e dados financeiros;

Permitir emitir a nota de despesa extraorçamentária de forma individual ou em massa;

Garantir controle de restos a pagar processados e não processados, em contas separadas por exercício;

Inscrição automática de restos a pagar de empenhos que apresentarem saldo ao final do exercício, para posterior liquidação ou cancelamento, procedimentos a serem feitos de acordo com a legislação;
Permitir a exclusão de inscrição de restos a pagar respeitando consistências e validações;
Permitir o lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP;
Permitir a anulação do lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP.
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de despesa em liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de ordem de pagamento de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de pagamento de restos a pagar;
Permitir o cancelamento de restos a pagar, respeitando consistências e validações, com emissão de nota de cancelamento de restos a pagar;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – TESOURARIA (SISTEMA FINANCEIRO)

Permitir cadastrar o tipo de documento financeiro e sua respectiva operação (débito ou crédito);
Permitir cadastrar o tipo de aplicação financeira;
Permitir cadastrar as contas caixa da unidade gestora;
Permitir cadastrar as contas bancárias da unidade gestora controlando; banco, agência, número da conta, dígito verificador, se a conta é vinculada, a descrição, a natureza do recurso;
Permitir cadastrar vários tipos de conta para cada conta bancária, indicando qual o tipo principal para cada conta bancária e controlando a situação e o saldo de cada tipo individualmente;
Permitir informar especificidades da aplicação financeira quando o tipo da conta for de aplicação, como tipo de aplicação financeira e prazo do investimento;
Permitir realizar lançamentos financeiros de saldo inicial das contas, controlando; data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir visualizar todos os lançamentos financeiros efetuados na entidade através de outros controles, como movimentos de receitas e pagamentos de empenhos, visualizando o tipo do lançamento, data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir realizar transferência financeira entre contas da própria unidade gestora, controlando: data da transferência, valor da transferência, contas e fontes de recurso de origem e contas e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar transferência de saldo entre fontes de recurso de uma mesma conta, controlando: data da transferência, valor da transferência, fontes de recurso de origem e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar lançamento de aplicação financeira controlando; data do lançamento, detalhamento (descritivo), conta de aplicação financeira e a conta bancária de movimento, indicando o tipo do movimento (aplicação, resgate, ganhos ou perdas);
Permitir visualizar extrato da conta bancária ou conta caixa;
Permitir realizar conciliação bancária com ticagem em massa;
Interferência financeira:

Permitir cadastrar conta de interferência financeira informando; código, descrição e órgão ou entidade governamental;
Permitir lançar previsão de interferência financeira informando; a conta de interferência financeira, o tipo de interferência, a data de previsão e o valor previsto;
Permitir lançar interferência financeira informando; data de lançamento, conta de interferência financeira, tipo da interferência, valor, competência (mês e ano), descrição e dados financeiros;
Permitir lançar anulação de interferência financeira;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CONVÊNIOS, PROGRAMAS E REPASSES

Gerenciar convênios, controlando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar programas de transferência de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar repasse de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ARRECADAÇÃO

Permitir cadastrar uma conta de crédito patrimonial de arrecadação informando; código, descrição, fundo, e naturezas de receita com suas respectivas vigências. Essa vigência possibilitará utilizar essa conta patrimonial de arrecadação por vários exercícios realizando ajustes necessários em seus vínculos com naturezas de receitas;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir lançamentos de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir baixas de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir inscrever, estornar ou excluir inscrições em dívida ativa de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Possuir integração com a execução da receita orçamentária, de forma que a importação das receitas e de valores de atualização junto à tributação municipal sejam registrados no sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação para contabilização em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);
Permitir adicionar, editar ou excluir perdas prováveis de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Não permitir alterar manualmente lançamentos de crédito patrimonial de arrecadação oriundos de integração com lote tributário para garantir a consistência das informações contábeis e tributárias;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE BENS

Permitir registrar os valores referentes a movimentos de bens patrimoniais e a contabilização devida a cada tipo de movimento, tais como:

Incorporação
Valorização
Desvalorização
Depreciação bem móvel/imóvel
Amortização bem intangível
Exaustão recurso natural

Reversão da Depreciação/Amortização/Exaustão devido à baixa
Comodato cedido
Comodato recebido
Baixa de comodato cedido
Baixa de comodato recebido
Baixa de bem patrimonial
Ganho na alienação
Perda na alienação
Ajuste de exercícios anteriores para mais
Ajuste de exercícios anteriores para menos
Incorporação não definitiva (Bem patrimonial em construção)

Permitir o recebimento dos lançamentos de registros de bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, de acordo com o tipo de movimento e registrando os devidos vínculos de contratos, entidades relativas a doações, comodatos e outras características, conforme as necessidades para geração dos lançamentos contábeis de bens patrimoniais.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de bens patrimoniais, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ESTOQUE

Permitir o cadastro de contas de crédito patrimonial de estoque, possibilitando os devidos agrupamentos de crédito por fundo.

Permitir registrar ou receber os registros acumulados dos valores referentes a movimentos de entradas e saídas de estoque para contabilização.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de estoque, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Possuir identificação de Unidade gestora do tipo consórcio com comportamentos das aplicações exclusivos para consórcios

Possuir cadastro de dados de consórcio público que permita vínculo de cadastro de pessoa jurídica do tipo consórcio

Possuir controle do quadro de consorciados no cadastro de consórcios.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com as regras estabelecidas pela IPC 10.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com a quantidade de habitantes.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma manual.

Permitir o recálculo dos percentuais de participação e quantidade de cotas do quadro de consorciados quando da entrada ou saída de um ente consorciado.

Possuir controle do cadastro dos contratos de rateio.

Possuir controle dos valores repassados aos consórcios pelos entes consorciados, seja por valores de receitas orçamentárias ou bens patrimoniais.

Possuir controle de despesas realizadas no consórcio em nome dos consorciados, possibilitando ratear pelos percentuais de participação ou realizar despesas exclusivas para um consorciado.

Possuir controle de prestação de contas no consórcio aos entes consorciados, evidenciando automaticamente os valores de cada despesa rateados para cada ente participante.

Permitir a geração dos arquivos de prestação de contas para envio aos entes consorciados, acompanhados com os devidos demonstrativos dos valores de acordo com a IPC 10.
Permitir o lançamento dos pareceres sobre as prestações de contas de cada ente consorciado.
Realizar automaticamente as devidas contabilizações de cada etapa do processo contábil do consórcio, de acordo com a IPC 10.
Possuir identificação dos contratos de rateio nas despesas de repasse do ente consorciado ao consórcio.
Permitir importação dos lotes de prestação de contas do consórcio no ente consorciado.
Permitir o lançamento de parecer sobre a prestação de contas do consórcio no ente consorciado.
Realizar a emissão dos anexos da LRF considerando os valores dos consórcios, oriundos das prestações de contas dos mesmos, de acordo com a IPC 10.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

Permitir identificar empenhos referentes a suprimento de fundos (adiantamentos)
Permitir identificar empenhos referentes a despesa com diárias.
Possuir controle de prestação de contas de adiantamentos com tratamento para prazo final para a prestação e vinculação de documentos;
Possuir controle de parecer sobre a prestação de contas de adiantamentos;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - DÉBITOS PATRIMONIAIS - DÍVIDA FUNDADA

Permitir adicionar, editar ou excluir dívida fundada respeitando as devidas regras, validações e consistências;
Permitir lançar dados gerais da dívida fundada informando; código, descrição, tipo da dívida fundada (precatório, parcelamento da dívida ou operação de crédito), se é de dívida externa, data de inscrição, classificação, número do documento, detalhamento, lei vinculada, contrato vinculado, credor, fundo, valor do principal, valor autorizado, se tem juros pré-fixados, data primeira parcela, valor da primeira parcela e quantidade de parcelas;
Se o tipo da dívida fundada for precatório permitir informar; sequência, quantidade de credores, número do processo e data da notificação;
Se o tipo da dívida fundada for parcelamento da dívida permitir informar o tipo de dívida parcelada; retenções extraorçamentárias e outras dívidas. Se o tipo da dívida parcelada for retenções extraorçamentárias permitir informar as retenções que serão vinculadas à dívida fundada;
Se o tipo da dívida fundada for operação de crédito permitir informar; número do ofício da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), data do ofício da STN, conta bancária e natureza de receita que serão movimentados quando houver ingresso de recursos financeiros;

Identificar se operação de crédito teve ingresso de recursos financeiros ou incorporação de bem patrimonial, garantindo vinculação com a respectiva movimentação analítica no sistema para identificação e controle;

Permitir controlar as parcelas da dívida fundada, informando a data de vencimento, valor do principal, de juros, encargos e de correção de cada parcela, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;
Permitir distribuir o valor do principal nas parcelas de acordo com as informações sobre parcelas dos dados gerais (valor do principal e quantidade de parcelas);
Permitir inserir ou remover parcelas do parcelamento, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir o controle de execução da dívida fundada através da execução da despesa, identificando em cada empenho, liquidação e pagamento, assim como em suas anulações, quais parcelas e valores estão sendo amortizados;

Possibilitar a visualização centralizada da execução da dívida fundada;

Garantir a correta contabilização de reconhecimento e apropriação da dívida, controlando os valores contabilizados do principal e de juros, encargos e correção, no longo prazo e no curto prazo de cada parcela, na data em que ocorre o fato contábil, possibilitando a transferência automática dos valores do longo prazo para curto prazo, assim como a contabilização da amortização da dívida através da execução da despesa, em atendimento a NBCASP e em conformidade com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO CONTÁBIL

Possuir configuração contábil centralizada em servidor Web e disponível em tempo real;

A configuração contábil é a fonte de informações, regras, restrições e comandos que orientam a forma como o sistema contábil realiza a contabilização das movimentações analíticas para os planos de contas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e estaduais;

Possuir rotina de atualização de configurações contábeis, disponível em tempo real, onde o sistema verifica atualizações disponíveis e as tornam utilizáveis imediatamente para orientar a contabilização no sistema contábil;

Identificação de eventos contábeis:

Possuir identificação de quais eventos contábeis devem ser executados para cada registro da movimentação analítica e sua ocorrência;

A execução da identificação dos eventos contábeis deve ser realizada automaticamente, imediatamente após a gravação de cada movimentação analítica;

Permitir a visualização das identificações de eventos contábeis para os fatos geradores diretamente na aplicação de origem da movimentação analítica;

Possuir visualização centralizada de todas as identificações de eventos contábeis, separadas por fato gerador;

Possuir rotina que refaz a identificação de eventos contábeis para todos os registros dos fatos geradores que não possuem ainda a sua contabilização (movimentação contábil);

Permitir a execução da rotina que refaz a identificação de eventos contábeis de um registro específico de um fato gerador, independentemente deste possuir contabilização (movimentação contábil);

Ao refazer a identificação de eventos contábeis deste registro de um fato gerador específico, o sistema limpa a movimentação contábil vinculada a este registro, para garantir sua consistência com os eventos identificados;

Permitir a execução da rotina demonstrando quais regras foram utilizadas para identificar os eventos contábeis de um registro de um fato gerador específico, a fim de possibilitar uma visualização clara das regras executadas pelo sistema contábil e garantir assim sua auditoria;

Realizar o *download* de um relatório de inconsistências encontradas durante o processamento das regras de identificação de eventos contábeis quando executada rotina de identificação dos eventos;

Vínculos contábeis:

Permitir criação de relacionamentos entre informações utilizadas pelo sistema (como contas bancárias, naturezas de receita, naturezas de despesa, entre outras informações) e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado para identificação das contas na geração de movimentos contábeis;

Permitir a identificação de vínculos faltantes durante a geração de movimentações contábeis;

Movimentação contábil:

Realizar a geração dos movimentos contábeis dos eventos identificados, gravando as partidas dobradas nas contas contábeis do plano de contas definido na parametrização vigente do sistema contábil:

Possuir gravação dos movimentos contábeis simultâneos à gravação da movimentação analítica do sistema, realizada após a identificação dos eventos contábeis:

Caso não seja possível a gravação do movimento contábil de forma simultânea por não haver vínculo ou configuração previamente necessária, a movimentação analítica deve ser gravada independentemente, devendo ser possível efetuar sua geração de movimento contábil posteriormente;

Permitir geração dos movimentos contábeis em massa dos movimentos analíticos do sistema que não tiveram seus movimentos contábeis gerados simultaneamente à sua gravação:

Possibilitar a geração de movimentos contábeis em massa de forma parcial, gerando apenas as movimentações de acordo com as preferências do usuário:

de um determinado período de tempo definido pelo usuário;

de fatos geradores selecionados pelo usuário;

Exibir os passos executados pelo processamento de contabilização, demonstrando o tempo total decorrido, o tempo decorrido para cada fato gerador e o progresso de processamento dos dados contábeis para cada fato gerador, permitindo assim a identificação da performance do processamento;

Apresentar (quando necessário) todas as inconsistências identificadas durante o processo de contabilização:

As inconsistências podem ser:

Por falta de configurações contábeis disponíveis para o plano de contas parametrizado;

Por falta de vínculos contábeis entre os registros do sistema contábil e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado;

Por falta de dados contábeis ou vínculos utilizados para a geração de contas correntes contábeis vinculadas ao registro de movimento contábil;

Por demais inconsistências identificadas durante o processamento do fato gerador para a contabilização.

Emitir listagem das inconsistências identificadas durante o processamento dos fatos geradores, permitindo a visualização de seus detalhes;

Permitir a geração e *download* de relatório em formato PDF (*Portable Document Format* - Documento de Formato Portável) com as inconsistências agrupadas por fato gerador, de um fato gerador específico ou de todos os fatos geradores com inconsistência.

Permitir consulta, em tela, de balancete contábil mensal do plano de contas parametrizado, demonstrando os valores de cada conta contábil em:

Saldo anterior (ao mês informado);

Débitos até mês;

Créditos até mês;

Débitos no mês;

Créditos no mês;

Saldo atualizado da conta contábil.

Permitir a visualização das contas correntes contábeis vinculadas de cada conta contábil do balancete, demonstrando seus valores por mês;

Permitir a visualização de todos os movimentos contábeis gerados para um fato gerador em um mês;

Permitir, para cada registro da movimentação analítica, a visualização dos movimentos contábeis vinculados ao registro.

Movimentos de abertura:

Permitir a realização de cálculos de saldos das movimentações analíticas do sistema, migradas para implantação, a fim de permitir a realização das movimentações de abertura de contas contábeis do plano de contas parametrizado:

O sistema deve apresentar um relatório para visualização dos saldos de abertura calculados e gravados para o exercício logado, a fim de permitir conferência dos valores migrados para implantação;

O sistema deve apresentar, quando houver, inconsistências na rotina de cálculo dos saldos de abertura;

O sistema deve registrar quando e qual o usuário responsável pelo cálculo dos saldos contábeis de abertura.

Permitir a contabilização (geração dos movimentos contábeis) para cada saldo de abertura calculado pelo sistema contábil:

Quando houver inconsistências, o sistema deve permitir realizar o *download* do relatório de inconsistências em formato PDF;

Exibir os passos executados pelo processamento da contabilização de abertura, demonstrado o tempo decorrido em cada fato gerador da abertura e o progresso de dados contábeis processados.

Lançamentos contábeis eventuais:

Permitir a realização de lançamentos contábeis eventuais, independentes da movimentação analítica realizada no sistema, registrando qual usuário e data da realização do lançamento contábil eventual;

Garantir a integridade das contas correntes contábeis utilizadas nos lançamentos eventuais:

Identificar se devem ser vinculadas conta corrente contábil nas contas movimentadas:

Possibilitar vincular conta corrente existente ao lançamento contábil eventual, através de sistema de busca das contas correntes contábeis utilizadas em outros movimentos contábeis;

Permitir a criação de uma conta corrente contábil nova e sua vinculação ao movimento contábil eventual;

Garantir a não redundância de contas correntes contábeis no sistema, de forma que ao informar uma conta corrente manualmente o sistema deve garantir que se uma conta corrente idêntica já existir ela deve ser vinculada ao lançamento eventual, evitando assim sua duplicidade.

Permitir a alteração do histórico do lançamento contábil eventual;

Permitir a exclusão do lançamento contábil eventual;

Permitir a emissão de relatório de listagem dos lançamentos eventuais, com base em agrupamentos e totalizações disponíveis na tela e filtros informados.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS

Permitir a emissão da Anexos e demonstrativos legais, exigidos pelas instituições fiscalizadoras de maneira consolidada, envolvendo os valores das entidades municipais como Câmara, fundações, ao indicar emissão consolidada na unidade gestora da prefeitura.

Permitir que o sistema realize leitura dos valores das demais unidades gestoras, sem a necessidade de exportar/importar arquivos, exclusivamente para emissão dos documentos que possuam a opção de emissão consolidada.

Emitir documentos e gerar dados consolidados em tempo real com a execução contábil das unidades gestoras do município.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO

Permitir a realização de bloqueio de movimentação contábil, onde é delimitada uma data limite para que as movimentações analíticas do sistema estejam impedidas de serem inseridas, alteradas ou excluídas em data menor ou igual à do bloqueio;

Permitir a realização de reabertura da movimentação de um período bloqueado, onde em um período reaberto:

Permitir realização de inserção, edição e exclusão de movimentações analíticas neste período, mediante autenticação de usuário que possua responsabilidade sobre os lançamentos de registros em período reaberto, gravando histórico completo das alterações realizadas e registrando o responsável pelas alterações;

Permitir a realização de liberação da movimentação de um período que foi reaberto, fazendo assim com que o sistema permita a manutenção (inserção, edição e exclusão) livre das informações neste período reaberto, sem requerer a autenticação do usuário responsável pela movimentação reaberta;

Permitir a gravação automática, concomitante ao bloqueio, de saldos das movimentações analíticas do sistema (como saldos de dotações orçamentárias, contas financeiras, entre outras movimentações) a fim de garantir aumento na performance do sistema contábil.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS LEGAIS

Relatórios da lei 4.320/64 - DCASP:

Anexo 01 - Demonstrativo da receita e despesa por categoria
Anexo 02 - Despesas por órgão/consolidação geral
Anexo 02 - Receitas por categorias econômicas
Anexo 06 - Programa de trabalho por órgão/unidade
Anexo 07 - Despesas por programa de trabalho
Anexo 08 - Despesa conforme vínculo com os recursos
Anexo 09 - Despesa por órgão e funções
Anexo 10 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada
Anexo 11 - Comparativo da despesa orçada com a realizada
Anexo 12 - Balanço orçamentário
Anexo 13 - Balanço financeiro
Anexo 14 - Balanço patrimonial
Anexo 15 - Demonstrativo das variações patrimoniais
Anexo 16 - Demonstrativo da dívida fundada interna
Anexo 17 - Demonstrativo da dívida flutuante
DCASP - Balanço financeiro
DCASP - Balanço orçamentário
DCASP - Balanço patrimonial

Relatórios e anexos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal):

Anexo de Metas Fiscais (AMF):

Demonstrativo 1 – Metas anuais

Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior
Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido
Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores
Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita
Demonstrativo 8 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):

Anexo 1 –Balanço orçamentário
Anexo 2 – Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção
Anexo 3 – Demonstrativo da receita corrente líquida
Anexo 4 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias
Anexo 5 – Demonstrativo do resultado nominal
Anexo 5 - Receita/despesa previdenciárias (249/2010 STN)
Anexo 6 – Demonstrativo do resultado primário
Anexo 6 - Resultado nominal (PR)
Anexo 7 – Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão
Anexo 7 - Resultado primário (249/2010 STN)
Anexo 8 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE
Anexo 9 – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital
Anexo 9 - Restos a pagar (249/2010 STN)
Anexo 10 – Demonstrativo da projeção atuarial do regime de previdência RGPS
Anexo 10 - Manutenção e despesas ensino (249/2010 STN)
Anexo 11 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos
Anexo 11 - Operações de crédito (249/2010 STN)
Anexo 12 - Demonstrativo receitas despesas com saúde STN 637/2012
Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas
Anexo 13 - Projeção atuarial (249/2010 STN)
Anexo 14 - Alienação de ativos e aplicação de recursos (249/2010 STN)
Anexo 14 - Demonstrativo resumidos da RREO STN 637/2012
Anexo 16 - Saúde (249/2010 STN)
Anexo 17 - Demonstrativo parcerias público privadas (249/2010 STN)
Anexo 18 - Demonstrativo simplificado (249/2010 STN)

Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):

Anexo 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal STN 637/2012 - RGF
Anexo 2 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida – DCL
Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores
Anexo 4 - Demonstrativo das operações de créditos STN 637/2012 - RGF
Anexo 5 – Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar
Anexo 6 – Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal

Anexo 6 - Demonstrativo de restos a pagar STN 637/2012 - RGF
Anexo 7 - Limites
Anexo 7 - Demonstrativo simplificado relatório gestão fiscal STN 637/2012 - RGF

REQUISITOS DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÕES DE CONTAS

Gerar informações para Tribunais de Contas conforme padrão definido pelos Tribunais;
Gerar informações para SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);
Gerar informações para SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde);
Gerar informações para DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte);
Gerar informações para SEFIP eSocial autônomos (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social);
Gerar o MANAD (Manual Normativo de Arquivos Digitais);
Gerar informações para MSC (Matriz de Saldos Contábeis).

RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro do Plano de Cargos e Salários contendo os seguintes dados: valor base, número máximo de funcionários, nome do cargo, código CBO. Deve possuir histórico de valores mensal do plano de cargos e salários, armazenando os valores para cada cargo.
Cadastro de diárias, definindo o valor que será pago e para quais cargos a mesma será designada.
Cadastro de parametrização de vários tipos de A.T.S. (adicional por tempo de serviço), sendo possível definir para cada funcionário a qual tabela de A.T.S. o mesmo está enquadrado.
Cadastro de proventos e descontos com parametrizações da forma de cálculo, especificando se o mesmo é integral ou proporcional em relação a sua base, tipo de cálculo se dia, hora, percentual, valor ou vinculado a alguma tabela, como IRRF, INSS, RPPS, deve especificar também a qual tipo de salário o mesmo está vinculado, se salário base de concurso, salário mínimo, salário base de comissão.
No cadastro de proventos e descontos o próprio usuário deve conseguir realizar a formatação dos proventos e descontos utilizados para o cálculo do valor base do provento ou desconto em questão, definindo a sua fórmula de cálculo.
Parametrização diferenciada para cada tipo de afastamento, onde é possível definir quais as verbas e descontos serão lançados automaticamente para o funcionário, quando o mesmo sofrer determinado tipo de afastamento. Permitir definir como será o cálculo de cada verba ou desconto, se será realizada a média ou será utilizado o valor do último pagamento.
Cadastro de Pessoas contendo os seguintes dados: CPF, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai.
No cadastro da pessoa, permitir vincular mais de uma conta bancária ao mesmo cadastro, podendo ser contas de bancos diferentes, e permitir definir qual será a conta para recebimento da folha.
Possibilidade de anexar uma foto de uma mesma pessoa ao seu cadastro.
Cadastro de funcionários contendo os seguintes dados: tipo de admissão, vínculo, categoria, agente nocivo, cargo comissionado ou cargo de concurso, secretaria, departamento, regime

previdenciário, número do contrato, horário de trabalho, data de admissão, também poder classificar este funcionário como pensionista ou aposentado, quando for o caso.
Possibilidade de vincular a mesma pessoa a mais de um cadastro de funcionário, em diferentes secretarias, departamentos, cargo e vínculos.
Cadastro de dependentes contendo os seguintes dados: nome, data de nascimento, grau de parentesco, sexo, idade mínima da dependência.
Cadastro dos contratos com informações como período, publicações, data de assinatura, vinculação do documento .DOC ou .TXT.
Controle das movimentações do contrato: alterações, paralisações e rescisão.
Cadastro de atestados médicos, com registros do histórico de todos os atestados lançados para o funcionário.
Cadastro das avaliações realizadas por cada funcionário com o lançamento da pontuação alcançada, bem como cadastro das advertências recebidas pelo funcionário.
Tabela para definição de quais são os proventos que fazem parte da dedução para o cálculo do valor patronal a ser repassado para a previdência.
Cadastro de tabela mensal para parametrização do pagamento de vale alimentação.
Possibilitar a definição de quais serão as verbas e descontos fixos que serão calculados automaticamente todo o mês para cada funcionário individualmente, determinando qual será a competência inicial e a final para cada um deles.
Rotina para manutenção dos dados dos proventos e descontos fixos vinculados aos funcionários, onde o usuário poderá alterar o valor ou a referência para vários funcionários ao mesmo tempo.
Cadastro das informações sobre concurso público, número do concurso, data do edital, número do protocolo no TCE.
Cadastro da comissão responsável pelo concurso.
Identificação dos cargos para o concurso, determinando qual o número de vagas para o mesmo e qual a nota mínima para aprovação.
Cadastro dos locais de publicação do edital do concurso.
Lançamentos das matrículas para o concurso.
Lançamentos das notas do candidato à vaga no concurso público.
Rotina para apuração das notas do concurso, definido o processo classificatório.
Cadastro de unidades escolares.
Cadastro de responsáveis da unidade gestora.
Cadastro de órgãos e unidades orçamentárias.
Cadastro de horários.
Cadastro de bancos.
Cadastro de agências.
Consulta rápida da movimentação do funcionário por competência, listando todos os proventos e descontos com valor base e referências de cálculo, também deve conter qual o cargo ocupado e a secretaria/departamento onde o mesmo está lotado, a foto do funcionário e o número do CPF e qual regime previdenciário ele está vinculado.
Lançamento de atos de pessoal para admissão, rescisão, transferências e elevações de cargo dos funcionários, podendo lançar mais de um funcionário vinculado ao mesmo ato.
A determinação do cargo e da lotação do funcionário deve se dar apenas através do lançamento do ato de pessoal.
Lançamento individual de rescisão contratual para todos os contratos com vencimento no mês desejado.
Lançamento de faltas justificadas e não justificadas, vinculando as mesmas ao atestado médico, quando for o caso.

Controle para empréstimos bancários com o cadastro do empréstimo contendo os seguintes dados: banco, agência, data do empréstimo, valor, quantidade de parcelas e mês para desconto da primeira parcela.
Controle de INSS retido do funcionário em outras empresas, para que no cálculo, este valor seja deduzido automaticamente.
Controle de vale-transporte com cadastro das linhas de ônibus, empresas, quantidade de vales por funcionário. Geração mensal com o lançamento automático na folha de pagamento.
Tabela para controle diferenciado de períodos aquisitivos, onde serão cadastrados os tipos de períodos aquisitivos e qual a quantidade de meses do período, bem como o número de dias para gozo.
Possibilidade de separação da folha dos funcionários normais ativos, rescisões, férias e décimo terceiro salário com emissão de relatório para conferência, folha de pagamento e resumo separados.
No lançamento de afastamentos de férias, devem ser apresentados ao usuário os períodos aquisitivos do funcionário, dando opção para o mesmo selecionar qual período aquisitivo será vinculado ao afastamento.
Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, o lançamento da parcela do empréstimo bancário deverá ser automático, devendo possuir controle para pagamento antecipado do empréstimo.
Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, os dependentes de salário família e IRRF deverão ser classificados de acordo com a data de nascimento e a idade para término da dependência estipulados no próprio cadastro de dependentes, assim os mesmos deverão ou não ser inclusos no cálculo de salário família e IRRF automaticamente.
Cálculo do décimo terceiro salário com parametrizações de cálculo onde algumas verbas podem ser calculadas sobre média e outras sobre o valor do último mês. O mesmo também deve ser calculado em movimento independente ao da folha normal mensal.
Cálculo de 13º no mês de aniversário.
Cálculos automáticos de férias, rescisões, A.T.S., salário maternidade, faltas.
Cálculos de INSS e IRRF integrado quando o funcionário tiver múltiplos vínculos.
Rotina para fechamento da competência da folha de pagamento. Este procedimento poderá ser realizado para todos os funcionários, uma vez realizado o procedimento não será mais permitido a realização de lançamentos ou movimentações para os funcionários com competência fechada (encerrada).
Rotina para reabertura de competência, esta rotina deverá ser em tela separada para acesso restrito, a mesma deverá reabrir o movimento da competência de um ou mais funcionários para manutenção, permitindo alterações em suas movimentações.
Controle sobre os afastamentos quanto ao período aquisitivo de férias e licença prêmio, quando o funcionário for afastado, os dias para gozo devem ser descontados automaticamente dependendo do tipo do afastamento, conforme definido nas faixas da tabela de descontos.
Tabela para configurações dos afastamentos que interferem no período aquisitivo, como por exemplo, licença particular sem remuneração.
Integração com a contabilidade no que se refere à geração de empenhos automaticamente com controle de grupos de contas, geração de lotes e geração de lançamentos contábeis.
Rotina para cálculo e geração de arquivo de provisão de férias e décimo terceiro salário.

Emissão da escala de férias mensal a partir do período aquisitivo mais antigo, a emissão deverá ter as opções por secretaria, por departamento, por funcionário e por cargo.

Emissão de relatório com contribuição e base patronal para INSS e Previdência Própria com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório onde o usuário possa escolher qual provento ou desconto o mesmo deseja listar, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório de salários (base, líquido e bruto), com quebra por secretaria e departamento, por cargo, por vínculo e filtro por faixa de valores.
Emissão de folha de pagamento com os seguintes dados: código do funcionário, nome do funcionário, cargo do funcionário, secretaria e departamento do funcionário, código e nome da verba, valor base da verba, salário base do funcionário, salário bruto do funcionário, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão do resumo da folha de pagamento com os seguintes dados: código, nome e valor total de cada verba ou desconto lançado na folha, valor base total e valor total de INSS e previdência própria, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão da ficha funcional do funcionário mensal, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relação de funcionário por agência bancária, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório para comparação de movimentos, onde o usuário possa comparar as movimentações de duas competências e realizar uma avaliação de valores.
Relatório para acompanhamento mensal dos empréstimos bancários lançados, podendo ser emitido por secretaria, por departamento, por funcionário ou por cargo.
Relação de funcionários com salário família.
Relatório para projeção da folha de pagamento, onde o usuário possa determinar qual o percentual a ser projetado e sobre qual competência será aplicado o percentual.
Relatório com o histórico das movimentações do funcionário, demonstrando em que competência houve alguma modificação na sua movimentação ou no seu cadastro.
Relatório para identificação dos funcionários que possuem múltiplos vínculos.
Emissão do comprovante de rendimentos.
Emissão da guia para pagamento do RGPS e RPPS.
Emissão de relatório para conferência dos valores a serem empenhados pela contabilidade.
Emissão da certidão de tempo de serviço, unificando vários cadastros de uma mesma pessoa, ou seja, se a pessoa possui mais de um vínculo.
Emissão e consulta de Contracheques (Holerite), de qualquer folha/competência existente na base de dados.
Possibilitar a consulta e emissão de Informe de Rendimentos do IRPF.
Possuir rotina para realização da exportação dos dados referentes à folha de pagamento, fornecendo os dados diretamente ao sistema de contabilidade, para futura geração automática dos empenhos com suas retenções.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a RAIS.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a DIRF.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o MANAD.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a SEFIP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o CAGED.
Geração do arquivo para envio de remessa e retorno em formato TXT para o PASEP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a realização do pagamento em rede bancária.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-MT no módulo do APLIC.

O sistema deverá possuir ferramenta que realize uma busca na base de dados e apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo eSocial, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros.
O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial, nos prazos estipulado pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos XML dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.
O sistema deverá gerar informações dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos conforme lay-out.
Rotina para importação de arquivo com os dados gerados pelo cartão ponto.
Relação para conferência da DIRF.
Relação para conferência da RAIS.
Resumo mensal consolidado da folha de pagamento (RPPS ou RGPS).
Emissão de Contracheques (holerite) em papel contínuo padrão e jato laser.
Geração de dados para o SIOPE.

HOLERITE WEB

O sistema deverá proporcionar o controle de acessos através de login (matrícula do Servidor) e senha, respeitando as devidas restrições de acesso para cada tipo de usuário;
O sistema deverá proporcionar a disponibilização do demonstrativo mensal de pagamento;
O sistema deverá proporcionar a emissão e consulta de Contracheques (Holerite) via internet, de qualquer folha/competência existente na base de dados.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;

Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;
Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.
Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.
Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).
Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;

Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:
Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;
Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÃO - ARRECADAÇÃO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números dos Alvarás, Números das Certidões e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema recém migrado;
Permitir o cadastro de juros e multas, assim como a configurações de acréscimos de maneira centralizada, podendo ser facilmente utilizadas em receitas e Refis;
Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo;
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária);
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal;
Possuir agenda de vencimentos de tributos e vencimentos de guias bancárias;
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores;
Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação;
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação;
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração dos acréscimos como juros de mora, multas e correções monetárias;

Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução, obrigando a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos créditos tributários;
Permitir a inclusão, parametrização, lançamento e cobrança de receitas não tributárias.
Permitir na transferência de proprietário de imóvel apresentar mensagem informando a existência de débito do imóvel, inclusive o inscrito em dívida ativa, com possibilidade de não permitir a transferência de imóveis com débitos.
Permitir a parametrização do cadastro de imóveis, onde o usuário possa criar novos campos no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) sem depender da empresa prestadora de serviços, e inativar campos existentes, mantendo o histórico cadastral;
Guardar e mostrar dentro do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), todas as modificações realizadas no mesmo, com a data, hora e usuário que realizou a alteração, bem como o valor anterior e o novo valor do item do BCI;
Permitir que o cadastro de imóveis se vincule a vários cadastros de pessoas, inclusive, no caso de o mesmo possuir vários proprietários, seja informado o percentual de propriedade de cada um, data inicial de posse e data de final de posse;
Permitir a parametrização dos campos do cadastro técnico municipal para a formação da inscrição municipal imobiliária de acordo com o definido pela Prefeitura;
Permitir parametrização de transferência de propriedade de imóveis automáticas por baixa do ITBI, por lançamento do débito de ITBI ou de forma manual.
Permitir a definição de chave de face de quadra com base nos campos flexíveis do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário);
Permitir o cadastro das faces de quadras com definição de valor por m^2 de terreno e lista dos serviços de infraestrutura disponíveis na mesma;
Permitir o agrupamento de informações necessárias para os cálculos que representem a hipótese de lançamento da receita, com base nos campos flexíveis definidos pelo usuário;
Possibilitar o cadastro de parâmetros para os cálculos que realize a combinação de todas as opções dos campos selecionados (criados pelo usuário), impedindo que o usuário deixe de atribuir valor para alguma combinação;
Possibilitar o cadastro de parâmetro que estabeleça faixas de valores que possam ser consultados dinamicamente conforme os dados da hipótese de lançamento, identificados durante o cálculo;
Permitir a consulta dinâmica de dados da face de quadra no momento do cálculo de receitas sobre os imóveis;
Permitir o cadastro de parâmetros que atribuam valores distintos por atividade econômica, conforme a legislação definida para cada receita como Alvará, ISSQN, etc.;
Permitir o cadastro de parâmetros que atendam as combinações de campos flexíveis com serviços de infraestrutura, resultando em fatores corretivos da construção e do terreno;
Permitir o cálculo e registro histórico dos valores venais do terreno, da construção e do imóvel, tanto por ocasião de cálculos de receitas sobre o imóvel (como IPTU, ITBI), como por ocasião da certidão de valor venal, caso o contribuinte queira o valor atualizado;
Permitir o registro histórico de fato gerador de cada receita lançada.
Permitir que um cadastro de pessoa jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos;
Permitir que os cadastros econômicos importem seus logotipos;
Permitir a troca de status dos cadastros econômicos, de acordo com a movimentação cadastral de cada econômico;

Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço;
Permitir que o BCE (Boletim de Cadastro Econômico) possibilite a inclusão de sócios das empresas, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades econômicas com a possibilidade de vinculação à tabela CNAE;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades constantes na Lei 116/2003;
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos;
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional;
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa;
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, Contribuição de Melhorias e Taxas), permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo;
Permitir lançamento em massa por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir lançamento individual por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir parametrizar por regra de cálculo que cada Prefeitura (imóvel, econômico ou pessoa) receba somente um lançamento de débito da receita em questão;
Poder visualizar todos os cálculos ocorridos por receita e regra de negócio e poder visualizar todos as situações e ocorrências de cada cálculo (detalhamento de erros, inconsistências ou sucesso);
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos;
Permitir registrar na Conta Corrente Fiscal todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, situação, valor principal, valor de juros, valor de multas, valor de correções e data de vencimento;
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento;
Permitir a atribuição de benefícios aos imóveis, econômicos ou contribuintes através de requerimento por parte do contribuinte ou diretamente através do atendente do município;
Permitir o acúmulo de benefícios onde o sistema deve gerenciar os mesmos para que o valor não exceda o valor devido pelo contribuinte;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios no momento do lançamento da receita, caso o contribuinte já possua benefício aprovado;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios aprovados sobre lançamentos já existentes, caso o contribuinte somente solicite o benefício após o lançamento, conforme legislação em vigor;
Registrar os valores de cada benefício individualmente por ocasião da baixa do crédito tributário;
Permitir que se realize a alteração do sujeito passivo do crédito tributário e que essa alteração fique registrada historicamente, inclusive apontando data, hora, motivo e usuário do sistema que tenha realizado tal alteração, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Possibilitar o controle de execução judicial e extrajudicial, com controle de processo e destaque no extrato de débitos para facilitação dos controles desses créditos tributários;
Possibilitar o controle de contestação de débitos (contencioso), com destaque no extrato de débitos das parcelas contestadas, e possibilitando a emissão da Certidão Positiva de Débitos com efeito Negativa para o contribuinte que tenha contestados os débitos, mesmo estando em atraso;

Controlar os débitos em contencioso de maneira que o encerramento da contestação possa ser favorável ao contribuinte, cancelando assim, automaticamente o débito, ou não favorável ao contribuinte, simplesmente reativando o débito;
Caso o encerramento da contestação seja desfavorável ao contribuinte, os respectivos débitos devem apresentar os cálculos de acréscimos desde sua data de vencimento;
Permitir a realização de simulação de cálculos com consulta de valores para toda e qualquer hipótese de lançamento, de forma que o crédito tributário somente seja efetivado mediante o lançamento da receita;
Permitir o lançamento automático de ISSQN integrado com o lançamento de Notas Fiscais de Serviços eletrônica.
Permitir a reprojeção de parcelas, caracterizada por atribuição de nova opção de vencimento com novas parcelas e respectivas datas de vencimento, para lançamentos de receitas, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir a prorrogação de datas de vencimento de parcelas dos lançamentos de receitas, concedendo assim, maior prazo para pagamento ao contribuinte, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir que o usuário configure quantas opções de vencimento sejam necessárias para cada receita, possibilitando por exemplo, que as taxas sejam contempladas em parcelas distintas dos impostos em um mesmo lançamento;
Gerar e controlar as datas de vencimento automaticamente com base em uma data inicial, observando o calendário para que as mesmas sejam geradas somente em dias úteis, evitando assim, dúvidas por parte dos contribuintes;
Permitir a emissão de guia unificada de débitos, que agrupe diversas parcelas tanto vencidas, como a vencer, conforme seleção realizada pelo usuário, calcule os acréscimos até a data projetada indicada pelo usuário, totalize o valor e emita um documento de arrecadação único que facilite a baixa de todas as parcelas em um único pagamento.
Emissão de extrato da Conta Corrente Fiscal com todos os lançamentos para o contribuinte, imóvel urbano, imóvel rural ou econômico;
Permitir a emissão de Guia de Recolhimento de receita/tributo em um documento único por parcela e/ou unificar várias parcelas na mesma guia (guia unificada), pelo valor total ou em parcelas, observando restrições para valor mínimo;
Permitir visualizar somente as parcelas do exercício e/ou somente as parcelas inscritas em dívida ativa e/ou somente as parcelas inseridas em um REFIS;
Permitir destacar as parcelas inseridas em processos de execução judicial e extrajudicial;
Possibilitar visualizar na mesma tela os débitos em abertos;
Permitir tabelas auxiliares parametrizáveis para os valores e alíquotas para cálculo dos impostos, aproveitando as características de cada imóvel ou econômico de acordo com a legislação municipal vigente;
Permitir combinação de filtros, quando a consulta principal for “por contribuinte”, que possa visualizar de forma individualizada os débitos por imóveis e/ou por econômicos;
Demonstrar de maneira destacada, os débitos que estejam suspensos por baixa antecipada ou por contencioso;
Demonstrar e permitir a emissão em documento do extrato de débitos, de baixas, de cancelamentos de lançamentos e outras extinções.
Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores, através de meio eletrônico ou comunicação de dados para baixa automática;

Permitir conciliar os valores repassados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Municipal, demonstrando através de relatório, eventuais diferenças a maior ou menor entre os valores devidos e baixados;
Realizar o tratamento de saldos remanescentes referentes a pagamentos a menor;
Demonstrar possíveis inconsistências encontradas ao gerar as arrecadações, cada uma devidamente classificada conforme o tipo da sua inconsistência, a fim de auxiliar o usuário na identificação e resolução do problema;
Permitir a baixa dos valores arrecadados pelo regime de recolhimento Simples Nacional, capturados através do arquivo retorno DAF607 do Banco do Brasil (Instituição Financeira Centralizadora dos repasses da arrecadação do Simples Nacional);
Gerar automaticamente créditos ao contribuinte que, por ventura, realizar pagamento “a maior”, assim como para aqueles que realizarem pagamento em duplicidade dos débitos existentes;
Possibilitar a realização de baixa antecipada, a qual ocorre quando o contribuinte apresenta comprovante de pagamento, mas o débito fica suspenso até que a baixa bancária seja realizada;
Possibilite a utilização dos créditos do contribuinte para realização de baixas dos débitos existentes para o mesmo;
Possibilitar o cancelamento de lançamento, de maneira que permita a realização de um novo lançamento para o contribuinte/imóvel/econômico;
Possibilitar a realização de outras extinções de crédito tributário, pelos diversos motivos, diferentes de arrecadação, que são previstos em lei, como anistia, remissão, dação em pagamento, prescrição e decisão administrativa/judicial;
Permitir a cobrança com registro bancário, gerando os lotes de registros e tratando os respectivos lotes de retornos bancários;
Permitir o rastreamento para devida contabilização de cada composição dos valores arrecadados, indicando inclusive os acréscimos de cada tributo envolvido em parcelas, tanto de débitos lançados no exercício, inscritos em dívida ativa, quanto em valores agrupados e arrecadados por meio de REFIS.
Permitir inscrever, controlar, cobrar e gerir os débitos em dívida ativa;
Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas, vencidas e não pagas, registradas na Conta Corrente Fiscal;
Possuir integração com o Conta Corrente Fiscal, permitindo o registro das inscrições dos lançamentos em Dívida Ativa;
Permitir a emissão da certidão de dívida ativa, informando o livro de dívida ativa a que estas pertencem e da petição para ajuizamento, agrupando todas as inscrições em Dívida Ativa relativas ao mesmo contribuinte;
Permitir o cancelamento de certidões de dívida ativa sem cancelar o débito;
Permitir a emissão de segunda via da certidão de dívida ativa;
Permitir a emissão da petição de dívida ativa;
Permitir o cancelamento da petição de dívida ativa;
Permitir a emissão da segunda via da petição de dívida ativa;
Permitir atualizar os dados referentes a nova situação do débito do contribuinte no Conta Corrente Fiscal, após a inscrição em dívida ativa e/ou pagamento do débito;
Permitir a emissão das ações de cobrança de dívida ativa ajuizadas, inclusive com controle das custas judiciais e honorários, para cada um dos processos;
Permitir a emissão do Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida;
Permitir que seja emitido alerta quando da tentativa de renegociação e parcelamento de dívida já negociada com a existência do Termo constante do item anterior;

Permitir que nas negociações e parcelamentos de Dívida Ativa, tenha as opções de cálculo para pagamento à vista e para pagamento parcelado com o maior número de parcelas possíveis de acordo com a legislação vigente;
Permitir a parametrização do Livro de Dívida Ativa.
Permitir o cadastro e parametrização de comportamento dos programas de recuperação fiscal REFIS;
Permitir a simulação de parcelamento de dívidas ativas, com base nos parâmetros de REFIS;
Permitir a geração de parcelamento de dívidas (Acordos), com geração de novas parcelas (previamente simuladas e aprovadas), emissão de novos documentos de arrecadação e controles de cumprimentos do acordo e acréscimos embasados na legislação e parametrizados no REFIS;
Permitir controle de cancelamento de acordos por descumprimento, com monitoramento situacional de cada acordo, favorecendo controle de cumprimento e adimplência;
Permitir que receitas arrecadadas mediante acordos (REFIS) sejam totalmente rastreáveis e registradas contabilmente em suas respectivas receitas orçamentárias, assim como qualquer receita, tributária ou não tributária, gerenciada através do sistema.
Permitir configurar a correspondência contábil de cada tributo/verba, tendo como parte dessa configuração a conta de natureza de receita contábil e a conta patrimonial;
Permitir configurar na forma de rateio, através de percentual, os tributos/verbas para cada correspondente conta de natureza de receita contábil/conta patrimonial;
Possuir relatório de conferência do resultado dos montantes que deverão ser enviados junto à contabilidade, com quebras por convênio e data de crédito;
Permitir exportar arquivo das movimentações de arrecadações em arquivo texto, para envio de outro sistema contábil, para registro automático na importação desse arquivo na contabilidade.
Permitir que toda e qualquer regra de cálculo seja configurada por receita;
Permitir que uma regra de cálculo aceite somente um lançamento de débito por Prefeitura responsável (podendo ser econômico, imóvel ou contribuinte);
Permitir que o usuário defina a fórmula e construa a regra de cálculo das receitas, sem a necessidade de acionar a empresa provedora do sistema para adequação dos cálculos à legislação municipal;
Possibilitar o consumo de parâmetros da planta genérica de valores para definição da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a consulta de documentação do sistema para identificação das expressões e suas sintaxes aceitas pelo sistema para montagem da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a realização de simulações de cálculo e apresentação de resultado de cada instrução da fórmula para validação da regra de cálculo;
Possibilitar que no momento do cálculo, o sistema solicite o preenchimento de campos flexíveis (definidos pelo usuário) para realização do cálculo, ou que execute o cálculo com base em informações oriundas de dados cadastrais, sem a necessidade de qualquer informação adicional, conforme definições das regras de cálculo do código tributário;
Permitir que o sistema registre histórico da memória de cálculo com os resultados de cada linha, assim como os dados circunstanciais da hipótese de lançamento.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente no navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Lançamento por período;
- Arrecadação por período;
- Débitos vencidos por período;
- Acompanhamento da Arrecadação;
- Inadimplências;

Imóveis edificações X terrenos vazios;
Aberturas e fechamentos de empresas;
Situação da dívida ativa;
Arrecadação por classificação da receita;
Maiores pagadores;
Maiores devedores;
Baixas sem arrecadação.

Possibilitar a emissão de certidão de benefícios, que demonstre quais benefícios estão aprovados para o imóvel, cadastro econômico ou contribuinte, certificando assim de que o mesmo possua isenção ou imunidade sobre tributos conforme definição do benefício;

Possibilitar a emissão de certidão de dados do cadastro econômico, como certidão de enquadramento em atividades econômicas, certidão de suspensão do econômico, certidão de desenquadramento, certidão de início de atividade do econômico e certidão de baixa do econômico;

Possibilitar a emissão de espelho do cadastro imobiliário, certidão cadastral imobiliário;

Permitir a emissão de certidão de valor venal imobiliário, que possibilite o cálculo do valor venal do imóvel no momento da emissão da certidão ou buscando o último valor venal calculado por ocasião do cálculo de IPTU por exemplo.

PORTAL DO CONTRIBUINTE

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;

O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura;

Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte;

O portal do contribuinte deve ser parametrizável, podendo personalizar imagens, textos, links, botões e grids, que serão exibidos para o contribuinte;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de certidão negativa (caso o contribuinte não possua débito), ou certidão positiva com efeito de negativa, quando for o caso;

Disponibilizar em evidência somente a emissão/consulta dos débitos referentes ao IPTU do ano em questão;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das Certidões, Alvarás e documentos emitidos pelo sistema.

Disponibilizar por meio do portal, função para o contribuinte realizar a simulação do parcelamento de REFIS, identificando claramente quais débitos podem ser negociados e quais não podem ser negociados;

Disponibilizar por meio de portal a função para o contribuinte realizar o requerimento do REFIS, para posteriormente ser homologado no respectivo setor da entidade;

MÓDULO REDESIM WEB

O Sistema deverá estar preparado para a integração com o Cadastro Sincronizado, nos padrões estabelecidos na legislação específica (REDESIM), possibilitando ao município uma melhor qualidade nas informações e garantia de que 100% das empresas estabelecidas e inscritas no CNPJ estarão na sua base mobiliária;

Receber via WEBSERVICE as solicitações de inscrição dos contribuintes no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de alterações dos dados cadastrais de contribuintes inscritos no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Permitir a complementação das informações referente aos paramentos para tributação dos impostos e taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Permitir a inclusão dos contribuintes no Cadastro Mercantil gerando automaticamente o número de sua inscrição municipal;
Efetuar o cálculo das taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Informar a inscrição municipal gerada e as URLS via WEBSERVICE, permitindo a impressão do DAM para pagamento das taxas mercantis e impressão do Alvará de Localização e Funcionamento através do site da REDESIM;
Registrar informações de forma a identificar as inscrições geradas a partir da REDESIM;
Possuir os seguintes relatórios:
- Consultas prévias por usuário
- Documentos emitidos
- Empresas por atividade
- Empresas por município
- Questionário não respondido
- Consultas prévias indeferidas
- Documentos

I) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;

Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;
Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.
Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.
Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).
Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DO PORTAL VOLTADO PARA A NFS-E

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use.
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapte a configuração do WEB Browser utilizado e ao tamanho do monitor ou do dispositivo móvel, sem perder a funcionalidade.

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura.
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das NFS-e emitidas.
O portal do contribuinte deve ser configurável, ajustável e mantido pela própria Prefeitura sem dependência da empresa prestadora de software, e assim conforme o desejo da Prefeitura, permitir personalizar imagens, redigir textos, criar botões e links de acesso, criar atalhos para outras páginas e documentos hospedados na internet, que serão exibidos para o contribuinte e serão a interface principal de comunicação com a Prefeitura.
Deverá possuir rotina para que o usuário inclua link de outros sites diretamente no portal e este poderá ser executado dentro do portal.
Possuir emissão e consulta do documento de alvará pelo portal do contribuinte.
Permitir que, de forma integrada com sistema tributário, seja possível ao prestador visualizar as leis de renegociação de débitos disponíveis para o seu perfil e realizar requerimento e simulação de valores diretamente pelo portal do contribuinte.
Consulta de acordos efetivados diretamente pelo portal do contribuinte.

REQUISITOS DO SOFTWARE - NFS-E

As parametrizações do sistema devem possuir controle de data e vigência, de forma que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização, para que seja mantida a rastreabilidade das mudanças de comportamento do sistema.
O sistema deve permitir parametrizar o endereço de e-mail base da unidade gestora, através do qual seja possível enviar e-mails de comunicação com prestadores, usuários, etc.
Permitir parametrizar as alíquotas gerais mínima e máxima do ISSQN a ser configurada na tabela de atividades econômicas do município, de forma que as alíquotas específicas de cada atividade respeitem esse critério.
Permitir parametrizar o logotipo da unidade gestora que será impresso na NFS-e e nos relatórios demais relatórios.
Permitir parametrizar se os registros da tabela CNAE (Classificação nacional de atividade econômica) devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.
Possibilidade de parametrizar se os itens da Lei 116 devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.
Permitir parametrizar a alíquota mínima e máxima a ser configurada para os prestadores de serviço optantes do simples nacional.
Permitir gerar a guia de ISSQN de forma separada ou automática ao encerramento da competência mensal do econômico, conforme desejo da Prefeitura.
Permitir parametrizar que o vencimento do lançamento do ISSQN do econômico possa ser individualizado.
Permitir parametrizar que o econômico tomador do serviço gere guias do ISSQN individualizadas por prestador do serviço.
Permitir parametrizar que os valores de materiais da construção civil sejam abatidos da base de cálculo do ISSQN na NFS-e com limitação de um percentual máximo para este abatimento.
Permitir parametrizar o tempo (em dias) em que uma competência complementar poderá ser utilizada dentro de uma competência mensal do econômico.
Permitir parametrizar a quantidade de dias para o vencimento de NFS-e avulsa.
Permitir parametrizar a alíquota do ISSQN para serviços de cartório.
Permitir parametrizar o número de dias máximo para converter um RPS (Recibo provisório de serviços) em uma NFS-e.

Permitir parametrizar um número máximo de RPS (Recibo provisório de serviços) que será permitido ser enviado em um lote de RPS para processamento.
Permitir parametrizar se somente o tomador de serviço configurado como substituto tributário poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como "Estimativa" poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como "Cooperativa" poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como "Simples nacional" poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como "Estimativa" poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como "Cooperativa" poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e pode ser diferente do município da unidade gestora quando o prestador do serviço for do tipo MEI (Microempreendedor individual).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e poderá ser diferente do município da unidade gestora.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail contendo um PDF e um XML da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail para um usuário atendente da Prefeitura quando for realizado uma solicitação de adesão à NFS-e por parte de econômicos da Prefeitura e informar o usuário atendente que receberá este e-mail.
Permitir a Prefeitura parametrizar o texto que será mostrado no termo de adesão à NFS-e quando o econômico for efetuar esta solicitação, de forma a personalizar e tornar mais agradável o atendimento às empresas do município.
Permitir a Prefeitura parametrizar um texto que deverá ser demonstrado em todas as NFS-e geradas pelo sistema.
Permitir parametrizar se na NFS-e avulsa haverá retenção do ISSQN por parte do tomador do serviço e podendo limitar para que somente a Prefeitura efetue esta retenção.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de aceitação à solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de recusa da solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail do envio da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o horário em que o servidor vai executar os lotes de RPS (Recibo provisório de serviços) enviados para processamento e conversão dos mesmos em NFS-e.
Permitir parametrizar regra de cálculo para:

- Geração do lançamento do ISSQN para NFS-e.
- NFS-e avulsa.
- Declaração de serviços de prestadores de fora do município.
- Documentos declarados a partir da DMS (Declaração mensal de serviços).

Permitir parametrizar os itens da Lei 116 que quando utilizados na declaração de serviços de prestador de fora do município fará com que o valor do ISSQN seja retido para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o tipo de controle do cancelamento de NFS-e e NFS-e avulsa, onde poderá ser "Por dia", "Por hora" ou "Não utiliza".

Permitir parametrizar a utilização do controle de requerimento para cancelamento de NFS-e, onde quando for necessário cancelar uma NFS-e, o econômico enviará um requerimento de cancelamento para a prefeitura e o atendente fará a análise e o deferimento ou indeferimento do mesmo.
Permitir parametrizar para permitir cancelamento de NFS-e somente quando houver uma outra NFS-e substituta.
Permitir parametrizar para deferir automaticamente quando houver requerimento de cancelamento de NFS-e com NFS-e substituta.
Permitir configurar um usuário atendente da Prefeitura para receber um e-mail contendo o requerimento de cancelamento de NFS-e.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir estrutura para gerar tabelas de atividades econômicas com "N" níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir estrutura para gerar atividades de instituição financeira com "N" níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir que o código COSIF seja utilizado nesta estrutura onde um código COSIF é vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir estrutura para gerar as atividades notariais (serviços de cartórios). Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir geração de tabelas de alíquotas das atividades econômicas com data/hora de início de vigência e data/hora de fim de vigência (sendo que a data/hora do fim de vigência não é campo obrigatório ao cadastrar nova tabela).
Permitir que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização.
Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Possuir agenda de vencimentos de tributos.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores.
Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções em débitos vencidos.
Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução. O cadastro de parâmetro deve obrigar a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos impostos.
Na definição das atividades econômicas, possibilitar a determinação das atividades primárias e secundárias e o controle da respectiva vigência de cada atividade.
Para cada atividade definida, permitir a definição dos critérios de inexigibilidade, como isenção e imunização, bem com a respectiva vigência, ato regulamentador e observações gerais.

Permitir que arquivos sejam disponibilizados (através de upload) para que os usuários efetuem o download dos mesmos.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir montar tabelas de atividades econômicas conforme regulamentação municipal.
Permitir montar tabelas de atividades de instituição financeira. Nesta estrutura deve constar o código COSIF, onde o código COSIF seja vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir controlar atividades notariais (serviços de cartórios) com alíquota.
Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir a montagem de novas tabelas de alíquotas de atividades econômicas com controle de histórico e vigência entre as mesmas, para permitir a Prefeitura atualizar constantemente suas alíquotas sem perda de histórico e rastreabilidade.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores conforme padrão do convênio bancário.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através do sistema.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções monetárias em débitos vencidos.
Permitir a parametrização de benefícios a serem aplicados sobre o ISSQN. Deve ser permitido criar benefícios a serem aplicados sobre empresas ou atividades econômicas.
Permitir a Prefeitura realizar upload de arquivos e configurar para que os usuários efetuem o download dos mesmos, visando criar um canal de comunicação com funcionários e empresas do município. Os arquivos para download devem permitir controlar nível de acesso, para que se necessário, seja possível restringir alguns arquivos para somente serem baixados por pessoas específicas.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir configuração de alíquota especial por prestador de serviços ou atividade econômica.
Permitir que um cadastro de pessoa física/jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível efetuar a importação de seus logotipos e imagens da empresa.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível cadastrar mais de um endereço para o mesmo.
Permitir bloquear econômicos específicos para a emissão de NFS-e.
Permitir vincular os modelos de documentos fiscais mantidos pelo econômico (Nota fiscal bloco ou formulário, RPS (Recibo provisório de serviços), etc.

Permitir configurar o econômico para habilitá-lo para utilização de webservice de integração entre o sistema mantido pela empresa e sistema de gestão da Prefeitura.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo SIMEI.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como estimativa.
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa.
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir informar se a empresa é nomeada como substituto tributário.
Permitir o controle de situação dos cadastros econômicos em: ativo, baixado e suspenso.
Permitir que o atendente efetue o processo de deferimento/indeferimento da adesão à emissão de NFS-e do econômico.
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço.
Permitir a inclusão de sócios dos econômicos, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade.
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos.
Não permitir a emissão da NFS-e sem o respectivo deferimento da solicitação de adesão à NFS-e por parte dos atendentes.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

- Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).
- Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
- Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
- Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).
- Dados do RPS (Número, data e modelo).
- Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
- Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
- Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador através da tela de emissão de NFS- e para facilitar o registro dos dados.
Realizar o controle de inexigibilidade conforme as definições realizadas no cadastro do contribuinte, seja por isenção, imunização, opção pelo Simples Nacional, opção pelo SIMEI ou tributação fora do município.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.

Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML (no padrão ABRASF) da mesma.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML (a exportação deve ser em padrão ABRASF).
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e pelo próprio prestador de serviços.
Permitir que o atendente da Prefeitura consulte sobre solicitações de cancelamento realizadas e, com isso, possa optar pelo deferimento/indeferimento do pedido de cancelamento da NFS-e.
Possuir rotina onde o atendente possa cancelar diretamente uma NFS-e, sem que haja solicitação por parte do prestador de serviços.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Permitir que o prestador realize o lançamento de NFS-e avulsa, sem esta necessitar estar amarrada a uma competência.
Permitir a emissão de NFS-e avulsa para prestadores que recorrem ao município para obter documento fiscal. Para esta modalidade, não permitir o envio da nota por e-mail ou impressão antes que o pagamento da guia de recolhimento seja efetuado.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

- Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).
- Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
- Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
- Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).
- Dados do RPS (Número, data e modelo).
- Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
- Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
- Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.

Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que o prestador realize a emissão de guia de recolhimento referente a(s) NFS-e(s) que lançar.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) somente após a confirmação do pagamento da guia de recolhimento e devida baixa no débito referente a mesma, tudo interligado em tempo real com o setor tributário.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML da mesma.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) logo após a geração da mesma, quando o valor do ISSQN for retido pelo tomador do serviço.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Geração guia para pagamento unificando várias competências em um único documento de arrecadação.
O sistema deve possuir rotina de WebService, seguindo o padrão ABRASF de comunicação e oferta dos serviços.
Permitir a geração de NFS-e. Esta geração deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a geração da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna uma NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir recebimento de lotes de RPS (Recibo provisório de serviço) para processamento somente para os econômicos que estiverem habilitados para tal.

O recebimento do lote deverá ser síncrono, ou seja, o prestador do serviço envia o lote de RPS e o serviço valida estes dados e retorna um protocolo do lote recebido ou uma lista com as inconsistências encontradas.

O processamento do lote para conversão dos RPS em NFS-e deverá ser assíncrono, ou seja, o processamento somente será realizado no período parametrizado para que tal processamento ocorra.

Deve haver opção de parametrização de processamento de lote assíncrono: em tempo real e em hora programada.

Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e. Esta solicitação deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para o cancelamento da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada ou o protocolo com o requerimento do cancelamento (depende da parametrização) ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir a substituição de NFS-e. Esta substituição deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a substituição da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada e substituída e a NFS-e substituta ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de lotes RPS enviados para processamento. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do lote, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir a consulta de NFS-e a partir do RPS (recibo provisório de serviços). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do RPS (NFS-e), o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir a consulta de NFS-e por intervalo de notas (número inicial e final). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta das NFS-e, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir a consulta do requerimento de cancelamento da NFS-e. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta, o serviço valida estes dados e retorna a situação atual do requerimento ou uma lista com as inconsistências encontradas.
Permitir que o prestador de serviços tenha acesso ao sistema.
Permitir que o prestador visualize seu cadastro e que possa alterá-lo parcialmente.
Permitir que o prestador dê manutenção em seus telefones.
Permitir que o prestador dê manutenção em seus contatos eletrônicos.
Permitir que o prestador defina o conteúdo que sairá no complemento de todas as NFS-e geradas pelo mesmo.
Permitir que o econômico optante do simples nacional e SIMEI dê manutenção nas informações de simples nacional (mudança de alíquota ou opção de SIMEI).
Permitir que o econômico dê manutenção em seus logotipos (logomarca).
Permitir a impressão do livro eletrônico de serviços prestados e contratados.

Na impressão do corpo do livro devem constar as seguintes informações: número da nota, data de emissão, CPF/CNPJ do tomador do serviço, situação do documento (emitido/cancelado), atividade, valor do documento, alíquota, valor tributável e valor do ISSQN e se o valor do ISSQN foi retido.

Permitir filtrar por data inicial e final da emissão do livro dos documentos fiscais.
Permitir que o tomador tenha formas de acesso ao sistema.
Permitir que através do código de autenticidade, o tomador do serviço possa certificar-se da veracidade da NFS-e.
Permitir o controle de acesso através do uso de certificado digital.
Permitir a declaração de serviços contratados com, no mínimo, as seguintes informações do documento fiscal: número e data de emissão, valor do serviço, CNPJ ou CPF do prestador do serviço indicação do imposto retido ou não.
Permitir, de forma integrada com o software tributário a geração e emissão de guias de recolhimento, seja de serviços prestados ou contratados.
A apuração dos valores a serem gerados na guia deverá ser realizada de forma automática pelo aplicativo baseado nos critérios do setor de tributação.
Permitir que o prestador realize a emissão de guias de recolhimento referentes a competências já encerradas.
A geração da guia deve ocorrer em tempo real no software tributário, ou seja, deve estar disponível no banco de dados do software tributário, logo após a sua geração.
Permitir a geração de várias guias por mês e ano, conforme a criação das competências.
Permitir a reemissão de guias vencidas, possibilitando atribuir uma nova data de vencimento, onde os juros e multas deverão ser apurados automaticamente pelo software tributário, conforme os critérios estabelecidos.

A guia a ser emitida deve seguir o modelo de Ficha de Compensação.
Não permitir a geração e emissão de guia para contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto nos casos em que este seja tomador de serviços.
Permitir a consulta da lista de serviços e respectivas alíquotas para a apuração de ISSQN.
Exibir o código da atividade, descrição e respectiva alíquota.
Verificar a autenticidade de NFS-e com as mesmas funcionalidades do perfil Prestador de Serviços.
Permitir a solicitação da adesão à nota fiscal de serviços eletrônica, onde o prestador tenha acesso ao texto do Termo de Adesão.
Permitir a consulta da solicitação de adesão à NFS-e.
Permitir o requerimento de cancelamento ou o cancelamento da NFS-e conforme parametrização.
Permitir que através de uma arquitetura de webservices, os softwares de enfoque comercial dos contribuintes possam integrar-se ao módulo de NFS-e da administração municipal, viabilizando a integração entre os sistemas.
Permitir que o prestador de serviço tenha acesso ao envio de lote de RPS a partir do site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que o prestador de serviço possa visualizar a situação do lote de RPS enviado para processamento através de uma tela de gerenciamento de lote de RPS disponibilizada no site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que os econômicos tenham acesso a toda a documentação dos webservices, a fim de que os mesmos possam se adequar ao produto, baseando- se nesta documentação.
Permitir a declaração de documentos fiscais de serviços prestados, por modelo de documento fiscal, com o registro das seguintes informações sobre o documento: número, situação, tipo de operação, natureza de operação, CPF/CNPJ do tomador, data, valor do serviço, valor tributável e indicação do imposto retido ou não.
Efetuar a carga automática dos documentos a serem declarados, conforme informações da autorização de impressão de documentos fiscais.
Permitir a manutenção dos dados dos documentos fiscais declarados antes do encerramento da competência.
Permitir declaração de serviços prestados, que possibilite aos contribuintes declararem o faturamento mensal por atividade constante do seu cadastro municipal.
Permitir a manutenção dos dados declarados antes do encerramento da competência.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços de instituições financeiras.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir que o prestador realize a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir que o prestador realize a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços cartorários.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir ao prestador realizar a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir ao prestador realizar a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve conter único usuário e senha para um contador, mesmo que ele atue como contador de várias empresas prestadoras de municípios.

Permitir ao contador criar novas competências para declaração de serviços, referente à(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador encerrar a competência, gerando automaticamente os lançamentos referentes à competência em questão da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar a declaração dos serviços referentes à competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar o lançamento/alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável, onde será registrado o log de tais operações.
Permitir que o contador realize o lançamento de serviços contratados no período referente à competência aberta da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador realize a emissão de guias de recolhimento referentes às competências já encerradas da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador emite o(s) livro(s) fiscais da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o declarante seja o prestador do serviço ou o tomador do serviço.
O prestador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
O tomador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
Permitir acesso rápido ao cadastro de prestador e/ou tomador do serviço.
Permitir informar quem é o responsável pelo recolhimento do ISSQN. Caso o item da Lei 116/2003 utilizado na declaração estiver cadastrado para não permitir alterar o responsável pelo recolhimento do ISSQN, este campo ficará fixo para o "tomador do serviço" e não permitirá alterar.
Permitir que o próprio declarante gere a guia de recolhimento de ISSQN da nota declarada.
Permitir somente uma competência mensal normal para cada econômico.
Permitir "N" competências complementares mensais para cada econômico. Período em que a competência complementar utilizada pode ser definida por parâmetro.
Criar automaticamente uma nova competência mensal para o próximo mês quando uma competência é encerrada pelo prestador de serviço.
Permitir a consulta de todas as competências existentes, com a visualização detalhada das competências (movimentação e encerramento).
Permitir que no encerramento de competência, o prestador de serviços tenha acesso às informações do período vigente, que facilitem a conclusão deste processo, como: total de serviços, informações de ISSQN retido e não retido, e os valores devidos de ISSQN, separando estes valores em serviços prestados, tomados e intermediados.
Apresentar o detalhamento dos serviços prestados, tomados e intermediados no período, separados por atividade econômica, com as informações de: quantidade de documentos fiscais declarados, quantidade de documentos fiscais tributados, valor total dos documentos fiscais declarados e valor do ISSQN.
Permitir que ao confirmar o encerramento da competência, o software gere ou não no software tributário, o lançamento do ISSQN, separando em lançamento referente a serviços prestados, serviços tomados e serviços intermediados conforme parametrizações específicas para geração e separação dos lançamentos.
Permitir que após a conclusão do encerramento da competência, o econômico tenha acesso ao lançamento do ISSQN a recolher gerado no encerramento ou na geração do lançamento em tela específica, onde o mesmo poderá efetuar a impressão da guia de recolhimento do ISSQN.
Permitir, em casos onde não exista movimentação no período, esta declaração, onde o prestador evidencie observações acerca da não movimentação de serviços prestados no período.

Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos referentes a receita de ISSQN (fixos, obras) permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo.
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos.
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento.
Possuir rotina para importação de arquivo oriundo do SIAFI referentes a retenções feitas por órgãos federais conforme convenio realizado pela entidade e Banco do Brasil.
Permitir ao prestador de serviços cadastrar as obras que estão sendo executadas, registrando os materiais de construção a serem utilizados nas mesmas.
Permitir a transferência de materiais de construção entre obras controlando o saldo de cada uma.
Na emissão da NFSe dever ser possível informar o código da obra pré-cadastrada, e também os materiais vinculados a mesma e após a emissão da NFSe serão deduzidos dos saldos de materiais daquela obra.
Possuir rotina para envio de notificação automática para prestadores que possuam débitos com o fisco.
Possuir controle de leitura pelos prestadores de serviços das mensagens lidas e não lidas.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente do navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Maiores emissores;
- Maiores emissores de documentos (NFS-e e DMS);
- Maiores de emissores de NFS-e avulsa;
- Maiores emissores por valor do ISSQN calculado;
- Maiores emissores por valor do ISSQN devido;
- Maiores emissores por valor do ISSQN bruto;
- Maiores emissores por valor do ISSQN líquido;

Geração de extrato de movimento dos tributos do prestador, possuindo no mínimo, débitos, pagamentos, cancelamentos, pendentes, créditos. Sendo possível geração de gráfico.
Disponibilizar, quando da indisponibilidade da Internet, meio eletrônico para emissão do Recibo Provisório de Serviço.
Disponibilizar software desktop que possibilita a geração de Recibos Provisórios de Serviços – RPS (off-line), proveniente de fatos geradores de ISS, na máquina do contribuinte.
Emissão e conversão dos recibos provisórios de serviços em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), por meio de lotes de recibos, mediante sistema instalado na máquina do contribuinte (webservice e ou integração via xml).
Permitir a consulta, alteração e impressão dos recibos existentes, desde que não convertidos em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

SIMPLES NACIONAL WEB

Permitir efetuar uma conciliação entre os valores de ISSQN a recolher gerados a partir de NFS-e e DMS (declaração mensal de serviços) de econômicos optantes do simples nacional e optantes do SIMEI com os valores recebidos pela unidade gestora através do DAF607 (valores pagos pelos econômicos optantes do simples nacional e SIMEI) para o governo federal, os quais são repassados para a unidade gestora.
Deve mostrar o valor estimado do ISSQN a partir das NFS-e e DMS e o valor recebido através do DAF607, apurando as diferenças ou efetuando o encerramento da conciliação do econômico quando não houver diferenças.

Permitir integração com a Receita Federal através do arquivo PGDAS.
Permitir importar e consultar os dados nos arquivos disponibilizados no Portal do Simples Nacional, PGDAS
Permitir gerar as seguintes consultas:
Identificação das alíquotas apuradas pela Receita Federal;
Consulta de declarações feitas pelas empresas para a Receita Federal;
Consulta de empresas que não estão declarando para a Receita Federal;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses declarados a Receita Federal;
Detalhamento da movimentação e impostos pagos pelas empresas a Receita Federal;
Consultas de declarações feitas pelas empresas classificadas como MEI;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses das empresas classificadas como MEI;
Apuração a empresas que estão declarando à Receita Federal, porém não possuem cadastro na entidade;
Consulta e cruzamento de dados das declarações feitas para a Receita Federal com o livro fiscal gerado na prefeitura;
Consulta e cruzamento de dados dos pagamentos feitos para a Receita Federal com os valores de declaração feitos para a Receita Federal;

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQLServer;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do usuário;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão deles em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem de dados da grid em todas as aplicações que contém grid principal;
Possuir ajuda passo a passo contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;
Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema tributário, aproveitando todo o recurso de lançamento de taxas, multas de infrações etc.;
Ter integração nativa com sistema de gestão de ISSQN (NFS-e), aproveitando todo o cadastro de empresas, movimentações e apurações realizadas;
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS DE CADASTROS - FISCALIZAÇÃO

Fiscal:

Permitir cadastrar os fiscais da unidade gestora;
Permitir pesquisas nos cadastros de fiscais;
Permitir controle de horário de trabalho dos fiscais, bem como de afastamento para facilitar a gestão da agenda dos fiscais;
Manter controle histórico dos cadastros de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Equipe de fiscais:

Permitir a montagem de equipe de fiscais, especificando quem são os chefes de equipes de fiscais;
Permitir a restrição de acesso de forma que um fiscal não consiga ver ou movimentar dados, agendas e fiscalizações de outro fiscal;
Permitir controle de acesso do chefe dos fiscais sobre sua equipe, podendo ver e configurar dados;
Manter controle histórico das equipes de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

24. Itens de fiscalização:

a. Permitir cadastrar os itens a fiscalizar;

Permitir controle de previsão de período de execução para cada item de fiscalização;

Permitir que o controle de previsão de execução seja em dias corridos ou dias úteis, para cada item de fiscalização;

Permitir a categorização de cada item de fiscalização em tipos fixos e rastreáveis para montagem futura de relatórios (fiscalização sanitária, fiscalização tributária, fiscalização de posturas, fiscalização de obras etc.);
Permitir o vínculo de itens de fiscalização com os fiscais de forma que seja possível restringir\controlar os assuntos que cada fiscal pode manusear;
Manter controle histórico dos cadastros de itens de fiscalização (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO - FISCALIZAÇÃO

Agenda do fiscal:

Permitir a configuração de agenda do fiscal

Permitir o controle de situação da agenda (pendente, encerrado, cancelado, em execução etc.);
Manter controle histórico das modificações da agenda do fiscal (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Permitir consulta de todas as agendas dos fiscais

Ser possível visualizar o início de o fim de cada agendamento já registrado;
Permitir a consulta por dia, por semana e por mês, de forma que seja possível analisar a disponibilidade dos fiscais e a colisão de agendas;
Permitir consultar todos os agendamentos já registrados: pendentes, encerrados, cancelados etc.;
Permitir consultar por fiscal;
Permitir consultar por equipe;
Permitir consultar por data de agendamento;

Permitir agendar vários fiscais para atuarem juntos numa única demanda;
Permitir agendar fiscalizações separadamente para cada fiscal;
Permitir prorrogar\adiar agendamentos já registrados;
Possuir controle de acesso de forma que um fiscal não possa lançar agendamento para outro e nem visualizar os agendamentos feitos para outros fiscais a não ser esteja configurado como chefe de equipe e assim poderá ver somente os dados de sua equipe;
O sistema deve ser capaz de calcular o esforço para cada tipo de fiscalização e calcular o preenchimento e ocupação da agenda fiscal automaticamente de forma a facilitar a distribuição de tarefas e a gestão sobre as agendas dos fiscais;
O sistema deve ser capaz de distribuir automaticamente as fiscalizações na agenda do fiscal de acordo com o prazo mínimo previsto para cada atividade em relação à carga

horária do fiscal que está disponível, facilitando o preenchimento da agenda para trabalhos em massa ou em longos períodos;

Permitir registro de agendamento para vários tipos de fiscalizados:

Agendamentos para imóveis, com opções de filtro por:

Imóvel urbano ou rural;
Logradouros de imóveis;
Proprietários;
Demais campos cadastrais do imóvel;

Agendamento para empresas, com opções de filtro por:

Natureza jurídica;
Regime de tributação;
Situação da empresa;
Portel empresarial;
Atividade econômica, CNAE, Itens da lei 116/2003;
Endereço das empresas;
Demais campos cadastrais da empresa;

Agendamento para Logradouros, com opções de filtro por:

Bairro;
Distrito;
Tipo de logradouro;

Agendamento para pessoas físicas ou jurídicas;

Estes dados de fiscalizados precisam vir de base única cadastral de movimentação de outros módulos (Tributário, NFS-e, Licitações, Contabilidade etc.);

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todos os processos e protocolos da fiscalização;

Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;

Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de fiscalização a realizar;

Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;

O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;

Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo de fiscalização, ordem de serviço etc.

Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);

Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;

Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;

Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;

Renumeração de folhas;

Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;

Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;

Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade
Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade dos processos de fiscalização, de forma apoiara equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)
Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de fiscalização, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;
Armazenamento físico dos processos
Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;
Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;
Permitir a integração do sistema de Fiscalização com o sistema Tributário, de forma que seja possível configurar emissão de débitos (multas, autos de infração, penalidades tributárias, DAM etc.;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO
Fluxo do processo de fiscalização
Controlar todo o fluxo da fiscalização através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de fiscalização que é gerenciado;
Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;
Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo da fiscalização possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo de fiscalização;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;

Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;

Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo de fiscalização sem um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;

Permitir parametrizar documentos

Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;

Controle de validade;

Controle de publicação;

Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;

Controle de data de emissão;

Controle da sequência de emissão;

Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;

Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;

Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;

Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

- Juntada de processos;
- Suspensão de processo;
- Retirada de suspensão de processo;
- Renumeração de folhas;
- Reativação de processo;
- Reabertura de processo;
- Ocorrência;
- Juntada de peças;
- Julgamento de mérito;
- Formação de volume de processo;
- Extinção de processo;
- Encerramento de processo;
- Empréstimo de processo;
- Emissão de termo de processo;
- Devolução de processo emprestado;
- Desmembramento de processo;
- Desistência de processo;
- Desentranhamento de documentos;
- Desapensação de processo;
- Desacautelamento de processo;
- Arquivamento de processo;
- Acautelamento de processo;

Permitir a emissão de termos exclusivos do processo de fiscalização

- Emissão do termo de encerramento da fiscalização
- Emissão do termo de prorrogação da fiscalização
- Emissão do termo de prorrogação do início da fiscalização
- Emissão do termo de início de fiscalização
- Impressão da ordem de serviço
- Apreensão;
- Desapreensão;
- Laudo de fiscalização;
- Deslacração;
- Lacração;
- Desinterdição;
- Interdição;
- Intimação;
- Advertência fiscal;
- Recomendação/orientação fiscal;
- Auto de infração;

COMPRAS E LICITAÇÃO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - COMPRAS E LICITAÇÕES

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o preço a ser considerado no balizamento por Maior Preço; Média dos Preços ou Menor Preço.
Permitir parametrizar em que fase da compra se torna obrigatório o vínculo com dotação orçamentária;
Permitir parametrizar o nome das aplicações relacionadas a solicitações e listas de compras;
Permitir parametrizar o tipo de numeração dos processos licitatórios por Sequência digitada; Sequencial Geral; ou Sequencial por Modalidade de Licitação.
Permitir parametrizar se no gerenciamento de itens a descrição pode ser informada manualmente.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão pré-análise para aprovação dos itens.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão preço estimado informado.
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação é para compra ou alienação;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla credenciamento;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla SRP (Sistema Registro de Preços);
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação contempla o chamamento;
Permitir parametrizar o modo de disputa da modalidade de licitação por Fechado (propostas com envelopes fechados); Aberto (lances); ou Fechado-Aberto (propostas com envelopes fechados seguidas de lances).
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta, considerando, o Critério de avaliação da licitação; a Classificação do objeto da licitação; o Regime de execução da licitação; e a Quantidade de dias.

Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta atribuindo a forma de cálculo por Dias corridos ou por Dias úteis.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação as responsabilidades no processo licitatório e se há obrigatoriedade ou não para essas responsabilidades;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os tipos de documentos que devem ser vinculados no processo licitatório;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação informações para cotização compulsória para ME/EPP (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte):

Percentual para empate ficto para ME/EPP;
Cotização compulsória ME/EPP;
Mínimo de licitantes para aplicar a cotização compulsória ME/EPP.

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: números de licitações.
Permitir padronização dos nomes básicos dos itens e seus modificadores, características específicas para identificação criteriosa dos itens;
Permitir cadastrar item base, tipificando-o em bem patrimonial, concessão de serviço público, direito real de uso, obra, permissão de serviço público, produto ou serviço;
Permitir controlar o item base cadastrado por data para que um novo item base se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir classificar os itens bases por estrutura hierárquica que possam expressar grupo, subgrupo e quantos níveis forem do interesse da entidade;
Permitir controlar a classificação de itens bases por data para que uma nova classificação se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir que os modificadores cadastrados na classificação sejam aplicados ao item base que se vincula a esta mesma classificação, padronizando a nomenclatura do item base;
Permitir controlar em que nível da árvore de classificação é permitido inserir item base;
Permitir vincular natureza de despesa conforme classificação da despesa pública à classificação do item;
Permitir incorporar o nome do item base e seus modificadores ao item cadastrado;
Permitir descrever o item com nomenclatura diferente àquela dada ao item base que o identifique;
Permitir vincular o item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir vincular o item a(s) unidade(s) de medida(s);
Permitir vincular a unidade de medida do item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir inserir texto com descrição detalhada do item com número de caracteres ilimitado;
Permitir controlar o item cadastrado por data para que um novo item se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir inativar o item encerrando sua vigência em data pré-determinada, permitindo a higienização do cadastro de itens;
Permitir definir qual unidade de fornecimento se constitui em padrão de item.
Permitir cadastrar tipos de fontes de preço para formação do banco de preços;
Permitir inserir outras fontes de preços cadastradas pelo usuário ao banco de preço;
Permitir consultar itens cotados pelo banco de preço;
Permitir consultar preço por item pelo banco de preço;
Permitir consultar preço do item por fornecedor pelo banco de preço.
Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

Permitir cadastrar comissão segundo os tipos: especial, leiloeiro e equipe de apoio, permanente e pregoeiro e equipe de apoio.
Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

- Tipo da lei;
- Esfera governamental;
- Número e ano da lei;
- Data de aprovação;
- Período de vigência.

Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.
Permitir criar um tipo de objeto de compra vinculado com a classificação de objeto da lei geral de licitações (8666/93);
Permitir apontar que um tipo de objeto de compra é utilizado para reforma.
Permitir criar tabelas de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em solicitações e listas de compra.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de itens.
Na criação da tabela de itens permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, tabelas de itens, compras diretas e licitações).
Permitir criar tabelas de preços de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em processos de compras.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de preços.
Na criação da tabela de preços permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, compras diretas e licitações).
Permitir configurar o nome das solicitações utilizados pela entidade;
Possuir painel de gerenciamento de itens nas solicitações e lista de compra que possibilite: Inserir itens; Alterar itens; Detalhar itens com estrutura administrativa e dotação; Inserir fonte de preço; Balizar item; Remover; e Copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.
Permitir que o usuário elabore solicitações de itens expressando sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega imediata;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de item para a estrutura administrativa;
Permitir parametrização indicando se a solicitação de itens deve passar por pré- análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de item para outra solicitação de item, ou para uma solicitação de compra ou ainda, para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para solicitação de item a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir cancelar solicitações de item;
Permitir balizar os preços nas solicitações de item;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de item, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de itens antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir visualizar na solicitação de item quais solicitações de itens e/ou solicitações deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de item se existem solicitações de compra e/ou listas de compras geradas a partir dela;
Permitir, a partir das solicitações de itens, a análise de disponibilidade de itens nos fornecedores para entrega imediata pela entidade por meio de qualquer processo de compra;

Permitir a geração de ordens de fornecimento dos itens solicitados, a partir da análise automática de disponibilidade nos fornecedores;
Permitir análise em massa de solicitações de itens, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir que o usuário elabore solicitações de compra que expressam sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega futura;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de compras baseada na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as solicitações de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de compra para outra solicitação de compra ou ainda para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para uma solicitação de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de compras antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir cancelar solicitações de compra;
Permitir balizar os preços nas solicitações de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações de compras, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de compras durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir visualizar na solicitação de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de compra se existem listas de compra geradas a partir dela;
Permitir que o setor de compras crie suas listas de compras a partir das solicitações dos departamentos antes de iniciar o processo de compras. Estas listas de compras devem consolidar as necessidades de compra para atendimento das solicitações de vários setores da entidade;
Permitir que seja feito lançamento de listas de compras baseadas na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as listas de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma lista de compra para outra lista de compra ou ainda para uma solicitação de item ou solicitação de compra;
Permitir a importação de itens para uma lista de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das listas de compras antes de passar disponibilizar para gerar licitações e/ou compras diretas;
Permitir cancelar lista de compra;
Permitir balizar os preços nas listas de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da lista de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações por item e de solicitações por compra, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;

Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir o visualizar na lista de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na lista de compra se existem licitações geradas a partir dela.
Permitir parametrizar em que ponto do sistema, se na solicitação de item, solicitação de compra ou lista de compra, será obrigatório o preenchimento da dotação orçamentária quando houver necessidade;
Permitir gerar processo de compra, agrupando itens de lista de compras de diferentes setores da administração, objetivando compras com melhores preços, prazos e condições de pagamentos;
Controlar todo processo de compra efetuado, referente a licitações, pregões, regimes diferenciados de contratação, dispensas ou inexigibilidade, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Permitir registrar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada;
Possuir painel de gerenciamento de itens no processo de compras que possibilite:

- Adicionar itens;
- Alterar itens;
- Reorganizar itens
- Remover itens;
- Remover em massa;
- Copiar banco de preços do documento de origem.
- Balizar

Na operação de adicionar itens deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas no processo de compra, por listas de compras; por estrutura administrativa; por classificação de itens; ou por itens.
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de percentual;
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de valor;
Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
Permitir consultar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, os processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada por:

- Período de abertura;
- Número e/ou Ano;
- Modalidade;
- Tipo do objeto;
- Situação;
- e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir acompanhar todo o processo licitatório, visualizando os dados cadastrados;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;

Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Pregão presencial, Regime diferenciado de contratação (RDC), Concurso, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública;
Permitir inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada;
Permitir credenciamento e chamamento;
Para licitações que geram registro de preços, permitir informar os participantes internos da própria entidade que tenha CNPJ próprio e externos à entidade;
Permitir registrar Participação em processo licitatório de registro de preços de outras entidades;
Permitir registrar Adesão (carona) em ata de registro de preços de entidades externas;
Permitir gerar licitação de compra por meio de listas de compra;
Permitir gerar licitação de compra por meio de tabelas de preço;
Permitir informar os responsáveis pela licitação segundo o tipo de responsabilidade previamente definido;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir que somente MPEs participem das disputas quando existir separação de cotas exclusivas para MPEs;
Permitir o lançamento das propostas por item, por lote ou global, conforme definido em edital.
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em forma de percentual de desconto sobre tabela de preços ou item a item de uma licitação, conforme necessidade;
Permitir informar a marca do item no lançamento de proposta financeira;
Permitir o lançamento das pontuações técnicas do licitante atingidas nas propostas de disputas fechadas;
Permitir o lançamento de pontuação financeira, peso da proposta financeira e peso da proposta técnica nos critérios de avaliação ‘Técnica e Preço’ ou ‘Maior retorno econômico’ caso a licitação seja apurada pela média ponderada destas duas propostas do licitante;
Disponibilizar facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira (por valor ou percentual de desconto), em suas dependências, gerando um arquivo digital que contenha os itens de um processo de compra específico;
Permitir importação de propostas financeiras dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas de lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir que no critério de avaliação ‘Técnica e Preço’ ou ‘Maior retorno econômico’ a apuração das propostas fechadas, seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;

Permitir a identificação automática das disputas empatadas e o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar previamente o valor/desconto para que não ocorra empate ficto;
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar se com a posição atual dos lances, existe empate ficto;
Permitir realizar lances para cotas exclusivas para MPEs e para cotas não exclusivas para MPEs quando for o caso;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;
Permitir negociação com os fornecedores licitantes após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas não lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir que no critério de avaliação ‘Técnica e Preço’ ou ‘Maior retorno econômico’ a apuração das propostas fechadas, não seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas não seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;

Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir cadastrar os tipos de recursos;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;
Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos de compra.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de compra.
Permitir a cotização compulsória para Microempresas (ME) e Empresas de pequeno porte (EPP) em processos licitatórios de compras conforme definido na Lei complementar 123/2006;
Permitir aplicar a regra de separação das cotas para MPEs para os itens de natureza divisível;
Permitir configurar o percentual máximo aplicado a MPEs e a quantidade mínima de fornecedores competitivos enquadrados prevendo alterações na legislação vigente;
Permitir que usuário modifique o percentual máximo a MPEs aplicado diretamente na licitação contanto que este percentual seja menor que o percentual parametrizado;
Permitir que somente Microempresas e Empresas de pequeno porte enviem propostas e/ou participem de lances em cotas exclusivas para MPEs.
Controlar todo processo de compra direta efetuado, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Realizar o controle de compra direta em aplicação separada da aplicação de licitações;
Controlar todo fluxo desde a criação até encerramento da compra direta por meio de operações.
Permitir as seguintes operações na compra direta:

- Adicionar compra direta;
- Anular compra direta;
- Apurar vencedor;
- Cancelar item;
- Editar compra direta;
- Encerrar compra direta;
- Estonar encerramento;
- Excluir compra direta;
- Iniciar recebimento de cotações;
- Vincular banco de preços;
- Visualizar compra direta.

Possibilitar visualizar todo o histórico de operações executado na compra direta.

Permitir consultar as compras diretas por:
- Período de abertura;
- Número e ano;
- Tipo de objeto;
- Situação;

Permitir criar uma compra direta com as seguintes informações:
- Dados gerais:
  - Número e ano;
  - Tipo de objeto;
  - Descrição;
  - Data;
  - Tipo de avaliação;
  - Condição de pagamento;
  - Forma de fornecimento;
  - Permissão para utilizar cotação eletrônica;
  - Prazo para apresentação de cotações;
  - Referente ao COVID-19
- Justificativas:
  - Justificativa da aquisição;
  - Justificativa da compra direta;
  - Base legal da justificativa;
  - Justificativa do fornecedor.
- Itens:
  - Possuir painel de gerenciamento de itens que possibilite adicionar itens; alterar itens; cancelar os itens; remover; e copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.
  - Na operação de adicionar deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas na compra direta.
  - Permitir este filtro por Listas de compras; por Estrutura administrativa; por Classificação de itens; e por Itens.
  - Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de percentual;
  - Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de valor;
  - Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
  - Permitir cancelar itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;
  - Permitir remover itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;
- Responsáveis:
  - Permitir informar responsabilidades na compra direta e as respectivas pessoas (responsáveis);

Permitir editar uma compra direta desde que esta não tenha sido encerrada;
Permitir trabalhar com tipo de avaliação global (um único lançamento de valor por fornecedor para toda a compra direta).

Permitir trabalhar com tipo de avaliação por item (lançamento de valor por item por fornecedor para toda a compra direta).
Permitir vincular uma fonte de preço na compra direta;
Permitir realizar balizamento na compra direta a partir das fontes de preço inseridas;
Permitir definir data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;
Permitir prorrogar a data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;
Permitir iniciar o recebimento de cotações na compra direta;
Permitir pré-selecionar fornecedores para compras diretas que utilizam cotação eletrônica;
Permitir vincular fornecedores por vinculação de banco de preços (cotações) nas compras diretas que NÃO utilizam cotação eletrônica;
Permitir vincular cotação interna em compras diretas. Cotações internas são cotações registradas no sistema pela própria entidade. A entidade recebe as cotações dos fornecedores e registra no sistema.
Permitir vincular cotação eletrônica em compras diretas. Cotações eletrônicas são cotações preenchidas eletronicamente pelos fornecedores no sistema. A entidade cria a compra direta, libera para recebimento de cotações, os fornecedores via sistema preenchem a cotação e a entidade apura a compra direta.
Permitir o preenchimento de cotações eletrônicas diretamente pelo fornecedor (com credenciais de acesso ao sistema);
Permitir visualizar todas as cotações vinculadas a compra direta antes de realizar a apuração do vencedor;
Permitir realizar simulação da apuração antes de efetivar o procedimento;
Permitir desempatar fornecedor segundo o tipo de avaliação (global ou por item);
Permitir apurar o vencedor da compra direta segundo o tipo de avaliação (global ou por item);
Permitir encerrar uma compra direta para que a compra possa seguir para as fases seguintes de contrato e fornecimento;
Permitir estornar encerramento da compra direta desde que esta não esteja vinculada com as fases seguintes (contrato e fornecimento).
Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como o preenchimento de cotações eletrônicas;
Controlar o preenchimento de cotações eletrônicas por aplicação específica para cotação eletrônica (aplicação diferente da aplicação de cotação utilizada pelos usuários internos da entidade);
Permitir preenchimento dos itens de acordo com o tipo de avaliação da compra direta (global ou por item).
Garantir consistência que o fornecedor só possa preencher a cotação eletrônica dentro da data limite de entrega da cotação.
Permitir ao fornecedor preencher a cotação e colocá-la disponível para a apuração da compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação eletrônica caso não deseje mais participar da compra direta e está já não tenha sido vinculada a compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação caso tenha sido realizada alteração nos itens da compra direta que justifique um novo preenchimento de cotação eletrônica.
Permitir ao fornecedor visualizar suas cotações eletrônicas;
Permitir ao fornecedor emitir listagem de suas cotações eletrônicas;
Permitir gerar processo de alienação;
Permitir consultar os processos licitatórios de alienação/cessão por:

Período de abertura;
Número e/ou Ano;

Modalidade;
Tipo do objeto;
Situação;
Forma de realização;
e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Concorrência, Leilão, Regime diferenciado de contratação (RDC) e Licitação dispensada;
Permitir informar os responsáveis pela licitação;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Deve existir um facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira, em suas dependências, a partir de um arquivo digital que contenha os itens de um processo de alienação específico;
Importação de propostas dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos forem menores que os valores mínimos definidos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas e seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;

Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;
Permitir negociação com os fornecedores após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos são menores que os valores mínimos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;
Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos licitatórios.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de alienação.
Possibilitar o cadastro de fornecedores, pessoa física ou jurídica, com possibilidade de controle de Certificado de Registro Cadastral.
Permitir cadastrar as informações empresariais do fornecedor com os seguintes dados:

- Data de nascimento/constituição;
- Natureza jurídica;
- Regime de tributação;
- Porte empresarial;
- Tipo de atuação;
- Substituição tributária;
- CNAE;
- Itens da lei 116/2003;
- Simples nacional.;

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como lançamento de propostas, através de seus usuários conectados com perfil de fornecedor.
Possibilitar a inclusão e configuração de diversos tipos (níveis) de Certificado de Registro Cadastral (CRC), indicando quais documentos devem compor o tipo de CRC.
Possibilitar o registro de anotações ocasionais quanto à situação cadastral do fornecedor, para que se tenha um histórico das anotações de cada fornecedor do município.
Possibilitar definição de grupos de documentos equivalentes quanto à exigibilidade para composição do CRC.
Possibilitar que o fornecedor possa requerer a criação ou atualização de CRC, através de seu usuário com perfil de fornecedor.
Possibilitar que o usuário com perfil de fornecedor possa adicionar/indicar os documentos exigíveis para criação ou atualização de CRC.
Possibilitar que a unidade gestora realize a validação e efetivação dos requerimentos de CRC, permitindo reprovação do requerimento, ou aprovação, que deve gerar automaticamente o CRC.
Realizar a criação automática do cadastro de fornecedor, caso não exista, a partir da aprovação do requerimento de criação de CRC.
Possibilitar o controle automático de data de validade de cada CRC, com base nos documentos que o compõem, ou que a Unidade Gestora estabeleça prazo de validade personalizado para o CRC.
Controlar a validade dos documentos e das certidões vencidas ou a vencer dos fornecedores;
Possibilitar controle de situação cadastral do fornecedor a partir de seus Certificados de Registro Cadastral, os quais possuem período de vigência, podendo ser inativados, inativando assim a situação cadastral do fornecedor, e reativados com atualização dos documentos vencidos, voltando a ativar o fornecedor automaticamente.
Possibilitar que um mesmo fornecedor possua mais de um CRC, desde que sejam de tipos diferentes.
Realizar o controle de fornecedor ativo e apto a participar de processos de compras e fornecimento a partir da situação cadastral do mesmo, e que esta situação seja coerente com a situação de seus CRCs e de suas sanções.
Possibilitar a emissão do Certificado de Registro Cadastral, contendo os dados do fornecedor e os dados dos documentos que compõem o CRC.
Realizar geração automática do resultado do processo de compra ao homologar processos licitatórios ou encerrar compra direta com o objetivo de controlar o saldo de execução orçamentária e dos itens deste processo.
Permitir o acompanhamento de cada etapa de processos de compras, referentes a compra direta, inexigibilidade ou licitações, de qualquer modalidade utilizada na administração pública, através de um único local na aplicação.
Possibilitar alterações e eventuais correções sobre os resultados de processos licitatórios, permitindo substituir participantes, alterar itens, alterar datas, saldos, entre outras características relevantes, guardando cada alteração em movimentação histórica com condição de pesquisa.
Permitir a contratação do segundo classificado quando o fornecedor vencedor deixar de fornecer o material ou de executar os serviços.
Possibilitar que todas as alterações de um resultado de processo de compras sejam simuladas pelo usuário antes de sua efetivação, com a condição de comparações da situação atual diante da prospecção de alteração simulada.
Possibilitar alteração cadastral através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral do processo de compra.

Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da compra/licitação através de aditivos, posteriores à homologação, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada resultado de processo de compra/licitação.
Permitir o controle de saldo de itens de um processo de compras diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma compra/licitação passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do resultado de compra/licitação, e a vinculação de outros documentos ao resultado de compra/licitação após a homologação.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no processo de compras/liquidação, após a homologação.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos resultados de compras/licitações enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Realizar geração automática das ARP ao homologar processos licitatórios de sistema de registro de preços.
Possibilitar lançamento e controle de qualquer alteração dos dados de compras durante sua execução orçamentária, com gerenciamento e rastreamento histórico de todos os dados, controlando desde alterações de correções cadastrais, como aditivos sobre as ARPs.
Possibilitar alteração cadastral e aditivos através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral da ARP.
Possibilitar a inclusão de Carona interno (da própria unidade gestora com CNPJ próprio), ou externo (órgãos e entidades de outras unidades gestoras) em ARPs.
Possibilitar que se realize tipos variados de alterações, conforme disposições legais, dentro de um mesmo aditivo de ARP.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da ARP através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de uma ARP diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma ARP passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar alterações para transferência de saldo de itens entre compradores participantes e caronas da ARP, com simulação, possibilitando análise de proposta da transferência antes da efetivação.
Possibilitar a geração de documento com dados da ARP, e a vinculação de outros documentos à ARP.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas na ARP.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos das ARPs enquanto as mesmas estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar o cadastro de contratos de tipos diversos, conforme previsto na legislação, provendo a administração de controle contratual e condição de prestação de contas.
Permitir o cadastro de contratos com as seguintes informações: licitação, objeto, data da assinatura e de vigência, participantes, itens discriminados, dados financeiros, dados de subcontratação,

controle de percentuais e limites aplicados ao contrato, controle de cauções e garantias, documentos anexados, anotações, dados das publicações, dotações, estrutura administrativa.
Permitir a tipificação de participantes do contrato em: fiscal, representante legal do contrato e controlador de encargos sociais e tributários.
Possibilitar geração automática de Contratos com base nos resultados de processos de Compras ou nas Atas de Registro de Preços, permitindo ao usuário escolher e definir a quantidade de cada item, com base nos saldos atuais da Compra ou ARP.
Possibilitar a criação automática de contrato permitindo a aplicação de inclusão em massa dos itens no contrato com base em filtros indicando valores ou percentuais definidos pelo usuário a partir dos dados de resultado de compra/licitação.
Garantir consistência e rastreamento de informações dos contratos de compra de produtos e serviços, em relação aos dados originais de seu respectivo processo de compras ou ata de registro de preços.
Possibilitar recursos de alterações cadastrais, apostilamentos e aditivos, registrando e controlando todos os dados históricos e possibilitando a consulta das informações completas do mesmo após cada alteração ou aditivo que tenha recebido.
Realizar o controle de saldo para vínculo orçamentário e saldo dos itens de cada contrato, considerando suas alterações apostilamentos e aditivos.
Realizar o controle dos limites legais de aditivação e de subcontratação de contrato durante a criação de seus aditivos.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens do contrato através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de contratos através do consumo por ordens de fornecimento.
Possibilitar aditivo para rescisão contratual, que possa liberar o saldo não efetivado de itens no contrato, permitindo a criação de um novo contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do contrato, e a vinculação de outros documentos ao contrato.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no contrato.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos Contratos enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir de saldos de itens diretamente de resultados de processos de compras, ARP ou contratos.
Controlar o saldo de itens de cada processo de compra, ARP e contrato, validando para que o saldo contratado seja controlado a partir do contrato, bem como os valores não contratados sejam controlados a partir de sua origem, possibilitando a contratação parcial, conforme a discricionariedade da unidade gestora.
Possibilitar a geração automática de Ordens de fornecimento com base em análise inteligente do sistema, que verifique a disponibilidade de saldos dos itens solicitados pelos setores, nos mais diversos fornecedores (almoxarifados virtuais), classificando por origem de processo de compra e por contrato.
Possibilitar que o fornecedor possa consultar suas ordens de fornecimento, podendo encaminhar o atendimento das ordens que lhe estejam pendentes.
Possibilitar definir o local de entrega dos itens da ordem de fornecimento, indicando um endereço geográfico.

Possibilitar que a liquidação da Ordem de fornecimento (entrega e conferência dos produtos e serviços) possa ser realizada em uma ou mais etapas.
Possibilitar que a ordem de fornecimento gerada, possa ser aprovada antes de ser encaminhada ao fornecedor para atendimento.
Possibilitar a consulta de ordens de fornecimento por meio de filtros diversos definidos pelo usuário.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir das demandas geradas pelos setores, solicitação de itens, propiciando o rastreamento situacional da solicitação.
Validar para que o saldo de item comprometido em uma ordem de fornecimento não seja vinculado em outra, a menos que a ordem de fornecimento inicial seja cancelada, ou atendida parcialmente.
Controlar saldo de itens que não são liquidados pela quantidade, mas pelo valor financeiro, como alguns serviços e obras, possibilitando acompanhamento do valor total financeiro do item na compra, ARP ou Contrato, em relação ao valor liquidado.
Permitir que o usuário acompanhe o saldo das licitações homologadas a cada ordem de fornecimento emitida, distinguindo entre saldo de origem e saldo contratado.
Emitir ordem de fornecimento por estrutura administrativa.
Permitir integração por meio de importação de empenhos.
Permitir integração dos dados de licitações por meio de web service:

Retornar dados gerais da licitação: Modalidade; Ano; Número; Número do processo administrativo; Descrição do objeto; e Situação do processo licitatório.
Retornar dados detalhados do processo licitatório: Tipo de avaliação; Tipo de apuração; Local de abertura; Data de abertura; Data da proposta; Data de julgamento; Data da homologação; Data de adjudicação; Dados da comissão de licitação; Se é um SRP (Sistema Registro de Preços); Se é um Credenciamento; Se é um Chamamento;
Retornar todos os documentos e publicações vinculados ao processo licitatório, através de download.
Retornar os dados de publicação dos documentos vinculados ao processo licitatório: Tipo do documento; Data de publicação; Órgão de publicação do documento; e Meio de publicação do documento.
Retornar dados dos participantes do processo licitatório: Razão social ou nome; Número do CNPJ ou CPF; Data de apresentação de proposta; e, Se o participante é convidado ou não.
Retornar dados dos itens da licitação com arranjo específico por tipo de avaliação, Global, Por lote ou Por item, Tabelas dos registros por número de itens e Valores dos itens por participantes.
Retornar dados dos vencedores da licitação: Nome ou razão social; CPF ou CNPJ; e Valor total.
Retornar dados detalhados de atas de registro de preço: Número e ano da ata; Comprador/es da ata; Sequência de alteração da ata; Itens e/ou lotes da ata; Saldo atualizado da ata;
Participantes da ata; Vencedores da ata;
Possibilitar no portal a apresentação dos itens de cada comprador na Ata de Registro de Preços.
Possibilitar a consulta de dados da Ata de Registro de Preços filtrando por alteração/aditivo que a ARP tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Permitir integração dos dados de contratos por meio de web service:

Retornar dados gerais do contrato: Tipo do contrato; Número; Ano; Sequência; Data de vigência; Contratado; Modalidade da licitação vinculada ao contrato; e Valor.
Retornar documentos do contrato, através de download: Contratos; Aditivos; e Publicações de documentos.
Retornar dados detalhados do contrato: Objeto do contrato; Dados da licitação vinculada (Ano; Número; e Modalidade); Valor inicial do contrato; Dados dos fiscais vinculados ao contrato (Número do ato de nomeação do fiscal; Ano do ato de nomeação do fiscal; CPF do fiscal; Nome do fiscal; e Relatórios produzidos pelo fiscal no contrato).
Possibilitar a consulta de dados do Contrato filtrando por alteração/aditivo que o mesmo tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Documento de abertura de licitação:
- Autorização de abertura de processo administrativo de licitação
- Solicitação de abertura de processo administrativo de licitação
- Declaração de convite
- Solicitação de protocolo geral
- Balizamento de preços
- Solicitação e/ou lista do setor demandante
- Certidão de fixação
- Solicitação de parecer jurídico para abertura do processo licitatório
- Parecer contábil
- Parecer jurídico de abertura do processo licitatório
- Parecer jurídico de homologação do processo licitatório

Edital de licitação

Ata de licitação
- Ata de registro de lance
- Ata de recebimento propostas e habilitação
- Ata de julgamento da fase de proposta financeira
- Ata de licitação deserta
- Ata de licitação fracassada
- Anexo de ata

Termo de licitação
- Termo de adjudicação
- Termo de homologação
- Termo de anulação
- Termo de revogação

Recurso de licitação

Mapa de licitação
- Mapa de apuração e classificação de propostas
- Mapa de apuração e resultado

Relatório de licitação
- Relação de licitação com valores

Documento de compra
- Solicitação de item
- Solicitação de compra
- Lista de compra

Ata de compra e ARP
- Ata de registro de preço

Relatório de compra e ARP
Ordem de fornecimento
Ata de contrato
Ata de negociação de contrato
Fornecedor
Registro cadastral de fornecedor
Permitir cadastrar um layout estrutural no sistema que represente o layout que se queira integrar conforme layout e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas.
Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um layout estrutural.
Permitir definir tipos de campos de um layout estrutural como: Texto;
Data; Número inteiro; Número decimal.
Permitir definir automaticamente os tipos básicos de dados de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).
Permitir definir configurações do layout estrutural:
Formato de saída da exportação de dados: Arquivo de texto; XML (Extensible Markup Language); e XML Data Packet.
Decodificação do arquivo de saída;
Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de layout;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de layout, informando: Tipo do campo (conforme tipo criados na estrutura); Se o campo é obrigatório ou não; Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura; A ordem do campo dentre todos os campos criados; Se o campo é gerado em branco ou não; O tamanho mínimo e máximo do campo; As casas decimais mínimas e máximas do campo; Os caracteres proibidos no campo; O alinhamento do campo (direita ou esquerda); e O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída especificado no layout estrutural.

PORTAL DO FORNECEDOR

O portal do fornecedor deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;
O portal do fornecedor deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;
Disponibilizar por meio do portal do fornecedor download de arquivos cadastrados pela entidade;
Permitir ao fornecedor a criação, atualização e cancelamento de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).
Permitir ao fornecedor anexar seus respectivos documentos ao(s) seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).
Permitir ao fornecedor consultar a validade de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).
Permitir ao fornecedor a impressão de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral) já aprovado(s).
Permitir ao fornecedor filtrar as ordens de fornecimento solicitadas, podendo ser encaminhado para a unidade gestora para análise e deferimento.

Permitir ao fornecedor consultar todos os processos vigentes ou não que o mesmo tenha participado, devendo permitir ainda:
Consulta às ordens de fornecimento geradas; e
Consulta a todos os itens do processo, incluindo seu saldo.
Possuir aplicação para que o fornecedor possa preencher de forma eletrônica as cotações solicitadas pela entidade.
Permitir ao fornecedor realizar consulta e criação de protocolos de pagamento que estão em tramitação na entidade.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de grupos e subgrupos para a divisão dos itens, serviços e bens.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de bens móveis e imóveis com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, número da plaqueta, opção para vincular várias fotos do bem, vínculo com o processo de aquisição, vínculo com a licitação de aquisição, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, natureza do bem, estado do bem, vida útil e valor residual.
No cadastro de bens, possuir as seguintes informações sobre aquisição do bem: fornecedor, número da nota fiscal, data da nota fiscal, data da aquisição, origem, classificação (dominiais, uso comum, especial), valor na aquisição, data do tombamento, data da alienação, convênio e dados sobre seguro.
No cadastro de bens, quando o mesmo for um veículo, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
No cadastro de bens imóveis, possuir campo para vincular a matrícula do imóvel cadastrado no módulo de tributação.
Possuir rotina para cópias automáticas de um mesmo bem, a fim de agilizar o cadastro de bens com a mesma característica, determinando automaticamente de forma sequencial o número da plaqueta de cada cópia.
No cadastro do bem, quanto aos campos de valor residual e vida útil, sugerir valores automáticos ao usuário conforme parametrização pré-definida.
Controle de alienação de bens que permita o lançamento do valor de venda que pode ser diferente do valor contábil atualizado do patrimônio e também vincular o lançamento de receita oriundo do processo de alienação do ativo.
Em caso de valor de venda menor que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de perdas por alienação.
Em caso de valor de venda maior que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de ganhos por alienação.

Controle para alienação de bens com pagamento a prazo.
Controle dos bens em comodato (cedido ou recebido), identificando a natureza do comodato e com data de vencimento do mesmo.
Rotina para a transferência de bens entre órgão/unidade com campos para descrever o motivo da transferência.
Rotina para realizar as baixas dos bens, com opção do usuário cadastrar os tipos de baixa que deseja usar (flexível). Esta tela também deve possibilitar informar quem autorizou a baixa, número da lei, portaria e ocorrência (em caso de furtos), possuir também um atalho para emissão do termo de baixa de bem.
Possibilidade do lançamento de vários contratos para o mesmo item licitado, no caso de Sistemas de Registro de Preços e Credenciamento.
Possuir rotina de reavaliação e redução ao valor recuperável de bens em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Permitir o lançamento de vida útil e valor residual para os bens, efetuando cálculo automático conforme padronização de naturezas de bens, contudo permitindo que o usuário altere os valores sugeridos pelo sistema, adaptando-os a realidade, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para registro de data de corte que poderão ocorrer conjuntamente com acréscimos ou decréscimos dos valores dos bens, com impacto contábil em ajustes de exercícios anteriores aumentativos ou diminutivos diretamente no resultado patrimonial, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotinas para depreciação, amortização e exaustão, com a utilização de cotas constantes e soma de dígitos, em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para transferência de natureza de bem, deixando registradas as movimentações com impacto contábil.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de contas.
Emissão de relação de bens com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, podendo ser por ordem alfabética, numérica ou pelo número do tombamento.
Emissão dos bens em comodato com opção de selecionar os comodatos (cedidos ou recebidos) no período.
Emissão de relação de bens por fornecedor com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, por fornecedor, por natureza de despesa, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão de relação de bens por estado de conservação com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por estado de conservação, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão da ficha do bem com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por órgão/unidade. Este relatório deve conter as seguintes informações: descrição do bem, tipo, valor de aquisição, fornecedor, estado do bem, licitação, valor atual, data da atualização do valor, número da plaqueta, número e data da nota fiscal e natureza da despesa.
Emissão do histórico do bem contendo todas as transferências, reavaliações, depreciações, valorizações e baixas que o bem sofreu, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão do livro inventário com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por origem, por classificação, ainda com opção de ordem alfabética ou numérica.
Emissão dos seguintes termos: baixa, responsabilidade e transferência dos bens.

Emissão de relação de bens por seguradora com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de vencimento das apólices, por órgão/unidade, por seguradora, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Possuir relatório que evidencie as depreciações, amortizações e exaustões ocorridas no período, devendo constar em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.
Possuir relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável ocorridos no período, devendo ser emitido em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.

ALMOXARIFADO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
Possibilitar o cadastro de vários almoxarifados e controlar os estoques individualizados.
Lançamento das solicitações de itens, identificando quem solicitou, a qual órgão/unidade/local pertence o solicitante e campo para descrever a utilização da solicitação. Também poder lançar mais um item na mesma solicitação.
No cadastro de solicitações, possuir pesquisa rápida para as solicitações pendentes e atendidas.
Lançamento do pedido de compras, unificando várias solicitações sem a necessidade de digitar os itens novamente, podendo os mesmos serem de secretarias/departamentos diferentes.
Lançamento de entrada de itens com integração e importação dos dados de um processo, pedido, licitação e requisição.
Lançamento de saída de itens do almoxarifado através da solicitação do material.
Geração de inventário de itens, com bloqueio dos itens que serão inventariados.
Rotina para a digitação da coleta dos itens de inventário.
Rotina para atualização automática do estoque dos itens do inventário.
Consulta rápida em tela do estoque.
Registro de solicitações internas, onde o usuário poderá solicitar itens do almoxarifado, pelo sistema, podendo ser deferidas ou indeferidas e está por meio desta solicitação sendo possível a saída automaticamente;
Emissão de balancete mensal de itens com opção de filtrar por almoxarifado.
Emissão do comprovante de retirada de itens do almoxarifado com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado e por item.
Emissão de demonstrativo de gastos com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo.
Emissão de demonstrativo de saldos com os seguintes filtros: por período, por almoxarifado e por item.
Emissão do extrato do item com os seguintes filtros: por período e por item.

Emissão de relatório indicando o giro dos itens em um determinado período com os seguintes filtros: por período, por item, por almoxarifado, e qual o tipo da movimentação (entradas ou saídas).
Emissão de inventário com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, com opção de emitir ou não os itens sem estoque.
Emissão de relatório com a posição atual do estoque dos itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, elemento e subelemento.
Emissão de compras por fornecedor com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de entrada de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de saída de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, e por item.
Emissão de relação para reposição de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por grupo e subgrupo e por item.

FROTAS

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
No cadastro de veículos, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo, tipo de marcador (odômetro ou horímetro) e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
Cadastro dos locais onde haverá a movimentação dos veículos.
Controle de data de vencimento da carteira de habilitação do motorista.
Lançamento de solicitação de veículos com as seguintes informações: quem está solicitando o veículo, qual órgão/unidade/local está solicitando, qual o local que o serviço será realizado pelo veículo, qual o tipo de serviço que será realizado, qual o objetivo do serviço.
Rotina para realizar o agendamento da utilização de veículos.
Controle de entradas e saídas dos veículos da garagem com as seguintes informações: placa do veículo, data e hora da saída, local do serviço, tipo do serviço, código do motorista, data e hora do retorno.
Lançar os abastecimentos dos veículos por saída com as seguintes informações: nome do posto, quantidade de combustível, tipo de combustível, data e hora do abastecimento, quilometragem no momento do abastecimento.
Lançar as trocas de óleos do veículo com as seguintes informações: data da troca, tipo da troca (motor, câmbio, diferencial, filtro de óleo), quilometragem para a próxima troca, data para próxima troca, local da troca e responsável pela troca.

Possuir rotina para gerenciamento de manutenção de troca de óleo dos veículos, que após configuração na UG, deverá exibir tela de alerta, demonstrando o que está "a vencer" ou "vencidos".
Lançar os gastos com manutenção do veículo com as seguintes informações: código do veículo, placa, fornecedor, local, tipo de gasto, valor, quilometragem no momento do gasto com opção de vincular a itens do almoxarifado ou itens externos.
Rotina para lançar as avaliações sobre o veículo com os seguintes itens a serem avaliados: Lataria, pintura, estofamento, pneus, painel, vidros, faróis, extintor, acessórios, motor, câmbio, freios, alinhamento, balanceamento, direção, ruídos, suspensão e odômetro/horímetro. Data da avaliação e observações.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao TCE-PR de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-PR no módulo do SIM-AM.

Emissão de demonstrativo de abastecimento com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de demonstrativo de custos os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo de medias os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo por local do serviço com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de relação dos motoristas contendo a validade da CNH.
Emissão de relação com os vencimentos das trocas de óleo.
Relação de saídas e retornos dos veículos, com os seguintes filtros: por período, por motorista, por veículo, tipo de serviço, por local do serviço.

GESTÃO DE ABASTECIMENTOS WEB

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Apresentar todas as funcionalidades da plataforma Microsoft Windows ®.
Pesquisas disponíveis em todas as telas do sistema, evitando memorização de códigos.
Deve ser inteiramente Web, não sendo necessária a instalação de software na entidade, permitindo a disponibilidade através de um navegador de internet instalado em qualquer equipamento com acesso a rede.
Deve ser utilizado o Sistema Gerenciador de Banco de Dados MSSQL Server.
Deve contemplar o conceito de Data Center.
Possibilitar geração e exportação de dados atendendo as necessidades do TCE-PR (SIM-AM), em relação ao consumo dos veículos, máquinas e implementos;
Dos locais de execução:
Postos de combustíveis homologados mediante processo licitatório;
Pátio de unidades de armazenagem própria (veículos/máquinas)
Tanques e bombas próprias.
Disponibilizar cartão magnético para cada veículo/maquinário, que deverá ser individual e intransferível.
Deverão ser fornecidos cartões individuais, sem custo. A quantidade de cartões estará diretamente relacionada com a quantidade de veículos/maquinários da frota municipal. Quantidade que poderá aumentar ou diminuir em razão do aumento ou diminuição da frota.
Cada Cartão Magnético, deverá conter as seguintes informações:
Nome da Entidade;

Nome do Departamento;
Número do Cartão;
Marca/Modelo do Veículos;
Tipo de Combustível
Placa do Veículo;
Plaqueta do Patrimônio.

A empresa vencedora deverá fornecer, além dos cartões individuais, um mínimo de 10% de cartões adicionais "reserva" para utilização em casos excepcionais (extravio, danos físicos, etc) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço.

Os cartões adicionais serão utilizados, afim de não parar a gestão, assim a entidade poderá desabilitar o cartão extraviado e/ou danificado de determinado veículo/maquinário e habilitar um cartão "reserva" para o mesmo.

Os cartões magnéticos personalizados deverão ser confeccionados pela proponente.

Os cartões magnéticos devem possibilitar sua leitura através de terminais POS.

A empresa CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento/bloqueio imediato dos cartões que forem extraviados/furtados, tão logo receba comunicação oficial da CONTRATANTE;

Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão MAGNÉTICO, e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.

Os postos de combustíveis licitados, bem como as bombas próprias deverão estar equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

Em casos de perda ou furto de cartões, o Município comunicará a CONTRATADA, por e-mail, ou telefone ou documento oficial. Após a comunicação a CONTRATANTE não se responsabilizará pelo uso indevido do cartão.

Possuir cadastro de pessoas contendo a identificação e o endereço, permitindo o lançamento de pessoas jurídicas, os fornecedores de combustível e pessoas físicas, sendo os motoristas e usuários do sistema, tanto da unidade gestora, quanto dos fornecedores.

Possuir cadastro de usuários, com controle de acesso por perfil de usuários, onde o administrador deve possuir acesso a todos os recursos disponíveis para a unidade gestora, como cadastro de dados, consulta a saldos e extratos, ou ainda, lançamento e transferência de cotas, já o perfil motorista e/ou fornecedor deve possuir acesso a consulta a saldos e extratos de cotas que tenham sido disponibilizados a seus respectivos usuários.

Possuir cadastro de veículos, contendo dados particulares, vinculação a órgão, unidade e local, e tipos de combustíveis possíveis de serem abastecidos.

Possuir cadastro de tipos de veículos, contemplando as espécies de viaturas, ambulâncias, caminhões, tratores, etc.

Permitir o vínculo de vários tipos de combustível para um mesmo veículo.

Possuir cadastro de órgão, unidade e local.

Permitir cadastro e controle dos veículos através do código patrimonial.

Permitir o lançamento de entrada ou saída para uma cota, possibilitando vincular o abastecimento de combustível do veículo para o fornecedor homologado por processo licitatório. Permitir, ainda, inclusão ou remoção de saldo e controle do período da disponibilidade do mesmo.

Permitir a transferência de saldo de cota disponível em um veículo, combustível ou fornecedor homologado a outro. Deve possibilitar a transferência parcial ou total do saldo.

Permitir a desvinculação de determinado cartão devido extravio, furto ou danos físicos, possibilitando o cadastramento de cartão provisório para abastecimento.

Possibilita exportação de dados de abastecimento para o software de Gestão de Frota da CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos xml, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
código do órgão;
data do abastecimento;
tipo de combustível;
hodômetro;
quantidade em litros;
identificação do veículo;
identificação do motorista;
dados do fornecedor.
Permitir cancelamento do abastecimento do combustível licitado.
Permitir o cancelamento de liberação de cota.
Permitir gerenciar os horímetros das máquinas e hodômentros.
Possuir rotina para cadastro de identificadores visando o agrupamento de entrada de combustíveis, permitindo consultas dos valores com filtros por meio destes códigos.
Possuir parametrização para seleção de quantas casas decimais serão utilizadas na movimentação.
Permitir a geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE/PR no módulo SIM-AM.
O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:
Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir abastecimentos através da utilização de Terminais POS:
Para utilização do cartão destinado ao veículo, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde através do terminal POS será efetuada a identificação da placa ou número do veículo, bem como verificada a consistência dos valores de hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, saldos autorizados para abastecimento definidos individualmente a cada veículo da frota da Entidade, a quantidade e tipo de combustível.
Após a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um comprovante de transação, contendo todas as informações referentes ao abastecimento realizado no referido estabelecimento, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);

Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:
Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir consulta de saldo no Terminal POS.
Emitir 2° Via do comprovante da transação pelo Terminal POS;
Permitir abastecimentos sem a utilização de Terminais POS:
Acessar o sistema com perfil Fornecedor.
Permitir realizar as seguintes operações:
Consultar o saldo dos veículos;
Realizar um abastecimento;
Imprimir comprovantes dos abastecimentos
Cada motorista deverá ter sua identificação validada através de usuário e senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.
Permitir emissão do saldo de cotas por veículo, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedores e combustíveis licitados da entidade. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação. A vinculação com o motorista se dará caso ele já tenha realizado algum abastecimento com aquele veículo.
Permitir emissão do saldo de cotas por órgão, unidade e local, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedor e combustível. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Permitir emissão do saldo de cotas por fornecedor homologado, demonstrando as cotas disponíveis por órgão, unidade e local e combustíveis. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Permitir emissão da média de consumo por veículo durante os últimos abastecimentos.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por fornecedor homologado em licitação, demonstrando os dados por veículo e combustível. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por motorista, demonstrando os dados por veículo e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por veículo, demonstrando os dados por fornecedor e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis.

Emissão de relação de abastecimentos efetuados por órgão, unidade e local, demonstrando por veículo e combustível licitado. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Emissão de relação das transações, demonstrando as solicitações de abastecimento realizadas pelos Terminais POS através dos cartões, contemplando os dados de cada transação, como em qual fornecedor foi realizada, para qual veículo, por qual motorista, a quantidade abastecida, data e hora do evento, se a transação foi aprovada e, caso não tenha sido, por qual motivo.
Emissão de relatórios que deverão apresentar a média de consumo por hora trabalhada e quilometragem.
Permitir visualização de painel de gestor com informações gráficas gerenciais.

PROTOCOLO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;

Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;

Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;

Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;

Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);

Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);

Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todo e qualquer tipo de processo;
Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;
Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de processo a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo, controle de documentos etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;

Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade para os processos, de forma apoiar a equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)
Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de processo, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;
Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo

Controlar todo o fluxo do processo através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de processo que é gerenciado;
Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;
Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo do processo possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos

Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;

Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;

Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;

Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo sem a obrigatoriedade de ter um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;

Permitir parametrizar documentos

Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;

Controle de validade;

Controle de publicação;

Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;

Controle de data de emissão;

Controle da sequência de emissão;

Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;

Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;

Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;

Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

- Juntada de processos;
- Suspensão de processo;
- Retirada de suspensão de processo;
- Renumeração de folhas;
- Reativação de processo;
- Reabertura de processo;
- Ocorrência;
- Juntada de peças;
- Julgamento de mérito;
- Formação de volume de processo;
- Extinção de processo;
- Encerramento de processo;
- Empréstimo de processo;
- Emissão de termo de processo;
- Devolução de processo emprestado;
- Desmembramento de processo;
- Desistência de processo;
- Desentranhamento de documentos;
- Desapensação de processo;
- Desacautelamento de processo;
- Arquivamento de processo;
- Acautelamento de processo;

Permitir a emissão da capa do protocolo
Permitir a emissão de relatório detalhado do protocolo

GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Cadastro único de clientes/usuários, independentemente do número de matrículas vinculadas a um mesmo cliente/usuário.
Cadastro de Motivos que poderão ser utilizados para efetuar corte de água.
Cadastro de Tipos de Ocorrências que impedem a realização de leituras nos clientes/usuários.
Cadastro de Valores para cobrança de fatura com: flexibilidade de alteração; tabela de valores mensal; divisão por faixas de valores; parâmetros por M3 de consumo.
Cadastro de Categorias (comerciais, residenciais, industriais e outras) com possibilidade de vinculação de descontos; informação sobre cobrança de taxa para esgoto.

Cadastro de diferentes Taxas Mínimas e Serviços.
Cadastro único de pessoas (futuros clientes/usuários) com informações completas do: endereço; documentos; nacionalidade; conta bancária; dentre outras.
Cadastro de Matrículas separado do cadastro de pessoas (clientes/usuários).
Cadastro de Agentes bancários e Agentes arrecadadores;
Cadastro de Estações de Tratamentos de Água e Esgoto;
Cadastro e controle de: marca de hidrômetros; tipos de perdas; macromedidores;
Rotina para Acerto de Leituras e lançamento de ocorrências que impedem a retirada da leitura;
Rotina para cálculo de faturas com possibilidade de cálculo por ciclo, setor, rota e matrícula.
Consultas "On-line" de faturas, serviços, parcelamentos, consumos, taxas, débitos e pagamentos;
Rotinas de remessa e retorno de Débito em Conta Automático com diversos agentes bancários.
Cobrança automática na próxima fatura de 2º via de conta.
Baixas de arrecadação de forma manual e automática através de arquivo retorno dos agentes arrecadadores.
Rotina de parcelamento de débitos em atraso com opção de cobrança na fatura ou individual.
Rotina de cancelamento de parcelamentos realizados.
Lançamento de Taxas diversas de maneira geral ou individual.
Possibilidade de consulta e remoção de Juros, multas e correções.
Rotinas operacionais de: encerramento de mês; calendário para definição de dias não úteis; definição de relatórios por módulos; definição de barra de ferramentas; cadastro de usuários do sistema; definição de níveis de acesso
Cadastro de Informações Básicas sobre as Redes de Água e Esgoto do Município com: ciclo, setor, rota; tipo de rede (PVC, Ferro, outras); Dimensão da Rede; Pressão; Profundidade; Totais de tubos e redes em metros ou KM; origem da água; dentre outras informações.
Possibilidade de lançamento de leituras mensais de forma manual e automático, através de importação de leituras de coletores.
Cadastro de Mátriculas contendo os seguintes dados: codificação em ciclo, setor, rota e sequência; número do hidrômetro; endereço da matricula; categoria da matricula; total de economia da matricula; dados de esgoto; perfil de consumo da matricula; vinculação ao imóvel; vinculação ao cadastro de pessoa; dia base para vencimento; opção de debito em conta; opções de isenção; dados do hidrômetro;
Emissão de Fatura mensal; fatura de parcelamento; 2º via; conta serviço, individualizadas;
Controle de Inadimplência: Possibilidade de realizar o controle utilizando a opção de gerações em massa, otimizando o tempo e eficácia do gerenciamento das ligações que estão inadimplentes. Facilita os lançamentos dos serviços de cortes com ou sem cobranças adicionais, controla os serviços realizados e não realizados de forma ampla.
Possibilita emissão de relatórios para melhor gestão dos inadimplentes antes mesmo que ocorra o serviço de corte para melhor análise situacional. Permite emissão da conta do serviço em massa e aviso de débitos pagáveis também em massa.
Emissão de Aviso de Débito pagável, com código de barras englobando todos os meses em atraso.
Controle de Créditos e Débitos referentes a pagamentos a mais ou menos, com como acréscimos por pagamentos em atraso.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.

Rotina de baixa de serviços com opção de definir: nível de satisfação; quantidade de parcelas; mês e ano a ser cobrado o serviço; forma de cobrança (fatura ou conta serviço); status atendido ou indeferido;
Emissão de todos as faturas (consumo, serviço, parcelamentos, taxas) com código de barras.
Controle gerencial administrativo dos serviços da unidade: manobras realizadas; coletas para exames; tratamentos de água; perdas justificadas;
Controle automático de desconto para pagamentos duplicados. Desconto em contas futuras.
Disponibilizar controle de Dívida Ativa com geração automática de Lançamentos;
Geração e Emissão do Livro de Dívida Ativa;
Manter integração dos débitos do exercício com os Débitos inscritos em Dívida Ativa;
Possibilidade de incorporar na Dívida Ativa, de forma manual, os devedores de anos anteriores;
Possibilidade de realizar Cancelamentos de Dívida Ativa, com o registro dos motivos correspondentes;
Disponibilizar o controle de débitos a prescrever;
Relatórios Gerenciais, Operacionais e Administrativos, tais como: Débitos para corte; contas emitidas; contas não emitidas; relatório de pagos e pendentes; resumo diário de pagamento; relatório de faturamento; B.D.A; conferencia de movimentos; Extrato de Parcelamentos; comunicado de atraso; leituras realizadas ou não; serviços faturados; população abastecida; dentre outros.
Disponibilizar recursos de Integração com o Software de Contabilidade, através da Exportação de Lotes de Arrecadação, permitindo o lançamento automático da arrecadação diária;
Disponibilizar de recurso para Emissão Simultânea de Faturas, possibilitando a transmissão aos coletores de dados; emissão de faturas pelo sistema laser no padrão FEBRABAN; atualização do histórico;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

REQUISITOS GERAIS

Disponibilizar portal que permita qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o protocolo e receber respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.
Disponibilizar consultas online das informações do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema.
Disponibilizar acesso por perfil classificado em usuário e cidadão.
Permitir ao usuário, servidor da entidade, fazer as devidas atualizações ao Portal de forma prática e sistematizada, possibilitando manter o portal devidamente atualizado para pesquisa do cidadão.
Permitir que o cidadão tenha amplo acesso ao portal, dispondo as informações de forma temática, que atenda aos requisitos da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e que faça encaminhamento de pedidos de acesso à informação, acompanhamento de protocolo e recebimento de respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.
Disponibilizar componente de acesso específico denominado NORMAS DE ACESSO A INFORMAÇÃO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Íntegra da Lei Federal nº 12.527/2011;
Íntegra do Decreto Federal nº 7.724/2012;
Íntegra da LC nº 101/2000;
Íntegra da LC nº 131/2009;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.185/2010;
Íntegra das eventuais normas locais que tratam do acesso à informação [Lei Estadual ou Municipal e Decreto de Regulamentação (se houver), bem como de toda legislação relacionada ao acesso à informação aplicável ao órgão.
Disponibilizar componente de acesso denominado NORMAS, LEIS E DECRETOS DA ENTIDADE como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens dentro deste escopo especificado.
Disponibilizar componente de acesso específico denominado ESTRUTURA ORGANIZACIONAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Estrutura organizacional do órgão: composição, estrutura e organograma. Informações e registros da competência: com informação sobre a jurisdição e a atribuição e informações sobre atividades exercidas pelo órgão ou entidade, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços. Base jurídica da estrutura institucional. Constituição Federal, Constituição Estadual, legislação aplicável (Lei Orgânica, Regimento Interno, etc.). Estrutura física: endereço das unidades, telefones e horário de atendimento.
Disponibilizar consultas de processos realizados pelo município, demonstrando o número, data, modalidade/processo licitatório, despesa, valor e aditivos.
Disponibilizar consultas com detalhamento dos contratos realizados pelo município, demonstrando o número/ano/sequência, data, contratado, valor e detalhes de contrato, aditivo e publicações.
Disponibilizar componente de acesso AÇÕES E PROGRAMAS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Descrição dos programas, projetos e ações, com informações concernentes à implementação, acompanhamento e resultados, bem como metas e indicadores propostos.
Disponibilizar componente de acesso ORÇAMENTO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Orçamento atualizado da unidade/instituição do exercício em curso, devendo informar o orçamento inicialmente aprovado e os eventuais ajustes realizados ao longo do exercício.
Disponibilizar componente de acesso Relatório LRF como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relatórios da Gestão Fiscal em conformidade com a LRF.
Disponibilizar consultas online de despesas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a despesa da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.
Disponibilizar consultas de despesa por período filtrando por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade gestora e período, fornecendo dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor, estornado.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias inscritas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.

Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: conta, valor, valor pago e saldo.
Disponibilizar consultas de diárias com filtro por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar componente que permita consulta de despesa por favorecido, com filtro por exercício, unidade gestora, favorecido, período, com dados tais como: CPF/CNPJ, favorecido e valor empenhado.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das despesas do município, informando número do documento, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento de determinada despesa, onde todas as informações da mesma serão apresentadas, inclusive os documentos relacionados.
Disponibilizar consultas de licitação por período com filtros por modalidade, licitação, período, data de abertura, unidade gestora, situação e objeto com dados tais como: modalidade, licitação, processo, objeto, situação e documento.
Disponibilizar consultas de passagens com filtros por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por suprimento de fundo com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por reembolso com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de despesa.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de receita com dados tais como fonte de recursos e valor.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das receitas do município, informando a espécie, data, número do lançamento, unidade gestora, receita e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento do lançamento, onde todas as informações do mesmo serão apresentadas.
Disponibilizar consultas de empenhos a pagar processados, sendo possível filtrar pela data do empenho ou pela data de liquidação. Possibilitar a consulta de empenhos de restos a pagar. Propiciar a ordenação dos empenhos por fonte de recurso, demonstrando fornecedor, data, número, parcela e valor a pagar. Fornecer detalhamento dos empenhos por processo licitatório e descrição.
Disponibilizar componente que operações financeiras por exercício, unidade gestora, tipo de conta bancária ou de caixa, conta, fundo e período, fornecendo dados tais como: conta, lançamento, data, tipo de documento, histórico, valor e tipo de lançamento DB/CR.
Possuir controle de publicações com código, título, data de publicação e exercício. Disponibilizar para download e visualização, os documentos relacionados à publicação.
Permitir consulta de quadro de pessoal, disponibilizando números de cargos comissionados, cargos efetivos, número de empregos públicos preenchidos por unidade gestora ou consolidado. Permitir filtrar por mês e exercício.
Disponibilizar componente que forneça quantitativo de cargo por exercício, unidade gestora, cargo, com dados tais como: cargo, cargo existente, lotação, vagas.

Disponibilizar consultas online de receitas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.
Disponibilizar componente de acesso CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Disponibilizar todos os processos, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, resultados de provas, etc., até os atos de nomeações.
Disponibilizar componente de acesso LEGISLAÇÃO DE PESSOAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Estatuto do servidor ou legislação equivalente.
Legislação consolidada e atualizada do plano de cargos e salários, com Tabela de Remuneração.
Lotacionograma detalhado por órgão:
Relação de cargos, empregos e funções, com indicação do quantitativo autorizado em lei, dos providos e vagos;
Disponibilizar consultas de servidores ativos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores inativos, demonstrando nome e CPF. Permitir filtro por mês, ano e unidade gestora.
Disponibilizar consultas de servidores de férias ou licença, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores de cedidos para outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores cedidos por outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores temporários, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas dos fundos municipais com dados como número do documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, favor e estornado.
Permitir a consulta de transferências financeiras realizadas para terceiros, demonstrando número, lei/ano, finalidade, total orçado, total liberado, saldo a liberar, data do término do pacto. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando os números de empenho, histórico, data, valor, detalhes da despesa, fonte de recurso. A consulta deverá ser filtrada por exercício, unidade gestora, tipo de transferência (convênio, subvenção ou ambos), data da firmação do pacto ou data de pagamento do mesmo.
Permitir a consulta de transferência voluntária demonstrando destinação, fonte repassadora, valor previsto, valor recebido, valor a receber e prazo. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando detalhadamente as informações pertencentes à categoria orçamentária das receitas. A consulta deverá permitir filtro por exercício, unidade gestora e período (data inicial e final).
Disponibilizar o componente de acesso TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A TERCEIROS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Texto da lei

específica autorizadora, se houver, ou fundamento legal aplicável. Íntegra dos Convênios, Termos de Parcerias e congêneres firmados, inclusive com o plano de aplicação, a especificação das etapas de cumprimento das obrigações, repasses e atingimento das metas estipuladas, listados por ano de celebração. Identificação, com CPF ou CNPJ e, se for sociedade empresarial, com o nome dos sócios da pessoa jurídica que compõe o termo, quer como beneficiada, quer como repassadora de recursos. Termos aditivos e apostilas, acompanhados da publicação. Nota de empenho do valor e parcelas, respectivas, do auxílio ou subvenção econômica. Nota de empenho correspondente ao contrato, aditivos e apostilas. Íntegra dos Convênios disponíveis para serem firmados.
Disponibilizar o componente de acesso aos bens patrimoniais com dados tais como: número do tombamento, data, matrícula, descrição do bem patrimonial, data de aquisição, tipo e detalhe.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar os conselhos municipais, sua descrição, data de vigência inicial e final e detalhes. Permitir filtrar conselhos ativos.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar veículos, com dados de placa, chassi, código RENAVAM, detalhes e lotação.
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relação de todos os órgãos da administração direta e indireta. Legislação atualizada e consolidada do Poder Executivo (decretos, portarias, instruções normativas, etc.).
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Membros.
Composição da Mesa Diretora.
Sessões Plenárias (calendário, pautas e atas, devendo conter planilha de votação das deliberações).
Audiências Públicas (calendário, pautas e atas).
Composição das comissões e Calendário das reuniões e respectivas pautas.
Fluxograma da Tramitação dos projetos.
Projetos por parlamentar.
Atos da Mesa.
Atos da presidência.
Lista de presença dos parlamentares nas sessões e reuniões das comissões.
Legislação atualizada e consolidada.
Disponibilizar o componente de acesso LINK DO DIÁRIO OFICIAL.
Disponibilizar o componente denominado FALE CONOSCO que contemple dados tais como: nome do cidadão, telefone, e-mail, assunto e mensagem.
Disponibilizar o componente denominado CONSULTA DE CONTATO POR PROTOCOLO que contemple dados tais como: número do protocolo, situação, nome, telefone, e-mail, assunto, mensagem, resposta e anexo.
Disponibilizar o componente denominado ESTATÍSTICA DE CONTATO que filtre as estatísticas nos últimos 30 dias, 60 dias ou data especificada, com agrupamento por faixa etária, escolaridade, opção sexual, classificação.
Possibilitar que todas as consultas possam ser exportadas para arquivos nos formatos: PDF, XLS, RTF.
Disponibilizar o componente denominado GLOSSARIO que contemple o significado dos principais termos utilizados no Portal da Transparência.

BUSINESS INTELLIGENCE

REQUISITOS GERAIS

Permitir agendar a inserção das informações nos gráficos automaticamente.

Permite selecionar no gráfico a entidade que deseja consultar.
A solução deverá conter a capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário na elaboração das visões e dos dashboards;
A solução deverá conter a possibilidade de utilizar SQLs, funções e procedures criadas nos bancos de dados, para utilização em relatórios ou análises;
A solução deverá possibilitar a criação de novos cenários, em cima de novas necessidade e demandas levantadas pelos diversos setores que compõe a Prefeitura Municipal;
A solução deverá possuir funcionalidade de exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (XML, PDF e Excel formatado);
A solução deverá permitir de forma nativa a inclusão de várias formas de visualização (Mapas, Dashboards, Gráficos e Tabelas) em uma mesma tela criando um Painel de Controle, sem que para isto seja necessária a utilização de hiperlinks ou sobreposição de imagens;
A solução deverá conter de forma nativa (sem programação ou customização) a visão de todas as informações e configurações das métricas apresentadas em um único local e uma única visão;
A solução deve ter inteligência para entender que o acesso pode ser feito através de TABLETS e Smartphones dos sistemas Operacionais Android e IOS, e a apresentação nesses dispositivos deve ser adequado ao seu formato;
A solução deverá dispor de variedade de formas de análises – gráficos, tabelas, relógios, velocímetros, relatórios, geração de arquivos em formato PDF, links WEB, exportação de tabelas para planilhas eletrônicas;
A solução deverá permitir a interatividade entre as análises de um mesmo dashboards, onde as alternâncias de indicador, dimensão, filtro e drill em uma das análises reflitam automaticamente nas demais, de forma dinâmica.
A solução deverá possuir recursos que permitam a alternância de um estilo de gráfico para outro estilo, sem necessidade de reconstrução da análise. Exemplo: alterar a representação de uma análise no formato de gráfico de barras para gráfico de pizza;
A solução deverá permitir a representação da comparação dos valores dos indicadores com mesmo período de exercícios diferentes;

ÁREA TRIBUTÁRIA

Possuir gráfico do valor anual inscrito em dívida ativa corrigida, bem como do valor acumulado anualmente da dívida ativa corrigida.
Possuir gráfico do valor lançado do tributo.
Apresentar informações como valores dos pagamentos a vista, dos pagamentos parcelados, das isenções concedidas, dos descontos concedidos no pagamento à vista, das inscrições em dívida ativa, das suspensões, dos cancelamentos, das diferenças de pagamentos (a maior e a menor) e das remissões.
Apresentar detalhamentos dos valores por bairros, logradouros, distrito / setor e contribuinte nos painéis de pagamento à vista, pagamento parcelado, índice de inadimplência, descontos concedidos no pagamento à vista e cancelamentos.
Apresentar valores lançados, pagos, em aberto por bairro;
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por logradouro.
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por distrito / setor.
Apresentar detalhamento por contribuinte no painel de diferença de pagamentos (a maior e a menor), mostrando o valor lançado, valor a pagar, valor pago e a diferença em questão.
Detalhamento por ano de valores pagos, cancelados e suspensos.
Detalhamento geral por ano com os valores lançados e pagos.
Quanto de tributo esta pessoa já pagou para o município.

Quanto de tributo esta pessoa está devendo para o município, discriminando os tributos vencidos e a vencer.
Quantos imóveis esta pessoa possui no município.
Dashboard que apresente visão do comportamento da arrecadação da Dívida Ativa (Anual/Mensal/Diária);
Dashboard que apresente os cancelamentos/ supressões da dívida ativa do município;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes pagadores da dívida ativa de forma amigável;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes que tiveram suas dívidas canceladas através de processo administrativo;
Dashboard do Imposto Territorial Predial Urbano que apresente visões de Totais de lançamentos efetuados pelo Município x Totais de receitas arrecadadas;
Dashboard que apresente em qualquer tributo o índice de inadimplência dos contribuintes;

ÁREA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTOS

Possuir gráfico comparativo da distribuição de servidores públicos da entidade agrupados com a quantidade de servidores públicos selecionados por organograma.
Possuir gráfico dos valores calculados em folha de pagamentos referente aos eventos fixos e variáveis.
Permitir a criação de colunas virtuais onde códigos SQL (Structured Query Language), possam ser inseridos de acordo com a necessidade do usuário. Essas colunas podem fazer parte das consultas geradas.
Desdobrar os gastos por mês e visualizar movimentos de pessoal, admissões, demissões, além de valores gastos específicos por funcionário.

Dispor de detalhamentos, tais como despesas com férias, cargos comissionados, horas extras e parte patronal.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO

Entende-se como implantação, todos os serviços necessários ao normal funcionamento da Administração Direta, Indireta abrangidas, dentre os quais: instalação, parametrização, configuração, treinamento, customização, migração e conversão de informações existentes e necessárias à operação dos softwares.

Os serviços serão executados na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

DA MIGRAÇÃO

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, com disponibilização dos mesmos pelo Município.
Os prazos pré-estipulados são:

Primeira Etapa: análise do banco de dados – na sede da empresa: 05 (cinco) dias;
Segunda Etapa: migração do banco de dados – na Entidade /sede da empresa: 05 (cinco) dias;
Terceira Etapa: conferência, ajustes e migração definitiva – na Entidade: 05 (cinco) dias.

Prazo máximo de migração, a contar da data de assinatura do contrato: 15 (qunze) dias, incluindo todas as etapas citadas acima.
A Conclusão e aceitação dos serviços de migração/conversão de dados, após a realização de testes será efetivada por ato formal da Prefeitura, que atestará a conversão das bases e a sua integridade.

DA INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

A empresa vencedora do certame terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, para concluir todo o processo de implantação, que inclusive deve considerar o prazo máximo de migração (item 8.1).
Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: entrega, instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajustes nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.
Acompanhamento dos usuários, na sede da Prefeitura, em tempo integral na fase de implantação do objeto.
O recebimento pelo aceite dos sistemas licitados, deverá ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.
Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.
A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.
A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.
A aceitação dos serviços de implantação, após a realização de testes, será efetivada por ato formal da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que atestará a operacionalidade dos softwares e, por amostragem, a adequação das funcionalidades às exigências editalícias.

DOS TREINAMENTOS

Entende-se por treinamento a promoção de atividade a cargo da CONTRATADA, voltada à capacitação da CONTRATANTE, seus funcionários e/ou prepostos, tornando-os aptos a operação dos sistemas.

Se a vencedora do processo licitatório não for a atual detentora do contrato de fornecimento de software, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e analistas de TI para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas e seus respectivos módulos, abrangendo os níveis funcional, gerencial e técnico, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação do aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc).

O treinamento deverá ser realizado para todos os usuários indicados pela entidade, a serem divididos entre os diversos sistemas, conforme a conveniência da Prefeitura de Paranaíta/MT e deverá ser realizado concomitante com a implantação, compreendendo o uso das funções do software pertencente à sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem utilizadas, uso das rotinas de segurança e demais rotinas de simulação e de processamento;

As turmas deverão ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de (10) (dez) participantes;
No treinamento deverão ser abordados aspectos acerca da operacionalização e funcionamento de cada sistema e módulo instalado, bem como de rotinas de backup diários e deverá incentivar o uso de relatórios gerenciais, exemplos e situações temáticas variadas.
O treinamento não poderá limitar-se a pura transferência de conhecimentos, mas também resultar em aplicações práticas dentro do contexto de gestão pública.
O prazo máximo para a realização de todos os treinamentos, respeitando as cargas horárias mínimas solicitadas (conforme item 8.2), será de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.
A CONTRATADA poderá utilizar local(is) cedido(s) pela Prefeitura de Paranaíta/MT para a realização dos treinamentos solicitados, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA apenas equipamentos e materiais a serem utilizados, como por exemplo, projetor multimídia e notebook para uso do instrutor durante os treinamentos.
Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a Administração convocará a Contratada para efetivação de programa de treinamento de usuários.

Estes treinamentos serão realizados em ambiente a ser fornecido pela Entidade e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

CASOS ESPECÍFICOS DE PRORROGAÇÕES

A empresa contratada poderá pedir prorrogação de prazos dos processos relacionados à implantações, nos seguintes casos:

Falta de estrutura adequada (computadores, rede, servidores e internet), de obrigação da Entidade, que comprovadamente forem identificados.

Atraso na liberação oficial do banco de dados para a etapa de migração definitiva.

Inadimplência da Entidade Municipal no processo de conferência dos dados, pela falta de fornecimento e execução de participação de servidores municipais, responsáveis pelos departamentos envolvidos, no processo de conferência e validação da migração, que comprovadamente prejudiquem o andamento dos trabalhos.

Atraso no processo de capacitação por falhas na logística de treinamento de responsabilidade da Entidade Municipal.

LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS

Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por:

a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas.

b) Vírus de computador e/ou assemelhados.

c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos.

d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador.

A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada;

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

18.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;
18.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;
18.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

18.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

18.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

18.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

18.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

18.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Paranaíta – MT;

18.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

18.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

18.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

18.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

19. DA VIGÊNCIA

19.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 (doze) meses, tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT, , não podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013, salvo se advir contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência da Ata de Registro de Preço, que reger-se-á pelas normas estampadas neste edital e Lei de Licitações, podendo ter novo prazo estimado, consoante art. 57 da Lei 8.666/93 e Resolução de Consulta nº 056/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

19.2. Aplica-se ao contrato administrativo advindo da ata de registro de preço para serviços contínuos a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 89666/93.

20. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

20.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

20.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

20.3.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

20.3.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DO REAJUSTE DE PREÇO

21.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

21.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

21.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

21.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

21.5. A empresa poderá requerer o equilíbrio de valores na vigência da presente Ata de Registro de Preço, apresentando nota fiscal de custo do produto licitado na data próxima deste certame, onde a margem oferecida em registro perdurará por todo a ata, equilibrando tão somente dentro da margem negociada na data do certame;

21.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial;

21.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93;

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

22.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida neste edital.

22.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

22.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

22.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

22.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:
a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

22.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA.

22.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

22.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente;

22.8. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado na ata de registro de preço;

22.7. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

23. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O proponente terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo

específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

23.1.1. Comprovar a CONTRATADA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;
23.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

23.2. Por iniciativa do Município de Paranaíta/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

23.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
23.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
23.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
23.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

23.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do art. 87 da Lei 8666/93 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

23.5. O Município de Paranaíta/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

24.1.1. O atraso injustificado na entrega dos itens sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86 da Lei nº 8666/93 do montante requisitado e não entregue pelo CONTRATADO;
24.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Paranaíta/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

24.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens, a Administração poderá ainda aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os

motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

24.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Paranaíta/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir;

24.4. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

24.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

24.6. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

24.6.1 Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
24.6.2. Cancelamento da Ata de Registro de Preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

24.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

24.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Paranaíta/MT;

24.9. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item 24.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

24.10. A licitante (empresa) que desistir dos lances após confeccionada a Ata de Registro de Preços ficará suspensa de participar de novas licitações, independente da modalidade, com este Órgão Público pelo período de 01 (um) ano;

24.11. Aplica-se ainda cumulativamente as sanções previstas na Lei Municipal n°. 124/2018;

25. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

25.1. É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

25.2. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

25.2.1. A anulação do procedimento induz à da Ata.
25.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital;

25.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

25.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.5. Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca dos itens cotados, através de pedido escrito, comprovando o motivo e devidamente instruído com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada por este Município e, sendo verificada a possibilidade de troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário, será autorizada;

25.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada para abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subseqüente, à mesma hora e local, salvo manifestação em contrário;

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO;

25.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento a ser firmado;

25.9. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito;

25.10. As adesões serão concedidas conforme Decreto Federal nº 8.250/2014 e alterações;

25.11. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93;

25.12. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos;

25.13. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis;

25.14. Os prazos em horas úteis obedecem ao horário de funcionamento do Município de Paranaíta/ horário de Mato Grosso.

25.15. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização por parte do Município de Paranaíta - MT, nos termos do Art. 72 da Lei n. 8.666/93;

26. DOS ANEXOS

26.1. São partes integrantes deste Edital:
a) ANEXO I – Termo de Referência (I - Do Objeto, Especificações e Quantidades;
b) ANEXO II - Consulta ao Banco de Preços Radar);
c) ANEXO III – Formulário Padrão de Propostas;
d) ANEXO IV – Modelo de Minuta de Carta de Credenciamento;
d) ANEXO V – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
f) ANEXO VI – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;
g) ANEXO VII – Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
h) ANEXO VIII – Modelos de declaração de não emprego de menores de 18 anos;
i) ANEXO IX – Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e prazos de fornecimento para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
j) ANEXO X – Minuta de Ata de Registro de Preços;
k) ANEXO XI – Modelo de Declaração de Porte de Empresa;
l) ANEXO XII – Minuta de Contrato Administrativo;
m) ANEXO XIII – Autorização de Visita Técnica;
n) ANEXO XIV – Requisitos Técnicos;
o) ANEXO XV– Declaração Técnica Sobre o Programa de Informática;
p) ANEXO XVI– atestado de visita técnica;

27. DO FORO COMPETENTE

27.1. Fica eleito o Foro do Município de Paranaíta/MT, para dirimir qualquer questão editalícia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paranaíta/MT, 04 de Março de 2021.

Lizandra Bertolini
Pregoeiro (a)
Decreto Municipal Nº. 006/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº: 049 /2021. **DATA: 11/02/2020.**

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração, Meio Ambiente e Mineração

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

☑ Pregão presencial – S.R.P
☐ Pregão presencial - CONTRATO
☐ Tomada de preços

- ☐ Concorrência Pública
- ☐ Pregão eletrônico – S.R.P
- ☐ Pregão eletrônico - CONTRATO
- ☐ Convite
- ☐ Com itens exclusivos para ME/MPEs.

2. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO E OU SERVIÇOS

- ☐ Compras de materiais e bens comuns
- ☐ Compras de equipamento e materiais
- ☐ Serviços comuns – manutenção/prestação de serviços.
- ☑ Serviços especializados
- ☐ Serviços técnicos - consultoria /auditoria /assessoria.
- ☐ Serviços de engenharia e obras

3. DO OBJETO

O objeto do presente termo é **Registro de preço para futura e eventual contratação por prazo determinado de empresa especializada em Software de Gestão Pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação), com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em gestão do planejamento PPA/LDO/LOA e orçamento, gestão da contabilidade e tesouraria, geração de informação para prestação de contas, gestão de recursos humanos e folha de pagamento, holerite web, gestão da tributação municipal, portal do contribuinte, módulo redesim, gestão do ISSQN com emissão de NFS-E, simples nacional, módulo fiscalização tributária, gestão de compras e licitação, portal do fornecedor, gestão do patrimônio público, gestão de almoxarifado, gestão de frotas, gestão de abastecimentos, gestão de protocolo, gestão de agua e saneamento, portal da transparência, business intelligence, provimento de data center, tudo isso com pleno atendimento à Lei nº. 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT**, conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência e especificações e quantitativos constantes no ANEXO I e ANEXO II, parte integrante deste documento.

4. DA JUSTIFICATIVA

Suprir a demanda do Município de Paranaíta do Estado de Mato Grosso, proporcionando continuidade no fluxo de trabalho nas diversas áreas de autuação desta prefeitura, mas em especial:
A realização de processo licitatório para o registro de preços à futura aquisição de produtos objeto deste, além de atender ao contido na legislação vigente, objetiva atender também as necessidades da prefeitura municipal de Paranaíta /MT em dar continuidade na organização na Administração Pública deste Município, visando dar maior celeridade aos procedimentos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e gerenciais, bem como, de fiscalização das atividade econômicas, sociais, patrimoniais, contábeis, orçamentária e financeira, e, por conseguinte, cumprindo o propósito de que seja exercido o controle na aplicação dos recursos em conformidade com a legislação, principalmente com a Lei Federal nº 101/2000, sob o ângulo da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade e transparência que norteiam a administração pública. Considerando que a Prefeitura não dispõe de software de sua propriedade e de equipe técnica em seu quadro para desenvolver todos os sistemas de informática. Considerando que a administração pública municipal deve primar pela eficiência e

eficácia, visando melhorar substancialmente o atendimento e pontualidade na elaboração dos relatórios, balancetes mensais e da consolidação do balanço geral anual, bem como de todos os relatórios exigidos pela legislação vigente e considerando, finalmente a necessidade de otimização dos procedimentos operacionais da estrutura administrativa municipal, é que se faz necessário tal contratação para automatização da administração, com software modernos e ágeis que permitam uma gestão moderna com a integração de todos os recursos de arrecadação e gerenciamentos administrativos, com alimentação diária de dados permitindo que sejam elaborados relatórios de acompanhamento das atividades diárias e mensais de todos os setores, bem como a emissão de relatórios consolidados.

A contratação tem sua viabilidade em decorrência das imposições das legislações vigentes. O planejamento administrativo surge da necessidade de se efetuar combinações técnicas, modernas e de conceito racional, através de um sistema informatizado capaz de satisfazer as exigências legais, possibilitando agilidade e confiabilidade na obtenção de resultados, primando pelo zelo para com a coisa pública. Assim sendo pretende-se através deste projeto a Locação de software e o Treinamento e Suporte, para atender a Prefeitura Municipal e demais órgão do Poder Executivo, tendo como foco principal atender as necessidades da Legislação Federal, Estadual e do Tribunal de Contas do Estado, obtendo resultados de controle e eficiência.

5. DOS RESULTADOS ESPERADOS

Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

Utilização sustentável dos recursos financeiros desta Prefeitura, alocando somente o necessário para cada aquisição;

Serviços e materiais de qualidade;

Que a empresa vencedora do certame atenda às necessidades da secretaria cumprindo com as exigências do objeto conforme este Termo de Referência, possibilitando assim o atendimento da demanda deste Município de Paranaíta-MT.

6. DAS OBRIGACÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações da CONTRATANTE - MUNICIPIO DE PARANAITA-MT, dentre outras previstas neste instrumento:

a) Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento/serviço;

b) Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

c) Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste termo de referência;

d) Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

e) Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

f) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

g) Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes e do fiscal de contrato/ata;

h) Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo.

i) Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

j) RECUSAR O RECIBEMTO DOS ITENS NAS SEGUINTES HIPÓTESES:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

l) Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

k) O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso;

m) O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços, nos casos que se aplica;

6.2. São obrigações da CONTRATADA (O), além de outras previstos neste instrumento:

a) Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

b) Executar o objeto, conforme descritos neste termo de referência;

c) Respeitar os limites dos quantitativos especificados e sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

d)Retirar pessoalmente a Nota de Empenho, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

f) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

g) A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao detentor do preço registrado/contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

h) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

j) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

l) Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura Municipal mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicataria adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

m) Fornecer os itens, conforme estipulado nesta ata/contrato e de acordo com a proposta apresentada;

n) A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;

o) O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

p) Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/produtos ou passiveis de substituição;

q) Manter a regularidade Fiscal na vigência da presente ATA/Contrato;

r) A CONTRATADA/ADJUDICATARIA terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;

s) Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicataria;
t) Os serviços/objetos serão fornecidos a Secretaria Municipal requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa – NAD;

O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.2.8. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.
6.2.9. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
6.2.10. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do Contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.
6.2.11. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos/serviços, fixando prazo para sua correção.
6.2.12. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução das mesmas.
6.2.13. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste Edital.
6.2.14. A CONTRATANTE coloca-se no direito de logo após a realização do Registro de Preços, proceder a contratação imediata de total ou parcial do objeto licitado.

6.3. A empresa Contratada/Adjudicatária fica obrigada ainda ao que se segue:

A presente licitação é composta por um lote único, composto por "quarenta e quatro itens" os quais são dispostos conforme o segmento técnico e apresentam relação direta entre si de forma a preservar o andamento dos trabalhos, evitando descompassos na contratação dos serviços por diferentes empresas, e garantindo a compatibilidade entre os itens, além de atenuar o custo administrativo de gerenciamento do processo.

A descrição detalhada, contendo as especificações e as quantidades dos serviços a serem contratados, está discriminada no Termo de Referência - anexo deste Instrumento Convocatório, e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas.

Os itens e quantidades constantes do anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela contração na sua totalidade.

Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

Os Sistemas deverão funcionar de modo integrado, com número ilimitado de usuários.

Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém, a fiscalização da Prefeitura exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;

Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;

Prestar atendimento por telefone e acesso remoto;

Prestar atendimento "in loco" quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento.

Simultaneamente à entrega definitiva das Soluções informatizadas, os profissionais da contratada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema,

responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento.
Havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante;
Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àqueles referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE;
Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
Comunicar à Administração, por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.
Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.
Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.
Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;
Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;
Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;
Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 26 deste Edital.

DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE ATENDIMENTO/SUPORTE TÉCNICO

Todo o atendimento deverá obedecer às normas da ITIL – Information Technology Infrastructure Library. A Contratada deve prestar, pelo período da execução do contrato e da implantação, os seguintes serviços de suporte ao usuário para solução de dúvidas ou de problemas e para adequação de configuração, correção de erros nos sistemas aplicativos e o suporte e o suporte oferecido pela contratada deve possuir os seguintes níveis de atendimento:

Helpdesk	Atendimento através de comunicação telefônica com serviço 0800, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada, escrita, áudio e vídeo via Internet\web, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, fóruns de discussão, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados, para esclarecimento de dúvidas operacionais, envolvendo procedimentos, processamentos, cálculos, emissão de relatórios, parametrização dos aplicativos, erros de programas, erros de banco de dados;
Serviço de Suporte Técnico	Nos casos não solucionados via Helpdesk deverá ser acionado o Setor de Suporte Avançado, que efetuará detalhadamente uma análise técnica, como checagem e auditoria no Banco de Dados, processamentos de Scripts (comandos específicos), correção de programas e envio de atualizações, se for o caso;
Atendimento "in loco":	Se ainda assim não for solucionado o problema, será gerada uma Ordem de Serviço para atendimento local, sem cobrança de custo adicional;

A Proponente deverá disponibilizar portal na internet\web de acesso da entidade, onde poderão ser solicitados os atendimentos de manutenção e consultoria técnica, bem como a solicitação de melhorias nos softwares licitados.
A fim de assessorar o Gerenciamento, o Controle e a Total Segurança do serviço prestado à entidade e integridade das informações, o suporte deve, ainda, obedecer às seguintes diretrizes, no tocante as solicitações e ao atendimento:

Os Registros devem ser realizados através de ferramenta personalizada própria, na web, e disponibilizada pela contratada, evitando-se assim, a utilização de ferramenta de uso público comum.

Possibilitar o acompanhamento por meio de tecnologia e dispositivo mobile, (smartphone e tablet) acessada por meio de app (aplicativo), onde seja possível realizar solicitações de atendimento e acompanhar todos chamados realizados, visualizando seus status para tomadas de decisão e gestão.

Os custos referentes a essa ferramenta e serviços deverá é de responsabilidade da contratada.

Os registros das solicitações deverão ser realizados em horário comercial adotado pela contratada, através de canal específico na internet\web no portal\site da contratada.

Os registros das solicitações devem ser permitidos e configurados conforme a necessidade da entidade e individualizada por usuários de cada aplicativo contratado.

As solicitações realizadas devem permitir o acompanhamento através de protocolo específico, oriundo da abertura do chamado, permitindo o seu acompanhamento via internet\web, evidenciando a fase em que se encontra a transação de atendimento.

As solicitações devem ser possibilitadas de identificar se já foram ou não iniciados o seu processo de atendimento.

As solicitações atendidas devem possibilitar a notificação do usuário a cada fase de atendimento e\ou solucionada através de mensagens, sms, chat e e-mail.
As solicitações e atendimentos realizados deverão estar disponíveis na internet\web, mediante senha de acesso, para a entidade, para que a mesma possa fazer análise, gerar relatórios e identificar situações que a levem ao controle e tomada de decisão acerca de situações do seu interesse e com maior incidência.
Possibilitar a entidade identificar os setores e usuários com maior frequência de solicitação.
Possibilitar identificar na entidade a quantidade de solicitações atendidas e pendentes por períodos, bem como o prazo de execução.
Disponibilização de um canal de atendimento 0800, tendo em vista facilitar os atendimentos e não gerar gastos com telefonia à contratante.

DA INTEGRAÇÃO

As integrações abaixo listadas são imprescindíveis, e todas devem ser disponibilizadas nos softwares ofertados, buscando a Prefeitura Municipal de Nova Paranaíta a total compatibilidade, padronização e integração entre as diversas áreas, bem como outras conveniências relacionadas à busca da qualidade administrativa.

O software das áreas contábil, tesouraria, compras, licitação, almoxarifado, patrimônio, frotas, e recursos humanos, devem ser implantados de forma integrada, em única base de dados;
Ter conceito de Cadastro Único de Pessoas: credores e funcionários;
Ter conceito de Cadastro Único de tabelas para a gestão de compras e licitações: itens, produtos, serviços, grupos, solicitações (pedido de autorização de despesa);
Ter integração de tabelas padrão, como: leis, portarias, decretos e contratos; que podem ser utilizadas em vários softwares;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive vinculando ao empenho todos os itens e serviços contratados;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive mantendo vínculo entre as licitações e contratos;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Tributos, como:
- Créditos a Receber (fase lançamento);
- Receitas (fase arrecadação); tudo em conformidade com a NBCASP e o MCASP;
- Cancelamentos (cancelamentos de guias);
- Estornos de pagamentos;

Recurso integrado entre o Sistema Tributário e o Sistema de NFS-E (Nota Fiscal de Serviços – Eletrônica), possibilitando:
- Cadastro Único de Contribuintes e Empresas;
- Controle integrado de lançamentos;
- Controle integrado de débitos, possibilitando ao Setor de Tributos a consulta de débitos conjunta (ISS, Alvará, IPTU, Dívida Ativa, entre outros);
- Único controle de Dívida Ativa;
- Certidão Negativa conjunta (ISS, IPTU, Alvará, Dívida Ativa, entre outros);

Recurso integrado que permita a Tesouraria consultar dados referentes a débitos junto a Fazenda Municipal de fornecedores / contribuintes, consultando on-line o banco de dados tributário;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, como:
- Folha de Pagamento: gerando automático os empenhos, liquidações e pagamentos (OP);
- Provisões: gerando automático as Provisões de Férias e Décimo Terceiro, conforme NBCASP;

Recurso integrado que permita o software de controle interno ler informações de outras áreas, tais como:
- Compras: volume de compras por secretarias e tipos;
- Licitações: volume de licitações por secretarias e tipos;

RH: número de funcionários e valores de folha;
Contabilidade: aplicação em Educação, Saúde, Folha, entre outras aplicações;
Contabilidade: receitas e despesas mensais;

Recurso integrado que permita o módulo de contratos realizar importações da área de licitações, como:

Credores e objetos licitados;
Lista de itens licitados e vinculados aos respectivos vencedores;
Dotações vinculadas aos processos licitatórios com os respectivos valores;

Recurso integrado que permita o módulo de convênios vincular aos convênios, de forma automática, os seguintes dados da contabilidade e tesouraria:

Receitas arrecadadas, oriundas do convênio;
Despesas empenhadas para o convênio;
Despesas liquidadas para o convênio;
Despesas pagas com recursos do convênio, inclusive com os respectivos dados financeiros de bancos e consignações;

Recursos integrados que permitam ao Setor de Controle de Frotas importar informações das Áreas de:

Patrimônio: manter cadastro único de Bens / Veículos;
Cadastro: manter cadastro único de Pessoas / Motoristas;
Almoxarifado: importar dados da saída de itens do almoxarifado vinculando aos respectivos veículos.
Gestão de Combustível: importar dados dos abastecimentos realizados, tais como: quantidade, motorista, tipo de combustível, odômetro, etc.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE (MÓDULOS):

PLANEJAMENTO (PPA/LDO/LOA) E ORÇAMENTO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;

Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;
Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

a)Texto;

b) Data;

c)Número inteiro;

d)Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;

Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;

Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:

Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);

Se o campo é obrigatório ou não;

Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;

A ordem do campo dentre todos os campos criados;

Se o campo é gerado em branco ou não;

O tamanho mínimo e máximo do campo;

As casas decimais mínimas e máximas do campo;

Os caracteres proibidos no campo;

O alinhamento do campo (direita ou esquerda);

O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequencias do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;

Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);

Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;

Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);

Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;

Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;

Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;

Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:
Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;
Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - ORÇAMENTO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o primeiro ano do PPA (Plano Plurianual);
Permitir parametrizar se o PPA será gerido ou não por programa temático;
Permitir parametrizar o mês para estimativa da receita;
Permitir parametrizar os percentuais para projeção de receita ao longo dos anos do PPA:
Primeiro ano;
Segundo ano;
Terceiro ano;
Quarto ano.

REQUISITOS DE CADASTROS - ORÇAMENTO

Fonte de pesquisa:
Permitir cadastrar a descrição e sigla de fontes de pesquisa.
Público alvo:
Permitir cadastrar a descrição de públicos alvo;
Permitir vincular o público alvo com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.
Base geográfica:

Permitir cadastrar bases geográficas e vinculá-las com seu respectivo endereço (endereço este da base de endereços da solução, ou seja, apenas consumir uma identificação geográfica já existente).

Permitir desvincular o endereço da base geográfica caso este registro não esteja sendo utilizada em alguma ação de governo.

Fator de risco:

Permitir cadastrar a descrição do fator de risco e apontar por flag se este risco é fiscal ou não.

Unidade de medida:

Permitir cadastrar unidade de medida com sua descrição, sigla e grandeza para ser utilizada nos programas de governo;

Permitir implementar controle de vigência nas unidades de medida;

Permitir vincular à unidade de medida códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Indicador:

Permitir cadastrar indicadores com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar indicadores com sua descrição, fonte de pesquisa, norma jurídica (lei), unidade de medida, forma de apuração e público alvo;

Permitir vincular o indicador com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Programa de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar programas de governo com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar programas de governo com sua descrição, o tipo de programa, sua natureza, os recursos utilizados, a base geográfica, a norma jurídica, detalhamento, data prevista de início e data prevista de finalização do programa;

Permitir controlar programas de governo por vigência (programas de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Indicadores:

Permitir vincular indicadores nos programas de governo ativando estes indicadores para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar o indicador, forma de apuração, unidade de medida, índice de referência e evolução do indicador.

Objetivos:

Permitir vincular objetivos nos programas de governo ativando estes objetivos para determinados Planos Plurianuais.

Permitir informar o código do objetivo vinculado ao programa de governo.

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, órgão e unidade responsável pelo objetivo, objetivo de desenvolvimento sustentável e objetivo do milênio.

Caso o PPA trabalhe com o modelo por programa temático permitir vincular:

Iniciativas:

Permitir informar o código e detalhamento da iniciativa.

Metas temáticas:

Permitir informar o código, descrição, órgão e unidade responsável e data de término da meta temática;

Permitir informar indicadores da meta temática com base geográfica, indicador, unidade de medida e valor.

Ação de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar ações de governo com a possiblidade de digitar seu código;
Permitir cadastrar ações de governo com sua descrição, tipo da ação, tipo de execução, natureza da ação, norma jurídica (lei), base geográfica, sigla, detalhamento e objetivo;
Permitir controlar ações de governo por vigência (ações de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Produto:

Permitir vincular os produtos nas ações de governo ativando estes produtos para determinados Planos Plurianuais;
Permitir detalhar a descrição, detalhamento, unidade de medida e valor;
Permitir vincular os produtos com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Fator de risco:

Permitir vincular fatores de risco, ação predecessora, peso e justificativa a ação de governo.

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de arvore recursiva;
Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;
Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento, desdobramento e detalhamento;
Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;
Permitir informar o nível de execução da natureza de despesa:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;
Permitir controlar natureza de receita por vigência;
Permitir informar o nível de execução da natureza de receita:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.

Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;

Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:

Nível PPA;

Nível LDO;

Nível LOA;

Nível LOA execução.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – PPA (PLANO PLURIANUAL)

Permitir gerenciar informações do PPA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a PPA;

Permitir o acompanhamento da elaboração do PPA em tempo real:

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real por painel gráfico de resumo por parciais de receita x despesa dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo.

Permitir acesso rápido a relatórios do PPA por painel de relatórios;

Permitir controlar na fase de elaboração do PPA:

Permitir iniciar elaboração do PPA;

Permitir replicar dados de PPAs anteriores;

Permitir excluir elaboração do PPA e reiniciar;

Permitir previsão de arrecadação de receitas:

Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de receita;

Permitir em um único formulário o lançamento de todas as operações de receita:

Receita;

Dedução;

Restituição;

Isenção;

Anistia;

Compensação.

Permitir em um único formulário informar os valores da receita dos quatro (4) anos do PPA;

Calcular automaticamente a parcial da receita conforme lançamento (receita x deduções);

Permitir em um único formulário o detalhamento das fontes de recurso da receita;

Calcular automaticamente que as somatórias dos percentuais das fontes de recursos das receitas não sejam superiores a 100%;
Permitir carregar automaticamente as fontes de recurso das operações dedutoras da receita.
Permitir fixar despesas:
Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de despesa;
Permitir informar as metas físicas da despesa;
Permitir compor a funcional programática a partir de cada um de seus elementos;
Permitir em um único formulário informar os valores da despesa por fontes de recurso dos quatro (4) anos do PPA.
Permitir encerrar elaboração do PPA e gerar projeto de lei.
100.Permitir controlar na fase de projeto de lei do PPA:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no PPA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas no PPA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA.
Permitir controlar na fase de lei do PPA:
Permitir controle de exclusão da lei do PPA;
Permitir controle de alterações da lei da PPA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS)

Integração com o PPA através de todos os cadastros realizados;
Permitir gerenciar informações da LDO a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LDO;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LDO em tempo real:

Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.

Permitir acesso rápido a relatórios do LDO por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LDO:

Permitir iniciar elaboração do LDO;
Permitir replicar dados de LDOs anteriores;
Permitir excluir elaboração do LDO e reiniciar;
Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:

Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).

Permitir detalhar valores de despesas:

Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).

Permitir encerrar elaboração da LDO e gerar projeto de lei.

Permitir controlar na fase de projeto de lei do LDO:

Permitir controle de emendas:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LDO.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LDO antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LDO.
Permitir controlar na fase de lei da LDO:
Permitir controle de exclusão da lei do LDO;
Permitir controle de alterações da lei da LDO:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LDO;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.
Exportação automática das informações para a LOA.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL)

Integração com o LDO através de todos os cadastros realizados;

Permitir gerenciar informações da LOA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LOA;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LOA em tempo real:
Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.
Permitir acesso rápido a relatórios do LOA por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LOA:
Permitir iniciar elaboração do LOA;
Permitir replicar dados de LOAs anteriores;
Permitir excluir elaboração do LOA e reiniciar;
Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
Permitir detalhar valores de despesas:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LOA forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).
Permitir encerrar elaboração da LOA e gerar projeto de lei.
Permitir controlar na fase de projeto de lei do LOA:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LOA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LOA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LOA.

Permitir controlar na fase de lei da LOA:
Permitir controle de exclusão da lei do LOA;
Permitir controle de alterações da lei da LOA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LOA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – METAS E RISCOS FISCAIS

Permitir gerenciar informações de metas e riscos fiscais a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a metas e riscos fiscais;
Permitir iniciar o lançamento de metas e riscos fiscais;
Permitir informar dados e parâmetros para projeções de metas físicas:
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) real (crescimento % anual);
Permitir lançar valor para taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual);
Permitir lançar valor para câmbio (R$/US$ - Final do ano);
Permitir lançar valor para inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação;
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) do Estado;
Permitir lançar valor para dívida fiscal líquida;
Permitir lançar valor para receita corrente líquida (RCL) executada no ano anterior;
Permitir lançar valor para fator % de atualização da RCL para o ano logado;
Permitir lançar valor para receitas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas);
Permitir lançar valor para despesas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas).
Permitir lançar os valores de receitas (orçamento e realizado) manualmente;

Permitir lançar os valores de receitas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de despesas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de despesas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de dívida pública (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de dívida pública prevista dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar valores de evolução do patrimônio líquido:
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Patrimônio/Capital;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Reservas;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Resultado acumulado.

Permitir lançar valores da DOCC (despesa obrigatória de caráter continuado);
- Permitir lançar valores de aumento permanente da receita;
- Permitir lançar valores de transferências constitucionais e de transferências do FUNDEB;
- Permitir lançar valores da redução permanente da despesa;
- Permitir lanças novas DOCC;
  - Permitir vincular qual despesa da LDO é referente à DOCC;
  - Permitir lançar compensações para a DOCC.
- Permitir informar notas e observações para cada tipo de valor da DOCC;
- Permitir calcular a margem bruta e líquida da expansão da DOCC.

Permitir lançar valores para renúncia de receita:
- Permitir indicar qual norma jurídica ampara a estimativa de renúncia de receita;
- Permitir indicar de qual Receita planejada na LDO está se estimando renunciar;
- Permitir detalhar os tributos que se estima renunciar;
- Permitir detalhar os beneficiários com a estimativa de renúncia;
- Permitir lançar compensações para a estimativa de renúncia.

Permitir lançar valores de compensações:
- Permitir cadastrar compensações que podem ser vinculadas às novas DOCC ou às estimativas de renúncia de receita;
- Permitir definir um valor máximo que pode ser compensado;
- Permitir visualizar todos os locais de consumo do saldo da compensação.

Permitir lançar estimativas de impacto:
- Indicando a origem da estimativa (criação/expansão de despesas obrigatórias ou criação/expansão de ações de governo);
- Indicando qual Ação de governo ou DOCC especificamente tiveram impacto;
- Importando as estimativas de impacto diretamente do cadastro de Novas DOCC;
- Indicando o arquivo com a autorização do ordenador da despesa.

Permitir lançar riscos fiscais:
- Permitir lançar os tipos de riscos fiscais, indicando se é um passivo contingente ou não;
- Permitir informar a estrutura orçamentária (órgão) que se visualiza o risco fiscal;
- Permitir informar qual ação de governo está sujeita ao risco fiscal;
- Permitir informar qual Receita planejada na LOA está sujeita ao risco fiscal;
- Permitir informar as providências que serão adotadas caso o risco fiscal se concretize durante a execução do orçamento.

Permitir lançar situação financeira do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social);
Permitir lançar projeção atuarial do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social):
- Permitir realizar o cadastro de reprojeções atuariais do RPPS;

Permitir lançar projeções atuariais do plano previdenciário do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano financeiro do RPPS;
Permitir lançar valores de recursos de alienação de ativos;
Permitir excluir o lançamento de metas e riscos fiscais.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE COMISSÕES

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE LEIS

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:
Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS

Relatórios do PPA:
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do PPA;
Possuir demonstrativo de receitas do PPA;
Possuir demonstrativo de despesas do PPA;
Possuir demonstrativo de programas, indicadores e ações do PPA.
Relatórios do LDO:
Possuir demonstrativo de equilíbrio das fontes da LDO;
Possuir Anexo 3 – Metas e Prioridades.
Relatórios da LOA:
Possuir anexos da lei 4.320/64:
Possuir anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
Possuir anexo 2 - Demonstração da natureza de despesa por órgão e unidade;
Possuir anexo 2 - Demonstração da receita por categoria econômica;
Possuir anexo 6 - Demonstração da despesa por programa de trabalho despesas por órgão e unidade;
Possuir anexo 7 - Demonstração de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas e fontes de recursos;
Possuir anexo 9 - Demonstração da despesa por órgãos e funções.
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do LOA;
Possuir demonstrativo de plano de aplicação dos fundos especiais;
Possuir demonstrativo de programa anual de trabalho do governo em termos de realizações;
Possuir demonstrativo de quadro das dotações por órgão do governo e da administração;
Possuir demonstrativo de quadro discriminativo da receita por fontes e respectivas legislações;

Possuir demonstrativo de sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.

CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;

Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - CONTABILIDADE

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir indicar na parametrização o plano de contas contábeis utilizado pelo cliente;
Permitir indicar na parametrização o tipo padrão de empenho utilizado pelo cliente (estimativo, global ou ordinário);
Permitir controlar na parametrização a liberação de execução orçamentária por exercício realizando diversas validações com objetivo de garantir que todas as estruturas padrões e rotinas contábeis estejam corretas antes de iniciar o exercício de trabalho:

A previsão da Receita orçamentária está completa e com o devido valor total para esse ano;
A programação financeira de cada receita orçamentária está completa e com os devidos valores distribuídos por mês;
A fixação da despesa orçamentária (Dotações) está completa e com o devido valor para este ano;
O Cronograma de desembolso da despesa de cada dotação orçamentária está completo e com os devidos valores distribuídos por mês;
A configuração do controle de cotas da despesa (caso a UG vá controlar), envolvendo as devidas dotações, está definida para este ano;
A configuração de numeração de empenhos e sequenciais da contabilidade está definida para este ano;
Existe um bloqueio de movimentação contábil com data igual ou menor que 01/01/ano logado.

Permitir controlar na parametrização as preferências de usuários com relação a funcionalidade de gerenciamento de empenhos:

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de empenhos após o salvamento de um empenho:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Abrir a tela para adicionar nova “Em liquidação” do empenho salvo;
Abrir a tela para adicionar nova “Liquidação” do empenho salvo;
Limpar a tela para lançar um novo empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de liquidações de empenhos após o salvamento de uma liquidação:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar uma nova liquidação para o mesmo empenho;
Voltar para tela de seleção de empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de pagamentos de empenhos após o salvamento de um pagamento:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar um novo pagamento para a mesma liquidação;
Voltar para tela de seleção de empenho para pagamento.

Parametrizações para LRF (Lei de responsabilidade fiscal)

REQUISITOS DE CADASTROS – CONTABILIDADE

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

Cadastrar os tipos de operações da receita orçamentária;

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.
Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;
Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:

Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Possuir o cadastro de fundos contábeis, os quais possam ser agrupadores de lançamentos de receitas, despesas, movimentos financeiros e patrimoniais exclusivos do respectivo fundo contábil, permitindo a extração de dados e emissão de relatórios exclusivos do fundo.

REQUISITOS DE ESTRUTURAS PADRÕES – CONTABILIDADE

Os planos de contas da receita, da despesa e contábil deverão ser aqueles definidos com base em exigências do Tribunal de Contas do Estado, não podendo haver tabelas de correlações entre outros planos com o do referido Estado, facilitando, assim, o entendimento e a operacionalização do sistema;

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;
Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento e desdobramento;
Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;
Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de despesa:

Analítica;
Nível PPA;

Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;
Permitir controlar natureza de receita por vigência;
Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de receita:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – ORÇAMENTO

Cadastrar a estrutura orçamentária por meio de estrutura de árvore recursiva, com controle de início e fim de vigência, permitindo informar o código do Órgão e tipo de órgão junto ao TCE;
Cadastrar as fontes de pesquisas;
Cadastrar os públicos alvos, permitindo informar o código do público alvo junto ao TCE;
Cadastrar as bases geográficas com vínculos de endereços;
Cadastrar os fatores de riscos;
Cadastrar as unidades de medidas;
Cadastrar os indicadores informando o código dos indicadores junto ao TCE;
Cadastrar os programas de governo com seus indicadores e objetivos, inclusive os programas do tipo temáticos;
Cadastrar as ações de governo com seus produtos e fatores de riscos;
Cadastrar as dotações orçamentárias, inclusive identificando-as por código reduzindo, fazendo a junção dos seguintes elementos:

Estrutura orçamentária;
Função e subfunção;
Programa e ação;
Natureza de despesa;
Fonte de recursos;
Esfera orçamentária;
Fundo, se for o caso;
Valor fixado.

Distribuir os valores da programação financeira da receita possibilitando calcular com base:

Divide valor previsto por doze meses;
Distribuir valor previsto a partir dos percentuais da rec. arrecadada em anos anteriores.

Gerar o cronograma de desembolso orçamentário possibilitando determinar o percentual de contingenciamento e calcular com base:

Divide valor fixado (menos a reserva) por doze meses;
Distribuir despesa a partir dos percentuais da receita arrecadada em anos anteriores;

Permitir fazer a configuração de controle de cotas da despesa possibilitando selecionar as dotações e calcular com base em valores:

Semestral;
Quadrimestral;
Trimestral;
Bimestral;
Mensal.

Permitir gerenciar antecipações e prorrogações de saldo de cotas orçamentárias.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Possuir controle de alterações orçamentárias que possam ser inseridas no software, simulados os valores, realizar a emissão de relatórios de impacto orçamentário para apreciação antes da efetivação das alterações simuladas, de forma que os valores somente influenciem efetivamente nos saldos orçamentários quando a alteração for aprovada.

Possibilitar o lançamento de trâmites, com valores e incremento das informações no projeto/simulação da alteração orçamentária, até que se decida cancelar ou aprovar/efetivar a mesma.

Permitir realizar alterações orçamentárias dos tipos:

Crédito suplementar de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 7 e 41;
Crédito especial de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Crédito extraordinário de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Remanejamento orçamentário de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transposição orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transferência orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;

Permitir realizar transferências/realocações de saldos entre fontes de recursos das dotações orçamentárias.

Permitir, sob parametrização opcional da entidade, a liberação de acréscimos orçamentários para posterior fechamento do decreto de alteração orçamentária, controlando os valores liberados para execução.

Permitir as devidas vinculações dos controles de origem do recurso do crédito, como Superávit financeiro, Excesso de arrecadação, Operação de crédito, Anulação de saldo de dotação, Reserva de contingência ou Recurso sem despesa oriundo de veto.

Controlar o equilíbrio dos valores entre os créditos e a respectiva origem do recurso do crédito.

Controlar lançamento de acréscimo de receita prevista referente a excesso de arrecadação.

Possibilitar o cancelamento do projeto/simulação de alteração orçamentária para que a mesma não influencie no orçamento em execução, possibilitando a realização das simulações sem prejuízo ao controle de saldos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – INICIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

Possuir controle de cadastros de vigência contínua, sem a necessidade de recadastro ou importação de cadastros de um exercício para o próximo, por exemplo contas bancárias, contas extra orçamentárias, ou quaisquer cadastros.

Possuir controle dos saldos das contas bancárias, caixa, contas extra orçamentárias entre outros saldos lineares de forma contínua, sem a necessidade de informar os saldos de um exercício no início do próximo.

Possuir controle de vigência da execução do PPA ao longo dos seus quatro anos de vigência, permitindo a geração da LDO e em seguida da LOA a partir dos dados do PPA cadastrado uma única vez.

Possuir rotinas automáticas de cálculo dos saldos atuais dos diversos tipos de controle que necessitam gerar lançamentos contábeis de abertura do exercício, como contas bancárias, contratos, convênios, saldos extra orçamentários, bens patrimoniais, estoque, etc.

Possuir verificação e alertas ao usuário quando da tentativa de liberar a execução orçamentária do exercício, para que todas as parametrizações necessárias estejam registradas no sistema para garantir seu funcionamento conforme os parâmetros definidos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Permitir cadastrar o tipo de operação da receita orçamentária informando seu respectivo tipo de dedução;

Permitir importar as receitas orçamentárias do Orçamento (LOA - Lei Orçamentária Anual) quando o cliente trabalhar com módulo de Orçamento Público da prestadora;

Permitir cadastrar receita orçamentária por exercício informando: natureza de receita, tipo de operações da receita, fontes de recurso e deduções previstas;

Permitir arrecadar manualmente receita orçamentária controlando: dados financeiros, fontes de recurso e descontos, baixando o crédito patrimonial de arrecadação quando controlado;

Permitir anular a arrecadação manual de receita orçamentária controlando: dados da anulação, fontes de recurso, dados financeiros e descontos anulados;

Possuir operação para a realização da importação das receitas junto à tributação municipal, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, realizando automaticamente os lançamentos de receita na contabilidade, realizando tratamento individualizado para reconhecimento e arrecadação da receita, importando valores de lançamentos, baixas por arrecadação, cancelamentos e inscrição em dívida ativa em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor público);

Possuir operação para a realização de importação dos valores referentes a atualização (juros, multas e correções) dos créditos do setor tributário, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, permitindo que o valor contábil seja sempre atualizado conforme as correções ocorridas na tributação e desta forma atendendo o regime de competência contábil e NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

Para a importação citada no item anterior deve ser possível realizar diariamente ou conforme a necessidade da entidade, sendo que ao gerar o movimento de um dia o sistema deverá calcular os valores anteriores que ainda não tenham sido importados e manter o débito atualizado;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Permitir pré-empenhar a despesa garantindo saldos de dotação e preenchimento automático de todos os dados da despesa, seja oriunda de compra, de pessoal, de dívida fundada ou de outras origens de despesa.

Permitir o controle de saldos eficiente de dotações considerando movimentos, alterações orçamentárias, reservas e controles de cotas da despesa.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de notas de empenho para casos em que o usuário tem vários empenhos a serem cadastrados.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de todas as etapas da despesa de notas de empenho, liquidação e pagamentos para casos em que o usuário tenha várias despesas a serem empenhadas, liquidadas e pagas sequencialmente.

Permitir a consulta completa de todo o histórico do empenho em seu cadastro, exibindo a lista dos registros de despesa em liquidação, das liquidações, dos pagamentos e os montantes das respectivas anulações.

Permitir toda a consulta histórica ao longo dos anos de cada etapa da despesa a partir da tela de cadastro de empenho, conforme citado acima, mesmo quando consultado um empenho antigo, em exercícios anteriores, referente a restos a pagar.

Permitir registrar os lançamentos de cada etapa da despesa a partir da aplicação de cadastro do empenho, sem a necessidade de acessar outras aplicações no menu da solução.
Permitir a inclusão de pagamentos a partir da liquidação do empenho, realizando de forma fácil e automática a vinculação entre as duas etapas da despesa.
Controlar os saldos de transição entre cada etapa da despesa, das contas financeiras e contas extra orçamentárias nas consignações e pagamentos.
Permitir a consulta simultânea dos lançamentos contábeis realizados ao concluir a inclusão de cada etapa da despesa.
Permitir a emissão dos documentos de nota de empenho, liquidação e pagamento a partir das respectivas telas de cadastros.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Permitir o cadastro de conta de depósito extraorçamentário onde é possível definir; o código da conta, descrição, tipo da conta, natureza do saldo, se permite saldo negativo, se permite consignação ou pagamento agregado, o credor preferencial, se é vinculada a fundo e sua vigência;
Permitir lançar movimento de depósito extraorçamentário controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extra, fonte de recurso, tipo do movimento financeiro (entrada ou saída), valor, descrição, credor e dados financeiros;
Permitir emitir o comprovante de pagamento de movimento de depósito extraorçamentário de forma individual ou em massa;
Permitir lançar nota de despesa extraorçamentária controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extraorçamentária, fonte de recurso, descrição e credor, selecionando retenções envolvidas para compor a nota de despesa extraorçamentária.
Permitir o pagamento da nota de despesa extraorçamentária, informando consignações ou pagamentos agregados e dados financeiros;
Permitir emitir a nota de despesa extraorçamentária de forma individual ou em massa;
Garantir controle de restos a pagar processados e não processados, em contas separadas por exercício;
Inscrição automática de restos a pagar de empenhos que apresentarem saldo ao final do exercício, para posterior liquidação ou cancelamento, procedimentos a serem feitos de acordo com a legislação;
Permitir a exclusão de inscrição de restos a pagar respeitando consistências e validações;
Permitir o lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP;
Permitir a anulação do lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP.
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de despesa em liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de ordem de pagamento de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de pagamento de restos a pagar;
Permitir o cancelamento de restos a pagar, respeitando consistências e validações, com emissão de nota de cancelamento de restos a pagar;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – TESOURARIA (SISTEMA FINANCEIRO)

Permitir cadastrar o tipo de documento financeiro e sua respectiva operação (débito ou crédito);
Permitir cadastrar o tipo de aplicação financeira;
Permitir cadastrar as contas caixa da unidade gestora;
Permitir cadastrar as contas bancárias da unidade gestora controlando; banco, agência, número da conta, dígito verificador, se a conta é vinculada, a descrição, a natureza do recurso;
Permitir cadastrar vários tipos de conta para cada conta bancária, indicando qual o tipo principal para cada conta bancária e controlando a situação e o saldo de cada tipo individualmente;

Permitir informar especificidades da aplicação financeira quando o tipo da conta for de aplicação, como tipo de aplicação financeira e prazo do investimento;

Permitir realizar lançamentos financeiros de saldo inicial das contas, controlando; data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir visualizar todos os lançamentos financeiros efetuados na entidade através de outros controles, como movimentos de receitas e pagamentos de empenhos, visualizando o tipo do lançamento, data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir realizar transferência financeira entre contas da própria unidade gestora, controlando: data da transferência, valor da transferência, contas e fontes de recurso de origem e contas e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar transferência de saldo entre fontes de recurso de uma mesma conta, controlando: data da transferência, valor da transferência, fontes de recurso de origem e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar lançamento de aplicação financeira controlando; data do lançamento, detalhamento (descritivo), conta de aplicação financeira e a conta bancária de movimento, indicando o tipo do movimento (aplicação, resgate, ganhos ou perdas);
Permitir visualizar extrato da conta bancária ou conta caixa;
Permitir realizar conciliação bancária com ticagem em massa;
Interferência financeira:

Permitir cadastrar conta de interferência financeira informando; código, descrição e órgão ou entidade governamental;
Permitir lançar previsão de interferência financeira informando; a conta de interferência financeira, o tipo de interferência, a data de previsão e o valor previsto;
Permitir lançar interferência financeira informando; data de lançamento, conta de interferência financeira, tipo da interferência, valor, competência (mês e ano), descrição e dados financeiros;
Permitir lançar anulação de interferência financeira;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CONVÊNIOS, PROGRAMAS E REPASSES

Gerenciar convênios, controlando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar programas de transferência de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar repasse de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ARRECADAÇÃO

Permitir cadastrar uma conta de crédito patrimonial de arrecadação informando; código, descrição, fundo, e naturezas de receita com suas respectivas vigências. Essa vigência possibilitará utilizar essa conta patrimonial de arrecadação por vários exercícios realizando ajustes necessários em seus vínculos com naturezas de receitas;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir lançamentos de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir baixas de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir inscrever, estornar ou excluir inscrições em dívida ativa de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Possuir integração com a execução da receita orçamentária, de forma que a importação das receitas e de valores de atualização junto à tributação municipal sejam registrados no sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação para contabilização em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);
Permitir adicionar, editar ou excluir perdas prováveis de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Não permitir alterar manualmente lançamentos de crédito patrimonial de arrecadação oriundos de integração com lote tributário para garantir a consistência das informações contábeis e tributárias;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE BENS

Permitir registrar os valores referentes a movimentos de bens patrimoniais e a contabilização devida a cada tipo de movimento, tais como:

Incorporação
Valorização
Desvalorização
Depreciação bem móvel/imóvel
Amortização bem intangível
Exaustão recurso natural
Reversão da Depreciação/Amortização/Exaustão devido à baixa
Comodato cedido
Comodato recebido
Baixa de comodato cedido
Baixa de comodato recebido
Baixa de bem patrimonial
Ganho na alienação
Perda na alienação
Ajuste de exercícios anteriores para mais
Ajuste de exercícios anteriores para menos
Incorporação não definitiva (Bem patrimonial em construção)

Permitir o recebimento dos lançamentos de registros de bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, de acordo com o tipo de movimento e registrando os devidos vínculos de contratos, entidades relativas a doações, comodatos e outras características, conforme as necessidades para geração dos lançamentos contábeis de bens patrimoniais.
Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de bens patrimoniais, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ESTOQUE

Permitir o cadastro de contas de crédito patrimonial de estoque, possibilitando os devidos agrupamentos de crédito por fundo.

Permitir registrar ou receber os registros acumulados dos valores referentes a movimentos de entradas e saídas de estoque para contabilização.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de estoque, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Possuir identificação de Unidade gestora do tipo consórcio com comportamentos das aplicações exclusivos para consórcios

Possuir cadastro de dados de consórcio público que permita vínculo de cadastro de pessoa jurídica do tipo consórcio

Possuir controle do quadro de consorciados no cadastro de consórcios.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com as regras estabelecidas pela IPC 10.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com a quantidade de habitantes.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma manual.

Permitir o recálculo dos percentuais de participação e quantidade de cotas do quadro de consorciados quando da entrada ou saída de um ente consorciado.

Possuir controle do cadastro dos contratos de rateio.

Possuir controle dos valores repassados aos consórcios pelos entes consorciados, seja por valores de receitas orçamentárias ou bens patrimoniais.

Possuir controle de despesas realizadas no consórcio em nome dos consorciados, possibilitando ratear pelos percentuais de participação ou realizar despesas exclusivas para um consorciado.

Possuir controle de prestação de contas no consórcio aos entes consorciados, evidenciando automaticamente os valores de cada despesa rateados para cada ente participante.

Permitir a geração dos arquivos de prestação de contas para envio aos entes consorciados, acompanhados com os devidos demonstrativos dos valores de acordo com a IPC 10.

Permitir o lançamento dos pareceres sobre as prestações de contas de cada ente consorciado.

Realizar automaticamente as devidas contabilizações de cada etapa do processo contábil do consórcio, de acordo com a IPC 10.

Possuir identificação dos contratos de rateio nas despesas de repasse do ente consorciado ao consórcio.

Permitir importação dos lotes de prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Permitir o lançamento de parecer sobre a prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Realizar a emissão dos anexos da LRF considerando os valores dos consórcios, oriundos das prestações de contas dos mesmos, de acordo com a IPC 10.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

Permitir identificar empenhos referentes a suprimento de fundos (adiantamentos)

Permitir identificar empenhos referentes a despesa com diárias.

Possuir controle de prestação de contas de adiantamentos com tratamento para prazo final para a prestação e vinculação de documentos;

Possuir controle de parecer sobre a prestação de contas de adiantamentos;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - DÉBITOS PATRIMONIAIS - DÍVIDA FUNDADA

Permitir adicionar, editar ou excluir dívida fundada respeitando as devidas regras, validações e consistências;

Permitir lançar dados gerais da dívida fundada informando; código, descrição, tipo da dívida fundada (precatório, parcelamento da dívida ou operação de crédito), se é de dívida externa, data de inscrição, classificação, número do documento, detalhamento, lei vinculada, contrato vinculado, credor, fundo, valor do principal, valor autorizado, se tem juros pré-fixados, data primeira parcela, valor da primeira parcela e quantidade de parcelas;

Se o tipo da dívida fundada for precatório permitir informar; sequência, quantidade de credores, número do processo e data da notificação;

Se o tipo da dívida fundada for parcelamento da dívida permitir informar o tipo de dívida parcelada; retenções extraorçamentárias e outras dívidas. Se o tipo da dívida parcelada for retenções extraorçamentárias permitir informar as retenções que serão vinculadas à dívida fundada;

Se o tipo da dívida fundada for operação de crédito permitir informar; número do ofício da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), data do ofício da STN, conta bancária e natureza de receita que serão movimentados quando houver ingresso de recursos financeiros;

Identificar se operação de crédito teve ingresso de recursos financeiros ou incorporação de bem patrimonial, garantindo vinculação com a respectiva movimentação analítica no sistema para identificação e controle;

Permitir controlar as parcelas da dívida fundada, informando a data de vencimento, valor do principal, de juros, encargos e de correção de cada parcela, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir distribuir o valor do principal nas parcelas de acordo com as informações sobre parcelas dos dados gerais (valor do principal e quantidade de parcelas);

Permitir inserir ou remover parcelas do parcelamento, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir o controle de execução da dívida fundada através da execução da despesa, identificando em cada empenho, liquidação e pagamento, assim como em suas anulações, quais parcelas e valores estão sendo amortizados;

Possibilitar a visualização centralizada da execução da dívida fundada;

Garantir a correta contabilização de reconhecimento e apropriação da dívida, controlando os valores contabilizados do principal e de juros, encargos e correção, no longo prazo e no curto prazo de cada parcela, na data em que ocorre o fato contábil, possibilitando a transferência automática dos valores do longo prazo para curto prazo, assim como a contabilização da amortização da dívida através da execução da despesa, em atendimento a NBCASP e em conformidade com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO CONTÁBIL

Possuir configuração contábil centralizada em servidor Web e disponível em tempo real;

A configuração contábil é a fonte de informações, regras, restrições e comandos que orientam a forma como o sistema contábil realiza a contabilização das movimentações analíticas para os planos de contas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e estaduais;

Possuir rotina de atualização de configurações contábeis, disponível em tempo real, onde o sistema verifica atualizações disponíveis e as tornam utilizáveis imediatamente para orientar a contabilização no sistema contábil;

Identificação de eventos contábeis:

Possuir identificação de quais eventos contábeis devem ser executados para cada registro da movimentação analítica e sua ocorrência;

A execução da identificação dos eventos contábeis deve ser realizada automaticamente, imediatamente após a gravação de cada movimentação analítica;

Permitir a visualização das identificações de eventos contábeis para os fatos geradores diretamente na aplicação de origem da movimentação analítica;

Possuir visualização centralizada de todas as identificações de eventos contábeis, separadas por fato gerador;

Possuir rotina que refaz a identificação de eventos contábeis para todos os registros dos fatos geradores que não possuem ainda a sua contabilização (movimentação contábil);

Permitir a execução da rotina que refaz a identificação de eventos contábeis de um registro específico de um fato gerador, independentemente deste possuir contabilização (movimentação contábil);

Ao refazer a identificação de eventos contábeis deste registro de um fato gerador específico, o sistema limpa a movimentação contábil vinculada a este registro, para garantir sua consistência com os eventos identificados;

Permitir a execução da rotina demonstrando quais regras foram utilizadas para identificar os eventos contábeis de um registro de um fato gerador específico, a fim de possibilitar uma visualização clara das regras executadas pelo sistema contábil e garantir assim sua auditoria;

Realizar o *download* de um relatório de inconsistências encontradas durante o processamento das regras de identificação de eventos contábeis quando executada rotina de identificação dos eventos;

Vínculos contábeis:

Permitir criação de relacionamentos entre informações utilizadas pelo sistema (como contas bancárias, naturezas de receita, naturezas de despesa, entre outras informações) e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado para identificação das contas na geração de movimentos contábeis;

Permitir a identificação de vínculos faltantes durante a geração de movimentações contábeis;

Movimentação contábil:

Realizar a geração dos movimentos contábeis dos eventos identificados, gravando as partidas dobradas nas contas contábeis do plano de contas definido na parametrização vigente do sistema contábil:

Possuir gravação dos movimentos contábeis simultâneos à gravação da movimentação analítica do sistema, realizada após a identificação dos eventos contábeis:

Caso não seja possível a gravação do movimento contábil de forma simultânea por não haver vínculo ou configuração previamente necessária, a movimentação analítica deve ser gravada independentemente, devendo ser possível efetuar sua geração de movimento contábil posteriormente;

Permitir geração dos movimentos contábeis em massa dos movimentos analíticos do sistema que não tiveram seus movimentos contábeis gerados simultaneamente à sua gravação:

Possibilitar a geração de movimentos contábeis em massa de forma parcial, gerando apenas as movimentações de acordo com as preferências do usuário:

de um determinado período de tempo definido pelo usuário;

de fatos geradores selecionados pelo usuário;

Exibir os passos executados pelo processamento de contabilização, demonstrando o tempo total decorrido, o tempo decorrido para cada fato gerador e o progresso de processamento dos dados contábeis para cada fato gerador, permitindo assim a identificação da performance do processamento;

Apresentar (quando necessário) todas as inconsistências identificadas durante o processo de contabilização:

As inconsistências podem ser:

Por falta de configurações contábeis disponíveis para o plano de contas parametrizado;

Por falta de vínculos contábeis entre os registros do sistema contábil e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado;

Por falta de dados contábeis ou vínculos utilizados para a geração de contas correntes contábeis vinculadas ao registro de movimento contábil;

Por demais inconsistências identificadas durante o processamento do fato gerador para a contabilização.

Emitir listagem das inconsistências identificadas durante o processamento dos fatos geradores, permitindo a visualização de seus detalhes;

Permitir a geração e *download* de relatório em formato PDF (*Portable Document Format* - Documento de Formato Portável) com as inconsistências agrupadas por fato gerador, de um fato gerador específico ou de todos os fatos geradores com inconsistência.

Permitir consulta, em tela, de balancete contábil mensal do plano de contas parametrizado, demonstrando os valores de cada conta contábil em:

Saldo anterior (ao mês informado);
Débitos até mês;
Créditos até mês;
Débitos no mês;
Créditos no mês;
Saldo atualizado da conta contábil.

Permitir a visualização das contas correntes contábeis vinculadas de cada conta contábil do balancete, demonstrando seus valores por mês;

Permitir a visualização de todos os movimentos contábeis gerados para um fato gerador em um mês;

Permitir, para cada registro da movimentação analítica, a visualização dos movimentos contábeis vinculados ao registro.

Movimentos de abertura:

Permitir a realização de cálculos de saldos das movimentações analíticas do sistema, migradas para implantação, a fim de permitir a realização das movimentações de abertura de contas contábeis do plano de contas parametrizado:

O sistema deve apresentar um relatório para visualização dos saldos de abertura calculados e gravados para o exercício logado, a fim de permitir conferência dos valores migrados para implantação;

O sistema deve apresentar, quando houver, inconsistências na rotina de cálculo dos saldos de abertura;

O sistema deve registrar quando e qual o usuário responsável pelo cálculo dos saldos contábeis de abertura.

Permitir a contabilização (geração dos movimentos contábeis) para cada saldo de abertura calculado pelo sistema contábil:

Quando houver inconsistências, o sistema deve permitir realizar o *download* do relatório de inconsistências em formato PDF;

Exibir os passos executados pelo processamento da contabilização de abertura, demonstrado o tempo decorrido em cada fato gerador da abertura e o progresso de dados contábeis processados.

Lançamentos contábeis eventuais:

Permitir a realização de lançamentos contábeis eventuais, independentes da movimentação analítica realizada no sistema, registrando qual usuário e data da realização do lançamento contábil eventual;

Garantir a integridade das contas correntes contábeis utilizadas nos lançamentos eventuais:

Identificar se devem ser vinculadas conta corrente contábil nas contas movimentadas:

Possibilitar vincular conta corrente existente ao lançamento contábil eventual, através de sistema de busca das contas correntes contábeis utilizadas em outros movimentos contábeis;

Permitir a criação de uma conta corrente contábil nova e sua vinculação ao movimento contábil eventual;

Garantir a não redundância de contas correntes contábeis no sistema, de forma que ao informar uma conta corrente manualmente o sistema deve garantir que se uma conta corrente idêntica já existir ela deve ser vinculada ao lançamento eventual, evitando assim sua duplicidade.

Permitir a alteração do histórico do lançamento contábil eventual;

Permitir a exclusão do lançamento contábil eventual;

Permitir a emissão de relatório de listagem dos lançamentos eventuais, com base em agrupamentos e totalizações disponíveis na tela e filtros informados.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS

Permitir a emissão da Anexos e demonstrativos legais, exigidos pelas instituições fiscalizadoras de maneira consolidada, envolvendo os valores das entidades municipais como Câmara, fundações, ao indicar emissão consolidada na unidade gestora da prefeitura.

Permitir que o sistema realize leitura dos valores das demais unidades gestoras, sem a necessidade de exportar/importar arquivos, exclusivamente para emissão dos documentos que possuam a opção de emissão consolidada.

Emitir documentos e gerar dados consolidados em tempo real com a execução contábil das unidades gestoras do município.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO

Permitir a realização de bloqueio de movimentação contábil, onde é delimitada uma data limite para que as movimentações analíticas do sistema estejam impedidas de serem inseridas, alteradas ou excluídas em data menor ou igual à do bloqueio;

Permitir a realização de reabertura da movimentação de um período bloqueado, onde em um período reaberto:

Permitir realização de inserção, edição e exclusão de movimentações analíticas neste período, mediante autenticação de usuário que possua responsabilidade sobre os lançamentos de registros em período reaberto, gravando histórico completo das alterações realizadas e registrando o responsável pelas alterações;

Permitir a realização de liberação da movimentação de um período que foi reaberto, fazendo assim com que o sistema permita a manutenção (inserção, edição e exclusão) livre das informações neste período reaberto, sem requerer a autenticação do usuário responsável pela movimentação reaberta;
Permitir a gravação automática, concomitante ao bloqueio, de saldos das movimentações analíticas do sistema (como saldos de dotações orçamentárias, contas financeiras, entre outras movimentações) a fim de garantir aumento na performance do sistema contábil.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS LEGAIS

Relatórios da lei 4.320/64 - DCASP:

- Anexo 01 - Demonstrativo da receita e despesa por categoria
- Anexo 02 - Despesas por órgão/consolidação geral
- Anexo 02 - Receitas por categorias econômicas
- Anexo 06 - Programa de trabalho por órgão/unidade
- Anexo 07 - Despesas por programa de trabalho
- Anexo 08 - Despesa conforme vínculo com os recursos
- Anexo 09 - Despesa por órgão e funções
- Anexo 10 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada
- Anexo 11 - Comparativo da despesa orçada com a realizada
- Anexo 12 - Balanço orçamentário
- Anexo 13 - Balanço financeiro
- Anexo 14 - Balanço patrimonial
- Anexo 15 - Demonstrativo das variações patrimoniais
- Anexo 16 - Demonstrativo da dívida fundada interna
- Anexo 17 - Demonstrativo da dívida flutuante
- DCASP - Balanço financeiro
- DCASP - Balanço orçamentário
- DCASP - Balanço patrimonial

Relatórios e anexos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- Anexo de Metas Fiscais (AMF):
  - Demonstrativo 1 – Metas anuais
  - Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior
  - Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
  - Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido
  - Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
  - Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores
  - Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita
  - Demonstrativo 8 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):
  - Anexo 1 –Balanço orçamentário
  - Anexo 2 – Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção
  - Anexo 3 – Demonstrativo da receita corrente líquida
  - Anexo 4 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias
  - Anexo 5 – Demonstrativo do resultado nominal
  - Anexo 5 - Receita/despesa previdenciárias (249/2010 STN)

Anexo 6 – Demonstrativo do resultado primário
Anexo 6 - Resultado nominal (PR)
Anexo 7 – Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão
Anexo 7 - Resultado primário (249/2010 STN)
Anexo 8 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE
Anexo 9 – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital
Anexo 9 - Restos a pagar (249/2010 STN)
Anexo 10 – Demonstrativo da projeção atuarial do regime de previdência RGPS
Anexo 10 - Manutenção e despesas ensino (249/2010 STN)
Anexo 11 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos
Anexo 11 - Operações de crédito (249/2010 STN)
Anexo 12 - Demonstrativo receitas despesas com saúde STN 637/2012
Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas
Anexo 13 - Projeção atuarial (249/2010 STN)
Anexo 14 - Alienação de ativos e aplicação de recursos (249/2010 STN)
Anexo 14 - Demonstrativo resumidos da RREO STN 637/2012
Anexo 16 - Saúde (249/2010 STN)
Anexo 17 - Demonstrativo parcerias público privadas (249/2010 STN)
Anexo 18 - Demonstrativo simplificado (249/2010 STN)

Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):

Anexo 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal STN 637/2012 - RGF
Anexo 2 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida – DCL
Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores
Anexo 4 - Demonstrativo das operações de créditos STN 637/2012 - RGF
Anexo 5 – Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar
Anexo 6 – Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal
Anexo 6 - Demonstrativo de restos a pagar STN 637/2012 - RGF
Anexo 7 - Limites
Anexo 7 - Demonstrativo simplificado relatório gestão fiscal STN 637/2012 - RGF

REQUISITOS DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÕES DE CONTAS

Gerar informações para Tribunais de Contas conforme padrão definido pelos Tribunais;
Gerar informações para SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);
Gerar informações para SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde);
Gerar informações para DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte);
Gerar informações para SEFIP eSocial autônomos (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social);
Gerar o MANAD (Manual Normativo de Arquivos Digitais);
Gerar informações para MSC (Matriz de Saldos Contábeis).

RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro do Plano de Cargos e Salários contendo os seguintes dados: valor base, número máximo de funcionários, nome do cargo, código CBO. Deve possuir histórico de valores mensal do plano de cargos e salários, armazenando os valores para cada cargo.
Cadastro de diárias, definindo o valor que será pago e para quais cargos a mesma será designada.
Cadastro de parametrização de vários tipos de A.T.S. (adicional por tempo de serviço), sendo possível definir para cada funcionário a qual tabela de A.T.S. o mesmo está enquadrado.
Cadastro de proventos e descontos com parametrizações da forma de cálculo, especificando se o mesmo é integral ou proporcional em relação a sua base, tipo de cálculo se dia, hora, percentual, valor ou vinculado a alguma tabela, como IRRF, INSS, RPPS, deve especificar também a qual tipo de salário o mesmo está vinculado, se salário base de concurso, salário mínimo, salário base de comissão.
No cadastro de proventos e descontos o próprio usuário deve conseguir realizar a formatação dos proventos e descontos utilizados para o cálculo do valor base do provento ou desconto em questão, definindo a sua fórmula de cálculo.
Parametrização diferenciada para cada tipo de afastamento, onde é possível definir quais as verbas e descontos serão lançados automaticamente para o funcionário, quando o mesmo sofrer determinado tipo de afastamento. Permitir definir como será o cálculo de cada verba ou desconto, se será realizada a média ou será utilizado o valor do último pagamento.
Cadastro de Pessoas contendo os seguintes dados: CPF, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai.
No cadastro da pessoa, permitir vincular mais de uma conta bancária ao mesmo cadastro, podendo ser contas de bancos diferentes, e permitir definir qual será a conta para recebimento da folha.
Possibilidade de anexar uma foto de uma mesma pessoa ao seu cadastro.
Cadastro de funcionários contendo os seguintes dados: tipo de admissão, vínculo, categoria, agente nocivo, cargo comissionado ou cargo de concurso, secretaria, departamento, regime previdenciário, número do contrato, horário de trabalho, data de admissão, também poder classificar este funcionário como pensionista ou aposentado, quando for o caso.
Possibilidade de vincular a mesma pessoa a mais de um cadastro de funcionário, em diferentes secretarias, departamentos, cargo e vínculos.
Cadastro de dependentes contendo os seguintes dados: nome, data de nascimento, grau de parentesco, sexo, idade mínima da dependência.
Cadastro dos contratos com informações como período, publicações, data de assinatura, vinculação do documento .DOC ou .TXT.
Controle das movimentações do contrato: alterações, paralisações e rescisão.
Cadastro de atestados médicos, com registros do histórico de todos os atestados lançados para o funcionário.
Cadastro das avaliações realizadas por cada funcionário com o lançamento da pontuação alcançada, bem como cadastro das advertências recebidas pelo funcionário.
Tabela para definição de quais são os proventos que fazem parte da dedução para o cálculo do valor patronal a ser repassado para a previdência.
Cadastro de tabela mensal para parametrização do pagamento de vale alimentação.
Possibilitar a definição de quais serão as verbas e descontos fixos que serão calculados automaticamente todo o mês para cada funcionário individualmente, determinando qual será a competência inicial e a final para cada um deles.

Rotina para manutenção dos dados dos proventos e descontos fixos vinculados aos funcionários, onde o usuário poderá alterar o valor ou a referência para vários funcionários ao mesmo tempo.
Cadastro das informações sobre concurso público, número do concurso, data do edital, número do protocolo no TCE.
Cadastro da comissão responsável pelo concurso.
Identificação dos cargos para o concurso, determinando qual o número de vagas para o mesmo e qual a nota mínima para aprovação.
Cadastro dos locais de publicação do edital do concurso.
Lançamentos das matrículas para o concurso.
Lançamentos das notas do candidato à vaga no concurso público.
Rotina para apuração das notas do concurso, definido o processo classificatório.
Cadastro de unidades escolares.
Cadastro de responsáveis da unidade gestora.
Cadastro de órgãos e unidades orçamentárias.
Cadastro de horários.
Cadastro de bancos.
Cadastro de agências.
Consulta rápida da movimentação do funcionário por competência, listando todos os proventos e descontos com valor base e referências de cálculo, também deve conter qual o cargo ocupado e a secretaria/departamento onde o mesmo está lotado, a foto do funcionário e o número do CPF e qual regime previdenciário ele está vinculado.
Lançamento de atos de pessoal para admissão, rescisão, transferências e elevações de cargo dos funcionários, podendo lançar mais de um funcionário vinculado ao mesmo ato.
A determinação do cargo e da lotação do funcionário deve se dar apenas através do lançamento do ato de pessoal.
Lançamento individual de rescisão contratual para todos os contratos com vencimento no mês desejado.
Lançamento de faltas justificadas e não justificadas, vinculando as mesmas ao atestado médico, quando for o caso.
Controle para empréstimos bancários com o cadastro do empréstimo contendo os seguintes dados: banco, agência, data do empréstimo, valor, quantidade de parcelas e mês para desconto da primeira parcela.
Controle de INSS retido do funcionário em outras empresas, para que no cálculo, este valor seja deduzido automaticamente.
Controle de vale-transporte com cadastro das linhas de ônibus, empresas, quantidade de vales por funcionário. Geração mensal com o lançamento automático na folha de pagamento.
Tabela para controle diferenciado de períodos aquisitivos, onde serão cadastrados os tipos de períodos aquisitivos e qual a quantidade de meses do período, bem como o número de dias para gozo.
Possibilidade de separação da folha dos funcionários normais ativos, rescisões, férias e décimo terceiro salário com emissão de relatório para conferência, folha de pagamento e resumo separados.
No lançamento de afastamentos de férias, devem ser apresentados ao usuário os períodos aquisitivos do funcionário, dando opção para o mesmo selecionar qual período aquisitivo será vinculado ao afastamento.
Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, o lançamento da parcela do empréstimo bancário deverá ser automático, devendo possuir controle para pagamento antecipado do empréstimo.

Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, os dependentes de salário família e IRRF deverão ser classificados de acordo com a data de nascimento e a idade para término da dependência estipulados no próprio cadastro de dependentes, assim os mesmos deverão ou não ser inclusos no cálculo de salário família e IRRF automaticamente.
Cálculo do décimo terceiro salário com parametrizações de cálculo onde algumas verbas podem ser calculadas sobre média e outras sobre o valor do último mês. O mesmo também deve ser calculado em movimento independente ao da folha normal mensal.
Cálculo de 13º no mês de aniversário.
Cálculos automáticos de férias, rescisões, A.T.S., salário maternidade, faltas.
Cálculos de INSS e IRRF integrado quando o funcionário tiver múltiplos vínculos.
Rotina para fechamento da competência da folha de pagamento. Este procedimento poderá ser realizado para todos os funcionários, uma vez realizado o procedimento não será mais permitido a realização de lançamentos ou movimentações para os funcionários com competência fechada (encerrada).
Rotina para reabertura de competência, esta rotina deverá ser em tela separada para acesso restrito, a mesma deverá reabrir o movimento da competência de um ou mais funcionários para manutenção, permitindo alterações em suas movimentações.
Controle sobre os afastamentos quanto ao período aquisitivo de férias e licença prêmio, quando o funcionário for afastado, os dias para gozo devem ser descontados automaticamente dependendo do tipo do afastamento, conforme definido nas faixas da tabela de descontos.
Tabela para configurações dos afastamentos que interferem no período aquisitivo, como por exemplo, licença particular sem remuneração.
Integração com a contabilidade no que se refere à geração de empenhos automaticamente com controle de grupos de contas, geração de lotes e geração de lançamentos contábeis.
Rotina para cálculo e geração de arquivo de provisão de férias e décimo terceiro salário.

Emissão da escala de férias mensal a partir do período aquisitivo mais antigo, a emissão deverá ter as opções por secretaria, por departamento, por funcionário e por cargo.
Emissão de relatório com contribuição e base patronal para INSS e Previdência Própria com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório onde o usuário possa escolher qual provento ou desconto o mesmo deseja listar, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório de salários (base, líquido e bruto), com quebra por secretaria e departamento, por cargo, por vínculo e filtro por faixa de valores.
Emissão de folha de pagamento com os seguintes dados: código do funcionário, nome do funcionário, cargo do funcionário, secretaria e departamento do funcionário, código e nome da verba, valor base da verba, salário base do funcionário, salário bruto do funcionário, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão do resumo da folha de pagamento com os seguintes dados: código, nome e valor total de cada verba ou desconto lançado na folha, valor base total e valor total de INSS e previdência própria, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão da ficha funcional do funcionário mensal, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relação de funcionário por agência bancária, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório para comparação de movimentos, onde o usuário possa comparar as movimentações de duas competências e realizar uma avaliação de valores.

Relatório para acompanhamento mensal dos empréstimos bancários lançados, podendo ser emitido por secretaria, por departamento, por funcionário ou por cargo.
Relação de funcionários com salário família.
Relatório para projeção da folha de pagamento, onde o usuário possa determinar qual o percentual a ser projetado e sobre qual competência será aplicado o percentual.
Relatório com o histórico das movimentações do funcionário, demonstrando em que competência houve alguma modificação na sua movimentação ou no seu cadastro.
Relatório para identificação dos funcionários que possuem múltiplos vínculos.
Emissão do comprovante de rendimentos.
Emissão da guia para pagamento do RGPS e RPPS.
Emissão de relatório para conferência dos valores a serem empenhados pela contabilidade.
Emissão da certidão de tempo de serviço, unificando vários cadastros de uma mesma pessoa, ou seja, se a pessoa possui mais de um vínculo.
Emissão e consulta de Contracheques (Holerite), de qualquer folha/competência existente na base de dados.
Possibilitar a consulta e emissão de Informe de Rendimentos do IRPF.
Possuir rotina para realização da exportação dos dados referentes à folha de pagamento, fornecendo os dados diretamente ao sistema de contabilidade, para futura geração automática dos empenhos com suas retenções.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a RAIS.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a DIRF.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o MANAD.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a SEFIP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o CAGED.
Geração do arquivo para envio de remessa e retorno em formato TXT para o PASEP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a realização do pagamento em rede bancária.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-MT no módulo do APLIC.
O sistema deverá possuir ferramenta que realize uma busca na base de dados e apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo eSocial, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros.
O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial, nos prazos estipulado pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos XML dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.
O sistema deverá gerar informações dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos conforme lay-out.
Rotina para importação de arquivo com os dados gerados pelo cartão ponto.
Relação para conferência da DIRF.
Relação para conferência da RAIS.
Resumo mensal consolidado da folha de pagamento (RPPS ou RGPS).
Emissão de Contracheques (holerite) em papel contínuo padrão e jato laser.
Geração de dados para o SIOPE.

HOLERITE WEB

O sistema deverá proporcionar o controle de acessos através de login (matrícula do Servidor) e senha, respeitando as devidas restrições de acesso para cada tipo de usuário;
O sistema deverá proporcionar a disponibilização do demonstrativo mensal de pagamento;

O sistema deverá proporcionar a emissão e consulta de Contracheques (Holerite) via internet, de qualquer folha/competência existente na base de dados.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÃO - ARRECADAÇÃO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números dos Alvarás, Números das Certidões e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema recém migrado;

Permitir o cadastro de juros e multas, assim como a configurações de acréscimos de maneira centralizada, podendo ser facilmente utilizadas em receitas e Refis;

Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo;

Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária);

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal;

Possuir agenda de vencimentos de tributos e vencimentos de guias bancárias;

Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores;

Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação;

Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação;

Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração dos acréscimos como juros de mora, multas e correções monetárias;

Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução, obrigando a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos créditos tributários;

Permitir a inclusão, parametrização, lançamento e cobrança de receitas não tributárias.

Permitir na transferência de proprietário de imóvel apresentar mensagem informando a existência de débito do imóvel, inclusive o inscrito em dívida ativa, com possibilidade de não permitir a transferência de imóveis com débitos.

Permitir a parametrização do cadastro de imóveis, onde o usuário possa criar novos campos no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) sem depender da empresa prestadora de serviços, e inativar campos existentes, mantendo o histórico cadastral;

Guardar e mostrar dentro do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), todas as modificações realizadas no mesmo, com a data, hora e usuário que realizou a alteração, bem como o valor anterior e o novo valor do item do BCI;

Permitir que o cadastro de imóveis se vincule a vários cadastros de pessoas, inclusive, no caso de o mesmo possuir vários proprietários, seja informado o percentual de propriedade de cada um, data inicial de posse e data de final de posse;

Permitir a parametrização dos campos do cadastro técnico municipal para a formação da inscrição municipal imobiliária de acordo com o definido pela Prefeitura;

Permitir parametrização de transferência de propriedade de imóveis automáticas por baixa do ITBI, por lançamento do débito de ITBI ou de forma manual.

Permitir a definição de chave de face de quadra com base nos campos flexíveis do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário);

Permitir o cadastro das faces de quadras com definição de valor por m^2 de terreno e lista dos serviços de infraestrutura disponíveis na mesma;

Permitir o agrupamento de informações necessárias para os cálculos que representem a hipótese de lançamento da receita, com base nos campos flexíveis definidos pelo usuário;
Possibilitar o cadastro de parâmetros para os cálculos que realize a combinação de todas as opções dos campos selecionados (criados pelo usuário), impedindo que o usuário deixe de atribuir valor para alguma combinação;
Possibilitar o cadastro de parâmetro que estabeleça faixas de valores que possam ser consultados dinamicamente conforme os dados da hipótese de lançamento, identificados durante o cálculo;
Permitir a consulta dinâmica de dados da face de quadra no momento do cálculo de receitas sobre os imóveis;
Permitir o cadastro de parâmetros que atribuam valores distintos por atividade econômica, conforme a legislação definida para cada receita como Alvará, ISSQN, etc.;
Permitir o cadastro de parâmetros que atendam as combinações de campos flexíveis com serviços de infraestrutura, resultando em fatores corretivos da construção e do terreno;
Permitir o cálculo e registro histórico dos valores venais do terreno, da construção e do imóvel, tanto por ocasião de cálculos de receitas sobre o imóvel (como IPTU, ITBI), como por ocasião da certidão de valor venal, caso o contribuinte queira o valor atualizado;
Permitir o registro histórico de fato gerador de cada receita lançada.
Permitir que um cadastro de pessoa jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos;
Permitir que os cadastros econômicos importem seus logotipos;
Permitir a troca de status dos cadastros econômicos, de acordo com a movimentação cadastral de cada econômico;
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço;
Permitir que o BCE (Boletim de Cadastro Econômico) possibilite a inclusão de sócios das empresas, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades econômicas com a possibilidade de vinculação à tabela CNAE;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades constantes na Lei 116/2003;
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos;
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional;
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa;
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, Contribuição de Melhorias e Taxas), permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo;
Permitir lançamento em massa por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir lançamento individual por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir parametrizar por regra de cálculo que cada Prefeitura (imóvel, econômico ou pessoa) receba somente um lançamento de débito da receita em questão;
Poder visualizar todos os cálculos ocorridos por receita e regra de negócio e poder visualizar todos as situações e ocorrências de cada cálculo (detalhamento de erros, inconsistências ou sucesso);
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos;

Permitir registrar na Conta Corrente Fiscal todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, situação, valor principal, valor de juros, valor de multas, valor de correções e data de vencimento;
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento;
Permitir a atribuição de benefícios aos imóveis, econômicos ou contribuintes através de requerimento por parte do contribuinte ou diretamente através do atendente do município;
Permitir o acúmulo de benefícios onde o sistema deve gerenciar os mesmos para que o valor não exceda o valor devido pelo contribuinte;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios no momento do lançamento da receita, caso o contribuinte já possua benefício aprovado;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios aprovados sobre lançamentos já existentes, caso o contribuinte somente solicite o benefício após o lançamento, conforme legislação em vigor;
Registrar os valores de cada benefício individualmente por ocasião da baixa do crédito tributário;
Permitir que se realize a alteração do sujeito passivo do crédito tributário e que essa alteração fique registrada historicamente, inclusive apontando data, hora, motivo e usuário do sistema que tenha realizado tal alteração, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Possibilitar o controle de execução judicial e extrajudicial, com controle de processo e destaque no extrato de débitos para facilitação dos controles desses créditos tributários;
Possibilitar o controle de contestação de débitos (contencioso), com destaque no extrato de débitos das parcelas contestadas, e possibilitando a emissão da Certidão Positiva de Débitos com efeito Negativa para o contribuinte que tenha contestados os débitos, mesmo estando em atraso;
Controlar os débitos em contencioso de maneira que o encerramento da contestação possa ser favorável ao contribuinte, cancelando assim, automaticamente o débito, ou não favorável ao contribuinte, simplesmente reativando o débito;
Caso o encerramento da contestação seja desfavorável ao contribuinte, os respectivos débitos devem apresentar os cálculos de acréscimos desde sua data de vencimento;
Permitir a realização de simulação de cálculos com consulta de valores para toda e qualquer hipótese de lançamento, de forma que o crédito tributário somente seja efetivado mediante o lançamento da receita;
Permitir o lançamento automático de ISSQN integrado com o lançamento de Notas Fiscais de Serviços eletrônica.
Permitir a reprojeção de parcelas, caracterizada por atribuição de nova opção de vencimento com novas parcelas e respectivas datas de vencimento, para lançamentos de receitas, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir a prorrogação de datas de vencimento de parcelas dos lançamentos de receitas, concedendo assim, maior prazo para pagamento ao contribuinte, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir que o usuário configure quantas opções de vencimento sejam necessárias para cada receita, possibilitando por exemplo, que as taxas sejam contempladas em parcelas distintas dos impostos em um mesmo lançamento;
Gerar e controlar as datas de vencimento automaticamente com base em uma data inicial, observando o calendário para que as mesmas sejam geradas somente em dias úteis, evitando assim, dúvidas por parte dos contribuintes;
Permitir a emissão de guia unificada de débitos, que agrupe diversas parcelas tanto vencidas, como a vencer, conforme seleção realizada pelo usuário, calcule os acréscimos até a data projetada indicada pelo usuário, totalize o valor e emita um documento de arrecadação único que facilite a baixa de todas as parcelas em um único pagamento.

Emissão de extrato da Conta Corrente Fiscal com todos os lançamentos para o contribuinte, imóvel urbano, imóvel rural ou econômico;
Permitir a emissão de Guia de Recolhimento de receita/tributo em um documento único por parcela e/ou unificar várias parcelas na mesma guia (guia unificada), pelo valor total ou em parcelas, observando restrições para valor mínimo;
Permitir visualizar somente as parcelas do exercício e/ou somente as parcelas inscritas em dívida ativa e/ou somente as parcelas inseridas em um REFIS;
Permitir destacar as parcelas inseridas em processos de execução judicial e extrajudicial;
Possibilitar visualizar na mesma tela os débitos em abertos;
Permitir tabelas auxiliares parametrizáveis para os valores e alíquotas para cálculo dos impostos, aproveitando as características de cada imóvel ou econômico de acordo com a legislação municipal vigente;
Permitir combinação de filtros, quando a consulta principal for “por contribuinte”, que possa visualizar de forma individualizada os débitos por imóveis e/ou por econômicos;
Demonstrar de maneira destacada, os débitos que estejam suspensos por baixa antecipada ou por contencioso;
Demonstrar e permitir a emissão em documento do extrato de débitos, de baixas, de cancelamentos de lançamentos e outras extinções.
Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores, através de meio eletrônico ou comunicação de dados para baixa automática;
Permitir conciliar os valores repassados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Municipal, demonstrando através de relatório, eventuais diferenças a maior ou menor entre os valores devidos e baixados;
Realizar o tratamento de saldos remanescentes referentes a pagamentos a menor;
Demonstrar possíveis inconsistências encontradas ao gerar as arrecadações, cada uma devidamente classificada conforme o tipo da sua inconsistência, a fim de auxiliar o usuário na identificação e resolução do problema;
Permitir a baixa dos valores arrecadados pelo regime de recolhimento Simples Nacional, capturados através do arquivo retorno DAF607 do Banco do Brasil (Instituição Financeira Centralizadora dos repasses da arrecadação do Simples Nacional);
Gerar automaticamente créditos ao contribuinte que, por ventura, realizar pagamento “a maior”, assim como para aqueles que realizarem pagamento em duplicidade dos débitos existentes;
Possibilitar a realização de baixa antecipada, a qual ocorre quando o contribuinte apresenta comprovante de pagamento, mas o débito fica suspenso até que a baixa bancária seja realizada;
Possibilite a utilização dos créditos do contribuinte para realização de baixas dos débitos existentes para o mesmo;
Possibilitar o cancelamento de lançamento, de maneira que permita a realização de um novo lançamento para o contribuinte/imóvel/econômico;
Possibilitar a realização de outras extinções de crédito tributário, pelos diversos motivos, diferentes de arrecadação, que são previstos em lei, como anistia, remissão, dação em pagamento, prescrição e decisão administrativa/judicial;
Permitir a cobrança com registro bancário, gerando os lotes de registros e tratando os respectivos lotes de retornos bancários;
Permitir o rastreamento para devida contabilização de cada composição dos valores arrecadados, indicando inclusive os acréscimos de cada tributo envolvido em parcelas, tanto de débitos lançados no exercício, inscritos em dívida ativa, quanto em valores agrupados e arrecadados por meio de REFIS.
Permitir inscrever, controlar, cobrar e gerir os débitos em dívida ativa;

Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas, vencidas e não pagas, registradas na Conta Corrente Fiscal;
Possuir integração com o Conta Corrente Fiscal, permitindo o registro das inscrições dos lançamentos em Dívida Ativa;
Permitir a emissão da certidão de dívida ativa, informando o livro de dívida ativa a que estas pertencem e da petição para ajuizamento, agrupando todas as inscrições em Dívida Ativa relativas ao mesmo contribuinte;
Permitir o cancelamento de certidões de dívida ativa sem cancelar o débito;
Permitir a emissão de segunda via da certidão de dívida ativa;
Permitir a emissão da petição de dívida ativa;
Permitir o cancelamento da petição de dívida ativa;
Permitir a emissão da segunda via da petição de dívida ativa;
Permitir atualizar os dados referentes a nova situação do débito do contribuinte no Conta Corrente Fiscal, após a inscrição em dívida ativa e/ou pagamento do débito;
Permitir a emissão das ações de cobrança de dívida ativa ajuizadas, inclusive com controle das custas judiciais e honorários, para cada um dos processos;
Permitir a emissão do Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida;
Permitir que seja emitido alerta quando da tentativa de renegociação e parcelamento de dívida já negociada com a existência do Termo constante do item anterior;
Permitir que nas negociações e parcelamentos de Dívida Ativa, tenha as opções de cálculo para pagamento à vista e para pagamento parcelado com o maior número de parcelas possíveis de acordo com a legislação vigente;
Permitir a parametrização do Livro de Dívida Ativa.
Permitir o cadastro e parametrização de comportamento dos programas de recuperação fiscal REFIS;
Permitir a simulação de parcelamento de dívidas ativas, com base nos parâmetros de REFIS;
Permitir a geração de parcelamento de dívidas (Acordos), com geração de novas parcelas (previamente simuladas e aprovadas), emissão de novos documentos de arrecadação e controles de cumprimentos do acordo e acréscimos embasados na legislação e parametrizados no REFIS;
Permitir controle de cancelamento de acordos por descumprimento, com monitoramento situacional de cada acordo, favorecendo controle de cumprimento e adimplência;
Permitir que receitas arrecadadas mediante acordos (REFIS) sejam totalmente rastreáveis e registradas contabilmente em suas respectivas receitas orçamentárias, assim como qualquer receita, tributária ou não tributária, gerenciada através do sistema.
Permitir configurar a correspondência contábil de cada tributo/verba, tendo como parte dessa configuração a conta de natureza de receita contábil e a conta patrimonial;
Permitir configurar na forma de rateio, através de percentual, os tributos/verbas para cada correspondente conta de natureza de receita contábil/conta patrimonial;
Possuir relatório de conferência do resultado dos montantes que deverão ser enviados junto à contabilidade, com quebras por convênio e data de crédito;
Permitir exportar arquivo das movimentações de arrecadações em arquivo texto, para envio de outro sistema contábil, para registro automático na importação desse arquivo na contabilidade.
Permitir que toda e qualquer regra de cálculo seja configurada por receita;
Permitir que uma regra de cálculo aceite somente um lançamento de débito por Prefeitura responsável (podendo ser econômico, imóvel ou contribuinte);
Permitir que o usuário defina a fórmula e construa a regra de cálculo das receitas, sem a necessidade de acionar a empresa provedora do sistema para adequação dos cálculos à legislação municipal;

Possibilitar o consumo de parâmetros da planta genérica de valores para definição da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a consulta de documentação do sistema para identificação das expressões e suas sintaxes aceitas pelo sistema para montagem da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a realização de simulações de cálculo e apresentação de resultado de cada instrução da fórmula para validação da regra de cálculo;
Possibilitar que no momento do cálculo, o sistema solicite o preenchimento de campos flexíveis (definidos pelo usuário) para realização do cálculo, ou que execute o cálculo com base em informações oriundas de dados cadastrais, sem a necessidade de qualquer informação adicional, conforme definições das regras de cálculo do código tributário;
Permitir que o sistema registre histórico da memória de cálculo com os resultados de cada linha, assim como os dados circunstanciais da hipótese de lançamento.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente no navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Lançamento por período;
- Arrecadação por período;
- Débitos vencidos por período;
- Acompanhamento da Arrecadação;
- Inadimplências;
- Imóveis edificações X terrenos vazios;
- Aberturas e fechamentos de empresas;
- Situação da dívida ativa;
- Arrecadação por classificação da receita;
- Maiores pagadores;
- Maiores devedores;
- Baixas sem arrecadação.

Possibilitar a emissão de certidão de benefícios, que demonstre quais benefícios estão aprovados para o imóvel, cadastro econômico ou contribuinte, certificando assim de que o mesmo possua isenção ou imunidade sobre tributos conforme definição do benefício;
Possibilitar a emissão de certidão de dados do cadastro econômico, como certidão de enquadramento em atividades econômicas, certidão de suspensão do econômico, certidão de desenquadramento, certidão de início de atividade do econômico e certidão de baixa do econômico;
Possibilitar a emissão de espelho do cadastro imobiliário, certidão cadastral imobiliário;
Permitir a emissão de certidão de valor venal imobiliário, que possibilite o cálculo do valor venal do imóvel no momento da emissão da certidão ou buscando o último valor venal calculado por ocasião do cálculo de IPTU por exemplo.

PORTAL DO CONTRIBUINTE

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura;
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte;
O portal do contribuinte deve ser parametrizável, podendo personalizar imagens, textos, links, botões e grids, que serão exibidos para o contribuinte;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de certidão negativa (caso o contribuinte não possua débito), ou certidão positiva com efeito de negativa, quando for o caso;
Disponibilizar em evidência somente a emissão/consulta dos débitos referentes ao IPTU do ano em questão;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das Certidões, Alvarás e documentos emitidos pelo sistema.
Disponibilizar por meio do portal, função para o contribuinte realizar a simulação do parcelamento de REFIS, identificando claramente quais débitos podem ser negociados e quais não podem ser negociados;
Disponibilizar por meio de portal a função para o contribuinte realizar o requerimento do REFIS, para posteriormente ser homologado no respectivo setor da entidade;

MÓDULO REDESIM WEB

O Sistema deverá estar preparado para a integração com o Cadastro Sincronizado, nos padrões estabelecidos na legislação específica (REDESIM), possibilitando ao município uma melhor qualidade nas informações e garantia de que 100% das empresas estabelecidas e inscritas no CNPJ estarão na sua base mobiliária;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de inscrição dos contribuintes no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de alterações dos dados cadastrais de contribuintes inscritos no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Permitir a complementação das informações referente aos paramentos para tributação dos impostos e taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Permitir a inclusão dos contribuintes no Cadastro Mercantil gerando automaticamente o número de sua inscrição municipal;
Efetuar o cálculo das taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Informar a inscrição municipal gerada e as URLS via WEBSERVICE, permitindo a impressão do DAM para pagamento das taxas mercantis e impressão do Alvará de Localização e Funcionamento através do site da REDESIM;
Registrar informações de forma a identificar as inscrições geradas a partir da REDESIM;
Possuir os seguintes relatórios:

- Consultas prévias por usuário
- Documentos emitidos
- Empresas por atividade
- Empresas por município
- Questionário não respondido
- Consultas prévias indeferidas
- Documentos

I) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;

O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DO PORTAL VOLTADO PARA A NFS-E

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use.
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapte a configuração do WEB Browser utilizado e ao tamanho do monitor ou do dispositivo móvel, sem perder a funcionalidade.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura.
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das NFS-e emitidas.
O portal do contribuinte deve ser configurável, ajustável e mantido pela própria Prefeitura sem dependência da empresa prestadora de software, e assim conforme o desejo da Prefeitura, permitir personalizar imagens, redigir textos, criar botões e links de acesso, criar atalhos para outras páginas e documentos hospedados na internet, que serão exibidos para o contribuinte e serão a interface principal de comunicação com a Prefeitura.
Deverá possuir rotina para que o usuário inclua link de outros sites diretamente no portal e este poderá ser executado dentro do portal.
Possuir emissão e consulta do documento de alvará pelo portal do contribuinte.
Permitir que, de forma integrada com sistema tributário, seja possível ao prestador visualizar as leis de renegociação de débitos disponíveis para o seu perfil e realizar requerimento e simulação de valores diretamente pelo portal do contribuinte.
Consulta de acordos efetivados diretamente pelo portal do contribuinte.

REQUISITOS DO SOFTWARE - NFS-E

As parametrizações do sistema devem possuir controle de data e vigência, de forma que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização, para que seja mantida a rastreabilidade das mudanças de comportamento do sistema.
O sistema deve permitir parametrizar o endereço de e-mail base da unidade gestora, através do qual seja possível enviar e-mails de comunicação com prestadores, usuários, etc.
Permitir parametrizar as alíquotas gerais mínima e máxima do ISSQN a ser configurada na tabela de atividades econômicas do município, de forma que as alíquotas específicas de cada atividade respeitem esse critério.
Permitir parametrizar o logotipo da unidade gestora que será impresso na NFS-e e nos relatórios demais relatórios.
Permitir parametrizar se os registros da tabela CNAE (Classificação nacional de atividade econômica) devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.

Possibilidade de parametrizar se os itens da Lei 116 devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.
Permitir parametrizar a alíquota mínima e máxima a ser configurada para os prestadores de serviço optantes do simples nacional.
Permitir gerar a guia de ISSQN de forma separada ou automática ao encerramento da competência mensal do econômico, conforme desejo da Prefeitura.
Permitir parametrizar que o vencimento do lançamento do ISSQN do econômico possa ser individualizado.
Permitir parametrizar que o econômico tomador do serviço gere guias do ISSQN individualizadas por prestador do serviço.
Permitir parametrizar que os valores de materiais da construção civil sejam abatidos da base de cálculo do ISSQN na NFS-e com limitação de um percentual máximo para este abatimento.
Permitir parametrizar o tempo (em dias) em que uma competência complementar poderá ser utilizada dentro de uma competência mensal do econômico.
Permitir parametrizar a quantidade de dias para o vencimento de NFS-e avulsa.
Permitir parametrizar a alíquota do ISSQN para serviços de cartório.
Permitir parametrizar o número de dias máximo para converter um RPS (Recibo provisório de serviços) em uma NFS-e.
Permitir parametrizar um número máximo de RPS (Recibo provisório de serviços) que será permitido ser enviado em um lote de RPS para processamento.
Permitir parametrizar se somente o tomador de serviço configurado como substituto tributário poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Estimativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Simples nacional” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Estimativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e pode ser diferente do município da unidade gestora quando o prestador do serviço for do tipo MEI (Microempreendedor individual).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e poderá ser diferente do município da unidade gestora.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail contendo um PDF e um XML da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail para um usuário atendente da Prefeitura quando for realizado uma solicitação de adesão à NFS-e por parte de econômicos da Prefeitura e informar o usuário atendente que receberá este e-mail.
Permitir a Prefeitura parametrizar o texto que será mostrado no termo de adesão à NFS-e quando o econômico for efetuar esta solicitação, de forma a personalizar e tornar mais agradável o atendimento às empresas do município.
Permitir a Prefeitura parametrizar um texto que deverá ser demonstrado em todas as NFS-e geradas pelo sistema.
Permitir parametrizar se na NFS-e avulsa haverá retenção do ISSQN por parte do tomador do serviço e podendo limitar para que somente a Prefeitura efetue esta retenção.

Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de aceitação à solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de recusa da solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail do envio da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o horário em que o servidor vai executar os lotes de RPS (Recibo provisório de serviços) enviados para processamento e conversão dos mesmos em NFS-e.
Permitir parametrizar regra de cálculo para:

Geração do lançamento do ISSQN para NFS-e.
NFS-e avulsa.
Declaração de serviços de prestadores de fora do município.
Documentos declarados a partir da DMS (Declaração mensal de serviços).

Permitir parametrizar os itens da Lei 116 que quando utilizados na declaração de serviços de prestador de fora do município fará com que o valor do ISSQN seja retido para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o tipo de controle do cancelamento de NFS-e e NFS-e avulsa, onde poderá ser “Por dia”, “Por hora” ou “Não utiliza”.
Permitir parametrizar a utilização do controle de requerimento para cancelamento de NFS-e, onde quando for necessário cancelar uma NFS-e, o econômico enviará um requerimento de cancelamento para a prefeitura e o atendente fará a análise e o deferimento ou indeferimento do mesmo.
Permitir parametrizar para permitir cancelamento de NFS-e somente quando houver uma outra NFS-e substituta.
Permitir parametrizar para deferir automaticamente quando houver requerimento de cancelamento de NFS-e com NFS-e substituta.
Permitir configurar um usuário atendente da Prefeitura para receber um e-mail contendo o requerimento de cancelamento de NFS-e.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir estrutura para gerar tabelas de atividades econômicas com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir estrutura para gerar atividades de instituição financeira com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir que o código COSIF seja utilizado nesta estrutura onde um código COSIF é vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir estrutura para gerar as atividades notariais (serviços de cartórios). Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir geração de tabelas de alíquotas das atividades econômicas com data/hora de início de vigência e data/hora de fim de vigência (sendo que a data/hora do fim de vigência não é campo obrigatório ao cadastrar nova tabela).
Permitir que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização.
Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Possuir agenda de vencimentos de tributos.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores.
Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções em débitos vencidos.
Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução. O cadastro de parâmetro deve obrigar a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos impostos.
Na definição das atividades econômicas, possibilitar a determinação das atividades primárias e secundárias e o controle da respectiva vigência de cada atividade.
Para cada atividade definida, permitir a definição dos critérios de inexigibilidade, como isenção e imunização, bem com a respectiva vigência, ato regulamentador e observações gerais.
Permitir que arquivos sejam disponibilizados (através de upload) para que os usuários efetuem o download dos mesmos.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir montar tabelas de atividades econômicas conforme regulamentação municipal.
Permitir montar tabelas de atividades de instituição financeira. Nesta estrutura deve constar o código COSIF, onde o código COSIF seja vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir controlar atividades notariais (serviços de cartórios) com alíquota.
Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir a montagem de novas tabelas de alíquotas de atividades econômicas com controle de histórico e vigência entre as mesmas, para permitir a Prefeitura atualizar constantemente suas alíquotas sem perda de histórico e rastreabilidade.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores conforme padrão do convênio bancário.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através do sistema.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções monetárias em débitos vencidos.
Permitir a parametrização de benefícios a serem aplicados sobre o ISSQN. Deve ser permitido criar benefícios a serem aplicados sobre empresas ou atividades econômicas.

Permitir a Prefeitura realizar upload de arquivos e configurar para que os usuários efetuem o download dos mesmos, visando criar um canal de comunicação com funcionários e empresas do município. Os arquivos para download devem permitir controlar nível de acesso, para que se necessário, seja possível restringir alguns arquivos para somente serem baixados por pessoas específicas.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir configuração de alíquota especial por prestador de serviços ou atividade econômica.
Permitir que um cadastro de pessoa física/jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível efetuar a importação de seus logotipos e imagens da empresa.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível cadastrar mais de um endereço para o mesmo.
Permitir bloquear econômicos específicos para a emissão de NFS-e.
Permitir vincular os modelos de documentos fiscais mantidos pelo econômico (Nota fiscal bloco ou formulário, RPS (Recibo provisório de serviços), etc.
Permitir configurar o econômico para habilitá-lo para utilização de webservice de integração entre o sistema mantido pela empresa e sistema de gestão da Prefeitura.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo SIMEI.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como estimativa.
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa.
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir informar se a empresa é nomeada como substituto tributário.
Permitir o controle de situação dos cadastros econômicos em: ativo, baixado e suspenso.
Permitir que o atendente efetue o processo de deferimento/indeferimento da adesão à emissão de NFS-e do econômico.
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço.
Permitir a inclusão de sócios dos econômicos, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade.
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos.
Não permitir a emissão da NFS-e sem o respectivo deferimento da solicitação de adesão à NFS-e por parte dos atendentes.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).
Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).

Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador através da tela de emissão de NFS- e para facilitar o registro dos dados.
Realizar o controle de inexigibilidade conforme as definições realizadas no cadastro do contribuinte, seja por isenção, imunização, opção pelo Simples Nacional, opção pelo SIMEI ou tributação fora do município.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML (no padrão ABRASF) da mesma.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML (a exportação deve ser em padrão ABRASF).
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e pelo próprio prestador de serviços.
Permitir que o atendente da Prefeitura consulte sobre solicitações de cancelamento realizadas e, com isso, possa optar pelo deferimento/indeferimento do pedido de cancelamento da NFS-e.
Possuir rotina onde o atendente possa cancelar diretamente uma NFS-e, sem que haja solicitação por parte do prestador de serviços.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Permitir que o prestador realize o lançamento de NFS-e avulsa, sem esta necessitar estar amarrada a uma competência.
Permitir a emissão de NFS-e avulsa para prestadores que recorrem ao município para obter documento fiscal. Para esta modalidade, não permitir o envio da nota por e-mail ou impressão antes que o pagamento da guia de recolhimento seja efetuado.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).

Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).
Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que o prestador realize a emissão de guia de recolhimento referente a(s) NFS-e(s) que lançar.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) somente após a confirmação do pagamento da guia de recolhimento e devida baixa no débito referente a mesma, tudo interligado em tempo real com o setor tributário.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML da mesma.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) logo após a geração da mesma, quando o valor do ISSQN for retido pelo tomador do serviço.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Geração guia para pagamento unificando várias competências em um único documento de arrecadação.
O sistema deve possuir rotina de WebService, seguindo o padrão ABRASF de comunicação e oferta dos serviços.

Permitir a geração de NFS-e. Esta geração deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a geração da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna uma NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir recebimento de lotes de RPS (Recibo provisório de serviço) para processamento somente para os econômicos que estiverem habilitados para tal.

O recebimento do lote deverá ser síncrono, ou seja, o prestador do serviço envia o lote de RPS e o serviço valida estes dados e retorna um protocolo do lote recebido ou uma lista com as inconsistências encontradas.

O processamento do lote para conversão dos RPS em NFS-e deverá ser assíncrono, ou seja, o processamento somente será realizado no período parametrizado para que tal processamento ocorra.

Deve haver opção de parametrização de processamento de lote assíncrono: em tempo real e em hora programada.

Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e. Esta solicitação deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para o cancelamento da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada ou o protocolo com o requerimento do cancelamento (depende da parametrização) ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a substituição de NFS-e. Esta substituição deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a substituição da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada e substituída e a NFS-e substituta ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de lotes RPS enviados para processamento. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do lote, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e a partir do RPS (recibo provisório de serviços). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do RPS (NFS-e), o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e por intervalo de notas (número inicial e final). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta das NFS-e, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta do requerimento de cancelamento da NFS-e. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta, o serviço valida estes dados e retorna a situação atual do requerimento ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir que o prestador de serviços tenha acesso ao sistema.

Permitir que o prestador visualize seu cadastro e que possa alterá-lo parcialmente.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus telefones.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus contatos eletrônicos.

Permitir que o prestador defina o conteúdo que sairá no complemento de todas as NFS-e geradas pelo mesmo.

Permitir que o econômico optante do simples nacional e SIMEI dê manutenção nas informações de simples nacional (mudança de alíquota ou opção de SIMEI).

Permitir que o econômico dê manutenção em seus logotipos (logomarca).

Permitir a impressão do livro eletrônico de serviços prestados e contratados.

Na impressão do corpo do livro devem constar as seguintes informações: número da nota, data de emissão, CPF/CNPJ do tomador do serviço, situação do documento (emitido/cancelado), atividade, valor do documento, alíquota, valor tributável e valor do ISSQN e se o valor do ISSQN foi retido.

Permitir filtrar por data inicial e final da emissão do livro dos documentos fiscais.
Permitir que o tomador tenha formas de acesso ao sistema.
Permitir que através do código de autenticidade, o tomador do serviço possa certificar-se da veracidade da NFS-e.
Permitir o controle de acesso através do uso de certificado digital.
Permitir a declaração de serviços contratados com, no mínimo, as seguintes informações do documento fiscal: número e data de emissão, valor do serviço, CNPJ ou CPF do prestador do serviço indicação do imposto retido ou não.
Permitir, de forma integrada com o software tributário a geração e emissão de guias de recolhimento, seja de serviços prestados ou contratados.
A apuração dos valores a serem gerados na guia deverá ser realizada de forma automática pelo aplicativo baseado nos critérios do setor de tributação.
Permitir que o prestador realize a emissão de guias de recolhimento referentes a competências já encerradas.
A geração da guia deve ocorrer em tempo real no software tributário, ou seja, deve estar disponível no banco de dados do software tributário, logo após a sua geração.
Permitir a geração de várias guias por mês e ano, conforme a criação das competências.
Permitir a reemissão de guias vencidas, possibilitando atribuir uma nova data de vencimento, onde os juros e multas deverão ser apurados automaticamente pelo software tributário, conforme os critérios estabelecidos.
A guia a ser emitida deve seguir o modelo de Ficha de Compensação.
Não permitir a geração e emissão de guia para contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto nos casos em que este seja tomador de serviços.
Permitir a consulta da lista de serviços e respectivas alíquotas para a apuração de ISSQN.
Exibir o código da atividade, descrição e respectiva alíquota.
Verificar a autenticidade de NFS-e com as mesmas funcionalidades do perfil Prestador de Serviços.
Permitir a solicitação da adesão à nota fiscal de serviços eletrônica, onde o prestador tenha acesso ao texto do Termo de Adesão.
Permitir a consulta da solicitação de adesão à NFS-e.
Permitir o requerimento de cancelamento ou o cancelamento da NFS-e conforme parametrização.
Permitir que através de uma arquitetura de webservices, os softwares de enfoque comercial dos contribuintes possam integrar-se ao módulo de NFS-e da administração municipal, viabilizando a integração entre os sistemas.
Permitir que o prestador de serviço tenha acesso ao envio de lote de RPS a partir do site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que o prestador de serviço possa visualizar a situação do lote de RPS enviado para processamento através de uma tela de gerenciamento de lote de RPS disponibilizada no site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que os econômicos tenham acesso a toda a documentação dos webservices, a fim de que os mesmos possam se adequar ao produto, baseando- se nesta documentação.
Permitir a declaração de documentos fiscais de serviços prestados, por modelo de documento fiscal, com o registro das seguintes informações sobre o documento: número, situação, tipo de operação, natureza de operação, CPF/CNPJ do tomador, data, valor do serviço, valor tributável e indicação do imposto retido ou não.
Efetuar a carga automática dos documentos a serem declarados, conforme informações da autorização de impressão de documentos fiscais.
Permitir a manutenção dos dados dos documentos fiscais declarados antes do encerramento da competência.

Permitir declaração de serviços prestados, que possibilite aos contribuintes declararem o faturamento mensal por atividade constante do seu cadastro municipal.
Permitir a manutenção dos dados declarados antes do encerramento da competência.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços de instituições financeiras.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir que o prestador realize a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir que o prestador realize a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços cartorários.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir ao prestador realizar a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir ao prestador realizar a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve conter único usuário e senha para um contador, mesmo que ele atue como contador de várias empresas prestadoras de municípios.
Permitir ao contador criar novas competências para declaração de serviços, referente à(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador encerrar a competência, gerando automaticamente os lançamentos referentes à competência em questão da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar a declaração dos serviços referentes à competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar o lançamento/alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável, onde será registrado o log de tais operações.
Permitir que o contador realize o lançamento de serviços contratados no período referente à competência aberta da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador realize a emissão de guias de recolhimento referentes às competências já encerradas da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador emite o(s) livro(s) fiscais da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o declarante seja o prestador do serviço ou o tomador do serviço.
O prestador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
O tomador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
Permitir acesso rápido ao cadastro de prestador e/ou tomador do serviço.
Permitir informar quem é o responsável pelo recolhimento do ISSQN. Caso o item da Lei 116/2003 utilizado na declaração estiver cadastrado para não permitir alterar o responsável pelo recolhimento do ISSQN, este campo ficará fixo para o “tomador do serviço” e não permitirá alterar.
Permitir que o próprio declarante gere a guia de recolhimento de ISSQN da nota declarada.
Permitir somente uma competência mensal normal para cada econômico.
Permitir “N” competências complementares mensais para cada econômico. Período em que a competência complementar utilizada pode ser definida por parâmetro.
Criar automaticamente uma nova competência mensal para o próximo mês quando uma competência é encerrada pelo prestador de serviço.

Permitir a consulta de todas as competências existentes, com a visualização detalhada das competências (movimentação e encerramento).
Permitir que no encerramento de competência, o prestador de serviços tenha acesso às informações do período vigente, que facilitem a conclusão deste processo, como: total de serviços, informações de ISSQN retido e não retido, e os valores devidos de ISSQN, separando estes valores em serviços prestados, tomados e intermediados.
Apresentar o detalhamento dos serviços prestados, tomados e intermediados no período, separados por atividade econômica, com as informações de: quantidade de documentos fiscais declarados, quantidade de documentos fiscais tributados, valor total dos documentos fiscais declarados e valor do ISSQN.
Permitir que ao confirmar o encerramento da competência, o software gere ou não no software tributário, o lançamento do ISSQN, separando em lançamento referente a serviços prestados, serviços tomados e serviços intermediados conforme parametrizações específicas para geração e separação dos lançamentos.
Permitir que após a conclusão do encerramento da competência, o econômico tenha acesso ao lançamento do ISSQN a recolher gerado no encerramento ou na geração do lançamento em tela específica, onde o mesmo poderá efetuar a impressão da guia de recolhimento do ISSQN.
Permitir, em casos onde não exista movimentação no período, esta declaração, onde o prestador evidencie observações acerca da não movimentação de serviços prestados no período.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos referentes a receita de ISSQN (fixos, obras) permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo.
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos.
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento.
Possuir rotina para importação de arquivo oriundo do SIAFI referentes a retenções feitas por órgãos federais conforme convenio realizado pela entidade e Banco do Brasil.
Permitir ao prestador de serviços cadastrar as obras que estão sendo executadas, registrando os materiais de construção a serem utilizados nas mesmas.
Permitir a transferência de materiais de construção entre obras controlando o saldo de cada uma.
Na emissão da NFSe dever ser possível informar o código da obra pré-cadastrada, e também os materiais vinculados a mesma e após a emissão da NFSe serão deduzidos dos saldos de materiais daquela obra.
Possuir rotina para envio de notificação automática para prestadores que possuam débitos com o fisco.
Possuir controle de leitura pelos prestadores de serviços das mensagens lidas e não lidas.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente do navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Maiores emissores;
- Maiores emissores de documentos (NFS-e e DMS);
- Maiores de emissores de NFS-e avulsa;
- Maiores emissores por valor do ISSQN calculado;
- Maiores emissores por valor do ISSQN devido;
- Maiores emissores por valor do ISSQN bruto;
- Maiores emissores por valor do ISSQN líquido;

Geração de extrato de movimento dos tributos do prestador, possuindo no mínimo, débitos, pagamentos, cancelamentos, pendentes, créditos. Sendo possível geração de gráfico.

Disponibilizar, quando da indisponibilidade da Internet, meio eletrônico para emissão do Recibo Provisório de Serviço.
Disponibilizar software desktop que possibilita a geração de Recibos Provisórios de Serviços – RPS (off-line), proveniente de fatos geradores de ISS, na máquina do contribuinte.
Emissão e conversão dos recibos provisórios de serviços em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), por meio de lotes de recibos, mediante sistema instalado na máquina do contribuinte (webservice e ou integração via xml).
Permitir a consulta, alteração e impressão dos recibos existentes, desde que não convertidos em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

SIMPLES NACIONAL WEB

Permitir efetuar uma conciliação entre os valores de ISSQN a recolher gerados a partir de NFS-e e DMS (declaração mensal de serviços) de econômicos optantes do simples nacional e optantes do SIMEI com os valores recebidos pela unidade gestora através do DAF607 (valores pagos pelos econômicos optantes do simples nacional e SIMEI) para o governo federal, os quais são repassados para a unidade gestora.
Deve mostrar o valor estimado do ISSQN a partir das NFS-e e DMS e o valor recebido através do DAF607, apurando as diferenças ou efetuando o encerramento da conciliação do econômico quando não houver diferenças.
Permitir integração com a Receita Federal através do arquivo PGDAS.
Permitir importar e consultar os dados nos arquivos disponibilizados no Portal do Simples Nacional, PGDAS
Permitir gerar as seguintes consultas:
Identificação das alíquotas apuradas pela Receita Federal;
Consulta de declarações feitas pelas empresas para a Receita Federal;
Consulta de empresas que não estão declarando para a Receita Federal;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses declarados a Receita Federal;
Detalhamento da movimentação e impostos pagos pelas empresas a Receita Federal;
Consultas de declarações feitas pelas empresas classificadas como MEI;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses das empresas classificadas como MEI;
Apuração a empresas que estão declarando à Receita Federal, porém não possuem cadastro na entidade;
Consulta e cruzamento de dados das declarações feitas para a Receita Federal com o livro fiscal gerado na prefeitura;
Consulta e cruzamento de dados dos pagamentos feitos para a Receita Federal com os valores de declaração feitos para a Receita Federal;

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQLServer;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do usuário;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão deles em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem de dados da grid em todas as aplicações que contém grid principal;

Possuir ajuda passo a passo contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;
Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema tributário, aproveitando todo o recurso de lançamento de taxas, multas de infrações etc.;
Ter integração nativa com sistema de gestão de ISSQN (NFS-e), aproveitando todo o cadastro de empresas, movimentações e apurações realizadas;
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS DE CADASTROS - FISCALIZAÇÃO

Fiscal:

Permitir cadastrar os fiscais da unidade gestora;
Permitir pesquisas nos cadastros de fiscais;
Permitir controle de horário de trabalho dos fiscais, bem como de afastamento para facilitar a gestão da agenda dos fiscais;
Manter controle histórico dos cadastros de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Equipe de fiscais:

Permitir a montagem de equipe de fiscais, especificando quem são os chefes de equipes de fiscais;
Permitir a restrição de acesso de forma que um fiscal não consiga ver ou movimentar dados, agendas e fiscalizações de outro fiscal;
Permitir controle de acesso do chefe dos fiscais sobre sua equipe, podendo ver e configurar dados;
Manter controle histórico das equipes de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

25. Itens de fiscalização:

a. Permitir cadastrar os itens a fiscalizar;

Permitir controle de previsão de período de execução para cada item de fiscalização;

Permitir que o controle de previsão de execução seja em dias corridos ou dias úteis, para cada item de fiscalização;

Permitir a categorização de cada item de fiscalização em tipos fixos e rastreáveis para montagem futura de relatórios (fiscalização sanitária, fiscalização tributária, fiscalização de posturas, fiscalização de obras etc.);
Permitir o vínculo de itens de fiscalização com os fiscais de forma que seja possível restringir\controlar os assuntos que cada fiscal pode manusear;
Manter controle histórico dos cadastros de itens de fiscalização (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO - FISCALIZAÇÃO

Agenda do fiscal:

Permitir a configuração de agenda do fiscal

Permitir o controle de situação da agenda (pendente, encerrado, cancelado, em execução etc.);
Manter controle histórico das modificações da agenda do fiscal (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Permitir consulta de todas as agendas dos fiscais

Ser possível visualizar o início de o fim de cada agendamento já registrado;

Permitir a consulta por dia, por semana e por mês, de forma que seja possível analisar a disponibilidade dos fiscais e a colisão de agendas;

Permitir consultar todos os agendamentos já registrados: pendentes, encerrados, cancelados etc.;

Permitir consultar por fiscal;

Permitir consultar por equipe;

Permitir consultar por data de agendamento;

Permitir agendar vários fiscais para atuarem juntos numa única demanda;

Permitir agendar fiscalizações separadamente para cada fiscal;

Permitir prorrogar\adiar agendamentos já registrados;

Possuir controle de acesso de forma que um fiscal não possa lançar agendamento para outro e nem visualizar os agendamentos feitos para outros fiscais a não ser esteja configurado como chefe de equipe e assim poderá ver somente os dados de sua equipe;

O sistema deve ser capaz de calcular o esforço para cada tipo de fiscalização e calcular o preenchimento e ocupação da agenda fiscal automaticamente de forma a facilitar a distribuição de tarefas e a gestão sobre as agendas dos fiscais;

O sistema deve ser capaz de distribuir automaticamente as fiscalizações na agenda do fiscal de acordo com o prazo mínimo previsto para cada atividade em relação à carga horária do fiscal que está disponível, facilitando o preenchimento da agenda para trabalhos em massa ou em longos períodos;

Permitir registro de agendamento para vários tipos de fiscalizados:

Agendamentos para imóveis, com opções de filtro por:

Imóvel urbano ou rural;

Logradouros de imóveis;

Proprietários;

Demais campos cadastrais do imóvel;

Agendamento para empresas, com opções de filtro por:

Natureza jurídica;

Regime de tributação;

Situação da empresa;

Portel empresarial;

Atividade econômica, CNAE, Itens da lei 116/2003;

Endereço das empresas;

Demais campos cadastrais da empresa;

Agendamento para Logradouros, com opções de filtro por:

Bairro;

Distrito;

Tipo de logradouro;

Agendamento para pessoas físicas ou jurídicas;

Estes dados de fiscalizados precisam vir de base única cadastral de movimentação de outros módulos (Tributário, NFS-e, Licitações, Contabilidade etc.);

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todos os processos e protocolos da fiscalização;

Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;

Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de fiscalização a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo de fiscalização, ordem de serviço etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade dos processos de fiscalização, de forma apoiara equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)

Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de fiscalização, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;

Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

Permitir a integração do sistema de Fiscalização com o sistema Tributário, de forma que seja possível configurar emissão de débitos (multas, autos de infração, penalidades tributárias, DAM etc.;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo de fiscalização

Controlar todo o fluxo da fiscalização através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de fiscalização que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;

Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo da fiscalização possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo de fiscalização;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo de fiscalização sem um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;
Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;

Permitir a emissão de termos exclusivos do processo de fiscalização
Emissão do termo de encerramento da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação do início da fiscalização
Emissão do termo de início de fiscalização
Impressão da ordem de serviço
Apreensão;
Desapreensão;
Laudo de fiscalização;
Deslacração;
Lacração;
Desinterdição;
Interdição;
Intimação;
Advertência fiscal;
Recomendação/orientação fiscal;
Auto de infração;

COMPRAS E LICITAÇÃO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;

Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - COMPRAS E LICITAÇÕES

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o preço a ser considerado no balizamento por Maior Preço; Média dos Preços ou Menor Preço.

Permitir parametrizar em que fase da compra se torna obrigatório o vínculo com dotação orçamentária;
Permitir parametrizar o nome das aplicações relacionadas a solicitações e listas de compras;
Permitir parametrizar o tipo de numeração dos processos licitatórios por Sequência digitada; Sequencial Geral; ou Sequencial por Modalidade de Licitação.
Permitir parametrizar se no gerenciamento de itens a descrição pode ser informada manualmente.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão pré-análise para aprovação dos itens.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão preço estimado informado.
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação é para compra ou alienação;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla credenciamento;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla SRP (Sistema Registro de Preços);
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação contempla o chamamento;
Permitir parametrizar o modo de disputa da modalidade de licitação por Fechado (propostas com envelopes fechados); Aberto (lances); ou Fechado-Aberto (propostas com envelopes fechados seguidas de lances).
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta, considerando, o Critério de avaliação da licitação; a Classificação do objeto da licitação; o Regime de execução da licitação; e a Quantidade de dias.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta atribuindo a forma de cálculo por Dias corridos ou por Dias úteis.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação as responsabilidades no processo licitatório e se há obrigatoriedade ou não para essas responsabilidades;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os tipos de documentos que devem ser vinculados no processo licitatório;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação informações para cotização compulsória para ME/EPP (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte):

Percentual para empate ficto para ME/EPP;
Cotização compulsória ME/EPP;
Mínimo de licitantes para aplicar a cotização compulsória ME/EPP.

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: números de licitações.
Permitir padronização dos nomes básicos dos itens e seus modificadores, características específicas para identificação criteriosa dos itens;
Permitir cadastrar item base, tipificando-o em bem patrimonial, concessão de serviço público, direito real de uso, obra, permissão de serviço público, produto ou serviço;
Permitir controlar o item base cadastrado por data para que um novo item base se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir classificar os itens bases por estrutura hierárquica que possam expressar grupo, subgrupo e quantos níveis forem do interesse da entidade;
Permitir controlar a classificação de itens bases por data para que uma nova classificação se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir que os modificadores cadastrados na classificação sejam aplicados ao item base que se vincula a esta mesma classificação, padronizando a nomenclatura do item base;
Permitir controlar em que nível da árvore de classificação é permitido inserir item base;
Permitir vincular natureza de despesa conforme classificação da despesa pública à classificação do item;
Permitir incorporar o nome do item base e seus modificadores ao item cadastrado;

Permitir descrever o item com nomenclatura diferente àquela dada ao item base que o identifique;
Permitir vincular o item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir vincular o item a(s) unidade(s) de medida(s);
Permitir vincular a unidade de medida do item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir inserir texto com descrição detalhada do item com número de caracteres ilimitado;
Permitir controlar o item cadastrado por data para que um novo item se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir inativar o item encerrando sua vigência em data pré-determinada, permitindo a higienização do cadastro de itens;
Permitir definir qual unidade de fornecimento se constitui em padrão de item.
Permitir cadastrar tipos de fontes de preço para formação do banco de preços;
Permitir inserir outras fontes de preços cadastradas pelo usuário ao banco de preço;
Permitir consultar itens cotados pelo banco de preço;
Permitir consultar preço por item pelo banco de preço;
Permitir consultar preço do item por fornecedor pelo banco de preço.
Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;
Permitir cadastrar comissão segundo os tipos: especial, leiloeiro e equipe de apoio, permanente e pregoeiro e equipe de apoio.
Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

- Tipo da lei;
- Esfera governamental;
- Número e ano da lei;
- Data de aprovação;
- Período de vigência.

Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.
Permitir criar um tipo de objeto de compra vinculado com a classificação de objeto da lei geral de licitações (8666/93);
Permitir apontar que um tipo de objeto de compra é utilizado para reforma.
Permitir criar tabelas de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em solicitações e listas de compra.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de itens.
Na criação da tabela de itens permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, tabelas de itens, compras diretas e licitações).
Permitir criar tabelas de preços de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em processos de compras.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de preços.
Na criação da tabela de preços permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, compras diretas e licitações).
Permitir configurar o nome das solicitações utilizados pela entidade;
Possuir painel de gerenciamento de itens nas solicitações e lista de compra que possibilite: Inserir itens; Alterar itens; Detalhar itens com estrutura administrativa e dotação; Inserir fonte de preço; Balizar item; Remover; e Copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.
Permitir que o usuário elabore solicitações de itens expressando sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega imediata;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de item para a estrutura administrativa;

Permitir parametrização indicando se a solicitação de itens deve passar por pré- análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de item para outra solicitação de item, ou para uma solicitação de compra ou ainda, para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para solicitação de item a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir cancelar solicitações de item;
Permitir balizar os preços nas solicitações de item;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de item, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de itens antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir visualizar na solicitação de item quais solicitações de itens e/ou solicitações deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de item se existem solicitações de compra e/ou listas de compras geradas a partir dela;
Permitir, a partir das solicitações de itens, a análise de disponibilidade de itens nos fornecedores para entrega imediata pela entidade por meio de qualquer processo de compra;
Permitir a geração de ordens de fornecimento dos itens solicitados, a partir da análise automática de disponibilidade nos fornecedores;
Permitir análise em massa de solicitações de itens, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir que o usuário elabore solicitações de compra que expressam sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega futura;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de compras baseada na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as solicitações de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de compra para outra solicitação de compra ou ainda para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para uma solicitação de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de compras antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir cancelar solicitações de compra;
Permitir balizar os preços nas solicitações de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações de compras, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de compras durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir visualizar na solicitação de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de compra se existem listas de compra geradas a partir dela;

Permitir que o setor de compras crie suas listas de compras a partir das solicitações dos departamentos antes de iniciar o processo de compras. Estas listas de compras devem consolidar as necessidades de compra para atendimento das solicitações de vários setores da entidade;
Permitir que seja feito lançamento de listas de compras baseadas na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as listas de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma lista de compra para outra lista de compra ou ainda para uma solicitação de item ou solicitação de compra;
Permitir a importação de itens para uma lista de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das listas de compras antes de passar disponibilizar para gerar licitações e/ou compras diretas;
Permitir cancelar lista de compra;
Permitir balizar os preços nas listas de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da lista de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações por item e de solicitações por compra, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir o visualizar na lista de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na lista de compra se existem licitações geradas a partir dela.
Permitir parametrizar em que ponto do sistema, se na solicitação de item, solicitação de compra ou lista de compra, será obrigatório o preenchimento da dotação orçamentária quando houver necessidade;
Permitir gerar processo de compra, agrupando itens de lista de compras de diferentes setores da administração, objetivando compras com melhores preços, prazos e condições de pagamentos;
Controlar todo processo de compra efetuado, referente a licitações, pregões, regimes diferenciados de contratação, dispensas ou inexigibilidade, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Permitir registrar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada;
Possuir painel de gerenciamento de itens no processo de compras que possibilite:

- Adicionar itens;
- Alterar itens;
- Reorganizar itens
- Remover itens;
- Remover em massa;
- Copiar banco de preços do documento de origem.
- Balizar

Na operação de adicionar itens deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas no processo de compra, por listas de compras; por estrutura administrativa; por classificação de itens; ou por itens.
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de percentual;
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de valor;

Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
Permitir consultar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, os processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada por:

Período de abertura;
Número e/ou Ano;
Modalidade;
Tipo do objeto;
Situação;
e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir acompanhar todo o processo licitatório, visualizando os dados cadastrados;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Pregão presencial, Regime diferenciado de contratação (RDC), Concurso, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública;
Permitir inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada;
Permitir credenciamento e chamamento;
Para licitações que geram registro de preços, permitir informar os participantes internos da própria entidade que tenha CNPJ próprio e externos à entidade;
Permitir registrar Participação em processo licitatório de registro de preços de outras entidades;
Permitir registrar Adesão (carona) em ata de registro de preços de entidades externas;
Permitir gerar licitação de compra por meio de listas de compra;
Permitir gerar licitação de compra por meio de tabelas de preço;
Permitir informar os responsáveis pela licitação segundo o tipo de responsabilidade previamente definido;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir que somente MPEs participem das disputas quando existir separação de cotas exclusivas para MPEs;
Permitir o lançamento das propostas por item, por lote ou global, conforme definido em edital.
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em forma de percentual de desconto sobre tabela de preços ou item a item de uma licitação, conforme necessidade;
Permitir informar a marca do item no lançamento de proposta financeira;

Permitir o lançamento das pontuações técnicas do licitante atingidas nas propostas de disputas fechadas;
Permitir o lançamento de pontuação financeira, peso da proposta financeira e peso da proposta técnica nos critérios de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' caso a licitação seja apurada pela média ponderada destas duas propostas do licitante;
Disponibilizar facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira (por valor ou percentual de desconto), em suas dependências, gerando um arquivo digital que contenha os itens de um processo de compra específico;
Permitir importação de propostas financeiras dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas de lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a identificação automática das disputas empatadas e o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar previamente o valor/desconto para que não ocorra empate ficto;
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar se com a posição atual dos lances, existe empate ficto;
Permitir realizar lances para cotas exclusivas para MPEs e para cotas não exclusivas para MPEs quando for o caso;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;

Permitir negociação com os fornecedores licitantes após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas não lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, não seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas não seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir cadastrar os tipos de recursos;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;
Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos de compra.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de compra.
Permitir a cotização compulsória para Microempresas (ME) e Empresas de pequeno porte (EPP) em processos licitatórios de compras conforme definido na Lei complementar 123/2006;
Permitir aplicar a regra de separação das cotas para MPEs para os itens de natureza divisível;
Permitir configurar o percentual máximo aplicado a MPEs e a quantidade mínima de fornecedores competitivos enquadrados prevendo alterações na legislação vigente;
Permitir que usuário modifique o percentual máximo a MPEs aplicado diretamente na licitação contanto que este percentual seja menor que o percentual parametrizado;

Permitir que somente Microempresas e Empresas de pequeno porte enviem propostas e/ou participem de lances em cotas exclusivas para MPEs.
Controlar todo processo de compra direta efetuado, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Realizar o controle de compra direta em aplicação separada da aplicação de licitações;
Controlar todo fluxo desde a criação até encerramento da compra direta por meio de operações.
Permitir as seguintes operações na compra direta:

- Adicionar compra direta;
- Anular compra direta;
- Apurar vencedor;
- Cancelar item;
- Editar compra direta;
- Encerrar compra direta;
- Estonar encerramento;
- Excluir compra direta;
- Iniciar recebimento de cotações;
- Vincular banco de preços;
- Visualizar compra direta.

Possibilitar visualizar todo o histórico de operações executado na compra direta.
Permitir consultar as compras diretas por:

- Período de abertura;
- Número e ano;
- Tipo de objeto;
- Situação;

Permitir criar uma compra direta com as seguintes informações:

- Dados gerais:
  - Número e ano;
  - Tipo de objeto;
  - Descrição;
  - Data;
  - Tipo de avaliação;
  - Condição de pagamento;
  - Forma de fornecimento;
  - Permissão para utilizar cotação eletrônica;
  - Prazo para apresentação de cotações;
  - Referente ao COVID-19
- Justificativas:
  - Justificativa da aquisição;
  - Justificativa da compra direta;
  - Base legal da justificativa;
  - Justificativa do fornecedor.
- Itens:

  Possuir painel de gerenciamento de itens que possibilite adicionar itens; alterar itens; cancelar os itens; remover; e copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.

  Na operação de adicionar deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas na compra direta.

Permitir este filtro por Listas de compras; por Estrutura administrativa; por Classificação de itens; e por Itens.

Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de percentual;

Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de valor;

Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).

Permitir cancelar itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;

Permitir remover itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;

Responsáveis:

Permitir informar responsabilidades na compra direta e as respectivas pessoas (responsáveis);

Permitir editar uma compra direta desde que esta não tenha sido encerrada;

Permitir trabalhar com tipo de avaliação global (um único lançamento de valor por fornecedor para toda a compra direta).

Permitir trabalhar com tipo de avaliação por item (lançamento de valor por item por fornecedor para toda a compra direta).

Permitir vincular uma fonte de preço na compra direta;

Permitir realizar balizamento na compra direta a partir das fontes de preço inseridas;

Permitir definir data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;

Permitir prorrogar a data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;

Permitir iniciar o recebimento de cotações na compra direta;

Permitir pré-selecionar fornecedores para compras diretas que utilizam cotação eletrônica;

Permitir vincular fornecedores por vinculação de banco de preços (cotações) nas compras diretas que NÃO utilizam cotação eletrônica;

Permitir vincular cotação interna em compras diretas. Cotações internas são cotações registradas no sistema pela própria entidade. A entidade recebe as cotações dos fornecedores e registra no sistema.

Permitir vincular cotação eletrônica em compras diretas. Cotações eletrônicas são cotações preenchidas eletronicamente pelos fornecedores no sistema. A entidade cria a compra direta, libera para recebimento de cotações, os fornecedores via sistema preenchem a cotação e a entidade apura a compra direta.

Permitir o preenchimento de cotações eletrônicas diretamente pelo fornecedor (com credenciais de acesso ao sistema);

Permitir visualizar todas as cotações vinculadas a compra direta antes de realizar a apuração do vencedor;

Permitir realizar simulação da apuração antes de efetivar o procedimento;

Permitir desempatar fornecedor segundo o tipo de avaliação (global ou por item);

Permitir apurar o vencedor da compra direta segundo o tipo de avaliação (global ou por item);

Permitir encerrar uma compra direta para que a compra possa seguir para as fases seguintes de contrato e fornecimento;

Permitir estornar encerramento da compra direta desde que esta não esteja vinculada com as fases seguintes (contrato e fornecimento).

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como o preenchimento de cotações eletrônicas;

Controlar o preenchimento de cotações eletrônicas por aplicação específica para cotação eletrônica (aplicação diferente da aplicação de cotação utilizada pelos usuários internos da entidade);
Permitir preenchimento dos itens de acordo com o tipo de avaliação da compra direta (global ou por item).
Garantir consistência que o fornecedor só possa preencher a cotação eletrônica dentro da data limite de entrega da cotação.
Permitir ao fornecedor preencher a cotação e colocá-la disponível para a apuração da compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação eletrônica caso não deseje mais participar da compra direta e está já não tenha sido vinculada a compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação caso tenha sido realizada alteração nos itens da compra direta que justifique um novo preenchimento de cotação eletrônica.
Permitir ao fornecedor visualizar suas cotações eletrônicas;
Permitir ao fornecedor emitir listagem de suas cotações eletrônicas;
Permitir gerar processo de alienação;
Permitir consultar os processos licitatórios de alienação/cessão por:

- Período de abertura;
- Número e/ou Ano;
- Modalidade;
- Tipo do objeto;
- Situação;
- Forma de realização;
- e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Concorrência, Leilão, Regime diferenciado de contratação (RDC) e Licitação dispensada;
Permitir informar os responsáveis pela licitação;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Deve existir um facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira, em suas dependências, a partir de um arquivo digital que contenha os itens de um processo de alienação específico;

Importação de propostas dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos forem menores que os valores mínimos definidos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas e seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;
Permitir negociação com os fornecedores após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos são menores que os valores mínimos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;

Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos licitatórios.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de alienação.
Possibilitar o cadastro de fornecedores, pessoa física ou jurídica, com possibilidade de controle de Certificado de Registro Cadastral.
Permitir cadastrar as informações empresariais do fornecedor com os seguintes dados:

Data de nascimento/constituição;
Natureza jurídica;
Regime de tributação;
Porte empresarial;
Tipo de atuação;
Substituição tributária;
CNAE;
Itens da lei 116/2003;
Simples nacional.;

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como lançamento de propostas, através de seus usuários conectados com perfil de fornecedor.
Possibilitar a inclusão e configuração de diversos tipos (níveis) de Certificado de Registro Cadastral (CRC), indicando quais documentos devem compor o tipo de CRC.
Possibilitar o registro de anotações ocasionais quanto à situação cadastral do fornecedor, para que se tenha um histórico das anotações de cada fornecedor do município.
Possibilitar definição de grupos de documentos equivalentes quanto à exigibilidade para composição do CRC.
Possibilitar que o fornecedor possa requerer a criação ou atualização de CRC, através de seu usuário com perfil de fornecedor.
Possibilitar que o usuário com perfil de fornecedor possa adicionar/indicar os documentos exigíveis para criação ou atualização de CRC.
Possibilitar que a unidade gestora realize a validação e efetivação dos requerimentos de CRC, permitindo reprovação do requerimento, ou aprovação, que deve gerar automaticamente o CRC.
Realizar a criação automática do cadastro de fornecedor, caso não exista, a partir da aprovação do requerimento de criação de CRC.
Possibilitar o controle automático de data de validade de cada CRC, com base nos documentos que o compõem, ou que a Unidade Gestora estabeleça prazo de validade personalizado para o CRC.
Controlar a validade dos documentos e das certidões vencidas ou a vencer dos fornecedores;
Possibilitar controle de situação cadastral do fornecedor a partir de seus Certificados de Registro Cadastral, os quais possuem período de vigência, podendo ser inativados, inativando assim a situação cadastral do fornecedor, e reativados com atualização dos documentos vencidos, voltando a ativar o fornecedor automaticamente.
Possibilitar que um mesmo fornecedor possua mais de um CRC, desde que sejam de tipos diferentes.
Realizar o controle de fornecedor ativo e apto a participar de processos de compras e fornecimento a partir da situação cadastral do mesmo, e que esta situação seja coerente com a situação de seus CRCs e de suas sanções.

Possibilitar a emissão do Certificado de Registro Cadastral, contendo os dados do fornecedor e os dados dos documentos que compõem o CRC.
Realizar geração automática do resultado do processo de compra ao homologar processos licitatórios ou encerrar compra direta com o objetivo de controlar o saldo de execução orçamentária e dos itens deste processo.
Permitir o acompanhamento de cada etapa de processos de compras, referentes a compra direta, inexigibilidade ou licitações, de qualquer modalidade utilizada na administração pública, através de um único local na aplicação.
Possibilitar alterações e eventuais correções sobre os resultados de processos licitatórios, permitindo substituir participantes, alterar itens, alterar datas, saldos, entre outras características relevantes, guardando cada alteração em movimentação histórica com condição de pesquisa.
Permitir a contratação do segundo classificado quando o fornecedor vencedor deixar de fornecer o material ou de executar os serviços.
Possibilitar que todas as alterações de um resultado de processo de compras sejam simuladas pelo usuário antes de sua efetivação, com a condição de comparações da situação atual diante da prospecção de alteração simulada.
Possibilitar alteração cadastral através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral do processo de compra.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da compra/licitação através de aditivos, posteriores à homologação, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada resultado de processo de compra/licitação.
Permitir o controle de saldo de itens de um processo de compras diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma compra/licitação passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do resultado de compra/licitação, e a vinculação de outros documentos ao resultado de compra/licitação após a homologação.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no processo de compras/liquidação, após a homologação.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos resultados de compras/licitações enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Realizar geração automática das ARP ao homologar processos licitatórios de sistema de registro de preços.
Possibilitar lançamento e controle de qualquer alteração dos dados de compras durante sua execução orçamentária, com gerenciamento e rastreamento histórico de todos os dados, controlando desde alterações de correções cadastrais, como aditivos sobre as ARPs.
Possibilitar alteração cadastral e aditivos através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral da ARP.
Possibilitar a inclusão de Carona interno (da própria unidade gestora com CNPJ próprio), ou externo (órgãos e entidades de outras unidades gestoras) em ARPs.
Possibilitar que se realize tipos variados de alterações, conforme disposições legais, dentro de um mesmo aditivo de ARP.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da ARP através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.

Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de uma ARP diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma ARP passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar alterações para transferência de saldo de itens entre compradores participantes e caronas da ARP, com simulação, possibilitando análise de proposta da transferência antes da efetivação.
Possibilitar a geração de documento com dados da ARP, e a vinculação de outros documentos à ARP.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas na ARP.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos das ARPs enquanto as mesmas estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar o cadastro de contratos de tipos diversos, conforme previsto na legislação, provendo a administração de controle contratual e condição de prestação de contas.
Permitir o cadastro de contratos com as seguintes informações: licitação, objeto, data da assinatura e de vigência, participantes, itens discriminados, dados financeiros, dados de subcontratação, controle de percentuais e limites aplicados ao contrato, controle de cauções e garantias, documentos anexados, anotações, dados das publicações, dotações, estrutura administrativa.
Permitir a tipificação de participantes do contrato em: fiscal, representante legal do contrato e controlador de encargos sociais e tributários.
Possibilitar geração automática de Contratos com base nos resultados de processos de Compras ou nas Atas de Registro de Preços, permitindo ao usuário escolher e definir a quantidade de cada item, com base nos saldos atuais da Compra ou ARP.
Possibilitar a criação automática de contrato permitindo a aplicação de inclusão em massa dos itens no contrato com base em filtros indicando valores ou percentuais definidos pelo usuário a partir dos dados de resultado de compra/licitação.
Garantir consistência e rastreamento de informações dos contratos de compra de produtos e serviços, em relação aos dados originais de seu respectivo processo de compras ou ata de registro de preços.
Possibilitar recursos de alterações cadastrais, apostilamentos e aditivos, registrando e controlando todos os dados históricos e possibilitando a consulta das informações completas do mesmo após cada alteração ou aditivo que tenha recebido.
Realizar o controle de saldo para vínculo orçamentário e saldo dos itens de cada contrato, considerando suas alterações apostilamentos e aditivos.
Realizar o controle dos limites legais de aditivação e de subcontratação de contrato durante a criação de seus aditivos.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens do contrato através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de contratos através do consumo por ordens de fornecimento.
Possibilitar aditivo para rescisão contratual, que possa liberar o saldo não efetivado de itens no contrato, permitindo a criação de um novo contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do contrato, e a vinculação de outros documentos ao contrato.

Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no contrato.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos Contratos enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir de saldos de itens diretamente de resultados de processos de compras, ARP ou contratos.
Controlar o saldo de itens de cada processo de compra, ARP e contrato, validando para que o saldo contratado seja controlado a partir do contrato, bem como os valores não contratados sejam controlados a partir de sua origem, possibilitando a contratação parcial, conforme a discricionariedade da unidade gestora.
Possibilitar a geração automática de Ordens de fornecimento com base em análise inteligente do sistema, que verifique a disponibilidade de saldos dos itens solicitados pelos setores, nos mais diversos fornecedores (almoxarifados virtuais), classificando por origem de processo de compra e por contrato.
Possibilitar que o fornecedor possa consultar suas ordens de fornecimento, podendo encaminhar o atendimento das ordens que lhe estejam pendentes.
Possibilitar definir o local de entrega dos itens da ordem de fornecimento, indicando um endereço geográfico.
Possibilitar que a liquidação da Ordem de fornecimento (entrega e conferência dos produtos e serviços) possa ser realizada em uma ou mais etapas.
Possibilitar que a ordem de fornecimento gerada, possa ser aprovada antes de ser encaminhada ao fornecedor para atendimento.
Possibilitar a consulta de ordens de fornecimento por meio de filtros diversos definidos pelo usuário.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir das demandas geradas pelos setores, solicitação de itens, propiciando o rastreamento situacional da solicitação.
Validar para que o saldo de item comprometido em uma ordem de fornecimento não seja vinculado em outra, a menos que a ordem de fornecimento inicial seja cancelada, ou atendida parcialmente.
Controlar saldo de itens que não são liquidados pela quantidade, mas pelo valor financeiro, como alguns serviços e obras, possibilitando acompanhamento do valor total financeiro do item na compra, ARP ou Contrato, em relação ao valor liquidado.
Permitir que o usuário acompanhe o saldo das licitações homologadas a cada ordem de fornecimento emitida, distinguindo entre saldo de origem e saldo contratado.
Emitir ordem de fornecimento por estrutura administrativa.
Permitir integração por meio de importação de empenhos.
Permitir integração dos dados de licitações por meio de web service:

Retornar dados gerais da licitação: Modalidade; Ano; Número; Número do processo administrativo; Descrição do objeto; e Situação do processo licitatório.
Retornar dados detalhados do processo licitatório: Tipo de avaliação; Tipo de apuração; Local de abertura; Data de abertura; Data da proposta; Data de julgamento; Data da homologação; Data de adjudicação; Dados da comissão de licitação; Se é um SRP (Sistema Registro de Preços); Se é um Credenciamento; Se é um Chamamento;
Retornar todos os documentos e publicações vinculados ao processo licitatório, através de download.
Retornar os dados de publicação dos documentos vinculados ao processo licitatório: Tipo do documento; Data de publicação; Órgão de publicação do documento; e Meio de publicação do documento.

Retornar dados dos participantes do processo licitatório: Razão social ou nome; Número do CNPJ ou CPF; Data de apresentação de proposta; e, Se o participante é convidado ou não.

Retornar dados dos itens da licitação com arranjo específico por tipo de avaliação, Global, Por lote ou Por item, Tabelas dos registros por número de itens e Valores dos itens por participantes.

Retornar dados dos vencedores da licitação: Nome ou razão social; CPF ou CNPJ; e Valor total.

Retornar dados detalhados de atas de registro de preço: Número e ano da ata; Comprador/es da ata; Sequência de alteração da ata; Itens e/ou lotes da ata; Saldo atualizado da ata;

Participantes da ata; Vencedores da ata;

Possibilitar no portal a apresentação dos itens de cada comprador na Ata de Registro de Preços.

Possibilitar a consulta de dados da Ata de Registro de Preços filtrando por alteração/aditivo que a ARP tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Permitir integração dos dados de contratos por meio de web service:

Retornar dados gerais do contrato: Tipo do contrato; Número; Ano; Sequência; Data de vigência; Contratado; Modalidade da licitação vinculada ao contrato; e Valor.

Retornar documentos do contrato, através de download: Contratos; Aditivos; e Publicações de documentos.

Retornar dados detalhados do contrato: Objeto do contrato; Dados da licitação vinculada (Ano; Número; e Modalidade); Valor inicial do contrato; Dados dos fiscais vinculados ao contrato (Número do ato de nomeação do fiscal; Ano do ato de nomeação do fiscal; CPF do fiscal; Nome do fiscal; e Relatórios produzidos pelo fiscal no contrato).

Possibilitar a consulta de dados do Contrato filtrando por alteração/aditivo que o mesmo tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Documento de abertura de licitação:

Autorização de abertura de processo administrativo de licitação
Solicitação de abertura de processo administrativo de licitação
Declaração de convite
Solicitação de protocolo geral
Balizamento de preços
Solicitação e/ou lista do setor demandante
Certidão de fixação
Solicitação de parecer jurídico para abertura do processo licitatório
Parecer contábil
Parecer jurídico de abertura do processo licitatório
Parecer jurídico de homologação do processo licitatório

Edital de licitação

Ata de licitação

Ata de registro de lance
Ata de recebimento propostas e habilitação
Ata de julgamento da fase de proposta financeira
Ata de licitação deserta
Ata de licitação fracassada

Anexo de ata
Termo de licitação
Termo de adjudicação
Termo de homologação
Termo de anulação
Termo de revogação
Recurso de licitação
Mapa de licitação
Mapa de apuração e classificação de propostas
Mapa de apuração e resultado
Relatório de licitação
Relação de licitação com valores
Documento de compra
Solicitação de item
Solicitação de compra
Lista de compra
Ata de compra e ARP
Ata de registro de preço
Relatório de compra e ARP
Ordem de fornecimento
Ata de contrato
Ata de negociação de contrato
Fornecedor
Registro cadastral de fornecedor

Permitir cadastrar um layout estrutural no sistema que represente o layout que se queira integrar conforme layout e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um layout estrutural.

Permitir definir tipos de campos de um layout estrutural como: Texto;
Data; Número inteiro; Número decimal.

Permitir definir automaticamente os tipos básicos de dados de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir configurações do layout estrutural:

Formato de saída da exportação de dados: Arquivo de texto; XML (Extensible Markup Language); e XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de layout;

Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;

Permitir a criação de campos dentro das estruturas de layout, informando: Tipo do campo (conforme tipo criados na estrutura); Se o campo é obrigatório ou não; Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura; A ordem do campo dentre todos os campos criados; Se o campo é gerado em branco ou não; O tamanho mínimo e máximo

do campo; As casas decimais mínimas e máximas do campo; Os caracteres proibidos no campo; O alinhamento do campo (direita ou esquerda); e O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída especificado no layout estrutural.

PORTAL DO FORNECEDOR

O portal do fornecedor deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;

O portal do fornecedor deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;

Disponibilizar por meio do portal do fornecedor download de arquivos cadastrados pela entidade;

Permitir ao fornecedor a criação, atualização e cancelamento de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor anexar seus respectivos documentos ao(s) seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor consultar a validade de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor a impressão de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral) já aprovado(s).

Permitir ao fornecedor filtrar as ordens de fornecimento solicitadas, podendo ser encaminhado para a unidade gestora para análise e deferimento.

Permitir ao fornecedor consultar todos os processos vigentes ou não que o mesmo tenha participado, devendo permitir ainda:

Consulta às ordens de fornecimento geradas; e

Consulta a todos os itens do processo, incluindo seu saldo.

Possuir aplicação para que o fornecedor possa preencher de forma eletrônica as cotações solicitadas pela entidade.

Permitir ao fornecedor realizar consulta e criação de protocolos de pagamento que estão em tramitação na entidade.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.

Cadastro de grupos e subgrupos para a divisão dos itens, serviços e bens.

Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.

Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.

Cadastro de bens móveis e imóveis com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, número da plaqueta, opção para vincular várias fotos do bem, vínculo com o processo de aquisição, vínculo com a licitação de aquisição, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, natureza do bem, estado do bem, vida útil e valor residual.

No cadastro de bens, possuir as seguintes informações sobre aquisição do bem: fornecedor, número da nota fiscal, data da nota fiscal, data da aquisição, origem, classificação (dominiais, uso

comum, especial), valor na aquisição, data do tombamento, data da alienação, convênio e dados sobre seguro.
No cadastro de bens, quando o mesmo for um veículo, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
No cadastro de bens imóveis, possuir campo para vincular a matrícula do imóvel cadastrado no módulo de tributação.
Possuir rotina para cópias automáticas de um mesmo bem, a fim de agilizar o cadastro de bens com a mesma característica, determinando automaticamente de forma sequencial o número da plaqueta de cada cópia.
No cadastro do bem, quanto aos campos de valor residual e vida útil, sugerir valores automáticos ao usuário conforme parametrização pré-definida.
Controle de alienação de bens que permita o lançamento do valor de venda que pode ser diferente do valor contábil atualizado do patrimônio e também vincular o lançamento de receita oriundo do processo de alienação do ativo.
Em caso de valor de venda menor que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de perdas por alienação.
Em caso de valor de venda maior que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de ganhos por alienação.
Controle para alienação de bens com pagamento a prazo.
Controle dos bens em comodato (cedido ou recebido), identificando a natureza do comodato e com data de vencimento do mesmo.
Rotina para a transferência de bens entre órgão/unidade com campos para descrever o motivo da transferência.
Rotina para realizar as baixas dos bens, com opção do usuário cadastrar os tipos de baixa que deseja usar (flexível). Esta tela também deve possibilitar informar quem autorizou a baixa, número da lei, portaria e ocorrência (em caso de furtos), possuir também um atalho para emissão do termo de baixa de bem.
Possibilidade do lançamento de vários contratos para o mesmo item licitado, no caso de Sistemas de Registro de Preços e Credenciamento.
Possuir rotina de reavaliação e redução ao valor recuperável de bens em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Permitir o lançamento de vida útil e valor residual para os bens, efetuando cálculo automático conforme padronização de naturezas de bens, contudo permitindo que o usuário altere os valores sugeridos pelo sistema, adaptando-os a realidade, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para registro de data de corte que poderão ocorrer conjuntamente com acréscimos ou decréscimos dos valores dos bens, com impacto contábil em ajustes de exercícios anteriores aumentativos ou diminutivos diretamente no resultado patrimonial, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotinas para depreciação, amortização e exaustão, com a utilização de cotas constantes e soma de dígitos, em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para transferência de natureza de bem, deixando registradas as movimentações com impacto contábil.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de contas.

Emissão de relação de bens com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, podendo ser por ordem alfabética, numérica ou pelo número do tombamento.
Emissão dos bens em comodato com opção de selecionar os comodatos (cedidos ou recebidos) no período.
Emissão de relação de bens por fornecedor com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, por fornecedor, por natureza de despesa, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão de relação de bens por estado de conservação com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por estado de conservação, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão da ficha do bem com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por órgão/unidade. Este relatório deve conter as seguintes informações: descrição do bem, tipo, valor de aquisição, fornecedor, estado do bem, licitação, valor atual, data da atualização do valor, número da plaqueta, número e data da nota fiscal e natureza da despesa.
Emissão do histórico do bem contendo todas as transferências, reavaliações, depreciações, valorizações e baixas que o bem sofreu, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão do livro inventário com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por origem, por classificação, ainda com opção de ordem alfabética ou numérica.
Emissão dos seguintes termos: baixa, responsabilidade e transferência dos bens.
Emissão de relação de bens por seguradora com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de vencimento das apólices, por órgão/unidade, por seguradora, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Possuir relatório que evidencie as depreciações, amortizações e exaustões ocorridas no período, devendo constar em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.
Possuir relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável ocorridos no período, devendo ser emitido em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.

ALMOXARIFADO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
Possibilitar o cadastro de vários almoxarifados e controlar os estoques individualizados.
Lançamento das solicitações de itens, identificando quem solicitou, a qual órgão/unidade/local pertence o solicitante e campo para descrever a utilização da solicitação. Também poder lançar mais um item na mesma solicitação.
No cadastro de solicitações, possuir pesquisa rápida para as solicitações pendentes e atendidas.

Lançamento do pedido de compras, unificando várias solicitações sem a necessidade de digitar os itens novamente, podendo os mesmos serem de secretarias/departamentos diferentes.
Lançamento de entrada de itens com integração e importação dos dados de um processo, pedido, licitação e requisição.
Lançamento de saída de itens do almoxarifado através da solicitação do material.
Geração de inventário de itens, com bloqueio dos itens que serão inventariados.
Rotina para a digitação da coleta dos itens de inventário.
Rotina para atualização automática do estoque dos itens do inventário.
Consulta rápida em tela do estoque.
Registro de solicitações internas, onde o usuário poderá solicitar itens do almoxarifado, pelo sistema, podendo ser deferidas ou indeferidas e está por meio desta solicitação sendo possível a saída automaticamente;
Emissão de balancete mensal de itens com opção de filtrar por almoxarifado.
Emissão do comprovante de retirada de itens do almoxarifado com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado e por item.
Emissão de demonstrativo de gastos com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo.
Emissão de demonstrativo de saldos com os seguintes filtros: por período, por almoxarifado e por item.
Emissão do extrato do item com os seguintes filtros: por período e por item.
Emissão de relatório indicando o giro dos itens em um determinado período com os seguintes filtros: por período, por item, por almoxarifado, e qual o tipo da movimentação (entradas ou saídas).
Emissão de inventário com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, com opção de emitir ou não os itens sem estoque.
Emissão de relatório com a posição atual do estoque dos itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, elemento e subelemento.
Emissão de compras por fornecedor com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de entrada de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de saída de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, e por item.
Emissão de relação para reposição de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por grupo e subgrupo e por item.

FROTAS

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para

vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
No cadastro de veículos, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo, tipo de marcador (odômetro ou horímetro) e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
Cadastro dos locais onde haverá a movimentação dos veículos.
Controle de data de vencimento da carteira de habilitação do motorista.
Lançamento de solicitação de veículos com as seguintes informações: quem está solicitando o veículo, qual órgão/unidade/local está solicitando, qual o local que o serviço será realizado pelo veículo, qual o tipo de serviço que será realizado, qual o objetivo do serviço.
Rotina para realizar o agendamento da utilização de veículos.
Controle de entradas e saídas dos veículos da garagem com as seguintes informações: placa do veículo, data e hora da saída, local do serviço, tipo do serviço, código do motorista, data e hora do retorno.
Lançar os abastecimentos dos veículos por saída com as seguintes informações: nome do posto, quantidade de combustível, tipo de combustível, data e hora do abastecimento, quilometragem no momento do abastecimento.
Lançar as trocas de óleos do veículo com as seguintes informações: data da troca, tipo da troca (motor, câmbio, diferencial, filtro de óleo), quilometragem para a próxima troca, data para próxima troca, local da troca e responsável pela troca.
Possuir rotina para gerenciamento de manutenção de troca de óleo dos veículos, que após configuração na UG, deverá exibir tela de alerta, demonstrando o que está “a vencer” ou “vencidos”.
Lançar os gastos com manutenção do veículo com as seguintes informações: código do veículo, placa, fornecedor, local, tipo de gasto, valor, quilometragem no momento do gasto com opção de vincular a itens do almoxarifado ou itens externos.
Rotina para lançar as avaliações sobre o veículo com os seguintes itens a serem avaliados: Lataria, pintura, estofamento, pneus, painel, vidros, faróis, extintor, acessórios, motor, câmbio, freios, alinhamento, balanceamento, direção, ruídos, suspensão e odômetro/horímetro. Data da avaliação e observações.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao TCE-PR de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-PR no módulo do SIM-AM.

Emissão de demonstrativo de abastecimento com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de demonstrativo de custos os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo de medias os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo por local do serviço com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de relação dos motoristas contendo a validade da CNH.
Emissão de relação com os vencimentos das trocas de óleo.
Relação de saídas e retornos dos veículos, com os seguintes filtros: por período, por motorista, por veículo, tipo de serviço, por local do serviço.

GESTÃO DE ABASTECIMENTOS WEB

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Apresentar todas as funcionalidades da plataforma Microsoft Windows ®.

Pesquisas disponíveis em todas as telas do sistema, evitando memorização de códigos.

Deve ser inteiramente Web, não sendo necessária a instalação de software na entidade, permitindo a disponibilidade através de um navegador de internet instalado em qualquer equipamento com acesso a rede.

Deve ser utilizado o Sistema Gerenciador de Banco de Dados MSSQL Server.

Deve contemplar o conceito de Data Center.

Possibilitar geração e exportação de dados atendendo as necessidades do TCE-PR (SIM-AM), em relação ao consumo dos veículos, máquinas e implementos;

Dos locais de execução:

Postos de combustíveis homologados mediante processo licitatório;

Pátio de unidades de armazenagem própria (veículos/máquinas)

Tanques e bombas próprias.

Disponibilizar cartão magnético para cada veículo/maquinário, que deverá ser individual e intransferível.

Deverão ser fornecidos cartões individuais, sem custo. A quantidade de cartões estará diretamente relacionada com a quantidade de veículos/maquinários da frota municipal. Quantidade que poderá aumentar ou diminuir em razão do aumento ou diminuição da frota.

Cada Cartão Magnético, deverá conter as seguintes informações:

Nome da Entidade;

Nome do Departamento;

Número do Cartão;

Marca/Modelo do Veículos;

Tipo de Combustível

Placa do Veículo;

Plaqueta do Patrimônio.

A empresa vencedora deverá fornecer, além dos cartões individuais, um mínimo de 10% de cartões adicionais “reserva” para utilização em casos excepcionais (extravio, danos físicos, etc) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço.

Os cartões adicionais serão utilizados, afim de não parar a gestão, assim a entidade poderá desabilitar o cartão extraviado e/ou danificado de determinado veículo/maquinário e habilitar um cartão “reserva” para o mesmo.

Os cartões magnéticos personalizados deverão ser confeccionados pela proponente.

Os cartões magnéticos devem possibilitar sua leitura através de terminais POS.

A empresa CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento/bloqueio imediato dos cartões que forem extraviados/furtados, tão logo receba comunicação oficial da CONTRATANTE;

Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão MAGNÉTICO, e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.

Os postos de combustíveis licitados, bem como as bombas próprias deverão estar equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

Em casos de perda ou furto de cartões, o Município comunicará a CONTRATADA, por e-mail, ou telefone ou documento oficial. Após a comunicação a CONTRATANTE não se responsabilizará pelo uso indevido do cartão.

Possuir cadastro de pessoas contendo a identificação e o endereço, permitindo o lançamento de pessoas jurídicas, os fornecedores de combustível e pessoas físicas, sendo os motoristas e usuários do sistema, tanto da unidade gestora, quanto dos fornecedores.

Possuir cadastro de usuários, com controle de acesso por perfil de usuários, onde o administrador deve possuir acesso a todos os recursos disponíveis para a unidade gestora, como cadastro de dados, consulta a saldos e extratos, ou ainda, lançamento e transferência de cotas, já o perfil motorista e/ou fornecedor deve possuir acesso a consulta a saldos e extratos de cotas que tenham sido disponibilizados a seus respectivos usuários.
Possuir cadastro de veículos, contendo dados particulares, vinculação a órgão, unidade e local, e tipos de combustíveis possíveis de serem abastecidos.
Possuir cadastro de tipos de veículos, contemplando as espécies de viaturas, ambulâncias, caminhões, tratores, etc.
Permitir o vínculo de vários tipos de combustível para um mesmo veículo.
Possuir cadastro de órgão, unidade e local.
Permitir cadastro e controle dos veículos através do código patrimonial.
Permitir o lançamento de entrada ou saída para uma cota, possibilitando vincular o abastecimento de combustível do veículo para o fornecedor homologado por processo licitatório. Permitir, ainda, inclusão ou remoção de saldo e controle do período da disponibilidade do mesmo.
Permitir a transferência de saldo de cota disponível em um veículo, combustível ou fornecedor homologado a outro. Deve possibilitar a transferência parcial ou total do saldo.
Permitir a desvinculação de determinado cartão devido extravio, furto ou danos físicos, possibilitando o cadastramento de cartão provisório para abastecimento.
Possibilita exportação de dados de abastecimento para o software de Gestão de Frota da CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos xml, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
código do órgão;
data do abastecimento;
tipo de combustível;
hodômetro;
quantidade em litros;
identificação do veículo;
identificação do motorista;
dados do fornecedor.
Permitir cancelamento do abastecimento do combustível licitado.
Permitir o cancelamento de liberação de cota.
Permitir gerenciar os horímetros das máquinas e hodômentros.
Possuir rotina para cadastro de identificadores visando o agrupamento de entrada de combustíveis, permitindo consultas dos valores com filtros por meio destes códigos.
Possuir parametrização para seleção de quantas casas decimais serão utilizadas na movimentação.
Permitir a geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE/PR no módulo SIM-AM.
O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:

Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir abastecimentos através da utilização de Terminais POS:
Para utilização do cartão destinado ao veículo, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde através do terminal POS será efetuada a identificação da placa ou número do veículo, bem como verificada a consistência dos valores de hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, saldos autorizados para abastecimento definidos individualmente a cada veículo da frota da Entidade, a quantidade e tipo de combustível.
Após a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um comprovante de transação, contendo todas as informações referentes ao abastecimento realizado no referido estabelecimento, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:
Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir consulta de saldo no Terminal POS.
Emitir 2° Via do comprovante da transação pelo Terminal POS;
Permitir abastecimentos sem a utilização de Terminais POS:
Acessar o sistema com perfil Fornecedor.
Permitir realizar as seguintes operações:
Consultar o saldo dos veículos;
Realizar um abastecimento;
Imprimir comprovantes dos abastecimentos
Cada motorista deverá ter sua identificação validada através de usuário e senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.
Permitir emissão do saldo de cotas por veículo, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedores e combustíveis licitados da entidade. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação. A vinculação com o motorista se dará caso ele já tenha realizado algum abastecimento com aquele veículo.

Permitir emissão do saldo de cotas por órgão, unidade e local, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedor e combustível. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Permitir emissão do saldo de cotas por fornecedor homologado, demonstrando as cotas disponíveis por órgão, unidade e local e combustíveis. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Permitir emissão da média de consumo por veículo durante os últimos abastecimentos.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por fornecedor homologado em licitação, demonstrando os dados por veículo e combustível. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por motorista, demonstrando os dados por veículo e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por veículo, demonstrando os dados por fornecedor e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por órgão, unidade e local, demonstrando por veículo e combustível licitado. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Emissão de relação das transações, demonstrando as solicitações de abastecimento realizadas pelos Terminais POS através dos cartões, contemplando os dados de cada transação, como em qual fornecedor foi realizada, para qual veículo, por qual motorista, a quantidade abastecida, data e hora do evento, se a transação foi aprovada e, caso não tenha sido, por qual motivo.
Emissão de relatórios que deverão apresentar a média de consumo por hora trabalhada e quilometragem.
Permitir visualização de painel de gestor com informações gráficas gerenciais.

PROTOCOLO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;

Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;

Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;

Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;

Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);

Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todo e qualquer tipo de processo;
Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;
Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de processo a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo, controle de documentos etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade para os processos, de forma apoiar a equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)
Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de processo, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;
Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo

Controlar todo o fluxo do processo através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de processo que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;
Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo do processo possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo sem a obrigatoriedade de ter um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;

Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;
Permitir a emissão da capa do protocolo
Permitir a emissão de relatório detalhado do protocolo

GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Cadastro único de clientes/usuários, independentemente do número de matrículas vinculadas a um mesmo cliente/usuário.
Cadastro de Motivos que poderão ser utilizados para efetuar corte de água.
Cadastro de Tipos de Ocorrências que impedem a realização de leituras nos clientes/usuários.
Cadastro de Valores para cobrança de fatura com: flexibilidade de alteração; tabela de valores mensal; divisão por faixas de valores; parâmetros por M3 de consumo.
Cadastro de Categorias (comerciais, residenciais, industriais e outras) com possibilidade de vinculação de descontos; informação sobre cobrança de taxa para esgoto.
Cadastro de diferentes Taxas Mínimas e Serviços.
Cadastro único de pessoas (futuros clientes/usuários) com informações completas do: endereço; documentos; nacionalidade; conta bancária; dentre outras.
Cadastro de Matrículas separado do cadastro de pessoas (clientes/usuários).
Cadastro de Agentes bancários e Agentes arrecadadores;
Cadastro de Estações de Tratamentos de Água e Esgoto;
Cadastro e controle de: marca de hidrômetros; tipos de perdas; macromedidores;
Rotina para Acerto de Leituras e lançamento de ocorrências que impedem a retirada da leitura;
Rotina para cálculo de faturas com possibilidade de cálculo por ciclo, setor, rota e matrícula.
Consultas “On-line” de faturas, serviços, parcelamentos, consumos, taxas, débitos e pagamentos;
Rotinas de remessa e retorno de Débito em Conta Automático com diversos agentes bancários.
Cobrança automática na próxima fatura de 2º via de conta.
Baixas de arrecadação de forma manual e automática através de arquivo retorno dos agentes arrecadadores.
Rotina de parcelamento de débitos em atraso com opção de cobrança na fatura ou individual.
Rotina de cancelamento de parcelamentos realizados.
Lançamento de Taxas diversas de maneira geral ou individual.
Possibilidade de consulta e remoção de Juros, multas e correções.
Rotinas operacionais de: encerramento de mês; calendário para definição de dias não úteis; definição de relatórios por módulos; definição de barra de ferramentas; cadastro de usuários do sistema; definição de níveis de acesso
Cadastro de Informações Básicas sobre as Redes de Água e Esgoto do Município com: ciclo, setor, rota; tipo de rede (PVC, Ferro, outras); Dimensão da Rede; Pressão; Profundidade; Totais de tubos e redes em metros ou KM; origem da água; dentre outras informações.
Possibilidade de lançamento de leituras mensais de forma manual e automático, através de importação de leituras de coletores.
Cadastro de Mátriculas contendo os seguintes dados: codificação em ciclo, setor, rota e sequência; número do hidrômetro; endereço da matricula; categoria da matricula; total de economia da matricula; dados de esgoto; perfil de consumo da matricula; vinculação ao imóvel; vinculação ao cadastro de pessoa; dia base para vencimento; opção de debito em conta; opções de isenção; dados do hidrômetro;
Emissão de Fatura mensal; fatura de parcelamento; 2º via; conta serviço, individualizadas;
Controle de Inadimplência: Possibilidade de realizar o controle utilizando a opção de gerações em massa, otimizando o tempo e eficácia do gerenciamento das ligações que estão inadimplentes.

Facilita os lançamentos dos serviços de cortes com ou sem cobranças adicionais, controla os serviços realizados e não realizados de forma ampla.
Possibilita emissão de relatórios para melhor gestão dos inadimplentes antes mesmo que ocorra o serviço de corte para melhor análise situacional. Permite emissão da conta do serviço em massa e aviso de débitos pagáveis também em massa.
Emissão de Aviso de Débito pagável, com código de barras englobando todos os meses em atraso.
Controle de Créditos e Débitos referentes a pagamentos a mais ou menos, com como acréscimos por pagamentos em atraso.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Rotina de baixa de serviços com opção de definir: nível de satisfação; quantidade de parcelas; mês e ano a ser cobrado o serviço; forma de cobrança (fatura ou conta serviço); status atendido ou indeferido;
Emissão de todos as faturas (consumo, serviço, parcelamentos, taxas) com código de barras.
Controle gerencial administrativo dos serviços da unidade: manobras realizadas; coletas para exames; tratamentos de água; perdas justificadas;
Controle automático de desconto para pagamentos duplicados. Desconto em contas futuras.
Disponibilizar controle de Dívida Ativa com geração automática de Lançamentos;
Geração e Emissão do Livro de Dívida Ativa;
Manter integração dos débitos do exercício com os Débitos inscritos em Dívida Ativa;
Possibilidade de incorporar na Dívida Ativa, de forma manual, os devedores de anos anteriores;
Possibilidade de realizar Cancelamentos de Dívida Ativa, com o registro dos motivos correspondentes;
Disponibilizar o controle de débitos a prescrever;
Relatórios Gerenciais, Operacionais e Administrativos, tais como: Débitos para corte; contas emitidas; contas não emitidas; relatório de pagos e pendentes; resumo diário de pagamento; relatório de faturamento; B.D.A; conferencia de movimentos; Extrato de Parcelamentos; comunicado de atraso; leituras realizadas ou não; serviços faturados; população abastecida; dentre outros.
Disponibilizar recursos de Integração com o Software de Contabilidade, através da Exportação de Lotes de Arrecadação, permitindo o lançamento automático da arrecadação diária;
Disponibilizar de recurso para Emissão Simultânea de Faturas, possibilitando a transmissão aos coletores de dados; emissão de faturas pelo sistema laser no padrão FEBRABAN; atualização do histórico;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

REQUISITOS GERAIS

Disponibilizar portal que permita qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o protocolo e receber respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.
Disponibilizar consultas online das informações do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema.
Disponibilizar acesso por perfil classificado em usuário e cidadão.
Permitir ao usuário, servidor da entidade, fazer as devidas atualizações ao Portal de forma prática e sistematizada, possibilitando manter o portal devidamente atualizado para pesquisa do cidadão.

Permitir que o cidadão tenha amplo acesso ao portal, dispondo as informações de forma temática, que atenda aos requisitos da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e que faça encaminhamento de pedidos de acesso à informação, acompanhamento de protocolo e recebimento de respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado NORMAS DE ACESSO A INFORMAÇÃO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:

Íntegra da Lei Federal nº 12.527/2011;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.724/2012;

Íntegra da LC nº 101/2000;

Íntegra da LC nº 131/2009;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.185/2010;

Íntegra das eventuais normas locais que tratam do acesso à informação [Lei Estadual ou Municipal e Decreto de Regulamentação (se houver), bem como de toda legislação relacionada ao acesso à informação aplicável ao órgão.

Disponibilizar componente de acesso denominado NORMAS, LEIS E DECRETOS DA ENTIDADE como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens dentro deste escopo especificado.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado ESTRUTURA ORGANIZACIONAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Estrutura organizacional do órgão: composição, estrutura e organograma. Informações e registros da competência: com informação sobre a jurisdição e a atribuição e informações sobre atividades exercidas pelo órgão ou entidade, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços. Base jurídica da estrutura institucional. Constituição Federal, Constituição Estadual, legislação aplicável (Lei Orgânica, Regimento Interno, etc.). Estrutura física: endereço das unidades, telefones e horário de atendimento.

Disponibilizar consultas de processos realizados pelo município, demonstrando o número, data, modalidade/processo licitatório, despesa, valor e aditivos.

Disponibilizar consultas com detalhamento dos contratos realizados pelo município, demonstrando o número/ano/sequência, data, contratado, valor e detalhes de contrato, aditivo e publicações.

Disponibilizar componente de acesso AÇÕES E PROGRAMAS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Descrição dos programas, projetos e ações, com informações concernentes à implementação, acompanhamento e resultados, bem como metas e indicadores propostos.

Disponibilizar componente de acesso ORÇAMENTO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Orçamento atualizado da unidade/instituição do exercício em curso, devendo informar o orçamento inicialmente aprovado e os eventuais ajustes realizados ao longo do exercício.

Disponibilizar componente de acesso Relatório LRF como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relatórios da Gestão Fiscal em conformidade com a LRF.

Disponibilizar consultas online de despesas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a despesa da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.

Disponibilizar consultas de despesa por período filtrando por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade gestora e período, fornecendo dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor, estornado.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias inscritas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: conta, valor, valor pago e saldo.
Disponibilizar consultas de diárias com filtro por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar componente que permita consulta de despesa por favorecido, com filtro por exercício, unidade gestora, favorecido, período, com dados tais como: CPF/CNPJ, favorecido e valor empenhado.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das despesas do município, informando número do documento, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento de determinada despesa, onde todas as informações da mesma serão apresentadas, inclusive os documentos relacionados.
Disponibilizar consultas de licitação por período com filtros por modalidade, licitação, período, data de abertura, unidade gestora, situação e objeto com dados tais como: modalidade, licitação, processo, objeto, situação e documento.
Disponibilizar consultas de passagens com filtros por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por suprimento de fundo com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por reembolso com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de despesa.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de receita com dados tais como fonte de recursos e valor.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das receitas do município, informando a espécie, data, número do lançamento, unidade gestora, receita e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento do lançamento, onde todas as informações do mesmo serão apresentadas.
Disponibilizar consultas de empenhos a pagar processados, sendo possível filtrar pela data do empenho ou pela data de liquidação. Possibilitar a consulta de empenhos de restos a pagar. Propiciar a ordenação dos empenhos por fonte de recurso, demonstrando fornecedor, data, número, parcela e valor a pagar. Fornecer detalhamento dos empenhos por processo licitatório e descrição.

Disponibilizar componente que operações financeiras por exercício, unidade gestora, tipo de conta bancária ou de caixa, conta, fundo e período, fornecendo dados tais como: conta, lançamento, data, tipo de documento, histórico, valor e tipo de lançamento DB/CR.
Possuir controle de publicações com código, título, data de publicação e exercício. Disponibilizar para download e visualização, os documentos relacionados à publicação.
Permitir consulta de quadro de pessoal, disponibilizando números de cargos comissionados, cargos efetivos, número de empregos públicos preenchidos por unidade gestora ou consolidado. Permitir filtrar por mês e exercício.
Disponibilizar componente que forneça quantitativo de cargo por exercício, unidade gestora, cargo, com dados tais como: cargo, cargo existente, lotação, vagas.
Disponibilizar consultas online de receitas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.
Disponibilizar componente de acesso CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Disponibilizar todos os processos, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, resultados de provas, etc., até os atos de nomeações.
Disponibilizar componente de acesso LEGISLAÇÃO DE PESSOAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Estatuto do servidor ou legislação equivalente.
Legislação consolidada e atualizada do plano de cargos e salários, com Tabela de Remuneração.
Lotacionograma detalhado por órgão:
Relação de cargos, empregos e funções, com indicação do quantitativo autorizado em lei, dos providos e vagos;
Disponibilizar consultas de servidores ativos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores inativos, demonstrando nome e CPF. Permitir filtro por mês, ano e unidade gestora.
Disponibilizar consultas de servidores de férias ou licença, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores de cedidos para outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores cedidos por outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores temporários, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas dos fundos municipais com dados como número do documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, favor e estornado.
Permitir a consulta de transferências financeiras realizadas para terceiros, demonstrando número, lei/ano, finalidade, total orçado, total liberado, saldo a liberar, data do término do pacto. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando os números de

empenho, histórico, data, valor, detalhes da despesa, fonte de recurso. A consulta deverá ser filtrada por exercício, unidade gestora, tipo de transferência (convênio, subvenção ou ambos), data da firmação do pacto ou data de pagamento do mesmo.
Permitir a consulta de transferência voluntária demonstrando destinação, fonte repassadora, valor previsto, valor recebido, valor a receber e prazo. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando detalhadamente as informações pertencentes à categoria orçamentária das receitas. A consulta deverá permitir filtro por exercício, unidade gestora e período (data inicial e final).
Disponibilizar o componente de acesso TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A TERCEIROS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Texto da lei específica autorizadora, se houver, ou fundamento legal aplicável. Íntegra dos Convênios, Termos de Parcerias e congêneres firmados, inclusive com o plano de aplicação, a especificação das etapas de cumprimento das obrigações, repasses e atingimento das metas estipuladas, listados por ano de celebração. Identificação, com CPF ou CNPJ e, se for sociedade empresarial, com o nome dos sócios da pessoa jurídica que compõe o termo, quer como beneficiada, quer como repassadora de recursos. Termos aditivos e apostilas, acompanhados da publicação. Nota de empenho do valor e parcelas, respectivas, do auxílio ou subvenção econômica. Nota de empenho correspondente ao contrato, aditivos e apostilas. Íntegra dos Convênios disponíveis para serem firmados.
Disponibilizar o componente de acesso aos bens patrimoniais com dados tais como: número do tombamento, data, matrícula, descrição do bem patrimonial, data de aquisição, tipo e detalhe.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar os conselhos municipais, sua descrição, data de vigência inicial e final e detalhes. Permitir filtrar conselhos ativos.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar veículos, com dados de placa, chassi, código RENAVAM, detalhes e lotação.
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relação de todos os órgãos da administração direta e indireta. Legislação atualizada e consolidada do Poder Executivo (decretos, portarias, instruções normativas, etc.).
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Membros.
Composição da Mesa Diretora.
Sessões Plenárias (calendário, pautas e atas, devendo conter planilha de votação das deliberações).
Audiências Públicas (calendário, pautas e atas).
Composição das comissões e Calendário das reuniões e respectivas pautas.
Fluxograma da Tramitação dos projetos.
Projetos por parlamentar.
Atos da Mesa.
Atos da presidência.
Lista de presença dos parlamentares nas sessões e reuniões das comissões.
Legislação atualizada e consolidada.
Disponibilizar o componente de acesso LINK DO DIÁRIO OFICIAL.
Disponibilizar o componente denominado FALE CONOSCO que contemple dados tais como: nome do cidadão, telefone, e-mail, assunto e mensagem.
Disponibilizar o componente denominado CONSULTA DE CONTATO POR PROTOCOLO que contemple dados tais como: número do protocolo, situação, nome, telefone, e-mail, assunto, mensagem, resposta e anexo.

Disponibilizar o componente denominado ESTATÍSTICA DE CONTATO que filtre as estatísticas nos últimos 30 dias, 60 dias ou data especificada, com agrupamento por faixa etária, escolaridade, opção sexual, classificação.
Possibilitar que todas as consultas possam ser exportadas para arquivos nos formatos: PDF, XLS, RTF.
Disponibilizar o componente denominado GLOSSARIO que contemple o significado dos principais termos utilizados no Portal da Transparência.

BUSINESS INTELLIGENCE

REQUISITOS GERAIS

Permitir agendar a inserção das informações nos gráficos automaticamente.
Permite selecionar no gráfico a entidade que deseja consultar.
A solução deverá conter a capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário na elaboração das visões e dos dashboards;
A solução deverá conter a possibilidade de utilizar SQLs, funções e procedures criadas nos bancos de dados, para utilização em relatórios ou análises;
A solução deverá possibilitar a criação de novos cenários, em cima de novas necessidade e demandas levantadas pelos diversos setores que compõe a Prefeitura Municipal;
A solução deverá possuir funcionalidade de exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (XML, PDF e Excel formatado);
A solução deverá permitir de forma nativa a inclusão de várias formas de visualização (Mapas, Dashboards, Gráficos e Tabelas) em uma mesma tela criando um Painel de Controle, sem que para isto seja necessária a utilização de hiperlinks ou sobreposição de imagens;
A solução deverá conter de forma nativa (sem programação ou customização) a visão de todas as informações e configurações das métricas apresentadas em um único local e uma única visão;
A solução deve ter inteligência para entender que o acesso pode ser feito através de TABLETS e Smartphones dos sistemas Operacionais Android e IOS, e a apresentação nesses dispositivos deve ser adequado ao seu formato;
A solução deverá dispor de variedade de formas de análises – gráficos, tabelas, relógios, velocímetros, relatórios, geração de arquivos em formato PDF, links WEB, exportação de tabelas para planilhas eletrônicas;
A solução deverá permitir a interatividade entre as análises de um mesmo dashboards, onde as alternâncias de indicador, dimensão, filtro e drill em uma das análises reflitam automaticamente nas demais, de forma dinâmica.
A solução deverá possuir recursos que permitam a alternância de um estilo de gráfico para outro estilo, sem necessidade de reconstrução da análise. Exemplo: alterar a representação de uma análise no formato de gráfico de barras para gráfico de pizza;
A solução deverá permitir a representação da comparação dos valores dos indicadores com mesmo período de exercícios diferentes;

ÁREA TRIBUTÁRIA

Possuir gráfico do valor anual inscrito em dívida ativa corrigida, bem como do valor acumulado anualmente da dívida ativa corrigida.
Possuir gráfico do valor lançado do tributo.
Apresentar informações como valores dos pagamentos a vista, dos pagamentos parcelados, das isenções concedidas, dos descontos concedidos no pagamento à vista, das inscrições em dívida ativa, das suspensões, dos cancelamentos, das diferenças de pagamentos (a maior e a menor) e das remissões.

Apresentar detalhamentos dos valores por bairros, logradouros, distrito / setor e contribuinte nos painéis de pagamento à vista, pagamento parcelado, índice de inadimplência, descontos concedidos no pagamento à vista e cancelamentos.
Apresentar valores lançados, pagos, em aberto por bairro;
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por logradouro.
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por distrito / setor.
Apresentar detalhamento por contribuinte no painel de diferença de pagamentos (a maior e a menor), mostrando o valor lançado, valor a pagar, valor pago e a diferença em questão.
Detalhamento por ano de valores pagos, cancelados e suspensos.
Detalhamento geral por ano com os valores lançados e pagos.
Quanto de tributo esta pessoa já pagou para o município.
Quanto de tributo esta pessoa está devendo para o município, discriminando os tributos vencidos e a vencer.
Quantos imóveis esta pessoa possui no município.
Dashboard que apresente visão do comportamento da arrecadação da Dívida Ativa (Anual/Mensal/Diária);
Dashboard que apresente os cancelamentos/ supressões da dívida ativa do município;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes pagadores da dívida ativa de forma amigável;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes que tiveram suas dívidas canceladas através de processo administrativo;
Dashboard do Imposto Territorial Predial Urbano que apresente visões de Totais de lançamentos efetuados pelo Município x Totais de receitas arrecadadas;
Dashboard que apresente em qualquer tributo o índice de inadimplência dos contribuintes;

ÁREA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTOS

Possuir gráfico comparativo da distribuição de servidores públicos da entidade agrupados com a quantidade de servidores públicos selecionados por organograma.
Possuir gráfico dos valores calculados em folha de pagamentos referente aos eventos fixos e variáveis.
Permitir a criação de colunas virtuais onde códigos SQL (Structured Query Language), possam ser inseridos de acordo com a necessidade do usuário. Essas colunas podem fazer parte das consultas geradas.
Desdobrar os gastos por mês e visualizar movimentos de pessoal, admissões, demissões, além de valores gastos específicos por funcionário.
Dispor de detalhamentos, tais como despesas com férias, cargos comissionados, horas extras e parte patronal.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO

Entende-se como implantação, todos os serviços necessários ao normal funcionamento da Administração Direta, Indireta abrangidas, dentre os quais: instalação, parametrização, configuração, treinamento, customização, migração e conversão de informações existentes e necessárias à operação dos softwares.

Os serviços serão executados na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

DA MIGRAÇÃO

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, com disponibilização dos mesmos pelo Município.
Os prazos pré-estipulados são:

Primeira Etapa: análise do banco de dados – na sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Segunda Etapa: migração do banco de dados – na Entidade /sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Terceira Etapa: conferência, ajustes e migração definitiva – na Entidade: 05 (cinco) dias.

Prazo máximo de migração, a contar da data de assinatura do contrato: 15 (qunze) dias, incluindo todas as etapas citadas acima.
A Conclusão e aceitação dos serviços de migração/conversão de dados, após a realização de testes será efetivada por ato formal da Prefeitura, que atestará a conversão das bases e a sua integridade.

DA INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

A empresa vencedora do certame terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, para concluir todo o processo de implantação, que inclusive deve considerar o prazo máximo de migração (item 8.1).
Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: entrega, instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajustes nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.
Acompanhamento dos usuários, na sede da Prefeitura, em tempo integral na fase de implantação do objeto.
O recebimento pelo aceite dos sistemas licitados, deverá ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.
Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.
A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.
A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.
A aceitação dos serviços de implantação, após a realização de testes, será efetivada por ato formal da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que atestará a operacionalidade dos softwares e, por amostragem, a adequação das funcionalidades às exigências editalícias.

DOS TREINAMENTOS

Entende-se por treinamento a promoção de atividade a cargo da CONTRATADA, voltada à capacitação da CONTRATANTE, seus funcionários e/ou prepostos, tornando-os aptos a operação dos sistemas.

Se a vencedora do processo licitatório não for a atual detentora do contrato de fornecimento de software, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e analistas de TI para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas e seus respectivos módulos, abrangendo os níveis funcional, gerencial e técnico, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
Público alvo;
Conteúdo programático;
Carga horária de cada módulo do treinamento;
Processo de avaliação do aprendizado;
Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc).

O treinamento deverá ser realizado para todos os usuários indicados pela entidade, a serem divididos entre os diversos sistemas, conforme a conveniência da Prefeitura de Paranaíta/MT e deverá ser realizado concomitante com a implantação, compreendendo o uso das funções do software pertencente à sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem utilizadas, uso das rotinas de segurança e demais rotinas de simulação e de processamento;
As turmas deverão ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de (10) (dez) participantes;
No treinamento deverão ser abordados aspectos acerca da operacionalização e funcionamento de cada sistema e módulo instalado, bem como de rotinas de backup diários e deverá incentivar o uso de relatórios gerenciais, exemplos e situações temáticas variadas.
O treinamento não poderá limitar-se a pura transferência de conhecimentos, mas também resultar em aplicações práticas dentro do contexto de gestão pública.
O prazo máximo para a realização de todos os treinamentos, respeitando as cargas horárias mínimas solicitadas (conforme item 8.2), será de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.
A CONTRATADA poderá utilizar local(is) cedido(s) pela Prefeitura de Paranaíta/MT para a realização dos treinamentos solicitados, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA apenas equipamentos e materiais a serem utilizados, como por exemplo, projetor multimídia e notebook para uso do instrutor durante os treinamentos.
Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a Administração convocará a Contratada para efetivação de programa de treinamento de usuários.
Estes treinamentos serão realizados em ambiente a ser fornecido pela Entidade e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

CASOS ESPECÍFICOS DE PRORROGAÇÕES

A empresa contratada poderá pedir prorrogação de prazos dos processos relacionados à implantações, nos seguintes casos:

Falta de estrutura adequada (computadores, rede, servidores e internet), de obrigação da Entidade, que comprovadamente forem identificados.
Atraso na liberação oficial do banco de dados para a etapa de migração definitiva.
Inadimplência da Entidade Municipal no processo de conferência dos dados, pela falta de fornecimento e execução de participação de servidores municipais, responsáveis pelos departamentos envolvidos, no processo de conferência e validação da migração, que comprovadamente prejudiquem o andamento dos trabalhos.
Atraso no processo de capacitação por falhas na logística de treinamento de responsabilidade da Entidade Municipal.

LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS

Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por:

a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas.
b) Vírus de computador e/ou assemelhados.

c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos.
d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador.

a) A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada.

7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS BENS

Os bens/serviços deverão ser entregues/prestados pelo fornecedor na:

☐ Prefeitura Municipal de Paranaita - MT, sito Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78.590-000 – Paranaita/MT.

☑ Conforme abaixo descrito:

Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, sito Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78.590-000 – Paranaíta/MT.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU DE FORNECIMENTO DOS BENS

Após, o recebimento da Nota de Empenho (via e-mail, correios ou fax-símile)/NAD, o fornecedor terá o prazo máximo de , para entregar/fornecer o item solicitado, no endereço descrito acima.

☐ Conforme cronograma físico – financeiro anexo, parte integrante deste documento.

☐ Conforme abaixo descrito:

Os Serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, com início dos trabalhos a partir da assinatura do contrato.
A CONTRATADA deverá iniciar os serviços de conversão, migração, implantação e customização de banco de dados e treinamento de usuários, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, com prazo máximo de 15 (quinze) dias para conclusão dos trabalhos.
Os serviços do objeto serão instalados no prédio da Entidade Municipal e respectivos departamentos.

9. DAS PROPOSTAS

Na proposta deverá constar a descrição detalhada do(s) serviço(s) ou fornecimento de bens ofertado(s), de forma clara e precisa, com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos;
Os preços apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante;
Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R$), em algarismo arábico e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, e nele deverão estar computadas todas as despesas incidentes, incluindo taxas e impostos;

10. DA ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO

☑ Os critérios de aceitação do objeto são apresentados conforme orçamentos e planilha de formação de preço anexa, parte integrante deste documento.

☐ A CONTRATANTE ou qualquer de seus órgãos ou entidades não efetuarão nenhum pagamento à Contratada pela execução objeto desse instrumento, a qualquer título.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

☐ Não haverá despesas a serem suportadas pela Prefeitura Municipal de Paranaita – MT.

☐ Haverá despesa a serem suportadas pela Prefeitura Municipal de Paranaita – MT e serão efetuadas nos termos das dotação (oes) orçamentária (s) a serem apresentadas pelo Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo.

12. DAS EXIGÊNCIAS ESPECIAIS PARA PARTICIPAR DO CERTAME

☐ A empresa licitante, fica obrigada apresentar a seguinte QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

☑ Não se aplica;

☐ A empresa Contratada/Adjudicatária, fica obrigada apresentar para ASSINATURA DO CONTRATO:

☑ Não se aplica;

13. DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência contratual deve ser respeitado o princípio da anualidade orçamentaria com validade até dia 31 de dezembro do ano corrente.
O instrumento contratual poderá ser prorrogado desde que, seja enquadrados em serviços essenciais de caráter continuado nos termos do Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Ata de Registro de Preço poderá originar contrato administrativo.
Acréscimos e supressões poderão ser feitos apenas em contrato administrativo.
Os reequilíbrios econômicos e financeiros poderão ser efetuados em ATA ou Contrato conforme Decreto Municipal Nº 259/2019 e alterações.
O instrumento ATA de registro de preço, terá a validade a partir da assinatura do instrumento ATA, com validade até 12 meses.

14. DO FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SERVIDOR (A): **Alexssandro Salgueiro Mota**
FUNÇÃO: Assessor de Departamento
E-MAIL: administracao2@paranaita.mt.gov.br

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente termo de referência, se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de aquisições públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as empresas interessadas, desde que atendam as exigências do instrumento convocatório a ser publicado, em especial ao art. 27 a 32 da Lei 8.666/93.

Por fim, ficam as licitantes sujeitas as sanções estabelecidas na Lei nº 8666/93 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

Lizandra Bertolini
Pregoeiro (a)
Decreto Municipal Nº. 006/2021

Aprovado:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 049/2021

1. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
1	1	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	MÊS	12	1.725,00	**20.700,00**
	2	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	MÊS	12	4.007,50	**48.090,00**
	3	LICENCIAMENTO GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	4	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12	2.862,50	**34.350,00**
	5	LICENCIAMENTO - HOLERITE WEB	MÊS	12	572,50	**6.870,00**
	6	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	MÊS	12	5.496,00	**65.952,00**
	7	LICENCIAMENTO - PORTAL DO CONTRIBUINTE	MÊS	12	572,50	**6.870,00**
	8	LICENCIAMENTO - MÓDULO REDESIM	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	9	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	MÊS	12	5.496,00	**65.952,00**
	10	LICENCIAMENTO - SIMPLES NACIONAL	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	11	LICENCIAMENTO - MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	MÊS	12	1.374,00	**16.488,00**
	12	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	MÊS	12	2.290,00	**27.480,00**
	13	LICENCIAMENTO - PORTAL DO FORNECEDOR	MÊS	12	572,50	**6.870,00**
	14	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	15	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ALMOXARIFADO	MÊS	12	572,50	**6.870,00**
	16	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE FROTAS	MÊS	12	572,50	**6.870,00**
	17	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	MÊS	12	2.061,00	**24.732,00**
	18	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE PROTOCOLO	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	19	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	MÊS	12	1.717,50	**20.610,00**
	20	LICENCIAMENTO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	21	LICENCIAMENTO - BUSINESS INTELLIGENCE	MÊS	12	1.717,50	**20.610,00**
	22	LICENCIAMENTO - PROVIMENTO DE DATA CENTER	MÊS	12	1.145,00	**13.740,00**
	23	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	SERVIÇO	1	1.717,50	**1.717,50**
	24	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	SERVIÇO	1	4.007,50	**4.007,50**
	25	IMPLANTAÇÃO – GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	SERVIÇO	1	1.120,00	**1.120,00**
	26	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	SERVIÇO	1	2.862,50	**2.862,50**
	27	IMPLANTAÇÃO – HOLERITE WEB	SERVIÇO	1	572,50	**572,50**
	28	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1	5.496,00	**5.496,00**
	29	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO CONTRIBUINTE	SERVIÇO	1	572,50	**572,50**
	30	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO REDESIM	SERVIÇO	1	1.120,00	**1.120,00**
	31	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	SERVIÇO	1	5.496,00	**5.496,00**
	32	IMPLANTAÇÃO – SIMPLES NACIONAL	SERVIÇO	1	1.145,00	**1.145,00**
	33	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	SERVIÇO	1	1.374,00	**1.374,00**
	34	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	SERVIÇO	1	2.688,00	**2.688,00**
	35	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO FORNECEDOR	SERVIÇO	1	572,50	**572,50**
	36	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	SERVIÇO	1	1.145,00	**1.145,00**
	37	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ALMOXARIFADO	SERVIÇO	1	572,50	**572,50**
	38	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE FROTAS	SERVIÇO	1	572,50	**572,50**
	39	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	SERVIÇO	1	2.016,00	**2.016,00**
	40	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE PROTOCOLO	SERVIÇO	1	1.145,00	**1.145,00**
	41	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	SERVIÇO	1	1.717,50	**1.717,50**
	42	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	SERVIÇO	1	1.145,00	**1.145,00**
	43	IMPLANTAÇÃO – BUSINESS INTELLIGENCE	SERVIÇO	1	1.717,50	**1.717,50**
	44	IMPLANTAÇÃO – PROVIMENTO DE DATA CENTER	SERVIÇO	1	1.120,00	**1.120,00**
					VALOR TOTAL DO LOTE R$	**515.389,00**

Lizandra Bertolini
Pregoeiro (a)
Decreto Municipal Nº. 006/2021

Aprovado:

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA Nº: 049/2021

1. CONSULTA AO BANCO DE PREÇOS RADAR

☐ FORMAÇÃO DE PREÇO COM CONSULTA AO BANCO DE PREÇO PÚBLICO/MT (RADAR), FAZENDO PARTE DO PRESENTE PREÇO DE REFERENCIA.

☑ FORMAÇÃO DE PREÇO COM CONSULTA AO BANCO DE PREÇO PÚBLICO/MT (RADAR), POREM NÃO CONSTA OS REFERIDOS ITENS.

☐ ERRO APRESENTADO PELO SITE radardeprecos.tce.mt.gov.br/. CONFORME SEGUE EM ANEXO.

☐ CONTEM ITENS NO RADAR, POREM, NÃO ATENDE OS REQUISITOS DE COTAÇÕES COM PRAZOS ANTERIORES HÁ 6 (SEIS) MESES, CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA.

☐ RESULTADO DA PESQUISA DO PAINEL DO RADAR IMPRESSO OU DIGITAL EM ANEXO.

Observações:

Lizandra Bertolini
Pregoeiro (a)
Decreto Municipal Nº. 006/2021

ANEXO III

(Papel Timbrado da Empresa)

PROPOSTA DE PREÇO

Licitação: Nº 029/2021 **Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE **Consumidor: Município de Paranaíta – MT.**
Licitante:_____CNPJ.:_____ Tel Fax: (__) _____
E-mail:_____Tel. Celular: (_____)_____Endereço: _____
Conta Corrente:_____ Agência:_____ Banco: _____

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
1	1	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	MÊS	12		
	2	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	MÊS	12		
	3	LICENCIAMENTO GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	12		
	4	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12		
	5	LICENCIAMENTO - HOLERITE WEB	MÊS	12		
	6	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	MÊS	12		
	7	LICENCIAMENTO - PORTAL DO CONTRIBUINTE	MÊS	12		
	8	LICENCIAMENTO - MÓDULO REDESIM	MÊS	12		
	9	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	MÊS	12		
	10	LICENCIAMENTO - SIMPLES NACIONAL	MÊS	12		
	11	LICENCIAMENTO - MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	MÊS	12		
	12	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	MÊS	12		
	13	LICENCIAMENTO - PORTAL DO FORNECEDOR	MÊS	12		
	14	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	MÊS	12		
	15	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ALMOXARIFADO	MÊS	12		
	16	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE FROTAS	MÊS	12		
	17	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	MÊS	12		
	18	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE PROTOCOLO	MÊS	12		
	19	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	MÊS	12		
	20	LICENCIAMENTO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12		
	21	LICENCIAMENTO - BUSINESS INTELLIGENCE	MÊS	12		
	22	LICENCIAMENTO - PROVIMENTO DE DATA CENTER	MÊS	12		
	23	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	SERVIÇO	1		
	24	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	SERVIÇO	1		
	25	IMPLANTAÇÃO – GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	SERVIÇO	1		
	26	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	SERVIÇO	1		
	27	IMPLANTAÇÃO – HOLERITE WEB	SERVIÇO	1		
	28	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1		
	29	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO CONTRIBUINTE	SERVIÇO	1		
	30	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO REDESIM	SERVIÇO	1		
	31	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	SERVIÇO	1		
	32	IMPLANTAÇÃO – SIMPLES NACIONAL	SERVIÇO	1		
	33	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	SERVIÇO	1		
	34	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	SERVIÇO	1		
	35	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO FORNECEDOR	SERVIÇO	1		
	36	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	SERVIÇO	1		
	37	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ALMOXARIFADO	SERVIÇO	1		
	38	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE FROTAS	SERVIÇO	1		

	39	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	SERVIÇO	1		
	40	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE PROTOCOLO	SERVIÇO	1		
	41	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	SERVIÇO	1		
	42	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	SERVIÇO	1		
	43	IMPLANTAÇÃO – BUSINESS INTELLIGENCE	SERVIÇO	1		
	44	IMPLANTAÇÃO – PROVIMENTO DE DATA CENTER	SERVIÇO	1		
VALOR TOTAL DO LOTE R$						

Total da Proposta R$ ..... (por extenso)

CONDIÇOES GERAIS

a) A PROPONENTE declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a Minuta de Ata de Registro de Preço/Contrato administrativo que o integra e concorda com o Termo de Referência e demais Anexos deste Edital de Pregão Presencial n.º 029/2021.

b) A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, conforme estabelecido no edital.

DECLARAÇÃO DE PREÇO

a) Declaramos que a empresa _____ se compromete a executar completa e corretamente os serviços e/ou entrega de materiais, de acordo com o preconizado no Edital do Pregão Presencial n.º 029/2021 e seus anexos e na forma da documentação fornecida pelo Município.

Data e Local

_____

NOME
CARGO
CPF/RG
Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

(Papel timbrado da empresa)

MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Prezado Pregoeiro (a),

Pela presente, designamos o Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de _____ e CPF nº _____ como representante legal no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº 029/2021, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Local e Data

Atenciosamente,

_____
Nome do Representante Legal da Empresa Outorgante
(cargo e CPF)

***** ASSINATURA COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**

ANEXO V

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa (empresa licitante) _____ localizada à _____, com Inscrição Estadual sob nº _____ e CNPJ sob nº _____ com sede na _____, fornece/forneceu os itens relacionados abaixo, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra a mesma nenhum registro que a desabone.

Relação dos itens:

_____

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos jurídicos.

Local e Data

_____
Assinatura do Representante Legal da Empresa

_____
Nome Completo e CPF do Representante Legal da Pessoa Jurídica emitente deste atestado

_____
Cargo / Dados da Pessoa Jurídica Emitente (Razão Social, CNPJ, Endereço e Telefone)

ANEXO VI

(Papel timbrado da empresa)

(Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação)

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Prezado Pregoeiro (a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____ e do CPF nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
Nome por extenso do Representante legal
CARGO
RG E CPF

ANEXO VII

(Papel timbrado da empresa)

(MODELO)

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____ e Inscrição Estadual nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____e do CPF nº. _____, DECLARA em atendimento ao previsto no item 9.6 do Edital de Pregão Presencial nº 029/2021 e art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste Pregão.

Por ser expressão da verdade firmo a presente declaração.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
Nome por extenso do Representante legal
CARGO
RG E CPF

***** ENTREGAR FORA DOS ENVELOPES**

ANEXO VIII

(Papel timbrado da empresa)

(MODELO)

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

A empresa _____inscrita no CNPJ nº._____ e Inscrição Estadual nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
Nome por extenso do Representante legal
CARGO
RG E CPF

ANEXO IX

(Papel timbrado da empresa)

(MODELO)

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____ e Inscrição Estadual nº._____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____ e do CPF nº. _____, e para os fins de cumprimento do exigido no Pregão Presencial nº. 029/2021, DECLARA que tem pleno conhecimento deste Edital e seus Anexos, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração de sua proposta comercial, declarando por fim, que aceita e submete-se a todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
Nome por extenso do Representante legal
CARGO
RG E CPF

ANEXO X

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° ____/2021

"O MUNICÍPIO DE PARANAITA/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 055/2021, PREGÃO PRESENCIAL: N° 029/2021, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT, e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE PARANAITA

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE PARANAITA - MT,** inscrita no CNPJ/MF n. 03.239.043/0001-12, com sede Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78590-000, neste Município de Paranaíta/MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Antônio Moreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranaíta – MT, portador da Cédula de Identidade nº. 860-219 SSI/SC e CPF nº 345.480.179-68, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021, **RESOLVE registrar os preços** da(s) empresa(s) _____, inscrita no CNPJ_____, estabelecida a _____, e-mail: () Telefone; ( )representada neste ato pelo seu(ua) _____, Sr(a)_____,_____ de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3555/00, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Decreto 7892/2013 de 23/01/2013 alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018, Lei Municipal nº 420/2006, Decreto Municipal nº. 153/2009, Decreto Municipal nº. 259/2019 reeditado, Lei Complementar Municipal nº. 011/2009, Decreto Municipal nº 388/2015, Decreto Municipal nº 119/2006 e demais normas vigentes que regem a aquisição pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preço para futura e eventual contratação por prazo determinado de empresa especializada em Software de Gestão Pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação), com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em gestão do planejamento PPA/LDO/LOA e orçamento, gestão da contabilidade e tesouraria, geração de informação para prestação de contas, gestão de recursos humanos e folha de pagamento, holerite web, gestão da tributação municipal, portal do contribuinte, módulo redesim, gestão do ISSQN com emissão de NFS-E, simples nacional, módulo fiscalização tributária, gestão de compras e licitação, portal do fornecedor, gestão do patrimônio público, gestão de almoxarifado, gestão de frotas, gestão de abastecimentos, gestão de protocolo, gestão de agua e saneamento, portal da transparência, business intelligence, provimento de data center, tudo isso com pleno atendimento à Lei nº. 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT**, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de preços;

6.3.01. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO DE PARANAITA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

6.4. O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL	FORNECEDOR
1	1	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	MÊS	12			
	2	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	MÊS	12			
	3	LICENCIAMENTO GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	12			
	4	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12			
	5	LICENCIAMENTO - HOLERITE WEB	MÊS	12			
	6	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	MÊS	12			
	7	LICENCIAMENTO - PORTAL DO CONTRIBUINTE	MÊS	12			
	8	LICENCIAMENTO - MÓDULO REDESIM	MÊS	12			
	9	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	MÊS	12			
	10	LICENCIAMENTO - SIMPLES NACIONAL	MÊS	12			
	11	LICENCIAMENTO - MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	MÊS	12			
	12	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	MÊS	12			
	13	LICENCIAMENTO - PORTAL DO FORNECEDOR	MÊS	12			
	14	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	MÊS	12			
	15	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ALMOXARIFADO	MÊS	12			
	16	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE FROTAS	MÊS	12			
	17	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	MÊS	12			
	18	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE PROTOCOLO	MÊS	12			
	19	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	MÊS	12			
	20	LICENCIAMENTO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12			
	21	LICENCIAMENTO - BUSINESS INTELLIGENCE	MÊS	12			
	22	LICENCIAMENTO - PROVIMENTO DE DATA CENTER	MÊS	12			
	23	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	SERVIÇO	1			
	24	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	SERVIÇO	1			
	25	IMPLANTAÇÃO – GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	SERVIÇO	1			
	26	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	SERVIÇO	1			
	27	IMPLANTAÇÃO – HOLERITE WEB	SERVIÇO	1			
	28	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1			
	29	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO CONTRIBUINTE	SERVIÇO	1			
	30	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO REDESIM	SERVIÇO	1			
	31	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	SERVIÇO	1			
	32	IMPLANTAÇÃO – SIMPLES NACIONAL	SERVIÇO	1			
	33	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	SERVIÇO	1			
	34	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	SERVIÇO	1			
	35	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO FORNECEDOR	SERVIÇO	1			
	36	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	SERVIÇO	1			
	37	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ALMOXARIFADO	SERVIÇO	1			
	38	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE FROTAS	SERVIÇO	1			
	39	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	SERVIÇO	1			
	40	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE PROTOCOLO	SERVIÇO	1			
	41	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	SERVIÇO	1			

42	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	SERVIÇO	1			
43	IMPLANTAÇÃO – BUSINESS INTELLIGENCE	SERVIÇO	1			
44	IMPLANTAÇÃO – PROVIMENTO DE DATA CENTER	SERVIÇO	1			

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da (s) Secretaria (s) Municipal (is) solicitante (s) e serão empenhadas nas seguintes rubricas orçamentárias:

05.001.04.122.0004.2009.3.3.90.40.01.00 – Sec. de Administração, Meio Ambiente e Mineração;

2.2. O(s) Programa (s) de Trabalho e Elemento (s) de Despesa (s) constará (ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no instrumento convocatório;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 (doze) meses, tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Paranaíta/MT, não podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013, salvo se advir contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência da Ata de Registro de Preço, que reger-se-á pelas normas estampadas neste edital e Lei de Licitações, podendo ter novo prazo estimado, consoante art. 57 da Lei 8.666/93 e Resolução de Consulta nº 056/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

3.2. Aplica-se ao contrato administrativo advindo da ata de registro de preço para serviços contínuos a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 89666/93;

3.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referencia, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

4.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Paranaíta/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.14. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.15. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.16. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.17. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.18. A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

DO PRAZO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

A empresa Contratada/Adjudicatária fica obrigada ainda ao que se segue:

O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.2.15. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.
6.2.16. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
6.2.17. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do Contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.
6.2.18. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos/serviços, fixando prazo para sua correção.
6.2.19. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução das mesmas.
6.2.20. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste Edital.
6.2.21. A CONTRATANTE coloca-se no direito de logo após a realização do Registro de Preços, proceder a contratação imediata de total ou parcial do objeto licitado.

6.3. A empresa Contratada/Adjudicatária fica obrigada ainda ao que se segue:

A presente licitação é composta por um lote único, composto por "quarenta e quatro itens" os quais são dispostos conforme o segmento técnico e apresentam relação direta entre si de forma a preservar o andamento dos trabalhos, evitando descompassos na contratação dos serviços por diferentes empresas, e garantindo a compatibilidade entre os itens, além de atenuar o custo administrativo de gerenciamento do processo.

A descrição detalhada, contendo as especificações e as quantidades dos serviços a serem contratados, está discriminada no Termo de Referência - anexo deste Instrumento Convocatório, e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas.

Os itens e quantidades constantes do anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela contração na sua totalidade.

Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

Os Sistemas deverão funcionar de modo integrado, com número ilimitado de usuários.

Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém, a fiscalização da Prefeitura exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;

Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;

Prestar atendimento por telefone e acesso remoto;

Prestar atendimento "in loco" quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento.

Simultaneamente à entrega definitiva das Soluções informatizadas, os profissionais da contratada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema, responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento.

Havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante;

Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àqueles referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados;

Responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE;

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;

Comunicar à Administração, por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.

Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.

Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 26 deste Edital.

DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE ATENDIMENTO/SUPORTE TÉCNICO

Todo o atendimento deverá obedecer às normas da ITIL – Information Technology Infrastructure Library. A Contratada deve prestar, pelo período da execução do contrato e da implantação, os seguintes serviços de suporte ao usuário para solução de dúvidas ou de problemas e para adequação de configuração, correção de erros nos sistemas aplicativos e o suporte e o suporte oferecido pela contratada deve possuir os seguintes níveis de atendimento:

Helpdesk	Atendimento através de comunicação telefônica com serviço 0800, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada, escrita, áudio e vídeo via Internet\web, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, fóruns de discussão, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados, para esclarecimento de dúvidas operacionais, envolvendo procedimentos, processamentos, cálculos, emissão de relatórios, parametrização dos aplicativos, erros de programas, erros de banco de dados;
Serviço de Suporte Técnico	Nos casos não solucionados via Helpdesk deverá ser acionado o Setor de Suporte Avançado, que efetuará detalhadamente uma análise técnica, como checagem e auditoria no Banco de Dados, processamentos de Scripts (comandos específicos), correção de programas e envio de atualizações, se for o caso;
Atendimento "in loco":	Se ainda assim não for solucionado o problema, será gerada uma Ordem de Serviço para atendimento local, sem cobrança de custo adicional;

A Proponente deverá disponibilizar portal na internet\web de acesso da entidade, onde poderão ser solicitados os atendimentos de manutenção e consultoria técnica, bem como a solicitação de melhorias nos softwares licitados.
A fim de assessorar o Gerenciamento, o Controle e a Total Segurança do serviço prestado à entidade e integridade das informações, o suporte deve, ainda, obedecer às seguintes diretrizes, no tocante as solicitações e ao atendimento:

Os Registros devem ser realizados através de ferramenta personalizada própria, na web, e disponibilizada pela contratada, evitando-se assim, a utilização de ferramenta de uso público comum.
Possibilitar o acompanhamento por meio de tecnologia e dispositivo mobile, (smartphone e tablet) acessada por meio de app (aplicativo), onde seja possível realizar solicitações de atendimento e acompanhar todos chamados realizados, visualizando seus status para tomadas de decisão e gestão.
Os custos referentes a essa ferramenta e serviços deverá é de responsabilidade da contratada.
Os registros das solicitações deverão ser realizados em horário comercial adotado pela contratada, através de canal específico na internet\web no portal\site da contratada.
Os registros das solicitações devem ser permitidos e configurados conforme a necessidade da entidade e individualizada por usuários de cada aplicativo contratado.
As solicitações realizadas devem permitir o acompanhamento através de protocolo específico, oriundo da abertura do chamado, permitindo o seu acompanhamento via internet\web, evidenciando a fase em que se encontra a transação de atendimento.

As solicitações devem ser possibilitadas de identificar se já foram ou não iniciados o seu processo de atendimento.
As solicitações atendidas devem possibilitar a notificação do usuário a cada fase de atendimento e\ou solucionada através de mensagens, sms, chat e e-mail.
As solicitações e atendimentos realizados deverão estar disponíveis na internet\web, mediante senha de acesso, para a entidade, para que a mesma possa fazer análise, gerar relatórios e identificar situações que a levem ao controle e tomada de decisão acerca de situações do seu interesse e com maior incidência.
Possibilitar a entidade identificar os setores e usuários com maior frequência de solicitação.
Possibilitar identificar na entidade a quantidade de solicitações atendidas e pendentes por períodos, bem como o prazo de execução.
Disponibilização de um canal de atendimento 0800, tendo em vista facilitar os atendimentos e não gerar gastos com telefonia à contratante.

DA INTEGRAÇÃO

As integrações abaixo listadas são imprescindíveis, e todas devem ser disponibilizadas nos softwares ofertados, buscando a Prefeitura Municipal de Nova Paranaíta a total compatibilidade, padronização e integração entre as diversas áreas, bem como outras conveniências relacionadas à busca da qualidade administrativa.

O software das áreas contábil, tesouraria, compras, licitação, almoxarifado, patrimônio, frotas, e recursos humanos, devem ser implantados de forma integrada, em única base de dados;
Ter conceito de Cadastro Único de Pessoas: credores e funcionários;
Ter conceito de Cadastro Único de tabelas para a gestão de compras e licitações: itens, produtos, serviços, grupos, solicitações (pedido de autorização de despesa);
Ter integração de tabelas padrão, como: leis, portarias, decretos e contratos; que podem ser utilizadas em vários softwares;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive vinculando ao empenho todos os itens e serviços contratados;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive mantendo vínculo entre as licitações e contratos;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Tributos, como:
- Créditos a Receber (fase lançamento);
- Receitas (fase arrecadação); tudo em conformidade com a NBCASP e o MCASP;
- Cancelamentos (cancelamentos de guias);
- Estornos de pagamentos;

Recurso integrado entre o Sistema Tributário e o Sistema de NFS-E (Nota Fiscal de Serviços – Eletrônica), possibilitando:
- Cadastro Único de Contribuintes e Empresas;
- Controle integrado de lançamentos;
- Controle integrado de débitos, possibilitando ao Setor de Tributos a consulta de débitos conjunta (ISS, Alvará, IPTU, Dívida Ativa, entre outros);
- Único controle de Dívida Ativa;
- Certidão Negativa conjunta (ISS, IPTU, Alvará, Dívida Ativa, entre outros);

Recurso integrado que permita a Tesouraria consultar dados referentes a débitos junto a Fazenda Municipal de fornecedores / contribuintes, consultando on-line o banco de dados tributário;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, como:
- Folha de Pagamento: gerando automático os empenhos, liquidações e pagamentos (OP);
- Provisões: gerando automático as Provisões de Férias e Décimo Terceiro, conforme NBCASP;

Recurso integrado que permita o software de controle interno ler informações de outras áreas, tais como:

Compras: volume de compras por secretarias e tipos;
Licitações: volume de licitações por secretarias e tipos;
RH: número de funcionários e valores de folha;
Contabilidade: aplicação em Educação, Saúde, Folha, entre outras aplicações;
Contabilidade: receitas e despesas mensais;

Recurso integrado que permita o módulo de contratos realizar importações da área de licitações, como:

Credores e objetos licitados;
Lista de itens licitados e vinculados aos respectivos vencedores;
Dotações vinculadas aos processos licitatórios com os respectivos valores;

Recurso integrado que permita o módulo de convênios vincular aos convênios, de forma automática, os seguintes dados da contabilidade e tesouraria:

Receitas arrecadadas, oriundas do convênio;
Despesas empenhadas para o convênio;
Despesas liquidadas para o convênio;
Despesas pagas com recursos do convênio, inclusive com os respectivos dados financeiros de bancos e consignações;

Recursos integrados que permitam ao Setor de Controle de Frotas importar informações das Áreas de:

Patrimônio: manter cadastro único de Bens / Veículos;
Cadastro: manter cadastro único de Pessoas / Motoristas;
Almoxarifado: importar dados da saída de itens do almoxarifado vinculando aos respectivos veículos.
Gestão de Combustível: importar dados dos abastecimentos realizados, tais como: quantidade, motorista, tipo de combustível, odômetro, etc.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE (MÓDULOS):

PLANEJAMENTO (PPA/LDO/LOA) E ORÇAMENTO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;
Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

a)Texto;

b) Data;

c)Número inteiro;

d)Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;

Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;

Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:

Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);

Se o campo é obrigatório ou não;

Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;

A ordem do campo dentre todos os campos criados;

Se o campo é gerado em branco ou não;

O tamanho mínimo e máximo do campo;

As casas decimais mínimas e máximas do campo;

Os caracteres proibidos no campo;

O alinhamento do campo (direita ou esquerda);

O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequencias do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;

Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);

Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;

Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);

Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

- Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
- Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
- Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
- Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - ORÇAMENTO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o primeiro ano do PPA (Plano Plurianual);
Permitir parametrizar se o PPA será gerido ou não por programa temático;
Permitir parametrizar o mês para estimativa da receita;
Permitir parametrizar os percentuais para projeção de receita ao longo dos anos do PPA:

- Primeiro ano;
- Segundo ano;
- Terceiro ano;
- Quarto ano.

REQUISITOS DE CADASTROS - ORÇAMENTO

Fonte de pesquisa:
Permitir cadastrar a descrição e sigla de fontes de pesquisa.
Público alvo:

- Permitir cadastrar a descrição de públicos alvo;

Permitir vincular o público alvo com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Base geográfica:

Permitir cadastrar bases geográficas e vinculá-las com seu respectivo endereço (endereço este da base de endereços da solução, ou seja, apenas consumir uma identificação geográfica já existente).

Permitir desvincular o endereço da base geográfica caso este registro não esteja sendo utilizada em alguma ação de governo.

Fator de risco:

Permitir cadastrar a descrição do fator de risco e apontar por flag se este risco é fiscal ou não.

Unidade de medida:

Permitir cadastrar unidade de medida com sua descrição, sigla e grandeza para ser utilizada nos programas de governo;

Permitir implementar controle de vigência nas unidades de medida;

Permitir vincular à unidade de medida códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Indicador:

Permitir cadastrar indicadores com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar indicadores com sua descrição, fonte de pesquisa, norma jurídica (lei), unidade de medida, forma de apuração e público alvo;

Permitir vincular o indicador com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Programa de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar programas de governo com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar programas de governo com sua descrição, o tipo de programa, sua natureza, os recursos utilizados, a base geográfica, a norma jurídica, detalhamento, data prevista de início e data prevista de finalização do programa;

Permitir controlar programas de governo por vigência (programas de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Indicadores:

Permitir vincular indicadores nos programas de governo ativando estes indicadores para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar o indicador, forma de apuração, unidade de medida, índice de referência e evolução do indicador.

Objetivos:

Permitir vincular objetivos nos programas de governo ativando estes objetivos para determinados Planos Plurianuais.

Permitir informar o código do objetivo vinculado ao programa de governo.

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, órgão e unidade responsável pelo objetivo, objetivo de desenvolvimento sustentável e objetivo do milênio.

Caso o PPA trabalhe com o modelo por programa temático permitir vincular:

Iniciativas:

Permitir informar o código e detalhamento da iniciativa.

Metas temáticas:

Permitir informar o código, descrição, órgão e unidade responsável e data de término da meta temática;
Permitir informar indicadores da meta temática com base geográfica, indicador, unidade de medida e valor.

Ação de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar ações de governo com a possiblidade de digitar seu código;
Permitir cadastrar ações de governo com sua descrição, tipo da ação, tipo de execução, natureza da ação, norma jurídica (lei), base geográfica, sigla, detalhamento e objetivo;
Permitir controlar ações de governo por vigência (ações de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Produto:

Permitir vincular os produtos nas ações de governo ativando estes produtos para determinados Planos Plurianuais;
Permitir detalhar a descrição, detalhamento, unidade de medida e valor;
Permitir vincular os produtos com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Fator de risco:

Permitir vincular fatores de risco, ação predecessora, peso e justificativa a ação de governo.

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de arvore recursiva;
Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;
Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento, desdobramento e detalhamento;
Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;
Permitir informar o nível de execução da natureza de despesa:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;
Permitir controlar natureza de receita por vigência;
Permitir informar o nível de execução da natureza de receita:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;

Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.

Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;

Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:

Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – PPA (PLANO PLURIANUAL)

Permitir gerenciar informações do PPA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a PPA;

Permitir o acompanhamento da elaboração do PPA em tempo real:

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real por painel gráfico de resumo por parciais de receita x despesa dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro dos quatro (4) anos do PPA;

Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo.

Permitir acesso rápido a relatórios do PPA por painel de relatórios;

Permitir controlar na fase de elaboração do PPA:

Permitir iniciar elaboração do PPA;

Permitir replicar dados de PPAs anteriores;

Permitir excluir elaboração do PPA e reiniciar;

Permitir previsão de arrecadação de receitas:

Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de receita;

Permitir em um único formulário o lançamento de todas as operações de receita:

Receita;
Dedução;
Restituição;
Isenção;
Anistia;
Compensação.

Permitir em um único formulário informar os valores da receita dos quatro (4) anos do PPA;

Calcular automaticamente a parcial da receita conforme lançamento (receita x deduções);

Permitir em um único formulário o detalhamento das fontes de recurso da receita;

Calcular automaticamente que as somatórias dos percentuais das fontes de recursos das receitas não sejam superiores a 100%;
Permitir carregar automaticamente as fontes de recurso das operações dedutoras da receita.
Permitir fixar despesas:
Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de despesa;
Permitir informar as metas físicas da despesa;
Permitir compor a funcional programática a partir de cada um de seus elementos;
Permitir em um único formulário informar os valores da despesa por fontes de recurso dos quatro (4) anos do PPA.
Permitir encerrar elaboração do PPA e gerar projeto de lei.
100.Permitir controlar na fase de projeto de lei do PPA:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no PPA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas no PPA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA.
Permitir controlar na fase de lei do PPA:
Permitir controle de exclusão da lei do PPA;
Permitir controle de alterações da lei da PPA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS)

Integração com o PPA através de todos os cadastros realizados;
Permitir gerenciar informações da LDO a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LDO;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LDO em tempo real:
- Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
- Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
- Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
- Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.

Permitir acesso rápido a relatórios do LDO por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LDO:
- Permitir iniciar elaboração do LDO;
- Permitir replicar dados de LDOs anteriores;
- Permitir excluir elaboração do LDO e reiniciar;
- Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
  - Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
  - Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
  - Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
- Permitir detalhar valores de despesas:
  - Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
  - Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
  - Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).
- Permitir encerrar elaboração da LDO e gerar projeto de lei.

Permitir controlar na fase de projeto de lei do LDO:
- Permitir controle de emendas:
  - Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LDO.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LDO antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LDO.
Permitir controlar na fase de lei da LDO:
Permitir controle de exclusão da lei do LDO;
Permitir controle de alterações da lei da LDO:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LDO;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.
Exportação automática das informações para a LOA.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL)

Integração com o LDO através de todos os cadastros realizados;

Permitir gerenciar informações da LOA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LOA;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LOA em tempo real:
- Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
- Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
- Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
- Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.

Permitir acesso rápido a relatórios do LOA por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LOA:
- Permitir iniciar elaboração do LOA;
- Permitir replicar dados de LOAs anteriores;
- Permitir excluir elaboração do LOA e reiniciar;
- Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
  - Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
  - Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
  - Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
- Permitir detalhar valores de despesas:
  - Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LOA forem no mesmo nível;
  - Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
  - Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).
- Permitir encerrar elaboração da LOA e gerar projeto de lei.

Permitir controlar na fase de projeto de lei do LOA:
- Permitir controle de emendas:
  - Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
    - Em andamento:
      - Emenda foi criada e está em alteração;
    - Efetivada:
      - Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LOA.
    - Cancelada:
      - Emenda em andamento foi cancelada.
  - Permitir alterar receitas por emenda;
  - Permitir alterar despesas por emenda;
  - Permitir alterar ações de governo por emenda;
  - Permitir alterar programas de governo por emenda;
  - Permitir visualizar o impacto das emendas na LOA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
- Permitir controle de exclusão projeto de lei;
- Permitir controle de rejeição projeto de lei;
- Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LOA.

Permitir controlar na fase de lei da LOA:
Permitir controle de exclusão da lei do LOA;
Permitir controle de alterações da lei da LOA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LOA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – METAS E RISCOS FISCAIS

Permitir gerenciar informações de metas e riscos fiscais a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a metas e riscos fiscais;
Permitir iniciar o lançamento de metas e riscos fiscais;
Permitir informar dados e parâmetros para projeções de metas físicas:
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) real (crescimento % anual);
Permitir lançar valor para taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual);
Permitir lançar valor para câmbio (R$/US$ - Final do ano);
Permitir lançar valor para inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação;
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) do Estado;
Permitir lançar valor para dívida fiscal líquida;
Permitir lançar valor para receita corrente líquida (RCL) executada no ano anterior;
Permitir lançar valor para fator % de atualização da RCL para o ano logado;
Permitir lançar valor para receitas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas);
Permitir lançar valor para despesas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas).
Permitir lançar os valores de receitas (orçamento e realizado) manualmente;

Permitir lançar os valores de receitas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de despesas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de despesas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de dívida pública (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de dívida pública prevista dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar valores de evolução do patrimônio líquido:
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Patrimônio/Capital;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Reservas;
- Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Resultado acumulado.

Permitir lançar valores da DOCC (despesa obrigatória de caráter continuado);
- Permitir lançar valores de aumento permanente da receita;
- Permitir lançar valores de transferências constitucionais e de transferências do FUNDEB;
- Permitir lançar valores da redução permanente da despesa;
- Permitir lanças novas DOCC;
  - Permitir vincular qual despesa da LDO é referente à DOCC;
  - Permitir lançar compensações para a DOCC.
- Permitir informar notas e observações para cada tipo de valor da DOCC;
- Permitir calcular a margem bruta e líquida da expansão da DOCC.

Permitir lançar valores para renúncia de receita:
- Permitir indicar qual norma jurídica ampara a estimativa de renúncia de receita;
- Permitir indicar de qual Receita planejada na LDO está se estimando renunciar;
- Permitir detalhar os tributos que se estima renunciar;
- Permitir detalhar os beneficiários com a estimativa de renúncia;
- Permitir lançar compensações para a estimativa de renúncia.

Permitir lançar valores de compensações:
- Permitir cadastrar compensações que podem ser vinculadas às novas DOCC ou às estimativas de renúncia de receita;
- Permitir definir um valor máximo que pode ser compensado;
- Permitir visualizar todos os locais de consumo do saldo da compensação.

Permitir lançar estimativas de impacto:
- Indicando a origem da estimativa (criação/expansão de despesas obrigatórias ou criação/expansão de ações de governo);
- Indicando qual Ação de governo ou DOCC especificamente tiveram impacto;
- Importando as estimativas de impacto diretamente do cadastro de Novas DOCC;
- Indicando o arquivo com a autorização do ordenador da despesa.

Permitir lançar riscos fiscais:
- Permitir lançar os tipos de riscos fiscais, indicando se é um passivo contingente ou não;
- Permitir informar a estrutura orçamentária (órgão) que se visualiza o risco fiscal;
- Permitir informar qual ação de governo está sujeita ao risco fiscal;
- Permitir informar qual Receita planejada na LOA está sujeita ao risco fiscal;
- Permitir informar as providências que serão adotadas caso o risco fiscal se concretize durante a execução do orçamento.

Permitir lançar situação financeira do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social);
Permitir lançar projeção atuarial do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social):
- Permitir realizar o cadastro de reprojeções atuariais do RPPS;

Permitir lançar projeções atuariais do plano previdenciário do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano financeiro do RPPS;
Permitir lançar valores de recursos de alienação de ativos;
Permitir excluir o lançamento de metas e riscos fiscais.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE COMISSÕES

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE LEIS

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:
Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS

Relatórios do PPA:
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do PPA;
Possuir demonstrativo de receitas do PPA;
Possuir demonstrativo de despesas do PPA;
Possuir demonstrativo de programas, indicadores e ações do PPA.
Relatórios do LDO:
Possuir demonstrativo de equilíbrio das fontes da LDO;
Possuir Anexo 3 – Metas e Prioridades.
Relatórios da LOA:
Possuir anexos da lei 4.320/64:
Possuir anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
Possuir anexo 2 - Demonstração da natureza de despesa por órgão e unidade;
Possuir anexo 2 - Demonstração da receita por categoria econômica;
Possuir anexo 6 - Demonstração da despesa por programa de trabalho despesas por órgão e unidade;
Possuir anexo 7 - Demonstração de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas e fontes de recursos;
Possuir anexo 9 - Demonstração da despesa por órgãos e funções.
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do LOA;
Possuir demonstrativo de plano de aplicação dos fundos especiais;
Possuir demonstrativo de programa anual de trabalho do governo em termos de realizações;
Possuir demonstrativo de quadro das dotações por órgão do governo e da administração;
Possuir demonstrativo de quadro discriminativo da receita por fontes e respectivas legislações;

Possuir demonstrativo de sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.

CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;

Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - CONTABILIDADE

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir indicar na parametrização o plano de contas contábeis utilizado pelo cliente;
Permitir indicar na parametrização o tipo padrão de empenho utilizado pelo cliente (estimativo, global ou ordinário);
Permitir controlar na parametrização a liberação de execução orçamentária por exercício realizando diversas validações com objetivo de garantir que todas as estruturas padrões e rotinas contábeis estejam corretas antes de iniciar o exercício de trabalho:

A previsão da Receita orçamentária está completa e com o devido valor total para esse ano;
A programação financeira de cada receita orçamentária está completa e com os devidos valores distribuídos por mês;
A fixação da despesa orçamentária (Dotações) está completa e com o devido valor para este ano;
O Cronograma de desembolso da despesa de cada dotação orçamentária está completo e com os devidos valores distribuídos por mês;
A configuração do controle de cotas da despesa (caso a UG vá controlar), envolvendo as devidas dotações, está definida para este ano;
A configuração de numeração de empenhos e sequenciais da contabilidade está definida para este ano;
Existe um bloqueio de movimentação contábil com data igual ou menor que 01/01/ano logado.

Permitir controlar na parametrização as preferências de usuários com relação a funcionalidade de gerenciamento de empenhos:

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de empenhos após o salvamento de um empenho:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Abrir a tela para adicionar nova “Em liquidação” do empenho salvo;
Abrir a tela para adicionar nova “Liquidação” do empenho salvo;
Limpar a tela para lançar um novo empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de liquidações de empenhos após o salvamento de uma liquidação:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar uma nova liquidação para o mesmo empenho;
Voltar para tela de seleção de empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de pagamentos de empenhos após o salvamento de um pagamento:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar um novo pagamento para a mesma liquidação;
Voltar para tela de seleção de empenho para pagamento.

Parametrizações para LRF (Lei de responsabilidade fiscal)

REQUISITOS DE CADASTROS – CONTABILIDADE

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

- Tipo da lei;
- Esfera governamental;
- Número e ano da lei;
- Data de aprovação;
- Período de vigência.
- Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
- Permitir controlar alterações da lei.

Cadastrar os tipos de operações da receita orçamentária;

Fonte de recurso:

- Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;
- Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
- Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.
- Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;
- Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:
  - Nível PPA;
  - Nível LDO;
  - Nível LOA;
  - Nível LOA execução.

Possuir o cadastro de fundos contábeis, os quais possam ser agrupadores de lançamentos de receitas, despesas, movimentos financeiros e patrimoniais exclusivos do respectivo fundo contábil, permitindo a extração de dados e emissão de relatórios exclusivos do fundo.

REQUISITOS DE ESTRUTURAS PADRÕES – CONTABILIDADE

Os planos de contas da receita, da despesa e contábil deverão ser aqueles definidos com base em exigências do Tribunal de Contas do Estado, não podendo haver tabelas de correlações entre outros planos com o do referido Estado, facilitando, assim, o entendimento e a operacionalização do sistema;

Natureza de despesa:

- Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de árvore recursiva;
- Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
- Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;
- Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento e desdobramento;
- Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;
- Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de despesa:
  - Analítica;
  - Nível PPA;

Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;
Permitir controlar natureza de receita por vigência;
Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de receita:

Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – ORÇAMENTO

Cadastrar a estrutura orçamentária por meio de estrutura de árvore recursiva, com controle de início e fim de vigência, permitindo informar o código do Órgão e tipo de órgão junto ao TCE;
Cadastrar as fontes de pesquisas;
Cadastrar os públicos alvos, permitindo informar o código do público alvo junto ao TCE;
Cadastrar as bases geográficas com vínculos de endereços;
Cadastrar os fatores de riscos;
Cadastrar as unidades de medidas;
Cadastrar os indicadores informando o código dos indicadores junto ao TCE;
Cadastrar os programas de governo com seus indicadores e objetivos, inclusive os programas do tipo temáticos;
Cadastrar as ações de governo com seus produtos e fatores de riscos;
Cadastrar as dotações orçamentárias, inclusive identificando-as por código reduzindo, fazendo a junção dos seguintes elementos:

Estrutura orçamentária;
Função e subfunção;
Programa e ação;
Natureza de despesa;
Fonte de recursos;
Esfera orçamentária;
Fundo, se for o caso;
Valor fixado.

Distribuir os valores da programação financeira da receita possibilitando calcular com base:

Divide valor previsto por doze meses;
Distribuir valor previsto a partir dos percentuais da rec. arrecadada em anos anteriores.

Gerar o cronograma de desembolso orçamentário possibilitando determinar o percentual de contingenciamento e calcular com base:

Divide valor fixado (menos a reserva) por doze meses;
Distribuir despesa a partir dos percentuais da receita arrecadada em anos anteriores;

Permitir fazer a configuração de controle de cotas da despesa possibilitando selecionar as dotações e calcular com base em valores:

Semestral;
Quadrimestral;
Trimestral;
Bimestral;
Mensal.

Permitir gerenciar antecipações e prorrogações de saldo de cotas orçamentárias.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Possuir controle de alterações orçamentárias que possam ser inseridas no software, simulados os valores, realizar a emissão de relatórios de impacto orçamentário para apreciação antes da efetivação das alterações simuladas, de forma que os valores somente influenciem efetivamente nos saldos orçamentários quando a alteração for aprovada.

Possibilitar o lançamento de trâmites, com valores e incremento das informações no projeto/simulação da alteração orçamentária, até que se decida cancelar ou aprovar/efetivar a mesma.

Permitir realizar alterações orçamentárias dos tipos:

Crédito suplementar de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 7 e 41;
Crédito especial de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Crédito extraordinário de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Remanejamento orçamentário de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transposição orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transferência orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;

Permitir realizar transferências/realocações de saldos entre fontes de recursos das dotações orçamentárias.

Permitir, sob parametrização opcional da entidade, a liberação de acréscimos orçamentários para posterior fechamento do decreto de alteração orçamentária, controlando os valores liberados para execução.

Permitir as devidas vinculações dos controles de origem do recurso do crédito, como Superávit financeiro, Excesso de arrecadação, Operação de crédito, Anulação de saldo de dotação, Reserva de contingência ou Recurso sem despesa oriundo de veto.

Controlar o equilíbrio dos valores entre os créditos e a respectiva origem do recurso do crédito.

Controlar lançamento de acréscimo de receita prevista referente a excesso de arrecadação.

Possibilitar o cancelamento do projeto/simulação de alteração orçamentária para que a mesma não influencie no orçamento em execução, possibilitando a realização das simulações sem prejuízo ao controle de saldos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – INICIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

Possuir controle de cadastros de vigência contínua, sem a necessidade de recadastro ou importação de cadastros de um exercício para o próximo, por exemplo contas bancárias, contas extra orçamentárias, ou quaisquer cadastros.

Possuir controle dos saldos das contas bancárias, caixa, contas extra orçamentárias entre outros saldos lineares de forma contínua, sem a necessidade de informar os saldos de um exercício no início do próximo.

Possuir controle de vigência da execução do PPA ao longo dos seus quatro anos de vigência, permitindo a geração da LDO e em seguida da LOA a partir dos dados do PPA cadastrado uma única vez.

Possuir rotinas automáticas de cálculo dos saldos atuais dos diversos tipos de controle que necessitam gerar lançamentos contábeis de abertura do exercício, como contas bancárias, contratos, convênios, saldos extra orçamentários, bens patrimoniais, estoque, etc.

Possuir verificação e alertas ao usuário quando da tentativa de liberar a execução orçamentária do exercício, para que todas as parametrizações necessárias estejam registradas no sistema para garantir seu funcionamento conforme os parâmetros definidos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Permitir cadastrar o tipo de operação da receita orçamentária informando seu respectivo tipo de dedução;

Permitir importar as receitas orçamentárias do Orçamento (LOA - Lei Orçamentária Anual) quando o cliente trabalhar com módulo de Orçamento Público da prestadora;

Permitir cadastrar receita orçamentária por exercício informando: natureza de receita, tipo de operações da receita, fontes de recurso e deduções previstas;

Permitir arrecadar manualmente receita orçamentária controlando: dados financeiros, fontes de recurso e descontos, baixando o crédito patrimonial de arrecadação quando controlado;

Permitir anular a arrecadação manual de receita orçamentária controlando: dados da anulação, fontes de recurso, dados financeiros e descontos anulados;

Possuir operação para a realização da importação das receitas junto à tributação municipal, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, realizando automaticamente os lançamentos de receita na contabilidade, realizando tratamento individualizado para reconhecimento e arrecadação da receita, importando valores de lançamentos, baixas por arrecadação, cancelamentos e inscrição em dívida ativa em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor público);

Possuir operação para a realização de importação dos valores referentes a atualização (juros, multas e correções) dos créditos do setor tributário, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, permitindo que o valor contábil seja sempre atualizado conforme as correções ocorridas na tributação e desta forma atendendo o regime de competência contábil e NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

Para a importação citada no item anterior deve ser possível realizar diariamente ou conforme a necessidade da entidade, sendo que ao gerar o movimento de um dia o sistema deverá calcular os valores anteriores que ainda não tenham sido importados e manter o débito atualizado;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Permitir pré-empenhar a despesa garantindo saldos de dotação e preenchimento automático de todos os dados da despesa, seja oriunda de compra, de pessoal, de dívida fundada ou de outras origens de despesa.

Permitir o controle de saldos eficiente de dotações considerando movimentos, alterações orçamentárias, reservas e controles de cotas da despesa.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de notas de empenho para casos em que o usuário tem vários empenhos a serem cadastrados.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de todas as etapas da despesa de notas de empenho, liquidação e pagamentos para casos em que o usuário tenha várias despesas a serem empenhadas, liquidadas e pagas sequencialmente.

Permitir a consulta completa de todo o histórico do empenho em seu cadastro, exibindo a lista dos registros de despesa em liquidação, das liquidações, dos pagamentos e os montantes das respectivas anulações.

Permitir toda a consulta histórica ao longo dos anos de cada etapa da despesa a partir da tela de cadastro de empenho, conforme citado acima, mesmo quando consultado um empenho antigo, em exercícios anteriores, referente a restos a pagar.

Permitir registrar os lançamentos de cada etapa da despesa a partir da aplicação de cadastro do empenho, sem a necessidade de acessar outras aplicações no menu da solução.
Permitir a inclusão de pagamentos a partir da liquidação do empenho, realizando de forma fácil e automática a vinculação entre as duas etapas da despesa.
Controlar os saldos de transição entre cada etapa da despesa, das contas financeiras e contas extra orçamentárias nas consignações e pagamentos.
Permitir a consulta simultânea dos lançamentos contábeis realizados ao concluir a inclusão de cada etapa da despesa.
Permitir a emissão dos documentos de nota de empenho, liquidação e pagamento a partir das respectivas telas de cadastros.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Permitir o cadastro de conta de depósito extraorçamentário onde é possível definir; o código da conta, descrição, tipo da conta, natureza do saldo, se permite saldo negativo, se permite consignação ou pagamento agregado, o credor preferencial, se é vinculada a fundo e sua vigência;
Permitir lançar movimento de depósito extraorçamentário controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extra, fonte de recurso, tipo do movimento financeiro (entrada ou saída), valor, descrição, credor e dados financeiros;
Permitir emitir o comprovante de pagamento de movimento de depósito extraorçamentário de forma individual ou em massa;
Permitir lançar nota de despesa extraorçamentária controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extraorçamentária, fonte de recurso, descrição e credor, selecionando retenções envolvidas para compor a nota de despesa extraorçamentária.
Permitir o pagamento da nota de despesa extraorçamentária, informando consignações ou pagamentos agregados e dados financeiros;
Permitir emitir a nota de despesa extraorçamentária de forma individual ou em massa;
Garantir controle de restos a pagar processados e não processados, em contas separadas por exercício;
Inscrição automática de restos a pagar de empenhos que apresentarem saldo ao final do exercício, para posterior liquidação ou cancelamento, procedimentos a serem feitos de acordo com a legislação;
Permitir a exclusão de inscrição de restos a pagar respeitando consistências e validações;
Permitir o lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP;
Permitir a anulação do lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP.
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de despesa em liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de ordem de pagamento de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de pagamento de restos a pagar;
Permitir o cancelamento de restos a pagar, respeitando consistências e validações, com emissão de nota de cancelamento de restos a pagar;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – TESOURARIA (SISTEMA FINANCEIRO)

Permitir cadastrar o tipo de documento financeiro e sua respectiva operação (débito ou crédito);
Permitir cadastrar o tipo de aplicação financeira;
Permitir cadastrar as contas caixa da unidade gestora;
Permitir cadastrar as contas bancárias da unidade gestora controlando; banco, agência, número da conta, dígito verificador, se a conta é vinculada, a descrição, a natureza do recurso;
Permitir cadastrar vários tipos de conta para cada conta bancária, indicando qual o tipo principal para cada conta bancária e controlando a situação e o saldo de cada tipo individualmente;

Permitir informar especificidades da aplicação financeira quando o tipo da conta for de aplicação, como tipo de aplicação financeira e prazo do investimento;

Permitir realizar lançamentos financeiros de saldo inicial das contas, controlando; data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir visualizar todos os lançamentos financeiros efetuados na entidade através de outros controles, como movimentos de receitas e pagamentos de empenhos, visualizando o tipo do lançamento, data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir realizar transferência financeira entre contas da própria unidade gestora, controlando: data da transferência, valor da transferência, contas e fontes de recurso de origem e contas e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar transferência de saldo entre fontes de recurso de uma mesma conta, controlando: data da transferência, valor da transferência, fontes de recurso de origem e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar lançamento de aplicação financeira controlando; data do lançamento, detalhamento (descritivo), conta de aplicação financeira e a conta bancária de movimento, indicando o tipo do movimento (aplicação, resgate, ganhos ou perdas);
Permitir visualizar extrato da conta bancária ou conta caixa;
Permitir realizar conciliação bancária com ticagem em massa;
Interferência financeira:

Permitir cadastrar conta de interferência financeira informando; código, descrição e órgão ou entidade governamental;
Permitir lançar previsão de interferência financeira informando; a conta de interferência financeira, o tipo de interferência, a data de previsão e o valor previsto;
Permitir lançar interferência financeira informando; data de lançamento, conta de interferência financeira, tipo da interferência, valor, competência (mês e ano), descrição e dados financeiros;
Permitir lançar anulação de interferência financeira;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CONVÊNIOS, PROGRAMAS E REPASSES

Gerenciar convênios, controlando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar programas de transferência de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar repasse de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ARRECADAÇÃO

Permitir cadastrar uma conta de crédito patrimonial de arrecadação informando; código, descrição, fundo, e naturezas de receita com suas respectivas vigências. Essa vigência possibilitará utilizar essa conta patrimonial de arrecadação por vários exercícios realizando ajustes necessários em seus vínculos com naturezas de receitas;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir lançamentos de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir baixas de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Permitir inscrever, estornar ou excluir inscrições em dívida ativa de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Possuir integração com a execução da receita orçamentária, de forma que a importação das receitas e de valores de atualização junto à tributação municipal sejam registrados no sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação para contabilização em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);
Permitir adicionar, editar ou excluir perdas prováveis de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;
Não permitir alterar manualmente lançamentos de crédito patrimonial de arrecadação oriundos de integração com lote tributário para garantir a consistência das informações contábeis e tributárias;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE BENS

Permitir registrar os valores referentes a movimentos de bens patrimoniais e a contabilização devida a cada tipo de movimento, tais como:

Incorporação
Valorização
Desvalorização
Depreciação bem móvel/imóvel
Amortização bem intangível
Exaustão recurso natural
Reversão da Depreciação/Amortização/Exaustão devido à baixa
Comodato cedido
Comodato recebido
Baixa de comodato cedido
Baixa de comodato recebido
Baixa de bem patrimonial
Ganho na alienação
Perda na alienação
Ajuste de exercícios anteriores para mais
Ajuste de exercícios anteriores para menos
Incorporação não definitiva (Bem patrimonial em construção)

Permitir o recebimento dos lançamentos de registros de bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, de acordo com o tipo de movimento e registrando os devidos vínculos de contratos, entidades relativas a doações, comodatos e outras características, conforme as necessidades para geração dos lançamentos contábeis de bens patrimoniais.
Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de bens patrimoniais, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ESTOQUE

Permitir o cadastro de contas de crédito patrimonial de estoque, possibilitando os devidos agrupamentos de crédito por fundo.

Permitir registrar ou receber os registros acumulados dos valores referentes a movimentos de entradas e saídas de estoque para contabilização.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de estoque, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Possuir identificação de Unidade gestora do tipo consórcio com comportamentos das aplicações exclusivos para consórcios

Possuir cadastro de dados de consórcio público que permita vínculo de cadastro de pessoa jurídica do tipo consórcio

Possuir controle do quadro de consorciados no cadastro de consórcios.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com as regras estabelecidas pela IPC 10.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com a quantidade de habitantes.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma manual.

Permitir o recálculo dos percentuais de participação e quantidade de cotas do quadro de consorciados quando da entrada ou saída de um ente consorciado.

Possuir controle do cadastro dos contratos de rateio.

Possuir controle dos valores repassados aos consórcios pelos entes consorciados, seja por valores de receitas orçamentárias ou bens patrimoniais.

Possuir controle de despesas realizadas no consórcio em nome dos consorciados, possibilitando ratear pelos percentuais de participação ou realizar despesas exclusivas para um consorciado.

Possuir controle de prestação de contas no consórcio aos entes consorciados, evidenciando automaticamente os valores de cada despesa rateados para cada ente participante.

Permitir a geração dos arquivos de prestação de contas para envio aos entes consorciados, acompanhados com os devidos demonstrativos dos valores de acordo com a IPC 10.

Permitir o lançamento dos pareceres sobre as prestações de contas de cada ente consorciado.

Realizar automaticamente as devidas contabilizações de cada etapa do processo contábil do consórcio, de acordo com a IPC 10.

Possuir identificação dos contratos de rateio nas despesas de repasse do ente consorciado ao consórcio.

Permitir importação dos lotes de prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Permitir o lançamento de parecer sobre a prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Realizar a emissão dos anexos da LRF considerando os valores dos consórcios, oriundos das prestações de contas dos mesmos, de acordo com a IPC 10.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

Permitir identificar empenhos referentes a suprimento de fundos (adiantamentos)

Permitir identificar empenhos referentes a despesa com diárias.

Possuir controle de prestação de contas de adiantamentos com tratamento para prazo final para a prestação e vinculação de documentos;

Possuir controle de parecer sobre a prestação de contas de adiantamentos;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - DÉBITOS PATRIMONIAIS - DÍVIDA FUNDADA

Permitir adicionar, editar ou excluir dívida fundada respeitando as devidas regras, validações e consistências;

Permitir lançar dados gerais da dívida fundada informando; código, descrição, tipo da dívida fundada (precatório, parcelamento da dívida ou operação de crédito), se é de dívida externa, data de inscrição, classificação, número do documento, detalhamento, lei vinculada, contrato vinculado, credor, fundo, valor do principal, valor autorizado, se tem juros pré-fixados, data primeira parcela, valor da primeira parcela e quantidade de parcelas;

Se o tipo da dívida fundada for precatório permitir informar; sequência, quantidade de credores, número do processo e data da notificação;

Se o tipo da dívida fundada for parcelamento da dívida permitir informar o tipo de dívida parcelada; retenções extraorçamentárias e outras dívidas. Se o tipo da dívida parcelada for retenções extraorçamentárias permitir informar as retenções que serão vinculadas à dívida fundada;

Se o tipo da dívida fundada for operação de crédito permitir informar; número do ofício da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), data do ofício da STN, conta bancária e natureza de receita que serão movimentados quando houver ingresso de recursos financeiros;

Identificar se operação de crédito teve ingresso de recursos financeiros ou incorporação de bem patrimonial, garantindo vinculação com a respectiva movimentação analítica no sistema para identificação e controle;

Permitir controlar as parcelas da dívida fundada, informando a data de vencimento, valor do principal, de juros, encargos e de correção de cada parcela, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir distribuir o valor do principal nas parcelas de acordo com as informações sobre parcelas dos dados gerais (valor do principal e quantidade de parcelas);

Permitir inserir ou remover parcelas do parcelamento, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir o controle de execução da dívida fundada através da execução da despesa, identificando em cada empenho, liquidação e pagamento, assim como em suas anulações, quais parcelas e valores estão sendo amortizados;

Possibilitar a visualização centralizada da execução da dívida fundada;

Garantir a correta contabilização de reconhecimento e apropriação da dívida, controlando os valores contabilizados do principal e de juros, encargos e correção, no longo prazo e no curto prazo de cada parcela, na data em que ocorre o fato contábil, possibilitando a transferência automática dos valores do longo prazo para curto prazo, assim como a contabilização da amortização da dívida através da execução da despesa, em atendimento a NBCASP e em conformidade com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO CONTÁBIL

Possuir configuração contábil centralizada em servidor Web e disponível em tempo real;

A configuração contábil é a fonte de informações, regras, restrições e comandos que orientam a forma como o sistema contábil realiza a contabilização das movimentações analíticas para os planos de contas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e estaduais;

Possuir rotina de atualização de configurações contábeis, disponível em tempo real, onde o sistema verifica atualizações disponíveis e as tornam utilizáveis imediatamente para orientar a contabilização no sistema contábil;

Identificação de eventos contábeis:

Possuir identificação de quais eventos contábeis devem ser executados para cada registro da movimentação analítica e sua ocorrência;

A execução da identificação dos eventos contábeis deve ser realizada automaticamente, imediatamente após a gravação de cada movimentação analítica;

Permitir a visualização das identificações de eventos contábeis para os fatos geradores diretamente na aplicação de origem da movimentação analítica;

Possuir visualização centralizada de todas as identificações de eventos contábeis, separadas por fato gerador;

Possuir rotina que refaz a identificação de eventos contábeis para todos os registros dos fatos geradores que não possuem ainda a sua contabilização (movimentação contábil);

Permitir a execução da rotina que refaz a identificação de eventos contábeis de um registro específico de um fato gerador, independentemente deste possuir contabilização (movimentação contábil);

Ao refazer a identificação de eventos contábeis deste registro de um fato gerador específico, o sistema limpa a movimentação contábil vinculada a este registro, para garantir sua consistência com os eventos identificados;

Permitir a execução da rotina demonstrando quais regras foram utilizadas para identificar os eventos contábeis de um registro de um fato gerador específico, a fim de possibilitar uma visualização clara das regras executadas pelo sistema contábil e garantir assim sua auditoria;

Realizar o *download* de um relatório de inconsistências encontradas durante o processamento das regras de identificação de eventos contábeis quando executada rotina de identificação dos eventos;

Vínculos contábeis:

Permitir criação de relacionamentos entre informações utilizadas pelo sistema (como contas bancárias, naturezas de receita, naturezas de despesa, entre outras informações) e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado para identificação das contas na geração de movimentos contábeis;

Permitir a identificação de vínculos faltantes durante a geração de movimentações contábeis;

Movimentação contábil:

Realizar a geração dos movimentos contábeis dos eventos identificados, gravando as partidas dobradas nas contas contábeis do plano de contas definido na parametrização vigente do sistema contábil:

Possuir gravação dos movimentos contábeis simultâneos à gravação da movimentação analítica do sistema, realizada após a identificação dos eventos contábeis:

Caso não seja possível a gravação do movimento contábil de forma simultânea por não haver vínculo ou configuração previamente necessária, a movimentação analítica deve ser gravada independentemente, devendo ser possível efetuar sua geração de movimento contábil posteriormente;

Permitir geração dos movimentos contábeis em massa dos movimentos analíticos do sistema que não tiveram seus movimentos contábeis gerados simultaneamente à sua gravação:

Possibilitar a geração de movimentos contábeis em massa de forma parcial, gerando apenas as movimentações de acordo com as preferências do usuário:

de um determinado período de tempo definido pelo usuário;

de fatos geradores selecionados pelo usuário;

Exibir os passos executados pelo processamento de contabilização, demonstrando o tempo total decorrido, o tempo decorrido para cada fato gerador e o progresso de processamento dos dados contábeis para cada fato gerador, permitindo assim a identificação da performance do processamento;

Apresentar (quando necessário) todas as inconsistências identificadas durante o processo de contabilização:

As inconsistências podem ser:

Por falta de configurações contábeis disponíveis para o plano de contas parametrizado;

Por falta de vínculos contábeis entre os registros do sistema contábil e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado;

Por falta de dados contábeis ou vínculos utilizados para a geração de contas correntes contábeis vinculadas ao registro de movimento contábil;

Por demais inconsistências identificadas durante o processamento do fato gerador para a contabilização.

Emitir listagem das inconsistências identificadas durante o processamento dos fatos geradores, permitindo a visualização de seus detalhes;

Permitir a geração e *download* de relatório em formato PDF (*Portable Document Format* - Documento de Formato Portável) com as inconsistências agrupadas por fato gerador, de um fato gerador específico ou de todos os fatos geradores com inconsistência.

Permitir consulta, em tela, de balancete contábil mensal do plano de contas parametrizado, demonstrando os valores de cada conta contábil em:

Saldo anterior (ao mês informado);
Débitos até mês;
Créditos até mês;
Débitos no mês;
Créditos no mês;
Saldo atualizado da conta contábil.

Permitir a visualização das contas correntes contábeis vinculadas de cada conta contábil do balancete, demonstrando seus valores por mês;

Permitir a visualização de todos os movimentos contábeis gerados para um fato gerador em um mês;

Permitir, para cada registro da movimentação analítica, a visualização dos movimentos contábeis vinculados ao registro.

Movimentos de abertura:

Permitir a realização de cálculos de saldos das movimentações analíticas do sistema, migradas para implantação, a fim de permitir a realização das movimentações de abertura de contas contábeis do plano de contas parametrizado:

O sistema deve apresentar um relatório para visualização dos saldos de abertura calculados e gravados para o exercício logado, a fim de permitir conferência dos valores migrados para implantação;

O sistema deve apresentar, quando houver, inconsistências na rotina de cálculo dos saldos de abertura;

O sistema deve registrar quando e qual o usuário responsável pelo cálculo dos saldos contábeis de abertura.

Permitir a contabilização (geração dos movimentos contábeis) para cada saldo de abertura calculado pelo sistema contábil:

Quando houver inconsistências, o sistema deve permitir realizar o *download* do relatório de inconsistências em formato PDF;

Exibir os passos executados pelo processamento da contabilização de abertura, demonstrado o tempo decorrido em cada fato gerador da abertura e o progresso de dados contábeis processados.

Lançamentos contábeis eventuais:

Permitir a realização de lançamentos contábeis eventuais, independentes da movimentação analítica realizada no sistema, registrando qual usuário e data da realização do lançamento contábil eventual;

Garantir a integridade das contas correntes contábeis utilizadas nos lançamentos eventuais:

Identificar se devem ser vinculadas conta corrente contábil nas contas movimentadas:

Possibilitar vincular conta corrente existente ao lançamento contábil eventual, através de sistema de busca das contas correntes contábeis utilizadas em outros movimentos contábeis;

Permitir a criação de uma conta corrente contábil nova e sua vinculação ao movimento contábil eventual;

Garantir a não redundância de contas correntes contábeis no sistema, de forma que ao informar uma conta corrente manualmente o sistema deve garantir que se uma conta corrente idêntica já existir ela deve ser vinculada ao lançamento eventual, evitando assim sua duplicidade.

Permitir a alteração do histórico do lançamento contábil eventual;

Permitir a exclusão do lançamento contábil eventual;

Permitir a emissão de relatório de listagem dos lançamentos eventuais, com base em agrupamentos e totalizações disponíveis na tela e filtros informados.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS

Permitir a emissão da Anexos e demonstrativos legais, exigidos pelas instituições fiscalizadoras de maneira consolidada, envolvendo os valores das entidades municipais como Câmara, fundações, ao indicar emissão consolidada na unidade gestora da prefeitura.

Permitir que o sistema realize leitura dos valores das demais unidades gestoras, sem a necessidade de exportar/importar arquivos, exclusivamente para emissão dos documentos que possuam a opção de emissão consolidada.

Emitir documentos e gerar dados consolidados em tempo real com a execução contábil das unidades gestoras do município.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO

Permitir a realização de bloqueio de movimentação contábil, onde é delimitada uma data limite para que as movimentações analíticas do sistema estejam impedidas de serem inseridas, alteradas ou excluídas em data menor ou igual à do bloqueio;

Permitir a realização de reabertura da movimentação de um período bloqueado, onde em um período reaberto:

Permitir realização de inserção, edição e exclusão de movimentações analíticas neste período, mediante autenticação de usuário que possua responsabilidade sobre os lançamentos de registros em período reaberto, gravando histórico completo das alterações realizadas e registrando o responsável pelas alterações;

Permitir a realização de liberação da movimentação de um período que foi reaberto, fazendo assim com que o sistema permita a manutenção (inserção, edição e exclusão) livre das informações neste período reaberto, sem requerer a autenticação do usuário responsável pela movimentação reaberta;
Permitir a gravação automática, concomitante ao bloqueio, de saldos das movimentações analíticas do sistema (como saldos de dotações orçamentárias, contas financeiras, entre outras movimentações) a fim de garantir aumento na performance do sistema contábil.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS LEGAIS

Relatórios da lei 4.320/64 - DCASP:

- Anexo 01 - Demonstrativo da receita e despesa por categoria
- Anexo 02 - Despesas por órgão/consolidação geral
- Anexo 02 - Receitas por categorias econômicas
- Anexo 06 - Programa de trabalho por órgão/unidade
- Anexo 07 - Despesas por programa de trabalho
- Anexo 08 - Despesa conforme vínculo com os recursos
- Anexo 09 - Despesa por órgão e funções
- Anexo 10 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada
- Anexo 11 - Comparativo da despesa orçada com a realizada
- Anexo 12 - Balanço orçamentário
- Anexo 13 - Balanço financeiro
- Anexo 14 - Balanço patrimonial
- Anexo 15 - Demonstrativo das variações patrimoniais
- Anexo 16 - Demonstrativo da dívida fundada interna
- Anexo 17 - Demonstrativo da dívida flutuante
- DCASP - Balanço financeiro
- DCASP - Balanço orçamentário
- DCASP - Balanço patrimonial

Relatórios e anexos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- Anexo de Metas Fiscais (AMF):
  - Demonstrativo 1 – Metas anuais
  - Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior
  - Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
  - Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido
  - Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
  - Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores
  - Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita
  - Demonstrativo 8 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):
  - Anexo 1 –Balanço orçamentário
  - Anexo 2 – Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção
  - Anexo 3 – Demonstrativo da receita corrente líquida
  - Anexo 4 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias
  - Anexo 5 – Demonstrativo do resultado nominal
  - Anexo 5 - Receita/despesa previdenciárias (249/2010 STN)

Anexo 6 – Demonstrativo do resultado primário
Anexo 6 - Resultado nominal (PR)
Anexo 7 – Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão
Anexo 7 - Resultado primário (249/2010 STN)
Anexo 8 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE
Anexo 9 – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital
Anexo 9 - Restos a pagar (249/2010 STN)
Anexo 10 – Demonstrativo da projeção atuarial do regime de previdência RGPS
Anexo 10 - Manutenção e despesas ensino (249/2010 STN)
Anexo 11 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos
Anexo 11 - Operações de crédito (249/2010 STN)
Anexo 12 - Demonstrativo receitas despesas com saúde STN 637/2012
Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas
Anexo 13 - Projeção atuarial (249/2010 STN)
Anexo 14 - Alienação de ativos e aplicação de recursos (249/2010 STN)
Anexo 14 - Demonstrativo resumidos da RREO STN 637/2012
Anexo 16 - Saúde (249/2010 STN)
Anexo 17 - Demonstrativo parcerias público privadas (249/2010 STN)
Anexo 18 - Demonstrativo simplificado (249/2010 STN)

Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):

Anexo 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal STN 637/2012 - RGF
Anexo 2 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida – DCL
Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores
Anexo 4 - Demonstrativo das operações de créditos STN 637/2012 - RGF
Anexo 5 – Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar
Anexo 6 – Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal
Anexo 6 - Demonstrativo de restos a pagar STN 637/2012 - RGF
Anexo 7 - Limites
Anexo 7 - Demonstrativo simplificado relatório gestão fiscal STN 637/2012 - RGF

REQUISITOS DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÕES DE CONTAS

Gerar informações para Tribunais de Contas conforme padrão definido pelos Tribunais;
Gerar informações para SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);
Gerar informações para SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde);
Gerar informações para DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte);
Gerar informações para SEFIP eSocial autônomos (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social);
Gerar o MANAD (Manual Normativo de Arquivos Digitais);
Gerar informações para MSC (Matriz de Saldos Contábeis).

RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro do Plano de Cargos e Salários contendo os seguintes dados: valor base, número máximo de funcionários, nome do cargo, código CBO. Deve possuir histórico de valores mensal do plano de cargos e salários, armazenando os valores para cada cargo.
Cadastro de diárias, definindo o valor que será pago e para quais cargos a mesma será designada.
Cadastro de parametrização de vários tipos de A.T.S. (adicional por tempo de serviço), sendo possível definir para cada funcionário a qual tabela de A.T.S. o mesmo está enquadrado.
Cadastro de proventos e descontos com parametrizações da forma de cálculo, especificando se o mesmo é integral ou proporcional em relação a sua base, tipo de cálculo se dia, hora, percentual, valor ou vinculado a alguma tabela, como IRRF, INSS, RPPS, deve especificar também a qual tipo de salário o mesmo está vinculado, se salário base de concurso, salário mínimo, salário base de comissão.
No cadastro de proventos e descontos o próprio usuário deve conseguir realizar a formatação dos proventos e descontos utilizados para o cálculo do valor base do provento ou desconto em questão, definindo a sua fórmula de cálculo.
Parametrização diferenciada para cada tipo de afastamento, onde é possível definir quais as verbas e descontos serão lançados automaticamente para o funcionário, quando o mesmo sofrer determinado tipo de afastamento. Permitir definir como será o cálculo de cada verba ou desconto, se será realizada a média ou será utilizado o valor do último pagamento.
Cadastro de Pessoas contendo os seguintes dados: CPF, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai.
No cadastro da pessoa, permitir vincular mais de uma conta bancária ao mesmo cadastro, podendo ser contas de bancos diferentes, e permitir definir qual será a conta para recebimento da folha.
Possibilidade de anexar uma foto de uma mesma pessoa ao seu cadastro.
Cadastro de funcionários contendo os seguintes dados: tipo de admissão, vínculo, categoria, agente nocivo, cargo comissionado ou cargo de concurso, secretaria, departamento, regime previdenciário, número do contrato, horário de trabalho, data de admissão, também poder classificar este funcionário como pensionista ou aposentado, quando for o caso.
Possibilidade de vincular a mesma pessoa a mais de um cadastro de funcionário, em diferentes secretarias, departamentos, cargo e vínculos.
Cadastro de dependentes contendo os seguintes dados: nome, data de nascimento, grau de parentesco, sexo, idade mínima da dependência.
Cadastro dos contratos com informações como período, publicações, data de assinatura, vinculação do documento .DOC ou .TXT.
Controle das movimentações do contrato: alterações, paralisações e rescisão.
Cadastro de atestados médicos, com registros do histórico de todos os atestados lançados para o funcionário.
Cadastro das avaliações realizadas por cada funcionário com o lançamento da pontuação alcançada, bem como cadastro das advertências recebidas pelo funcionário.
Tabela para definição de quais são os proventos que fazem parte da dedução para o cálculo do valor patronal a ser repassado para a previdência.
Cadastro de tabela mensal para parametrização do pagamento de vale alimentação.
Possibilitar a definição de quais serão as verbas e descontos fixos que serão calculados automaticamente todo o mês para cada funcionário individualmente, determinando qual será a competência inicial e a final para cada um deles.

Rotina para manutenção dos dados dos proventos e descontos fixos vinculados aos funcionários, onde o usuário poderá alterar o valor ou a referência para vários funcionários ao mesmo tempo.
Cadastro das informações sobre concurso público, número do concurso, data do edital, número do protocolo no TCE.
Cadastro da comissão responsável pelo concurso.
Identificação dos cargos para o concurso, determinando qual o número de vagas para o mesmo e qual a nota mínima para aprovação.
Cadastro dos locais de publicação do edital do concurso.
Lançamentos das matrículas para o concurso.
Lançamentos das notas do candidato à vaga no concurso público.
Rotina para apuração das notas do concurso, definido o processo classificatório.
Cadastro de unidades escolares.
Cadastro de responsáveis da unidade gestora.
Cadastro de órgãos e unidades orçamentárias.
Cadastro de horários.
Cadastro de bancos.
Cadastro de agências.
Consulta rápida da movimentação do funcionário por competência, listando todos os proventos e descontos com valor base e referências de cálculo, também deve conter qual o cargo ocupado e a secretaria/departamento onde o mesmo está lotado, a foto do funcionário e o número do CPF e qual regime previdenciário ele está vinculado.
Lançamento de atos de pessoal para admissão, rescisão, transferências e elevações de cargo dos funcionários, podendo lançar mais de um funcionário vinculado ao mesmo ato.
A determinação do cargo e da lotação do funcionário deve se dar apenas através do lançamento do ato de pessoal.
Lançamento individual de rescisão contratual para todos os contratos com vencimento no mês desejado.
Lançamento de faltas justificadas e não justificadas, vinculando as mesmas ao atestado médico, quando for o caso.
Controle para empréstimos bancários com o cadastro do empréstimo contendo os seguintes dados: banco, agência, data do empréstimo, valor, quantidade de parcelas e mês para desconto da primeira parcela.
Controle de INSS retido do funcionário em outras empresas, para que no cálculo, este valor seja deduzido automaticamente.
Controle de vale-transporte com cadastro das linhas de ônibus, empresas, quantidade de vales por funcionário. Geração mensal com o lançamento automático na folha de pagamento.
Tabela para controle diferenciado de períodos aquisitivos, onde serão cadastrados os tipos de períodos aquisitivos e qual a quantidade de meses do período, bem como o número de dias para gozo.
Possibilidade de separação da folha dos funcionários normais ativos, rescisões, férias e décimo terceiro salário com emissão de relatório para conferência, folha de pagamento e resumo separados.
No lançamento de afastamentos de férias, devem ser apresentados ao usuário os períodos aquisitivos do funcionário, dando opção para o mesmo selecionar qual período aquisitivo será vinculado ao afastamento.
Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, o lançamento da parcela do empréstimo bancário deverá ser automático, devendo possuir controle para pagamento antecipado do empréstimo.

Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, os dependentes de salário família e IRRF deverão ser classificados de acordo com a data de nascimento e a idade para término da dependência estipulados no próprio cadastro de dependentes, assim os mesmos deverão ou não ser inclusos no cálculo de salário família e IRRF automaticamente.
Cálculo do décimo terceiro salário com parametrizações de cálculo onde algumas verbas podem ser calculadas sobre média e outras sobre o valor do último mês. O mesmo também deve ser calculado em movimento independente ao da folha normal mensal.
Cálculo de 13º no mês de aniversário.
Cálculos automáticos de férias, rescisões, A.T.S., salário maternidade, faltas.
Cálculos de INSS e IRRF integrado quando o funcionário tiver múltiplos vínculos.
Rotina para fechamento da competência da folha de pagamento. Este procedimento poderá ser realizado para todos os funcionários, uma vez realizado o procedimento não será mais permitido a realização de lançamentos ou movimentações para os funcionários com competência fechada (encerrada).
Rotina para reabertura de competência, esta rotina deverá ser em tela separada para acesso restrito, a mesma deverá reabrir o movimento da competência de um ou mais funcionários para manutenção, permitindo alterações em suas movimentações.
Controle sobre os afastamentos quanto ao período aquisitivo de férias e licença prêmio, quando o funcionário for afastado, os dias para gozo devem ser descontados automaticamente dependendo do tipo do afastamento, conforme definido nas faixas da tabela de descontos.
Tabela para configurações dos afastamentos que interferem no período aquisitivo, como por exemplo, licença particular sem remuneração.
Integração com a contabilidade no que se refere à geração de empenhos automaticamente com controle de grupos de contas, geração de lotes e geração de lançamentos contábeis.
Rotina para cálculo e geração de arquivo de provisão de férias e décimo terceiro salário.

Emissão da escala de férias mensal a partir do período aquisitivo mais antigo, a emissão deverá ter as opções por secretaria, por departamento, por funcionário e por cargo.
Emissão de relatório com contribuição e base patronal para INSS e Previdência Própria com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório onde o usuário possa escolher qual provento ou desconto o mesmo deseja listar, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório de salários (base, líquido e bruto), com quebra por secretaria e departamento, por cargo, por vínculo e filtro por faixa de valores.
Emissão de folha de pagamento com os seguintes dados: código do funcionário, nome do funcionário, cargo do funcionário, secretaria e departamento do funcionário, código e nome da verba, valor base da verba, salário base do funcionário, salário bruto do funcionário, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão do resumo da folha de pagamento com os seguintes dados: código, nome e valor total de cada verba ou desconto lançado na folha, valor base total e valor total de INSS e previdência própria, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão da ficha funcional do funcionário mensal, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relação de funcionário por agência bancária, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório para comparação de movimentos, onde o usuário possa comparar as movimentações de duas competências e realizar uma avaliação de valores.

Relatório para acompanhamento mensal dos empréstimos bancários lançados, podendo ser emitido por secretaria, por departamento, por funcionário ou por cargo.
Relação de funcionários com salário família.
Relatório para projeção da folha de pagamento, onde o usuário possa determinar qual o percentual a ser projetado e sobre qual competência será aplicado o percentual.
Relatório com o histórico das movimentações do funcionário, demonstrando em que competência houve alguma modificação na sua movimentação ou no seu cadastro.
Relatório para identificação dos funcionários que possuem múltiplos vínculos.
Emissão do comprovante de rendimentos.
Emissão da guia para pagamento do RGPS e RPPS.
Emissão de relatório para conferência dos valores a serem empenhados pela contabilidade.
Emissão da certidão de tempo de serviço, unificando vários cadastros de uma mesma pessoa, ou seja, se a pessoa possui mais de um vínculo.
Emissão e consulta de Contracheques (Holerite), de qualquer folha/competência existente na base de dados.
Possibilitar a consulta e emissão de Informe de Rendimentos do IRPF.
Possuir rotina para realização da exportação dos dados referentes à folha de pagamento, fornecendo os dados diretamente ao sistema de contabilidade, para futura geração automática dos empenhos com suas retenções.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a RAIS.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a DIRF.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o MANAD.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a SEFIP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o CAGED.
Geração do arquivo para envio de remessa e retorno em formato TXT para o PASEP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a realização do pagamento em rede bancária.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-MT no módulo do APLIC.
O sistema deverá possuir ferramenta que realize uma busca na base de dados e apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo eSocial, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros.
O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial, nos prazos estipulado pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos XML dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.
O sistema deverá gerar informações dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos conforme lay-out.
Rotina para importação de arquivo com os dados gerados pelo cartão ponto.
Relação para conferência da DIRF.
Relação para conferência da RAIS.
Resumo mensal consolidado da folha de pagamento (RPPS ou RGPS).
Emissão de Contracheques (holerite) em papel contínuo padrão e jato laser.
Geração de dados para o SIOPE.

HOLERITE WEB

O sistema deverá proporcionar o controle de acessos através de login (matrícula do Servidor) e senha, respeitando as devidas restrições de acesso para cada tipo de usuário;
O sistema deverá proporcionar a disponibilização do demonstrativo mensal de pagamento;

O sistema deverá proporcionar a emissão e consulta de Contracheques (Holerite) via internet, de qualquer folha/competência existente na base de dados.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÃO - ARRECADAÇÃO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números dos Alvarás, Números das Certidões e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema recém migrado;

Permitir o cadastro de juros e multas, assim como a configurações de acréscimos de maneira centralizada, podendo ser facilmente utilizadas em receitas e Refis;

Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo;

Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária);

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal;

Possuir agenda de vencimentos de tributos e vencimentos de guias bancárias;

Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores;

Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação;

Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação;

Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração dos acréscimos como juros de mora, multas e correções monetárias;

Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução, obrigando a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos créditos tributários;

Permitir a inclusão, parametrização, lançamento e cobrança de receitas não tributárias.

Permitir na transferência de proprietário de imóvel apresentar mensagem informando a existência de débito do imóvel, inclusive o inscrito em dívida ativa, com possibilidade de não permitir a transferência de imóveis com débitos.

Permitir a parametrização do cadastro de imóveis, onde o usuário possa criar novos campos no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) sem depender da empresa prestadora de serviços, e inativar campos existentes, mantendo o histórico cadastral;

Guardar e mostrar dentro do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), todas as modificações realizadas no mesmo, com a data, hora e usuário que realizou a alteração, bem como o valor anterior e o novo valor do item do BCI;

Permitir que o cadastro de imóveis se vincule a vários cadastros de pessoas, inclusive, no caso de o mesmo possuir vários proprietários, seja informado o percentual de propriedade de cada um, data inicial de posse e data de final de posse;

Permitir a parametrização dos campos do cadastro técnico municipal para a formação da inscrição municipal imobiliária de acordo com o definido pela Prefeitura;

Permitir parametrização de transferência de propriedade de imóveis automáticas por baixa do ITBI, por lançamento do débito de ITBI ou de forma manual.

Permitir a definição de chave de face de quadra com base nos campos flexíveis do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário);

Permitir o cadastro das faces de quadras com definição de valor por m^2 de terreno e lista dos serviços de infraestrutura disponíveis na mesma;

Permitir o agrupamento de informações necessárias para os cálculos que representem a hipótese de lançamento da receita, com base nos campos flexíveis definidos pelo usuário;
Possibilitar o cadastro de parâmetros para os cálculos que realize a combinação de todas as opções dos campos selecionados (criados pelo usuário), impedindo que o usuário deixe de atribuir valor para alguma combinação;
Possibilitar o cadastro de parâmetro que estabeleça faixas de valores que possam ser consultados dinamicamente conforme os dados da hipótese de lançamento, identificados durante o cálculo;
Permitir a consulta dinâmica de dados da face de quadra no momento do cálculo de receitas sobre os imóveis;
Permitir o cadastro de parâmetros que atribuam valores distintos por atividade econômica, conforme a legislação definida para cada receita como Alvará, ISSQN, etc.;
Permitir o cadastro de parâmetros que atendam as combinações de campos flexíveis com serviços de infraestrutura, resultando em fatores corretivos da construção e do terreno;
Permitir o cálculo e registro histórico dos valores venais do terreno, da construção e do imóvel, tanto por ocasião de cálculos de receitas sobre o imóvel (como IPTU, ITBI), como por ocasião da certidão de valor venal, caso o contribuinte queira o valor atualizado;
Permitir o registro histórico de fato gerador de cada receita lançada.
Permitir que um cadastro de pessoa jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos;
Permitir que os cadastros econômicos importem seus logotipos;
Permitir a troca de status dos cadastros econômicos, de acordo com a movimentação cadastral de cada econômico;
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço;
Permitir que o BCE (Boletim de Cadastro Econômico) possibilite a inclusão de sócios das empresas, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades econômicas com a possibilidade de vinculação à tabela CNAE;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades constantes na Lei 116/2003;
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos;
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional;
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa;
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, Contribuição de Melhorias e Taxas), permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo;
Permitir lançamento em massa por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir lançamento individual por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir parametrizar por regra de cálculo que cada Prefeitura (imóvel, econômico ou pessoa) receba somente um lançamento de débito da receita em questão;
Poder visualizar todos os cálculos ocorridos por receita e regra de negócio e poder visualizar todos as situações e ocorrências de cada cálculo (detalhamento de erros, inconsistências ou sucesso);
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos;

Permitir registrar na Conta Corrente Fiscal todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, situação, valor principal, valor de juros, valor de multas, valor de correções e data de vencimento;
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento;
Permitir a atribuição de benefícios aos imóveis, econômicos ou contribuintes através de requerimento por parte do contribuinte ou diretamente através do atendente do município;
Permitir o acúmulo de benefícios onde o sistema deve gerenciar os mesmos para que o valor não exceda o valor devido pelo contribuinte;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios no momento do lançamento da receita, caso o contribuinte já possua benefício aprovado;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios aprovados sobre lançamentos já existentes, caso o contribuinte somente solicite o benefício após o lançamento, conforme legislação em vigor;
Registrar os valores de cada benefício individualmente por ocasião da baixa do crédito tributário;
Permitir que se realize a alteração do sujeito passivo do crédito tributário e que essa alteração fique registrada historicamente, inclusive apontando data, hora, motivo e usuário do sistema que tenha realizado tal alteração, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Possibilitar o controle de execução judicial e extrajudicial, com controle de processo e destaque no extrato de débitos para facilitação dos controles desses créditos tributários;
Possibilitar o controle de contestação de débitos (contencioso), com destaque no extrato de débitos das parcelas contestadas, e possibilitando a emissão da Certidão Positiva de Débitos com efeito Negativa para o contribuinte que tenha contestados os débitos, mesmo estando em atraso;
Controlar os débitos em contencioso de maneira que o encerramento da contestação possa ser favorável ao contribuinte, cancelando assim, automaticamente o débito, ou não favorável ao contribuinte, simplesmente reativando o débito;
Caso o encerramento da contestação seja desfavorável ao contribuinte, os respectivos débitos devem apresentar os cálculos de acréscimos desde sua data de vencimento;
Permitir a realização de simulação de cálculos com consulta de valores para toda e qualquer hipótese de lançamento, de forma que o crédito tributário somente seja efetivado mediante o lançamento da receita;
Permitir o lançamento automático de ISSQN integrado com o lançamento de Notas Fiscais de Serviços eletrônica.
Permitir a reprojeção de parcelas, caracterizada por atribuição de nova opção de vencimento com novas parcelas e respectivas datas de vencimento, para lançamentos de receitas, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir a prorrogação de datas de vencimento de parcelas dos lançamentos de receitas, concedendo assim, maior prazo para pagamento ao contribuinte, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir que o usuário configure quantas opções de vencimento sejam necessárias para cada receita, possibilitando por exemplo, que as taxas sejam contempladas em parcelas distintas dos impostos em um mesmo lançamento;
Gerar e controlar as datas de vencimento automaticamente com base em uma data inicial, observando o calendário para que as mesmas sejam geradas somente em dias úteis, evitando assim, dúvidas por parte dos contribuintes;
Permitir a emissão de guia unificada de débitos, que agrupe diversas parcelas tanto vencidas, como a vencer, conforme seleção realizada pelo usuário, calcule os acréscimos até a data projetada indicada pelo usuário, totalize o valor e emita um documento de arrecadação único que facilite a baixa de todas as parcelas em um único pagamento.

Emissão de extrato da Conta Corrente Fiscal com todos os lançamentos para o contribuinte, imóvel urbano, imóvel rural ou econômico;
Permitir a emissão de Guia de Recolhimento de receita/tributo em um documento único por parcela e/ou unificar várias parcelas na mesma guia (guia unificada), pelo valor total ou em parcelas, observando restrições para valor mínimo;
Permitir visualizar somente as parcelas do exercício e/ou somente as parcelas inscritas em dívida ativa e/ou somente as parcelas inseridas em um REFIS;
Permitir destacar as parcelas inseridas em processos de execução judicial e extrajudicial;
Possibilitar visualizar na mesma tela os débitos em abertos;
Permitir tabelas auxiliares parametrizáveis para os valores e alíquotas para cálculo dos impostos, aproveitando as características de cada imóvel ou econômico de acordo com a legislação municipal vigente;
Permitir combinação de filtros, quando a consulta principal for “por contribuinte”, que possa visualizar de forma individualizada os débitos por imóveis e/ou por econômicos;
Demonstrar de maneira destacada, os débitos que estejam suspensos por baixa antecipada ou por contencioso;
Demonstrar e permitir a emissão em documento do extrato de débitos, de baixas, de cancelamentos de lançamentos e outras extinções.
Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores, através de meio eletrônico ou comunicação de dados para baixa automática;
Permitir conciliar os valores repassados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Municipal, demonstrando através de relatório, eventuais diferenças a maior ou menor entre os valores devidos e baixados;
Realizar o tratamento de saldos remanescentes referentes a pagamentos a menor;
Demonstrar possíveis inconsistências encontradas ao gerar as arrecadações, cada uma devidamente classificada conforme o tipo da sua inconsistência, a fim de auxiliar o usuário na identificação e resolução do problema;
Permitir a baixa dos valores arrecadados pelo regime de recolhimento Simples Nacional, capturados através do arquivo retorno DAF607 do Banco do Brasil (Instituição Financeira Centralizadora dos repasses da arrecadação do Simples Nacional);
Gerar automaticamente créditos ao contribuinte que, por ventura, realizar pagamento “a maior”, assim como para aqueles que realizarem pagamento em duplicidade dos débitos existentes;
Possibilitar a realização de baixa antecipada, a qual ocorre quando o contribuinte apresenta comprovante de pagamento, mas o débito fica suspenso até que a baixa bancária seja realizada;
Possibilite a utilização dos créditos do contribuinte para realização de baixas dos débitos existentes para o mesmo;
Possibilitar o cancelamento de lançamento, de maneira que permita a realização de um novo lançamento para o contribuinte/imóvel/econômico;
Possibilitar a realização de outras extinções de crédito tributário, pelos diversos motivos, diferentes de arrecadação, que são previstos em lei, como anistia, remissão, dação em pagamento, prescrição e decisão administrativa/judicial;
Permitir a cobrança com registro bancário, gerando os lotes de registros e tratando os respectivos lotes de retornos bancários;
Permitir o rastreamento para devida contabilização de cada composição dos valores arrecadados, indicando inclusive os acréscimos de cada tributo envolvido em parcelas, tanto de débitos lançados no exercício, inscritos em dívida ativa, quanto em valores agrupados e arrecadados por meio de REFIS.
Permitir inscrever, controlar, cobrar e gerir os débitos em dívida ativa;

Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas, vencidas e não pagas, registradas na Conta Corrente Fiscal;
Possuir integração com o Conta Corrente Fiscal, permitindo o registro das inscrições dos lançamentos em Dívida Ativa;
Permitir a emissão da certidão de dívida ativa, informando o livro de dívida ativa a que estas pertencem e da petição para ajuizamento, agrupando todas as inscrições em Dívida Ativa relativas ao mesmo contribuinte;
Permitir o cancelamento de certidões de dívida ativa sem cancelar o débito;
Permitir a emissão de segunda via da certidão de dívida ativa;
Permitir a emissão da petição de dívida ativa;
Permitir o cancelamento da petição de dívida ativa;
Permitir a emissão da segunda via da petição de dívida ativa;
Permitir atualizar os dados referentes a nova situação do débito do contribuinte no Conta Corrente Fiscal, após a inscrição em dívida ativa e/ou pagamento do débito;
Permitir a emissão das ações de cobrança de dívida ativa ajuizadas, inclusive com controle das custas judiciais e honorários, para cada um dos processos;
Permitir a emissão do Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida;
Permitir que seja emitido alerta quando da tentativa de renegociação e parcelamento de dívida já negociada com a existência do Termo constante do item anterior;
Permitir que nas negociações e parcelamentos de Dívida Ativa, tenha as opções de cálculo para pagamento à vista e para pagamento parcelado com o maior número de parcelas possíveis de acordo com a legislação vigente;
Permitir a parametrização do Livro de Dívida Ativa.
Permitir o cadastro e parametrização de comportamento dos programas de recuperação fiscal REFIS;
Permitir a simulação de parcelamento de dívidas ativas, com base nos parâmetros de REFIS;
Permitir a geração de parcelamento de dívidas (Acordos), com geração de novas parcelas (previamente simuladas e aprovadas), emissão de novos documentos de arrecadação e controles de cumprimentos do acordo e acréscimos embasados na legislação e parametrizados no REFIS;
Permitir controle de cancelamento de acordos por descumprimento, com monitoramento situacional de cada acordo, favorecendo controle de cumprimento e adimplência;
Permitir que receitas arrecadadas mediante acordos (REFIS) sejam totalmente rastreáveis e registradas contabilmente em suas respectivas receitas orçamentárias, assim como qualquer receita, tributária ou não tributária, gerenciada através do sistema.
Permitir configurar a correspondência contábil de cada tributo/verba, tendo como parte dessa configuração a conta de natureza de receita contábil e a conta patrimonial;
Permitir configurar na forma de rateio, através de percentual, os tributos/verbas para cada correspondente conta de natureza de receita contábil/conta patrimonial;
Possuir relatório de conferência do resultado dos montantes que deverão ser enviados junto à contabilidade, com quebras por convênio e data de crédito;
Permitir exportar arquivo das movimentações de arrecadações em arquivo texto, para envio de outro sistema contábil, para registro automático na importação desse arquivo na contabilidade.
Permitir que toda e qualquer regra de cálculo seja configurada por receita;
Permitir que uma regra de cálculo aceite somente um lançamento de débito por Prefeitura responsável (podendo ser econômico, imóvel ou contribuinte);
Permitir que o usuário defina a fórmula e construa a regra de cálculo das receitas, sem a necessidade de acionar a empresa provedora do sistema para adequação dos cálculos à legislação municipal;

Possibilitar o consumo de parâmetros da planta genérica de valores para definição da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a consulta de documentação do sistema para identificação das expressões e suas sintaxes aceitas pelo sistema para montagem da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a realização de simulações de cálculo e apresentação de resultado de cada instrução da fórmula para validação da regra de cálculo;
Possibilitar que no momento do cálculo, o sistema solicite o preenchimento de campos flexíveis (definidos pelo usuário) para realização do cálculo, ou que execute o cálculo com base em informações oriundas de dados cadastrais, sem a necessidade de qualquer informação adicional, conforme definições das regras de cálculo do código tributário;
Permitir que o sistema registre histórico da memória de cálculo com os resultados de cada linha, assim como os dados circunstanciais da hipótese de lançamento.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente no navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Lançamento por período;
- Arrecadação por período;
- Débitos vencidos por período;
- Acompanhamento da Arrecadação;
- Inadimplências;
- Imóveis edificações X terrenos vazios;
- Aberturas e fechamentos de empresas;
- Situação da dívida ativa;
- Arrecadação por classificação da receita;
- Maiores pagadores;
- Maiores devedores;
- Baixas sem arrecadação.

Possibilitar a emissão de certidão de benefícios, que demonstre quais benefícios estão aprovados para o imóvel, cadastro econômico ou contribuinte, certificando assim de que o mesmo possua isenção ou imunidade sobre tributos conforme definição do benefício;
Possibilitar a emissão de certidão de dados do cadastro econômico, como certidão de enquadramento em atividades econômicas, certidão de suspensão do econômico, certidão de desenquadramento, certidão de início de atividade do econômico e certidão de baixa do econômico;
Possibilitar a emissão de espelho do cadastro imobiliário, certidão cadastral imobiliário;
Permitir a emissão de certidão de valor venal imobiliário, que possibilite o cálculo do valor venal do imóvel no momento da emissão da certidão ou buscando o último valor venal calculado por ocasião do cálculo de IPTU por exemplo.

PORTAL DO CONTRIBUINTE

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura;
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte;
O portal do contribuinte deve ser parametrizável, podendo personalizar imagens, textos, links, botões e grids, que serão exibidos para o contribuinte;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de certidão negativa (caso o contribuinte não possua débito), ou certidão positiva com efeito de negativa, quando for o caso;
Disponibilizar em evidência somente a emissão/consulta dos débitos referentes ao IPTU do ano em questão;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das Certidões, Alvarás e documentos emitidos pelo sistema.
Disponibilizar por meio do portal, função para o contribuinte realizar a simulação do parcelamento de REFIS, identificando claramente quais débitos podem ser negociados e quais não podem ser negociados;
Disponibilizar por meio de portal a função para o contribuinte realizar o requerimento do REFIS, para posteriormente ser homologado no respectivo setor da entidade;

MÓDULO REDESIM WEB

O Sistema deverá estar preparado para a integração com o Cadastro Sincronizado, nos padrões estabelecidos na legislação específica (REDESIM), possibilitando ao município uma melhor qualidade nas informações e garantia de que 100% das empresas estabelecidas e inscritas no CNPJ estarão na sua base mobiliária;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de inscrição dos contribuintes no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de alterações dos dados cadastrais de contribuintes inscritos no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Permitir a complementação das informações referente aos paramentos para tributação dos impostos e taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Permitir a inclusão dos contribuintes no Cadastro Mercantil gerando automaticamente o número de sua inscrição municipal;
Efetuar o cálculo das taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Informar a inscrição municipal gerada e as URLS via WEBSERVICE, permitindo a impressão do DAM para pagamento das taxas mercantis e impressão do Alvará de Localização e Funcionamento através do site da REDESIM;
Registrar informações de forma a identificar as inscrições geradas a partir da REDESIM;
Possuir os seguintes relatórios:

- Consultas prévias por usuário
- Documentos emitidos
- Empresas por atividade
- Empresas por município
- Questionário não respondido
- Consultas prévias indeferidas
- Documentos

I) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;

O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DO PORTAL VOLTADO PARA A NFS-E

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use.
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapte a configuração do WEB Browser utilizado e ao tamanho do monitor ou do dispositivo móvel, sem perder a funcionalidade.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura.
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das NFS-e emitidas.
O portal do contribuinte deve ser configurável, ajustável e mantido pela própria Prefeitura sem dependência da empresa prestadora de software, e assim conforme o desejo da Prefeitura, permitir personalizar imagens, redigir textos, criar botões e links de acesso, criar atalhos para outras páginas e documentos hospedados na internet, que serão exibidos para o contribuinte e serão a interface principal de comunicação com a Prefeitura.
Deverá possuir rotina para que o usuário inclua link de outros sites diretamente no portal e este poderá ser executado dentro do portal.
Possuir emissão e consulta do documento de alvará pelo portal do contribuinte.
Permitir que, de forma integrada com sistema tributário, seja possível ao prestador visualizar as leis de renegociação de débitos disponíveis para o seu perfil e realizar requerimento e simulação de valores diretamente pelo portal do contribuinte.
Consulta de acordos efetivados diretamente pelo portal do contribuinte.

REQUISITOS DO SOFTWARE - NFS-E

As parametrizações do sistema devem possuir controle de data e vigência, de forma que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização, para que seja mantida a rastreabilidade das mudanças de comportamento do sistema.
O sistema deve permitir parametrizar o endereço de e-mail base da unidade gestora, através do qual seja possível enviar e-mails de comunicação com prestadores, usuários, etc.
Permitir parametrizar as alíquotas gerais mínima e máxima do ISSQN a ser configurada na tabela de atividades econômicas do município, de forma que as alíquotas específicas de cada atividade respeitem esse critério.
Permitir parametrizar o logotipo da unidade gestora que será impresso na NFS-e e nos relatórios demais relatórios.
Permitir parametrizar se os registros da tabela CNAE (Classificação nacional de atividade econômica) devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.

Possibilidade de parametrizar se os itens da Lei 116 devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.
Permitir parametrizar a alíquota mínima e máxima a ser configurada para os prestadores de serviço optantes do simples nacional.
Permitir gerar a guia de ISSQN de forma separada ou automática ao encerramento da competência mensal do econômico, conforme desejo da Prefeitura.
Permitir parametrizar que o vencimento do lançamento do ISSQN do econômico possa ser individualizado.
Permitir parametrizar que o econômico tomador do serviço gere guias do ISSQN individualizadas por prestador do serviço.
Permitir parametrizar que os valores de materiais da construção civil sejam abatidos da base de cálculo do ISSQN na NFS-e com limitação de um percentual máximo para este abatimento.
Permitir parametrizar o tempo (em dias) em que uma competência complementar poderá ser utilizada dentro de uma competência mensal do econômico.
Permitir parametrizar a quantidade de dias para o vencimento de NFS-e avulsa.
Permitir parametrizar a alíquota do ISSQN para serviços de cartório.
Permitir parametrizar o número de dias máximo para converter um RPS (Recibo provisório de serviços) em uma NFS-e.
Permitir parametrizar um número máximo de RPS (Recibo provisório de serviços) que será permitido ser enviado em um lote de RPS para processamento.
Permitir parametrizar se somente o tomador de serviço configurado como substituto tributário poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Estimativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Simples nacional” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Estimativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e pode ser diferente do município da unidade gestora quando o prestador do serviço for do tipo MEI (Microempreendedor individual).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e poderá ser diferente do município da unidade gestora.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail contendo um PDF e um XML da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail para um usuário atendente da Prefeitura quando for realizado uma solicitação de adesão à NFS-e por parte de econômicos da Prefeitura e informar o usuário atendente que receberá este e-mail.
Permitir a Prefeitura parametrizar o texto que será mostrado no termo de adesão à NFS-e quando o econômico for efetuar esta solicitação, de forma a personalizar e tornar mais agradável o atendimento às empresas do município.
Permitir a Prefeitura parametrizar um texto que deverá ser demonstrado em todas as NFS-e geradas pelo sistema.
Permitir parametrizar se na NFS-e avulsa haverá retenção do ISSQN por parte do tomador do serviço e podendo limitar para que somente a Prefeitura efetue esta retenção.

Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de aceitação à solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de recusa da solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail do envio da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o horário em que o servidor vai executar os lotes de RPS (Recibo provisório de serviços) enviados para processamento e conversão dos mesmos em NFS-e.
Permitir parametrizar regra de cálculo para:

Geração do lançamento do ISSQN para NFS-e.
NFS-e avulsa.
Declaração de serviços de prestadores de fora do município.
Documentos declarados a partir da DMS (Declaração mensal de serviços).

Permitir parametrizar os itens da Lei 116 que quando utilizados na declaração de serviços de prestador de fora do município fará com que o valor do ISSQN seja retido para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o tipo de controle do cancelamento de NFS-e e NFS-e avulsa, onde poderá ser “Por dia”, “Por hora” ou “Não utiliza”.
Permitir parametrizar a utilização do controle de requerimento para cancelamento de NFS-e, onde quando for necessário cancelar uma NFS-e, o econômico enviará um requerimento de cancelamento para a prefeitura e o atendente fará a análise e o deferimento ou indeferimento do mesmo.
Permitir parametrizar para permitir cancelamento de NFS-e somente quando houver uma outra NFS-e substituta.
Permitir parametrizar para deferir automaticamente quando houver requerimento de cancelamento de NFS-e com NFS-e substituta.
Permitir configurar um usuário atendente da Prefeitura para receber um e-mail contendo o requerimento de cancelamento de NFS-e.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir estrutura para gerar tabelas de atividades econômicas com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir estrutura para gerar atividades de instituição financeira com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir que o código COSIF seja utilizado nesta estrutura onde um código COSIF é vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir estrutura para gerar as atividades notariais (serviços de cartórios). Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir geração de tabelas de alíquotas das atividades econômicas com data/hora de início de vigência e data/hora de fim de vigência (sendo que a data/hora do fim de vigência não é campo obrigatório ao cadastrar nova tabela).
Permitir que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização.
Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Possuir agenda de vencimentos de tributos.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores.
Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções em débitos vencidos.
Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução. O cadastro de parâmetro deve obrigar a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos impostos.
Na definição das atividades econômicas, possibilitar a determinação das atividades primárias e secundárias e o controle da respectiva vigência de cada atividade.
Para cada atividade definida, permitir a definição dos critérios de inexigibilidade, como isenção e imunização, bem com a respectiva vigência, ato regulamentador e observações gerais.
Permitir que arquivos sejam disponibilizados (através de upload) para que os usuários efetuem o download dos mesmos.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir montar tabelas de atividades econômicas conforme regulamentação municipal.
Permitir montar tabelas de atividades de instituição financeira. Nesta estrutura deve constar o código COSIF, onde o código COSIF seja vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir controlar atividades notariais (serviços de cartórios) com alíquota.
Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir a montagem de novas tabelas de alíquotas de atividades econômicas com controle de histórico e vigência entre as mesmas, para permitir a Prefeitura atualizar constantemente suas alíquotas sem perda de histórico e rastreabilidade.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores conforme padrão do convênio bancário.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através do sistema.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções monetárias em débitos vencidos.
Permitir a parametrização de benefícios a serem aplicados sobre o ISSQN. Deve ser permitido criar benefícios a serem aplicados sobre empresas ou atividades econômicas.

Permitir a Prefeitura realizar upload de arquivos e configurar para que os usuários efetuem o download dos mesmos, visando criar um canal de comunicação com funcionários e empresas do município. Os arquivos para download devem permitir controlar nível de acesso, para que se necessário, seja possível restringir alguns arquivos para somente serem baixados por pessoas específicas.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir configuração de alíquota especial por prestador de serviços ou atividade econômica.
Permitir que um cadastro de pessoa física/jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível efetuar a importação de seus logotipos e imagens da empresa.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível cadastrar mais de um endereço para o mesmo.
Permitir bloquear econômicos específicos para a emissão de NFS-e.
Permitir vincular os modelos de documentos fiscais mantidos pelo econômico (Nota fiscal bloco ou formulário, RPS (Recibo provisório de serviços), etc.
Permitir configurar o econômico para habilitá-lo para utilização de webservice de integração entre o sistema mantido pela empresa e sistema de gestão da Prefeitura.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo SIMEI.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como estimativa.
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa.
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir informar se a empresa é nomeada como substituto tributário.
Permitir o controle de situação dos cadastros econômicos em: ativo, baixado e suspenso.
Permitir que o atendente efetue o processo de deferimento/indeferimento da adesão à emissão de NFS-e do econômico.
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço.
Permitir a inclusão de sócios dos econômicos, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade.
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos.
Não permitir a emissão da NFS-e sem o respectivo deferimento da solicitação de adesão à NFS-e por parte dos atendentes.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).
Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).

Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador através da tela de emissão de NFS- e para facilitar o registro dos dados.
Realizar o controle de inexigibilidade conforme as definições realizadas no cadastro do contribuinte, seja por isenção, imunização, opção pelo Simples Nacional, opção pelo SIMEI ou tributação fora do município.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML (no padrão ABRASF) da mesma.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML (a exportação deve ser em padrão ABRASF).
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e pelo próprio prestador de serviços.
Permitir que o atendente da Prefeitura consulte sobre solicitações de cancelamento realizadas e, com isso, possa optar pelo deferimento/indeferimento do pedido de cancelamento da NFS-e.
Possuir rotina onde o atendente possa cancelar diretamente uma NFS-e, sem que haja solicitação por parte do prestador de serviços.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Permitir que o prestador realize o lançamento de NFS-e avulsa, sem esta necessitar estar amarrada a uma competência.
Permitir a emissão de NFS-e avulsa para prestadores que recorrem ao município para obter documento fiscal. Para esta modalidade, não permitir o envio da nota por e-mail ou impressão antes que o pagamento da guia de recolhimento seja efetuado.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).

Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).
Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que o prestador realize a emissão de guia de recolhimento referente a(s) NFS-e(s) que lançar.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) somente após a confirmação do pagamento da guia de recolhimento e devida baixa no débito referente a mesma, tudo interligado em tempo real com o setor tributário.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML da mesma.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) logo após a geração da mesma, quando o valor do ISSQN for retido pelo tomador do serviço.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Geração guia para pagamento unificando várias competências em um único documento de arrecadação.
O sistema deve possuir rotina de WebService, seguindo o padrão ABRASF de comunicação e oferta dos serviços.

Permitir a geração de NFS-e. Esta geração deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a geração da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna uma NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir recebimento de lotes de RPS (Recibo provisório de serviço) para processamento somente para os econômicos que estiverem habilitados para tal.

O recebimento do lote deverá ser síncrono, ou seja, o prestador do serviço envia o lote de RPS e o serviço valida estes dados e retorna um protocolo do lote recebido ou uma lista com as inconsistências encontradas.

O processamento do lote para conversão dos RPS em NFS-e deverá ser assíncrono, ou seja, o processamento somente será realizado no período parametrizado para que tal processamento ocorra.

Deve haver opção de parametrização de processamento de lote assíncrono: em tempo real e em hora programada.

Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e. Esta solicitação deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para o cancelamento da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada ou o protocolo com o requerimento do cancelamento (depende da parametrização) ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a substituição de NFS-e. Esta substituição deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a substituição da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada e substituída e a NFS-e substituta ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de lotes RPS enviados para processamento. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do lote, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e a partir do RPS (recibo provisório de serviços). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do RPS (NFS-e), o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e por intervalo de notas (número inicial e final). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta das NFS-e, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta do requerimento de cancelamento da NFS-e. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta, o serviço valida estes dados e retorna a situação atual do requerimento ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir que o prestador de serviços tenha acesso ao sistema.

Permitir que o prestador visualize seu cadastro e que possa alterá-lo parcialmente.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus telefones.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus contatos eletrônicos.

Permitir que o prestador defina o conteúdo que sairá no complemento de todas as NFS-e geradas pelo mesmo.

Permitir que o econômico optante do simples nacional e SIMEI dê manutenção nas informações de simples nacional (mudança de alíquota ou opção de SIMEI).

Permitir que o econômico dê manutenção em seus logotipos (logomarca).

Permitir a impressão do livro eletrônico de serviços prestados e contratados.

Na impressão do corpo do livro devem constar as seguintes informações: número da nota, data de emissão, CPF/CNPJ do tomador do serviço, situação do documento (emitido/cancelado), atividade, valor do documento, alíquota, valor tributável e valor do ISSQN e se o valor do ISSQN foi retido.

Permitir filtrar por data inicial e final da emissão do livro dos documentos fiscais.
Permitir que o tomador tenha formas de acesso ao sistema.
Permitir que através do código de autenticidade, o tomador do serviço possa certificar-se da veracidade da NFS-e.
Permitir o controle de acesso através do uso de certificado digital.
Permitir a declaração de serviços contratados com, no mínimo, as seguintes informações do documento fiscal: número e data de emissão, valor do serviço, CNPJ ou CPF do prestador do serviço indicação do imposto retido ou não.
Permitir, de forma integrada com o software tributário a geração e emissão de guias de recolhimento, seja de serviços prestados ou contratados.
A apuração dos valores a serem gerados na guia deverá ser realizada de forma automática pelo aplicativo baseado nos critérios do setor de tributação.
Permitir que o prestador realize a emissão de guias de recolhimento referentes a competências já encerradas.
A geração da guia deve ocorrer em tempo real no software tributário, ou seja, deve estar disponível no banco de dados do software tributário, logo após a sua geração.
Permitir a geração de várias guias por mês e ano, conforme a criação das competências.
Permitir a reemissão de guias vencidas, possibilitando atribuir uma nova data de vencimento, onde os juros e multas deverão ser apurados automaticamente pelo software tributário, conforme os critérios estabelecidos.
A guia a ser emitida deve seguir o modelo de Ficha de Compensação.
Não permitir a geração e emissão de guia para contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto nos casos em que este seja tomador de serviços.
Permitir a consulta da lista de serviços e respectivas alíquotas para a apuração de ISSQN.
Exibir o código da atividade, descrição e respectiva alíquota.
Verificar a autenticidade de NFS-e com as mesmas funcionalidades do perfil Prestador de Serviços.
Permitir a solicitação da adesão à nota fiscal de serviços eletrônica, onde o prestador tenha acesso ao texto do Termo de Adesão.
Permitir a consulta da solicitação de adesão à NFS-e.
Permitir o requerimento de cancelamento ou o cancelamento da NFS-e conforme parametrização.
Permitir que através de uma arquitetura de webservices, os softwares de enfoque comercial dos contribuintes possam integrar-se ao módulo de NFS-e da administração municipal, viabilizando a integração entre os sistemas.
Permitir que o prestador de serviço tenha acesso ao envio de lote de RPS a partir do site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que o prestador de serviço possa visualizar a situação do lote de RPS enviado para processamento através de uma tela de gerenciamento de lote de RPS disponibilizada no site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que os econômicos tenham acesso a toda a documentação dos webservices, a fim de que os mesmos possam se adequar ao produto, baseando- se nesta documentação.
Permitir a declaração de documentos fiscais de serviços prestados, por modelo de documento fiscal, com o registro das seguintes informações sobre o documento: número, situação, tipo de operação, natureza de operação, CPF/CNPJ do tomador, data, valor do serviço, valor tributável e indicação do imposto retido ou não.
Efetuar a carga automática dos documentos a serem declarados, conforme informações da autorização de impressão de documentos fiscais.
Permitir a manutenção dos dados dos documentos fiscais declarados antes do encerramento da competência.

Permitir declaração de serviços prestados, que possibilite aos contribuintes declararem o faturamento mensal por atividade constante do seu cadastro municipal.
Permitir a manutenção dos dados declarados antes do encerramento da competência.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços de instituições financeiras.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir que o prestador realize a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir que o prestador realize a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços cartorários.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir ao prestador realizar a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir ao prestador realizar a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve conter único usuário e senha para um contador, mesmo que ele atue como contador de várias empresas prestadoras de municípios.
Permitir ao contador criar novas competências para declaração de serviços, referente à(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador encerrar a competência, gerando automaticamente os lançamentos referentes à competência em questão da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar a declaração dos serviços referentes à competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar o lançamento/alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável, onde será registrado o log de tais operações.
Permitir que o contador realize o lançamento de serviços contratados no período referente à competência aberta da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador realize a emissão de guias de recolhimento referentes às competências já encerradas da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador emite o(s) livro(s) fiscais da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o declarante seja o prestador do serviço ou o tomador do serviço.
O prestador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
O tomador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
Permitir acesso rápido ao cadastro de prestador e/ou tomador do serviço.
Permitir informar quem é o responsável pelo recolhimento do ISSQN. Caso o item da Lei 116/2003 utilizado na declaração estiver cadastrado para não permitir alterar o responsável pelo recolhimento do ISSQN, este campo ficará fixo para o “tomador do serviço” e não permitirá alterar.
Permitir que o próprio declarante gere a guia de recolhimento de ISSQN da nota declarada.
Permitir somente uma competência mensal normal para cada econômico.
Permitir “N” competências complementares mensais para cada econômico. Período em que a competência complementar utilizada pode ser definida por parâmetro.
Criar automaticamente uma nova competência mensal para o próximo mês quando uma competência é encerrada pelo prestador de serviço.

Permitir a consulta de todas as competências existentes, com a visualização detalhada das competências (movimentação e encerramento).
Permitir que no encerramento de competência, o prestador de serviços tenha acesso às informações do período vigente, que facilitem a conclusão deste processo, como: total de serviços, informações de ISSQN retido e não retido, e os valores devidos de ISSQN, separando estes valores em serviços prestados, tomados e intermediados.
Apresentar o detalhamento dos serviços prestados, tomados e intermediados no período, separados por atividade econômica, com as informações de: quantidade de documentos fiscais declarados, quantidade de documentos fiscais tributados, valor total dos documentos fiscais declarados e valor do ISSQN.
Permitir que ao confirmar o encerramento da competência, o software gere ou não no software tributário, o lançamento do ISSQN, separando em lançamento referente a serviços prestados, serviços tomados e serviços intermediados conforme parametrizações específicas para geração e separação dos lançamentos.
Permitir que após a conclusão do encerramento da competência, o econômico tenha acesso ao lançamento do ISSQN a recolher gerado no encerramento ou na geração do lançamento em tela específica, onde o mesmo poderá efetuar a impressão da guia de recolhimento do ISSQN.
Permitir, em casos onde não exista movimentação no período, esta declaração, onde o prestador evidencie observações acerca da não movimentação de serviços prestados no período.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos referentes a receita de ISSQN (fixos, obras) permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo.
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos.
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento.
Possuir rotina para importação de arquivo oriundo do SIAFI referentes a retenções feitas por órgãos federais conforme convenio realizado pela entidade e Banco do Brasil.
Permitir ao prestador de serviços cadastrar as obras que estão sendo executadas, registrando os materiais de construção a serem utilizados nas mesmas.
Permitir a transferência de materiais de construção entre obras controlando o saldo de cada uma.
Na emissão da NFSe dever ser possível informar o código da obra pré-cadastrada, e também os materiais vinculados a mesma e após a emissão da NFSe serão deduzidos dos saldos de materiais daquela obra.
Possuir rotina para envio de notificação automática para prestadores que possuam débitos com o fisco.
Possuir controle de leitura pelos prestadores de serviços das mensagens lidas e não lidas.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente do navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Maiores emissores;
- Maiores emissores de documentos (NFS-e e DMS);
- Maiores de emissores de NFS-e avulsa;
- Maiores emissores por valor do ISSQN calculado;
- Maiores emissores por valor do ISSQN devido;
- Maiores emissores por valor do ISSQN bruto;
- Maiores emissores por valor do ISSQN líquido;

Geração de extrato de movimento dos tributos do prestador, possuindo no mínimo, débitos, pagamentos, cancelamentos, pendentes, créditos. Sendo possível geração de gráfico.

Disponibilizar, quando da indisponibilidade da Internet, meio eletrônico para emissão do Recibo Provisório de Serviço.
Disponibilizar software desktop que possibilita a geração de Recibos Provisórios de Serviços – RPS (off-line), proveniente de fatos geradores de ISS, na máquina do contribuinte.
Emissão e conversão dos recibos provisórios de serviços em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), por meio de lotes de recibos, mediante sistema instalado na máquina do contribuinte (webservice e ou integração via xml).
Permitir a consulta, alteração e impressão dos recibos existentes, desde que não convertidos em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

SIMPLES NACIONAL WEB

Permitir efetuar uma conciliação entre os valores de ISSQN a recolher gerados a partir de NFS-e e DMS (declaração mensal de serviços) de econômicos optantes do simples nacional e optantes do SIMEI com os valores recebidos pela unidade gestora através do DAF607 (valores pagos pelos econômicos optantes do simples nacional e SIMEI) para o governo federal, os quais são repassados para a unidade gestora.
Deve mostrar o valor estimado do ISSQN a partir das NFS-e e DMS e o valor recebido através do DAF607, apurando as diferenças ou efetuando o encerramento da conciliação do econômico quando não houver diferenças.
Permitir integração com a Receita Federal através do arquivo PGDAS.
Permitir importar e consultar os dados nos arquivos disponibilizados no Portal do Simples Nacional, PGDAS
Permitir gerar as seguintes consultas:
Identificação das alíquotas apuradas pela Receita Federal;
Consulta de declarações feitas pelas empresas para a Receita Federal;
Consulta de empresas que não estão declarando para a Receita Federal;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses declarados a Receita Federal;
Detalhamento da movimentação e impostos pagos pelas empresas a Receita Federal;
Consultas de declarações feitas pelas empresas classificadas como MEI;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses das empresas classificadas como MEI;
Apuração a empresas que estão declarando à Receita Federal, porém não possuem cadastro na entidade;
Consulta e cruzamento de dados das declarações feitas para a Receita Federal com o livro fiscal gerado na prefeitura;
Consulta e cruzamento de dados dos pagamentos feitos para a Receita Federal com os valores de declaração feitos para a Receita Federal;

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQLServer;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do usuário;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão deles em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem de dados da grid em todas as aplicações que contém grid principal;

Possuir ajuda passo a passo contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;
Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema tributário, aproveitando todo o recurso de lançamento de taxas, multas de infrações etc.;
Ter integração nativa com sistema de gestão de ISSQN (NFS-e), aproveitando todo o cadastro de empresas, movimentações e apurações realizadas;
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS DE CADASTROS - FISCALIZAÇÃO

Fiscal:

Permitir cadastrar os fiscais da unidade gestora;
Permitir pesquisas nos cadastros de fiscais;
Permitir controle de horário de trabalho dos fiscais, bem como de afastamento para facilitar a gestão da agenda dos fiscais;
Manter controle histórico dos cadastros de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Equipe de fiscais:

Permitir a montagem de equipe de fiscais, especificando quem são os chefes de equipes de fiscais;
Permitir a restrição de acesso de forma que um fiscal não consiga ver ou movimentar dados, agendas e fiscalizações de outro fiscal;
Permitir controle de acesso do chefe dos fiscais sobre sua equipe, podendo ver e configurar dados;
Manter controle histórico das equipes de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

26. Itens de fiscalização:

a. Permitir cadastrar os itens a fiscalizar;

Permitir controle de previsão de período de execução para cada item de fiscalização;

Permitir que o controle de previsão de execução seja em dias corridos ou dias úteis, para cada item de fiscalização;

Permitir a categorização de cada item de fiscalização em tipos fixos e rastreáveis para montagem futura de relatórios (fiscalização sanitária, fiscalização tributária, fiscalização de posturas, fiscalização de obras etc.);
Permitir o vínculo de itens de fiscalização com os fiscais de forma que seja possível restringir\controlar os assuntos que cada fiscal pode manusear;
Manter controle histórico dos cadastros de itens de fiscalização (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO - FISCALIZAÇÃO

Agenda do fiscal:

Permitir a configuração de agenda do fiscal

Permitir o controle de situação da agenda (pendente, encerrado, cancelado, em execução etc.);
Manter controle histórico das modificações da agenda do fiscal (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Permitir consulta de todas as agendas dos fiscais

Ser possível visualizar o início de o fim de cada agendamento já registrado;

Permitir a consulta por dia, por semana e por mês, de forma que seja possível analisar a disponibilidade dos fiscais e a colisão de agendas;

Permitir consultar todos os agendamentos já registrados: pendentes, encerrados, cancelados etc.;

Permitir consultar por fiscal;

Permitir consultar por equipe;

Permitir consultar por data de agendamento;

Permitir agendar vários fiscais para atuarem juntos numa única demanda;

Permitir agendar fiscalizações separadamente para cada fiscal;

Permitir prorrogar\adiar agendamentos já registrados;

Possuir controle de acesso de forma que um fiscal não possa lançar agendamento para outro e nem visualizar os agendamentos feitos para outros fiscais a não ser esteja configurado como chefe de equipe e assim poderá ver somente os dados de sua equipe;

O sistema deve ser capaz de calcular o esforço para cada tipo de fiscalização e calcular o preenchimento e ocupação da agenda fiscal automaticamente de forma a facilitar a distribuição de tarefas e a gestão sobre as agendas dos fiscais;

O sistema deve ser capaz de distribuir automaticamente as fiscalizações na agenda do fiscal de acordo com o prazo mínimo previsto para cada atividade em relação à carga horária do fiscal que está disponível, facilitando o preenchimento da agenda para trabalhos em massa ou em longos períodos;

Permitir registro de agendamento para vários tipos de fiscalizados:

Agendamentos para imóveis, com opções de filtro por:

Imóvel urbano ou rural;

Logradouros de imóveis;

Proprietários;

Demais campos cadastrais do imóvel;

Agendamento para empresas, com opções de filtro por:

Natureza jurídica;

Regime de tributação;

Situação da empresa;

Portel empresarial;

Atividade econômica, CNAE, Itens da lei 116/2003;

Endereço das empresas;

Demais campos cadastrais da empresa;

Agendamento para Logradouros, com opções de filtro por:

Bairro;

Distrito;

Tipo de logradouro;

Agendamento para pessoas físicas ou jurídicas;

Estes dados de fiscalizados precisam vir de base única cadastral de movimentação de outros módulos (Tributário, NFS-e, Licitações, Contabilidade etc.);

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todos os processos e protocolos da fiscalização;

Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;

Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de fiscalização a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo de fiscalização, ordem de serviço etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade dos processos de fiscalização, de forma apoiara equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)

Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de fiscalização, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;

Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

Permitir a integração do sistema de Fiscalização com o sistema Tributário, de forma que seja possível configurar emissão de débitos (multas, autos de infração, penalidades tributárias, DAM etc.;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo de fiscalização

Controlar todo o fluxo da fiscalização através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de fiscalização que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;

Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo da fiscalização possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo de fiscalização;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo de fiscalização sem um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;
Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;

Permitir a emissão de termos exclusivos do processo de fiscalização
Emissão do termo de encerramento da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação do início da fiscalização
Emissão do termo de início de fiscalização
Impressão da ordem de serviço
Apreensão;
Desapreensão;
Laudo de fiscalização;
Deslacração;
Lacração;
Desinterdição;
Interdição;
Intimação;
Advertência fiscal;
Recomendação/orientação fiscal;
Auto de infração;

COMPRAS E LICITAÇÃO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;

Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - COMPRAS E LICITAÇÕES

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o preço a ser considerado no balizamento por Maior Preço; Média dos Preços ou Menor Preço.

Permitir parametrizar em que fase da compra se torna obrigatório o vínculo com dotação orçamentária;
Permitir parametrizar o nome das aplicações relacionadas a solicitações e listas de compras;
Permitir parametrizar o tipo de numeração dos processos licitatórios por Sequência digitada; Sequencial Geral; ou Sequencial por Modalidade de Licitação.
Permitir parametrizar se no gerenciamento de itens a descrição pode ser informada manualmente.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão pré-análise para aprovação dos itens.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão preço estimado informado.
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação é para compra ou alienação;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla credenciamento;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla SRP (Sistema Registro de Preços);
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação contempla o chamamento;
Permitir parametrizar o modo de disputa da modalidade de licitação por Fechado (propostas com envelopes fechados); Aberto (lances); ou Fechado-Aberto (propostas com envelopes fechados seguidas de lances).
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta, considerando, o Critério de avaliação da licitação; a Classificação do objeto da licitação; o Regime de execução da licitação; e a Quantidade de dias.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta atribuindo a forma de cálculo por Dias corridos ou por Dias úteis.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação as responsabilidades no processo licitatório e se há obrigatoriedade ou não para essas responsabilidades;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os tipos de documentos que devem ser vinculados no processo licitatório;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação informações para cotização compulsória para ME/EPP (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte):

Percentual para empate ficto para ME/EPP;
Cotização compulsória ME/EPP;
Mínimo de licitantes para aplicar a cotização compulsória ME/EPP.

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: números de licitações.
Permitir padronização dos nomes básicos dos itens e seus modificadores, características específicas para identificação criteriosa dos itens;
Permitir cadastrar item base, tipificando-o em bem patrimonial, concessão de serviço público, direito real de uso, obra, permissão de serviço público, produto ou serviço;
Permitir controlar o item base cadastrado por data para que um novo item base se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir classificar os itens bases por estrutura hierárquica que possam expressar grupo, subgrupo e quantos níveis forem do interesse da entidade;
Permitir controlar a classificação de itens bases por data para que uma nova classificação se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir que os modificadores cadastrados na classificação sejam aplicados ao item base que se vincula a esta mesma classificação, padronizando a nomenclatura do item base;
Permitir controlar em que nível da árvore de classificação é permitido inserir item base;
Permitir vincular natureza de despesa conforme classificação da despesa pública à classificação do item;
Permitir incorporar o nome do item base e seus modificadores ao item cadastrado;

Permitir descrever o item com nomenclatura diferente àquela dada ao item base que o identifique;
Permitir vincular o item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir vincular o item a(s) unidade(s) de medida(s);
Permitir vincular a unidade de medida do item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir inserir texto com descrição detalhada do item com número de caracteres ilimitado;
Permitir controlar o item cadastrado por data para que um novo item se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir inativar o item encerrando sua vigência em data pré-determinada, permitindo a higienização do cadastro de itens;
Permitir definir qual unidade de fornecimento se constitui em padrão de item.
Permitir cadastrar tipos de fontes de preço para formação do banco de preços;
Permitir inserir outras fontes de preços cadastradas pelo usuário ao banco de preço;
Permitir consultar itens cotados pelo banco de preço;
Permitir consultar preço por item pelo banco de preço;
Permitir consultar preço do item por fornecedor pelo banco de preço.
Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;
Permitir cadastrar comissão segundo os tipos: especial, leiloeiro e equipe de apoio, permanente e pregoeiro e equipe de apoio.
Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

- Tipo da lei;
- Esfera governamental;
- Número e ano da lei;
- Data de aprovação;
- Período de vigência.

Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.
Permitir criar um tipo de objeto de compra vinculado com a classificação de objeto da lei geral de licitações (8666/93);
Permitir apontar que um tipo de objeto de compra é utilizado para reforma.
Permitir criar tabelas de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em solicitações e listas de compra.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de itens.
Na criação da tabela de itens permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, tabelas de itens, compras diretas e licitações).
Permitir criar tabelas de preços de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em processos de compras.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de preços.
Na criação da tabela de preços permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, compras diretas e licitações).
Permitir configurar o nome das solicitações utilizados pela entidade;
Possuir painel de gerenciamento de itens nas solicitações e lista de compra que possibilite: Inserir itens; Alterar itens; Detalhar itens com estrutura administrativa e dotação; Inserir fonte de preço; Balizar item; Remover; e Copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.
Permitir que o usuário elabore solicitações de itens expressando sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega imediata;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de item para a estrutura administrativa;

Permitir parametrização indicando se a solicitação de itens deve passar por pré- análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de item para outra solicitação de item, ou para uma solicitação de compra ou ainda, para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para solicitação de item a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir cancelar solicitações de item;
Permitir balizar os preços nas solicitações de item;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de item, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de itens antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir visualizar na solicitação de item quais solicitações de itens e/ou solicitações deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de item se existem solicitações de compra e/ou listas de compras geradas a partir dela;
Permitir, a partir das solicitações de itens, a análise de disponibilidade de itens nos fornecedores para entrega imediata pela entidade por meio de qualquer processo de compra;
Permitir a geração de ordens de fornecimento dos itens solicitados, a partir da análise automática de disponibilidade nos fornecedores;
Permitir análise em massa de solicitações de itens, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir que o usuário elabore solicitações de compra que expressam sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega futura;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de compras baseada na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as solicitações de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de compra para outra solicitação de compra ou ainda para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para uma solicitação de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de compras antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir cancelar solicitações de compra;
Permitir balizar os preços nas solicitações de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações de compras, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de compras durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir visualizar na solicitação de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de compra se existem listas de compra geradas a partir dela;

Permitir que o setor de compras crie suas listas de compras a partir das solicitações dos departamentos antes de iniciar o processo de compras. Estas listas de compras devem consolidar as necessidades de compra para atendimento das solicitações de vários setores da entidade;
Permitir que seja feito lançamento de listas de compras baseadas na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as listas de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma lista de compra para outra lista de compra ou ainda para uma solicitação de item ou solicitação de compra;
Permitir a importação de itens para uma lista de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das listas de compras antes de passar disponibilizar para gerar licitações e/ou compras diretas;
Permitir cancelar lista de compra;
Permitir balizar os preços nas listas de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da lista de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações por item e de solicitações por compra, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir o visualizar na lista de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na lista de compra se existem licitações geradas a partir dela.
Permitir parametrizar em que ponto do sistema, se na solicitação de item, solicitação de compra ou lista de compra, será obrigatório o preenchimento da dotação orçamentária quando houver necessidade;
Permitir gerar processo de compra, agrupando itens de lista de compras de diferentes setores da administração, objetivando compras com melhores preços, prazos e condições de pagamentos;
Controlar todo processo de compra efetuado, referente a licitações, pregões, regimes diferenciados de contratação, dispensas ou inexigibilidade, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Permitir registrar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada;
Possuir painel de gerenciamento de itens no processo de compras que possibilite:

- Adicionar itens;
- Alterar itens;
- Reorganizar itens
- Remover itens;
- Remover em massa;
- Copiar banco de preços do documento de origem.
- Balizar

Na operação de adicionar itens deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas no processo de compra, por listas de compras; por estrutura administrativa; por classificação de itens; ou por itens.
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de percentual;
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de valor;

Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
Permitir consultar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, os processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada por:

Período de abertura;
Número e/ou Ano;
Modalidade;
Tipo do objeto;
Situação;
e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir acompanhar todo o processo licitatório, visualizando os dados cadastrados;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Pregão presencial, Regime diferenciado de contratação (RDC), Concurso, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública;
Permitir inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada;
Permitir credenciamento e chamamento;
Para licitações que geram registro de preços, permitir informar os participantes internos da própria entidade que tenha CNPJ próprio e externos à entidade;
Permitir registrar Participação em processo licitatório de registro de preços de outras entidades;
Permitir registrar Adesão (carona) em ata de registro de preços de entidades externas;
Permitir gerar licitação de compra por meio de listas de compra;
Permitir gerar licitação de compra por meio de tabelas de preço;
Permitir informar os responsáveis pela licitação segundo o tipo de responsabilidade previamente definido;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir que somente MPEs participem das disputas quando existir separação de cotas exclusivas para MPEs;
Permitir o lançamento das propostas por item, por lote ou global, conforme definido em edital.
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em forma de percentual de desconto sobre tabela de preços ou item a item de uma licitação, conforme necessidade;
Permitir informar a marca do item no lançamento de proposta financeira;

Permitir o lançamento das pontuações técnicas do licitante atingidas nas propostas de disputas fechadas;
Permitir o lançamento de pontuação financeira, peso da proposta financeira e peso da proposta técnica nos critérios de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' caso a licitação seja apurada pela média ponderada destas duas propostas do licitante;
Disponibilizar facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira (por valor ou percentual de desconto), em suas dependências, gerando um arquivo digital que contenha os itens de um processo de compra específico;
Permitir importação de propostas financeiras dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas de lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a identificação automática das disputas empatadas e o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar previamente o valor/desconto para que não ocorra empate ficto;
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar se com a posição atual dos lances, existe empate ficto;
Permitir realizar lances para cotas exclusivas para MPEs e para cotas não exclusivas para MPEs quando for o caso;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;

Permitir negociação com os fornecedores licitantes após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas não lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, não seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas não seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir cadastrar os tipos de recursos;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;
Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos de compra.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de compra.
Permitir a cotização compulsória para Microempresas (ME) e Empresas de pequeno porte (EPP) em processos licitatórios de compras conforme definido na Lei complementar 123/2006;
Permitir aplicar a regra de separação das cotas para MPEs para os itens de natureza divisível;
Permitir configurar o percentual máximo aplicado a MPEs e a quantidade mínima de fornecedores competitivos enquadrados prevendo alterações na legislação vigente;
Permitir que usuário modifique o percentual máximo a MPEs aplicado diretamente na licitação contanto que este percentual seja menor que o percentual parametrizado;

Permitir que somente Microempresas e Empresas de pequeno porte enviem propostas e/ou participem de lances em cotas exclusivas para MPEs.
Controlar todo processo de compra direta efetuado, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Realizar o controle de compra direta em aplicação separada da aplicação de licitações;
Controlar todo fluxo desde a criação até encerramento da compra direta por meio de operações.
Permitir as seguintes operações na compra direta:

- Adicionar compra direta;
- Anular compra direta;
- Apurar vencedor;
- Cancelar item;
- Editar compra direta;
- Encerrar compra direta;
- Estonar encerramento;
- Excluir compra direta;
- Iniciar recebimento de cotações;
- Vincular banco de preços;
- Visualizar compra direta.

Possibilitar visualizar todo o histórico de operações executado na compra direta.
Permitir consultar as compras diretas por:

- Período de abertura;
- Número e ano;
- Tipo de objeto;
- Situação;

Permitir criar uma compra direta com as seguintes informações:

- Dados gerais:
  - Número e ano;
  - Tipo de objeto;
  - Descrição;
  - Data;
  - Tipo de avaliação;
  - Condição de pagamento;
  - Forma de fornecimento;
  - Permissão para utilizar cotação eletrônica;
  - Prazo para apresentação de cotações;
  - Referente ao COVID-19
- Justificativas:
  - Justificativa da aquisição;
  - Justificativa da compra direta;
  - Base legal da justificativa;
  - Justificativa do fornecedor.
- Itens:

  Possuir painel de gerenciamento de itens que possibilite adicionar itens; alterar itens; cancelar os itens; remover; e copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.

  Na operação de adicionar deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas na compra direta.

Permitir este filtro por Listas de compras; por Estrutura administrativa; por Classificação de itens; e por Itens.

Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de percentual;

Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de valor;

Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).

Permitir cancelar itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;

Permitir remover itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;

Responsáveis:

Permitir informar responsabilidades na compra direta e as respectivas pessoas (responsáveis);

Permitir editar uma compra direta desde que esta não tenha sido encerrada;

Permitir trabalhar com tipo de avaliação global (um único lançamento de valor por fornecedor para toda a compra direta).

Permitir trabalhar com tipo de avaliação por item (lançamento de valor por item por fornecedor para toda a compra direta).

Permitir vincular uma fonte de preço na compra direta;

Permitir realizar balizamento na compra direta a partir das fontes de preço inseridas;

Permitir definir data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;

Permitir prorrogar a data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;

Permitir iniciar o recebimento de cotações na compra direta;

Permitir pré-selecionar fornecedores para compras diretas que utilizam cotação eletrônica;

Permitir vincular fornecedores por vinculação de banco de preços (cotações) nas compras diretas que NÃO utilizam cotação eletrônica;

Permitir vincular cotação interna em compras diretas. Cotações internas são cotações registradas no sistema pela própria entidade. A entidade recebe as cotações dos fornecedores e registra no sistema.

Permitir vincular cotação eletrônica em compras diretas. Cotações eletrônicas são cotações preenchidas eletronicamente pelos fornecedores no sistema. A entidade cria a compra direta, libera para recebimento de cotações, os fornecedores via sistema preenchem a cotação e a entidade apura a compra direta.

Permitir o preenchimento de cotações eletrônicas diretamente pelo fornecedor (com credenciais de acesso ao sistema);

Permitir visualizar todas as cotações vinculadas a compra direta antes de realizar a apuração do vencedor;

Permitir realizar simulação da apuração antes de efetivar o procedimento;

Permitir desempatar fornecedor segundo o tipo de avaliação (global ou por item);

Permitir apurar o vencedor da compra direta segundo o tipo de avaliação (global ou por item);

Permitir encerrar uma compra direta para que a compra possa seguir para as fases seguintes de contrato e fornecimento;

Permitir estornar encerramento da compra direta desde que esta não esteja vinculada com as fases seguintes (contrato e fornecimento).

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como o preenchimento de cotações eletrônicas;

Controlar o preenchimento de cotações eletrônicas por aplicação específica para cotação eletrônica (aplicação diferente da aplicação de cotação utilizada pelos usuários internos da entidade);
Permitir preenchimento dos itens de acordo com o tipo de avaliação da compra direta (global ou por item).
Garantir consistência que o fornecedor só possa preencher a cotação eletrônica dentro da data limite de entrega da cotação.
Permitir ao fornecedor preencher a cotação e colocá-la disponível para a apuração da compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação eletrônica caso não deseje mais participar da compra direta e está já não tenha sido vinculada a compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação caso tenha sido realizada alteração nos itens da compra direta que justifique um novo preenchimento de cotação eletrônica.
Permitir ao fornecedor visualizar suas cotações eletrônicas;
Permitir ao fornecedor emitir listagem de suas cotações eletrônicas;
Permitir gerar processo de alienação;
Permitir consultar os processos licitatórios de alienação/cessão por:

- Período de abertura;
- Número e/ou Ano;
- Modalidade;
- Tipo do objeto;
- Situação;
- Forma de realização;
- e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Concorrência, Leilão, Regime diferenciado de contratação (RDC) e Licitação dispensada;
Permitir informar os responsáveis pela licitação;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Deve existir um facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira, em suas dependências, a partir de um arquivo digital que contenha os itens de um processo de alienação específico;

Importação de propostas dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos forem menores que os valores mínimos definidos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas e seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;
Permitir negociação com os fornecedores após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos são menores que os valores mínimos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;

Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos licitatórios.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de alienação.
Possibilitar o cadastro de fornecedores, pessoa física ou jurídica, com possibilidade de controle de Certificado de Registro Cadastral.
Permitir cadastrar as informações empresariais do fornecedor com os seguintes dados:

Data de nascimento/constituição;
Natureza jurídica;
Regime de tributação;
Porte empresarial;
Tipo de atuação;
Substituição tributária;
CNAE;
Itens da lei 116/2003;
Simples nacional.;

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como lançamento de propostas, através de seus usuários conectados com perfil de fornecedor.
Possibilitar a inclusão e configuração de diversos tipos (níveis) de Certificado de Registro Cadastral (CRC), indicando quais documentos devem compor o tipo de CRC.
Possibilitar o registro de anotações ocasionais quanto à situação cadastral do fornecedor, para que se tenha um histórico das anotações de cada fornecedor do município.
Possibilitar definição de grupos de documentos equivalentes quanto à exigibilidade para composição do CRC.
Possibilitar que o fornecedor possa requerer a criação ou atualização de CRC, através de seu usuário com perfil de fornecedor.
Possibilitar que o usuário com perfil de fornecedor possa adicionar/indicar os documentos exigíveis para criação ou atualização de CRC.
Possibilitar que a unidade gestora realize a validação e efetivação dos requerimentos de CRC, permitindo reprovação do requerimento, ou aprovação, que deve gerar automaticamente o CRC.
Realizar a criação automática do cadastro de fornecedor, caso não exista, a partir da aprovação do requerimento de criação de CRC.
Possibilitar o controle automático de data de validade de cada CRC, com base nos documentos que o compõem, ou que a Unidade Gestora estabeleça prazo de validade personalizado para o CRC.
Controlar a validade dos documentos e das certidões vencidas ou a vencer dos fornecedores;
Possibilitar controle de situação cadastral do fornecedor a partir de seus Certificados de Registro Cadastral, os quais possuem período de vigência, podendo ser inativados, inativando assim a situação cadastral do fornecedor, e reativados com atualização dos documentos vencidos, voltando a ativar o fornecedor automaticamente.
Possibilitar que um mesmo fornecedor possua mais de um CRC, desde que sejam de tipos diferentes.
Realizar o controle de fornecedor ativo e apto a participar de processos de compras e fornecimento a partir da situação cadastral do mesmo, e que esta situação seja coerente com a situação de seus CRCs e de suas sanções.

Possibilitar a emissão do Certificado de Registro Cadastral, contendo os dados do fornecedor e os dados dos documentos que compõem o CRC.
Realizar geração automática do resultado do processo de compra ao homologar processos licitatórios ou encerrar compra direta com o objetivo de controlar o saldo de execução orçamentária e dos itens deste processo.
Permitir o acompanhamento de cada etapa de processos de compras, referentes a compra direta, inexigibilidade ou licitações, de qualquer modalidade utilizada na administração pública, através de um único local na aplicação.
Possibilitar alterações e eventuais correções sobre os resultados de processos licitatórios, permitindo substituir participantes, alterar itens, alterar datas, saldos, entre outras características relevantes, guardando cada alteração em movimentação histórica com condição de pesquisa.
Permitir a contratação do segundo classificado quando o fornecedor vencedor deixar de fornecer o material ou de executar os serviços.
Possibilitar que todas as alterações de um resultado de processo de compras sejam simuladas pelo usuário antes de sua efetivação, com a condição de comparações da situação atual diante da prospecção de alteração simulada.
Possibilitar alteração cadastral através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral do processo de compra.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da compra/licitação através de aditivos, posteriores à homologação, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada resultado de processo de compra/licitação.
Permitir o controle de saldo de itens de um processo de compras diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma compra/licitação passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do resultado de compra/licitação, e a vinculação de outros documentos ao resultado de compra/licitação após a homologação.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no processo de compras/liquidação, após a homologação.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos resultados de compras/licitações enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Realizar geração automática das ARP ao homologar processos licitatórios de sistema de registro de preços.
Possibilitar lançamento e controle de qualquer alteração dos dados de compras durante sua execução orçamentária, com gerenciamento e rastreamento histórico de todos os dados, controlando desde alterações de correções cadastrais, como aditivos sobre as ARPs.
Possibilitar alteração cadastral e aditivos através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral da ARP.
Possibilitar a inclusão de Carona interno (da própria unidade gestora com CNPJ próprio), ou externo (órgãos e entidades de outras unidades gestoras) em ARPs.
Possibilitar que se realize tipos variados de alterações, conforme disposições legais, dentro de um mesmo aditivo de ARP.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da ARP através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.

Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de uma ARP diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma ARP passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar alterações para transferência de saldo de itens entre compradores participantes e caronas da ARP, com simulação, possibilitando análise de proposta da transferência antes da efetivação.
Possibilitar a geração de documento com dados da ARP, e a vinculação de outros documentos à ARP.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas na ARP.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos das ARPs enquanto as mesmas estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar o cadastro de contratos de tipos diversos, conforme previsto na legislação, provendo a administração de controle contratual e condição de prestação de contas.
Permitir o cadastro de contratos com as seguintes informações: licitação, objeto, data da assinatura e de vigência, participantes, itens discriminados, dados financeiros, dados de subcontratação, controle de percentuais e limites aplicados ao contrato, controle de cauções e garantias, documentos anexados, anotações, dados das publicações, dotações, estrutura administrativa.
Permitir a tipificação de participantes do contrato em: fiscal, representante legal do contrato e controlador de encargos sociais e tributários.
Possibilitar geração automática de Contratos com base nos resultados de processos de Compras ou nas Atas de Registro de Preços, permitindo ao usuário escolher e definir a quantidade de cada item, com base nos saldos atuais da Compra ou ARP.
Possibilitar a criação automática de contrato permitindo a aplicação de inclusão em massa dos itens no contrato com base em filtros indicando valores ou percentuais definidos pelo usuário a partir dos dados de resultado de compra/licitação.
Garantir consistência e rastreamento de informações dos contratos de compra de produtos e serviços, em relação aos dados originais de seu respectivo processo de compras ou ata de registro de preços.
Possibilitar recursos de alterações cadastrais, apostilamentos e aditivos, registrando e controlando todos os dados históricos e possibilitando a consulta das informações completas do mesmo após cada alteração ou aditivo que tenha recebido.
Realizar o controle de saldo para vínculo orçamentário e saldo dos itens de cada contrato, considerando suas alterações apostilamentos e aditivos.
Realizar o controle dos limites legais de aditivação e de subcontratação de contrato durante a criação de seus aditivos.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens do contrato através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de contratos através do consumo por ordens de fornecimento.
Possibilitar aditivo para rescisão contratual, que possa liberar o saldo não efetivado de itens no contrato, permitindo a criação de um novo contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do contrato, e a vinculação de outros documentos ao contrato.

Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no contrato.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos Contratos enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir de saldos de itens diretamente de resultados de processos de compras, ARP ou contratos.
Controlar o saldo de itens de cada processo de compra, ARP e contrato, validando para que o saldo contratado seja controlado a partir do contrato, bem como os valores não contratados sejam controlados a partir de sua origem, possibilitando a contratação parcial, conforme a discricionariedade da unidade gestora.
Possibilitar a geração automática de Ordens de fornecimento com base em análise inteligente do sistema, que verifique a disponibilidade de saldos dos itens solicitados pelos setores, nos mais diversos fornecedores (almoxarifados virtuais), classificando por origem de processo de compra e por contrato.
Possibilitar que o fornecedor possa consultar suas ordens de fornecimento, podendo encaminhar o atendimento das ordens que lhe estejam pendentes.
Possibilitar definir o local de entrega dos itens da ordem de fornecimento, indicando um endereço geográfico.
Possibilitar que a liquidação da Ordem de fornecimento (entrega e conferência dos produtos e serviços) possa ser realizada em uma ou mais etapas.
Possibilitar que a ordem de fornecimento gerada, possa ser aprovada antes de ser encaminhada ao fornecedor para atendimento.
Possibilitar a consulta de ordens de fornecimento por meio de filtros diversos definidos pelo usuário.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir das demandas geradas pelos setores, solicitação de itens, propiciando o rastreamento situacional da solicitação.
Validar para que o saldo de item comprometido em uma ordem de fornecimento não seja vinculado em outra, a menos que a ordem de fornecimento inicial seja cancelada, ou atendida parcialmente.
Controlar saldo de itens que não são liquidados pela quantidade, mas pelo valor financeiro, como alguns serviços e obras, possibilitando acompanhamento do valor total financeiro do item na compra, ARP ou Contrato, em relação ao valor liquidado.
Permitir que o usuário acompanhe o saldo das licitações homologadas a cada ordem de fornecimento emitida, distinguindo entre saldo de origem e saldo contratado.
Emitir ordem de fornecimento por estrutura administrativa.
Permitir integração por meio de importação de empenhos.
Permitir integração dos dados de licitações por meio de web service:

Retornar dados gerais da licitação: Modalidade; Ano; Número; Número do processo administrativo; Descrição do objeto; e Situação do processo licitatório.
Retornar dados detalhados do processo licitatório: Tipo de avaliação; Tipo de apuração; Local de abertura; Data de abertura; Data da proposta; Data de julgamento; Data da homologação; Data de adjudicação; Dados da comissão de licitação; Se é um SRP (Sistema Registro de Preços); Se é um Credenciamento; Se é um Chamamento;
Retornar todos os documentos e publicações vinculados ao processo licitatório, através de download.
Retornar os dados de publicação dos documentos vinculados ao processo licitatório: Tipo do documento; Data de publicação; Órgão de publicação do documento; e Meio de publicação do documento.

Retornar dados dos participantes do processo licitatório: Razão social ou nome; Número do CNPJ ou CPF; Data de apresentação de proposta; e, Se o participante é convidado ou não.

Retornar dados dos itens da licitação com arranjo específico por tipo de avaliação, Global, Por lote ou Por item, Tabelas dos registros por número de itens e Valores dos itens por participantes.

Retornar dados dos vencedores da licitação: Nome ou razão social; CPF ou CNPJ; e Valor total.

Retornar dados detalhados de atas de registro de preço: Número e ano da ata; Comprador/es da ata; Sequência de alteração da ata; Itens e/ou lotes da ata; Saldo atualizado da ata;

Participantes da ata; Vencedores da ata;

Possibilitar no portal a apresentação dos itens de cada comprador na Ata de Registro de Preços.

Possibilitar a consulta de dados da Ata de Registro de Preços filtrando por alteração/aditivo que a ARP tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Permitir integração dos dados de contratos por meio de web service:

Retornar dados gerais do contrato: Tipo do contrato; Número; Ano; Sequência; Data de vigência; Contratado; Modalidade da licitação vinculada ao contrato; e Valor.

Retornar documentos do contrato, através de download: Contratos; Aditivos; e Publicações de documentos.

Retornar dados detalhados do contrato: Objeto do contrato; Dados da licitação vinculada (Ano; Número; e Modalidade); Valor inicial do contrato; Dados dos fiscais vinculados ao contrato (Número do ato de nomeação do fiscal; Ano do ato de nomeação do fiscal; CPF do fiscal; Nome do fiscal; e Relatórios produzidos pelo fiscal no contrato).

Possibilitar a consulta de dados do Contrato filtrando por alteração/aditivo que o mesmo tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Documento de abertura de licitação:

Autorização de abertura de processo administrativo de licitação
Solicitação de abertura de processo administrativo de licitação
Declaração de convite
Solicitação de protocolo geral
Balizamento de preços
Solicitação e/ou lista do setor demandante
Certidão de fixação
Solicitação de parecer jurídico para abertura do processo licitatório
Parecer contábil
Parecer jurídico de abertura do processo licitatório
Parecer jurídico de homologação do processo licitatório

Edital de licitação

Ata de licitação

Ata de registro de lance
Ata de recebimento propostas e habilitação
Ata de julgamento da fase de proposta financeira
Ata de licitação deserta
Ata de licitação fracassada

Anexo de ata
Termo de licitação
Termo de adjudicação
Termo de homologação
Termo de anulação
Termo de revogação
Recurso de licitação
Mapa de licitação
Mapa de apuração e classificação de propostas
Mapa de apuração e resultado
Relatório de licitação
Relação de licitação com valores
Documento de compra
Solicitação de item
Solicitação de compra
Lista de compra
Ata de compra e ARP
Ata de registro de preço
Relatório de compra e ARP
Ordem de fornecimento
Ata de contrato
Ata de negociação de contrato
Fornecedor
Registro cadastral de fornecedor

Permitir cadastrar um layout estrutural no sistema que represente o layout que se queira integrar conforme layout e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um layout estrutural.

Permitir definir tipos de campos de um layout estrutural como: Texto;
Data; Número inteiro; Número decimal.

Permitir definir automaticamente os tipos básicos de dados de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir configurações do layout estrutural:

Formato de saída da exportação de dados: Arquivo de texto; XML (Extensible Markup Language); e XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;

Tratamento de arquivos vazios;

Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de layout;

Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;

Permitir a criação de campos dentro das estruturas de layout, informando: Tipo do campo (conforme tipo criados na estrutura); Se o campo é obrigatório ou não; Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura; A ordem do campo dentre todos os campos criados; Se o campo é gerado em branco ou não; O tamanho mínimo e máximo

do campo; As casas decimais mínimas e máximas do campo; Os caracteres proibidos no campo; O alinhamento do campo (direita ou esquerda); e O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída especificado no layout estrutural.

PORTAL DO FORNECEDOR

O portal do fornecedor deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;

O portal do fornecedor deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;

Disponibilizar por meio do portal do fornecedor download de arquivos cadastrados pela entidade;

Permitir ao fornecedor a criação, atualização e cancelamento de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor anexar seus respectivos documentos ao(s) seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor consultar a validade de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor a impressão de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral) já aprovado(s).

Permitir ao fornecedor filtrar as ordens de fornecimento solicitadas, podendo ser encaminhado para a unidade gestora para análise e deferimento.

Permitir ao fornecedor consultar todos os processos vigentes ou não que o mesmo tenha participado, devendo permitir ainda:

Consulta às ordens de fornecimento geradas; e

Consulta a todos os itens do processo, incluindo seu saldo.

Possuir aplicação para que o fornecedor possa preencher de forma eletrônica as cotações solicitadas pela entidade.

Permitir ao fornecedor realizar consulta e criação de protocolos de pagamento que estão em tramitação na entidade.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.

Cadastro de grupos e subgrupos para a divisão dos itens, serviços e bens.

Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.

Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.

Cadastro de bens móveis e imóveis com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, número da plaqueta, opção para vincular várias fotos do bem, vínculo com o processo de aquisição, vínculo com a licitação de aquisição, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, natureza do bem, estado do bem, vida útil e valor residual.

No cadastro de bens, possuir as seguintes informações sobre aquisição do bem: fornecedor, número da nota fiscal, data da nota fiscal, data da aquisição, origem, classificação (dominiais, uso

comum, especial), valor na aquisição, data do tombamento, data da alienação, convênio e dados sobre seguro.
No cadastro de bens, quando o mesmo for um veículo, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
No cadastro de bens imóveis, possuir campo para vincular a matrícula do imóvel cadastrado no módulo de tributação.
Possuir rotina para cópias automáticas de um mesmo bem, a fim de agilizar o cadastro de bens com a mesma característica, determinando automaticamente de forma sequencial o número da plaqueta de cada cópia.
No cadastro do bem, quanto aos campos de valor residual e vida útil, sugerir valores automáticos ao usuário conforme parametrização pré-definida.
Controle de alienação de bens que permita o lançamento do valor de venda que pode ser diferente do valor contábil atualizado do patrimônio e também vincular o lançamento de receita oriundo do processo de alienação do ativo.
Em caso de valor de venda menor que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de perdas por alienação.
Em caso de valor de venda maior que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de ganhos por alienação.
Controle para alienação de bens com pagamento a prazo.
Controle dos bens em comodato (cedido ou recebido), identificando a natureza do comodato e com data de vencimento do mesmo.
Rotina para a transferência de bens entre órgão/unidade com campos para descrever o motivo da transferência.
Rotina para realizar as baixas dos bens, com opção do usuário cadastrar os tipos de baixa que deseja usar (flexível). Esta tela também deve possibilitar informar quem autorizou a baixa, número da lei, portaria e ocorrência (em caso de furtos), possuir também um atalho para emissão do termo de baixa de bem.
Possibilidade do lançamento de vários contratos para o mesmo item licitado, no caso de Sistemas de Registro de Preços e Credenciamento.
Possuir rotina de reavaliação e redução ao valor recuperável de bens em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Permitir o lançamento de vida útil e valor residual para os bens, efetuando cálculo automático conforme padronização de naturezas de bens, contudo permitindo que o usuário altere os valores sugeridos pelo sistema, adaptando-os a realidade, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para registro de data de corte que poderão ocorrer conjuntamente com acréscimos ou decréscimos dos valores dos bens, com impacto contábil em ajustes de exercícios anteriores aumentativos ou diminutivos diretamente no resultado patrimonial, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotinas para depreciação, amortização e exaustão, com a utilização de cotas constantes e soma de dígitos, em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para transferência de natureza de bem, deixando registradas as movimentações com impacto contábil.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de contas.

Emissão de relação de bens com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, podendo ser por ordem alfabética, numérica ou pelo número do tombamento.
Emissão dos bens em comodato com opção de selecionar os comodatos (cedidos ou recebidos) no período.
Emissão de relação de bens por fornecedor com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, por fornecedor, por natureza de despesa, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão de relação de bens por estado de conservação com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por estado de conservação, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão da ficha do bem com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por órgão/unidade. Este relatório deve conter as seguintes informações: descrição do bem, tipo, valor de aquisição, fornecedor, estado do bem, licitação, valor atual, data da atualização do valor, número da plaqueta, número e data da nota fiscal e natureza da despesa.
Emissão do histórico do bem contendo todas as transferências, reavaliações, depreciações, valorizações e baixas que o bem sofreu, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão do livro inventário com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por origem, por classificação, ainda com opção de ordem alfabética ou numérica.
Emissão dos seguintes termos: baixa, responsabilidade e transferência dos bens.
Emissão de relação de bens por seguradora com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de vencimento das apólices, por órgão/unidade, por seguradora, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Possuir relatório que evidencie as depreciações, amortizações e exaustões ocorridas no período, devendo constar em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.
Possuir relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável ocorridos no período, devendo ser emitido em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.

ALMOXARIFADO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
Possibilitar o cadastro de vários almoxarifados e controlar os estoques individualizados.
Lançamento das solicitações de itens, identificando quem solicitou, a qual órgão/unidade/local pertence o solicitante e campo para descrever a utilização da solicitação. Também poder lançar mais um item na mesma solicitação.
No cadastro de solicitações, possuir pesquisa rápida para as solicitações pendentes e atendidas.

Lançamento do pedido de compras, unificando várias solicitações sem a necessidade de digitar os itens novamente, podendo os mesmos serem de secretarias/departamentos diferentes.
Lançamento de entrada de itens com integração e importação dos dados de um processo, pedido, licitação e requisição.
Lançamento de saída de itens do almoxarifado através da solicitação do material.
Geração de inventário de itens, com bloqueio dos itens que serão inventariados.
Rotina para a digitação da coleta dos itens de inventário.
Rotina para atualização automática do estoque dos itens do inventário.
Consulta rápida em tela do estoque.
Registro de solicitações internas, onde o usuário poderá solicitar itens do almoxarifado, pelo sistema, podendo ser deferidas ou indeferidas e está por meio desta solicitação sendo possível a saída automaticamente;
Emissão de balancete mensal de itens com opção de filtrar por almoxarifado.
Emissão do comprovante de retirada de itens do almoxarifado com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado e por item.
Emissão de demonstrativo de gastos com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo.
Emissão de demonstrativo de saldos com os seguintes filtros: por período, por almoxarifado e por item.
Emissão do extrato do item com os seguintes filtros: por período e por item.
Emissão de relatório indicando o giro dos itens em um determinado período com os seguintes filtros: por período, por item, por almoxarifado, e qual o tipo da movimentação (entradas ou saídas).
Emissão de inventário com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, com opção de emitir ou não os itens sem estoque.
Emissão de relatório com a posição atual do estoque dos itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, elemento e subelemento.
Emissão de compras por fornecedor com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de entrada de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de saída de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, e por item.
Emissão de relação para reposição de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por grupo e subgrupo e por item.

FROTAS

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para

vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
No cadastro de veículos, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo, tipo de marcador (odômetro ou horímetro) e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
Cadastro dos locais onde haverá a movimentação dos veículos.
Controle de data de vencimento da carteira de habilitação do motorista.
Lançamento de solicitação de veículos com as seguintes informações: quem está solicitando o veículo, qual órgão/unidade/local está solicitando, qual o local que o serviço será realizado pelo veículo, qual o tipo de serviço que será realizado, qual o objetivo do serviço.
Rotina para realizar o agendamento da utilização de veículos.
Controle de entradas e saídas dos veículos da garagem com as seguintes informações: placa do veículo, data e hora da saída, local do serviço, tipo do serviço, código do motorista, data e hora do retorno.
Lançar os abastecimentos dos veículos por saída com as seguintes informações: nome do posto, quantidade de combustível, tipo de combustível, data e hora do abastecimento, quilometragem no momento do abastecimento.
Lançar as trocas de óleos do veículo com as seguintes informações: data da troca, tipo da troca (motor, câmbio, diferencial, filtro de óleo), quilometragem para a próxima troca, data para próxima troca, local da troca e responsável pela troca.
Possuir rotina para gerenciamento de manutenção de troca de óleo dos veículos, que após configuração na UG, deverá exibir tela de alerta, demonstrando o que está “a vencer” ou “vencidos”.
Lançar os gastos com manutenção do veículo com as seguintes informações: código do veículo, placa, fornecedor, local, tipo de gasto, valor, quilometragem no momento do gasto com opção de vincular a itens do almoxarifado ou itens externos.
Rotina para lançar as avaliações sobre o veículo com os seguintes itens a serem avaliados: Lataria, pintura, estofamento, pneus, painel, vidros, faróis, extintor, acessórios, motor, câmbio, freios, alinhamento, balanceamento, direção, ruídos, suspensão e odômetro/horímetro. Data da avaliação e observações.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao TCE-PR de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-PR no módulo do SIM-AM.

Emissão de demonstrativo de abastecimento com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de demonstrativo de custos os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo de medias os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo por local do serviço com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de relação dos motoristas contendo a validade da CNH.
Emissão de relação com os vencimentos das trocas de óleo.
Relação de saídas e retornos dos veículos, com os seguintes filtros: por período, por motorista, por veículo, tipo de serviço, por local do serviço.

GESTÃO DE ABASTECIMENTOS WEB

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Apresentar todas as funcionalidades da plataforma Microsoft Windows ®.

Pesquisas disponíveis em todas as telas do sistema, evitando memorização de códigos.

Deve ser inteiramente Web, não sendo necessária a instalação de software na entidade, permitindo a disponibilidade através de um navegador de internet instalado em qualquer equipamento com acesso a rede.

Deve ser utilizado o Sistema Gerenciador de Banco de Dados MSSQL Server.

Deve contemplar o conceito de Data Center.

Possibilitar geração e exportação de dados atendendo as necessidades do TCE-PR (SIM-AM), em relação ao consumo dos veículos, máquinas e implementos;

Dos locais de execução:

Postos de combustíveis homologados mediante processo licitatório;

Pátio de unidades de armazenagem própria (veículos/máquinas)

Tanques e bombas próprias.

Disponibilizar cartão magnético para cada veículo/maquinário, que deverá ser individual e intransferível.

Deverão ser fornecidos cartões individuais, sem custo. A quantidade de cartões estará diretamente relacionada com a quantidade de veículos/maquinários da frota municipal. Quantidade que poderá aumentar ou diminuir em razão do aumento ou diminuição da frota.

Cada Cartão Magnético, deverá conter as seguintes informações:

Nome da Entidade;

Nome do Departamento;

Número do Cartão;

Marca/Modelo do Veículos;

Tipo de Combustível

Placa do Veículo;

Plaqueta do Patrimônio.

A empresa vencedora deverá fornecer, além dos cartões individuais, um mínimo de 10% de cartões adicionais “reserva” para utilização em casos excepcionais (extravio, danos físicos, etc) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço.

Os cartões adicionais serão utilizados, afim de não parar a gestão, assim a entidade poderá desabilitar o cartão extraviado e/ou danificado de determinado veículo/maquinário e habilitar um cartão “reserva” para o mesmo.

Os cartões magnéticos personalizados deverão ser confeccionados pela proponente.

Os cartões magnéticos devem possibilitar sua leitura através de terminais POS.

A empresa CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento/bloqueio imediato dos cartões que forem extraviados/furtados, tão logo receba comunicação oficial da CONTRATANTE;

Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão MAGNÉTICO, e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.

Os postos de combustíveis licitados, bem como as bombas próprias deverão estar equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

Em casos de perda ou furto de cartões, o Município comunicará a CONTRATADA, por e-mail, ou telefone ou documento oficial. Após a comunicação a CONTRATANTE não se responsabilizará pelo uso indevido do cartão.

Possuir cadastro de pessoas contendo a identificação e o endereço, permitindo o lançamento de pessoas jurídicas, os fornecedores de combustível e pessoas físicas, sendo os motoristas e usuários do sistema, tanto da unidade gestora, quanto dos fornecedores.

Possuir cadastro de usuários, com controle de acesso por perfil de usuários, onde o administrador deve possuir acesso a todos os recursos disponíveis para a unidade gestora, como cadastro de dados, consulta a saldos e extratos, ou ainda, lançamento e transferência de cotas, já o perfil motorista e/ou fornecedor deve possuir acesso a consulta a saldos e extratos de cotas que tenham sido disponibilizados a seus respectivos usuários.
Possuir cadastro de veículos, contendo dados particulares, vinculação a órgão, unidade e local, e tipos de combustíveis possíveis de serem abastecidos.
Possuir cadastro de tipos de veículos, contemplando as espécies de viaturas, ambulâncias, caminhões, tratores, etc.
Permitir o vínculo de vários tipos de combustível para um mesmo veículo.
Possuir cadastro de órgão, unidade e local.
Permitir cadastro e controle dos veículos através do código patrimonial.
Permitir o lançamento de entrada ou saída para uma cota, possibilitando vincular o abastecimento de combustível do veículo para o fornecedor homologado por processo licitatório. Permitir, ainda, inclusão ou remoção de saldo e controle do período da disponibilidade do mesmo.
Permitir a transferência de saldo de cota disponível em um veículo, combustível ou fornecedor homologado a outro. Deve possibilitar a transferência parcial ou total do saldo.
Permitir a desvinculação de determinado cartão devido extravio, furto ou danos físicos, possibilitando o cadastramento de cartão provisório para abastecimento.
Possibilita exportação de dados de abastecimento para o software de Gestão de Frota da CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos xml, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
código do órgão;
data do abastecimento;
tipo de combustível;
hodômetro;
quantidade em litros;
identificação do veículo;
identificação do motorista;
dados do fornecedor.
Permitir cancelamento do abastecimento do combustível licitado.
Permitir o cancelamento de liberação de cota.
Permitir gerenciar os horímetros das máquinas e hodômentros.
Possuir rotina para cadastro de identificadores visando o agrupamento de entrada de combustíveis, permitindo consultas dos valores com filtros por meio destes códigos.
Possuir parametrização para seleção de quantas casas decimais serão utilizadas na movimentação.
Permitir a geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE/PR no módulo SIM-AM.
O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:

Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir abastecimentos através da utilização de Terminais POS:
Para utilização do cartão destinado ao veículo, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde através do terminal POS será efetuada a identificação da placa ou número do veículo, bem como verificada a consistência dos valores de hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, saldos autorizados para abastecimento definidos individualmente a cada veículo da frota da Entidade, a quantidade e tipo de combustível.
Após a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um comprovante de transação, contendo todas as informações referentes ao abastecimento realizado no referido estabelecimento, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:
Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir consulta de saldo no Terminal POS.
Emitir 2° Via do comprovante da transação pelo Terminal POS;
Permitir abastecimentos sem a utilização de Terminais POS:
Acessar o sistema com perfil Fornecedor.
Permitir realizar as seguintes operações:
Consultar o saldo dos veículos;
Realizar um abastecimento;
Imprimir comprovantes dos abastecimentos
Cada motorista deverá ter sua identificação validada através de usuário e senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.
Permitir emissão do saldo de cotas por veículo, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedores e combustíveis licitados da entidade. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação. A vinculação com o motorista se dará caso ele já tenha realizado algum abastecimento com aquele veículo.

Permitir emissão do saldo de cotas por órgão, unidade e local, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedor e combustível. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.

Permitir emissão do saldo de cotas por fornecedor homologado, demonstrando as cotas disponíveis por órgão, unidade e local e combustíveis. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.

Permitir emissão da média de consumo por veículo durante os últimos abastecimentos.

Emissão de relação de abastecimentos efetuados por fornecedor homologado em licitação, demonstrando os dados por veículo e combustível. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.

Emissão de relação de abastecimentos efetuados por motorista, demonstrando os dados por veículo e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.

Emissão de relação de abastecimentos efetuados por veículo, demonstrando os dados por fornecedor e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis.

Emissão de relação de abastecimentos efetuados por órgão, unidade e local, demonstrando por veículo e combustível licitado. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.

Emissão de relação das transações, demonstrando as solicitações de abastecimento realizadas pelos Terminais POS através dos cartões, contemplando os dados de cada transação, como em qual fornecedor foi realizada, para qual veículo, por qual motorista, a quantidade abastecida, data e hora do evento, se a transação foi aprovada e, caso não tenha sido, por qual motivo.

Emissão de relatórios que deverão apresentar a média de consumo por hora trabalhada e quilometragem.

Permitir visualização de painel de gestor com informações gráficas gerenciais.

PROTOCOLO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;

Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;

Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;

Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;

Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);

Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todo e qualquer tipo de processo;
Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;
Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de processo a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo, controle de documentos etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade para os processos, de forma apoiar a equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)
Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de processo, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;
Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo

Controlar todo o fluxo do processo através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de processo que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;
Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo do processo possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo sem a obrigatoriedade de ter um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;

Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;
Permitir a emissão da capa do protocolo
Permitir a emissão de relatório detalhado do protocolo

GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Cadastro único de clientes/usuários, independentemente do número de matrículas vinculadas a um mesmo cliente/usuário.
Cadastro de Motivos que poderão ser utilizados para efetuar corte de água.
Cadastro de Tipos de Ocorrências que impedem a realização de leituras nos clientes/usuários.
Cadastro de Valores para cobrança de fatura com: flexibilidade de alteração; tabela de valores mensal; divisão por faixas de valores; parâmetros por M3 de consumo.
Cadastro de Categorias (comerciais, residenciais, industriais e outras) com possibilidade de vinculação de descontos; informação sobre cobrança de taxa para esgoto.
Cadastro de diferentes Taxas Mínimas e Serviços.
Cadastro único de pessoas (futuros clientes/usuários) com informações completas do: endereço; documentos; nacionalidade; conta bancária; dentre outras.
Cadastro de Matrículas separado do cadastro de pessoas (clientes/usuários).
Cadastro de Agentes bancários e Agentes arrecadadores;
Cadastro de Estações de Tratamentos de Água e Esgoto;
Cadastro e controle de: marca de hidrômetros; tipos de perdas; macromedidores;
Rotina para Acerto de Leituras e lançamento de ocorrências que impedem a retirada da leitura;
Rotina para cálculo de faturas com possibilidade de cálculo por ciclo, setor, rota e matrícula.
Consultas “On-line” de faturas, serviços, parcelamentos, consumos, taxas, débitos e pagamentos;
Rotinas de remessa e retorno de Débito em Conta Automático com diversos agentes bancários.
Cobrança automática na próxima fatura de 2º via de conta.
Baixas de arrecadação de forma manual e automática através de arquivo retorno dos agentes arrecadadores.
Rotina de parcelamento de débitos em atraso com opção de cobrança na fatura ou individual.
Rotina de cancelamento de parcelamentos realizados.
Lançamento de Taxas diversas de maneira geral ou individual.
Possibilidade de consulta e remoção de Juros, multas e correções.
Rotinas operacionais de: encerramento de mês; calendário para definição de dias não úteis; definição de relatórios por módulos; definição de barra de ferramentas; cadastro de usuários do sistema; definição de níveis de acesso
Cadastro de Informações Básicas sobre as Redes de Água e Esgoto do Município com: ciclo, setor, rota; tipo de rede (PVC, Ferro, outras); Dimensão da Rede; Pressão; Profundidade; Totais de tubos e redes em metros ou KM; origem da água; dentre outras informações.
Possibilidade de lançamento de leituras mensais de forma manual e automático, através de importação de leituras de coletores.
Cadastro de Mátriculas contendo os seguintes dados: codificação em ciclo, setor, rota e sequência; número do hidrômetro; endereço da matricula; categoria da matricula; total de economia da matricula; dados de esgoto; perfil de consumo da matricula; vinculação ao imóvel; vinculação ao cadastro de pessoa; dia base para vencimento; opção de debito em conta; opções de isenção; dados do hidrômetro;
Emissão de Fatura mensal; fatura de parcelamento; 2º via; conta serviço, individualizadas;
Controle de Inadimplência: Possibilidade de realizar o controle utilizando a opção de gerações em massa, otimizando o tempo e eficácia do gerenciamento das ligações que estão inadimplentes.

Facilita os lançamentos dos serviços de cortes com ou sem cobranças adicionais, controla os serviços realizados e não realizados de forma ampla.
Possibilita emissão de relatórios para melhor gestão dos inadimplentes antes mesmo que ocorra o serviço de corte para melhor análise situacional. Permite emissão da conta do serviço em massa e aviso de débitos pagáveis também em massa.
Emissão de Aviso de Débito pagável, com código de barras englobando todos os meses em atraso.
Controle de Créditos e Débitos referentes a pagamentos a mais ou menos, com como acréscimos por pagamentos em atraso.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Rotina de baixa de serviços com opção de definir: nível de satisfação; quantidade de parcelas; mês e ano a ser cobrado o serviço; forma de cobrança (fatura ou conta serviço); status atendido ou indeferido;
Emissão de todos as faturas (consumo, serviço, parcelamentos, taxas) com código de barras.
Controle gerencial administrativo dos serviços da unidade: manobras realizadas; coletas para exames; tratamentos de água; perdas justificadas;
Controle automático de desconto para pagamentos duplicados. Desconto em contas futuras.
Disponibilizar controle de Dívida Ativa com geração automática de Lançamentos;
Geração e Emissão do Livro de Dívida Ativa;
Manter integração dos débitos do exercício com os Débitos inscritos em Dívida Ativa;
Possibilidade de incorporar na Dívida Ativa, de forma manual, os devedores de anos anteriores;
Possibilidade de realizar Cancelamentos de Dívida Ativa, com o registro dos motivos correspondentes;
Disponibilizar o controle de débitos a prescrever;
Relatórios Gerenciais, Operacionais e Administrativos, tais como: Débitos para corte; contas emitidas; contas não emitidas; relatório de pagos e pendentes; resumo diário de pagamento; relatório de faturamento; B.D.A; conferencia de movimentos; Extrato de Parcelamentos; comunicado de atraso; leituras realizadas ou não; serviços faturados; população abastecida; dentre outros.
Disponibilizar recursos de Integração com o Software de Contabilidade, através da Exportação de Lotes de Arrecadação, permitindo o lançamento automático da arrecadação diária;
Disponibilizar de recurso para Emissão Simultânea de Faturas, possibilitando a transmissão aos coletores de dados; emissão de faturas pelo sistema laser no padrão FEBRABAN; atualização do histórico;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

REQUISITOS GERAIS

Disponibilizar portal que permita qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o protocolo e receber respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.
Disponibilizar consultas online das informações do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema.
Disponibilizar acesso por perfil classificado em usuário e cidadão.
Permitir ao usuário, servidor da entidade, fazer as devidas atualizações ao Portal de forma prática e sistematizada, possibilitando manter o portal devidamente atualizado para pesquisa do cidadão.

Permitir que o cidadão tenha amplo acesso ao portal, dispondo as informações de forma temática, que atenda aos requisitos da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e que faça encaminhamento de pedidos de acesso à informação, acompanhamento de protocolo e recebimento de respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado NORMAS DE ACESSO A INFORMAÇÃO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:

Íntegra da Lei Federal nº 12.527/2011;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.724/2012;

Íntegra da LC nº 101/2000;

Íntegra da LC nº 131/2009;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.185/2010;

Íntegra das eventuais normas locais que tratam do acesso à informação [Lei Estadual ou Municipal e Decreto de Regulamentação (se houver), bem como de toda legislação relacionada ao acesso à informação aplicável ao órgão.

Disponibilizar componente de acesso denominado NORMAS, LEIS E DECRETOS DA ENTIDADE como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens dentro deste escopo especificado.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado ESTRUTURA ORGANIZACIONAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Estrutura organizacional do órgão: composição, estrutura e organograma. Informações e registros da competência: com informação sobre a jurisdição e a atribuição e informações sobre atividades exercidas pelo órgão ou entidade, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços. Base jurídica da estrutura institucional. Constituição Federal, Constituição Estadual, legislação aplicável (Lei Orgânica, Regimento Interno, etc.). Estrutura física: endereço das unidades, telefones e horário de atendimento.

Disponibilizar consultas de processos realizados pelo município, demonstrando o número, data, modalidade/processo licitatório, despesa, valor e aditivos.

Disponibilizar consultas com detalhamento dos contratos realizados pelo município, demonstrando o número/ano/sequência, data, contratado, valor e detalhes de contrato, aditivo e publicações.

Disponibilizar componente de acesso AÇÕES E PROGRAMAS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Descrição dos programas, projetos e ações, com informações concernentes à implementação, acompanhamento e resultados, bem como metas e indicadores propostos.

Disponibilizar componente de acesso ORÇAMENTO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Orçamento atualizado da unidade/instituição do exercício em curso, devendo informar o orçamento inicialmente aprovado e os eventuais ajustes realizados ao longo do exercício.

Disponibilizar componente de acesso Relatório LRF como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relatórios da Gestão Fiscal em conformidade com a LRF.

Disponibilizar consultas online de despesas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a despesa da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.

Disponibilizar consultas de despesa por período filtrando por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade gestora e período, fornecendo dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor, estornado.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias inscritas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: conta, valor, valor pago e saldo.
Disponibilizar consultas de diárias com filtro por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar componente que permita consulta de despesa por favorecido, com filtro por exercício, unidade gestora, favorecido, período, com dados tais como: CPF/CNPJ, favorecido e valor empenhado.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das despesas do município, informando número do documento, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento de determinada despesa, onde todas as informações da mesma serão apresentadas, inclusive os documentos relacionados.
Disponibilizar consultas de licitação por período com filtros por modalidade, licitação, período, data de abertura, unidade gestora, situação e objeto com dados tais como: modalidade, licitação, processo, objeto, situação e documento.
Disponibilizar consultas de passagens com filtros por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por suprimento de fundo com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por reembolso com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de despesa.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de receita com dados tais como fonte de recursos e valor.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das receitas do município, informando a espécie, data, número do lançamento, unidade gestora, receita e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento do lançamento, onde todas as informações do mesmo serão apresentadas.
Disponibilizar consultas de empenhos a pagar processados, sendo possível filtrar pela data do empenho ou pela data de liquidação. Possibilitar a consulta de empenhos de restos a pagar. Propiciar a ordenação dos empenhos por fonte de recurso, demonstrando fornecedor, data, número, parcela e valor a pagar. Fornecer detalhamento dos empenhos por processo licitatório e descrição.

Disponibilizar componente que operações financeiras por exercício, unidade gestora, tipo de conta bancária ou de caixa, conta, fundo e período, fornecendo dados tais como: conta, lançamento, data, tipo de documento, histórico, valor e tipo de lançamento DB/CR.
Possuir controle de publicações com código, título, data de publicação e exercício. Disponibilizar para download e visualização, os documentos relacionados à publicação.
Permitir consulta de quadro de pessoal, disponibilizando números de cargos comissionados, cargos efetivos, número de empregos públicos preenchidos por unidade gestora ou consolidado. Permitir filtrar por mês e exercício.
Disponibilizar componente que forneça quantitativo de cargo por exercício, unidade gestora, cargo, com dados tais como: cargo, cargo existente, lotação, vagas.
Disponibilizar consultas online de receitas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.
Disponibilizar componente de acesso CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Disponibilizar todos os processos, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, resultados de provas, etc., até os atos de nomeações.
Disponibilizar componente de acesso LEGISLAÇÃO DE PESSOAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Estatuto do servidor ou legislação equivalente.
Legislação consolidada e atualizada do plano de cargos e salários, com Tabela de Remuneração.
Lotacionograma detalhado por órgão:
Relação de cargos, empregos e funções, com indicação do quantitativo autorizado em lei, dos providos e vagos;
Disponibilizar consultas de servidores ativos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores inativos, demonstrando nome e CPF. Permitir filtro por mês, ano e unidade gestora.
Disponibilizar consultas de servidores de férias ou licença, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores de cedidos para outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores cedidos por outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores temporários, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas dos fundos municipais com dados como número do documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, favor e estornado.
Permitir a consulta de transferências financeiras realizadas para terceiros, demonstrando número, lei/ano, finalidade, total orçado, total liberado, saldo a liberar, data do término do pacto. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando os números de

empenho, histórico, data, valor, detalhes da despesa, fonte de recurso. A consulta deverá ser filtrada por exercício, unidade gestora, tipo de transferência (convênio, subvenção ou ambos), data da firmação do pacto ou data de pagamento do mesmo.
Permitir a consulta de transferência voluntária demonstrando destinação, fonte repassadora, valor previsto, valor recebido, valor a receber e prazo. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando detalhadamente as informações pertencentes à categoria orçamentária das receitas. A consulta deverá permitir filtro por exercício, unidade gestora e período (data inicial e final).
Disponibilizar o componente de acesso TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A TERCEIROS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Texto da lei específica autorizadora, se houver, ou fundamento legal aplicável. Íntegra dos Convênios, Termos de Parcerias e congêneres firmados, inclusive com o plano de aplicação, a especificação das etapas de cumprimento das obrigações, repasses e atingimento das metas estipuladas, listados por ano de celebração. Identificação, com CPF ou CNPJ e, se for sociedade empresarial, com o nome dos sócios da pessoa jurídica que compõe o termo, quer como beneficiada, quer como repassadora de recursos. Termos aditivos e apostilas, acompanhados da publicação. Nota de empenho do valor e parcelas, respectivas, do auxílio ou subvenção econômica. Nota de empenho correspondente ao contrato, aditivos e apostilas. Íntegra dos Convênios disponíveis para serem firmados.
Disponibilizar o componente de acesso aos bens patrimoniais com dados tais como: número do tombamento, data, matrícula, descrição do bem patrimonial, data de aquisição, tipo e detalhe.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar os conselhos municipais, sua descrição, data de vigência inicial e final e detalhes. Permitir filtrar conselhos ativos.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar veículos, com dados de placa, chassi, código RENAVAM, detalhes e lotação.
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relação de todos os órgãos da administração direta e indireta. Legislação atualizada e consolidada do Poder Executivo (decretos, portarias, instruções normativas, etc.).
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Membros.
Composição da Mesa Diretora.
Sessões Plenárias (calendário, pautas e atas, devendo conter planilha de votação das deliberações).
Audiências Públicas (calendário, pautas e atas).
Composição das comissões e Calendário das reuniões e respectivas pautas.
Fluxograma da Tramitação dos projetos.
Projetos por parlamentar.
Atos da Mesa.
Atos da presidência.
Lista de presença dos parlamentares nas sessões e reuniões das comissões.
Legislação atualizada e consolidada.
Disponibilizar o componente de acesso LINK DO DIÁRIO OFICIAL.
Disponibilizar o componente denominado FALE CONOSCO que contemple dados tais como: nome do cidadão, telefone, e-mail, assunto e mensagem.
Disponibilizar o componente denominado CONSULTA DE CONTATO POR PROTOCOLO que contemple dados tais como: número do protocolo, situação, nome, telefone, e-mail, assunto, mensagem, resposta e anexo.

Disponibilizar o componente denominado ESTATÍSTICA DE CONTATO que filtre as estatísticas nos últimos 30 dias, 60 dias ou data especificada, com agrupamento por faixa etária, escolaridade, opção sexual, classificação.
Possibilitar que todas as consultas possam ser exportadas para arquivos nos formatos: PDF, XLS, RTF.
Disponibilizar o componente denominado GLOSSARIO que contemple o significado dos principais termos utilizados no Portal da Transparência.

BUSINESS INTELLIGENCE

REQUISITOS GERAIS

Permitir agendar a inserção das informações nos gráficos automaticamente.
Permite selecionar no gráfico a entidade que deseja consultar.
A solução deverá conter a capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário na elaboração das visões e dos dashboards;
A solução deverá conter a possibilidade de utilizar SQLs, funções e procedures criadas nos bancos de dados, para utilização em relatórios ou análises;
A solução deverá possibilitar a criação de novos cenários, em cima de novas necessidade e demandas levantadas pelos diversos setores que compõe a Prefeitura Municipal;
A solução deverá possuir funcionalidade de exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (XML, PDF e Excel formatado);
A solução deverá permitir de forma nativa a inclusão de várias formas de visualização (Mapas, Dashboards, Gráficos e Tabelas) em uma mesma tela criando um Painel de Controle, sem que para isto seja necessária a utilização de hiperlinks ou sobreposição de imagens;
A solução deverá conter de forma nativa (sem programação ou customização) a visão de todas as informações e configurações das métricas apresentadas em um único local e uma única visão;
A solução deve ter inteligência para entender que o acesso pode ser feito através de TABLETS e Smartphones dos sistemas Operacionais Android e IOS, e a apresentação nesses dispositivos deve ser adequado ao seu formato;
A solução deverá dispor de variedade de formas de análises – gráficos, tabelas, relógios, velocímetros, relatórios, geração de arquivos em formato PDF, links WEB, exportação de tabelas para planilhas eletrônicas;
A solução deverá permitir a interatividade entre as análises de um mesmo dashboards, onde as alternâncias de indicador, dimensão, filtro e drill em uma das análises reflitam automaticamente nas demais, de forma dinâmica.
A solução deverá possuir recursos que permitam a alternância de um estilo de gráfico para outro estilo, sem necessidade de reconstrução da análise. Exemplo: alterar a representação de uma análise no formato de gráfico de barras para gráfico de pizza;
A solução deverá permitir a representação da comparação dos valores dos indicadores com mesmo período de exercícios diferentes;

ÁREA TRIBUTÁRIA

Possuir gráfico do valor anual inscrito em dívida ativa corrigida, bem como do valor acumulado anualmente da dívida ativa corrigida.
Possuir gráfico do valor lançado do tributo.
Apresentar informações como valores dos pagamentos a vista, dos pagamentos parcelados, das isenções concedidas, dos descontos concedidos no pagamento à vista, das inscrições em dívida ativa, das suspensões, dos cancelamentos, das diferenças de pagamentos (a maior e a menor) e das remissões.

Apresentar detalhamentos dos valores por bairros, logradouros, distrito / setor e contribuinte nos painéis de pagamento à vista, pagamento parcelado, índice de inadimplência, descontos concedidos no pagamento à vista e cancelamentos.
Apresentar valores lançados, pagos, em aberto por bairro;
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por logradouro.
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por distrito / setor.
Apresentar detalhamento por contribuinte no painel de diferença de pagamentos (a maior e a menor), mostrando o valor lançado, valor a pagar, valor pago e a diferença em questão.
Detalhamento por ano de valores pagos, cancelados e suspensos.
Detalhamento geral por ano com os valores lançados e pagos.
Quanto de tributo esta pessoa já pagou para o município.
Quanto de tributo esta pessoa está devendo para o município, discriminando os tributos vencidos e a vencer.
Quantos imóveis esta pessoa possui no município.
Dashboard que apresente visão do comportamento da arrecadação da Dívida Ativa (Anual/Mensal/Diária);
Dashboard que apresente os cancelamentos/ supressões da dívida ativa do município;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes pagadores da dívida ativa de forma amigável;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes que tiveram suas dívidas canceladas através de processo administrativo;
Dashboard do Imposto Territorial Predial Urbano que apresente visões de Totais de lançamentos efetuados pelo Município x Totais de receitas arrecadadas;
Dashboard que apresente em qualquer tributo o índice de inadimplência dos contribuintes;

ÁREA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTOS

Possuir gráfico comparativo da distribuição de servidores públicos da entidade agrupados com a quantidade de servidores públicos selecionados por organograma.
Possuir gráfico dos valores calculados em folha de pagamentos referente aos eventos fixos e variáveis.
Permitir a criação de colunas virtuais onde códigos SQL (Structured Query Language), possam ser inseridos de acordo com a necessidade do usuário. Essas colunas podem fazer parte das consultas geradas.
Desdobrar os gastos por mês e visualizar movimentos de pessoal, admissões, demissões, além de valores gastos específicos por funcionário.
Dispor de detalhamentos, tais como despesas com férias, cargos comissionados, horas extras e parte patronal.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO

Entende-se como implantação, todos os serviços necessários ao normal funcionamento da Administração Direta, Indireta abrangidas, dentre os quais: instalação, parametrização, configuração, treinamento, customização, migração e conversão de informações existentes e necessárias à operação dos softwares.

Os serviços serão executados na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

DA MIGRAÇÃO

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, com disponibilização dos mesmos pelo Município.
Os prazos pré-estipulados são:

Primeira Etapa: análise do banco de dados – na sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Segunda Etapa: migração do banco de dados – na Entidade /sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Terceira Etapa: conferência, ajustes e migração definitiva – na Entidade: 05 (cinco) dias.

Prazo máximo de migração, a contar da data de assinatura do contrato: 15 (qunze) dias, incluindo todas as etapas citadas acima.
A Conclusão e aceitação dos serviços de migração/conversão de dados, após a realização de testes será efetivada por ato formal da Prefeitura, que atestará a conversão das bases e a sua integridade.

DA INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

A empresa vencedora do certame terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, para concluir todo o processo de implantação, que inclusive deve considerar o prazo máximo de migração (item 8.1).
Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: entrega, instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajustes nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.
Acompanhamento dos usuários, na sede da Prefeitura, em tempo integral na fase de implantação do objeto.
O recebimento pelo aceite dos sistemas licitados, deverá ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.
Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.
A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.
A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.
A aceitação dos serviços de implantação, após a realização de testes, será efetivada por ato formal da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que atestará a operacionalidade dos softwares e, por amostragem, a adequação das funcionalidades às exigências editalícias.

DOS TREINAMENTOS

Entende-se por treinamento a promoção de atividade a cargo da CONTRATADA, voltada à capacitação da CONTRATANTE, seus funcionários e/ou prepostos, tornando-os aptos a operação dos sistemas.

Se a vencedora do processo licitatório não for a atual detentora do contrato de fornecimento de software, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e analistas de TI para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas e seus respectivos módulos, abrangendo os níveis funcional, gerencial e técnico, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
Público alvo;
Conteúdo programático;
Carga horária de cada módulo do treinamento;
Processo de avaliação do aprendizado;
Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc).

O treinamento deverá ser realizado para todos os usuários indicados pela entidade, a serem divididos entre os diversos sistemas, conforme a conveniência da Prefeitura de Paranaíta/MT e deverá ser realizado concomitante com a implantação, compreendendo o uso das funções do software pertencente à sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem utilizadas, uso das rotinas de segurança e demais rotinas de simulação e de processamento;
As turmas deverão ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de (10) (dez) participantes;
No treinamento deverão ser abordados aspectos acerca da operacionalização e funcionamento de cada sistema e módulo instalado, bem como de rotinas de backup diários e deverá incentivar o uso de relatórios gerenciais, exemplos e situações temáticas variadas.
O treinamento não poderá limitar-se a pura transferência de conhecimentos, mas também resultar em aplicações práticas dentro do contexto de gestão pública.
O prazo máximo para a realização de todos os treinamentos, respeitando as cargas horárias mínimas solicitadas (conforme item 8.2), será de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.
A CONTRATADA poderá utilizar local(is) cedido(s) pela Prefeitura de Paranaíta/MT para a realização dos treinamentos solicitados, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA apenas equipamentos e materiais a serem utilizados, como por exemplo, projetor multimídia e notebook para uso do instrutor durante os treinamentos.
Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a Administração convocará a Contratada para efetivação de programa de treinamento de usuários.
Estes treinamentos serão realizados em ambiente a ser fornecido pela Entidade e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

CASOS ESPECÍFICOS DE PRORROGAÇÕES

A empresa contratada poderá pedir prorrogação de prazos dos processos relacionados à implantações, nos seguintes casos:

Falta de estrutura adequada (computadores, rede, servidores e internet), de obrigação da Entidade, que comprovadamente forem identificados.
Atraso na liberação oficial do banco de dados para a etapa de migração definitiva.
Inadimplência da Entidade Municipal no processo de conferência dos dados, pela falta de fornecimento e execução de participação de servidores municipais, responsáveis pelos departamentos envolvidos, no processo de conferência e validação da migração, que comprovadamente prejudiquem o andamento dos trabalhos.
Atraso no processo de capacitação por falhas na logística de treinamento de responsabilidade da Entidade Municipal.

LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS

Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por:

a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas.
b) Vírus de computador e/ou assemelhados.

c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos.
d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador.

A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;
5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;
5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;.

5.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Paranaíta – MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:
a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscal pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: ....., Agência: ....., Conta corrente: .....;

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e,

definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICIPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;
9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Município de Paranaíta/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do art. 87 da Lei 8666/93 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.5. O Município de Paranaíta/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A ADJUDICATÁRIA vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

10.1.1. O atraso injustificado na entrega dos itens sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86 da Lei nº 8666/93 do montante requisitado e não entregue pelo CONTRATADO;
10.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Paranaíta/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens, a Administração poderá

ainda aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será a
plicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a ADJUDICATÁRIA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do Município de Paranaíta/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir;

10.4. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

10.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

10.6. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a ADJUDICATÁRIA poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

10.6.1 Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
10.6.2. Cancelamento da Ata de Registro de Preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

10.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Paranaíta/MT;

10.9. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item 25.2, c, d, do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

10.10. Aplica-se ainda cumulativamente as sanções previstas na Lei Municipal n°. 124/2018;

11 - DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Em caso de rescisão/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação.

11.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital

12 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

12.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital nº 029/2021 e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3555/00, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Municipal nº 420/2006, Decreto Municipal nº. 153/2009, Decreto Municipal nº. 259/2019, Lei Complementar Municipal nº. 011/2009, Decreto Municipal nº 388/2015, Decreto Municipal nº 119/2006 e demais normas vigentes que regem a aquisição pela Administração Pública.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. Para este instrumento será designado fiscal por portaria especifica colacionada nos autos.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato/ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

14.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização por parte do Município de Paranaíta - MT, nos termos do Art. 72 da Lei n. 8.666/93.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Paranaíta/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E por estarem de acordo o MUNICIPIO DE PARANAITA registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Paranaíta - MT, ____ de _____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT
Sr. Osmar Antônio Moreira
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FIRMA: _____
Nome:
Sócio (proprietário)
CONTRATADA

ANEXO XI

(Papel timbrado da empresa)

(MODELO)

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA

A empresa _____, qualificada como (tipo de sociedade ex: Ltda, S.A etc) _____inscrita no CNPJ nº._____ e Inscrição Estadual nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ SSP/_____e do CPF nº. _____, **DECLARA**, sob as penalidades da lei e para todos os fins, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas pela referida legislação, vez que não se enquadra em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo
Nome por extenso do Representante legal
CARGO
RG E CPF

ANEXO XII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. ___/2021

"CELEBRAM CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO), COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO, GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA, GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, HOLERITE WEB, GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, PORTAL DO CONTRIBUINTE, MÓDULO REDESIM, GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E, SIMPLES NACIONAL, MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO, PORTAL DO FORNECEDOR, GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, GESTÃO DE ALMOXARIFADO, GESTÃO DE FROTAS, GESTÃO DE ABASTECIMENTOS, GESTÃO DE PROTOCOLO, GESTÃO DE AGUA E SANEAMENTO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, BUSINESS INTELLIGENCE, PROVIMENTO DE DATA CENTER, TUDO ISSO COM PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº. 4.320/64, À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, À NBCASP E ÀS NORMATIVAS DO TCE-MT, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA E A EMPRESA _____"

Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e vinte e um, **O MUNICÍPIO DE PARANAITA - MT,** inscrita no CNPJ/MF n. 03.239.043/0001-12, com sede Rua Alceu Rossi s/nº - Centro – CEP 78590-000, neste Município de Paranaíta/MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Antônio Moreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranaíta – MT, portador da Cédula de Identidade nº. 860-219 SSI/SC e CPF nº 345.480179-68, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa _____, estabelecida à _____, nº. _____, _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ nº._____ e Inscrição Estadual nº. _____, representada neste ato pelo seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, _____, _____, _____, portador de Carteira de Identidade nº._____ e CPF nº. _____, residente à _____ na cidade de _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, vencedora do **Pregão Presencial nº. 029/2021,** tem entre si firmado o presente instrumento contratual, advindo da **Ata de Registro de Preço nº 0xx/____**, com vigência até ___/___/____, sujeitando-se as partes às normas constantes no instrumento convocatório e seus Anexos, bem como a Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e demais normas vigentes, além das abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. A **CONTRATADA** fornecerá para a **CONTRATANTE**, o seguinte objeto**: Contratação por prazo determinado de empresa especializada em Software de Gestão Pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação), com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em gestão do planejamento PPA/LDO/LOA e orçamento, gestão da contabilidade e tesouraria, geração de informação para prestação de contas, gestão de recursos humanos e folha de pagamento, holerite web, gestão da tributação municipal, portal do contribuinte, módulo redesim, gestão do ISSQN com emissão de NFS-E, simples nacional, módulo fiscalização tributária, gestão de compras e licitação, portal do fornecedor, gestão do patrimônio público, gestão de almoxarifado, gestão de frotas, gestão de abastecimentos, gestão de protocolo, gestão de agua e saneamento, portal da transparência, business intelligence, provimento de data center, tudo isso com pleno atendimento à Lei nº. 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT**, constantes no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº 029/2021, a ser adjudicado de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, cujo fornecimento estão discriminados a seguir:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
1	1	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	MÊS	12		
	2	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	MÊS	12		
	3	LICENCIAMENTO GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS	12		
	4	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12		
	5	LICENCIAMENTO - HOLERITE WEB	MÊS	12		
	6	LICENCIAMENTO - GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	MÊS	12		
	7	LICENCIAMENTO - PORTAL DO CONTRIBUINTE	MÊS	12		
	8	LICENCIAMENTO - MÓDULO REDESIM	MÊS	12		
	9	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	MÊS	12		
	10	LICENCIAMENTO - SIMPLES NACIONAL	MÊS	12		
	11	LICENCIAMENTO - MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	MÊS	12		
	12	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	MÊS	12		
	13	LICENCIAMENTO - PORTAL DO FORNECEDOR	MÊS	12		

14	LICENCIAMENTO - GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	MÊS	12		
15	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ALMOXARIFADO	MÊS	12		
16	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE FROTAS	MÊS	12		
17	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	MÊS	12		
18	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE PROTOCOLO	MÊS	12		
19	LICENCIAMENTO - GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	MÊS	12		
20	LICENCIAMENTO - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12		
21	LICENCIAMENTO - BUSINESS INTELLIGENCE	MÊS	12		
22	LICENCIAMENTO - PROVIMENTO DE DATA CENTER	MÊS	12		
23	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PLANEJAMENTO PPA/LDO/LOA E ORÇAMENTO	SERVIÇO	1		
24	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA CONTABILIDADE E TESOURARIA	SERVIÇO	1		
25	IMPLANTAÇÃO – GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	SERVIÇO	1		
26	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	SERVIÇO	1		
27	IMPLANTAÇÃO – HOLERITE WEB	SERVIÇO	1		
28	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	1		
29	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO CONTRIBUINTE	SERVIÇO	1		
30	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO REDESIM	SERVIÇO	1		
31	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E	SERVIÇO	1		
32	IMPLANTAÇÃO – SIMPLES NACIONAL	SERVIÇO	1		
33	IMPLANTAÇÃO – MÓDULO FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	SERVIÇO	1		
34	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	SERVIÇO	1		
35	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DO FORNECEDOR	SERVIÇO	1		
36	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	SERVIÇO	1		
37	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ALMOXARIFADO	SERVIÇO	1		
38	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE FROTAS	SERVIÇO	1		
39	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ABASTECIMENTOS	SERVIÇO	1		
40	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE PROTOCOLO	SERVIÇO	1		
41	IMPLANTAÇÃO – GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO	SERVIÇO	1		
42	IMPLANTAÇÃO – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	SERVIÇO	1		
43	IMPLANTAÇÃO – BUSINESS INTELLIGENCE	SERVIÇO	1		
44	IMPLANTAÇÃO – PROVIMENTO DE DATA CENTER	SERVIÇO	1		
				VALOR TOTAL DO LOTE R$	

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor global do presente contrato é de R$ (_____), que será pago pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, conforme disponibilidade financeira da Secretária competente.

2.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal solicitante, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou Documento equivalente, desde que observadas as condições estabelecidas no edital e também ao que dispõe o artigo 62 da Lei 8.666/93, desta forma deverão ser empenhadas nas seguintes rubricas orçamentárias:

Dotação Orçamentária:

05.001.04.122.0004.2009.3.3.90.40.01.00 – Sec. de Administração, Meio Ambiente e Mineração;

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. A Vigência do presente instrumento será até ___/___/____.

3.2. A partir da vigência do contrato, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas;

3.3 As prorrogações de prazo de execução do contrato serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA
DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA
DA FISCALIZAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

5.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.4. Para este instrumento será designado fiscal por portaria especifica colacionada nos autos.

CLÁUSULA SEXTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

6.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referencia, Edital e seus anexos.

6.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

6.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

6.5. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens

entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

6.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Paranaíta/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

6.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

6.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.14. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

6.15. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
3 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
4 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.16. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 25 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

6.17. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

6.18. A CONTRATADA deverá realizar a prestação dos serviços ou entrega do material de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

DO PRAZO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

OBS: AS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NESTE DISPOSITIVO, SERÃO FORMALIZADAS DE FORMA ESPECIFICA, CONFORME ITEM ADJUDICADO PELA CONTRATADA, PODENDO O CONTRATO A SER CELEBRADO OBTER APENAS AS OBRIGAÇÕES INERENTES A CADA ITEM LICITADO.

O Município de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.2.22. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.
6.2.23. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.
6.2.24. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do Contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.
6.2.25. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos/serviços, fixando prazo para sua correção.
6.2.26. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução das mesmas.
6.2.27. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste Edital.
6.2.28. A CONTRATANTE coloca-se no direito de logo após a realização do Registro de Preços, proceder a contratação imediata de total ou parcial do objeto licitado.

6.3. A empresa Contratada/Adjudicatária fica obrigada ainda ao que se segue:

A presente licitação é composta por um lote único, composto por "quarenta e quatro itens" os quais são dispostos conforme o segmento técnico e apresentam relação direta entre si de forma a preservar o andamento dos trabalhos, evitando descompassos na contratação dos serviços por diferentes empresas, e garantindo a compatibilidade entre os itens, além de atenuar o custo administrativo de gerenciamento do processo.

A descrição detalhada, contendo as especificações e as quantidades dos serviços a serem contratados, está discriminada no Termo de Referência - anexo deste Instrumento Convocatório, e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas.

Os itens e quantidades constantes do anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela contração na sua totalidade.

Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

Os Sistemas deverão funcionar de modo integrado, com número ilimitado de usuários.

Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém, a fiscalização da Prefeitura exigir em ambos os casos e a qualquer

momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;
Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;
Prestar atendimento por telefone e acesso remoto;
Prestar atendimento "in loco" quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento.
Simultaneamente à entrega definitiva das Soluções informatizadas, os profissionais da contratada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Paranaíta /MT que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema, responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento.
Havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante;
Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àqueles referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados;
Responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE;
Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
Comunicar à Administração, por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.
Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.
Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.
Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.
Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;
Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;
Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:
Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Paranaíta, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 26 deste Edital.

DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DE ATENDIMENTO/SUPORTE TÉCNICO

Todo o atendimento deverá obedecer às normas da ITIL – Information Technology Infrastructure Library. A Contratada deve prestar, pelo período da execução do contrato e da implantação, os seguintes serviços de suporte ao usuário para solução de dúvidas ou de problemas e para adequação de configuração, correção de erros nos sistemas aplicativos e o suporte e o suporte oferecido pela contratada deve possuir os seguintes níveis de atendimento:

Helpdesk	Atendimento através de comunicação telefônica com serviço 0800, serviços de mensagens instantâneas, software de comunicação falada, escrita, áudio e vídeo via Internet\web, serviço de publicação de dúvidas mais frequentes, fóruns de discussão, serviço de FTP (transmissão remota de arquivos), comunicação remota, inclusive com acesso aos bancos de dados, para esclarecimento de dúvidas operacionais, envolvendo procedimentos, processamentos, cálculos, emissão de relatórios, parametrização dos aplicativos, erros de programas, erros de banco de dados;
Serviço de Suporte Técnico	Nos casos não solucionados via Helpdesk deverá ser acionado o Setor de Suporte Avançado, que efetuará detalhadamente uma análise técnica, como checagem e auditoria no Banco de Dados, processamentos de Scripts (comandos específicos), correção de programas e envio de atualizações, se for o caso;
Atendimento "in loco":	Se ainda assim não for solucionado o problema, será gerada uma Ordem de Serviço para atendimento local, sem cobrança de custo adicional;

A Proponente deverá disponibilizar portal na internet\web de acesso da entidade, onde poderão ser solicitados os atendimentos de manutenção e consultoria técnica, bem como a solicitação de melhorias nos softwares licitados.
A fim de assessorar o Gerenciamento, o Controle e a Total Segurança do serviço prestado à entidade e integridade das informações, o suporte deve, ainda, obedecer às seguintes diretrizes, no tocante as solicitações e ao atendimento:

Os Registros devem ser realizados através de ferramenta personalizada própria, na web, e disponibilizada pela contratada, evitando-se assim, a utilização de ferramenta de uso público comum.
Possibilitar o acompanhamento por meio de tecnologia e dispositivo mobile, (smartphone e tablet) acessada por meio de app (aplicativo), onde seja possível realizar solicitações de atendimento e acompanhar todos chamados realizados, visualizando seus status para tomadas de decisão e gestão.
Os custos referentes a essa ferramenta e serviços deverá é de responsabilidade da contratada.

Os registros das solicitações deverão ser realizados em horário comercial adotado pela contratada, através de canal específico na internet\web no portal\site da contratada.
Os registros das solicitações devem ser permitidos e configurados conforme a necessidade da entidade e individualizada por usuários de cada aplicativo contratado.
As solicitações realizadas devem permitir o acompanhamento através de protocolo específico, oriundo da abertura do chamado, permitindo o seu acompanhamento via internet\web, evidenciando a fase em que se encontra a transação de atendimento.
As solicitações devem ser possibilitadas de identificar se já foram ou não iniciados o seu processo de atendimento.
As solicitações atendidas devem possibilitar a notificação do usuário a cada fase de atendimento e\ou solucionada através de mensagens, sms, chat e e-mail.
As solicitações e atendimentos realizados deverão estar disponíveis na internet\web, mediante senha de acesso, para a entidade, para que a mesma possa fazer análise, gerar relatórios e identificar situações que a levem ao controle e tomada de decisão acerca de situações do seu interesse e com maior incidência.
Possibilitar a entidade identificar os setores e usuários com maior frequência de solicitação.
Possibilitar identificar na entidade a quantidade de solicitações atendidas e pendentes por períodos, bem como o prazo de execução.
Disponibilização de um canal de atendimento 0800, tendo em vista facilitar os atendimentos e não gerar gastos com telefonia à contratante.

DA INTEGRAÇÃO

As integrações abaixo listadas são imprescindíveis, e todas devem ser disponibilizadas nos softwares ofertados, buscando a Prefeitura Municipal de Nova Paranaíta a total compatibilidade, padronização e integração entre as diversas áreas, bem como outras conveniências relacionadas à busca da qualidade administrativa.

O software das áreas contábil, tesouraria, compras, licitação, almoxarifado, patrimônio, frotas, e recursos humanos, devem ser implantados de forma integrada, em única base de dados;
Ter conceito de Cadastro Único de Pessoas: credores e funcionários;
Ter conceito de Cadastro Único de tabelas para a gestão de compras e licitações: itens, produtos, serviços, grupos, solicitações (pedido de autorização de despesa);
Ter integração de tabelas padrão, como: leis, portarias, decretos e contratos; que podem ser utilizadas em vários softwares;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive vinculando ao empenho todos os itens e serviços contratados;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar processos de compras para o empenho, inclusive mantendo vínculo entre as licitações e contratos;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Tributos, como:
- Créditos a Receber (fase lançamento);
- Receitas (fase arrecadação); tudo em conformidade com a NBCASP e o MCASP;
- Cancelamentos (cancelamentos de guias);
- Estornos de pagamentos;

Recurso integrado entre o Sistema Tributário e o Sistema de NFS-E (Nota Fiscal de Serviços – Eletrônica), possibilitando:
- Cadastro Único de Contribuintes e Empresas;
- Controle integrado de lançamentos;
- Controle integrado de débitos, possibilitando ao Setor de Tributos a consulta de débitos conjunta (ISS, Alvará, IPTU, Dívida Ativa, entre outros);
- Único controle de Dívida Ativa;
- Certidão Negativa conjunta (ISS, IPTU, Alvará, Dívida Ativa, entre outros);

Recurso integrado que permita a Tesouraria consultar dados referentes a débitos junto a Fazenda Municipal de fornecedores / contribuintes, consultando on-line o banco de dados tributário;
Recurso integrado que permita a contabilidade importar dados do Setor de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, como:
Folha de Pagamento: gerando automático os empenhos, liquidações e pagamentos (OP);
Provisões: gerando automático as Provisões de Férias e Décimo Terceiro, conforme NBCASP;
Recurso integrado que permita o software de controle interno ler informações de outras áreas, tais como:
Compras: volume de compras por secretarias e tipos;
Licitações: volume de licitações por secretarias e tipos;
RH: número de funcionários e valores de folha;
Contabilidade: aplicação em Educação, Saúde, Folha, entre outras aplicações;
Contabilidade: receitas e despesas mensais;
Recurso integrado que permita o módulo de contratos realizar importações da área de licitações, como:
Credores e objetos licitados;
Lista de itens licitados e vinculados aos respectivos vencedores;
Dotações vinculadas aos processos licitatórios com os respectivos valores;
Recurso integrado que permita o módulo de convênios vincular aos convênios, de forma automática, os seguintes dados da contabilidade e tesouraria:
Receitas arrecadadas, oriundas do convênio;
Despesas empenhadas para o convênio;
Despesas liquidadas para o convênio;
Despesas pagas com recursos do convênio, inclusive com os respectivos dados financeiros de bancos e consignações;
Recursos integrados que permitam ao Setor de Controle de Frotas importar informações das Áreas de:
Patrimônio: manter cadastro único de Bens / Veículos;
Cadastro: manter cadastro único de Pessoas / Motoristas;
Almoxarifado: importar dados da saída de itens do almoxarifado vinculando aos respectivos veículos.
Gestão de Combustível: importar dados dos abastecimentos realizados, tais como: quantidade, motorista, tipo de combustível, odômetro, etc.

DAS ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE (MÓDULOS):

PLANEJAMENTO (PPA/LDO/LOA) E ORÇAMENTO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);
Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;
Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;
Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;
Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;
Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.
Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.
Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

a)Texto;
b) Data;
c)Número inteiro;
d)Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).
Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;
XML (Extensible Markup Language);
XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;
Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:

Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequencias do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;

Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);

Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:
Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;
Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - ORÇAMENTO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o primeiro ano do PPA (Plano Plurianual);
Permitir parametrizar se o PPA será gerido ou não por programa temático;
Permitir parametrizar o mês para estimativa da receita;
Permitir parametrizar os percentuais para projeção de receita ao longo dos anos do PPA:
Primeiro ano;
Segundo ano;
Terceiro ano;
Quarto ano.

REQUISITOS DE CADASTROS - ORÇAMENTO

Fonte de pesquisa:

Permitir cadastrar a descrição e sigla de fontes de pesquisa.

Público alvo:

Permitir cadastrar a descrição de públicos alvo;

Permitir vincular o público alvo com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Base geográfica:

Permitir cadastrar bases geográficas e vinculá-las com seu respectivo endereço (endereço este da base de endereços da solução, ou seja, apenas consumir uma identificação geográfica já existente).

Permitir desvincular o endereço da base geográfica caso este registro não esteja sendo utilizada em alguma ação de governo.

Fator de risco:

Permitir cadastrar a descrição do fator de risco e apontar por flag se este risco é fiscal ou não.

Unidade de medida:

Permitir cadastrar unidade de medida com sua descrição, sigla e grandeza para ser utilizada nos programas de governo;

Permitir implementar controle de vigência nas unidades de medida;

Permitir vincular à unidade de medida códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Indicador:

Permitir cadastrar indicadores com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar indicadores com sua descrição, fonte de pesquisa, norma jurídica (lei), unidade de medida, forma de apuração e público alvo;

Permitir vincular o indicador com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Programa de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar programas de governo com a possibilidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar programas de governo com sua descrição, o tipo de programa, sua natureza, os recursos utilizados, a base geográfica, a norma jurídica, detalhamento, data prevista de início e data prevista de finalização do programa;

Permitir controlar programas de governo por vigência (programas de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Indicadores:

Permitir vincular indicadores nos programas de governo ativando estes indicadores para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar o indicador, forma de apuração, unidade de medida, índice de referência e evolução do indicador.

Objetivos:

Permitir vincular objetivos nos programas de governo ativando estes objetivos para determinados Planos Plurianuais.

Permitir informar o código do objetivo vinculado ao programa de governo.

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, órgão e unidade responsável pelo objetivo, objetivo de desenvolvimento sustentável e objetivo do milênio.

Caso o PPA trabalhe com o modelo por programa temático permitir vincular:

Iniciativas:

Permitir informar o código e detalhamento da iniciativa.

Metas temáticas:

Permitir informar o código, descrição, órgão e unidade responsável e data de término da meta temática;

Permitir informar indicadores da meta temática com base geográfica, indicador, unidade de medida e valor.

Ação de governo:

Cadastro:

Permitir cadastrar ações de governo com a possiblidade de digitar seu código;

Permitir cadastrar ações de governo com sua descrição, tipo da ação, tipo de execução, natureza da ação, norma jurídica (lei), base geográfica, sigla, detalhamento e objetivo;

Permitir controlar ações de governo por vigência (ações de governo podem extrapolar Planos Plurianuais).

Produto:

Permitir vincular os produtos nas ações de governo ativando estes produtos para determinados Planos Plurianuais;

Permitir detalhar a descrição, detalhamento, unidade de medida e valor;

Permitir vincular os produtos com códigos TCE (Tribunal de Contas do Estado) para posterior identificação deste registro para envio em prestações de contas.

Fator de risco:

Permitir vincular fatores de risco, ação predecessora, peso e justificativa a ação de governo.

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de arvore recursiva;

Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;

Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento, desdobramento e detalhamento;

Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;

Permitir informar o nível de execução da natureza de despesa:

Analítica;

Nível PPA;

Nível LDO;

Nível LOA;

Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;
Permitir controlar natureza de receita por vigência;
Permitir informar o nível de execução da natureza de receita:
Analítica;
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA.
Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Fonte de recurso:
Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.
Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;
Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:
Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – PPA (PLANO PLURIANUAL)

Permitir gerenciar informações do PPA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a PPA;
Permitir o acompanhamento da elaboração do PPA em tempo real:
Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real por painel gráfico de resumo por parciais de receita x despesa dentro dos quatro (4) anos do PPA;
Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro dos quatro (4) anos do PPA;
Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro dos quatro (4) anos do PPA;
Permitir o acompanhamento do PPA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo.
Permitir acesso rápido a relatórios do PPA por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do PPA:
Permitir iniciar elaboração do PPA;
Permitir replicar dados de PPAs anteriores;
Permitir excluir elaboração do PPA e reiniciar;
Permitir previsão de arrecadação de receitas:
Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de receita;
Permitir em um único formulário o lançamento de todas as operações de receita:
Receita;
Dedução;
Restituição;
Isenção;
Anistia;

Compensação.

Permitir em um único formulário informar os valores da receita dos quatro (4) anos do PPA;

Calcular automaticamente a parcial da receita conforme lançamento (receita x deduções);

Permitir em um único formulário o detalhamento das fontes de recurso da receita;

Calcular automaticamente que as somatórias dos percentuais das fontes de recursos das receitas não sejam superiores a 100%;

Permitir carregar automaticamente as fontes de recurso das operações dedutoras da receita.

Permitir fixar despesas:

Permitir detalhamento conforme nível definido no cadastro de naturezas de despesa;

Permitir informar as metas físicas da despesa;

Permitir compor a funcional programática a partir de cada um de seus elementos;

Permitir em um único formulário informar os valores da despesa por fontes de recurso dos quatro (4) anos do PPA.

Permitir encerrar elaboração do PPA e gerar projeto de lei.

100.Permitir controlar na fase de projeto de lei do PPA:

Permitir controle de emendas:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:

Emenda foi criada e está em alteração;

Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no PPA.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;

Permitir alterar despesas por emenda;

Permitir alterar ações de governo por emenda;

Permitir alterar programas de governo por emenda;

Permitir visualizar o impacto das emendas no PPA antes de efetivá-las por meio de gráfico;

Permitir controle de exclusão projeto de lei;

Permitir controle de rejeição projeto de lei;

Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA.

Permitir controlar na fase de lei do PPA:

Permitir controle de exclusão da lei do PPA;

Permitir controle de alterações da lei da PPA:

Permitir elaborar lei de alteração com:

Receitas;

Despesas:

Ações de governo;

Programas de governo;

Metas físicas.

Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do PPA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS)

Integração com o PPA através de todos os cadastros realizados;
Permitir gerenciar informações da LDO a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LDO;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LDO em tempo real:
Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
Permitir o acompanhamento da LDO em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LDO em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.
Permitir acesso rápido a relatórios do LDO por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LDO:
Permitir iniciar elaboração do LDO;
Permitir replicar dados de LDOs anteriores;
Permitir excluir elaboração do LDO e reiniciar;
Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
Permitir detalhar valores de despesas:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;

Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).

Permitir encerrar elaboração da LDO e gerar projeto de lei.

Permitir controlar na fase de projeto de lei do LDO:

Permitir controle de emendas:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:

Emenda foi criada e está em alteração;

Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LDO.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;

Permitir alterar despesas por emenda;

Permitir alterar ações de governo por emenda;

Permitir alterar programas de governo por emenda;

Permitir visualizar o impacto das emendas na LDO antes de efetivá-las por meio de gráfico;

Permitir controle de exclusão projeto de lei;

Permitir controle de rejeição projeto de lei;

Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LDO.

Permitir controlar na fase de lei da LDO:

Permitir controle de exclusão da lei do LDO;

Permitir controle de alterações da lei da LDO:

Permitir elaborar lei de alteração com:

Receitas;

Despesas:

Ações de governo;

Programas de governo;

Metas físicas.

Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;

Permitir propor emendas ao projeto de lei:

Permitir controle de ciclo de vida da emenda:

Em andamento:

Emenda foi criada e está em alteração;

Efetivada:

Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.

Cancelada:

Emenda em andamento foi cancelada.

Permitir alterar receitas por emenda;

Permitir alterar despesas por emenda;

Permitir alterar ações de governo por emenda;

Permitir alterar programas de governo por emenda;

Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;

Permitir controle de exclusão projeto de lei;

Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LDO;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

Exportação automática das informações para a LOA.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL)

Integração com o LDO através de todos os cadastros realizados;
Permitir gerenciar informações da LOA a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a LOA;
Permitir o acompanhamento da elaboração da LOA em tempo real:
Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real por painel comparativo de receitas e despesas no exercício;
Permitir o acompanhamento da LOA em tempo real quanto ao equilíbrio das fontes de recurso dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de receitas dentro do exercício;
Permitir o acompanhamento do LOA em tempo real quanto as parciais de despesa subdividas por programa de governo e função de governo dentro do exercício.
Permitir acesso rápido a relatórios do LOA por painel de relatórios;
Permitir controlar na fase de elaboração do LOA:
Permitir iniciar elaboração do LOA;
Permitir replicar dados de LOAs anteriores;
Permitir excluir elaboração do LOA e reiniciar;
Permitir detalhar valores de receitas por fontes de recurso:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de receitas e fontes de recurso do PPA e LDO forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das receitas;
Permitir edição de receitas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas receitas que vieram da peça anterior).
Permitir detalhar valores de despesas:
Permitir detalhamento automático quando naturezas de despesas e fontes de recurso do PPA e LOA forem no mesmo nível;
Permitir detalhamento manual dos valores das despesas;
Permitir edição de despesas após detalhamento dos valores (recurso para ajustes nas despesas que vieram da peça anterior).
Permitir encerrar elaboração da LOA e gerar projeto de lei.
Permitir controlar na fase de projeto de lei do LOA:
Permitir controle de emendas:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada no LOA.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;

Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas na LOA antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir encerrar projeto de lei e gerar lei da LOA.
Permitir controlar na fase de lei da LOA:
Permitir controle de exclusão da lei do LOA;
Permitir controle de alterações da lei da LOA:
Permitir elaborar lei de alteração com:
Receitas;
Despesas:
Ações de governo;
Programas de governo;
Metas físicas.
Permitir encerrar e gerar o projeto de lei da lei de alteração;
Permitir propor emendas ao projeto de lei:
Permitir controle de ciclo de vida da emenda:
Em andamento:
Emenda foi criada e está em alteração;
Efetivada:
Emenda foi criada realizadas todas as alterações, conferências e foi efetivada.
Cancelada:
Emenda em andamento foi cancelada.
Permitir alterar receitas por emenda;
Permitir alterar despesas por emenda;
Permitir alterar ações de governo por emenda;
Permitir alterar programas de governo por emenda;
Permitir visualizar o impacto das emendas antes de efetivá-las por meio de gráfico;
Permitir controle de exclusão projeto de lei;
Permitir controle de rejeição projeto de lei;
Permitir concluir projeto de lei e gerar lei do LOA;
Permitir controle de exclusão da lei de alteração.

REQUISITOS DE ORÇAMENTO – METAS E RISCOS FISCAIS

Permitir gerenciar informações de metas e riscos fiscais a partir de uma única aplicação. Esta aplicação é responsável por orquestrar todo o controle e chamada de outras aplicações relacionadas a metas e riscos fiscais;
Permitir iniciar o lançamento de metas e riscos fiscais;
Permitir informar dados e parâmetros para projeções de metas físicas:
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) real (crescimento % anual);
Permitir lançar valor para taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual);
Permitir lançar valor para câmbio (R$/US$ - Final do ano);
Permitir lançar valor para inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação;
Permitir lançar valor para PIB (produto interno bruto) do Estado;

Permitir lançar valor para dívida fiscal líquida;
Permitir lançar valor para receita corrente líquida (RCL) executada no ano anterior;
Permitir lançar valor para fator % de atualização da RCL para o ano logado;
Permitir lançar valor para receitas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas);
Permitir lançar valor para despesas primárias de PPP (parcerias públicas-privadas).

Permitir lançar os valores de receitas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de receitas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de despesas (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de despesas previstas dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar os valores de dívida pública (orçamento e realizado) manualmente;
Permitir lançar os valores de dívida pública prevista dos exercícios vindouros aplicando percentual de projeção;
Permitir lançar valores de evolução do patrimônio líquido:
Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Patrimônio/Capital;
Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Reservas;
Permitir lançar os valores de evolução do patrimônio líquido de Resultado acumulado.
Permitir lançar valores da DOCC (despesa obrigatória de caráter continuado);
Permitir lançar valores de aumento permanente da receita;
Permitir lançar valores de transferências constitucionais e de transferências do FUNDEB;
Permitir lançar valores da redução permanente da despesa;
Permitir lanças novas DOCC;
Permitir vincular qual despesa da LDO é referente à DOCC;
Permitir lançar compensações para a DOCC.
Permitir informar notas e observações para cada tipo de valor da DOCC;
Permitir calcular a margem bruta e líquida da expansão da DOCC.
Permitir lançar valores para renúncia de receita:
Permitir indicar qual norma jurídica ampara a estimativa de renúncia de receita;
Permitir indicar de qual Receita planejada na LDO está se estimando renunciar;
Permitir detalhar os tributos que se estima renunciar;
Permitir detalhar os beneficiários com a estimativa de renúncia;
Permitir lançar compensações para a estimativa de renúncia.
Permitir lançar valores de compensações:
Permitir cadastrar compensações que podem ser vinculadas às novas DOCC ou às estimativas de renúncia de receita;
Permitir definir um valor máximo que pode ser compensado;
Permitir visualizar todos os locais de consumo do saldo da compensação.
Permitir lançar estimativas de impacto:
Indicando a origem da estimativa (criação/expansão de despesas obrigatórias ou criação/expansão de ações de governo);
Indicando qual Ação de governo ou DOCC especificamente tiveram impacto;
Importando as estimativas de impacto diretamente do cadastro de Novas DOCC;
Indicando o arquivo com a autorização do ordenador da despesa.
Permitir lançar riscos fiscais:
Permitir lançar os tipos de riscos fiscais, indicando se é um passivo contingente ou não;
Permitir informar a estrutura orçamentária (órgão) que se visualiza o risco fiscal;
Permitir informar qual ação de governo está sujeita ao risco fiscal;

Permitir informar qual Receita planejada na LOA está sujeita ao risco fiscal;
Permitir informar as providências que serão adotadas caso o risco fiscal se concretize durante a execução do orçamento.

Permitir lançar situação financeira do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social);
Permitir lançar projeção atuarial do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social):
Permitir realizar o cadastro de reprojeções atuariais do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano previdenciário do RPPS;
Permitir lançar projeções atuariais do plano financeiro do RPPS;
Permitir lançar valores de recursos de alienação de ativos;
Permitir excluir o lançamento de metas e riscos fiscais.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE COMISSÕES

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE LEIS

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:
Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS

Relatórios do PPA:
Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do PPA;
Possuir demonstrativo de receitas do PPA;
Possuir demonstrativo de despesas do PPA;
Possuir demonstrativo de programas, indicadores e ações do PPA.
Relatórios do LDO:
Possuir demonstrativo de equilíbrio das fontes da LDO;
Possuir Anexo 3 – Metas e Prioridades.
Relatórios da LOA:
Possuir anexos da lei 4.320/64:
Possuir anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
Possuir anexo 2 - Demonstração da natureza de despesa por órgão e unidade;
Possuir anexo 2 - Demonstração da receita por categoria econômica;
Possuir anexo 6 - Demonstração da despesa por programa de trabalho despesas por órgão e unidade;
Possuir anexo 7 - Demonstração de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos;
Possuir anexo 8 - Demonstração da despesa por funções, subfunções e programas e fontes de recursos;
Possuir anexo 9 - Demonstração da despesa por órgãos e funções.

Possuir relatório de equilíbrio das fontes de recurso do LOA;
Possuir demonstrativo de plano de aplicação dos fundos especiais;
Possuir demonstrativo de programa anual de trabalho do governo em termos de realizações;
Possuir demonstrativo de quadro das dotações por órgão do governo e da administração;
Possuir demonstrativo de quadro discriminativo da receita por fontes e respectivas legislações;
Possuir demonstrativo de sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.

CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);
XML Data Packet.
Decodificação do arquivo de saída;
Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:
Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;
Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;

Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - CONTABILIDADE

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir indicar na parametrização o plano de contas contábeis utilizado pelo cliente;
Permitir indicar na parametrização o tipo padrão de empenho utilizado pelo cliente (estimativo, global ou ordinário);
Permitir controlar na parametrização a liberação de execução orçamentária por exercício realizando diversas validações com objetivo de garantir que todas as estruturas padrões e rotinas contábeis estejam corretas antes de iniciar o exercício de trabalho:

A previsão da Receita orçamentária está completa e com o devido valor total para esse ano;
A programação financeira de cada receita orçamentária está completa e com os devidos valores distribuídos por mês;
A fixação da despesa orçamentária (Dotações) está completa e com o devido valor para este ano;
O Cronograma de desembolso da despesa de cada dotação orçamentária está completo e com os devidos valores distribuídos por mês;
A configuração do controle de cotas da despesa (caso a UG vá controlar), envolvendo as devidas dotações, está definida para este ano;
A configuração de numeração de empenhos e sequenciais da contabilidade está definida para este ano;
Existe um bloqueio de movimentação contábil com data igual ou menor que 01/01/ano logado.

Permitir controlar na parametrização as preferências de usuários com relação a funcionalidade de gerenciamento de empenhos:

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de empenhos após o salvamento de um empenho:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Abrir a tela para adicionar nova “Em liquidação” do empenho salvo;
Abrir a tela para adicionar nova “Liquidação” do empenho salvo;
Limpar a tela para lançar um novo empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de liquidações de empenhos após o salvamento de uma liquidação:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar uma nova liquidação para o mesmo empenho;
Voltar para tela de seleção de empenho.

Permitir ao usuário escolher o comportamento da aplicação de pagamentos de empenhos após o salvamento de um pagamento:

Comportamento padrão: fechar a tela;
Limpar a tela para lançar um novo pagamento para a mesma liquidação;
Voltar para tela de seleção de empenho para pagamento.

Parametrizações para LRF (Lei de responsabilidade fiscal)

REQUISITOS DE CADASTROS – CONTABILIDADE

Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;

Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

Tipo da lei;
Esfera governamental;
Número e ano da lei;
Data de aprovação;
Período de vigência.
Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.

Cadastrar os tipos de operações da receita orçamentária;

Fonte de recurso:

Permitir cadastrar fontes de recurso por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar fontes de recurso padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Gerar automaticamente o código da fonte de recurso conforme seleção das informações de nível superior e código.
Permitir controlar a fonte de recurso por vigência;
Permitir informar o nível de execução da fonte de recurso:

Nível PPA;
Nível LDO;
Nível LOA;
Nível LOA execução.

Possuir o cadastro de fundos contábeis, os quais possam ser agrupadores de lançamentos de receitas, despesas, movimentos financeiros e patrimoniais exclusivos do respectivo fundo contábil, permitindo a extração de dados e emissão de relatórios exclusivos do fundo.

REQUISITOS DE ESTRUTURAS PADRÕES – CONTABILIDADE

Os planos de contas da receita, da despesa e contábil deverão ser aqueles definidos com base em exigências do Tribunal de Contas do Estado, não podendo haver tabelas de correlações entre outros planos com o do referido Estado, facilitando, assim, o entendimento e a operacionalização do sistema;

Natureza de despesa:

Permitir cadastrar naturezas de despesa por meio de estrutura de árvore recursiva;
Permitir informar naturezas de despesa padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;
Permitir controlar (adicionar, editar ou excluir) complementos de natureza de despesa a partir de elemento de despesa informado;
Gerar automaticamente o código da natureza de despesa conforme seleção das informações da despesa (categoria econômica, grupo, modalidade, elemento, subelemento e desdobramento;
Permitir controlar a natureza de despesa por vigência;

Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de despesa:
- Analítica;
- Nível PPA;
- Nível LDO;
- Nível LOA;
- Nível LOA execução.

Natureza de receita:

Permitir cadastrar naturezas de receita por meio de estrutura de árvore recursiva;

Permitir informar naturezas de receita padrão conforme padrão do Tribunal de Contas do Estado;

Gerar automaticamente a código da natureza de receita conforme seleção das informações de nível superior e código;

Permitir controlar natureza de receita por vigência;

Permitir controlar o nível de cada nó da natureza de receita:
- Analítica;
- Nível PPA;
- Nível LDO;
- Nível LOA.

Suportar o novo padrão de receitas instituído para o exercício de 2018 e seguintes conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – ORÇAMENTO

Cadastrar a estrutura orçamentária por meio de estrutura de árvore recursiva, com controle de início e fim de vigência, permitindo informar o código do Órgão e tipo de órgão junto ao TCE;

Cadastrar as fontes de pesquisas;

Cadastrar os públicos alvos, permitindo informar o código do público alvo junto ao TCE;

Cadastrar as bases geográficas com vínculos de endereços;

Cadastrar os fatores de riscos;

Cadastrar as unidades de medidas;

Cadastrar os indicadores informando o código dos indicadores junto ao TCE;

Cadastrar os programas de governo com seus indicadores e objetivos, inclusive os programas do tipo temáticos;

Cadastrar as ações de governo com seus produtos e fatores de riscos;

Cadastrar as dotações orçamentárias, inclusive identificando-as por código reduzindo, fazendo a junção dos seguintes elementos:
- Estrutura orçamentária;
- Função e subfunção;
- Programa e ação;
- Natureza de despesa;
- Fonte de recursos;
- Esfera orçamentária;
- Fundo, se for o caso;
- Valor fixado.

Distribuir os valores da programação financeira da receita possibilitando calcular com base:
- Divide valor previsto por doze meses;
- Distribuir valor previsto a partir dos percentuais da rec. arrecadada em anos anteriores.

Gerar o cronograma de desembolso orçamentário possibilitando determinar o percentual de contingenciamento e calcular com base:
- Divide valor fixado (menos a reserva) por doze meses;

Distribuir despesa a partir dos percentuais da receita arrecadada em anos anteriores;

Permitir fazer a configuração de controle de cotas da despesa possibilitando selecionar as dotações e calcular com base em valores:

Semestral;
Quadrimestral;
Trimestral;
Bimestral;
Mensal.

Permitir gerenciar antecipações e prorrogações de saldo de cotas orçamentárias.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Possuir controle de alterações orçamentárias que possam ser inseridas no software, simulados os valores, realizar a emissão de relatórios de impacto orçamentário para apreciação antes da efetivação das alterações simuladas, de forma que os valores somente influenciem efetivamente nos saldos orçamentários quando a alteração for aprovada.

Possibilitar o lançamento de trâmites, com valores e incremento das informações no projeto/simulação da alteração orçamentária, até que se decida cancelar ou aprovar/efetivar a mesma.

Permitir realizar alterações orçamentárias dos tipos:

Crédito suplementar de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 7 e 41;
Crédito especial de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Crédito extraordinário de acordo com a Lei 4.320/64 Art. 41;
Remanejamento orçamentário de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transposição orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;
Transferência orçamentária de acordo com a CF 1988 Art 167;

Permitir realizar transferências/realocações de saldos entre fontes de recursos das dotações orçamentárias.

Permitir, sob parametrização opcional da entidade, a liberação de acréscimos orçamentários para posterior fechamento do decreto de alteração orçamentária, controlando os valores liberados para execução.

Permitir as devidas vinculações dos controles de origem do recurso do crédito, como Superávit financeiro, Excesso de arrecadação, Operação de crédito, Anulação de saldo de dotação, Reserva de contingência ou Recurso sem despesa oriundo de veto.

Controlar o equilíbrio dos valores entre os créditos e a respectiva origem do recurso do crédito.

Controlar lançamento de acréscimo de receita prevista referente a excesso de arrecadação.

Possibilitar o cancelamento do projeto/simulação de alteração orçamentária para que a mesma não influencie no orçamento em execução, possibilitando a realização das simulações sem prejuízo ao controle de saldos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – INICIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

Possuir controle de cadastros de vigência contínua, sem a necessidade de recadastro ou importação de cadastros de um exercício para o próximo, por exemplo contas bancárias, contas extra orçamentárias, ou quaisquer cadastros.

Possuir controle dos saldos das contas bancárias, caixa, contas extra orçamentárias entre outros saldos lineares de forma contínua, sem a necessidade de informar os saldos de um exercício no início do próximo.

Possuir controle de vigência da execução do PPA ao longo dos seus quatro anos de vigência, permitindo a geração da LDO e em seguida da LOA a partir dos dados do PPA cadastrado uma única vez.

Possuir rotinas automáticas de cálculo dos saldos atuais dos diversos tipos de controle que necessitam gerar lançamentos contábeis de abertura do exercício, como contas bancárias, contratos, convênios, saldos extra orçamentários, bens patrimoniais, estoque, etc.

Possuir verificação e alertas ao usuário quando da tentativa de liberar a execução orçamentária do exercício, para que todas as parametrizações necessárias estejam registradas no sistema para garantir seu funcionamento conforme os parâmetros definidos.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Permitir cadastrar o tipo de operação da receita orçamentária informando seu respectivo tipo de dedução;

Permitir importar as receitas orçamentárias do Orçamento (LOA - Lei Orçamentária Anual) quando o cliente trabalhar com módulo de Orçamento Público da prestadora;

Permitir cadastrar receita orçamentária por exercício informando: natureza de receita, tipo de operações da receita, fontes de recurso e deduções previstas;

Permitir arrecadar manualmente receita orçamentária controlando: dados financeiros, fontes de recurso e descontos, baixando o crédito patrimonial de arrecadação quando controlado;

Permitir anular a arrecadação manual de receita orçamentária controlando: dados da anulação, fontes de recurso, dados financeiros e descontos anulados;

Possuir operação para a realização da importação das receitas junto à tributação municipal, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, realizando automaticamente os lançamentos de receita na contabilidade, realizando tratamento individualizado para reconhecimento e arrecadação da receita, importando valores de lançamentos, baixas por arrecadação, cancelamentos e inscrição em dívida ativa em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor público);

Possuir operação para a realização de importação dos valores referentes a atualização (juros, multas e correções) dos créditos do setor tributário, integrado com sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação, permitindo que o valor contábil seja sempre atualizado conforme as correções ocorridas na tributação e desta forma atendendo o regime de competência contábil e NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

Para a importação citada no item anterior deve ser possível realizar diariamente ou conforme a necessidade da entidade, sendo que ao gerar o movimento de um dia o sistema deverá calcular os valores anteriores que ainda não tenham sido importados e manter o débito atualizado;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Permitir pré-empenhar a despesa garantindo saldos de dotação e preenchimento automático de todos os dados da despesa, seja oriunda de compra, de pessoal, de dívida fundada ou de outras origens de despesa.

Permitir o controle de saldos eficiente de dotações considerando movimentos, alterações orçamentárias, reservas e controles de cotas da despesa.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de notas de empenho para casos em que o usuário tem vários empenhos a serem cadastrados.

Permitir configurar por usuário cadastros rápidos e sequenciais de todas as etapas da despesa de notas de empenho, liquidação e pagamentos para casos em que o usuário tenha várias despesas a serem empenhadas, liquidadas e pagas sequencialmente.

Permitir a consulta completa de todo o histórico do empenho em seu cadastro, exibindo a lista dos registros de despesa em liquidação, das liquidações, dos pagamentos e os montantes das respectivas anulações.

Permitir toda a consulta histórica ao longo dos anos de cada etapa da despesa a partir da tela de cadastro de empenho, conforme citado acima, mesmo quando consultado um empenho antigo, em exercícios anteriores, referente a restos a pagar.
Permitir registrar os lançamentos de cada etapa da despesa a partir da aplicação de cadastro do empenho, sem a necessidade de acessar outras aplicações no menu da solução.
Permitir a inclusão de pagamentos a partir da liquidação do empenho, realizando de forma fácil e automática a vinculação entre as duas etapas da despesa.
Controlar os saldos de transição entre cada etapa da despesa, das contas financeiras e contas extra orçamentárias nas consignações e pagamentos.
Permitir a consulta simultânea dos lançamentos contábeis realizados ao concluir a inclusão de cada etapa da despesa.
Permitir a emissão dos documentos de nota de empenho, liquidação e pagamento a partir das respectivas telas de cadastros.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO

Permitir o cadastro de conta de depósito extraorçamentário onde é possível definir; o código da conta, descrição, tipo da conta, natureza do saldo, se permite saldo negativo, se permite consignação ou pagamento agregado, o credor preferencial, se é vinculada a fundo e sua vigência;
Permitir lançar movimento de depósito extraorçamentário controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extra, fonte de recurso, tipo do movimento financeiro (entrada ou saída), valor, descrição, credor e dados financeiros;
Permitir emitir o comprovante de pagamento de movimento de depósito extraorçamentário de forma individual ou em massa;
Permitir lançar nota de despesa extraorçamentária controlando; data de lançamento, sequência, conta de depósito extraorçamentária, fonte de recurso, descrição e credor, selecionando retenções envolvidas para compor a nota de despesa extraorçamentária.
Permitir o pagamento da nota de despesa extraorçamentária, informando consignações ou pagamentos agregados e dados financeiros;
Permitir emitir a nota de despesa extraorçamentária de forma individual ou em massa;
Garantir controle de restos a pagar processados e não processados, em contas separadas por exercício;
Inscrição automática de restos a pagar de empenhos que apresentarem saldo ao final do exercício, para posterior liquidação ou cancelamento, procedimentos a serem feitos de acordo com a legislação;
Permitir a exclusão de inscrição de restos a pagar respeitando consistências e validações;
Permitir o lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP;
Permitir a anulação do lançamento de despesa em liquidação de restos a pagar, conforme NBCASP.
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de despesa em liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de liquidação de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de liquidação de restos a pagar;
Permitir o lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de ordem de pagamento de restos a pagar;
Permitir a anulação do lançamento de pagamento de restos a pagar;
Permitir a emissão individual ou em massa de nota de anulação de pagamento de restos a pagar;

Permitir o cancelamento de restos a pagar, respeitando consistências e validações, com emissão de nota de cancelamento de restos a pagar;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – TESOURARIA (SISTEMA FINANCEIRO)

Permitir cadastrar o tipo de documento financeiro e sua respectiva operação (débito ou crédito);
Permitir cadastrar o tipo de aplicação financeira;
Permitir cadastrar as contas caixa da unidade gestora;
Permitir cadastrar as contas bancárias da unidade gestora controlando; banco, agência, número da conta, dígito verificador, se a conta é vinculada, a descrição, a natureza do recurso;
Permitir cadastrar vários tipos de conta para cada conta bancária, indicando qual o tipo principal para cada conta bancária e controlando a situação e o saldo de cada tipo individualmente;

Permitir informar especificidades da aplicação financeira quando o tipo da conta for de aplicação, como tipo de aplicação financeira e prazo do investimento;

Permitir realizar lançamentos financeiros de saldo inicial das contas, controlando; data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir visualizar todos os lançamentos financeiros efetuados na entidade através de outros controles, como movimentos de receitas e pagamentos de empenhos, visualizando o tipo do lançamento, data e sequência do lançamento, tipo do documento, número do documento, fonte de recurso, valor do lançamento e descrição;
Permitir realizar transferência financeira entre contas da própria unidade gestora, controlando: data da transferência, valor da transferência, contas e fontes de recurso de origem e contas e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar transferência de saldo entre fontes de recurso de uma mesma conta, controlando: data da transferência, valor da transferência, fontes de recurso de origem e fontes de recurso de destino, controlando o saldo das contas movimentadas;
Permitir realizar lançamento de aplicação financeira controlando; data do lançamento, detalhamento (descritivo), conta de aplicação financeira e a conta bancária de movimento, indicando o tipo do movimento (aplicação, resgate, ganhos ou perdas);
Permitir visualizar extrato da conta bancária ou conta caixa;
Permitir realizar conciliação bancária com ticagem em massa;
Interferência financeira:

Permitir cadastrar conta de interferência financeira informando; código, descrição e órgão ou entidade governamental;
Permitir lançar previsão de interferência financeira informando; a conta de interferência financeira, o tipo de interferência, a data de previsão e o valor previsto;
Permitir lançar interferência financeira informando; data de lançamento, conta de interferência financeira, tipo da interferência, valor, competência (mês e ano), descrição e dados financeiros;
Permitir lançar anulação de interferência financeira;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CONVÊNIOS, PROGRAMAS E REPASSES

Gerenciar convênios, controlando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar programas de transferência de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas;
Cadastrar repasse de recursos, gerenciando documentos anexados, receitas vinculadas e arrecadadas, alterações e aditivos; pagamentos efetuados e prestações de contas.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ARRECADAÇÃO

Permitir cadastrar uma conta de crédito patrimonial de arrecadação informando; código, descrição, fundo, e naturezas de receita com suas respectivas vigências. Essa vigência possibilitará utilizar essa conta patrimonial de arrecadação por vários exercícios realizando ajustes necessários em seus vínculos com naturezas de receitas;

Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir lançamentos de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;

Permitir adicionar, editar, cancelar ou excluir baixas de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;

Permitir inscrever, estornar ou excluir inscrições em dívida ativa de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;

Possuir integração com a execução da receita orçamentária, de forma que a importação das receitas e de valores de atualização junto à tributação municipal sejam registrados no sistema de controle de crédito patrimonial de arrecadação para contabilização em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);

Permitir adicionar, editar ou excluir perdas prováveis de créditos patrimoniais de arrecadação considerando todas as consistências de regra de negócio e validações;

Não permitir alterar manualmente lançamentos de crédito patrimonial de arrecadação oriundos de integração com lote tributário para garantir a consistência das informações contábeis e tributárias;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE BENS

Permitir registrar os valores referentes a movimentos de bens patrimoniais e a contabilização devida a cada tipo de movimento, tais como:

- Incorporação
- Valorização
- Desvalorização
- Depreciação bem móvel/imóvel
- Amortização bem intangível
- Exaustão recurso natural
- Reversão da Depreciação/Amortização/Exaustão devido à baixa
- Comodato cedido
- Comodato recebido
- Baixa de comodato cedido
- Baixa de comodato recebido
- Baixa de bem patrimonial
- Ganho na alienação
- Perda na alienação
- Ajuste de exercícios anteriores para mais
- Ajuste de exercícios anteriores para menos
- Incorporação não definitiva (Bem patrimonial em construção)

Permitir o recebimento dos lançamentos de registros de bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, de acordo com o tipo de movimento e registrando os devidos vínculos de contratos, entidades relativas a doações, comodatos e outras características, conforme as necessidades para geração dos lançamentos contábeis de bens patrimoniais.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de bens patrimoniais, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – SISTEMA DE CONTROLE - CRÉDITO PATRIMONIAL DE ESTOQUE

Permitir o cadastro de contas de crédito patrimonial de estoque, possibilitando os devidos agrupamentos de crédito por fundo.

Permitir registrar ou receber os registros acumulados dos valores referentes a movimentos de entradas e saídas de estoque para contabilização.

Gerar automaticamente os lançamentos contábeis de estoque, conforme as devidas contrapartidas legais.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Possuir identificação de Unidade gestora do tipo consórcio com comportamentos das aplicações exclusivos para consórcios

Possuir cadastro de dados de consórcio público que permita vínculo de cadastro de pessoa jurídica do tipo consórcio

Possuir controle do quadro de consorciados no cadastro de consórcios.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com as regras estabelecidas pela IPC 10.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma automática de acordo com a quantidade de habitantes.

Permitir controle dos percentuais de participação e cotas dos consorciados de forma manual.

Permitir o recálculo dos percentuais de participação e quantidade de cotas do quadro de consorciados quando da entrada ou saída de um ente consorciado.

Possuir controle do cadastro dos contratos de rateio.

Possuir controle dos valores repassados aos consórcios pelos entes consorciados, seja por valores de receitas orçamentárias ou bens patrimoniais.

Possuir controle de despesas realizadas no consórcio em nome dos consorciados, possibilitando ratear pelos percentuais de participação ou realizar despesas exclusivas para um consorciado.

Possuir controle de prestação de contas no consórcio aos entes consorciados, evidenciando automaticamente os valores de cada despesa rateados para cada ente participante.

Permitir a geração dos arquivos de prestação de contas para envio aos entes consorciados, acompanhados com os devidos demonstrativos dos valores de acordo com a IPC 10.

Permitir o lançamento dos pareceres sobre as prestações de contas de cada ente consorciado.

Realizar automaticamente as devidas contabilizações de cada etapa do processo contábil do consórcio, de acordo com a IPC 10.

Possuir identificação dos contratos de rateio nas despesas de repasse do ente consorciado ao consórcio.

Permitir importação dos lotes de prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Permitir o lançamento de parecer sobre a prestação de contas do consórcio no ente consorciado.

Realizar a emissão dos anexos da LRF considerando os valores dos consórcios, oriundos das prestações de contas dos mesmos, de acordo com a IPC 10.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS

Permitir identificar empenhos referentes a suprimento de fundos (adiantamentos)

Permitir identificar empenhos referentes a despesa com diárias.

Possuir controle de prestação de contas de adiantamentos com tratamento para prazo final para a prestação e vinculação de documentos;

Possuir controle de parecer sobre a prestação de contas de adiantamentos;

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA - SISTEMA DE CONTROLE - DÉBITOS PATRIMONIAIS - DÍVIDA FUNDADA

Permitir adicionar, editar ou excluir dívida fundada respeitando as devidas regras, validações e consistências;

Permitir lançar dados gerais da dívida fundada informando; código, descrição, tipo da dívida fundada (precatório, parcelamento da dívida ou operação de crédito), se é de dívida externa, data de inscrição, classificação, número do documento, detalhamento, lei vinculada, contrato vinculado, credor, fundo, valor do principal, valor autorizado, se tem juros pré-fixados, data primeira parcela, valor da primeira parcela e quantidade de parcelas;

Se o tipo da dívida fundada for precatório permitir informar; sequência, quantidade de credores, número do processo e data da notificação;

Se o tipo da dívida fundada for parcelamento da dívida permitir informar o tipo de dívida parcelada; retenções extraorçamentárias e outras dívidas. Se o tipo da dívida parcelada for retenções extraorçamentárias permitir informar as retenções que serão vinculadas à dívida fundada;

Se o tipo da dívida fundada for operação de crédito permitir informar; número do ofício da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), data do ofício da STN, conta bancária e natureza de receita que serão movimentados quando houver ingresso de recursos financeiros;

> Identificar se operação de crédito teve ingresso de recursos financeiros ou incorporação de bem patrimonial, garantindo vinculação com a respectiva movimentação analítica no sistema para identificação e controle;

Permitir controlar as parcelas da dívida fundada, informando a data de vencimento, valor do principal, de juros, encargos e de correção de cada parcela, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir distribuir o valor do principal nas parcelas de acordo com as informações sobre parcelas dos dados gerais (valor do principal e quantidade de parcelas);

Permitir inserir ou remover parcelas do parcelamento, garantindo a integridade dos dados e de sua contabilização;

Permitir o controle de execução da dívida fundada através da execução da despesa, identificando em cada empenho, liquidação e pagamento, assim como em suas anulações, quais parcelas e valores estão sendo amortizados;

Possibilitar a visualização centralizada da execução da dívida fundada;

Garantir a correta contabilização de reconhecimento e apropriação da dívida, controlando os valores contabilizados do principal e de juros, encargos e correção, no longo prazo e no curto prazo de cada parcela, na data em que ocorre o fato contábil, possibilitando a transferência automática dos valores do longo prazo para curto prazo, assim como a contabilização da amortização da dívida através da execução da despesa, em atendimento a NBCASP e em conformidade com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – MOVIMENTO CONTÁBIL

Possuir configuração contábil centralizada em servidor Web e disponível em tempo real;

> A configuração contábil é a fonte de informações, regras, restrições e comandos que orientam a forma como o sistema contábil realiza a contabilização das movimentações analíticas para os planos de contas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e estaduais;

Possuir rotina de atualização de configurações contábeis, disponível em tempo real, onde o sistema verifica atualizações disponíveis e as tornam utilizáveis imediatamente para orientar a contabilização no sistema contábil;

Identificação de eventos contábeis:

Possuir identificação de quais eventos contábeis devem ser executados para cada registro da movimentação analítica e sua ocorrência;

A execução da identificação dos eventos contábeis deve ser realizada automaticamente, imediatamente após a gravação de cada movimentação analítica;

Permitir a visualização das identificações de eventos contábeis para os fatos geradores diretamente na aplicação de origem da movimentação analítica;

Possuir visualização centralizada de todas as identificações de eventos contábeis, separadas por fato gerador;

Possuir rotina que refaz a identificação de eventos contábeis para todos os registros dos fatos geradores que não possuem ainda a sua contabilização (movimentação contábil);

Permitir a execução da rotina que refaz a identificação de eventos contábeis de um registro específico de um fato gerador, independentemente deste possuir contabilização (movimentação contábil);

Ao refazer a identificação de eventos contábeis deste registro de um fato gerador específico, o sistema limpa a movimentação contábil vinculada a este registro, para garantir sua consistência com os eventos identificados;

Permitir a execução da rotina demonstrando quais regras foram utilizadas para identificar os eventos contábeis de um registro de um fato gerador específico, a fim de possibilitar uma visualização clara das regras executadas pelo sistema contábil e garantir assim sua auditoria;

Realizar o *download* de um relatório de inconsistências encontradas durante o processamento das regras de identificação de eventos contábeis quando executada rotina de identificação dos eventos;

Vínculos contábeis:

Permitir criação de relacionamentos entre informações utilizadas pelo sistema (como contas bancárias, naturezas de receita, naturezas de despesa, entre outras informações) e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado para identificação das contas na geração de movimentos contábeis;

Permitir a identificação de vínculos faltantes durante a geração de movimentações contábeis;

Movimentação contábil:

Realizar a geração dos movimentos contábeis dos eventos identificados, gravando as partidas dobradas nas contas contábeis do plano de contas definido na parametrização vigente do sistema contábil:

Possuir gravação dos movimentos contábeis simultâneos à gravação da movimentação analítica do sistema, realizada após a identificação dos eventos contábeis:

Caso não seja possível a gravação do movimento contábil de forma simultânea por não haver vínculo ou configuração previamente necessária, a movimentação analítica deve ser gravada independentemente, devendo ser possível efetuar sua geração de movimento contábil posteriormente;

Permitir geração dos movimentos contábeis em massa dos movimentos analíticos do sistema que não tiveram seus movimentos contábeis gerados simultaneamente à sua gravação:

Possibilitar a geração de movimentos contábeis em massa de forma parcial, gerando apenas as movimentações de acordo com as preferências do usuário:

de um determinado período de tempo definido pelo usuário;

de fatos geradores selecionados pelo usuário;

Exibir os passos executados pelo processamento de contabilização, demonstrando o tempo total decorrido, o tempo decorrido para cada fato gerador e o progresso de processamento dos dados contábeis para cada fato gerador, permitindo assim a identificação da performance do processamento;

Apresentar (quando necessário) todas as inconsistências identificadas durante o processo de contabilização:

As inconsistências podem ser:

Por falta de configurações contábeis disponíveis para o plano de contas parametrizado;

Por falta de vínculos contábeis entre os registros do sistema contábil e contas contábeis analíticas do plano de contas parametrizado;

Por falta de dados contábeis ou vínculos utilizados para a geração de contas correntes contábeis vinculadas ao registro de movimento contábil;

Por demais inconsistências identificadas durante o processamento do fato gerador para a contabilização.

Emitir listagem das inconsistências identificadas durante o processamento dos fatos geradores, permitindo a visualização de seus detalhes;

Permitir a geração e *download* de relatório em formato PDF (*Portable Document Format* - Documento de Formato Portável) com as inconsistências agrupadas por fato gerador, de um fato gerador específico ou de todos os fatos geradores com inconsistência.

Permitir consulta, em tela, de balancete contábil mensal do plano de contas parametrizado, demonstrando os valores de cada conta contábil em:

Saldo anterior (ao mês informado);
Débitos até mês;
Créditos até mês;
Débitos no mês;
Créditos no mês;
Saldo atualizado da conta contábil.

Permitir a visualização das contas correntes contábeis vinculadas de cada conta contábil do balancete, demonstrando seus valores por mês;

Permitir a visualização de todos os movimentos contábeis gerados para um fato gerador em um mês;

Permitir, para cada registro da movimentação analítica, a visualização dos movimentos contábeis vinculados ao registro.

Movimentos de abertura:

Permitir a realização de cálculos de saldos das movimentações analíticas do sistema, migradas para implantação, a fim de permitir a realização das movimentações de abertura de contas contábeis do plano de contas parametrizado:

O sistema deve apresentar um relatório para visualização dos saldos de abertura calculados e gravados para o exercício logado, a fim de permitir conferência dos valores migrados para implantação;

O sistema deve apresentar, quando houver, inconsistências na rotina de cálculo dos saldos de abertura;

O sistema deve registrar quando e qual o usuário responsável pelo cálculo dos saldos contábeis de abertura.

Permitir a contabilização (geração dos movimentos contábeis) para cada saldo de abertura calculado pelo sistema contábil:

Quando houver inconsistências, o sistema deve permitir realizar o *download* do relatório de inconsistências em formato PDF;

Exibir os passos executados pelo processamento da contabilização de abertura, demonstrado o tempo decorrido em cada fato gerador da abertura e o progresso de dados contábeis processados.

Lançamentos contábeis eventuais:

Permitir a realização de lançamentos contábeis eventuais, independentes da movimentação analítica realizada no sistema, registrando qual usuário e data da realização do lançamento contábil eventual;

Garantir a integridade das contas correntes contábeis utilizadas nos lançamentos eventuais:

Identificar se devem ser vinculadas conta corrente contábil nas contas movimentadas:

Possibilitar vincular conta corrente existente ao lançamento contábil eventual, através de sistema de busca das contas correntes contábeis utilizadas em outros movimentos contábeis;

Permitir a criação de uma conta corrente contábil nova e sua vinculação ao movimento contábil eventual;

Garantir a não redundância de contas correntes contábeis no sistema, de forma que ao informar uma conta corrente manualmente o sistema deve garantir que se uma conta corrente idêntica já existir ela deve ser vinculada ao lançamento eventual, evitando assim sua duplicidade.

Permitir a alteração do histórico do lançamento contábil eventual;

Permitir a exclusão do lançamento contábil eventual;

Permitir a emissão de relatório de listagem dos lançamentos eventuais, com base em agrupamentos e totalizações disponíveis na tela e filtros informados.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS

Permitir a emissão da Anexos e demonstrativos legais, exigidos pelas instituições fiscalizadoras de maneira consolidada, envolvendo os valores das entidades municipais como Câmara, fundações, ao indicar emissão consolidada na unidade gestora da prefeitura.

Permitir que o sistema realize leitura dos valores das demais unidades gestoras, sem a necessidade de exportar/importar arquivos, exclusivamente para emissão dos documentos que possuam a opção de emissão consolidada.

Emitir documentos e gerar dados consolidados em tempo real com a execução contábil das unidades gestoras do município.

REQUISITOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA – BLOQUEIO DE MOVIMENTAÇÃO

Permitir a realização de bloqueio de movimentação contábil, onde é delimitada uma data limite para que as movimentações analíticas do sistema estejam impedidas de serem inseridas, alteradas ou excluídas em data menor ou igual à do bloqueio;

Permitir a realização de reabertura da movimentação de um período bloqueado, onde em um período reaberto:

Permitir realização de inserção, edição e exclusão de movimentações analíticas neste período, mediante autenticação de usuário que possua responsabilidade sobre os lançamentos de registros em período reaberto, gravando histórico completo das alterações realizadas e registrando o responsável pelas alterações;

Permitir a realização de liberação da movimentação de um período que foi reaberto, fazendo assim com que o sistema permita a manutenção (inserção, edição e exclusão) livre das informações neste período reaberto, sem requerer a autenticação do usuário responsável pela movimentação reaberta;
Permitir a gravação automática, concomitante ao bloqueio, de saldos das movimentações analíticas do sistema (como saldos de dotações orçamentárias, contas financeiras, entre outras movimentações) a fim de garantir aumento na performance do sistema contábil.

REQUISITOS DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS LEGAIS

Relatórios da lei 4.320/64 - DCASP:

- Anexo 01 - Demonstrativo da receita e despesa por categoria
- Anexo 02 - Despesas por órgão/consolidação geral
- Anexo 02 - Receitas por categorias econômicas
- Anexo 06 - Programa de trabalho por órgão/unidade
- Anexo 07 - Despesas por programa de trabalho
- Anexo 08 - Despesa conforme vínculo com os recursos
- Anexo 09 - Despesa por órgão e funções
- Anexo 10 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada
- Anexo 11 - Comparativo da despesa orçada com a realizada
- Anexo 12 - Balanço orçamentário
- Anexo 13 - Balanço financeiro
- Anexo 14 - Balanço patrimonial
- Anexo 15 - Demonstrativo das variações patrimoniais
- Anexo 16 - Demonstrativo da dívida fundada interna
- Anexo 17 - Demonstrativo da dívida flutuante
- DCASP - Balanço financeiro
- DCASP - Balanço orçamentário
- DCASP - Balanço patrimonial

Relatórios e anexos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- Anexo de Metas Fiscais (AMF):
  - Demonstrativo 1 – Metas anuais
  - Demonstrativo 2 – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior
  - Demonstrativo 3 – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
  - Demonstrativo 4 – Evolução do patrimônio líquido
  - Demonstrativo 5 – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
  - Demonstrativo 6 – Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores
  - Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita
  - Demonstrativo 8 – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):
  - Anexo 1 –Balanço orçamentário
  - Anexo 2 – Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção
  - Anexo 3 – Demonstrativo da receita corrente líquida
  - Anexo 4 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias
  - Anexo 5 – Demonstrativo do resultado nominal
  - Anexo 5 - Receita/despesa previdenciárias (249/2010 STN)

Anexo 6 – Demonstrativo do resultado primário
Anexo 6 - Resultado nominal (PR)
Anexo 7 – Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão
Anexo 7 - Resultado primário (249/2010 STN)
Anexo 8 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE
Anexo 9 – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital
Anexo 9 - Restos a pagar (249/2010 STN)
Anexo 10 – Demonstrativo da projeção atuarial do regime de previdência RGPS
Anexo 10 - Manutenção e despesas ensino (249/2010 STN)
Anexo 11 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos
Anexo 11 - Operações de crédito (249/2010 STN)
Anexo 12 - Demonstrativo receitas despesas com saúde STN 637/2012
Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas
Anexo 13 - Projeção atuarial (249/2010 STN)
Anexo 14 - Alienação de ativos e aplicação de recursos (249/2010 STN)
Anexo 14 - Demonstrativo resumidos da RREO STN 637/2012
Anexo 16 - Saúde (249/2010 STN)
Anexo 17 - Demonstrativo parcerias público privadas (249/2010 STN)
Anexo 18 - Demonstrativo simplificado (249/2010 STN)

Relatórios de Gestão Fiscal (RGF):

Anexo 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal STN 637/2012 - RGF
Anexo 2 – Demonstrativo da dívida consolidada líquida – DCL
Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores
Anexo 4 - Demonstrativo das operações de créditos STN 637/2012 - RGF
Anexo 5 – Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar
Anexo 6 – Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal
Anexo 6 - Demonstrativo de restos a pagar STN 637/2012 - RGF
Anexo 7 - Limites
Anexo 7 - Demonstrativo simplificado relatório gestão fiscal STN 637/2012 - RGF

REQUISITOS DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÕES DE CONTAS

Gerar informações para Tribunais de Contas conforme padrão definido pelos Tribunais;
Gerar informações para SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);
Gerar informações para SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde);
Gerar informações para DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte);
Gerar informações para SEFIP eSocial autônomos (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social);
Gerar o MANAD (Manual Normativo de Arquivos Digitais);
Gerar informações para MSC (Matriz de Saldos Contábeis).

RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro do Plano de Cargos e Salários contendo os seguintes dados: valor base, número máximo de funcionários, nome do cargo, código CBO. Deve possuir histórico de valores mensal do plano de cargos e salários, armazenando os valores para cada cargo.
Cadastro de diárias, definindo o valor que será pago e para quais cargos a mesma será designada.
Cadastro de parametrização de vários tipos de A.T.S. (adicional por tempo de serviço), sendo possível definir para cada funcionário a qual tabela de A.T.S. o mesmo está enquadrado.
Cadastro de proventos e descontos com parametrizações da forma de cálculo, especificando se o mesmo é integral ou proporcional em relação a sua base, tipo de cálculo se dia, hora, percentual, valor ou vinculado a alguma tabela, como IRRF, INSS, RPPS, deve especificar também a qual tipo de salário o mesmo está vinculado, se salário base de concurso, salário mínimo, salário base de comissão.
No cadastro de proventos e descontos o próprio usuário deve conseguir realizar a formatação dos proventos e descontos utilizados para o cálculo do valor base do provento ou desconto em questão, definindo a sua fórmula de cálculo.
Parametrização diferenciada para cada tipo de afastamento, onde é possível definir quais as verbas e descontos serão lançados automaticamente para o funcionário, quando o mesmo sofrer determinado tipo de afastamento. Permitir definir como será o cálculo de cada verba ou desconto, se será realizada a média ou será utilizado o valor do último pagamento.
Cadastro de Pessoas contendo os seguintes dados: CPF, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai.
No cadastro da pessoa, permitir vincular mais de uma conta bancária ao mesmo cadastro, podendo ser contas de bancos diferentes, e permitir definir qual será a conta para recebimento da folha.
Possibilidade de anexar uma foto de uma mesma pessoa ao seu cadastro.
Cadastro de funcionários contendo os seguintes dados: tipo de admissão, vínculo, categoria, agente nocivo, cargo comissionado ou cargo de concurso, secretaria, departamento, regime previdenciário, número do contrato, horário de trabalho, data de admissão, também poder classificar este funcionário como pensionista ou aposentado, quando for o caso.
Possibilidade de vincular a mesma pessoa a mais de um cadastro de funcionário, em diferentes secretarias, departamentos, cargo e vínculos.
Cadastro de dependentes contendo os seguintes dados: nome, data de nascimento, grau de parentesco, sexo, idade mínima da dependência.
Cadastro dos contratos com informações como período, publicações, data de assinatura, vinculação do documento .DOC ou .TXT.
Controle das movimentações do contrato: alterações, paralisações e rescisão.
Cadastro de atestados médicos, com registros do histórico de todos os atestados lançados para o funcionário.
Cadastro das avaliações realizadas por cada funcionário com o lançamento da pontuação alcançada, bem como cadastro das advertências recebidas pelo funcionário.
Tabela para definição de quais são os proventos que fazem parte da dedução para o cálculo do valor patronal a ser repassado para a previdência.
Cadastro de tabela mensal para parametrização do pagamento de vale alimentação.
Possibilitar a definição de quais serão as verbas e descontos fixos que serão calculados automaticamente todo o mês para cada funcionário individualmente, determinando qual será a competência inicial e a final para cada um deles.

Rotina para manutenção dos dados dos proventos e descontos fixos vinculados aos funcionários, onde o usuário poderá alterar o valor ou a referência para vários funcionários ao mesmo tempo.
Cadastro das informações sobre concurso público, número do concurso, data do edital, número do protocolo no TCE.
Cadastro da comissão responsável pelo concurso.
Identificação dos cargos para o concurso, determinando qual o número de vagas para o mesmo e qual a nota mínima para aprovação.
Cadastro dos locais de publicação do edital do concurso.
Lançamentos das matrículas para o concurso.
Lançamentos das notas do candidato à vaga no concurso público.
Rotina para apuração das notas do concurso, definido o processo classificatório.
Cadastro de unidades escolares.
Cadastro de responsáveis da unidade gestora.
Cadastro de órgãos e unidades orçamentárias.
Cadastro de horários.
Cadastro de bancos.
Cadastro de agências.
Consulta rápida da movimentação do funcionário por competência, listando todos os proventos e descontos com valor base e referências de cálculo, também deve conter qual o cargo ocupado e a secretaria/departamento onde o mesmo está lotado, a foto do funcionário e o número do CPF e qual regime previdenciário ele está vinculado.
Lançamento de atos de pessoal para admissão, rescisão, transferências e elevações de cargo dos funcionários, podendo lançar mais de um funcionário vinculado ao mesmo ato.
A determinação do cargo e da lotação do funcionário deve se dar apenas através do lançamento do ato de pessoal.
Lançamento individual de rescisão contratual para todos os contratos com vencimento no mês desejado.
Lançamento de faltas justificadas e não justificadas, vinculando as mesmas ao atestado médico, quando for o caso.
Controle para empréstimos bancários com o cadastro do empréstimo contendo os seguintes dados: banco, agência, data do empréstimo, valor, quantidade de parcelas e mês para desconto da primeira parcela.
Controle de INSS retido do funcionário em outras empresas, para que no cálculo, este valor seja deduzido automaticamente.
Controle de vale-transporte com cadastro das linhas de ônibus, empresas, quantidade de vales por funcionário. Geração mensal com o lançamento automático na folha de pagamento.
Tabela para controle diferenciado de períodos aquisitivos, onde serão cadastrados os tipos de períodos aquisitivos e qual a quantidade de meses do período, bem como o número de dias para gozo.
Possibilidade de separação da folha dos funcionários normais ativos, rescisões, férias e décimo terceiro salário com emissão de relatório para conferência, folha de pagamento e resumo separados.
No lançamento de afastamentos de férias, devem ser apresentados ao usuário os períodos aquisitivos do funcionário, dando opção para o mesmo selecionar qual período aquisitivo será vinculado ao afastamento.
Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, o lançamento da parcela do empréstimo bancário deverá ser automático, devendo possuir controle para pagamento antecipado do empréstimo.

Ao calcular a folha de pagamento do funcionário, os dependentes de salário família e IRRF deverão ser classificados de acordo com a data de nascimento e a idade para término da dependência estipulados no próprio cadastro de dependentes, assim os mesmos deverão ou não ser inclusos no cálculo de salário família e IRRF automaticamente.
Cálculo do décimo terceiro salário com parametrizações de cálculo onde algumas verbas podem ser calculadas sobre média e outras sobre o valor do último mês. O mesmo também deve ser calculado em movimento independente ao da folha normal mensal.
Cálculo de 13º no mês de aniversário.
Cálculos automáticos de férias, rescisões, A.T.S., salário maternidade, faltas.
Cálculos de INSS e IRRF integrado quando o funcionário tiver múltiplos vínculos.
Rotina para fechamento da competência da folha de pagamento. Este procedimento poderá ser realizado para todos os funcionários, uma vez realizado o procedimento não será mais permitido a realização de lançamentos ou movimentações para os funcionários com competência fechada (encerrada).
Rotina para reabertura de competência, esta rotina deverá ser em tela separada para acesso restrito, a mesma deverá reabrir o movimento da competência de um ou mais funcionários para manutenção, permitindo alterações em suas movimentações.
Controle sobre os afastamentos quanto ao período aquisitivo de férias e licença prêmio, quando o funcionário for afastado, os dias para gozo devem ser descontados automaticamente dependendo do tipo do afastamento, conforme definido nas faixas da tabela de descontos.
Tabela para configurações dos afastamentos que interferem no período aquisitivo, como por exemplo, licença particular sem remuneração.
Integração com a contabilidade no que se refere à geração de empenhos automaticamente com controle de grupos de contas, geração de lotes e geração de lançamentos contábeis.
Rotina para cálculo e geração de arquivo de provisão de férias e décimo terceiro salário.

Emissão da escala de férias mensal a partir do período aquisitivo mais antigo, a emissão deverá ter as opções por secretaria, por departamento, por funcionário e por cargo.
Emissão de relatório com contribuição e base patronal para INSS e Previdência Própria com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório onde o usuário possa escolher qual provento ou desconto o mesmo deseja listar, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório de salários (base, líquido e bruto), com quebra por secretaria e departamento, por cargo, por vínculo e filtro por faixa de valores.
Emissão de folha de pagamento com os seguintes dados: código do funcionário, nome do funcionário, cargo do funcionário, secretaria e departamento do funcionário, código e nome da verba, valor base da verba, salário base do funcionário, salário bruto do funcionário, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão do resumo da folha de pagamento com os seguintes dados: código, nome e valor total de cada verba ou desconto lançado na folha, valor base total e valor total de INSS e previdência própria, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão da ficha funcional do funcionário mensal, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relação de funcionário por agência bancária, com quebra por secretaria e departamento, por cargo e por vínculo.
Emissão de relatório para comparação de movimentos, onde o usuário possa comparar as movimentações de duas competências e realizar uma avaliação de valores.

Relatório para acompanhamento mensal dos empréstimos bancários lançados, podendo ser emitido por secretaria, por departamento, por funcionário ou por cargo.
Relação de funcionários com salário família.
Relatório para projeção da folha de pagamento, onde o usuário possa determinar qual o percentual a ser projetado e sobre qual competência será aplicado o percentual.
Relatório com o histórico das movimentações do funcionário, demonstrando em que competência houve alguma modificação na sua movimentação ou no seu cadastro.
Relatório para identificação dos funcionários que possuem múltiplos vínculos.
Emissão do comprovante de rendimentos.
Emissão da guia para pagamento do RGPS e RPPS.
Emissão de relatório para conferência dos valores a serem empenhados pela contabilidade.
Emissão da certidão de tempo de serviço, unificando vários cadastros de uma mesma pessoa, ou seja, se a pessoa possui mais de um vínculo.
Emissão e consulta de Contracheques (Holerite), de qualquer folha/competência existente na base de dados.
Possibilitar a consulta e emissão de Informe de Rendimentos do IRPF.
Possuir rotina para realização da exportação dos dados referentes à folha de pagamento, fornecendo os dados diretamente ao sistema de contabilidade, para futura geração automática dos empenhos com suas retenções.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a RAIS.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a DIRF.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o MANAD.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a SEFIP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para o CAGED.
Geração do arquivo para envio de remessa e retorno em formato TXT para o PASEP.
Geração do arquivo para envio de remessa em formato TXT para a realização do pagamento em rede bancária.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-MT no módulo do APLIC.
O sistema deverá possuir ferramenta que realize uma busca na base de dados e apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo eSocial, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros.
O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial, nos prazos estipulado pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos XML dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.
O sistema deverá gerar informações dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos conforme lay-out.
Rotina para importação de arquivo com os dados gerados pelo cartão ponto.
Relação para conferência da DIRF.
Relação para conferência da RAIS.
Resumo mensal consolidado da folha de pagamento (RPPS ou RGPS).
Emissão de Contracheques (holerite) em papel contínuo padrão e jato laser.
Geração de dados para o SIOPE.

HOLERITE WEB

O sistema deverá proporcionar o controle de acessos através de login (matrícula do Servidor) e senha, respeitando as devidas restrições de acesso para cada tipo de usuário;
O sistema deverá proporcionar a disponibilização do demonstrativo mensal de pagamento;

O sistema deverá proporcionar a emissão e consulta de Contracheques (Holerite) via internet, de qualquer folha/competência existente na base de dados.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;

O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);

Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;

O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;

Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);

Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

Texto;

Data;

Número inteiro;

Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

Formato de saída da exportação de dados:

Arquivo de texto;

XML (Extensible Markup Language);

XML Data Packet.

Decodificação do arquivo de saída;

Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;

Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);

Separação de campos no arquivo;

Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
Se o campo é obrigatório ou não;
Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
A ordem do campo dentre todos os campos criados;
Se o campo é gerado em branco ou não;
O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).
Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.
Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;

Permitir o controle do portal para habilitar ou não os recursos e consultas conforme necessidade da entidade;
Permitir habilitar ou não a consulta de autenticidade dos documentos;
Permitir habilitar ou não uma consulta pública das empresas cadastradas na entidade;
Permitir personalizar via aplicação, sem interferência da prestadora de software, os textos da página inicial, título, corpo da página etc.;
Permitir personalizar imagens de cabeçalho, corpo de texto etc.;
Permitir habilitar ou não solicitação de acesso ao sistema da entidade, de forma que outras pessoas possam se tornar usuários do sistema:

Permitir autorização automática de solicitação de acesso, sem necessidade de deferimento do usuário da entidade;
Permitir autorização de solicitação de acesso por deferimento de usuário da entidade;
Permitir configuração de imagens de documentos obrigatórios no ato de efetuar a solicitação de acesso ao sistema;
Permitir configurar envio de e-mail de alerta para o usuário da Entidade verificar solicitações de acessos pendentes;

Permitir habilitar ou não consulta de extrato de débitos (por pessoa, imóvel ou empresa);
Permitir habilitar ou não emissão de DAM para pagamento de parcelas pendentes;
Permitir habilitar ou não a emissão de DAM referente a débitos em execução ou protesto;
Permitir habilitar ou não a emissão de documento de alvará online (controle individualizado para cada tipo de alvará que a entidade emitir);
Permitir habilitar ou não as certidões de débitos, de empresas, imobiliários etc.;
Permitir habilitar ou não opção de requerimento de acordo (REFIS), podendo fazer simulações de entrada, parcelamento etc. de acordo com as configurações internas da entidade;
Habilitar ou não a consulta de protocolos online;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÃO - ARRECADAÇÃO

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números dos Alvarás, Números das Certidões e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema recém migrado;

Permitir o cadastro de juros e multas, assim como a configurações de acréscimos de maneira centralizada, podendo ser facilmente utilizadas em receitas e Refis;

Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo;

Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária);

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal;

Possuir agenda de vencimentos de tributos e vencimentos de guias bancárias;

Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores;

Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação;

Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação;

Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração dos acréscimos como juros de mora, multas e correções monetárias;

Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução, obrigando a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos créditos tributários;

Permitir a inclusão, parametrização, lançamento e cobrança de receitas não tributárias.

Permitir na transferência de proprietário de imóvel apresentar mensagem informando a existência de débito do imóvel, inclusive o inscrito em dívida ativa, com possibilidade de não permitir a transferência de imóveis com débitos.

Permitir a parametrização do cadastro de imóveis, onde o usuário possa criar novos campos no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) sem depender da empresa prestadora de serviços, e inativar campos existentes, mantendo o histórico cadastral;

Guardar e mostrar dentro do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), todas as modificações realizadas no mesmo, com a data, hora e usuário que realizou a alteração, bem como o valor anterior e o novo valor do item do BCI;

Permitir que o cadastro de imóveis se vincule a vários cadastros de pessoas, inclusive, no caso de o mesmo possuir vários proprietários, seja informado o percentual de propriedade de cada um, data inicial de posse e data de final de posse;

Permitir a parametrização dos campos do cadastro técnico municipal para a formação da inscrição municipal imobiliária de acordo com o definido pela Prefeitura;

Permitir parametrização de transferência de propriedade de imóveis automáticas por baixa do ITBI, por lançamento do débito de ITBI ou de forma manual.

Permitir a definição de chave de face de quadra com base nos campos flexíveis do cadastro do BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário);

Permitir o cadastro das faces de quadras com definição de valor por m^2 de terreno e lista dos serviços de infraestrutura disponíveis na mesma;

Permitir o agrupamento de informações necessárias para os cálculos que representem a hipótese de lançamento da receita, com base nos campos flexíveis definidos pelo usuário;
Possibilitar o cadastro de parâmetros para os cálculos que realize a combinação de todas as opções dos campos selecionados (criados pelo usuário), impedindo que o usuário deixe de atribuir valor para alguma combinação;
Possibilitar o cadastro de parâmetro que estabeleça faixas de valores que possam ser consultados dinamicamente conforme os dados da hipótese de lançamento, identificados durante o cálculo;
Permitir a consulta dinâmica de dados da face de quadra no momento do cálculo de receitas sobre os imóveis;
Permitir o cadastro de parâmetros que atribuam valores distintos por atividade econômica, conforme a legislação definida para cada receita como Alvará, ISSQN, etc.;
Permitir o cadastro de parâmetros que atendam as combinações de campos flexíveis com serviços de infraestrutura, resultando em fatores corretivos da construção e do terreno;
Permitir o cálculo e registro histórico dos valores venais do terreno, da construção e do imóvel, tanto por ocasião de cálculos de receitas sobre o imóvel (como IPTU, ITBI), como por ocasião da certidão de valor venal, caso o contribuinte queira o valor atualizado;
Permitir o registro histórico de fato gerador de cada receita lançada.
Permitir que um cadastro de pessoa jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos;
Permitir que os cadastros econômicos importem seus logotipos;
Permitir a troca de status dos cadastros econômicos, de acordo com a movimentação cadastral de cada econômico;
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço;
Permitir que o BCE (Boletim de Cadastro Econômico) possibilite a inclusão de sócios das empresas, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades econômicas com a possibilidade de vinculação à tabela CNAE;
Permitir parametrizar o layout estrutural da tabela de atividades constantes na Lei 116/2003;
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos;
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional;
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa;
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos (IPTU, ISSQN, ITBI, Contribuição de Melhorias e Taxas), permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo;
Permitir lançamento em massa por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir lançamento individual por receita e por regra de cálculo e que o sistema demonstre de forma automática a Prefeitura a receber o débito (imóvel, econômico ou pessoa);
Permitir parametrizar por regra de cálculo que cada Prefeitura (imóvel, econômico ou pessoa) receba somente um lançamento de débito da receita em questão;
Poder visualizar todos os cálculos ocorridos por receita e regra de negócio e poder visualizar todos as situações e ocorrências de cada cálculo (detalhamento de erros, inconsistências ou sucesso);
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos;

Permitir registrar na Conta Corrente Fiscal todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, situação, valor principal, valor de juros, valor de multas, valor de correções e data de vencimento;
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento;
Permitir a atribuição de benefícios aos imóveis, econômicos ou contribuintes através de requerimento por parte do contribuinte ou diretamente através do atendente do município;
Permitir o acúmulo de benefícios onde o sistema deve gerenciar os mesmos para que o valor não exceda o valor devido pelo contribuinte;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios no momento do lançamento da receita, caso o contribuinte já possua benefício aprovado;
Permitir o cálculo dos valores de benefícios aprovados sobre lançamentos já existentes, caso o contribuinte somente solicite o benefício após o lançamento, conforme legislação em vigor;
Registrar os valores de cada benefício individualmente por ocasião da baixa do crédito tributário;
Permitir que se realize a alteração do sujeito passivo do crédito tributário e que essa alteração fique registrada historicamente, inclusive apontando data, hora, motivo e usuário do sistema que tenha realizado tal alteração, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Possibilitar o controle de execução judicial e extrajudicial, com controle de processo e destaque no extrato de débitos para facilitação dos controles desses créditos tributários;
Possibilitar o controle de contestação de débitos (contencioso), com destaque no extrato de débitos das parcelas contestadas, e possibilitando a emissão da Certidão Positiva de Débitos com efeito Negativa para o contribuinte que tenha contestados os débitos, mesmo estando em atraso;
Controlar os débitos em contencioso de maneira que o encerramento da contestação possa ser favorável ao contribuinte, cancelando assim, automaticamente o débito, ou não favorável ao contribuinte, simplesmente reativando o débito;
Caso o encerramento da contestação seja desfavorável ao contribuinte, os respectivos débitos devem apresentar os cálculos de acréscimos desde sua data de vencimento;
Permitir a realização de simulação de cálculos com consulta de valores para toda e qualquer hipótese de lançamento, de forma que o crédito tributário somente seja efetivado mediante o lançamento da receita;
Permitir o lançamento automático de ISSQN integrado com o lançamento de Notas Fiscais de Serviços eletrônica.
Permitir a reprojeção de parcelas, caracterizada por atribuição de nova opção de vencimento com novas parcelas e respectivas datas de vencimento, para lançamentos de receitas, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir a prorrogação de datas de vencimento de parcelas dos lançamentos de receitas, concedendo assim, maior prazo para pagamento ao contribuinte, conforme circunstâncias embasadas em legislação vigente;
Permitir que o usuário configure quantas opções de vencimento sejam necessárias para cada receita, possibilitando por exemplo, que as taxas sejam contempladas em parcelas distintas dos impostos em um mesmo lançamento;
Gerar e controlar as datas de vencimento automaticamente com base em uma data inicial, observando o calendário para que as mesmas sejam geradas somente em dias úteis, evitando assim, dúvidas por parte dos contribuintes;
Permitir a emissão de guia unificada de débitos, que agrupe diversas parcelas tanto vencidas, como a vencer, conforme seleção realizada pelo usuário, calcule os acréscimos até a data projetada indicada pelo usuário, totalize o valor e emita um documento de arrecadação único que facilite a baixa de todas as parcelas em um único pagamento.

Emissão de extrato da Conta Corrente Fiscal com todos os lançamentos para o contribuinte, imóvel urbano, imóvel rural ou econômico;
Permitir a emissão de Guia de Recolhimento de receita/tributo em um documento único por parcela e/ou unificar várias parcelas na mesma guia (guia unificada), pelo valor total ou em parcelas, observando restrições para valor mínimo;
Permitir visualizar somente as parcelas do exercício e/ou somente as parcelas inscritas em dívida ativa e/ou somente as parcelas inseridas em um REFIS;
Permitir destacar as parcelas inseridas em processos de execução judicial e extrajudicial;
Possibilitar visualizar na mesma tela os débitos em abertos;
Permitir tabelas auxiliares parametrizáveis para os valores e alíquotas para cálculo dos impostos, aproveitando as características de cada imóvel ou econômico de acordo com a legislação municipal vigente;
Permitir combinação de filtros, quando a consulta principal for “por contribuinte”, que possa visualizar de forma individualizada os débitos por imóveis e/ou por econômicos;
Demonstrar de maneira destacada, os débitos que estejam suspensos por baixa antecipada ou por contencioso;
Demonstrar e permitir a emissão em documento do extrato de débitos, de baixas, de cancelamentos de lançamentos e outras extinções.
Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores, através de meio eletrônico ou comunicação de dados para baixa automática;
Permitir conciliar os valores repassados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Municipal, demonstrando através de relatório, eventuais diferenças a maior ou menor entre os valores devidos e baixados;
Realizar o tratamento de saldos remanescentes referentes a pagamentos a menor;
Demonstrar possíveis inconsistências encontradas ao gerar as arrecadações, cada uma devidamente classificada conforme o tipo da sua inconsistência, a fim de auxiliar o usuário na identificação e resolução do problema;
Permitir a baixa dos valores arrecadados pelo regime de recolhimento Simples Nacional, capturados através do arquivo retorno DAF607 do Banco do Brasil (Instituição Financeira Centralizadora dos repasses da arrecadação do Simples Nacional);
Gerar automaticamente créditos ao contribuinte que, por ventura, realizar pagamento “a maior”, assim como para aqueles que realizarem pagamento em duplicidade dos débitos existentes;
Possibilitar a realização de baixa antecipada, a qual ocorre quando o contribuinte apresenta comprovante de pagamento, mas o débito fica suspenso até que a baixa bancária seja realizada;
Possibilite a utilização dos créditos do contribuinte para realização de baixas dos débitos existentes para o mesmo;
Possibilitar o cancelamento de lançamento, de maneira que permita a realização de um novo lançamento para o contribuinte/imóvel/econômico;
Possibilitar a realização de outras extinções de crédito tributário, pelos diversos motivos, diferentes de arrecadação, que são previstos em lei, como anistia, remissão, dação em pagamento, prescrição e decisão administrativa/judicial;
Permitir a cobrança com registro bancário, gerando os lotes de registros e tratando os respectivos lotes de retornos bancários;
Permitir o rastreamento para devida contabilização de cada composição dos valores arrecadados, indicando inclusive os acréscimos de cada tributo envolvido em parcelas, tanto de débitos lançados no exercício, inscritos em dívida ativa, quanto em valores agrupados e arrecadados por meio de REFIS.
Permitir inscrever, controlar, cobrar e gerir os débitos em dívida ativa;

Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas, vencidas e não pagas, registradas na Conta Corrente Fiscal;
Possuir integração com o Conta Corrente Fiscal, permitindo o registro das inscrições dos lançamentos em Dívida Ativa;
Permitir a emissão da certidão de dívida ativa, informando o livro de dívida ativa a que estas pertencem e da petição para ajuizamento, agrupando todas as inscrições em Dívida Ativa relativas ao mesmo contribuinte;
Permitir o cancelamento de certidões de dívida ativa sem cancelar o débito;
Permitir a emissão de segunda via da certidão de dívida ativa;
Permitir a emissão da petição de dívida ativa;
Permitir o cancelamento da petição de dívida ativa;
Permitir a emissão da segunda via da petição de dívida ativa;
Permitir atualizar os dados referentes a nova situação do débito do contribuinte no Conta Corrente Fiscal, após a inscrição em dívida ativa e/ou pagamento do débito;
Permitir a emissão das ações de cobrança de dívida ativa ajuizadas, inclusive com controle das custas judiciais e honorários, para cada um dos processos;
Permitir a emissão do Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida;
Permitir que seja emitido alerta quando da tentativa de renegociação e parcelamento de dívida já negociada com a existência do Termo constante do item anterior;
Permitir que nas negociações e parcelamentos de Dívida Ativa, tenha as opções de cálculo para pagamento à vista e para pagamento parcelado com o maior número de parcelas possíveis de acordo com a legislação vigente;
Permitir a parametrização do Livro de Dívida Ativa.
Permitir o cadastro e parametrização de comportamento dos programas de recuperação fiscal REFIS;
Permitir a simulação de parcelamento de dívidas ativas, com base nos parâmetros de REFIS;
Permitir a geração de parcelamento de dívidas (Acordos), com geração de novas parcelas (previamente simuladas e aprovadas), emissão de novos documentos de arrecadação e controles de cumprimentos do acordo e acréscimos embasados na legislação e parametrizados no REFIS;
Permitir controle de cancelamento de acordos por descumprimento, com monitoramento situacional de cada acordo, favorecendo controle de cumprimento e adimplência;
Permitir que receitas arrecadadas mediante acordos (REFIS) sejam totalmente rastreáveis e registradas contabilmente em suas respectivas receitas orçamentárias, assim como qualquer receita, tributária ou não tributária, gerenciada através do sistema.
Permitir configurar a correspondência contábil de cada tributo/verba, tendo como parte dessa configuração a conta de natureza de receita contábil e a conta patrimonial;
Permitir configurar na forma de rateio, através de percentual, os tributos/verbas para cada correspondente conta de natureza de receita contábil/conta patrimonial;
Possuir relatório de conferência do resultado dos montantes que deverão ser enviados junto à contabilidade, com quebras por convênio e data de crédito;
Permitir exportar arquivo das movimentações de arrecadações em arquivo texto, para envio de outro sistema contábil, para registro automático na importação desse arquivo na contabilidade.
Permitir que toda e qualquer regra de cálculo seja configurada por receita;
Permitir que uma regra de cálculo aceite somente um lançamento de débito por Prefeitura responsável (podendo ser econômico, imóvel ou contribuinte);
Permitir que o usuário defina a fórmula e construa a regra de cálculo das receitas, sem a necessidade de acionar a empresa provedora do sistema para adequação dos cálculos à legislação municipal;

Possibilitar o consumo de parâmetros da planta genérica de valores para definição da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a consulta de documentação do sistema para identificação das expressões e suas sintaxes aceitas pelo sistema para montagem da fórmula de cálculo da receita;
Possibilitar a realização de simulações de cálculo e apresentação de resultado de cada instrução da fórmula para validação da regra de cálculo;
Possibilitar que no momento do cálculo, o sistema solicite o preenchimento de campos flexíveis (definidos pelo usuário) para realização do cálculo, ou que execute o cálculo com base em informações oriundas de dados cadastrais, sem a necessidade de qualquer informação adicional, conforme definições das regras de cálculo do código tributário;
Permitir que o sistema registre histórico da memória de cálculo com os resultados de cada linha, assim como os dados circunstanciais da hipótese de lançamento.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente no navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Lançamento por período;
- Arrecadação por período;
- Débitos vencidos por período;
- Acompanhamento da Arrecadação;
- Inadimplências;
- Imóveis edificações X terrenos vazios;
- Aberturas e fechamentos de empresas;
- Situação da dívida ativa;
- Arrecadação por classificação da receita;
- Maiores pagadores;
- Maiores devedores;
- Baixas sem arrecadação.

Possibilitar a emissão de certidão de benefícios, que demonstre quais benefícios estão aprovados para o imóvel, cadastro econômico ou contribuinte, certificando assim de que o mesmo possua isenção ou imunidade sobre tributos conforme definição do benefício;
Possibilitar a emissão de certidão de dados do cadastro econômico, como certidão de enquadramento em atividades econômicas, certidão de suspensão do econômico, certidão de desenquadramento, certidão de início de atividade do econômico e certidão de baixa do econômico;
Possibilitar a emissão de espelho do cadastro imobiliário, certidão cadastral imobiliário;
Permitir a emissão de certidão de valor venal imobiliário, que possibilite o cálculo do valor venal do imóvel no momento da emissão da certidão ou buscando o último valor venal calculado por ocasião do cálculo de IPTU por exemplo.

PORTAL DO CONTRIBUINTE

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura;
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte;
O portal do contribuinte deve ser parametrizável, podendo personalizar imagens, textos, links, botões e grids, que serão exibidos para o contribuinte;

Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de certidão negativa (caso o contribuinte não possua débito), ou certidão positiva com efeito de negativa, quando for o caso;
Disponibilizar em evidência somente a emissão/consulta dos débitos referentes ao IPTU do ano em questão;
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das Certidões, Alvarás e documentos emitidos pelo sistema.
Disponibilizar por meio do portal, função para o contribuinte realizar a simulação do parcelamento de REFIS, identificando claramente quais débitos podem ser negociados e quais não podem ser negociados;
Disponibilizar por meio de portal a função para o contribuinte realizar o requerimento do REFIS, para posteriormente ser homologado no respectivo setor da entidade;

MÓDULO REDESIM WEB

O Sistema deverá estar preparado para a integração com o Cadastro Sincronizado, nos padrões estabelecidos na legislação específica (REDESIM), possibilitando ao município uma melhor qualidade nas informações e garantia de que 100% das empresas estabelecidas e inscritas no CNPJ estarão na sua base mobiliária;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de inscrição dos contribuintes no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Receber via WEBSERVICE as solicitações de alterações dos dados cadastrais de contribuintes inscritos no Cadastro Mercantil da prefeitura;
Permitir a complementação das informações referente aos paramentos para tributação dos impostos e taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Permitir a inclusão dos contribuintes no Cadastro Mercantil gerando automaticamente o número de sua inscrição municipal;
Efetuar o cálculo das taxas mercantis de acordo com o código tributário municipal;
Informar a inscrição municipal gerada e as URLS via WEBSERVICE, permitindo a impressão do DAM para pagamento das taxas mercantis e impressão do Alvará de Localização e Funcionamento através do site da REDESIM;
Registrar informações de forma a identificar as inscrições geradas a partir da REDESIM;
Possuir os seguintes relatórios:

- Consultas prévias por usuário
- Documentos emitidos
- Empresas por atividade
- Empresas por município
- Questionário não respondido
- Consultas prévias indeferidas
- Documentos

I) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);

O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;
Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;
Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;
Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;
Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:

- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:

- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;

O tamanho mínimo e máximo do campo;
As casas decimais mínimas e máximas do campo;
Os caracteres proibidos no campo;
O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída desejado.

Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;

Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;

Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;

Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;

Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;

Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;

Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;

Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;

Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DO PORTAL VOLTADO PARA A NFS-E

O portal do contribuinte deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use.
O portal do contribuinte deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapte a configuração do WEB Browser utilizado e ao tamanho do monitor ou do dispositivo móvel, sem perder a funcionalidade.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo emissão de guias de todos os débitos pendentes para com a Prefeitura.
Possibilitar emitir guia unificada com vários débitos ou individualizada por débito do contribuinte.
Disponibilizar portal para o contribuinte, contendo verificação e comprovação de autenticidade das NFS-e emitidas.
O portal do contribuinte deve ser configurável, ajustável e mantido pela própria Prefeitura sem dependência da empresa prestadora de software, e assim conforme o desejo da Prefeitura, permitir personalizar imagens, redigir textos, criar botões e links de acesso, criar atalhos para outras páginas e documentos hospedados na internet, que serão exibidos para o contribuinte e serão a interface principal de comunicação com a Prefeitura.
Deverá possuir rotina para que o usuário inclua link de outros sites diretamente no portal e este poderá ser executado dentro do portal.
Possuir emissão e consulta do documento de alvará pelo portal do contribuinte.
Permitir que, de forma integrada com sistema tributário, seja possível ao prestador visualizar as leis de renegociação de débitos disponíveis para o seu perfil e realizar requerimento e simulação de valores diretamente pelo portal do contribuinte.
Consulta de acordos efetivados diretamente pelo portal do contribuinte.

REQUISITOS DO SOFTWARE - NFS-E

As parametrizações do sistema devem possuir controle de data e vigência, de forma que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização, para que seja mantida a rastreabilidade das mudanças de comportamento do sistema.
O sistema deve permitir parametrizar o endereço de e-mail base da unidade gestora, através do qual seja possível enviar e-mails de comunicação com prestadores, usuários, etc.
Permitir parametrizar as alíquotas gerais mínima e máxima do ISSQN a ser configurada na tabela de atividades econômicas do município, de forma que as alíquotas específicas de cada atividade respeitem esse critério.
Permitir parametrizar o logotipo da unidade gestora que será impresso na NFS-e e nos relatórios demais relatórios.
Permitir parametrizar se os registros da tabela CNAE (Classificação nacional de atividade econômica) devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.

Possibilidade de parametrizar se os itens da Lei 116 devem ser vinculados ao layout estrutural da tabela de atividades econômicas.
Permitir parametrizar a alíquota mínima e máxima a ser configurada para os prestadores de serviço optantes do simples nacional.
Permitir gerar a guia de ISSQN de forma separada ou automática ao encerramento da competência mensal do econômico, conforme desejo da Prefeitura.
Permitir parametrizar que o vencimento do lançamento do ISSQN do econômico possa ser individualizado.
Permitir parametrizar que o econômico tomador do serviço gere guias do ISSQN individualizadas por prestador do serviço.
Permitir parametrizar que os valores de materiais da construção civil sejam abatidos da base de cálculo do ISSQN na NFS-e com limitação de um percentual máximo para este abatimento.
Permitir parametrizar o tempo (em dias) em que uma competência complementar poderá ser utilizada dentro de uma competência mensal do econômico.
Permitir parametrizar a quantidade de dias para o vencimento de NFS-e avulsa.
Permitir parametrizar a alíquota do ISSQN para serviços de cartório.
Permitir parametrizar o número de dias máximo para converter um RPS (Recibo provisório de serviços) em uma NFS-e.
Permitir parametrizar um número máximo de RPS (Recibo provisório de serviços) que será permitido ser enviado em um lote de RPS para processamento.
Permitir parametrizar se somente o tomador de serviço configurado como substituto tributário poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Estimativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o tomador do serviço configurado como “Simples nacional” poderá efetuar a retenção do ISSQN da NFS-e.
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Estimativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o prestador do serviço configurado como “Cooperativa” poderá utilizar a geração de NFS-e ou DMS (Declaração mensal de serviços).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e pode ser diferente do município da unidade gestora quando o prestador do serviço for do tipo MEI (Microempreendedor individual).
Permitir parametrizar se o município de incidência da NFS-e poderá ser diferente do município da unidade gestora.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail contendo um PDF e um XML da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar se será enviado um e-mail para um usuário atendente da Prefeitura quando for realizado uma solicitação de adesão à NFS-e por parte de econômicos da Prefeitura e informar o usuário atendente que receberá este e-mail.
Permitir a Prefeitura parametrizar o texto que será mostrado no termo de adesão à NFS-e quando o econômico for efetuar esta solicitação, de forma a personalizar e tornar mais agradável o atendimento às empresas do município.
Permitir a Prefeitura parametrizar um texto que deverá ser demonstrado em todas as NFS-e geradas pelo sistema.
Permitir parametrizar se na NFS-e avulsa haverá retenção do ISSQN por parte do tomador do serviço e podendo limitar para que somente a Prefeitura efetue esta retenção.

Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de aceitação à solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail de recusa da solicitação da adesão à NFS-e a ser enviado a todas as empresas.
Permitir à Prefeitura redigir um texto de e-mail do envio da NFS-e gerada para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o horário em que o servidor vai executar os lotes de RPS (Recibo provisório de serviços) enviados para processamento e conversão dos mesmos em NFS-e.
Permitir parametrizar regra de cálculo para:

Geração do lançamento do ISSQN para NFS-e.
NFS-e avulsa.
Declaração de serviços de prestadores de fora do município.
Documentos declarados a partir da DMS (Declaração mensal de serviços).

Permitir parametrizar os itens da Lei 116 que quando utilizados na declaração de serviços de prestador de fora do município fará com que o valor do ISSQN seja retido para o tomador do serviço.
Permitir parametrizar o tipo de controle do cancelamento de NFS-e e NFS-e avulsa, onde poderá ser “Por dia”, “Por hora” ou “Não utiliza”.
Permitir parametrizar a utilização do controle de requerimento para cancelamento de NFS-e, onde quando for necessário cancelar uma NFS-e, o econômico enviará um requerimento de cancelamento para a prefeitura e o atendente fará a análise e o deferimento ou indeferimento do mesmo.
Permitir parametrizar para permitir cancelamento de NFS-e somente quando houver uma outra NFS-e substituta.
Permitir parametrizar para deferir automaticamente quando houver requerimento de cancelamento de NFS-e com NFS-e substituta.
Permitir configurar um usuário atendente da Prefeitura para receber um e-mail contendo o requerimento de cancelamento de NFS-e.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir estrutura para gerar tabelas de atividades econômicas com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir estrutura para gerar atividades de instituição financeira com “N” níveis conforme regulamentação municipal.
Permitir que o código COSIF seja utilizado nesta estrutura onde um código COSIF é vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir estrutura para gerar as atividades notariais (serviços de cartórios). Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir geração de tabelas de alíquotas das atividades econômicas com data/hora de início de vigência e data/hora de fim de vigência (sendo que a data/hora do fim de vigência não é campo obrigatório ao cadastrar nova tabela).
Permitir que ao gravar ou atualizar uma parametrização seja gerado automaticamente o histórico da parametrização.
Permitir o controle de lançamentos, possibilitando os cálculos e atualizações conforme a legislação específica para cada receita/tributo.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).

Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Possuir agenda de vencimentos de tributos.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores.
Permitir o cadastro de convênios bancários para recebimento de impostos, onde a solução deve permitir a vinculação do código de barra que dará suporte a este convênio para a emissão dos documentos de arrecadação.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através da aplicação.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções em débitos vencidos.
Permitir o cadastro de parâmetros para benefícios, contendo vigência inicial, vigência final, tributos atingidos e a forma de redução. O cadastro de parâmetro deve obrigar a vinculação do ato administrativo que embasa a redução dos impostos.
Na definição das atividades econômicas, possibilitar a determinação das atividades primárias e secundárias e o controle da respectiva vigência de cada atividade.
Para cada atividade definida, permitir a definição dos critérios de inexigibilidade, como isenção e imunização, bem com a respectiva vigência, ato regulamentador e observações gerais.
Permitir que arquivos sejam disponibilizados (através de upload) para que os usuários efetuem o download dos mesmos.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: Números das NFS-e e Nosso Número, auxiliando o processo de implantação do sistema.
Permitir montar tabelas de atividades econômicas conforme regulamentação municipal.
Permitir montar tabelas de atividades de instituição financeira. Nesta estrutura deve constar o código COSIF, onde o código COSIF seja vinculado a uma atividade de instituição financeira.
Permitir controlar atividades notariais (serviços de cartórios) com alíquota.
Permitir configuração de competências mensais para lançamento de documentos/NFS-e e apuração do ISSQN a recolher.
Permitir a montagem de novas tabelas de alíquotas de atividades econômicas com controle de histórico e vigência entre as mesmas, para permitir a Prefeitura atualizar constantemente suas alíquotas sem perda de histórico e rastreabilidade.
Possuir rotinas parametrizáveis de cálculo da obrigação principal e acréscimos legais (juros, multas e correção monetária).
Possuir rotinas para elaboração dos cálculos das receitas/tributos conforme legislação municipal.
Permitir o cadastro de código de barra, com a definição das fórmulas de geração do mesmo e seus dígitos verificadores conforme padrão do convênio bancário.
Permitir que o usuário possa cadastrar diversos tipos de convênios para emissão de guias e recebimento de arquivos, de forma dinâmica e parametrizável através do sistema.
Permitir o cadastro de indexadores e/ou moedas que devem servir de base para a apuração das correções monetárias em débitos vencidos.
Permitir a parametrização de benefícios a serem aplicados sobre o ISSQN. Deve ser permitido criar benefícios a serem aplicados sobre empresas ou atividades econômicas.

Permitir a Prefeitura realizar upload de arquivos e configurar para que os usuários efetuem o download dos mesmos, visando criar um canal de comunicação com funcionários e empresas do município. Os arquivos para download devem permitir controlar nível de acesso, para que se necessário, seja possível restringir alguns arquivos para somente serem baixados por pessoas específicas.
Permitir que os itens da Lei 116/2003 sejam configurados para que na geração da NFS-e o município de incidência não seja alterado.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços notariais.
Permitir configuração específica para econômicos prestadores de serviços de instituição financeira.
Permitir configuração de alíquota especial por prestador de serviços ou atividade econômica.
Permitir que um cadastro de pessoa física/jurídica possa ser relacionado a um ou mais cadastros econômicos.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível efetuar a importação de seus logotipos e imagens da empresa.
Permitir que no cadastro do econômico seja possível cadastrar mais de um endereço para o mesmo.
Permitir bloquear econômicos específicos para a emissão de NFS-e.
Permitir vincular os modelos de documentos fiscais mantidos pelo econômico (Nota fiscal bloco ou formulário, RPS (Recibo provisório de serviços), etc.
Permitir configurar o econômico para habilitá-lo para utilização de webservice de integração entre o sistema mantido pela empresa e sistema de gestão da Prefeitura.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo Simples Nacional.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como optantes pelo SIMEI.
Permitir registrar o enquadramento das empresas como estimativa.
Permitir categorizar corretamente o porte empresarial de cada empresa.
Permitir categorizar corretamente o regime de tributação de cada empresa.
Permitir informar se a empresa é nomeada como substituto tributário.
Permitir o controle de situação dos cadastros econômicos em: ativo, baixado e suspenso.
Permitir que o atendente efetue o processo de deferimento/indeferimento da adesão à emissão de NFS-e do econômico.
Permitir a parametrização do BCE (Boletim de Cadastro Econômico) que deverá permitir a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição econômica, sendo adequada ao Código Tributário Municipal, sem depender da empresa prestadora do serviço.
Permitir a inclusão de sócios dos econômicos, informando o percentual societário de cada um e a data de início da sociedade.
Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações) para inscrições de autônomos.
Não permitir a emissão da NFS-e sem o respectivo deferimento da solicitação de adesão à NFS-e por parte dos atendentes.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).
Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).

Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador através da tela de emissão de NFS- e para facilitar o registro dos dados.
Realizar o controle de inexigibilidade conforme as definições realizadas no cadastro do contribuinte, seja por isenção, imunização, opção pelo Simples Nacional, opção pelo SIMEI ou tributação fora do município.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML (no padrão ABRASF) da mesma.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML (a exportação deve ser em padrão ABRASF).
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e pelo próprio prestador de serviços.
Permitir que o atendente da Prefeitura consulte sobre solicitações de cancelamento realizadas e, com isso, possa optar pelo deferimento/indeferimento do pedido de cancelamento da NFS-e.
Possuir rotina onde o atendente possa cancelar diretamente uma NFS-e, sem que haja solicitação por parte do prestador de serviços.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Permitir que o prestador realize o lançamento de NFS-e avulsa, sem esta necessitar estar amarrada a uma competência.
Permitir a emissão de NFS-e avulsa para prestadores que recorrem ao município para obter documento fiscal. Para esta modalidade, não permitir o envio da nota por e-mail ou impressão antes que o pagamento da guia de recolhimento seja efetuado.
A rotina deve possuir, no mínimo, as seguintes informações:

Dados do prestador do serviço (Nome, CNPJ, inscrição municipal e se é imune, optante pelo simples nacional ou SIMEI).

Dados da nota fiscal (Número, data de emissão, NFS-e substituída, exigibilidade, indicação de retenção do ISSQN, responsável pela retenção do ISSQN, município de incidência do ISSQN).
Dados do tomador do serviço (CPF ou CNPJ, inscrição municipal, nome ou razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail).
Dados dos serviços (Atividade econômica, descrição dos serviços prestados, código CNAE, item da Lei 116/2003, quantidade, valor unitário, valor do desconto).
Dados do RPS (Número, data e modelo).
Dados das retenções federais (PIS, COFINS, IRRF, INSS, CSLL e outras retenções).
Dados da construção civil (Código da obra, número do ART, informações do fornecedor, materiais utilizados com quantidades e valores).
Dados de resumo (Total dos serviços, total dos descontos, total das retenções, total líquido, total da dedução da construção civil, base de cálculo do ISSQN, % da alíquota do ISSQN, total do ISSQN a recolher).

O tomador deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado à nota fiscal de serviços eletrônica.
Permitir acesso rápido ao cadastro de tomador.
Permitir lançar mais de um serviço na mesma NFS-e nos casos dos serviços estarem relacionados a um mesmo código de atividade da Lei Complementar 116/2003.
Após a validação e gravação, os dados da NFS-e deverão ser disponibilizados em tempo real, no banco de dados do software.
Permitir que o prestador realize a emissão de guia de recolhimento referente a(s) NFS-e(s) que lançar.
Possibilitar a visualização da NFS-e antes de sua impressão.
Permitir a geração e impressão do recibo de retenção do ISSQN.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) somente após a confirmação do pagamento da guia de recolhimento e devida baixa no débito referente a mesma, tudo interligado em tempo real com o setor tributário.
Permitir que a NFS-e seja enviada para o tomador do serviço via e-mail contendo o PDF e a XML da mesma.
Permitir que o prestador imprima a(s) NFS-e(s) logo após a geração da mesma, quando o valor do ISSQN for retido pelo tomador do serviço.
Permitir a exportação da NFS-e em arquivo XML.
Permitir o envio da NFS-e no e-mail previamente cadastrado ao tomador ou permitir a troca do e-mail durante o processo de lançamento da NFS-e.
Possuir rotina que seja possível consultar NFS-e emitidas, exibindo, no mínimo, as seguintes informações: nº da nota, data de emissão, informações do prestador do serviço, informações do tomador do serviço, valor líquido, base de cálculo, ISSQN a recolher, se é retido o ISSQN e data de cancelamento.
Permitir visualizar e reimprimir NFS-e, a partir do resultado da consulta.
Permitir executar a consulta através de vários critérios, como: número da nota, CPF, CNPJ, nome do prestador/tomador, data de emissão.
Deve possuir código de autenticidade gerado em cada NFS-e.
Geração guia para pagamento unificando várias competências em um único documento de arrecadação.
O sistema deve possuir rotina de WebService, seguindo o padrão ABRASF de comunicação e oferta dos serviços.

Permitir a geração de NFS-e. Esta geração deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a geração da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna uma NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir recebimento de lotes de RPS (Recibo provisório de serviço) para processamento somente para os econômicos que estiverem habilitados para tal.

O recebimento do lote deverá ser síncrono, ou seja, o prestador do serviço envia o lote de RPS e o serviço valida estes dados e retorna um protocolo do lote recebido ou uma lista com as inconsistências encontradas.

O processamento do lote para conversão dos RPS em NFS-e deverá ser assíncrono, ou seja, o processamento somente será realizado no período parametrizado para que tal processamento ocorra.

Deve haver opção de parametrização de processamento de lote assíncrono: em tempo real e em hora programada.

Permitir a solicitação de cancelamento de NFS-e. Esta solicitação deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para o cancelamento da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada ou o protocolo com o requerimento do cancelamento (depende da parametrização) ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a substituição de NFS-e. Esta substituição deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a substituição da NFS-e e o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e cancelada e substituída e a NFS-e substituta ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de lotes RPS enviados para processamento. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do lote, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e a partir do RPS (recibo provisório de serviços). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta do RPS (NFS-e), o serviço valida estes dados e retorna a NFS-e gerada ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta de NFS-e por intervalo de notas (número inicial e final). Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta das NFS-e, o serviço valida estes dados e retorna uma lista das NFS-e geradas ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir a consulta do requerimento de cancelamento da NFS-e. Esta consulta deverá ser síncrona, ou seja, o prestador do serviço envia os dados para a consulta, o serviço valida estes dados e retorna a situação atual do requerimento ou uma lista com as inconsistências encontradas.

Permitir que o prestador de serviços tenha acesso ao sistema.

Permitir que o prestador visualize seu cadastro e que possa alterá-lo parcialmente.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus telefones.

Permitir que o prestador dê manutenção em seus contatos eletrônicos.

Permitir que o prestador defina o conteúdo que sairá no complemento de todas as NFS-e geradas pelo mesmo.

Permitir que o econômico optante do simples nacional e SIMEI dê manutenção nas informações de simples nacional (mudança de alíquota ou opção de SIMEI).

Permitir que o econômico dê manutenção em seus logotipos (logomarca).

Permitir a impressão do livro eletrônico de serviços prestados e contratados.

Na impressão do corpo do livro devem constar as seguintes informações: número da nota, data de emissão, CPF/CNPJ do tomador do serviço, situação do documento (emitido/cancelado), atividade, valor do documento, alíquota, valor tributável e valor do ISSQN e se o valor do ISSQN foi retido.

Permitir filtrar por data inicial e final da emissão do livro dos documentos fiscais.
Permitir que o tomador tenha formas de acesso ao sistema.
Permitir que através do código de autenticidade, o tomador do serviço possa certificar-se da veracidade da NFS-e.
Permitir o controle de acesso através do uso de certificado digital.
Permitir a declaração de serviços contratados com, no mínimo, as seguintes informações do documento fiscal: número e data de emissão, valor do serviço, CNPJ ou CPF do prestador do serviço indicação do imposto retido ou não.
Permitir, de forma integrada com o software tributário a geração e emissão de guias de recolhimento, seja de serviços prestados ou contratados.
A apuração dos valores a serem gerados na guia deverá ser realizada de forma automática pelo aplicativo baseado nos critérios do setor de tributação.
Permitir que o prestador realize a emissão de guias de recolhimento referentes a competências já encerradas.
A geração da guia deve ocorrer em tempo real no software tributário, ou seja, deve estar disponível no banco de dados do software tributário, logo após a sua geração.
Permitir a geração de várias guias por mês e ano, conforme a criação das competências.
Permitir a reemissão de guias vencidas, possibilitando atribuir uma nova data de vencimento, onde os juros e multas deverão ser apurados automaticamente pelo software tributário, conforme os critérios estabelecidos.
A guia a ser emitida deve seguir o modelo de Ficha de Compensação.
Não permitir a geração e emissão de guia para contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto nos casos em que este seja tomador de serviços.
Permitir a consulta da lista de serviços e respectivas alíquotas para a apuração de ISSQN.
Exibir o código da atividade, descrição e respectiva alíquota.
Verificar a autenticidade de NFS-e com as mesmas funcionalidades do perfil Prestador de Serviços.
Permitir a solicitação da adesão à nota fiscal de serviços eletrônica, onde o prestador tenha acesso ao texto do Termo de Adesão.
Permitir a consulta da solicitação de adesão à NFS-e.
Permitir o requerimento de cancelamento ou o cancelamento da NFS-e conforme parametrização.
Permitir que através de uma arquitetura de webservices, os softwares de enfoque comercial dos contribuintes possam integrar-se ao módulo de NFS-e da administração municipal, viabilizando a integração entre os sistemas.
Permitir que o prestador de serviço tenha acesso ao envio de lote de RPS a partir do site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que o prestador de serviço possa visualizar a situação do lote de RPS enviado para processamento através de uma tela de gerenciamento de lote de RPS disponibilizada no site, além do serviço disponibilizado no webservice.
Permitir que os econômicos tenham acesso a toda a documentação dos webservices, a fim de que os mesmos possam se adequar ao produto, baseando- se nesta documentação.
Permitir a declaração de documentos fiscais de serviços prestados, por modelo de documento fiscal, com o registro das seguintes informações sobre o documento: número, situação, tipo de operação, natureza de operação, CPF/CNPJ do tomador, data, valor do serviço, valor tributável e indicação do imposto retido ou não.
Efetuar a carga automática dos documentos a serem declarados, conforme informações da autorização de impressão de documentos fiscais.
Permitir a manutenção dos dados dos documentos fiscais declarados antes do encerramento da competência.

Permitir declaração de serviços prestados, que possibilite aos contribuintes declararem o faturamento mensal por atividade constante do seu cadastro municipal.
Permitir a manutenção dos dados declarados antes do encerramento da competência.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços de instituições financeiras.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir que o prestador realize a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir que o prestador realize a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve contemplar configurações para diferenciar os prestadores de serviços cartorários.
Permitir a importação da declaração a partir de arquivos texto: neste processo, promover a validação do arquivo, demonstrando os erros, quando acusados.
Permitir ao prestador realizar a declaração dos serviços referente à competência aberta no período.
Permitir ao prestador realizar a alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período, onde será registrado o log destas alterações.
Deve conter único usuário e senha para um contador, mesmo que ele atue como contador de várias empresas prestadoras de municípios.
Permitir ao contador criar novas competências para declaração de serviços, referente à(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador encerrar a competência, gerando automaticamente os lançamentos referentes à competência em questão da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar a declaração dos serviços referentes à competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir ao contador realizar o lançamento/alteração dos serviços e valores informados na competência aberta no período da(s) empresa(s) pela qual é responsável, onde será registrado o log de tais operações.
Permitir que o contador realize o lançamento de serviços contratados no período referente à competência aberta da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador realize a emissão de guias de recolhimento referentes às competências já encerradas da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o contador emite o(s) livro(s) fiscais da(s) empresa(s) pela qual é responsável.
Permitir que o declarante seja o prestador do serviço ou o tomador do serviço.
O prestador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
O tomador do serviço deverá ser previamente cadastrado como pessoa para ser vinculado a esta declaração.
Permitir acesso rápido ao cadastro de prestador e/ou tomador do serviço.
Permitir informar quem é o responsável pelo recolhimento do ISSQN. Caso o item da Lei 116/2003 utilizado na declaração estiver cadastrado para não permitir alterar o responsável pelo recolhimento do ISSQN, este campo ficará fixo para o "tomador do serviço" e não permitirá alterar.
Permitir que o próprio declarante gere a guia de recolhimento de ISSQN da nota declarada.
Permitir somente uma competência mensal normal para cada econômico.
Permitir "N" competências complementares mensais para cada econômico. Período em que a competência complementar utilizada pode ser definida por parâmetro.
Criar automaticamente uma nova competência mensal para o próximo mês quando uma competência é encerrada pelo prestador de serviço.

Permitir a consulta de todas as competências existentes, com a visualização detalhada das competências (movimentação e encerramento).
Permitir que no encerramento de competência, o prestador de serviços tenha acesso às informações do período vigente, que facilitem a conclusão deste processo, como: total de serviços, informações de ISSQN retido e não retido, e os valores devidos de ISSQN, separando estes valores em serviços prestados, tomados e intermediados.
Apresentar o detalhamento dos serviços prestados, tomados e intermediados no período, separados por atividade econômica, com as informações de: quantidade de documentos fiscais declarados, quantidade de documentos fiscais tributados, valor total dos documentos fiscais declarados e valor do ISSQN.
Permitir que ao confirmar o encerramento da competência, o software gere ou não no software tributário, o lançamento do ISSQN, separando em lançamento referente a serviços prestados, serviços tomados e serviços intermediados conforme parametrizações específicas para geração e separação dos lançamentos.
Permitir que após a conclusão do encerramento da competência, o econômico tenha acesso ao lançamento do ISSQN a recolher gerado no encerramento ou na geração do lançamento em tela específica, onde o mesmo poderá efetuar a impressão da guia de recolhimento do ISSQN.
Permitir, em casos onde não exista movimentação no período, esta declaração, onde o prestador evidencie observações acerca da não movimentação de serviços prestados no período.
Permitir simulações dos lançamentos para qualquer tipo de lançamento de tributos referentes a receita de ISSQN (fixos, obras) permitindo ao usuário a conferência dos dados do lançamento antes da efetivação do mesmo.
Poder visualizar em todo e qualquer lançamento toda a memória de cálculo realizada e cada parte os valores parciais para acompanhamento e aferição do correto cálculo dos débitos.
Permitir que para cada documento emitido seja possível o acréscimo de taxa de expediente, podendo ser desconsiderada no caso de não quitação do documento.
Possuir rotina para importação de arquivo oriundo do SIAFI referentes a retenções feitas por órgãos federais conforme convenio realizado pela entidade e Banco do Brasil.
Permitir ao prestador de serviços cadastrar as obras que estão sendo executadas, registrando os materiais de construção a serem utilizados nas mesmas.
Permitir a transferência de materiais de construção entre obras controlando o saldo de cada uma.
Na emissão da NFSe dever ser possível informar o código da obra pré-cadastrada, e também os materiais vinculados a mesma e após a emissão da NFSe serão deduzidos dos saldos de materiais daquela obra.
Possuir rotina para envio de notificação automática para prestadores que possuam débitos com o fisco.
Possuir controle de leitura pelos prestadores de serviços das mensagens lidas e não lidas.
Possibilitar a geração e exibição nativa de gráficos dinâmicos gerenciais, em tempo real, diretamente do navegador web browser, com no mínimo os seguintes gráficos:

- Maiores emissores;
- Maiores emissores de documentos (NFS-e e DMS);
- Maiores de emissores de NFS-e avulsa;
- Maiores emissores por valor do ISSQN calculado;
- Maiores emissores por valor do ISSQN devido;
- Maiores emissores por valor do ISSQN bruto;
- Maiores emissores por valor do ISSQN líquido;

Geração de extrato de movimento dos tributos do prestador, possuindo no mínimo, débitos, pagamentos, cancelamentos, pendentes, créditos. Sendo possível geração de gráfico.

Disponibilizar, quando da indisponibilidade da Internet, meio eletrônico para emissão do Recibo Provisório de Serviço.
Disponibilizar software desktop que possibilita a geração de Recibos Provisórios de Serviços – RPS (off-line), proveniente de fatos geradores de ISS, na máquina do contribuinte.
Emissão e conversão dos recibos provisórios de serviços em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), por meio de lotes de recibos, mediante sistema instalado na máquina do contribuinte (webservice e ou integração via xml).
Permitir a consulta, alteração e impressão dos recibos existentes, desde que não convertidos em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

SIMPLES NACIONAL WEB

Permitir efetuar uma conciliação entre os valores de ISSQN a recolher gerados a partir de NFS-e e DMS (declaração mensal de serviços) de econômicos optantes do simples nacional e optantes do SIMEI com os valores recebidos pela unidade gestora através do DAF607 (valores pagos pelos econômicos optantes do simples nacional e SIMEI) para o governo federal, os quais são repassados para a unidade gestora.
Deve mostrar o valor estimado do ISSQN a partir das NFS-e e DMS e o valor recebido através do DAF607, apurando as diferenças ou efetuando o encerramento da conciliação do econômico quando não houver diferenças.
Permitir integração com a Receita Federal através do arquivo PGDAS.
Permitir importar e consultar os dados nos arquivos disponibilizados no Portal do Simples Nacional, PGDAS
Permitir gerar as seguintes consultas:
Identificação das alíquotas apuradas pela Receita Federal;
Consulta de declarações feitas pelas empresas para a Receita Federal;
Consulta de empresas que não estão declarando para a Receita Federal;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses declarados a Receita Federal;
Detalhamento da movimentação e impostos pagos pelas empresas a Receita Federal;
Consultas de declarações feitas pelas empresas classificadas como MEI;
Consulta ao faturamento e apuração dos últimos 12 meses das empresas classificadas como MEI;
Apuração a empresas que estão declarando à Receita Federal, porém não possuem cadastro na entidade;
Consulta e cruzamento de dados das declarações feitas para a Receita Federal com o livro fiscal gerado na prefeitura;
Consulta e cruzamento de dados dos pagamentos feitos para a Receita Federal com os valores de declaração feitos para a Receita Federal;

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQLServer;

Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do usuário;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;
Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de “lembrar-me neste computador” sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão deles em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem de dados da grid em todas as aplicações que contém grid principal;

Possuir ajuda passo a passo contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;
Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema tributário, aproveitando todo o recurso de lançamento de taxas, multas de infrações etc.;
Ter integração nativa com sistema de gestão de ISSQN (NFS-e), aproveitando todo o cadastro de empresas, movimentações e apurações realizadas;
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS DE CADASTROS - FISCALIZAÇÃO

Fiscal:

Permitir cadastrar os fiscais da unidade gestora;
Permitir pesquisas nos cadastros de fiscais;
Permitir controle de horário de trabalho dos fiscais, bem como de afastamento para facilitar a gestão da agenda dos fiscais;
Manter controle histórico dos cadastros de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Equipe de fiscais:

Permitir a montagem de equipe de fiscais, especificando quem são os chefes de equipes de fiscais;
Permitir a restrição de acesso de forma que um fiscal não consiga ver ou movimentar dados, agendas e fiscalizações de outro fiscal;
Permitir controle de acesso do chefe dos fiscais sobre sua equipe, podendo ver e configurar dados;
Manter controle histórico das equipes de fiscais (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

27. Itens de fiscalização:

a. Permitir cadastrar os itens a fiscalizar;

Permitir controle de previsão de período de execução para cada item de fiscalização;

Permitir que o controle de previsão de execução seja em dias corridos ou dias úteis, para cada item de fiscalização;

Permitir a categorização de cada item de fiscalização em tipos fixos e rastreáveis para montagem futura de relatórios (fiscalização sanitária, fiscalização tributária, fiscalização de posturas, fiscalização de obras etc.);
Permitir o vínculo de itens de fiscalização com os fiscais de forma que seja possível restringir\controlar os assuntos que cada fiscal pode manusear;
Manter controle histórico dos cadastros de itens de fiscalização (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO - FISCALIZAÇÃO

Agenda do fiscal:

Permitir a configuração de agenda do fiscal

Permitir o controle de situação da agenda (pendente, encerrado, cancelado, em execução etc.);
Manter controle histórico das modificações da agenda do fiscal (quem, quando e que tipo de operação foi realizada);

Permitir consulta de todas as agendas dos fiscais

Ser possível visualizar o início de o fim de cada agendamento já registrado;

Permitir a consulta por dia, por semana e por mês, de forma que seja possível analisar a disponibilidade dos fiscais e a colisão de agendas;

Permitir consultar todos os agendamentos já registrados: pendentes, encerrados, cancelados etc.;

Permitir consultar por fiscal;

Permitir consultar por equipe;

Permitir consultar por data de agendamento;

Permitir agendar vários fiscais para atuarem juntos numa única demanda;

Permitir agendar fiscalizações separadamente para cada fiscal;

Permitir prorrogar\adiar agendamentos já registrados;

Possuir controle de acesso de forma que um fiscal não possa lançar agendamento para outro e nem visualizar os agendamentos feitos para outros fiscais a não ser esteja configurado como chefe de equipe e assim poderá ver somente os dados de sua equipe;

O sistema deve ser capaz de calcular o esforço para cada tipo de fiscalização e calcular o preenchimento e ocupação da agenda fiscal automaticamente de forma a facilitar a distribuição de tarefas e a gestão sobre as agendas dos fiscais;

O sistema deve ser capaz de distribuir automaticamente as fiscalizações na agenda do fiscal de acordo com o prazo mínimo previsto para cada atividade em relação à carga horária do fiscal que está disponível, facilitando o preenchimento da agenda para trabalhos em massa ou em longos períodos;

Permitir registro de agendamento para vários tipos de fiscalizados:

Agendamentos para imóveis, com opções de filtro por:

Imóvel urbano ou rural;

Logradouros de imóveis;

Proprietários;

Demais campos cadastrais do imóvel;

Agendamento para empresas, com opções de filtro por:

Natureza jurídica;

Regime de tributação;

Situação da empresa;

Portel empresarial;

Atividade econômica, CNAE, Itens da lei 116/2003;

Endereço das empresas;

Demais campos cadastrais da empresa;

Agendamento para Logradouros, com opções de filtro por:

Bairro;

Distrito;

Tipo de logradouro;

Agendamento para pessoas físicas ou jurídicas;

Estes dados de fiscalizados precisam vir de base única cadastral de movimentação de outros módulos (Tributário, NFS-e, Licitações, Contabilidade etc.);

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todos os processos e protocolos da fiscalização;

Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;

Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de fiscalização a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo de fiscalização, ordem de serviço etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade dos processos de fiscalização, de forma apoiara equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)

Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de fiscalização, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;

Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

Permitir a integração do sistema de Fiscalização com o sistema Tributário, de forma que seja possível configurar emissão de débitos (multas, autos de infração, penalidades tributárias, DAM etc.;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo de fiscalização

Controlar todo o fluxo da fiscalização através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de fiscalização que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;

Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo da fiscalização possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo de fiscalização;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo de fiscalização sem um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;
Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;
Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;

Permitir a emissão de termos exclusivos do processo de fiscalização
Emissão do termo de encerramento da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação da fiscalização
Emissão do termo de prorrogação do início da fiscalização
Emissão do termo de início de fiscalização
Impressão da ordem de serviço
Apreensão;
Desapreensão;
Laudo de fiscalização;
Deslacração;
Lacração;
Desinterdição;
Interdição;
Intimação;
Advertência fiscal;
Recomendação/orientação fiscal;
Auto de infração;

COMPRAS E LICITAÇÃO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;
Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;
Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;
Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;
Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;
Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;
Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;
Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;
Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;
Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;
Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;
Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;
Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;
Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;
Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;
Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Permitir parametrizar documentos quanto a sequência de emissão;
Permitir parametrizar documentos quanto a inclusão de campos personalizados criados pelo próprio usuário através do sistema, sem a intervenção da prestadora de software;
Permitir parametrizar documentos quanto a que aplicações podem ou não manipular o documento;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

Permitir parametrizar quais documentos que permitem ou não publicação.

REQUISITOS PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por tipos de atribuição;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura orçamentária;

Permitir definir responsabilidade para assinatura de documentos e relatórios por estrutura administrativa;

Permitir definir responsabilidade por registros específicos controlados pela solução.

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:

Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;

Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir criar filtros de relatórios para utilização em relatórios;

Permitir criar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir configurar quais assinaturas serão impressas para cada modelo de relatório;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Permitir cadastrar no sistema o leiaute dos dados que se deseja exportar, de forma que represente o leiaute que se queira integrar conforme leiaute e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas ou outro órgão.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um leiaute estrutural.

Permitir definir tipos de campos de leiaute estrutural:
- Texto;
- Data;
- Número inteiro;
- Número decimal.

Permitir definir os tipos básicos de dados a serem exportado de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir várias configurações de leiaute do que será exportado:
- Formato de saída da exportação de dados:
  - Arquivo de texto;
  - XML (Extensible Markup Language);
  - XML Data Packet.
- Decodificação do arquivo de saída;
- Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
- Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
- Separação de campos no arquivo;
- Tratamento de valores nulos;
- Tratamento de arquivos vazios;
- Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de leiaute;
- Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
- Permitir a criação de campos dentro das estruturas de leiaute, informando:
  - Tipo do campo (conforme tipos criados na estrutura);
  - Se o campo é obrigatório ou não;
  - Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura;
  - A ordem do campo dentre todos os campos criados;
  - Se o campo é gerado em branco ou não;
  - O tamanho mínimo e máximo do campo;
  - As casas decimais mínimas e máximas do campo;
  - Os caracteres proibidos no campo;
  - O alinhamento do campo (direita ou esquerda);
  - O formato do campo (máscara).
- Permitir exportar dados no formato de saída desejado.
- Permitir a listagem de inconsistências na geração de informações.

Permitir sincronização automática de atualizações e modificações nos leiautes de exportação, de forma online, para os casos quando o cliente trabalhar com leiaute centralizado administrado pela prestadora de serviço.

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE SEQUÊNCIA

Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de bases geográficas, certidões etc.

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de criar campos de cadastros através do próprio sistema, de forma personalizada e com a escolha dos tipos de campo, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para a estrutura administrativa e orçamentária do município, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código da estrutura e sem limites para o número de níveis que a estrutura pode ter;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, eliminando assim a redundância cadastral;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um tipo de endereço como (residencial, comercial, cobrança etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Permitir o cadastro de cartórios a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços online da internet;
Permitir o cadastro de bancos e agências a partir dos dados de uma pessoa jurídica. Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para todo o sistema;
Permitir parametrizar o código que identifique a entidade na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os brasões de relatórios específicos da entidade.

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - COMPRAS E LICITAÇÕES

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar o preço a ser considerado no balizamento por Maior Preço; Média dos Preços ou Menor Preço.

Permitir parametrizar em que fase da compra se torna obrigatório o vínculo com dotação orçamentária;
Permitir parametrizar o nome das aplicações relacionadas a solicitações e listas de compras;
Permitir parametrizar o tipo de numeração dos processos licitatórios por Sequência digitada; Sequencial Geral; ou Sequencial por Modalidade de Licitação.
Permitir parametrizar se no gerenciamento de itens a descrição pode ser informada manualmente.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão pré-análise para aprovação dos itens.
Permitir parametrizar se as solicitações e listas de compra possuirão preço estimado informado.
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação é para compra ou alienação;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla credenciamento;
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação controla SRP (Sistema Registro de Preços);
Permitir parametrizar se a modalidade de licitação contempla o chamamento;
Permitir parametrizar o modo de disputa da modalidade de licitação por Fechado (propostas com envelopes fechados); Aberto (lances); ou Fechado-Aberto (propostas com envelopes fechados seguidas de lances).
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta, considerando, o Critério de avaliação da licitação; a Classificação do objeto da licitação; o Regime de execução da licitação; e a Quantidade de dias.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os prazos de proposta atribuindo a forma de cálculo por Dias corridos ou por Dias úteis.
Permitir parametrizar na modalidade de licitação as responsabilidades no processo licitatório e se há obrigatoriedade ou não para essas responsabilidades;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação os tipos de documentos que devem ser vinculados no processo licitatório;
Permitir parametrizar na modalidade de licitação informações para cotização compulsória para ME/EPP (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte):

Percentual para empate ficto para ME/EPP;
Cotização compulsória ME/EPP;
Mínimo de licitantes para aplicar a cotização compulsória ME/EPP.

Permitir que os números iniciais sequenciais do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na Prefeitura como: números de licitações.
Permitir padronização dos nomes básicos dos itens e seus modificadores, características específicas para identificação criteriosa dos itens;
Permitir cadastrar item base, tipificando-o em bem patrimonial, concessão de serviço público, direito real de uso, obra, permissão de serviço público, produto ou serviço;
Permitir controlar o item base cadastrado por data para que um novo item base se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir classificar os itens bases por estrutura hierárquica que possam expressar grupo, subgrupo e quantos níveis forem do interesse da entidade;
Permitir controlar a classificação de itens bases por data para que uma nova classificação se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir que os modificadores cadastrados na classificação sejam aplicados ao item base que se vincula a esta mesma classificação, padronizando a nomenclatura do item base;
Permitir controlar em que nível da árvore de classificação é permitido inserir item base;
Permitir vincular natureza de despesa conforme classificação da despesa pública à classificação do item;
Permitir incorporar o nome do item base e seus modificadores ao item cadastrado;

Permitir descrever o item com nomenclatura diferente àquela dada ao item base que o identifique;
Permitir vincular o item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir vincular o item a(s) unidade(s) de medida(s);
Permitir vincular a unidade de medida do item ao código do Tribunal de Contas;
Permitir inserir texto com descrição detalhada do item com número de caracteres ilimitado;
Permitir controlar o item cadastrado por data para que um novo item se torne vigente sem a interferência do usuário;
Permitir inativar o item encerrando sua vigência em data pré-determinada, permitindo a higienização do cadastro de itens;
Permitir definir qual unidade de fornecimento se constitui em padrão de item.
Permitir cadastrar tipos de fontes de preço para formação do banco de preços;
Permitir inserir outras fontes de preços cadastradas pelo usuário ao banco de preço;
Permitir consultar itens cotados pelo banco de preço;
Permitir consultar preço por item pelo banco de preço;
Permitir consultar preço do item por fornecedor pelo banco de preço.
Cadastrar comissões com os seguintes dados: nome da comissão, norma jurídica de regulamentação, tipo de membros, nome dos membros, período de vigência da comissão, período de vigência dos membros da comissão;
Permitir cadastrar comissão segundo os tipos: especial, leiloeiro e equipe de apoio, permanente e pregoeiro e equipe de apoio.
Permitir criar leis e controlar todas as suas informações:

- Tipo da lei;
- Esfera governamental;
- Número e ano da lei;
- Data de aprovação;
- Período de vigência.

Permitir vincular e gravar documento digital que representa a lei.
Permitir controlar alterações da lei.
Permitir criar um tipo de objeto de compra vinculado com a classificação de objeto da lei geral de licitações (8666/93);
Permitir apontar que um tipo de objeto de compra é utilizado para reforma.
Permitir criar tabelas de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em solicitações e listas de compra.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de itens.
Na criação da tabela de itens permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, tabelas de itens, compras diretas e licitações).
Permitir criar tabelas de preços de itens para reaproveitamento deste agrupamento de itens em processos de compras.
Permitir a inclusão, alteração e remoção de itens de forma manual na tabela de preços.
Na criação da tabela de preços permitir a cópia de itens de todas as aplicações que manipulem itens (solicitações de compras, listas de compras, compras diretas e licitações).
Permitir configurar o nome das solicitações utilizados pela entidade;
Possuir painel de gerenciamento de itens nas solicitações e lista de compra que possibilite: Inserir itens; Alterar itens; Detalhar itens com estrutura administrativa e dotação; Inserir fonte de preço; Balizar item; Remover; e Copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.
Permitir que o usuário elabore solicitações de itens expressando sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega imediata;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de item para a estrutura administrativa;

Permitir parametrização indicando se a solicitação de itens deve passar por pré- análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de item para outra solicitação de item, ou para uma solicitação de compra ou ainda, para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para solicitação de item a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir cancelar solicitações de item;
Permitir balizar os preços nas solicitações de item;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de item, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de itens antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir visualizar na solicitação de item quais solicitações de itens e/ou solicitações deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de item se existem solicitações de compra e/ou listas de compras geradas a partir dela;
Permitir, a partir das solicitações de itens, a análise de disponibilidade de itens nos fornecedores para entrega imediata pela entidade por meio de qualquer processo de compra;
Permitir a geração de ordens de fornecimento dos itens solicitados, a partir da análise automática de disponibilidade nos fornecedores;
Permitir análise em massa de solicitações de itens, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir que o usuário elabore solicitações de compra que expressam sua necessidade de itens (produtos, serviços ou obras) para entrega futura;
Permitir que seja feito lançamento de solicitação de compras baseada na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as solicitações de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma solicitação de compra para outra solicitação de compra ou ainda para uma lista de compra;
Permitir a importação de itens para uma solicitação de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das solicitações de compras antes de passar por análise do setor responsável para entrega de item disponível ou envio do documento para o setor de compras;
Permitir cancelar solicitações de compra;
Permitir balizar os preços nas solicitações de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da solicitação de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações de compras, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de compras durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir visualizar na solicitação de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na solicitação de compra se existem listas de compra geradas a partir dela;

Permitir que o setor de compras crie suas listas de compras a partir das solicitações dos departamentos antes de iniciar o processo de compras. Estas listas de compras devem consolidar as necessidades de compra para atendimento das solicitações de vários setores da entidade;
Permitir que seja feito lançamento de listas de compras baseadas na necessidade de uma ou mais estruturas administrativas;
Permitir parametrização indicando se as listas de compras devem passar por pré-análise do gestor;
Permitir importar os itens e seus quantitativos de uma lista de compra para outra lista de compra ou ainda para uma solicitação de item ou solicitação de compra;
Permitir a importação de itens para uma lista de compra a partir de uma tabela de referência previamente cadastrada;
Permitir que o gestor do departamento possa realizar uma pré-análise das listas de compras antes de passar disponibilizar para gerar licitações e/ou compras diretas;
Permitir cancelar lista de compra;
Permitir balizar os preços nas listas de compra;
Permitir informar preço estimado dos itens da lista de compra, bem como a fonte de preço utilizada como referência;
Permitir análise em massa de solicitações por item e de solicitações por compra, salvando rascunho para que se possa ser resgatada em momento posterior e retomada da análise;
Permitir bloquear/desbloquear itens da solicitação de itens durante a análise para evitar que diferentes usuários possam interferir no resultado do item que está sendo analisado;
Permitir o visualizar na lista de compra quais solicitações de itens e/ou solicitações de compra deram origem a ela, quando for o caso;
Permitir visualizar na lista de compra se existem licitações geradas a partir dela.
Permitir parametrizar em que ponto do sistema, se na solicitação de item, solicitação de compra ou lista de compra, será obrigatório o preenchimento da dotação orçamentária quando houver necessidade;
Permitir gerar processo de compra, agrupando itens de lista de compras de diferentes setores da administração, objetivando compras com melhores preços, prazos e condições de pagamentos;
Controlar todo processo de compra efetuado, referente a licitações, pregões, regimes diferenciados de contratação, dispensas ou inexigibilidade, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Permitir registrar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada;
Possuir painel de gerenciamento de itens no processo de compras que possibilite:

- Adicionar itens;
- Alterar itens;
- Reorganizar itens
- Remover itens;
- Remover em massa;
- Copiar banco de preços do documento de origem.
- Balizar

Na operação de adicionar itens deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas no processo de compra, por listas de compras; por estrutura administrativa; por classificação de itens; ou por itens.
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de percentual;
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nos processos de compra por aplicação de valor;

Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
Permitir consultar os processos licitatórios, pregões, regimes diferenciados de contratação, os processos de inexigibilidade, os de licitação dispensável ou de licitação dispensada por:

Período de abertura;
Número e/ou Ano;
Modalidade;
Tipo do objeto;
Situação;
e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir acompanhar todo o processo licitatório, visualizando os dados cadastrados;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Pregão presencial, Regime diferenciado de contratação (RDC), Concurso, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública;
Permitir inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada;
Permitir credenciamento e chamamento;
Para licitações que geram registro de preços, permitir informar os participantes internos da própria entidade que tenha CNPJ próprio e externos à entidade;
Permitir registrar Participação em processo licitatório de registro de preços de outras entidades;
Permitir registrar Adesão (carona) em ata de registro de preços de entidades externas;
Permitir gerar licitação de compra por meio de listas de compra;
Permitir gerar licitação de compra por meio de tabelas de preço;
Permitir informar os responsáveis pela licitação segundo o tipo de responsabilidade previamente definido;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir que somente MPEs participem das disputas quando existir separação de cotas exclusivas para MPEs;
Permitir o lançamento das propostas por item, por lote ou global, conforme definido em edital.
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em forma de percentual de desconto sobre tabela de preços ou item a item de uma licitação, conforme necessidade;
Permitir informar a marca do item no lançamento de proposta financeira;

Permitir o lançamento das pontuações técnicas do licitante atingidas nas propostas de disputas fechadas;
Permitir o lançamento de pontuação financeira, peso da proposta financeira e peso da proposta técnica nos critérios de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' caso a licitação seja apurada pela média ponderada destas duas propostas do licitante;
Disponibilizar facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira (por valor ou percentual de desconto), em suas dependências, gerando um arquivo digital que contenha os itens de um processo de compra específico;
Permitir importação de propostas financeiras dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas de lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a identificação automática das disputas empatadas e o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar previamente o valor/desconto para que não ocorra empate ficto;
Possibilitar, a cada registro de lance, visualizar se com a posição atual dos lances, existe empate ficto;
Permitir realizar lances para cotas exclusivas para MPEs e para cotas não exclusivas para MPEs quando for o caso;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;

Permitir negociação com os fornecedores licitantes após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir a apuração agrupada de propostas técnicas e financeiras fechadas seguidas não lances se o critério de avaliação possuir proposta técnica;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir que no critério de avaliação 'Técnica e Preço' ou 'Maior retorno econômico' a apuração das propostas fechadas, não seguida de lances, seja conforme o resultado da ponderação entre a pontuação técnica e a pontuação financeira ou por melhor proposta financeira, conforme escolha realizada na licitação;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos não estão dentro da faixa de valores mínimos e máximos definidos para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas técnicas fechadas não seguidas de lances quando a pontuação do licitante não atingir a pontuação mínima definida para o processo de compra em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas, técnicas e/ou financeiras, não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir cadastrar os tipos de recursos;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;
Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos de compra.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de compra.
Permitir a cotização compulsória para Microempresas (ME) e Empresas de pequeno porte (EPP) em processos licitatórios de compras conforme definido na Lei complementar 123/2006;
Permitir aplicar a regra de separação das cotas para MPEs para os itens de natureza divisível;
Permitir configurar o percentual máximo aplicado a MPEs e a quantidade mínima de fornecedores competitivos enquadrados prevendo alterações na legislação vigente;
Permitir que usuário modifique o percentual máximo a MPEs aplicado diretamente na licitação contanto que este percentual seja menor que o percentual parametrizado;

Permitir que somente Microempresas e Empresas de pequeno porte enviem propostas e/ou participem de lances em cotas exclusivas para MPEs.
Controlar todo processo de compra direta efetuado, permitindo acompanhar o processo desde a solicitação até a entrega do produto/serviço ao seu destino;
Realizar o controle de compra direta em aplicação separada da aplicação de licitações;
Controlar todo fluxo desde a criação até encerramento da compra direta por meio de operações.
Permitir as seguintes operações na compra direta:

- Adicionar compra direta;
- Anular compra direta;
- Apurar vencedor;
- Cancelar item;
- Editar compra direta;
- Encerrar compra direta;
- Estonar encerramento;
- Excluir compra direta;
- Iniciar recebimento de cotações;
- Vincular banco de preços;
- Visualizar compra direta.

Possibilitar visualizar todo o histórico de operações executado na compra direta.
Permitir consultar as compras diretas por:

- Período de abertura;
- Número e ano;
- Tipo de objeto;
- Situação;

Permitir criar uma compra direta com as seguintes informações:

- Dados gerais:
  - Número e ano;
  - Tipo de objeto;
  - Descrição;
  - Data;
  - Tipo de avaliação;
  - Condição de pagamento;
  - Forma de fornecimento;
  - Permissão para utilizar cotação eletrônica;
  - Prazo para apresentação de cotações;
  - Referente ao COVID-19
- Justificativas:
  - Justificativa da aquisição;
  - Justificativa da compra direta;
  - Base legal da justificativa;
  - Justificativa do fornecedor.
- Itens:

  Possuir painel de gerenciamento de itens que possibilite adicionar itens; alterar itens; cancelar os itens; remover; e copiar banco de preços das solicitações de compras e listas de compras.

  Na operação de adicionar deverá possuir um painel de gerenciamento que permita fazer o filtro das listas de compras que serão vinculadas na compra direta.

Permitir este filtro por Listas de compras; por Estrutura administrativa; por Classificação de itens; e por Itens.
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de percentual;
Permitir realizar análise em massa dos itens que serão vinculados nas compras diretas por aplicação de valor;
Permitir detalhar a quantidade de itens por estrutura administrativa quando o item tiver várias origens diferentes (quantidade unificada nos itens fruto da somatória das quantidades das diferentes estruturas administrativas que pediram o mesmo item).
Permitir cancelar itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;
Permitir remover itens da compra direta desde que esta esteja em digitação;

Responsáveis:

Permitir informar responsabilidades na compra direta e as respectivas pessoas (responsáveis);

Permitir editar uma compra direta desde que esta não tenha sido encerrada;
Permitir trabalhar com tipo de avaliação global (um único lançamento de valor por fornecedor para toda a compra direta).
Permitir trabalhar com tipo de avaliação por item (lançamento de valor por item por fornecedor para toda a compra direta).
Permitir vincular uma fonte de preço na compra direta;
Permitir realizar balizamento na compra direta a partir das fontes de preço inseridas;
Permitir definir data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;
Permitir prorrogar a data limite para recebimento de cotações eletrônicas na compra direta;
Permitir iniciar o recebimento de cotações na compra direta;
Permitir pré-selecionar fornecedores para compras diretas que utilizam cotação eletrônica;
Permitir vincular fornecedores por vinculação de banco de preços (cotações) nas compras diretas que NÃO utilizam cotação eletrônica;
Permitir vincular cotação interna em compras diretas. Cotações internas são cotações registradas no sistema pela própria entidade. A entidade recebe as cotações dos fornecedores e registra no sistema.
Permitir vincular cotação eletrônica em compras diretas. Cotações eletrônicas são cotações preenchidas eletronicamente pelos fornecedores no sistema. A entidade cria a compra direta, libera para recebimento de cotações, os fornecedores via sistema preenchem a cotação e a entidade apura a compra direta.
Permitir o preenchimento de cotações eletrônicas diretamente pelo fornecedor (com credenciais de acesso ao sistema);
Permitir visualizar todas as cotações vinculadas a compra direta antes de realizar a apuração do vencedor;
Permitir realizar simulação da apuração antes de efetivar o procedimento;
Permitir desempatar fornecedor segundo o tipo de avaliação (global ou por item);
Permitir apurar o vencedor da compra direta segundo o tipo de avaliação (global ou por item);
Permitir encerrar uma compra direta para que a compra possa seguir para as fases seguintes de contrato e fornecimento;
Permitir estornar encerramento da compra direta desde que esta não esteja vinculada com as fases seguintes (contrato e fornecimento).
Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como o preenchimento de cotações eletrônicas;

Controlar o preenchimento de cotações eletrônicas por aplicação específica para cotação eletrônica (aplicação diferente da aplicação de cotação utilizada pelos usuários internos da entidade);
Permitir preenchimento dos itens de acordo com o tipo de avaliação da compra direta (global ou por item).
Garantir consistência que o fornecedor só possa preencher a cotação eletrônica dentro da data limite de entrega da cotação.
Permitir ao fornecedor preencher a cotação e colocá-la disponível para a apuração da compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação eletrônica caso não deseje mais participar da compra direta e está já não tenha sido vinculada a compra direta;
Permitir ao fornecedor cancelar a cotação caso tenha sido realizada alteração nos itens da compra direta que justifique um novo preenchimento de cotação eletrônica.
Permitir ao fornecedor visualizar suas cotações eletrônicas;
Permitir ao fornecedor emitir listagem de suas cotações eletrônicas;
Permitir gerar processo de alienação;
Permitir consultar os processos licitatórios de alienação/cessão por:

- Período de abertura;
- Número e/ou Ano;
- Modalidade;
- Tipo do objeto;
- Situação;
- Forma de realização;
- e por combinações destes filtros.

Controlar a situação da licitação, se ela está em digitação, em andamento, em retificação, anulada, deserta, fracassada, encerrada, cancelada, suspensa, em disputa, apurada, revogada ou homologada;
Permitir declarar licitação deserta;
Permitir declarar licitação fracassada;
Permitir anular licitação;
Permitir cancelar licitação;
Permitir suspender e retirar suspensão de uma licitação;
Permitir revogar licitação;
Permitir as seguintes modalidades: Concorrência, Leilão, Regime diferenciado de contratação (RDC) e Licitação dispensada;
Permitir informar os responsáveis pela licitação;
Permitir configurar quais os responsáveis da licitação devem ser informados de forma obrigatória na modalidade;
Permitir informar a comissão da licitação;
Permitir informar os documentos para habilitação de licitantes na licitação;
Permitir registrar equivalência de documentos entregues pelos licitantes em sua habilitação;
Permitir informar o representante do licitante em sessão pública;
Permitir inversão de fases de julgamento e habilitação na modalidade de RDC;
Possibilitar realizar o modo de disputa fechado, aberto e a combinação fechado- aberto;
Permitir o lançamento das propostas financeiras do licitante em disputas fechadas;
Deve existir um facilitador para que o fornecedor possa registrar sua própria proposta financeira, em suas dependências, a partir de um arquivo digital que contenha os itens de um processo de alienação específico;

Importação de propostas dos fornecedores via arquivo digital, sem necessidade de redigitação, otimizando o tempo dentro da sessão pública;
Permitir a apuração de propostas fechadas seguidas de lances, conforme critério de avaliação definido em edital, classificando-as de forma ordenada para os lances;
Permitir o desempate manual das propostas financeiras na apuração de propostas fechadas seguidas de lances classificando corretamente conforme legislação para a fase de lances;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas seguidas de lances quando os valores propostos forem menores que os valores mínimos definidos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas e seguidas de lances;
Permitir o registro de lances para disputa aberta com controle de rodada de lances, onde somente os licitantes que não declinaram possam ir para a próxima rodada.
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após encerrar fase de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da fase de lances;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada-aberta ou aberta;
Permitir apuração da disputa aberta individualmente, item a item quando por item, lote a lote quando por lote;
Permitir apuração da disputa aberta em sua totalidade, após finalizar os lances de todos os licitantes;
Permitir negociação com os fornecedores após encerrar-se os lances na disputa aberta. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa aberta;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada após encerrar a disputa aberta;
Permitir apuração do vencedor quando a disputa é fechada, não seguida de lances;
Permitir atualizar a apuração do vencedor desde que o processo de compra não tenha sido homologado;
Permitir a desclassificação automática do licitante na apuração das propostas financeiras fechadas não seguidas de lances quando os valores propostos são menores que os valores mínimos para o processo em edital;
Permitir a desclassificação manual do licitante na apuração das propostas fechadas não seguidas de lances;
Permitir negociação de propostas com os fornecedores após apurar as propostas fechadas não seguidas de lances. Permitir esta negociação não somente com o vencedor, mas com todos os licitantes participantes da disputa fechada;
Permitir visualizar o histórico da negociação realizada para as propostas fechadas;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante antes da fase de julgamento;
Deve permitir habilitação/desabilitação de licitante após a fase de julgamento e troca de vencedor no caso de licitante desclassificado;
Permitir registrar os recursos e seus julgamentos;
Permitir abrir e encerrar sessões públicas;
Controlar operações realizadas durante a sessão pública;
Permitir armazenar os fatos ocorridos na sessão pública;
Permitir gerar pausa e reiniciar sessão pública;
Permitir suspender sessão pública;
Permitir visualizar o histórico da sessão pública dos processos licitatórios;

Permitir visualizar o histórico de operações realizadas nos processos licitatórios.
Permitir adequações de homologações desde que o processo de compra não tenha saldo consumido.
Permitir adicionar preço dos itens do vencedor quando o tipo de avaliação for por lote ou global;
Possibilitar vincular documentos no processo de alienação.
Possibilitar o cadastro de fornecedores, pessoa física ou jurídica, com possibilidade de controle de Certificado de Registro Cadastral.
Permitir cadastrar as informações empresariais do fornecedor com os seguintes dados:

Data de nascimento/constituição;
Natureza jurídica;
Regime de tributação;
Porte empresarial;
Tipo de atuação;
Substituição tributária;
CNAE;
Itens da lei 116/2003;
Simples nacional.;

Possibilitar vincular usuários ao fornecedor, permitindo que um mesmo fornecedor possa realizar movimentações no sistema, como lançamento de propostas, através de seus usuários conectados com perfil de fornecedor.
Possibilitar a inclusão e configuração de diversos tipos (níveis) de Certificado de Registro Cadastral (CRC), indicando quais documentos devem compor o tipo de CRC.
Possibilitar o registro de anotações ocasionais quanto à situação cadastral do fornecedor, para que se tenha um histórico das anotações de cada fornecedor do município.
Possibilitar definição de grupos de documentos equivalentes quanto à exigibilidade para composição do CRC.
Possibilitar que o fornecedor possa requerer a criação ou atualização de CRC, através de seu usuário com perfil de fornecedor.
Possibilitar que o usuário com perfil de fornecedor possa adicionar/indicar os documentos exigíveis para criação ou atualização de CRC.
Possibilitar que a unidade gestora realize a validação e efetivação dos requerimentos de CRC, permitindo reprovação do requerimento, ou aprovação, que deve gerar automaticamente o CRC.
Realizar a criação automática do cadastro de fornecedor, caso não exista, a partir da aprovação do requerimento de criação de CRC.
Possibilitar o controle automático de data de validade de cada CRC, com base nos documentos que o compõem, ou que a Unidade Gestora estabeleça prazo de validade personalizado para o CRC.
Controlar a validade dos documentos e das certidões vencidas ou a vencer dos fornecedores;
Possibilitar controle de situação cadastral do fornecedor a partir de seus Certificados de Registro Cadastral, os quais possuem período de vigência, podendo ser inativados, inativando assim a situação cadastral do fornecedor, e reativados com atualização dos documentos vencidos, voltando a ativar o fornecedor automaticamente.
Possibilitar que um mesmo fornecedor possua mais de um CRC, desde que sejam de tipos diferentes.
Realizar o controle de fornecedor ativo e apto a participar de processos de compras e fornecimento a partir da situação cadastral do mesmo, e que esta situação seja coerente com a situação de seus CRCs e de suas sanções.

Possibilitar a emissão do Certificado de Registro Cadastral, contendo os dados do fornecedor e os dados dos documentos que compõem o CRC.
Realizar geração automática do resultado do processo de compra ao homologar processos licitatórios ou encerrar compra direta com o objetivo de controlar o saldo de execução orçamentária e dos itens deste processo.
Permitir o acompanhamento de cada etapa de processos de compras, referentes a compra direta, inexigibilidade ou licitações, de qualquer modalidade utilizada na administração pública, através de um único local na aplicação.
Possibilitar alterações e eventuais correções sobre os resultados de processos licitatórios, permitindo substituir participantes, alterar itens, alterar datas, saldos, entre outras características relevantes, guardando cada alteração em movimentação histórica com condição de pesquisa.
Permitir a contratação do segundo classificado quando o fornecedor vencedor deixar de fornecer o material ou de executar os serviços.
Possibilitar que todas as alterações de um resultado de processo de compras sejam simuladas pelo usuário antes de sua efetivação, com a condição de comparações da situação atual diante da prospecção de alteração simulada.
Possibilitar alteração cadastral através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral do processo de compra.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da compra/licitação através de aditivos, posteriores à homologação, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada resultado de processo de compra/licitação.
Permitir o controle de saldo de itens de um processo de compras diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma compra/licitação passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do resultado de compra/licitação, e a vinculação de outros documentos ao resultado de compra/licitação após a homologação.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no processo de compras/liquidação, após a homologação.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos resultados de compras/licitações enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Realizar geração automática das ARP ao homologar processos licitatórios de sistema de registro de preços.
Possibilitar lançamento e controle de qualquer alteração dos dados de compras durante sua execução orçamentária, com gerenciamento e rastreamento histórico de todos os dados, controlando desde alterações de correções cadastrais, como aditivos sobre as ARPs.
Possibilitar alteração cadastral e aditivos através de simulação e controle histórico, permitindo a alteração, exclusão ou substituição de itens, garantindo a consistência de valor geral da ARP.
Possibilitar a inclusão de Carona interno (da própria unidade gestora com CNPJ próprio), ou externo (órgãos e entidades de outras unidades gestoras) em ARPs.
Possibilitar que se realize tipos variados de alterações, conforme disposições legais, dentro de um mesmo aditivo de ARP.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens da ARP através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.

Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de uma ARP diretamente através do consumo por ordens de fornecimento, ou através da criação de contratos.
Possibilitar que a quantidade contratada de itens de uma ARP passe a ser controlada a partir do contrato.
Possibilitar alterações para transferência de saldo de itens entre compradores participantes e caronas da ARP, com simulação, possibilitando análise de proposta da transferência antes da efetivação.
Possibilitar a geração de documento com dados da ARP, e a vinculação de outros documentos à ARP.
Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas na ARP.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos das ARPs enquanto as mesmas estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar o cadastro de contratos de tipos diversos, conforme previsto na legislação, provendo a administração de controle contratual e condição de prestação de contas.
Permitir o cadastro de contratos com as seguintes informações: licitação, objeto, data da assinatura e de vigência, participantes, itens discriminados, dados financeiros, dados de subcontratação, controle de percentuais e limites aplicados ao contrato, controle de cauções e garantias, documentos anexados, anotações, dados das publicações, dotações, estrutura administrativa.
Permitir a tipificação de participantes do contrato em: fiscal, representante legal do contrato e controlador de encargos sociais e tributários.
Possibilitar geração automática de Contratos com base nos resultados de processos de Compras ou nas Atas de Registro de Preços, permitindo ao usuário escolher e definir a quantidade de cada item, com base nos saldos atuais da Compra ou ARP.
Possibilitar a criação automática de contrato permitindo a aplicação de inclusão em massa dos itens no contrato com base em filtros indicando valores ou percentuais definidos pelo usuário a partir dos dados de resultado de compra/licitação.
Garantir consistência e rastreamento de informações dos contratos de compra de produtos e serviços, em relação aos dados originais de seu respectivo processo de compras ou ata de registro de preços.
Possibilitar recursos de alterações cadastrais, apostilamentos e aditivos, registrando e controlando todos os dados históricos e possibilitando a consulta das informações completas do mesmo após cada alteração ou aditivo que tenha recebido.
Realizar o controle de saldo para vínculo orçamentário e saldo dos itens de cada contrato, considerando suas alterações apostilamentos e aditivos.
Realizar o controle dos limites legais de aditivação e de subcontratação de contrato durante a criação de seus aditivos.
Possibilitar a aplicação de alterações em massa dos itens do contrato através de aditivos, com base em filtros definidos pelo usuário.
Possibilitar o controle de saldos tanto para finalidade de execução orçamentária quanto para controle de efetivação de liquidação (entrega) de produtos e serviços de cada ARP.
Permitir o controle de saldo de itens de contratos através do consumo por ordens de fornecimento.
Possibilitar aditivo para rescisão contratual, que possa liberar o saldo não efetivado de itens no contrato, permitindo a criação de um novo contrato.
Possibilitar a geração de documento com dados do contrato, e a vinculação de outros documentos ao contrato.

Possibilitar a vinculação de documentos às pessoas partes envolvidas no contrato.
Validar para que não sejam comprometidos os saldos dos Contratos enquanto os mesmos estiverem com alguma alteração/aditivação em andamento, garantindo assim sua consistência em virtude das possíveis mudanças que possam receber na alteração/aditivação.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir de saldos de itens diretamente de resultados de processos de compras, ARP ou contratos.
Controlar o saldo de itens de cada processo de compra, ARP e contrato, validando para que o saldo contratado seja controlado a partir do contrato, bem como os valores não contratados sejam controlados a partir de sua origem, possibilitando a contratação parcial, conforme a discricionariedade da unidade gestora.
Possibilitar a geração automática de Ordens de fornecimento com base em análise inteligente do sistema, que verifique a disponibilidade de saldos dos itens solicitados pelos setores, nos mais diversos fornecedores (almoxarifados virtuais), classificando por origem de processo de compra e por contrato.
Possibilitar que o fornecedor possa consultar suas ordens de fornecimento, podendo encaminhar o atendimento das ordens que lhe estejam pendentes.
Possibilitar definir o local de entrega dos itens da ordem de fornecimento, indicando um endereço geográfico.
Possibilitar que a liquidação da Ordem de fornecimento (entrega e conferência dos produtos e serviços) possa ser realizada em uma ou mais etapas.
Possibilitar que a ordem de fornecimento gerada, possa ser aprovada antes de ser encaminhada ao fornecedor para atendimento.
Possibilitar a consulta de ordens de fornecimento por meio de filtros diversos definidos pelo usuário.
Possibilitar a geração de ordens de fornecimento a partir das demandas geradas pelos setores, solicitação de itens, propiciando o rastreamento situacional da solicitação.
Validar para que o saldo de item comprometido em uma ordem de fornecimento não seja vinculado em outra, a menos que a ordem de fornecimento inicial seja cancelada, ou atendida parcialmente.
Controlar saldo de itens que não são liquidados pela quantidade, mas pelo valor financeiro, como alguns serviços e obras, possibilitando acompanhamento do valor total financeiro do item na compra, ARP ou Contrato, em relação ao valor liquidado.
Permitir que o usuário acompanhe o saldo das licitações homologadas a cada ordem de fornecimento emitida, distinguindo entre saldo de origem e saldo contratado.
Emitir ordem de fornecimento por estrutura administrativa.
Permitir integração por meio de importação de empenhos.
Permitir integração dos dados de licitações por meio de web service:

Retornar dados gerais da licitação: Modalidade; Ano; Número; Número do processo administrativo; Descrição do objeto; e Situação do processo licitatório.
Retornar dados detalhados do processo licitatório: Tipo de avaliação; Tipo de apuração; Local de abertura; Data de abertura; Data da proposta; Data de julgamento; Data da homologação; Data de adjudicação; Dados da comissão de licitação; Se é um SRP (Sistema Registro de Preços); Se é um Credenciamento; Se é um Chamamento;
Retornar todos os documentos e publicações vinculados ao processo licitatório, através de download.
Retornar os dados de publicação dos documentos vinculados ao processo licitatório: Tipo do documento; Data de publicação; Órgão de publicação do documento; e Meio de publicação do documento.

Retornar dados dos participantes do processo licitatório: Razão social ou nome; Número do CNPJ ou CPF; Data de apresentação de proposta; e, Se o participante é convidado ou não.

Retornar dados dos itens da licitação com arranjo específico por tipo de avaliação, Global, Por lote ou Por item, Tabelas dos registros por número de itens e Valores dos itens por participantes.

Retornar dados dos vencedores da licitação: Nome ou razão social; CPF ou CNPJ; e Valor total.

Retornar dados detalhados de atas de registro de preço: Número e ano da ata; Comprador/es da ata; Sequência de alteração da ata; Itens e/ou lotes da ata; Saldo atualizado da ata;

Participantes da ata; Vencedores da ata;

Possibilitar no portal a apresentação dos itens de cada comprador na Ata de Registro de Preços.

Possibilitar a consulta de dados da Ata de Registro de Preços filtrando por alteração/aditivo que a ARP tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Permitir integração dos dados de contratos por meio de web service:

Retornar dados gerais do contrato: Tipo do contrato; Número; Ano; Sequência; Data de vigência; Contratado; Modalidade da licitação vinculada ao contrato; e Valor.

Retornar documentos do contrato, através de download: Contratos; Aditivos; e Publicações de documentos.

Retornar dados detalhados do contrato: Objeto do contrato; Dados da licitação vinculada (Ano; Número; e Modalidade); Valor inicial do contrato; Dados dos fiscais vinculados ao contrato (Número do ato de nomeação do fiscal; Ano do ato de nomeação do fiscal; CPF do fiscal; Nome do fiscal; e Relatórios produzidos pelo fiscal no contrato).

Possibilitar a consulta de dados do Contrato filtrando por alteração/aditivo que o mesmo tenha sofrido, demonstrando os dados e valores conforme os mesmos se encontravam em cada ocasião.

Documento de abertura de licitação:

Autorização de abertura de processo administrativo de licitação
Solicitação de abertura de processo administrativo de licitação
Declaração de convite
Solicitação de protocolo geral
Balizamento de preços
Solicitação e/ou lista do setor demandante
Certidão de fixação
Solicitação de parecer jurídico para abertura do processo licitatório
Parecer contábil
Parecer jurídico de abertura do processo licitatório
Parecer jurídico de homologação do processo licitatório

Edital de licitação

Ata de licitação

Ata de registro de lance
Ata de recebimento propostas e habilitação
Ata de julgamento da fase de proposta financeira
Ata de licitação deserta
Ata de licitação fracassada

Anexo de ata
Termo de licitação
Termo de adjudicação
Termo de homologação
Termo de anulação
Termo de revogação
Recurso de licitação
Mapa de licitação
Mapa de apuração e classificação de propostas
Mapa de apuração e resultado
Relatório de licitação
Relação de licitação com valores
Documento de compra
Solicitação de item
Solicitação de compra
Lista de compra
Ata de compra e ARP
Ata de registro de preço
Relatório de compra e ARP
Ordem de fornecimento
Ata de contrato
Ata de negociação de contrato
Fornecedor
Registro cadastral de fornecedor

Permitir cadastrar um layout estrutural no sistema que represente o layout que se queira integrar conforme layout e instrução normativa disponível no site do Tribunal de Contas.

Permitir definir campos comuns entre as diferentes estruturas que compõem um layout estrutural.

Permitir definir tipos de campos de um layout estrutural como: Texto;
Data; Número inteiro; Número decimal.

Permitir definir automaticamente os tipos básicos de dados de forma automática (texto, data, número inteiro, número decimal).

Permitir definir configurações do layout estrutural:

Formato de saída da exportação de dados: Arquivo de texto; XML (Extensible Markup Language); e XML Data Packet.
Decodificação do arquivo de saída;
Utilização ou não de quebra de linha no arquivo de saída;
Separador decimal nos campos de valores (ponto ou vírgula);
Separação de campos no arquivo;
Tratamento de valores nulos;
Tratamento de arquivos vazios;
Permitir escrever consulta SQL (Structured Query Language) e vinculá-las com as respectivas estruturas de layout;
Permitir a nomenclatura de arquivo de saída;
Permitir a criação de campos dentro das estruturas de layout, informando: Tipo do campo (conforme tipo criados na estrutura); Se o campo é obrigatório ou não; Se o campo é chave primária na composição do registro da estrutura; A ordem do campo dentre todos os campos criados; Se o campo é gerado em branco ou não; O tamanho mínimo e máximo

do campo; As casas decimais mínimas e máximas do campo; Os caracteres proibidos no campo; O alinhamento do campo (direita ou esquerda); e O formato do campo (máscara).

Permitir exportar dados no formato de saída especificado no layout estrutural.

PORTAL DO FORNECEDOR

O portal do fornecedor deve utilizar multiplataforma (WEB e mobile), independentemente do sistema operacional que se use;

O portal do fornecedor deve ser desenvolvido de forma responsiva, na qual ele se adapta a configuração do WEB Browser utilizado;

Disponibilizar por meio do portal do fornecedor download de arquivos cadastrados pela entidade;

Permitir ao fornecedor a criação, atualização e cancelamento de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor anexar seus respectivos documentos ao(s) seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor consultar a validade de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral).

Permitir ao fornecedor a impressão de seu(s) CRC(s) (Certificado de Registro Cadastral) já aprovado(s).

Permitir ao fornecedor filtrar as ordens de fornecimento solicitadas, podendo ser encaminhado para a unidade gestora para análise e deferimento.

Permitir ao fornecedor consultar todos os processos vigentes ou não que o mesmo tenha participado, devendo permitir ainda:

Consulta às ordens de fornecimento geradas; e

Consulta a todos os itens do processo, incluindo seu saldo.

Possuir aplicação para que o fornecedor possa preencher de forma eletrônica as cotações solicitadas pela entidade.

Permitir ao fornecedor realizar consulta e criação de protocolos de pagamento que estão em tramitação na entidade.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.

Cadastro de grupos e subgrupos para a divisão dos itens, serviços e bens.

Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.

Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.

Cadastro de bens móveis e imóveis com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, número da plaqueta, opção para vincular várias fotos do bem, vínculo com o processo de aquisição, vínculo com a licitação de aquisição, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, natureza do bem, estado do bem, vida útil e valor residual.

No cadastro de bens, possuir as seguintes informações sobre aquisição do bem: fornecedor, número da nota fiscal, data da nota fiscal, data da aquisição, origem, classificação (dominiais, uso

comum, especial), valor na aquisição, data do tombamento, data da alienação, convênio e dados sobre seguro.
No cadastro de bens, quando o mesmo for um veículo, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
No cadastro de bens imóveis, possuir campo para vincular a matrícula do imóvel cadastrado no módulo de tributação.
Possuir rotina para cópias automáticas de um mesmo bem, a fim de agilizar o cadastro de bens com a mesma característica, determinando automaticamente de forma sequencial o número da plaqueta de cada cópia.
No cadastro do bem, quanto aos campos de valor residual e vida útil, sugerir valores automáticos ao usuário conforme parametrização pré-definida.
Controle de alienação de bens que permita o lançamento do valor de venda que pode ser diferente do valor contábil atualizado do patrimônio e também vincular o lançamento de receita oriundo do processo de alienação do ativo.
Em caso de valor de venda menor que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de perdas por alienação.
Em caso de valor de venda maior que o valor contábil, o sistema deverá gerar automaticamente lançamento contábil de ganhos por alienação.
Controle para alienação de bens com pagamento a prazo.
Controle dos bens em comodato (cedido ou recebido), identificando a natureza do comodato e com data de vencimento do mesmo.
Rotina para a transferência de bens entre órgão/unidade com campos para descrever o motivo da transferência.
Rotina para realizar as baixas dos bens, com opção do usuário cadastrar os tipos de baixa que deseja usar (flexível). Esta tela também deve possibilitar informar quem autorizou a baixa, número da lei, portaria e ocorrência (em caso de furtos), possuir também um atalho para emissão do termo de baixa de bem.
Possibilidade do lançamento de vários contratos para o mesmo item licitado, no caso de Sistemas de Registro de Preços e Credenciamento.
Possuir rotina de reavaliação e redução ao valor recuperável de bens em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Permitir o lançamento de vida útil e valor residual para os bens, efetuando cálculo automático conforme padronização de naturezas de bens, contudo permitindo que o usuário altere os valores sugeridos pelo sistema, adaptando-os a realidade, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para registro de data de corte que poderão ocorrer conjuntamente com acréscimos ou decréscimos dos valores dos bens, com impacto contábil em ajustes de exercícios anteriores aumentativos ou diminutivos diretamente no resultado patrimonial, em atendimento às Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotinas para depreciação, amortização e exaustão, com a utilização de cotas constantes e soma de dígitos, em conformidade com as Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público – NBCASP.
Possuir rotina para transferência de natureza de bem, deixando registradas as movimentações com impacto contábil.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de contas.

Emissão de relação de bens com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, podendo ser por ordem alfabética, numérica ou pelo número do tombamento.
Emissão dos bens em comodato com opção de selecionar os comodatos (cedidos ou recebidos) no período.
Emissão de relação de bens por fornecedor com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por grupo e subgrupo, por órgão/unidade, por fornecedor, por natureza de despesa, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão de relação de bens por estado de conservação com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por estado de conservação, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão da ficha do bem com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de aquisição, por órgão/unidade. Este relatório deve conter as seguintes informações: descrição do bem, tipo, valor de aquisição, fornecedor, estado do bem, licitação, valor atual, data da atualização do valor, número da plaqueta, número e data da nota fiscal e natureza da despesa.
Emissão do histórico do bem contendo todas as transferências, reavaliações, depreciações, valorizações e baixas que o bem sofreu, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Emissão do livro inventário com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por órgão/unidade, por origem, por classificação, ainda com opção de ordem alfabética ou numérica.
Emissão dos seguintes termos: baixa, responsabilidade e transferência dos bens.
Emissão de relação de bens por seguradora com os seguintes filtros: por matrícula do bem, por período de vencimento das apólices, por órgão/unidade, por seguradora, podendo ser por ordem alfabética ou numérica.
Possuir relatório que evidencie as depreciações, amortizações e exaustões ocorridas no período, devendo constar em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.
Possuir relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável ocorridos no período, devendo ser emitido em menu de relatórios ou por atalho na respectiva tela de lançamentos.

ALMOXARIFADO

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
Possibilitar o cadastro de vários almoxarifados e controlar os estoques individualizados.
Lançamento das solicitações de itens, identificando quem solicitou, a qual órgão/unidade/local pertence o solicitante e campo para descrever a utilização da solicitação. Também poder lançar mais um item na mesma solicitação.
No cadastro de solicitações, possuir pesquisa rápida para as solicitações pendentes e atendidas.

Lançamento do pedido de compras, unificando várias solicitações sem a necessidade de digitar os itens novamente, podendo os mesmos serem de secretarias/departamentos diferentes.
Lançamento de entrada de itens com integração e importação dos dados de um processo, pedido, licitação e requisição.
Lançamento de saída de itens do almoxarifado através da solicitação do material.
Geração de inventário de itens, com bloqueio dos itens que serão inventariados.
Rotina para a digitação da coleta dos itens de inventário.
Rotina para atualização automática do estoque dos itens do inventário.
Consulta rápida em tela do estoque.
Registro de solicitações internas, onde o usuário poderá solicitar itens do almoxarifado, pelo sistema, podendo ser deferidas ou indeferidas e está por meio desta solicitação sendo possível a saída automaticamente;
Emissão de balancete mensal de itens com opção de filtrar por almoxarifado.
Emissão do comprovante de retirada de itens do almoxarifado com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado e por item.
Emissão de demonstrativo de gastos com os seguintes filtros: por período, por órgão/unidade/local, por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo.
Emissão de demonstrativo de saldos com os seguintes filtros: por período, por almoxarifado e por item.
Emissão do extrato do item com os seguintes filtros: por período e por item.
Emissão de relatório indicando o giro dos itens em um determinado período com os seguintes filtros: por período, por item, por almoxarifado, e qual o tipo da movimentação (entradas ou saídas).
Emissão de inventário com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, com opção de emitir ou não os itens sem estoque.
Emissão de relatório com a posição atual do estoque dos itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por item, por grupo e subgrupo, elemento e subelemento.
Emissão de compras por fornecedor com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de entrada de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, por item e por fornecedor.
Emissão de saída de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por período, e por item.
Emissão de relação para reposição de itens com os seguintes filtros: por almoxarifado, por grupo e subgrupo e por item.

FROTAS

REQUISITOS GERAIS

Cadastro de cidade, bairros e logradouros, onde o vínculo com o cadastro de pessoas deve ser realizado através do código.
Cadastro de fornecedores contendo os seguintes dados: CPF, CNPJ, RG, título de eleitor, carteira de habilitação, PASEP, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, raça, estado civil, sexo, cônjuge, código da rua, código do bairro, código da cidade, observações, nome da mãe, nome do pai, inscrição municipal, inscrição estadual.
Possibilitar o lançamento e vinculação dos fornecedores, quanto aos grupos e subgrupos, classificando o fornecimento de materiais e serviços.
Cadastro de itens com os seguintes dados: descrição sintética e analítica, unidade de medida, classificação de grupos e subgrupos, quantidade mínima e máxima para estoque, opção para

vincular várias fotos do item, vinculação com a contabilidade através do elemento, subelemento e desdobramento da despesa, valor do último custo e valor do custo médio ponderado.
No cadastro de veículos, possuir as seguintes informações: tipo, marca, chassi, placa, cor, ano modelo, ano de fabricação, RENAVAM, combustível, quilometragem inicial, transporte coletivo, tipo de marcador (odômetro ou horímetro) e poder informar mais de um motorista para o mesmo veículo. Também poder informar quais peças e acessórios o veículo possui.
Cadastro dos locais onde haverá a movimentação dos veículos.
Controle de data de vencimento da carteira de habilitação do motorista.
Lançamento de solicitação de veículos com as seguintes informações: quem está solicitando o veículo, qual órgão/unidade/local está solicitando, qual o local que o serviço será realizado pelo veículo, qual o tipo de serviço que será realizado, qual o objetivo do serviço.
Rotina para realizar o agendamento da utilização de veículos.
Controle de entradas e saídas dos veículos da garagem com as seguintes informações: placa do veículo, data e hora da saída, local do serviço, tipo do serviço, código do motorista, data e hora do retorno.
Lançar os abastecimentos dos veículos por saída com as seguintes informações: nome do posto, quantidade de combustível, tipo de combustível, data e hora do abastecimento, quilometragem no momento do abastecimento.
Lançar as trocas de óleos do veículo com as seguintes informações: data da troca, tipo da troca (motor, câmbio, diferencial, filtro de óleo), quilometragem para a próxima troca, data para próxima troca, local da troca e responsável pela troca.
Possuir rotina para gerenciamento de manutenção de troca de óleo dos veículos, que após configuração na UG, deverá exibir tela de alerta, demonstrando o que está “a vencer” ou “vencidos”.
Lançar os gastos com manutenção do veículo com as seguintes informações: código do veículo, placa, fornecedor, local, tipo de gasto, valor, quilometragem no momento do gasto com opção de vincular a itens do almoxarifado ou itens externos.
Rotina para lançar as avaliações sobre o veículo com os seguintes itens a serem avaliados: Lataria, pintura, estofamento, pneus, painel, vidros, faróis, extintor, acessórios, motor, câmbio, freios, alinhamento, balanceamento, direção, ruídos, suspensão e odômetro/horímetro. Data da avaliação e observações.
Geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao TCE-PR de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE-PR no módulo do SIM-AM.

Emissão de demonstrativo de abastecimento com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de demonstrativo de custos os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo de medias os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo, por item, por grupo e subgrupo e por período.
Emissão de demonstrativo por local do serviço com os seguintes filtros: por órgão/unidade, por veículo e por período.
Emissão de relação dos motoristas contendo a validade da CNH.
Emissão de relação com os vencimentos das trocas de óleo.
Relação de saídas e retornos dos veículos, com os seguintes filtros: por período, por motorista, por veículo, tipo de serviço, por local do serviço.

GESTÃO DE ABASTECIMENTOS WEB

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Apresentar todas as funcionalidades da plataforma Microsoft Windows ®.

Pesquisas disponíveis em todas as telas do sistema, evitando memorização de códigos.

Deve ser inteiramente Web, não sendo necessária a instalação de software na entidade, permitindo a disponibilidade através de um navegador de internet instalado em qualquer equipamento com acesso a rede.

Deve ser utilizado o Sistema Gerenciador de Banco de Dados MSSQL Server.

Deve contemplar o conceito de Data Center.

Possibilitar geração e exportação de dados atendendo as necessidades do TCE-PR (SIM-AM), em relação ao consumo dos veículos, máquinas e implementos;

Dos locais de execução:

Postos de combustíveis homologados mediante processo licitatório;

Pátio de unidades de armazenagem própria (veículos/máquinas)

Tanques e bombas próprias.

Disponibilizar cartão magnético para cada veículo/maquinário, que deverá ser individual e intransferível.

Deverão ser fornecidos cartões individuais, sem custo. A quantidade de cartões estará diretamente relacionada com a quantidade de veículos/maquinários da frota municipal. Quantidade que poderá aumentar ou diminuir em razão do aumento ou diminuição da frota.

Cada Cartão Magnético, deverá conter as seguintes informações:

Nome da Entidade;

Nome do Departamento;

Número do Cartão;

Marca/Modelo do Veículos;

Tipo de Combustível

Placa do Veículo;

Plaqueta do Patrimônio.

A empresa vencedora deverá fornecer, além dos cartões individuais, um mínimo de 10% de cartões adicionais “reserva” para utilização em casos excepcionais (extravio, danos físicos, etc) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço.

Os cartões adicionais serão utilizados, afim de não parar a gestão, assim a entidade poderá desabilitar o cartão extraviado e/ou danificado de determinado veículo/maquinário e habilitar um cartão “reserva” para o mesmo.

Os cartões magnéticos personalizados deverão ser confeccionados pela proponente.

Os cartões magnéticos devem possibilitar sua leitura através de terminais POS.

A empresa CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento/bloqueio imediato dos cartões que forem extraviados/furtados, tão logo receba comunicação oficial da CONTRATANTE;

Cada veículo deverá possuir seu próprio cartão MAGNÉTICO, e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.

Os postos de combustíveis licitados, bem como as bombas próprias deverão estar equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

Em casos de perda ou furto de cartões, o Município comunicará a CONTRATADA, por e-mail, ou telefone ou documento oficial. Após a comunicação a CONTRATANTE não se responsabilizará pelo uso indevido do cartão.

Possuir cadastro de pessoas contendo a identificação e o endereço, permitindo o lançamento de pessoas jurídicas, os fornecedores de combustível e pessoas físicas, sendo os motoristas e usuários do sistema, tanto da unidade gestora, quanto dos fornecedores.

Possuir cadastro de usuários, com controle de acesso por perfil de usuários, onde o administrador deve possuir acesso a todos os recursos disponíveis para a unidade gestora, como cadastro de dados, consulta a saldos e extratos, ou ainda, lançamento e transferência de cotas, já o perfil motorista e/ou fornecedor deve possuir acesso a consulta a saldos e extratos de cotas que tenham sido disponibilizados a seus respectivos usuários.
Possuir cadastro de veículos, contendo dados particulares, vinculação a órgão, unidade e local, e tipos de combustíveis possíveis de serem abastecidos.
Possuir cadastro de tipos de veículos, contemplando as espécies de viaturas, ambulâncias, caminhões, tratores, etc.
Permitir o vínculo de vários tipos de combustível para um mesmo veículo.
Possuir cadastro de órgão, unidade e local.
Permitir cadastro e controle dos veículos através do código patrimonial.
Permitir o lançamento de entrada ou saída para uma cota, possibilitando vincular o abastecimento de combustível do veículo para o fornecedor homologado por processo licitatório. Permitir, ainda, inclusão ou remoção de saldo e controle do período da disponibilidade do mesmo.
Permitir a transferência de saldo de cota disponível em um veículo, combustível ou fornecedor homologado a outro. Deve possibilitar a transferência parcial ou total do saldo.
Permitir a desvinculação de determinado cartão devido extravio, furto ou danos físicos, possibilitando o cadastramento de cartão provisório para abastecimento.
Possibilita exportação de dados de abastecimento para o software de Gestão de Frota da CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos xml, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
código do órgão;
data do abastecimento;
tipo de combustível;
hodômetro;
quantidade em litros;
identificação do veículo;
identificação do motorista;
dados do fornecedor.
Permitir cancelamento do abastecimento do combustível licitado.
Permitir o cancelamento de liberação de cota.
Permitir gerenciar os horímetros das máquinas e hodômentros.
Possuir rotina para cadastro de identificadores visando o agrupamento de entrada de combustíveis, permitindo consultas dos valores com filtros por meio destes códigos.
Possuir parametrização para seleção de quantas casas decimais serão utilizadas na movimentação.
Permitir a geração de todos os arquivos para a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, de acordo com layout estabelecido pelo próprio TCE/PR no módulo SIM-AM.
O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:

Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir abastecimentos através da utilização de Terminais POS:
Para utilização do cartão destinado ao veículo, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde através do terminal POS será efetuada a identificação da placa ou número do veículo, bem como verificada a consistência dos valores de hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, saldos autorizados para abastecimento definidos individualmente a cada veículo da frota da Entidade, a quantidade e tipo de combustível.
Após a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um comprovante de transação, contendo todas as informações referentes ao abastecimento realizado no referido estabelecimento, independentemente da solicitação do condutor:
Identificação da Entidade;
Identificação do Posto (Nome, CNPJ e Endereço);
Identificação do Veículo (Placa);
Identificação da Plaqueta (Patrimônio);
Data/Hora do Abastecimento;
Identificação do Órgão/Unidade/Local;
Identificação do Cartão (Número);
Identificação do Veículo:
Hodômetro do Veículo no Momento do Abastecimento;
Nome do Condutor;
CPF do Condutor;
Tipo de Combustível;
Quantidade de Litros de Combustível (Abastecido);
Valor Unitário:
Valor Total (Abastecimento).
Permitir consulta de saldo no Terminal POS.
Emitir 2° Via do comprovante da transação pelo Terminal POS;
Permitir abastecimentos sem a utilização de Terminais POS:
Acessar o sistema com perfil Fornecedor.
Permitir realizar as seguintes operações:
Consultar o saldo dos veículos;
Realizar um abastecimento;
Imprimir comprovantes dos abastecimentos
Cada motorista deverá ter sua identificação validada através de usuário e senha, durante qualquer operação realizada nos postos de abastecimento credenciados.
Permitir emissão do saldo de cotas por veículo, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedores e combustíveis licitados da entidade. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação. A vinculação com o motorista se dará caso ele já tenha realizado algum abastecimento com aquele veículo.

Permitir emissão do saldo de cotas por órgão, unidade e local, demonstrando as cotas disponíveis por fornecedor e combustível. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Permitir emissão do saldo de cotas por fornecedor homologado, demonstrando as cotas disponíveis por órgão, unidade e local e combustíveis. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Permitir emissão da média de consumo por veículo durante os últimos abastecimentos.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por fornecedor homologado em licitação, demonstrando os dados por veículo e combustível. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Fornecedor devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por motorista, demonstrando os dados por veículo e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis e usuários do perfil Motorista devem possuir acesso para consulta apenas das cotas as quais possuam vinculação.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por veículo, demonstrando os dados por fornecedor e combustível licitado. Usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela com todos os dados disponíveis.
Emissão de relação de abastecimentos efetuados por órgão, unidade e local, demonstrando por veículo e combustível licitado. Somente usuários do perfil Administrador devem possuir acesso a esta tela.
Emissão de relação das transações, demonstrando as solicitações de abastecimento realizadas pelos Terminais POS através dos cartões, contemplando os dados de cada transação, como em qual fornecedor foi realizada, para qual veículo, por qual motorista, a quantidade abastecida, data e hora do evento, se a transação foi aprovada e, caso não tenha sido, por qual motivo.
Emissão de relatórios que deverão apresentar a média de consumo por hora trabalhada e quilometragem.
Permitir visualização de painel de gestor com informações gráficas gerenciais.

PROTOCOLO WEB

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

A solução deve ser integralmente Web, dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema;
O sistema deverá utilizar única e exclusivamente WEB Browser para sua execução, possuindo compatibilidade com os principais WEB Browsers do mercado (Mozilla Firefox, Google Chrome, Opera e Safari);
O banco de dados deverá possuir modelagem e implementação em modelo relacional, SGBD padrão MS SQL Server;
Possibilidade de trabalhar em Data Center (hospedagem em nuvem);
Possuir escalabilidade de processos segmentados em vários servidores, conforme escolha do cliente;
O sistema deve possuir controle de segurança através de certificados digitais de segurança, para entrada no sistema;
Possuir sistema de auditoria em toda manipulação de dados feita pelos usuários do sistema (log de alteração);
Possibilidade de salvar os relatórios do sistema em tipos de dados: .DOC, .XLS, .XML, .TXT, .PDF, .ODT, .CSV, .TIFF e .JPEG;

Possuir integração entre módulos, através de base de dados única e consolidada.

REQUISITOS DE ACESSO

Enviar e-mail contendo as senhas (geradas automaticamente pelo sistema) em todos novos usuários cadastrados no sistema;

Possuir controle para renovação de senha, no qual deve ser enviado um e-mail solicitando confirmação da geração de uma nova senha para o usuário em questão;

Possuir controle de acesso de usuários com a possibilidade de criar grupos com perfil específico e determinar quais aplicações o usuário terá acesso;

Disponibilizar dinamicamente o menu personalizado por usuário, conforme suas permissões, visando facilitar o trabalho;

Controlar tempo de sessão inoperante do sistema no navegador, com retorno à tela inicial de login, para segurança do sistema;

Possuir processo de renovação de licenciamento online, sem dependência da empresa prestadora de serviços;

Possuir sistema de "lembrar-me neste computador" sendo parametrizável, podendo escolher usuário ou usuário e senha, pelo tempo determinado pelo usuário em questão e individual por computador;

Permitir a inativação de usuários já cadastrados.

REQUISITOS DE OPERAÇÃO

Possuir janelas de trabalho multitarefa, podendo trabalhar em várias telas ao mesmo tempo, sem a necessidade de atualizar a página;

Possuir menu com possibilidade de filtro, para encontrar funcionalidades de forma fácil e precisa;

Conter buscas facilitadas, através de sugestões pela fonética das palavras, para encontrar informações cadastradas no sistema de forma rápida e precisa;

Possibilidade de montar filtros dinâmicos avançados, através da concatenação de conectores lógicos e de comparações, podendo escolher qualquer atributo dos objetos cadastrais, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a emissão dos relatórios com a possibilidade de escolha para emissão em janelas externas (pop-ups) ou dentro da solução;

Possibilidade de edição dos relatórios do sistema sem a dependência da empresa prestadora de serviços;

Permitir a partir de um relatório selecionado, selecionar qual o modelo deste mesmo relatório que será exibido, com a possibilidade de se criar modelos, sem depender da empresa prestadora de software;

Possuir identificação visual expressiva, em todas as telas de cadastro, para os campos obrigatórios;

Possuir padrão ergonômico visual e operacional em todas as interfaces, que facilite o aprendizado dos usuários na operação do software;

Permitir emissão de listagem dos dados das telas, em todas as aplicações do sistema;

Possuir em todas as telas, texto de ajuda e orientação ao usuário, contendo instruções detalhadas do funcionamento de cada aplicação;

Possuir controle de mensageiro interno para comunicação entre os usuários do sistema (aplicação interna no sistema sem chamar ou se utilizar de aplicações externas seja executáveis ou serviços na internet).

REQUISITOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE USUÁRIOS

Possuir comunicador interno dentro da solução onde permita aos usuários trocarem mensagens e anexar arquivos (exemplo de caixa de entrada de e-mail);

Possuir comunicador interno dentro da solução que notifique automaticamente aos usuários de novas mensagens (exemplo de caixa de entrada de e-mail);
Possuir comunicador interno dentro da solução que permita o envio de mensagens para vários usuários simultaneamente (exemplo de caixa de entrada de e-mail).

REQUISITOS PARA CADASTROS OBRIGATÓRIOS

Possibilidade de expandir cadastros, personalizando com campos dinâmicos e com a escolha dos tipos dos dados, conforme a necessidade da Unidade Gestora, sem a dependência da empresa prestadora de serviços;
Permitir a parametrização dos Calendários apresentando as ocorrências de datas especiais de um exercício, pode ser feriado nacional, municipal ou ponto facultativo, definindo as ocorrências e seus dias úteis;
Configuração para as estruturas administrativas da Unidade Gestora, permitindo adequação de campos quanto ao tamanho do código, e sem limites para o número de níveis da estrutura;
Conter memória de endereços já utilizados, com busca facilitada, por meio de logradouro, bairro, número, CEP e cidade, para utilizar os mesmos endereços, minimizando assim a redundância deles;
Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas;
Permitir no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, a inclusão de mais de um endereço como (correspondência, residencial, comercial e cobrança);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um contato eletrônico (e-mail, homepage, redes sociais etc.);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de mais de um telefone (residencial, comercial e celular);
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de documentos de todos os tipos, podendo ainda, anexar a digitalização diretamente do scanner do computador do usuário que opera o sistema;
Permitir no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, a inclusão de sócios, representantes, identificação de matriz/filial, administrativo e conta bancária;
Possibilitar buscar dados cadastrais na RFB (Receita Federal do Brasil) por meio de serviços na internet para o cadastro de pessoas jurídicas de todos os tipos (empresas comuns, bancos, cartórios etc.);
Ter integração nativa com sistema de gestão de processos\protocolos, aproveitando todo o controle de protocolo e documentos;

REQUISITOS DE PARAMETRIZAÇÕES - GERAIS

Permitir que, ao gravar ou atualizar a parametrização, seja gerado automaticamente o histórico da parametrização;
Possibilidade de parametrizações futuras, cuja data seja o limiar para que a futura se torne vigente sem a interferência do usuário. Com a finalidade de programar alterações comportamentais para toda a solução;
Permitir parametrizar os dados do serviço de e-mail que será utilizado pela entidade para envio de informações por e-mail;
Permitir parametrizar os dados para autenticação no servidor de proxy da entidade (caso seja necessário);
Permitir parametrizar os dados da página inicial do Portal do Cidadão da entidade;
Permitir parametrizar os brasões e cabeçalhos de relatórios da entidade.

REQUISITOS GERAIS PARA A GESTÃO DE PROCESSOS

Permitir o gerenciamento de todo e qualquer tipo de processo;
Permitir configuração de código de barras para autenticação de processos, podendo ele ser impresso numa etiqueta de documento, possibilitando a partir da sua leitura rastrear esses processos via leitor de código de barras;
Permite configurar quais são os documentos obrigatórios para cada tipo de processo a realizar;
Permitir visualizar todo o trâmite executado num processo, ocorrências, anexos, históricos, quem fez, quando fez, o que fez, de qual setor é o usuário;
O sistema deve deixar claro ao usuário onde o processo está e para onde será movimentado a cada execução e avanço do processo;
Permitir a inserção de anexos a qualquer momento da tramitação;
Permitir que os números iniciais de sequências do sistema sejam definidos pelo próprio usuário, a fim de dar sequência aos números já existentes na entidade como: números de processo\protocolo, controle de documentos etc.
Permitir juntada de processos, possibilitando a união de processos, em que os dois poderão ser movimentados juntos até o seu encerramento ou posterior separação (permitir desmembramento ou desapensação de processo);
Permitir arquivamento, extinção e desistência do processo;
Possibilitar empréstimo de processo arquivado bem como o registro da devolução do processo emprestado;
Permitir a suspensão de processo, bem como a retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Permitir a suspensão do processo, bem como a reativação do processo;
Permitir o encerramento do processo, bem como a reabertura do processo;
Permitir o registro de ocorrências durante todo o ciclo de vida do processo, visando registrar os atos e fatos concernentes a tramitação;
Permitir a formação de volume de processo (documentação);
Permitir a juntada de novas peças ao processo, bem como o desentranhamento de documentos;
Permitir o envio do processo para julgamento de mérito por um usuário superior, mantendo o devido registro do deferimento\indeferimento da questão;
Controle de prioridade

Permitir ao usuário utilizar algum método de classificação de prioridade para os processos, de forma apoiar a equipe na identificação e tomada de decisão de quais assuntos são mais importantes (a exemplo: Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)
Permitir ao usuário selecionar uma cor para identificar a prioridade de cada tipo de processo, através da qual os usuários sejam facilmente treinados para decidir quais processos são críticos ou prioritários, bem como quais processos estão em dia ou atrasados em relação a sua previsão de execução;

Armazenamento físico dos processos

Permitir o cadastro e mapeamento via sistema de quais são os locais onde os processos são ou poderão ser armazenados;
Na execução dos processos, permitir que seja cadastrado onde ele estão (temporária ou permanentemente) alocados;

REQUISITOS DE MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

Fluxo do processo

Controlar todo o fluxo do processo através da definição de etapas e fases, isso deve ser definido e personalizado pela própria entidade de acordo com cada tipo de processo que é gerenciado;

Permitir inserir fases condicionais nos fluxos, de forma situações complexas de todo ponto de decisão;
Permitir a restrição de acesso para cada caso a ser fiscalizado, criando uma forma de controle e sigilo sobre situações específicas;
Ter consulta através de um diagrama de todo o fluxo que foi desenhado (o diagrama serve para facilitar a leitura por todos os usuários envolvidos);
Permitir configurar qual estrutura administrativa é responsável por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Permitir a configuração de regras para inserção de documentos, de forma que cada passo do processo possua regras específicas para documentos obrigatórios;
Além dos documentos obrigatórios já previamente configurados no fluxo, permitir a anexação de documentos (imagens, arquivos etc.) em qualquer fase do processo;
Permitir configurar quais usuários são responsáveis por cada fase do fluxo que irá acontecer;
Visando a automação dos processos
Permitir executar as aplicações do sistema (telas) a partir das fases do fluxo, de forma que o usuário não precise trocar de sistema ou tela a medida em que vai executando o fluxo configurado;
Permitir a montagem de checklists de conferência para apoio da execução do fluxo;
Permitir a configuração de perguntas nas fases do fluxo, para apoiar o usuário na decisão do fluxo;
Apesar de todo o controle de fluxo, permitir a realização de processo sem a obrigatoriedade de ter um fluxo determinado previamente;

REQUISITOS PARA GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS

Permitir parametrizar documentos por tipo de documentos;
Permitir parametrizar documentos
Quanto a edição ou não do ano e número de documentos;
Controle de validade;
Controle de publicação;
Permitir controle para que outras unidades gestoras conectadas na mesma base de dados visualize e\ou atualize o documento;
Controle de data de emissão;
Controle da sequência de emissão;
Permitir configurar campos personalizados relacionados ao tipo do documento sem a intervenção da prestadora de software, para que a entidade possa expandir os controles e cadastros dos documentos;
Permitir configurar através de quais outras aplicações os documentos serão manipulados ou inseridos no sistema;
Permitir parametrizar documentos quanto a extensões de arquivos permitidas;
Permitir parametrizar documentos para trabalharem com documentos externos ao software;

REQUISITOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA E DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinatura eletrônica e digital:
Permitir vincular vários signatários em solicitações para assinaturas eletrônicas e digitais;
Permitir notificar usuários via e-mail sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir notificar usuários via comunicador interno do sistema, sobre solicitações de assinaturas eletrônicas e digitais pendentes;

Permitir assinar eletronicamente e digitalmente via aplicação interna da solução.

Assinatura eletrônica:

Permitir parametrizar se é exigido usuário e senha do sistema em assinaturas eletrônicas via e-mail;

Permitir assinar eletronicamente via e-mail do usuário. Toda a troca de informações e assinatura eletrônica ocorrerá por serviços na internet.

Assinatura digital:

Permitir assinar digitalmente conforme assinatura digital homologada junto à ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira);

Permitir assinar digitalmente com assinador próprio da prestadora sem intermédio de sistemas e/ou controles de terceiros.

REQUISITOS ESTRUTURAIS DE RELATÓRIOS

Permitir personalizar relatórios definindo seu leiaute a partir de ferramenta incorporada ao software; sem necessidade de intervenção da prestadora de software, como por exemplo: definir banda de dados, campos, rótulos etc.;

Permitir criar filtros personalizados para utilização em relatórios;

Permitir ao usuário criar relatórios personalizados sem a intervenção da prestadora de software, definindo sua consulta SQL (Structured Query Language) para busca dos dados no banco de dados;

Permitir criar relatórios a partir da cópia de relatórios já existentes no sistema, para que possam ser personalizados;

Permitir emitir relatórios de processamento pesado em execução assíncrona (execução em segundo plano) com checagem de conclusão da emissão.

EMISSÃO DE TERMOS E DEMAIS EMISSÕES

Permitir a emissão de termos de processo para cada movimentação especial que ocorrer:

Juntada de processos;
Suspensão de processo;
Retirada de suspensão de processo;
Renumeração de folhas;
Reativação de processo;
Reabertura de processo;
Ocorrência;
Juntada de peças;
Julgamento de mérito;
Formação de volume de processo;
Extinção de processo;
Encerramento de processo;
Empréstimo de processo;
Emissão de termo de processo;
Devolução de processo emprestado;
Desmembramento de processo;
Desistência de processo;
Desentranhamento de documentos;
Desapensação de processo;
Desacautelamento de processo;

Arquivamento de processo;
Acautelamento de processo;
Permitir a emissão da capa do protocolo
Permitir a emissão de relatório detalhado do protocolo

GESTÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Cadastro único de clientes/usuários, independentemente do número de matrículas vinculadas a um mesmo cliente/usuário.
Cadastro de Motivos que poderão ser utilizados para efetuar corte de água.
Cadastro de Tipos de Ocorrências que impedem a realização de leituras nos clientes/usuários.
Cadastro de Valores para cobrança de fatura com: flexibilidade de alteração; tabela de valores mensal; divisão por faixas de valores; parâmetros por M3 de consumo.
Cadastro de Categorias (comerciais, residenciais, industriais e outras) com possibilidade de vinculação de descontos; informação sobre cobrança de taxa para esgoto.
Cadastro de diferentes Taxas Mínimas e Serviços.
Cadastro único de pessoas (futuros clientes/usuários) com informações completas do: endereço; documentos; nacionalidade; conta bancária; dentre outras.
Cadastro de Matrículas separado do cadastro de pessoas (clientes/usuários).
Cadastro de Agentes bancários e Agentes arrecadadores;
Cadastro de Estações de Tratamentos de Água e Esgoto;
Cadastro e controle de: marca de hidrômetros; tipos de perdas; macromedidores;
Rotina para Acerto de Leituras e lançamento de ocorrências que impedem a retirada da leitura;
Rotina para cálculo de faturas com possibilidade de cálculo por ciclo, setor, rota e matrícula.
Consultas “On-line” de faturas, serviços, parcelamentos, consumos, taxas, débitos e pagamentos;
Rotinas de remessa e retorno de Débito em Conta Automático com diversos agentes bancários.
Cobrança automática na próxima fatura de 2º via de conta.
Baixas de arrecadação de forma manual e automática através de arquivo retorno dos agentes arrecadadores.
Rotina de parcelamento de débitos em atraso com opção de cobrança na fatura ou individual.
Rotina de cancelamento de parcelamentos realizados.
Lançamento de Taxas diversas de maneira geral ou individual.
Possibilidade de consulta e remoção de Juros, multas e correções.
Rotinas operacionais de: encerramento de mês; calendário para definição de dias não úteis; definição de relatórios por módulos; definição de barra de ferramentas; cadastro de usuários do sistema; definição de níveis de acesso
Cadastro de Informações Básicas sobre as Redes de Água e Esgoto do Município com: ciclo, setor, rota; tipo de rede (PVC, Ferro, outras); Dimensão da Rede; Pressão; Profundidade; Totais de tubos e redes em metros ou KM; origem da água; dentre outras informações.
Possibilidade de lançamento de leituras mensais de forma manual e automático, através de importação de leituras de coletores.
Cadastro de Mátriculas contendo os seguintes dados: codificação em ciclo, setor, rota e sequência; número do hidrômetro; endereço da matricula; categoria da matricula; total de economia da matricula; dados de esgoto; perfil de consumo da matricula; vinculação ao imóvel; vinculação ao cadastro de pessoa; dia base para vencimento; opção de debito em conta; opções de isenção; dados do hidrômetro;
Emissão de Fatura mensal; fatura de parcelamento; 2º via; conta serviço, individualizadas;
Controle de Inadimplência: Possibilidade de realizar o controle utilizando a opção de gerações em massa, otimizando o tempo e eficácia do gerenciamento das ligações que estão inadimplentes.

Facilita os lançamentos dos serviços de cortes com ou sem cobranças adicionais, controla os serviços realizados e não realizados de forma ampla.
Possibilita emissão de relatórios para melhor gestão dos inadimplentes antes mesmo que ocorra o serviço de corte para melhor análise situacional. Permite emissão da conta do serviço em massa e aviso de débitos pagáveis também em massa.
Emissão de Aviso de Débito pagável, com código de barras englobando todos os meses em atraso.
Controle de Créditos e Débitos referentes a pagamentos a mais ou menos, com como acréscimos por pagamentos em atraso.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Lançamento e Controle de Serviços, com informações: solicitante; tipo de serviço; motivo; previsão; status do serviço; emissão em conta de fatura ou conta específica de serviço.
Rotina de baixa de serviços com opção de definir: nível de satisfação; quantidade de parcelas; mês e ano a ser cobrado o serviço; forma de cobrança (fatura ou conta serviço); status atendido ou indeferido;
Emissão de todos as faturas (consumo, serviço, parcelamentos, taxas) com código de barras.
Controle gerencial administrativo dos serviços da unidade: manobras realizadas; coletas para exames; tratamentos de água; perdas justificadas;
Controle automático de desconto para pagamentos duplicados. Desconto em contas futuras.
Disponibilizar controle de Dívida Ativa com geração automática de Lançamentos;
Geração e Emissão do Livro de Dívida Ativa;
Manter integração dos débitos do exercício com os Débitos inscritos em Dívida Ativa;
Possibilidade de incorporar na Dívida Ativa, de forma manual, os devedores de anos anteriores;
Possibilidade de realizar Cancelamentos de Dívida Ativa, com o registro dos motivos correspondentes;
Disponibilizar o controle de débitos a prescrever;
Relatórios Gerenciais, Operacionais e Administrativos, tais como: Débitos para corte; contas emitidas; contas não emitidas; relatório de pagos e pendentes; resumo diário de pagamento; relatório de faturamento; B.D.A; conferencia de movimentos; Extrato de Parcelamentos; comunicado de atraso; leituras realizadas ou não; serviços faturados; população abastecida; dentre outros.
Disponibilizar recursos de Integração com o Software de Contabilidade, através da Exportação de Lotes de Arrecadação, permitindo o lançamento automático da arrecadação diária;
Disponibilizar de recurso para Emissão Simultânea de Faturas, possibilitando a transmissão aos coletores de dados; emissão de faturas pelo sistema laser no padrão FEBRABAN; atualização do histórico;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

REQUISITOS GERAIS

Disponibilizar portal que permita qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o protocolo e receber respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.
Disponibilizar consultas online das informações do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema.
Disponibilizar acesso por perfil classificado em usuário e cidadão.
Permitir ao usuário, servidor da entidade, fazer as devidas atualizações ao Portal de forma prática e sistematizada, possibilitando manter o portal devidamente atualizado para pesquisa do cidadão.

Permitir que o cidadão tenha amplo acesso ao portal, dispondo as informações de forma temática, que atenda aos requisitos da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e que faça encaminhamento de pedidos de acesso à informação, acompanhamento de protocolo e recebimento de respostas da solicitação realizada para órgãos e setores da Entidade.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado NORMAS DE ACESSO A INFORMAÇÃO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:

Íntegra da Lei Federal nº 12.527/2011;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.724/2012;

Íntegra da LC nº 101/2000;

Íntegra da LC nº 131/2009;

Íntegra do Decreto Federal nº 7.185/2010;

Íntegra das eventuais normas locais que tratam do acesso à informação [Lei Estadual ou Municipal e Decreto de Regulamentação (se houver), bem como de toda legislação relacionada ao acesso à informação aplicável ao órgão.

Disponibilizar componente de acesso denominado NORMAS, LEIS E DECRETOS DA ENTIDADE como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens dentro deste escopo especificado.

Disponibilizar componente de acesso específico denominado ESTRUTURA ORGANIZACIONAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Estrutura organizacional do órgão: composição, estrutura e organograma. Informações e registros da competência: com informação sobre a jurisdição e a atribuição e informações sobre atividades exercidas pelo órgão ou entidade, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços. Base jurídica da estrutura institucional. Constituição Federal, Constituição Estadual, legislação aplicável (Lei Orgânica, Regimento Interno, etc.). Estrutura física: endereço das unidades, telefones e horário de atendimento.

Disponibilizar consultas de processos realizados pelo município, demonstrando o número, data, modalidade/processo licitatório, despesa, valor e aditivos.

Disponibilizar consultas com detalhamento dos contratos realizados pelo município, demonstrando o número/ano/sequência, data, contratado, valor e detalhes de contrato, aditivo e publicações.

Disponibilizar componente de acesso AÇÕES E PROGRAMAS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Descrição dos programas, projetos e ações, com informações concernentes à implementação, acompanhamento e resultados, bem como metas e indicadores propostos.

Disponibilizar componente de acesso ORÇAMENTO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Orçamento atualizado da unidade/instituição do exercício em curso, devendo informar o orçamento inicialmente aprovado e os eventuais ajustes realizados ao longo do exercício.

Disponibilizar componente de acesso Relatório LRF como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relatórios da Gestão Fiscal em conformidade com a LRF.

Disponibilizar consultas online de despesas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a despesa da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.

Disponibilizar consultas de despesa por período filtrando por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade gestora e período, fornecendo dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor, estornado.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias inscritas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: data, conta, processo, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas Extra Orçamentárias pagas com filtro por unidade gestora, favorecido, período, agrupado ou não por favorecido, com dados tais como: conta, valor, valor pago e saldo.
Disponibilizar consultas de diárias com filtro por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar componente que permita consulta de despesa por favorecido, com filtro por exercício, unidade gestora, favorecido, período, com dados tais como: CPF/CNPJ, favorecido e valor empenhado.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das despesas do município, informando número do documento, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento de determinada despesa, onde todas as informações da mesma serão apresentadas, inclusive os documentos relacionados.
Disponibilizar consultas de licitação por período com filtros por modalidade, licitação, período, data de abertura, unidade gestora, situação e objeto com dados tais como: modalidade, licitação, processo, objeto, situação e documento.
Disponibilizar consultas de passagens com filtros por unidade gestora, favorecido e período, com dados tais como: data, empenho, favorecido, histórico e valor.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por suprimento de fundo com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar consultas de despesas reembolsáveis por reembolso com filtros por período, favorecido, documento ou elemento de despesa, fase da despesa, incluindo ou não empenhos estornados ou anulados, unidade, gestora e período, com dados tais como: documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, valor e estornado.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de despesa.
Disponibilizar componente que permita consulta de detalhamento diário de receita com dados tais como fonte de recursos e valor.
Disponibilizar consultas com detalhamento diário das receitas do município, informando a espécie, data, número do lançamento, unidade gestora, receita e valor. Deverá haver também a possibilidade de detalhamento do lançamento, onde todas as informações do mesmo serão apresentadas.
Disponibilizar consultas de empenhos a pagar processados, sendo possível filtrar pela data do empenho ou pela data de liquidação. Possibilitar a consulta de empenhos de restos a pagar. Propiciar a ordenação dos empenhos por fonte de recurso, demonstrando fornecedor, data, número, parcela e valor a pagar. Fornecer detalhamento dos empenhos por processo licitatório e descrição.

Disponibilizar componente que operações financeiras por exercício, unidade gestora, tipo de conta bancária ou de caixa, conta, fundo e período, fornecendo dados tais como: conta, lançamento, data, tipo de documento, histórico, valor e tipo de lançamento DB/CR.
Possuir controle de publicações com código, título, data de publicação e exercício. Disponibilizar para download e visualização, os documentos relacionados à publicação.
Permitir consulta de quadro de pessoal, disponibilizando números de cargos comissionados, cargos efetivos, número de empregos públicos preenchidos por unidade gestora ou consolidado. Permitir filtrar por mês e exercício.
Disponibilizar componente que forneça quantitativo de cargo por exercício, unidade gestora, cargo, com dados tais como: cargo, cargo existente, lotação, vagas.
Disponibilizar consultas online de receitas do município em tempo real. Tais consultas devem ser acessadas por qualquer cidadão, sem a necessidade da existência de cadastro para acesso ao sistema. Tal funcionalidade deverá cumprir as normas estabelecidas na Lei Complementar 131, de 2009, que obriga levar ao conhecimento público, o lançamento e o recebimento de toda a receita da unidade gestora, inclusive os referentes a recursos extra orçamentários.
Disponibilizar componente de acesso CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Disponibilizar todos os processos, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, resultados de provas, etc., até os atos de nomeações.
Disponibilizar componente de acesso LEGISLAÇÃO DE PESSOAL como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Estatuto do servidor ou legislação equivalente.
Legislação consolidada e atualizada do plano de cargos e salários, com Tabela de Remuneração.
Lotacionograma detalhado por órgão:
Relação de cargos, empregos e funções, com indicação do quantitativo autorizado em lei, dos providos e vagos;
Disponibilizar consultas de servidores ativos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores inativos, demonstrando nome e CPF. Permitir filtro por mês, ano e unidade gestora.
Disponibilizar consultas de servidores de férias ou licença, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores de cedidos para outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores cedidos por outros órgãos, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas de servidores temporários, demonstrando nome, CPF, cargo e lotação. Permitir filtro por mês, ano, unidade gestora, secretaria, departamento, lotação e cargo. Realizar o filtro individualizado.
Disponibilizar consultas dos fundos municipais com dados como número do documento, itens, data, fase, espécie, órgão, unidade gestora, elemento de despesa, favorecido, favor e estornado.
Permitir a consulta de transferências financeiras realizadas para terceiros, demonstrando número, lei/ano, finalidade, total orçado, total liberado, saldo a liberar, data do término do pacto. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando os números de

empenho, histórico, data, valor, detalhes da despesa, fonte de recurso. A consulta deverá ser filtrada por exercício, unidade gestora, tipo de transferência (convênio, subvenção ou ambos), data da firmação do pacto ou data de pagamento do mesmo.
Permitir a consulta de transferência voluntária demonstrando destinação, fonte repassadora, valor previsto, valor recebido, valor a receber e prazo. Apresentar também os movimentos detalhados para a transferência, demonstrando detalhadamente as informações pertencentes à categoria orçamentária das receitas. A consulta deverá permitir filtro por exercício, unidade gestora e período (data inicial e final).
Disponibilizar o componente de acesso TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A TERCEIROS como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Texto da lei específica autorizadora, se houver, ou fundamento legal aplicável. Íntegra dos Convênios, Termos de Parcerias e congêneres firmados, inclusive com o plano de aplicação, a especificação das etapas de cumprimento das obrigações, repasses e atingimento das metas estipuladas, listados por ano de celebração. Identificação, com CPF ou CNPJ e, se for sociedade empresarial, com o nome dos sócios da pessoa jurídica que compõe o termo, quer como beneficiada, quer como repassadora de recursos. Termos aditivos e apostilas, acompanhados da publicação. Nota de empenho do valor e parcelas, respectivas, do auxílio ou subvenção econômica. Nota de empenho correspondente ao contrato, aditivos e apostilas. Íntegra dos Convênios disponíveis para serem firmados.
Disponibilizar o componente de acesso aos bens patrimoniais com dados tais como: número do tombamento, data, matrícula, descrição do bem patrimonial, data de aquisição, tipo e detalhe.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar os conselhos municipais, sua descrição, data de vigência inicial e final e detalhes. Permitir filtrar conselhos ativos.
Disponibilizar o componente de acesso que permita consultar veículos, com dados de placa, chassi, código RENAVAM, detalhes e lotação.
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como: Relação de todos os órgãos da administração direta e indireta. Legislação atualizada e consolidada do Poder Executivo (decretos, portarias, instruções normativas, etc.).
Disponibilizar o componente de acesso INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO como grupo inserido no componente PUBLICAÇÃO para atender itens tais como:
Membros.
Composição da Mesa Diretora.
Sessões Plenárias (calendário, pautas e atas, devendo conter planilha de votação das deliberações).
Audiências Públicas (calendário, pautas e atas).
Composição das comissões e Calendário das reuniões e respectivas pautas.
Fluxograma da Tramitação dos projetos.
Projetos por parlamentar.
Atos da Mesa.
Atos da presidência.
Lista de presença dos parlamentares nas sessões e reuniões das comissões.
Legislação atualizada e consolidada.
Disponibilizar o componente de acesso LINK DO DIÁRIO OFICIAL.
Disponibilizar o componente denominado FALE CONOSCO que contemple dados tais como: nome do cidadão, telefone, e-mail, assunto e mensagem.
Disponibilizar o componente denominado CONSULTA DE CONTATO POR PROTOCOLO que contemple dados tais como: número do protocolo, situação, nome, telefone, e-mail, assunto, mensagem, resposta e anexo.

Disponibilizar o componente denominado ESTATÍSTICA DE CONTATO que filtre as estatísticas nos últimos 30 dias, 60 dias ou data especificada, com agrupamento por faixa etária, escolaridade, opção sexual, classificação.
Possibilitar que todas as consultas possam ser exportadas para arquivos nos formatos: PDF, XLS, RTF.
Disponibilizar o componente denominado GLOSSARIO que contemple o significado dos principais termos utilizados no Portal da Transparência.

BUSINESS INTELLIGENCE

REQUISITOS GERAIS

Permitir agendar a inserção das informações nos gráficos automaticamente.
Permite selecionar no gráfico a entidade que deseja consultar.
A solução deverá conter a capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário na elaboração das visões e dos dashboards;
A solução deverá conter a possibilidade de utilizar SQLs, funções e procedures criadas nos bancos de dados, para utilização em relatórios ou análises;
A solução deverá possibilitar a criação de novos cenários, em cima de novas necessidade e demandas levantadas pelos diversos setores que compõe a Prefeitura Municipal;
A solução deverá possuir funcionalidade de exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (XML, PDF e Excel formatado);
A solução deverá permitir de forma nativa a inclusão de várias formas de visualização (Mapas, Dashboards, Gráficos e Tabelas) em uma mesma tela criando um Painel de Controle, sem que para isto seja necessária a utilização de hiperlinks ou sobreposição de imagens;
A solução deverá conter de forma nativa (sem programação ou customização) a visão de todas as informações e configurações das métricas apresentadas em um único local e uma única visão;
A solução deve ter inteligência para entender que o acesso pode ser feito através de TABLETS e Smartphones dos sistemas Operacionais Android e IOS, e a apresentação nesses dispositivos deve ser adequado ao seu formato;
A solução deverá dispor de variedade de formas de análises – gráficos, tabelas, relógios, velocímetros, relatórios, geração de arquivos em formato PDF, links WEB, exportação de tabelas para planilhas eletrônicas;
A solução deverá permitir a interatividade entre as análises de um mesmo dashboards, onde as alternâncias de indicador, dimensão, filtro e drill em uma das análises reflitam automaticamente nas demais, de forma dinâmica.
A solução deverá possuir recursos que permitam a alternância de um estilo de gráfico para outro estilo, sem necessidade de reconstrução da análise. Exemplo: alterar a representação de uma análise no formato de gráfico de barras para gráfico de pizza;
A solução deverá permitir a representação da comparação dos valores dos indicadores com mesmo período de exercícios diferentes;

ÁREA TRIBUTÁRIA

Possuir gráfico do valor anual inscrito em dívida ativa corrigida, bem como do valor acumulado anualmente da dívida ativa corrigida.
Possuir gráfico do valor lançado do tributo.
Apresentar informações como valores dos pagamentos a vista, dos pagamentos parcelados, das isenções concedidas, dos descontos concedidos no pagamento à vista, das inscrições em dívida ativa, das suspensões, dos cancelamentos, das diferenças de pagamentos (a maior e a menor) e das remissões.

Apresentar detalhamentos dos valores por bairros, logradouros, distrito / setor e contribuinte nos painéis de pagamento à vista, pagamento parcelado, índice de inadimplência, descontos concedidos no pagamento à vista e cancelamentos.
Apresentar valores lançados, pagos, em aberto por bairro;
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por logradouro.
Apresentar detalhamento geral dos valores lançados, pagos, em aberto por distrito / setor.
Apresentar detalhamento por contribuinte no painel de diferença de pagamentos (a maior e a menor), mostrando o valor lançado, valor a pagar, valor pago e a diferença em questão.
Detalhamento por ano de valores pagos, cancelados e suspensos.
Detalhamento geral por ano com os valores lançados e pagos.
Quanto de tributo esta pessoa já pagou para o município.
Quanto de tributo esta pessoa está devendo para o município, discriminando os tributos vencidos e a vencer.
Quantos imóveis esta pessoa possui no município.
Dashboard que apresente visão do comportamento da arrecadação da Dívida Ativa (Anual/Mensal/Diária);
Dashboard que apresente os cancelamentos/ supressões da dívida ativa do município;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes pagadores da dívida ativa de forma amigável;
Dashboard que possibilite identificar os contribuintes que tiveram suas dívidas canceladas através de processo administrativo;
Dashboard do Imposto Territorial Predial Urbano que apresente visões de Totais de lançamentos efetuados pelo Município x Totais de receitas arrecadadas;
Dashboard que apresente em qualquer tributo o índice de inadimplência dos contribuintes;

ÁREA ADMINISTRATIVA DE FOLHA DE PAGAMENTOS

Possuir gráfico comparativo da distribuição de servidores públicos da entidade agrupados com a quantidade de servidores públicos selecionados por organograma.
Possuir gráfico dos valores calculados em folha de pagamentos referente aos eventos fixos e variáveis.
Permitir a criação de colunas virtuais onde códigos SQL (Structured Query Language), possam ser inseridos de acordo com a necessidade do usuário. Essas colunas podem fazer parte das consultas geradas.
Desdobrar os gastos por mês e visualizar movimentos de pessoal, admissões, demissões, além de valores gastos específicos por funcionário.
Dispor de detalhamentos, tais como despesas com férias, cargos comissionados, horas extras e parte patronal.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO

Entende-se como implantação, todos os serviços necessários ao normal funcionamento da Administração Direta, Indireta abrangidas, dentre os quais: instalação, parametrização, configuração, treinamento, customização, migração e conversão de informações existentes e necessárias à operação dos softwares.

Os serviços serão executados na Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT.

DA MIGRAÇÃO

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, com disponibilização dos mesmos pelo Município.
Os prazos pré-estipulados são:

Primeira Etapa: análise do banco de dados – na sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Segunda Etapa: migração do banco de dados – na Entidade /sede da empresa: 05 (cinco) dias;

Terceira Etapa: conferência, ajustes e migração definitiva – na Entidade: 05 (cinco) dias.

Prazo máximo de migração, a contar da data de assinatura do contrato: 15 (qunze) dias, incluindo todas as etapas citadas acima.
A Conclusão e aceitação dos serviços de migração/conversão de dados, após a realização de testes será efetivada por ato formal da Prefeitura, que atestará a conversão das bases e a sua integridade.

DA INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

A empresa vencedora do certame terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato, para concluir todo o processo de implantação, que inclusive deve considerar o prazo máximo de migração (item 8.1).
Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: entrega, instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajustes nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.
Acompanhamento dos usuários, na sede da Prefeitura, em tempo integral na fase de implantação do objeto.
O recebimento pelo aceite dos sistemas licitados, deverá ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.
Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.
A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.
A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.
A aceitação dos serviços de implantação, após a realização de testes, será efetivada por ato formal da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que atestará a operacionalidade dos softwares e, por amostragem, a adequação das funcionalidades às exigências editalícias.

DOS TREINAMENTOS

Entende-se por treinamento a promoção de atividade a cargo da CONTRATADA, voltada à capacitação da CONTRATANTE, seus funcionários e/ou prepostos, tornando-os aptos a operação dos sistemas.

Se a vencedora do processo licitatório não for a atual detentora do contrato de fornecimento de software, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e analistas de TI para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas e seus respectivos módulos, abrangendo os níveis funcional, gerencial e técnico, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
Público alvo;
Conteúdo programático;
Carga horária de cada módulo do treinamento;
Processo de avaliação do aprendizado;
Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc).

O treinamento deverá ser realizado para todos os usuários indicados pela entidade, a serem divididos entre os diversos sistemas, conforme a conveniência da Prefeitura de Paranaíta/MT e deverá ser realizado concomitante com a implantação, compreendendo o uso das funções do software pertencente à sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem utilizadas, uso das rotinas de segurança e demais rotinas de simulação e de processamento;
As turmas deverão ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de (10) (dez) participantes;
No treinamento deverão ser abordados aspectos acerca da operacionalização e funcionamento de cada sistema e módulo instalado, bem como de rotinas de backup diários e deverá incentivar o uso de relatórios gerenciais, exemplos e situações temáticas variadas.
O treinamento não poderá limitar-se a pura transferência de conhecimentos, mas também resultar em aplicações práticas dentro do contexto de gestão pública.
O prazo máximo para a realização de todos os treinamentos, respeitando as cargas horárias mínimas solicitadas (conforme item 8.2), será de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do contrato.
A CONTRATADA poderá utilizar local(is) cedido(s) pela Prefeitura de Paranaíta/MT para a realização dos treinamentos solicitados, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA apenas equipamentos e materiais a serem utilizados, como por exemplo, projetor multimídia e notebook para uso do instrutor durante os treinamentos.
Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a Administração convocará a Contratada para efetivação de programa de treinamento de usuários.
Estes treinamentos serão realizados em ambiente a ser fornecido pela Entidade e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

CASOS ESPECÍFICOS DE PRORROGAÇÕES

A empresa contratada poderá pedir prorrogação de prazos dos processos relacionados à implantações, nos seguintes casos:

Falta de estrutura adequada (computadores, rede, servidores e internet), de obrigação da Entidade, que comprovadamente forem identificados.
Atraso na liberação oficial do banco de dados para a etapa de migração definitiva.
Inadimplência da Entidade Municipal no processo de conferência dos dados, pela falta de fornecimento e execução de participação de servidores municipais, responsáveis pelos departamentos envolvidos, no processo de conferência e validação da migração, que comprovadamente prejudiquem o andamento dos trabalhos.
Atraso no processo de capacitação por falhas na logística de treinamento de responsabilidade da Entidade Municipal.

LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS

Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por:

a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas.
b) Vírus de computador e/ou assemelhados.

c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos.
d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador.

A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada;

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Prefeitura Municipal de PARANAÍTA-MT se obriga, nos termos previstos no Edital a:

7.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;
7.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

7.2. Os itens serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:
a) Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

7.2.1. O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela prefeitura mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal.

7.3. O recebimento provisório dos itens adjudicados não implica sua aceitação definitiva.

7.4. O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária.

7.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente da Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT.

7.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos no Edital;

7.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

7.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.11. Todos os encaminhamentos e o controle dos serviços objeto deste será de responsabilidade das Secretarias Municipais solicitantes.

7.12. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos.

7.13. Os itens deverão ser recusados pela contratante nas seguintes hipóteses:
a) Se forem fornecidos em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste contrato;

7.14. O recebimento dos itens far-se-á sempre que solicitado pela Secretaria mediante apresentação de Nota Fiscal.

7.14.1. O recebimento provisório do(s) item(s) não implica sua aceitação definitiva.

7.14.2. O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA
DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação. Devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável.

8.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

8.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO COM AS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE ANEXO À NOTA:
a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;
e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

8.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA.

8.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

8.6.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida;
8.6.2. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições

nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
8.6.3. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado no instrumento contratual;

8.7. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

8.8. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato.

8.8.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado.

8.9. Não haverá pagamento parcial da nota.

8.10. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

8.10.1. Banco: ....., Agência: ....., Conta corrente: .....;

CLÁUSULA NONA
DO EMPENHO

9.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, poderá, a critério deste Município, ser substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

9.2. A CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

CLÁUSULA DÉCIMA
DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO REAJUSTE DE PREÇO

11.1 Os preços do presente contrato manter-se-ão inalterados pelo período de sua vigência, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços do presente contrato que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço do contrato seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/CONTRATADO, mediante correspondência, redução do preço contratado, de forma a

adequá-lo ao praticado no mercado.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o MUNICÍPIO poderá rescindir o contrato e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços classificados, cabendo rescisão deste contrato e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

11.6. A empresa poderá requerer o equilíbrio de valores na vigência do presente contrato, apresentando nota fiscal de custo do produto licitado na data próxima do certame, onde a margem oferecida em registro perdurará por todo o contrato, equilibrando tão somente dentro da margem negociada na data do certame.

11.7. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor do contrato, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

11.8. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do presente contrato, salvo nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e dispostos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O CONTRATADO terá o seu contrato administrativo rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

12.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;
12.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

12.2. Por iniciativa do Município de Paranaíta/MT, o contrato administrativo será cancelado quando o proponente:

12.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
12.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
12.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes deste instrumento contratual;
12.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente do certame adjudicado;

12.3. Este contrato deve obedecer ainda para rescisão os termos do artigo 77 e seguintes da Lei 8.666/93, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa ou haja conveniência entre as partes.

12.4. Na hipótese da CONTRATADA entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência poderá também haver rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. A CONTRATADA tem ciência que em caso de rescisão deste contrato, será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A CONTRATADA que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. O atraso injustificado na entrega dos itens sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86 da Lei nº 8666/93 do montante requisitado e não entregue pelo CONTRATADO;
14.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Paranaíta/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

14.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens, a Administração poderá ainda aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

14.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Paranaíta/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir;

14.4. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.6. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.6.1 Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
14.6.2. Cancelamento da Ata de Registro de Preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

14.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

14.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Paranaíta/MT;

14.9. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item 24.2, c, d, do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

14.10. Aplica-se ainda cumulativamente as sanções previstas na Lei Municipal n°. 124/2018;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

15.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital nº. 029/2021 e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3555/00, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Municipal nº 420/2006, Decreto Municipal nº. 153/2009, Decreto Municipal nº. 259/2019, Lei Complementar Municipal nº. 011/2009, Decreto Municipal nº 388/2015, Decreto Municipal nº 119/2006 e demais normas vigentes que regem a aquisição pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

16.2. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, respondendo administrativamente, penalmente e civilmente por qualquer fraude cometida.

16.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização por parte da Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT, nos termos do Art. 72 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Paranaíta/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem de acordo o MUNICIPIO DE PARANAITA registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Paranaíta - MT, ____ de _____ de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT
Sr. Osmar Antônio Moreira
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FIRMA: _____
Nome:
Sócio (proprietário)
CONTRATADA

ANEXO XIII

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AS ENTIDADES PARA AS QUAIS O LICITANTE PRESTOU/PRESTA SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA OBJETO DESTE PREGÃO

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Prezado Pregoeiro (a),

A _____, sediada na _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que está de acordo que a qualquer momento, a critério da Comissão Permanente de

Licitação, poderá solicitar visita (s) técnica(s) ao (s) cliente(s) apresentados por cada licitante, nos atestados de capacidade técnica, nos casos em que a mesma julgar necessário, para conhecer as instalações, os sistemas, o ambiente
tecnológico e procedimentos atualmente executados nas áreas envolvidas no objeto deste edital, bem como da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.

Local e Data

Atenciosamente,

_____
Nome do Representante Legal da Empresa Outorgante
(cargo e CPF)

ANEXO XIV

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Prezado Pregoeiro (a),

A Signatária _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ n° _____, estabelecida na _____, através de seu representante legal abaixo assinado, com cumprimento ao solicitado no edital de licitação DECLARA, sob as penas da lei, que:

a) Atende todos os requisitos técnicos mínimos exigidos no presente edital, tendo disponibilidade de demonstrá-los caso houver necessidade.

b) Tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os serviços de customização e manutenção dos módulos dos sistemas ora licitados.

c) Possui experiência no processo de integração das informações de todos os módulos dos sistemas ora licitados.

d) Implantará o objeto licitado em até 15 (quinze) dias.

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

Local e Data

Atenciosamente,

_____
Nome do Representante Legal da Empresa Outorgante
(cargo e CPF)

ANEXO XV

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO TÉCNICA SOBRE O PROGRAMA DE INFORMÁTICA

AO
MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Prezado Pregoeiro (a),

A _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, em atenção ao edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021, DECLARA:

a) que o sistema oferecido foi desenvolvido pela empresa proponente, testado, e em condições de implantação, cumprindo todos os requisitos funcionais obrigatórios constantes do edital;

b) que o sistema oferecido é de propriedade da empresa proponente;

c) que tem ciência de que a base de dados é de propriedade exclusiva do órgão licitador e, a qualquer tempo, quando ocorrer o rompimento do contrato, deverá ser fornecida pela Contratada em padrão do banco de dados em operação;

d) que assume toda responsabilidade pela boa qualidade do trabalho, bem como pelas eventuais correções que devam ser efetuadas, se originadas por culpa da Contratada, oriundas de vícios ou defeitos, mesmo que acarretem a reconfecção total ou parcial dos serviços, às suas próprias expensas, nos prazos estabelecidos em contrato;

e) que se compromete a manter estrito sigilo das informações processadas, as quais são de propriedade do órgão licitador;

Local e Data

Atenciosamente,

_____
Nome do Representante Legal da Empresa Outorgante
(cargo e CPF)

ANEXO XVI

(Em papel timbrado da entidade)

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

REFERENTE: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2021 – REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA nos termos do inciso III do artigo 30 da Lei n° 8.666/93, declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, através do Sr(a). _____ Cédula de Identidade nº
_____, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do
Art. 30, III, da Lei 8.666/93, através de vistoria no(s) local(is) onde serão executados os respectivos serviços, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes no local de destino: Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, nos termos do Edital do presente processo na modalidade

Pregão Presencial para Registro de Preços e seus Anexos.

Local e Data

Atenciosamente,

_____
ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA PREFEITURA
(Nome/Cargo/Carimbo)

OBS.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO.